

5
2009

BOLETIMCULTURAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

BOLETIMCULTURAL

BOL



BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Boletim Cultural

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão



III série | nº5

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

DIRECTOR

Armando Costa
Presidente da Câmara Municipal

DIRECTOR ADJUNTO

Paulo Cunha

COORDENADOR

Artur Sá da Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Artur Sá da Costa, José Agostinho Pereira, Norberto F. Cunha, Sérgio Paulo Guimarães Sousa

COLABORAM NESTE NÚMERO

Adília Fernandes, Amadeu Gonçalves, António Freitas (fotografia), António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, António Martins, António Martins Vieira, António Mega Ferreira, Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira, Armando Costa, Artur Sá da Costa, Felisbela Oliveira, Fernando Pinto do Amaral, Filipa Sousa Lopes, Guilherme d'Oliveira Martins, Isaura Costa, João Afonso Machado, José Manuel Lages, José Manuel Lopes Cordeiro, Jorge Fernandes Alves, Luís Paulo Rodrigues, Mafalda Ivo Cruz, Manuel Maria Carrilho, Margarida Moreira, Maria Adília Fonseca, Odete Paiva, Paula Lamego, Rogério Bruno Guimarães Matos, Simonetta Luz Afonso, Vasco Graça Moura

SECRETARIADO

Alexandrina Costa

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito – Maia

TIRAGEM

500 exemplares

ISSN

0871-3308

DEPÓSITO LEGAL

22605/90

II – Eduardo Prado Coelho

– Colóquio “Recordar E. Prado Coelho” 239

III – Centenário da I República

- Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado
e desta para o marido 273
- As eleições legislativas de 1925 em Vila Nova de Famalicão 275
António José Queiroz
- A Monarquia do Norte em V.N. de Famalicão (segundo a imprensa local) 281
João Afonso Machado
- Nuno Simões: Reflexão de um republicano sobre as colónias 287
Armanda Esmeralda de Araújo Ferreira
- Leituras sobre a emigração em Portugal
– visitar *O Problema da Emigração*, de Afonso Costa 297
Jorge Fernandes Alves
- Ser eleitor (de 1910-1974) 309
Filipa Sousa Lopes
- As mulheres e a Primeira Guerra Mundial 319
Adília Fernandes

IV – Comemorações

- 40.º Aniversário das eleições legislativas de 1969** 329
As eleições legislativas de 1969 – Esperança ou ilusão?
Introdução de Artur Sá da Costa
Mesa redonda
Catálogo da exposição dos 40^a aniversário
Artur Sá da Costa / Amadeu Gonçalves / Paula Lamego

V – Informação Cultural 409

Isaura Costa / Luís Paulo Rodrigues

Índice

Saudação 7

Armindo Costa

Editorial

30 Anos, 22 volumes – perseverança, continuidade 9

Artur Sá da Costa

I – História: Património. Memória. Literatura

Os Genes famalicenses, no Brasil de Setecentos
– os contratadores de diamantes 15

Odete Paiva

As moedas romanas na Estação Arqueológica de Perrelos 27

Felisbela Oliveira

Escavações arqueológicas na Mamoa I de Mar de Água 37

Margarida Moreira

Património Arquitectónico pré-industrial no Vale do Ave – Azenhas & Açudes 41

Rogério Bruno Guimarães Matos

História da Capela da Lapa e o Museu 49

A. Martins Vieira

O Boletim do grupo dos 29 59

António Joaquim Pinto da Silva

O Neo-Realismo em Vila Nova de Famalicão 81

Amadeu Gonçalves

“Ao Serviço do Povo Venceremos” a oposição estudantil
nos últimos anos do fascismo (1969-1974) 119

José Manuel Lopes Cordeiro

Aspectos desconhecidos da Guerra Colonial
– O Hospital Militar da Marinha de Hamburgo. Uma das retaguardas da guerra. 159

José Manuel Lages

Abílio Magalhães Brandão – Apontamentos folclóricos Famalicenses
(folclore e Etnografia, costumes) 163

Amadeu Gonçalves

Saudação

por Armindo Costa¹

Parabéns a todos

O Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão celebra 30 anos de publicação regular, sendo hoje um dos mais antigos entre as autarquias portuguesas, facto que nos enche de orgulho.

A longevidade e a regularidade deste projecto editorial justificam que este marco da história cultural do município seja devidamente assinalado. A edição regular do Boletim Cultural ultrapassou várias e diferentes correntes políticas e ideológicas que governaram a Câmara Municipal de Famalicão nas últimas décadas, provando que a natureza e a dimensão das políticas culturais estão acima das conjunturas político-partidárias. Estamos, portanto, perante um projecto editorial cujo interesse público é inquestionável. Aliás, o Boletim Cultural desempenha um papel importante no desenvolvimento dos estudos da história local.

Muitos foram os que colaboraram e deram o seu contributo para o seu sucesso.

Em nome do município de V.N. de Famalicão, quero agradecer a todos os que se envolveram e participaram neste projecto, expressando-lhes a nossa gratidão por tanta generosidade.

Por último, formulo votos para que mantenham esta relação de cooperação e de trabalho com o município.

Pela nossa parte fica a promessa de que vamos também prosseguir, fazendo do Boletim Cultural, cada vez mais, uma referência cultural do município de Vila Nova de Famalicão

.....
¹ Presidente da Câmara Municipal.

30 Anos, 22 volumes – perseverança, continuidade

por Artur Sá da Costa¹

1. Seria difícil encontrar melhor forma de celebrar o 30º aniversário do “Boletim Cultural”, dando à estampa mais um número (o vigésimo quarto, este que o leitor tem entre mãos) e promover o colóquio “os novos caminhos da história local e regional”, para reflectir e debater, com reputados especialistas, o papel e a importância, que este género de publicações periódicas municipais – não apenas o da Câmara Municipal de Famalicão – desempenh(ar)am, em primeiro lugar, nas políticas culturais do seu território e comunidades, depois, no plano nacional e, em particular, a nível do incentivo à investigação e ao contributo dado na renovação da história local e regional.

Trinta anos volvidos, podemos proclamar, acrescentando ao parágrafo inicial de “apresentação” do primeiro número do “Boletim”: “pela primeira vez na história do município famalicense, surge uma publicação periódica de carácter cultural”, dizia, podemos adicionar esta frase: Nunca, na história do município, uma revista cultural viveu tanto tempo! Dir-me-ão, não se está a ignorar o Boletim da Casa de Camilo, que arrancou na década de cinquenta do século passado, e, embora, com intermitências, fez quatro séries? A resposta é simples: são géneros diferentes e distintos. Enquanto aquele, é uma revista especializada em literatura, tendo como objecto de estudo a obra e a figura do novelista de Seide, o “Boletim Cultural”, por seu turno, assume-se como revista de natureza histórica, tendo como horizonte o percurso milenar de Vila Nova de Famalicão, na pluralidade e transversalidade dos seus diferentes sectores de actividade e na multiplicidade e diversidade social e cultural que a identifica. Tendo uma natureza diferente e objectivos mais amplos, o “Boletim” não tem a sustentá-lo uma instituição cultural, a Casa de Camilo no caso, sendo fruto do projecto cultural do município, onde aquele se encaixa.

A história conta-se em poucas palavras. Nasceu em 1980, vai na 3ª série, mudou de director, de formato e de coordenador editorial; alargou o número de colaboradores, ampliou e diversificou as áreas temáticas; juntou académicos, professores e investigadores, cuja carta de alforria foi forjada na vida, no estudo e sobretudo, no amor à terra que os viu nascer ou que os acolheu. Porém, manteve-se leal aos princípios genéticos fundacionais: “historiar o passado e o presente da nossa terra e suas gentes”. Nas passagens de testemunho entre os seus sucessivos responsáveis, que o fizeram, sofreu alguns hiatos, retirando-lhe alguns números e roubando-lhe o direito a ostentar o título de “periódico anual”, que gosta de exhibir. Mas pode gabar-se de ter 30 anos, 22 volumes e 24 números (dois foram duplos), estando, à beira de alcançar as 5.000 páginas de trabalhos inéditos sobre a secular história e a sociedade famalicenses. Acima de tudo, a par da perseverança e da fidelidade às suas raízes, o que caracteriza o “Boletim”, é a sua relação directa e intemporal, diria fraternal, que mantém com a terra e as gentes, que estuda e serve, alheio às mudanças no governo municipal (inevitáveis) e às alternâncias políticas – ideológicas, sempre saudáveis.

2. O Boletim Cultural (BC) do município de Vila Nova de Famalicão faz agora trinta anos, sendo um dos mais antigos da era democrática. O seu aparecimento inscreve-se no movimento político-cultural, de amplitude nacional, que emerge, à entrada da década de oitenta do século vinte, e que se estende progressivamente a meia centena de municípios, quando optam, sem qualquer concerto entre si, por publicar, com regularidade

.....
¹ Coordenador editorial.

variável, Boletins e Revistas, de natureza cultural. Está por fazer uma avaliação de conjunto e mais em detalhe do conteúdo destas publicações.

Em todo o caso, os estudos já realizados permitem-nos concluir, que estamos perante um acontecimento cultural inovador, que abre um novo ciclo no poder local democrático, sem paralelo na história do municipalismo português. É um fenómeno que vai a par, sendo, a um tempo, motor e parte, de um movimento político-cultural mais amplo, desencadeado pelas autarquias portuguesas à revelia do concentracionismo cultural da Administração Central. Estas ao invés da lamúria inoperante da falta de recursos financeiros, escolheram o caminho virtuoso do investimento no sector cultural, desafiando as reduzidas competências que lhes estavam ao tempo legalmente atribuídas.

Foi esta opção, há três décadas, impulsionada por algumas dezenas de municípios, que alterou a face cultural do país. A descentralização cumpre-se sem decreto, e a democratização cultural efectiva-se. Podemos lembrar que o poder central ajudou (pudera!), mas recorro que os investimentos financeiros das autarquias há muito que ultrapassaram os que o Ministério da Cultura orçamenta e gasta anualmente em todo o país.

É assim que nascem, um pouco por todo o território nacional, bibliotecas, museus, auditórios/teatros, galerias, arquivos e outros equipamentos culturais, nomeadamente, centros de documentação e de investigação, que passam a ser frequentados por novos públicos e a ser utilizados por jovens investigadores e criadores, alguns vindos dos centros universitários.

Mais tarde, já vem dentro deste século, dá-se a contaminação e o movimento estende-se, embora de forma desigual e desequilibrada, ao todo nacional.

Os Boletins/Revistas são parte deste fenómeno, ora funcionando como motor/alavanca, ora como ponto de encontro/local de chegada.

São a um tempo cais de partida e porto de abrigo. Tanto servem de plataforma para o incentivo à investigação e à promoção de estudos de história local e regional, como de âncora para o debate, a publicação e divulgação de trabalhos de índole diversa, tanto na temática, como na metodologia, sobre o território, o património ou a sociedade.

Um dos seus traços que os definem e caracterizam é esta capacidade de mobilização, abertura e de atracção.

3. Este número, que fica associado ao seu 30º aniversário, é semelhante aos antecessores: plural e diversificado nos temas e nas autorias. Com um olhar local e regional, a projectar uma visão nacional; a acolher trabalhos emergentes das actividades e iniciativas das várias unidades culturais da autarquia, sem descurar a investigação exterior.

Três grandes capítulos sobressaem entre os demais: o centenário da I república, o consagrado à figura de Eduardo Prado Coelho e o que reúne, pela primeira vez, a obra dispersa de Abílio Magalhães Brandão, o hábil etnólogo famalicense.

A República era “Fatal. Matemática”, para usar a expressão de Bernardino Machado. O dossiê que se publica, associando-nos desta forma às comemorações do centenário da implantação da República, reúne um punhado de estudos sobre aquele período, ou relacionados com figuras republicanas famalicenses, abrindo com uma breve e simbólica homenagem a Bernardino Machado. Respigamos duas pequenas cartas do riquíssimo espólio, depositado pelos seus familiares, no museu consagrado em Vila Nova de Famalicão à sua multifacetada personalidade. A de Bernardino Machado foi escrita a 5 de Outubro de 1910, nas Caldas da Rainha, e é endereçada a sua mulher Elzira Machado Dantas. Por essa altura, já José Relvas tinha proclamado a vitória da República na varanda dos Paços do Concelho da Câmara de Lisboa e Bernardino Machado tentava chegar a Lisboa.

Logo de manhã meteu-se no comboio em Moledo do Minho, onde se encontrava na sua casa com a família. Como ele diz, no Entroncamento “não era possível ir”, socorrendo-se do automóvel. Elzira, por seu lado, não tinha informação do marido. Sabe da proclamação da república. Não deixa, no entanto, na carta que lhe escreve, no dia 6, de expressar, no meio das preocupações e ansiedades familiares, o seu fervor republicano: “Acordei hoje, felizmente, muito melhor, e com a proclamação da república, até estou quase bem”.

O dossiê consagrado a Eduardo Prado Coelho também era inevitável. Será, assim o creio, o princípio de uma longa e continuada presença nas páginas do “B.C.”. A sua biblioteca, instalada em sala própria, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, é um tesouro inesgotável, que a todos interpela. Não importa o tema, a disciplina ou a área de saber; poucos escapam ao seu universo: a literatura, o ensaio, a filosofia, o cinema, a política incorporam o seu pensamento e a sua obra.

Começamos pelo primeiro colóquio “Recordar Eduardo Prado Coelho”, que reuniu amigos e admiradores em Famalicão. Outros se lhe seguiram, e deles daremos notícia. Entretanto, o Prémio de Ensaio Literário Eduardo Prado Coelho, já distinguiu Victor Aguiar e Silva, deixando claros sinais que veio para honrar a memória do saudoso ensaísta.

Abílio Magalhães Brandão, tinha há muito lugar reservado nas páginas do Boletim. Ao longo dos anos, sempre ficou sem resposta a interrogação que formulávamos a nós próprios, porque não foram ainda publicados os artigos, dispersos pelos jornais e revistas, do etnólogo famalicense? Há muito que escutávamos as referências e os elogios aos seus “Apontamentos folclóricos famalicenses”, que divulgara na Revista de Guimarães, assim como aos estudos sobre jogos populares e infantis, que escreveu na Nova Alvorada. O dossiê com estes trabalhos, que o Amadeu juntou e a Alexandrina dactilografou, são parte há muito da “mobília” da Casa da Cultura. A dúvida instalou-se e paralisou-nos. Tínhamos a convicção que os seus trabalhos mereciam um livro, se possível acompanhados de uma introdução, que nos falasse da sua curiosa e desconhecida figura (tesoureiro das Finanças, amigo e colaborador de Leite de Vasconcelos), e fizesse uma avaliação das tradições populares, recolhidas no já distante rural Baixo Minho, que habitamos. Não era legítimo – sobretudo pelo seu valor e pela importância que têm para o conhecimento de um período de Famalicão já desaparecido, não aproveitar a oportunidade de os divulgar por esta via, independentemente de outras formas a explorar no futuro.

Gostaríamos de ter reunido neste volume mais alguns trabalhos, que as vicissitudes do tempo não permitiram, nomeadamente, duas conferências, a do Prof. J. Viriato Capela sobre as invasões francesas, e as suas repercussões no território e nos habitantes de Famalicão, e a que o Prof. Luís Miguel Carolino proferiu sobre o missionário Jesuíta Tomás Pereira, por ocasião da celebração, que o município promoveu, do tricentenário do seu falecimento. Ficam por ora estes. Haverá certamente oportunidade para divulgar, não só estes, como muitos outros.



I
História:
Património. Memória. Literatura

Os Genes famalicenses no Brasil de Setecentos – os contratadores de diamantes

por Odete Paiva¹

Introdução

A emigração portuguesa para o Brasil da segunda metade de Oitocentos e parte de Novecentos tem sido objecto de muitos estudos. Esse fluxo de gentes foi marcante para o País e, de forma mais visível, para as regiões de origem, ou residência dos que partiram, principalmente os bem sucedidos, os denominados “brasileiros”. Menor tem sido a produção centrada no papel dos naturais do reino, que decidiram ir para a nossa colônia americana, no século XVIII. Aqui, houve também os que conseguiram encontrar o caminho e arrecadar fortuna e os que permaneceram ignorados.

O ouro brasileiro enriqueceu muitos e permitiu construir vidas de fausto e até algumas cuja essência foi mitificada. O rei D. João V assumiu-se como modelo desse luxo e do que as pepitas mágicas podiam fazer e o convento de Mafra uma referência. Todavia, o ouro ia-se esgotando numas terras e, febrilmente, passava a ser procurado noutras. Ninguém como os naturais conhecia a região e, da aliança entre estes e os exploradores portugueses, surgiu a fórmula do “achamento” do metal. Foi assim em Minas Gerais, com os índios botocudos. Contudo, por volta de 1714, uma nova descoberta, no Arraial de Tejuco, atribuída ao “faiscador” Francisco Machado Silva, veio alterar o quadro da circunscrição, pois, tinham sido vistas pedras raras e brilhantes, de uma luminosidade que não ficava aquém do ouro e só antes encontradas na Índia, os diamantes.

Deu-se a metamorfose e o Arraial de Tejuco, em 1730, passou a ocupar o eixo do distrito Diamantino. Essa posição nuclear trouxe-lhe visibilidade e apetência, atraindo população, em busca de riqueza. A livre extracção durou cerca de dez anos, seguindo-se a fase de controlo régio. Nesta, a Coroa, delegava a função em particulares, através da assinatura de um contrato, mediante cláusulas, previamente aceites pelas partes, que assim, passavam a gerir a actividade. Surgiram os contratadores de diamantes, a quem era dada a faculdade de explorar as lavras, logo, toda a influência que este manancial podia trazer, o lucro imenso, a superintendência sobre a principal fonte de riqueza e o poder de decisão na vida do Arraial.

Neste contexto, surgiu, João Fernandes de Oliveira, natural da freguesia de Santa Maria de Oliveira², filho de lavradores, que partiu já maior de idade, para o Brasil, onde casou e teve filhos e, que, ao conseguir a exploração dos diamantes no Arraial de Tejuco, passou a figurar como o primeiro contratador de diamantes, a que se seguiriam novas arrematações sancionadas pela Coroa, e o acumular de capitais e influências, facto que só por si constituiria razão suficiente para falarmos dele, mas a que junta a circunstância de ser pai de outro contratador, homónimo, que atingiu fama, tanto pelo seus bens e poder, como pela vida construída fora dos quadros de referência da época, ao viver com a escrava parda Francisca da Silva, como se de um casal se tratasse, enfrentando a sociedade fechada e pouco permeável a relacionamentos estáveis com este padrão.

.....
¹ Investigadora do CITCEM (Universidade do Minho).

² A partir de agora, passaremos a tratá-lo como famalicense, respeitando, contudo, a sua origem nesta freguesia do concelho.

A Teia da descoberta dos diamantes no Arraial de Tejuco

O início do ciclo dos diamantes no Brasil colonial português ocorreu, no segundo quartel do século XVIII, na região do Serro do Frio. Fértéis em ouro, dos ribeirões do Arraial de Tejuco brotaram as primeiras pepitas de diamantes. Escondido largos anos, este achado fez emergir, ou ampliar fortunas de uns poucos. Segundo muitas vozes, a mineração clandestina executada a quatro mãos, isto é, através do Governador D. Lourenço de Almeida e do ouvidor de Serro Frio, António Rodrigues Banha, não conseguiu mais ser silenciada, pelo que, em 1729, o primeiro deu a notícia auspiciosa ao rei.

De facto, já em 1721, nas lavras do rio Morrinhos, pertencentes a Bernardo da Fonseca Lobo, o mineral surgira com abundância, pelo que este terá avisado o Governador, que, de conluio com Rodrigues Banha, formou uma sociedade particular à margem da lei, para a sua exploração. Com esta, arrecadaram lucros, durante muitos anos, até que, não podendo ocultar o brilho das pedras, D. Lourenço enviou ao rei a notícia urdida na falsa indicação de que só lha mandava, naquela ocasião, por não ter a certeza de tais pedras serem verdadeiras.

Bernardo Lobo não foi o que mais lucrou com o achado, se bem que o título de descobridor lhe haja sido atribuído e, com ele, outras mercês, como a propriedade de tabelião de judicial e notas na Vila do Príncipe e a dignidade de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

A notícia do achado dos diamantes obrigou o rei a encontrar forma de preparar a exploração. A distância entre a colónia e o reino tê-lo-ia levado a tomar, primeiro, medidas provisórias e imediatas e, a seguir, introduzir um quadro de planeamento mais cuidado. Nas disposições iniciais, inscreve-se a nomeação do Intendente do Ouro, sedado na Vila do Príncipe, a quem foi cometida a responsabilidade da organização e arrematação das lavras. Durante cerca de seis anos, permitiu-se a exploração a particulares, com a obrigação do dono dos escravos pagar um imposto, por cada trabalhador que utilizasse nesse serviço. O aumento das taxas sobre a produção ia capitalizando a favor da Coroa, ao mesmo tempo que objectivava equilibrar o mercado diamantífero, evitando-se a desvalorização do quilate.

A conjuntura era de molde a que o monarca ordenasse a viragem para uma etapa de maior planeamento. Chamou Martinho de Mendonça Pina e Proença e Rafael Pires Pardiniho. O primeiro teria como objectivo o estudo da situação e o segundo, pela sua formação em engenharia militar, o da demarcação da região diamantífera. Pensava a Coroa conseguir organizar a produção e a relação comercial, acautelando o excesso de oferta. Como corolário desta fase, surgiu a Demarcação Diamantina, dependente administrativamente da Vila do Príncipe. A sua geografia espacial desenhava uma quadratura, com epicentro no Arraial de Tejuco.

Como primeiro Intendente, Pires Pardiniho dispôs que fossem vedadas as explorações de diamantes e obrigou à recolha, registo e armazenamento das pepitas, num cofre, na Intendência.

Em 1739, surgiu outra etapa deste ciclo, o da contratação da exploração dos diamantes por particulares. Estes, individualmente, ou em sociedade, e por quadriênios, podiam proceder à arrematação, esperando a Coroa alcançar duas metas, a de receber o dinheiro sem qualquer investimento e a de controlar a oferta e a procura. Os próprios contratadores funcionariam como “os olhos e os ouvidos do imperador”. Já neste modelo, em 1740, teve lugar a formalização do primeiro contrato, dos seis que existiram, alguns deles renovados. Finalmente, como veremos a seguir, veio o último padrão do ciclo, centrado na Coroa.

Os Ciclos dos diamantes e a saga dos contratadores

Os contratadores foram figuras de influência, pois aliavam a riqueza, ao estatuto social que daí advinha, numa teia de poderes, buscavam alianças e aproximações com pessoas da elite local, mas também nacional. Senhores de milhões, foram exímios em tecer contratos implícitos com políticos locais e até com os Governadores da Capitania, mas o risco nem sempre teve compensações.

João Fernandes de Oliveira, em sociedade com o negociante cristão-novo, Francisco Ferreira da Silva assinou o primeiro contrato de exploração de diamantes. O famalicense renovou-o, nas mesmas bases, mas por não lhe terem corrido bem os negócios, não quis entrar num novo processo de arrematação, afastando-se dele, a partir de 1747. Felisberto Caldeira Brant, associado a Conrado Caldeira Brant e Alberto Luís Pereira subscreveram o terceiro contrato, em 1748. Felisberto Brant além dos problemas financeiros, enfrentou também uma acusação de contrabando, e, como consequência, foi enviado, sob prisão, para o reino. Novamente, surgiu em acção João Fernandes de Oliveira, desta vez, com António dos Santos Pinto e Domingos de Basto Viana, a dar lugar à outorga do quarto contrato (1753-1758) e do quinto (1759-1761). Como o sargento-mor já residisse em Lisboa, delegou no filho, que partiu, para exercer o negócio no Arraial do Tejuco. O sexto contrato a vigorar entre 1762 e 1771, juntou pai e filho, numa sociedade, que acabou, devido ao falecimento do sargento-mor, em 7 de Setembro de 1770, pelo que, até ao final de 1771, o Desembargador o assumiu sozinho, até ao novo modelo, o da Real Extração.

Como se constata, excepto o terceiro contrato, todos os outros tiveram como outorgante o sargento-mor famalicense, que foi responsável entre 1740-1770 pela exploração dessas pedras preciosas.

Entretanto, nas lavras, a fraude e o contrabando tomaram proporções elevadas e a Coroa deu início a um novo ciclo, o da *Real Extração*, que terminou em 1835 e foi metaforizado no *Livro da Capa Verde* usado pelo Intendente, que com ele assumia poderes quase absolutos³.

Manteve-se a exuberância das cidades diamantíferas e o declínio das auríferas, até que a descoberta, em 1860, das jazidas da África do Sul, ditou o ocaso dos diamantes brasileiros, com a queda abrupta do preço no mercado.

A “Dinastia” dos Fernandes de Oliveira

João Fernandes de Oliveira nasceu em Santa Maria de Oliveira. Foi filho de João Fernandes de Oliveira, primeiro deste nome, também natural desta freguesia e de sua mulher, Ângela Fernandes, de S. Miguel do Paraíso, termo da vila de Guimarães.

Já maior de idade, partiu para o Brasil. Pensamos que foi com um ou mais irmãos, que, como ele, lá formaram família, hipótese alicerçada no facto de dois sobrinhos seus terem sido oficiais do exército no Brasil⁴, o Tenente-coronel da Cavalaria Auxiliar da Nobreza, do termo da cidade de Mariana, Ventura Fernandes de Oliveira com residência, em 1775, em Vila Rica do Ouro Preto e o Sargento-mor José Dias de Oliveira, no Rio de Janeiro.

Chegou João, à cidade portuária do Rio de Janeiro e dirigiu-se para Vila Rica, presentemente, Ouro Preto e depois para a Vila de Ribeirão do Carmo, actual Mariana⁵, aliciado por notícias de achados auríferos. Começou aqui a sua actividade de extração deste minério e, com tal êxito, que pôde fazer significativos investimentos. Adquiriu a fazenda Vargem e participou no mundo dos negócios, num comércio de “elite”, isto é, dono de grande poder monetário, entrou no negócio grossista do empréstimo de dinheiro a juros, das arrematações, para, em nome da Coroa, poder cobrar os impostos, como os dízimos, a entrada de mercadorias, as passagem de rios, entre outros.

³ Foi célebre o Intendente Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, a quem se deve a modernização da garimpagem.

⁴ A milícia foi uma das formas de entrada na elite sociedade da colónia.

⁵ O filho mais velho nasceu em 1722, na vila do Ribeirão do Carmo, actual Mariana, pelo que o casamento teria de ser antes e, se Fernandes de Oliveira era de maior idade, quando deixou Santa Maria de Oliveira, deve ter nascido no século XVII. Voltaremos a falar deste assunto num próximo artigo.

Antes de 1744, já tinha comprado a Aleixo Rodrigues, Miguel Lopes, Anselmo Freire e Domingos da Silva e Melo um sítio de matos e terras, na comarca de Serro do Frio, junto do rio Arassuai, com légua e meia de comprido e uma de largura, denominado a Canastra. Igualmente, pode explorar uma sesmaria⁶ que lhe doara o Governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, por certidão de 3 de Dezembro de 1744.

Casou com Maria de São José, oriunda de uma família que não sendo aristocrata, tinha recursos, ou seja, vivia à *lei da nobreza da sua fazenda*, segundo uma expressão da época. Natural da vila de Taubaté, Capitania de Santos, acompanhou os pais, Pedro dos Reis Pimentel, da freguesia de Santa Cruz, ilha das Flores, Açores e Inês de Sousa, da vila de Santos, nas diversas mudanças de residência que estes fizeram, desde a Ilha Grande, nas costas do Rio de Janeiro, até Mariana, onde se fixarem.

Tiveram pelo menos seis filhos, um rapaz e cinco raparigas, João Fernandes de Oliveira, homónimo do pai e primogénito, Ana Quitéria de S. José, Maria Margarida Angélica de Belém, Rita Isabel de Jesus, Francisca Joaquina do Pilar e Helena Leocádia da Cruz, professoras no convento de Nossa Senhora da Madre de Deus de Monchique, no Porto⁷. Como ficaram sem mãe e o pai voltou a casar, no Brasil, é provável que tenham vindo para esta cidade, já depois de a mãe ter morrido.

Em 1739, João Fernandes, a viver no Tejuco, e com uma posição de destaque, fez aplicações no trato de diamantes e arrematou o direito à sua exploração, havendo quem afirme que conseguiu o contrato por intermédio do Governador Gomes Freire de Andrade.

Detentor de bens pecuniários e fundiários e sargento-mor deu ilustração ao seu primogénito, nascido no Tejuco, em 1727. Referem algumas fontes que o rapaz frequentou estudos preparatórios no Rio de Janeiro. Aos 13 anos, embarcou para Lisboa, foi aluno do seminário de S. Patrício, desta cidade e continuou estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito, em 1748.

O famalicense João Fernandes Oliveira regressou a Portugal, no ano de 1751, quando teve conhecimento da morte de D. João V e da posição de Sebastião José de Carvalho e Melo, na nova ordem palaciana. Tinha casado, segunda vez, no Brasil, com D. Isabel Pires Monteiro de Campos, também detentora de meios económicos, senhora oriunda das melhores famílias de S. Paulo,⁸ com quem não teve filhos. Fixou residência em Lisboa e manteve relações próximas com a Corte e bastante influência neste meio.

Ganhou o quarto contrato de exploração de diamantes no Tejuco, mas não mais regressou ao Brasil. Delegou nos sócios e no filho a gestão e comércio dos diamantes. Estava *in loco* o primogénito, que já com bens culturais, lhe deu seguimento e projectou o espírito empreendedor do pai, com marcas que ainda hoje se inscrevem na história de Diamantina.

.....
⁶ Estas doações tinham como objectivo o povoamento e aproveitamento das terras e o beneficiário só contraía esta obrigação e a do pagamento do dízimo à Ordem de Cristo. Com a centralização régia, o aumento da população e o povoamento melhor conseguido, as normas tornaram-se mais exigentes, pelo menos desde finais do século XVII e todo o século XVIII. Criou-se o foro, em 1699, que só entrou em execução em 1777. A Provisão de 1753 impôs o limite de 3 léguas de comprimento, por uma de largura.

⁷ No testamento do irmão, feito em Lisboa, em 1775, estas são nomeadas. Este convento, localizava-se-se, em Massarelos, em Miragaia e em parte do seu edifício esteve instalada a Guarda Fiscal. Era das Clarissas. Retomaremos o assunto, noutro artigo. Interessante se torna saber que Teresa de Albuquerque, uma das personagens de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco foi uma das seculares, e de uma das janelas deste convento teria visto Simão, pela última vez, quando foi para o degredo.

⁸ D. Isabel fora casada, a primeira vez, com Luís de Cerqueira Brandão. Desta união que precocemente se rompeu, devido à morte do cônjuge, nasceram filhos, que viveram num meio abastado. O pai era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor de Pitangui.

João Fernandes de Oliveira conseguiu aumentar o seu prestígio, graças ao sucesso nos empreendimentos e foi um dos homens mais ricos da sua época. Privou com o Conde de Oeiras e participou nos grandes empréstimos à administração régia, nomeadamente para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755.

A sua vida prosseguiu ancorada no investimento, entre o qual, o ramo imobiliário, em zonas privilegiadas da capital. Mandou construir para a habitação da família, em 1757, em ampla quinta, de zona nobre da cidade, na Rua de Buenos Aires, na Lapa, uma magnífica moradia, rasgada no segundo piso, por onze janelas com sacadas de ferro forjado e trabalhado, jorrando luz, de onde podia ver as águas do Tejo⁹. Faleceu nesta habitação, a 7 de Setembro de 1770¹⁰. Segundo alguns, morreu com o património muito delapidado, devido aos gastos desmedidos da mulher, nas festas sociais que dava, e na vida pomposa que quotidianamente fazia. Outros defendem que, embora muito aquém do vasto lastro económico que, antes deste segundo casamento possuía, o primeiro contratador de diamantes morreu ainda detentor de bens muito apreciáveis, o que é sustentado pela doação que fez em 1770, a Sebastião José de Carvalho e Melo de oito contos de reis, para se ultimarem as obras das casas que ficavam junto da igreja da freguesia arruinada de S. Paulo e pelos documentos da contenda judicial havida, após o seu falecimento, entre o filho e a madrastra.

O Desembargador

João Fernandes de Oliveira nasceu em 1722, na vila do Ribeirão do Carmo, actual Mariana, no ciclo do ouro de lavagem, onde, durante alguns anos, viveu com os pais, usufruindo do estatuto de uma burguesia possidente. Como, aliada a esta circunstância, era oriundo de famílias de sangue cristão velho, que não tinham exercido ofício mecânico, conseguiu cursar Leis em Coimbra e ser cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Concluídas as leituras da praxe, entre 1750 e 1752, em Lisboa, entrou para a magistratura, com o cargo de juiz do fisco de Minas Gerais. Por intermédio do Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, seu amigo, foi nomeado Desembargador.

Em 1753, com 31 anos de idade, ainda solteiro, João Fernandes, deixou o pai em Lisboa, a casa onde vivia nesta cidade, mesmo em frente ao Conde de Vila Nova, à Horta Seca e partiu para os Estados da América, onde fez fortuna e adquiriu prestígio.

Em 1770, já falecido o pai, o Conde de Valadares, jovem governador de Minas Gerais intimou-o, cumprindo ordens do Marques de Pombal, a ir a Lisboa, prestar contas. Não voltou ao Brasil, nunca mais viu Francisca, nem as filhas, que ficaram com a mãe, mas deixou-lhes um património assinalável, bem como aos filhos, que com ele vieram e instituiu o morgado de Grijó administrado pelo primogénito, João Fernandes Grijó.



.....
⁹ Esta casa, embora alterada, ainda existe.

¹⁰ Tinha o filho 48 anos,

Poderoso, conseguiu que a madrasta¹¹ deixasse o palácio de Buenos Aires, onde se instalou, obrigando-a a ir viver com o neto Luís de Sousa. Em 1773, foi coagida pela Coroa a tomar clausura no Convento de Via Longa, até à morte de D. José (24.2.1777), tendo a Madre Abadessa o compromisso de a manter incomunicável. Com a subida ao trono de D. Maria I, foi-lhe levantada a pena e Dona Isabel, alugou moradia na capital.

O Desembargador viveu na quinta de Buenos Aires, até 21 de Dezembro de 1779, data da sua morte, deixando para os herdeiros uma longa e complexa pendência dirimida, primeiro, com a mulher do avô, Dona Isabel e depois da morte desta, em 1784, com os seus legatários. O litígio arrastou-se por vários anos, desde a primeira sentença de 21 de Junho de 1781, até 12 de Novembro de 1788.

Assumiu sozinho o contrato dos diamantes, por mais de um ano (1770-1771), desde a morte do pai, até à data de início da Real Extração no Distrito Diamantino. Com ele se encerrou um ciclo da história da exploração diamantífera brasileira, liderado pela dinastia dos Oliveira, iniciada pelo pai homónimo, sempre em moldes societários. Herdou a capacidade empreendedora do progenitor, a que anexou a cultura e o *brevet* dado pela Universidade de Coimbra, onde tirou a carta de bacharel. Protótipo do investidor de grosso trato, a quem não faltou literacia, conseguiu fazer a triangulação, poder monetário, ilustração e influência social e a sua vida foi o corolário de um pequeno reino fulgurante.

Os Amores de João e Francisca¹²



O Desembargador alcançou notoriedade, não só pela sua riqueza e poder, como pela vida privada. Tornou-se numa figura quase mitológica, ao enfrentar os costumes da época, impondo a sua relação amorosa estável, com uma escrava, à margem da lei de Deus e dos homens.

Pouco tempo depois da sua vinda para Tejuco, João Fernandes apaixonou-se por Francisca, escrava parda do sargento-mor Manuel Pires Sardinha¹³, já com filhos (não há consenso, se um ou dois¹⁴) e, comprou-a por 800 mil réis, no espaço de meses, e, em

Dezembro de 1753, registou a sua carta de alforria, na vila do Príncipe, numa atitude pouco comum na época, entre os proprietários de Minas. Francisca da Silva, filha de uma negra da Costa da Mina e de um branco português, passou a ser a companheira de um homem culto, rico e que a amava. Viveu com ela, em união de facto, assumindo publicamente o relacionamento e os descendentes, que entretanto nasceram.

Criou outro filho de Francisca, como se fosse seu, havido, pensa-se, de Manuel Pires Sardinha, de nome Simão Pires Sardinha, e deu-lhe educação esmerada, em Coimbra. Por intermédio do padrastrô, este

¹¹ Pedro Taques de Almeida Pais Lemos que era amigo da madrasta do Desembargador, tendo sido visita desta e do marido em Lisboa, quando se refere a ele, fá-lo sem grande apreço.

¹² Designá-la-emos indiferentemente por Francisca, Francisca da Silva, Chica ou Chica da Silva, como ela é igualmente conhecida.

¹³ Tinha sido escrava de José da Silva e Oliveira Rolim.

¹⁴ Um deles poderá ter falecido em criança.

exerceu funções importantes na Corte, entre as quais a de almoxarife¹⁵ do Reino. Foi um homem culto, que viajou pela Europa.

No arraial do Tejuco, situado a 10 léguas da Vila do Príncipe, mandou construir uma mansão, que já não existe, com capela, um teatro particular, o único lá existente, jardim exótico, com cascatas artificiais e fontes a jorrar água, entre conchas e cristais, onde se misturavam plantas da Europa. Aqui, viveu com Francisca e os 13 filhos¹⁶, João, José Agostinho, Joaquim Luís, António Caetano, Francisca, Rita, Ana, Helena, Luísa, Maria, Quitéria, Mariana e Antónia e ainda o enteado Simão, formando uma família, embora a coeva sociedade estratificada tenha impedido a legalização da união entre João e Francisca.

Poderia João Fernandes Oliveira ter escolhido mulher entre as melhores famílias portuguesas, mas a sua opção recaiu em Francisca, de quem se enamorou e com quem viveu, como se estivessem casados, conseguindo a sua integração nos meios sociais do arraial de Tejuco. A opção do filho de um português abastado e poderoso, por um relacionamento estável com a escrava parda Chica da Silva, alinha-se com a tese, subscrita, entre outros, pelo ouvidor Caetano da Costa Matoso, defensor da influência forte das mulheres negras ou mulatas forras sobre os homens brancos. Com uma idade entre os 18 e os 22 anos, natural da Costa da Mina, filha de um branco português e uma negra, esta mulher possuiria uma beleza característica deste cruzamento de genes, com uma pele mais clara que a de muitas residentes no Arraial.

O relacionamento entre senhores e escravas era comum no Brasil colonial e a miscigenação constituía uma das grandes realidades nesse quotidiano, mas a vida de João Fernandes e Francisca assume contornos singulares, não sendo unívoco que a companheira do Desembargador tenha sido aceite na alta sociedade, havendo opiniões que apontam para a sua rejeição, quer nos actos profanos, quer nos religiosos, aventando que Chica não era vista como uma mulher honesta, dado o pecado em que vivia. Outros óbices seriam a cor, a origem (filha de escrava), e até, segundo alguns, o seu despotismo e soberba. Uns referem que era olhada de revés, pela ousadia de atentar contra as regras estabelecidas, mulher demónio, Eva ondulante, ostentando a sua condição de sedutora, com pomos dos diamantes do contratador enfeitado.

Outros defendem não ser plausível a sua rejeição na sociedade tejuquense, devido ao poder do Desembargador, que em tudo mandava e ao domínio de Chica sobre ele. Nós inclinamo-nos para esta segunda versão, até porque muitas evidências nos conduzem a isso, como a vida que levaram em comum (1755-1770?), a casa que João Fernandes construiu e onde viveram e tiveram os filhos, as festas sociais que promoveram e a sua afluência, aceitação e projecção, a educação esmerada das filhas, as relações de compadrio pelos sacramentos, que os ligaram à sociedade local e até o local de enterramento.

Foi intenso este tempo de 16 anos, que em comum viveram e frutífero, nos seus 13 filhos, mas difícil se torna explicar o poder de uma mulher não branca, não aristocrata e sem património, como Francisca da Silva, para uma sociedade como a da época, em que os senhores tinham relacionamentos “dentro de portas” com elas. É singular a tomada de decisão de João Fernandes, ao preferir Francisca, num mercado matrimonial altamente favorável a um jovem poderoso e atraente. O facto é que existiu, à contramão dos cânones, mas foi um relacionamento forte e prenante.

João e Francisca viveram momentos únicos e deixaram marcas simbólicas e reais. O mito de Chica da Silva e do seu amor com um “príncipe”, o Desembargador filho de um famalicense, está presente nas ruas e edifícios de Diamantina, cidade museu, que bem podia geminar-se com Famalicão.

Depois da vinda de João Fernandes para Lisboa, Chica da Silva continuou a levar uma vida opulenta, usufruindo do dinheiro e de propriedades. Educou as filhas no convento das freiras de Macaúba, frequentado

.....
¹⁵ Funcionário real encarregado da cobrança e arrecadação de impostos.

¹⁶ João Fernandes terá legitimado os filhos.

pela elite local e proporcionou-lhes bons casamentos, ou dotes para professarem. Mesmo na morte se distinguuiu. Ficou num cemitério só de brancos ricos, na igreja de S. Francisco de Assis.

O Morgado de Grijó

O Desembargador foi um proto-capitalista, clarividente e culto. Nos 18 anos que esteve no Brasil, conseguiu ser dos súbditos do rei com mais poder e fortuna. Comprou padrões de juro no Conselho Ultramarino e principalmente nos Armazéns. Em 1766, quando o contrato dos diamantes estava a seu cargo e do pai, as apostilhas de juro importavam em 268\$024 e as verbas em 459\$065.

Foi dono de fazendas de gado e cavalos, no sertão de Minas Gerais, como a de Santa Rita no Paraná, a do Riacho das Areias, a do Jenipapo, a de São Domingos, a da Povoação do Rio de São Francisco, a de Paracatu, no mesmo rio, a de Jequetaí, a do Rio Formoso, a de São Tomás, a de Santo Estêvão, a de Santa Clara, a da Ilha, a da Formiga e uma Rossa, na Ponte Alta de Pitangui.

O rol das suas propriedades, quando em 1776, as incorporou no morgado de Grijó, sem contar com os bens móveis, alfaias, pratos, jóias, ou dinheiro amodado, que não são referidos, mostra o que era a riqueza de um homem de negócios da segunda metade do século XVIII.

O rei autorizou a instituição do Morgado de Grijó, pela Provisão de 21 de Agosto de 1775 e João Fernandes de Oliveira assinou o instrumento, na sua residência de Buenos Aires, em 14 de Setembro de 1775. Declarou que se encontrava doente e com moléstia perigosa e, que, naquela altura, só tinha filhos naturais¹⁷. Em 1776, também na sua residência, acrescentou à Quinta de Grijó outros bens a vincular e novas cláusulas aos sucessores do Morgado, como a de não casarem antes dos 30 anos, a fim de evitarem as paixões da mocidade e a obrigação de não escolherem consorte de qualidade inferior à do Instituidor.

Para cabeça e solar do vínculo, comprou a Quinta de Grijó, no concelho de Vila Nova de Gaia, antigo património dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a que estava agregado o padroado da paroquial igreja da mesma invocação. A construção do convento e da igreja situar-se-ia entre 1538-1542. Em 1566, a Comunidade resolveu desdobrar-se, indo uma parte para o novo convento da Serra, em Gaia. O velho convento fechou de vez em 1770, quando foi canonicamente extinto por Clemente XIV. Incorporaram o vínculo outras propriedades situadas em Lisboa e arredores, algumas delas deveriam ser os bens deixados pelo pai, em que tinha a legítima e o terço advindo de sua mãe, que ele remiu. Eram elas um quarteirão de casas, na rua Augusta com vinte e duas janelas de frente para a dita rua, em cada andar, e onze para a rua da Sapataria; uma propriedade de casas nobres no sítio de Buenos Aires, onde ele viveu até falecer; outras casas nobres no fim da rua da Bela Vista, com uma propriedade térrea anexa; duas propriedades defronte do Convento da Estrela; uma quinta no sítio da Portela, a caminho de Sacavém e uma quinta na Enxara do Bispo, com vinte e sete casais anexos. Ficaram também vinculadas todas as fazendas que lhe pertenciam, na capitania das Minas Gerais, distrito do Serro do Frio, legando o usufruto aos filhos, com a ressalva de, depois da morte deles, integrarem o vínculo, não podendo ser alienadas; outra propriedade, na rua do Guarda-Mor e mais outra de tamanho menor na mesma rua; uma propriedade de casas nobres, na cidade do Rio de Janeiro; outra propriedade de casas, em Vila Rica do Ouro Preto e ainda outra propriedade de casas, em Pitangui.

Ainda vinculou, tudo o que adviesse da cobrança das dívidas e interesses ou acções quer seu, quer do pai, e o dinheiro amodado que ficasse, quando ele morresse. Indicou, também, que no caso de serem tran-

.....
¹⁷ É indiscutível a legitimação do primogénito, por provisão do monarca, de 21.08.1775. A este facto alude o Desembargador na instituição do Morgado de Grijó.

saccionadas algumas das propriedades foreiras, o produto da venda ficasse para bens livres para o Morgado e, para o mesmo fim, o que resultasse da venda de bens móveis, se preciso fosse, destinando que as verbas fossem recolhidas no Depósito Público.

O administrador ficava com o encargo perpétuo de utilizar a centésima parte do rendimento anual, numa esmola que fosse concomitantemente causa pia e pública, a saber: ou num dote, para casamento de alguma donzela, órfã ou não, tendo preferência uma parente, ou numa esmola a favor de algum preso, ou redenção de cativos, ou outro fim equiparado.

Os encargos temporários consistiam em fazer rezar pelo pároco da igreja de Grijó, após a morte do pai, pela sua alma, durante 10 anos, 50 missas; apresentar nesta igreja a seu irmão natural, o Padre José Agostinho Fernandes de Oliveira e dar-lhe a cõngrua anual e vitalícia de quatrocentos mil réis; distribuir pelos outros irmãos, por ele reconhecidos, a terça parte do rendimento de todo o Morgado; respeitar a doação que ele Instituidor fez no Brasil a seu favor e de seus irmãos e dar todos os anos, enquanto fossem vivas, 30.000 réis a cada uma das cinco tias religiosas, irmãs do Desembargador, reclusas no Convento de Nossa Senhora da Madre de Deus de Monchique da cidade do Porto.

O Desembargador excluiu da sucessão no morgado os que, ou por defeito da natureza, ou pela idade, não pudessem ter filhos, havendo outros capazes a quem passaria o vínculo; os que por voto fossem inibidos de casar, os que nascessem deficientes, ou viessem a ficar, não podendo servir a El-Rei, bem como algum que tivesse caído em crime de lesa-Majestade Divina, ou humana.

Ao criar o vínculo, o Desembargador pretendia que este fosse a segurança dos filhos e o elemento perene de uma vida de homens de bem, norteadas pela observância da Lei de Deus e do serviço do rei, enquanto substituto Dele na terra. Recomendou-lhes que amassem e temessem a Deus e ao monarca, pois sem o cumprimento deste preceito não alcançariam a felicidade. Aconselhou que procurassem ser benquistos, conseguindo-o com civildade, afabilidade e espírito de serviço, evitando discórdias e malquerenças e granjeando as amizades dos bons. A perpetuação da família e o seu estatuto foi outra preocupação do Desembargador, que pediu aos filhos que casassem, aumentando a sua descendência e a posição da sua casa, sendo homens probos e honestos e guardando os preceitos já enunciados, o que faria deles homens respeitados, logo, passíveis de fazer alianças matrimoniais com boas famílias.

O primogénito, João Fernandes Oliveira, foi o primeiro administrador do Morgado de Grijó, instituído em 1775, e teve de acrescentar ao seu apelido o nome do vínculo. José Agostinho foi padre e, por determinação do Desembargador, pároco da igreja de Grijó, de que o irmão mais velho tinha direito de padroado. Os irmãos Joaquim Luís e António Caetano, referidos, como herdeiros do vínculo, no instrumento de instituição do morgado, na falta ou impedimento do indigitado, ficaram anónimos. Em 1785, o morgado de Grijó obteve licença judicial para poder legitimar o seu casamento fora das condições expressas no vínculo instituído pelo pai. Em 1820, o filho do morgado, Dr. Lourenço José de Oliveira Grijó, era juiz do tribunal comercial de segunda instância de Lisboa.

Conclusão

Encaixado numa zona montanhosa do interior, a mais de 300 quilómetros de Ouro Preto, capital de Minas Gerais, o Arraial de Tejuco, agora Diamantina, foi, no século XVIII, a maior zona “mineradora” de diamantes do mundo ocidental, com cerca de 3 milhões de quilates. As pedras perfeitas, designadas estrelas, atingiam valores significativos, pela sua excelência e raridade.

Durante quase dez anos de livre exploração, muitas pepitas se extraíram e riquezas emergiram, até D. João V criar um sistema de monopólio, concedendo a exploração a particulares, os contratadores oficiais, que podiam utilizar 500 escravos.

A história de Diamantina¹⁸ está intrinsecamente ligada ao concelho de Vila Nova de Famalicão, através dos genes da “dinastia” João Fernandes de Oliveira, que aí deixou marcas perenes. Lá viveram João Fernandes de Oliveira, pai e filho. O primeiro deixou cedo a sua freguesia para ir para o Brasil, onde casou com uma natural e desempenhou o cargo de sargento-mor. Através do contrato com a Coroa portuguesa, para a exploração de diamantes, nessa zona, conseguiu enriquecer. No arraial de Tejuco, com um número apreciável de escravos ao seu serviço, explorou os filões que o levaram a ser considerado na sociedade colonial e na metrópole.

Se o pai, com fortuna feita no Brasil, foi personagem importante, embora haja autores a afirmar o depauperamento económico¹⁹ e mental do sargento-mor, (só o último confirmado pelas fontes), impedindo-o de criar propriedade vinculada, como era seu desiderato, o filho, nascido numa família que ascendeu à burguesia endinheirada e lhe deu bens culturais, levando-o à inclusão de uma elite intelectual, tornou-se elemento ainda mais destacado, não só pelo poder imenso, que lhe adveio do dinheiro da exploração diamantífera, mas também pela sua história de vida.

Formado em Direito, na Universidade de Coimbra, João Fernandes, tornou-se numa figura distinta do Reino, com cultura e bens patrimoniais que fizeram dele um homem do círculo do Conde de Oeiras. Se, durante o tempo do primeiro explorador, os dividendos foram grandes, com a administração do Desembargador seu filho, o negócio foi fulgurante e os lucros incomensuráveis, facto que não só foi benéfico para ele, como para Diamantina, onde residiu.

Se bem que o Desembargador seja, só por si, identificado como figura de destaque, veio a ser mais conhecido pela ligação que manteve com uma escrava e pela história de amor exuberante e explícito que viveram. Ainda hoje, o brilho dos diamantes permanece neste núcleo populacional, em que Chicha e o poderoso contratador viveram e onde factos *sui generis* aconteceram, como a da edificação de uma igreja, a de Nossa Senhora do Carmo, única com a torre sineira colocada ao fundo. Conta-se que João Fernandes assumiu o encargo sozinho, por não haver consenso entre ele e a Ordem Terceira do Carmo²⁰. Todavia, não é consensual a tese que defende a interferência de Chica da Silva na localização da torre sineira. Uma versão indica que ela queria evitar o barulho dos sinos, por perturbarem o seu descanso e outra aponta para a existência de uma lei que impedia os negros de passarem além da torre da igreja, quando assistiam aos actos religiosos. Acresce que a irmandade, a que acima aludimos, era constituída por brancos, o que torna plausível a hipótese de que a colocação da torre, naquele lugar, fosse uma forma de contornar a lei, permitindo a Chica da Silva frequentá-la, pois, os 200 metros que separavam a igreja da sua casa, não seriam suficientes para abafar o barulho do sino, mesmo que colocado do lado oposto da igreja.

As marcas arquitectónicas deixadas, ao longo dos tempos, neste espaço, que agora é Diamantina, são um sincretismo²¹ para o qual contribuíram os portugueses e um dos edifícios emblemáticos, a igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, só pôde ser construído nos moldes em que o foi, devido à capacidade financeira

.....
¹⁸ Em 1831, deixa de ser Arraial e passa a chamar-se Vila Diamantina.

¹⁹ Alicerçam a sua opinião pelo facto de Dona Isabel, sua segunda mulher, vir exaurindo o património do casal.

²⁰ Esta Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo terá sido erecta em 1755, por concessão do provincial do Rio de Janeiro. Foi desanexada, por ordem do Bispo de Mariana, em 1758.

²¹ Ao olharmos o mistério representado pelos muxarabiés, com os seus entrelaçados de madeira, por onde se pode observar, guardando-se a mulher dos olhares indiscretos do exterior, imaginamos, recuando no tempo, Chica da Silva, à espera de João Fernandes, com a ansiedade de uma enamorada que vê passar a vida do arraial, no meio dessas tabuinhas cruzadas de inspiração árabe.

do Desembargador João Fernandes de Oliveira. Terá sido erigida entre 1760 e 1765, com pintura de José Soares de Araújo, autor que, pelo seu talento, ombreou com Mestre Ataíde. O primeiro caso de aplicação da técnica da perspectiva no Brasil foi na pintura do tecto da capela-mor deste templo. Além das despesas da edificação da capela, o Desembargador dotou-a de alfaias e paramentos e de um admirável órgão, com entalhes em ouro, que foi construído no Arraial.

Não se pode considerar uma figura plana, pelo que para além de Pais Lemos, coevo e amigo de D. Isabel, sua madrastra, outros como Xavier da Veiga²², não usaram de imparcialidade quando falaram desta personagem marcante do século XVIII português. Foi de grande densidade a vida privada e pública do Desembargador. Sobre a primeira têm sido numerosas as produções que se debruçaram sobre a história de João Fernandes e Francisca da Silva, “casal”, que se impôs, apesar da sua idiossincrasia. Vivia no luxo rutilante, numa enorme chácara, com um palácio acastelado, com rica capela, um extenso parque com lagos, cascatas, zona imensa de caça, jardins e pomares magníficos, bem como um teatro. Era uma autêntica “ilha dos amores”, onde as festas se sucediam e a sociedade prestigiada do Tejuco e circunvizinha estanciava. O esplendor dos banquetes, dos bailes, das representações, dos concertos ficou memorável e neles foram gastas algumas das gemas dessa imensa mina diamantina. João Fernandes, para além dos pequenos barcos que flutuavam nos diversos lagos das suas propriedades, como autênticas gôndolas, terá comprado para aquela terra sertaneja, um barco de maiores dimensões, (não existem evidências), para navegar num “pequeno mar”, que construiu na chácara, a pedido de Francisca, para quem sonhar e realizar eram actos quase simultâneos.

No decurso do seu contrato, o número de gemas atingiu o acume e o arraial de Tejuco viveu tempos de prosperidade, fundamentalmente, na pessoa do Desembargador, que, segundo se afirmava, era mais rico que D. José. Esta fortuna repartia-a com a “escrava rainha”, Francisca da Silva, a quem eram satisfeitos todos os desejos, por mais extravagantes. Era tal o seu poder, que adquiriu o estatuto de Dona, nesta época, em que a estratificação fazia parte da sociedade e a cor era um elemento muito forte para a segregação.

A viver em Lisboa, desde 1770, privou com notáveis do Reino, como o valido de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo e foi acumulando riqueza, transformando-se num negociante de poder. Fez investimentos vultuosos e estratégicos, que lhe proporcionaram grandes lucros, influência nos meios de decisão e papel central na economia do Reino. Não regressou ao Brasil, onde deixou as filhas e Francisca da Silva, que faleceu em 15 de Fevereiro de 1796, detentora de uma boa posição económica, com uma riqueza que ia além da fundiária e de escravos, como se vê pelo testamento feito em 12 de Novembro de 1770. Três anos depois, morreu o Desembargador, na capital do Reino, sem ter conseguido resolver o problema da herança patrimonial paterna, que passou a ser dirimido pelo primogénito João Fernandes Grijó²³ e a filha da madrastra de seu pai.

O sargento-mor e o Desembargador tiveram em comum um dos primeiros atributos de um homem de negócios Setecentista, o não temerem o risco, embora calculado. Foi factor potenciador do êxito relacionarem-se com figuras chave da Corte, mormente com o círculo do ministro do reino, que veio a ser marquês de Pombal²⁴.

.....

²² Este autor fez pesquisa em vários arquivos e também no Arquivo Público Mineiro.

²³ Crê-se que os 4 filhos varões do Desembargador terão vindo com o pai para Portugal, em 1771. As filhas frequentaram o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, comarca de Sabará, o primeiro instituto de ensino de Minas Gerais. Já ultimado este artigo, obtive de Emília Nóvoa, a quem muito agradeço, a informação de que outro famalicense, neste caso, natural de Bente, Manuel Baptista Landim, que comprou o Mosteiro de Landim, tinha estado em Tejuco, também ligado à exploração de diamantes. Numa pesquisa sucinta, verifiquei que foi a este que o Desembargador nomeou tutor das filhas, quando teve de vir a Portugal, por ordem do Marquês de Pombal. João Baptista Landim foi sargento-mor no Brasil, tal como tinha sido o pai do Desembargador.

²⁴ Nasceu em 1699 e faleceu em 1782, percorrendo a sua vida quase todo o século XVIII, que foi marcado pela sua acção.

Bibliografia

- Cardoso, Manuel da Silveira, *O Desembargador João Fernandes de Oliveira*, Coimbra, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XVIII, 1979, pp.303-318.
- Furtado, Júnia Ferreira, *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*, S. Paulo, Editora Companhia das Letras, 2003.
- _____, «Honrados e úteis vassalos: os contratadores dos diamantes e a burguesia pombalina», in Menezes, Lená Medeiros, et alli. (org), *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*, Rio de Janeiro, Editora Eduerj, 2002, pp.147-173.
- _____, «Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino», in *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Edição de UFMG, 2001, pp. 13-19 e 81-121.
- _____, *O Livro da Capa Verde, o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, São Paulo, Editora Annablume, 1996.
- Lima Júnior, Augusto de, *História dos diamantes nas Minas Gerais*, Rio de Janeiro, Editora Dois Mundos, sd.
- Machado Filho, Aires da, *Arraial do Tejuco, cidade Diamantina*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980.
- Santos, Joaquim Felício dos, *Memórias do Distrito Diamantino*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1976.

As Moedas Romanas Da Estação Arqueológica de Perrelos

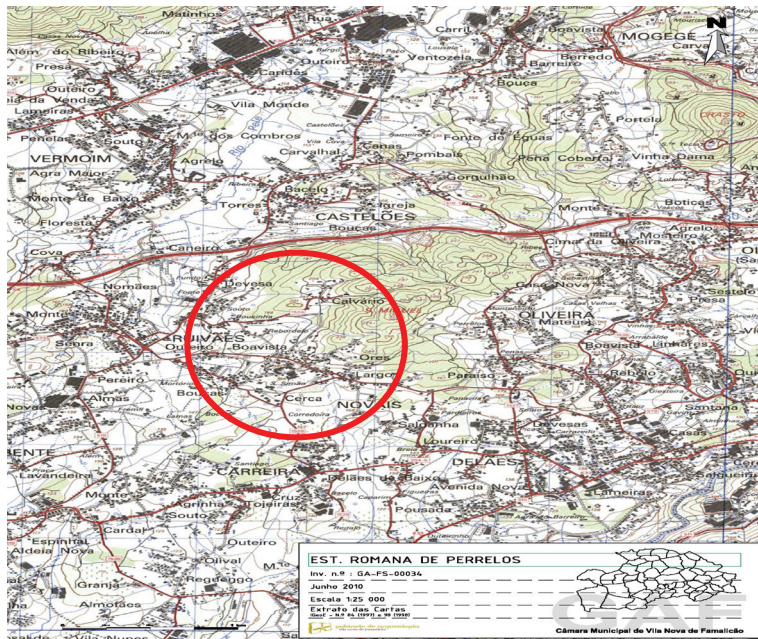
por Felisbela Oliveira Leite¹

Introdução

O presente trabalho acarreta a transladação, para o domínio público, de uma pequena amostragem do espólio recolhido durante as escavações na Estação Arqueológica de Perrelos e da sua monta para a datação da mesma. Considerando o elevado número de espólio recolhido entre 1998 e 2004, constituído por material cerâmico, vítreo, metálico, e pétreo, e a ausência de meios para se efectuar, de forma célere, uma análise aprofundada das colecções, optou-se por iniciar o estudo e a publicação de uma parte do mesmo que comporta 37 moedas em bronze. O ensaio efectuado contribuiu eficazmente para o entendimento do sítio.

A Estação Arqueológica

A Estação Arqueológica de S. João de Perrelos situada no lugar de Perrelos, nas freguesias de Delães e Ruivães, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, deve o seu nome à pequena capela dedicada a S. João lá existente.



▲ Localização da Estação da Estação Arqueológica de Perrelos na Carta 1:25.000
(Folha 84 – Selho/ Guimarães dos S. C. E)

¹ Técnica Superior, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Os primeiros vestígios de ocupação humana da estação deverão pertencer ao segundo milénio antes de Cristo, atestados por alguns fragmentos de cerâmica, de pasta grosseira, polida, exumados em contextos de aterro da estação. Os indícios de habitat deste período, pese as várias prospecções realizadas, não foram detectados, mas poderão estar sob os vestígios do povoado da Idade do Ferro, o Castro de S. Miguel, referido por vários autores (Costa1706, 329; Sarmiento1933, 165, 169), ao longo dos tempos, mas que nunca foi escavado.

O primeiro local a ser intervenionado, arqueologicamente, foi a necrópole medieval localizada junto à capela de S. João. Aí, foram descobertas 53 sepulturas, cronologicamente enquadráveis entre o séc. IX e o séc. XIV, e cujos resultados se encontram publicados no Boletim Cultural – 15, Câmara Municipal de V. N. Famalicão (1998, 213-221).

Após a escavação parcial da necrópole, devido a factores que se prendiam com a pressão urbanística, surgiu a necessidade de efectuar prospecção numa das plataformas que lhe são sobranceiras. Um dos factores que mais contribuiu para essa realização foi o facto de, na necrópole, terem aparecido fragmentos cerâmicos com datação anterior à das sepulturas descobertas.

Os trabalhos desenvolveram-se entre 1998 e 2004. Inicialmente enquadrados em “trabalhos de emergência” passaram a “Plano de Trabalhos Arqueológicos” (PNTA) permitindo descobrir um sítio arqueológico romano. A dispersão dos achados e os dados recolhidos indicam a existência de uma possível *vicus* (Silva 2005, 46).

Entenda-se que um *vicus* romano é um pequeno aglomerado urbano (Alarcão1998, 77). Pese o facto de a área escavada ser somente de 1100m², encobria a presença de um conjunto de três edifícios, um deles com hipocausto. Coadunando com o tipo de ocupação referida foi descoberto igualmente uma quantidade de espólio cerâmico de fabrico regional e de importação; vítreo; pétreo e metálico.

A análise da plataforma escavada permite inferir que dos três edifícios detectados, só dois são contemporâneos, no que refere à construção, finais do séc. III/ inícios do séc. IV.

Deste período são poucos os materiais e os dados recolhidos, durante a escavação, que permitam descrever com segurança o dia a dia da população que aí habitou. Só o largamento da área escavada, para Norte, poderá ajudar a aprofundar o conhecimento sobre este período. Julga-se, contudo, que já na periferia do aglomerado urbano foram construídas umas termas. Estas serviam a uma parte da população, nomeadamente os habitantes da casa detectada a Sudeste da plataforma. As referidas termas, de pequena dimensão, funcionaram no edifício com hipocausto, onde assentaria o *caldarium* e o *tepidarium*, no compartimento que lhe é contíguo. A Este, estava localizado o *frigidarium* onde parece ter existido uma pequena piscina. Logo de seguida encontra-se o *apodyterium*, localizado junto à entrada.

Algures no tempo, em meados/finais do séc. IV, as termas são abandonadas e após sofrerem uma remodelação passam a ser utilizadas como habitação. Essa função mantém-se até à construção, na parte Este da plataforma., de uma nova habitação em madeira.

A maior parte da informação recolhida, durante os trabalhos arqueológicos, é precisamente deste período cronológico.

Tudo aponta para que no edifício com hipocausto se tenha instalado um ferreiro que o transformou na sua habitação e oficina. Para a ocupação deste espaço, por este artífice, poderá, ter contribuído o facto de aí existirem materiais passíveis de serem utilizados como matéria-prima, tais como chumbo e bronze de caldeiras e canalizações de água quente que anteriormente serviam as termas.

As Moedas

O grupo de moedas, objecto deste estudo, foi recolhido dentro das áreas habitacionais e de circulação. Sendo constituído por 37 pequenos bronzes, maioritariamente *Nummus*, enquadráveis no séc. IV, encontra-se depositado no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Abreviaturas usadas:

N – nummus CI – Constantino I D – Delmácio Cn – Constante
 CII – Constantino II Cs – Constâncio II J – Juliano (c) – César

Catalogo²

320-329

Casa da Moeda Indeterminada

Nº de moeda	Den.	Gov.	Reverso	Oficina	Referência	Total
10	N	CI	DN CONSTANTINI MAX AVG VOT/XX	?	RIC vol.VII?	1

336-337

Roma

14	N	D (c)	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol.VII nº 395	1
----	---	-------	--------------------------------	---	--------------------	---

Cizycus

28	N	Cn (c)	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	B	RIC vol.VII nº130	1
----	---	--------	--------------------------------	---	-------------------	---

Arelate ou Constantinopola

23	N	Cn (c)	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol. VII ?	1
----	---	--------	--------------------------------	---	----------------	---

25	N	CII (c)	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol. VII ?	1
----	---	---------	--------------------------------	---	----------------	---

337-341

Roma

7	N	Cs	SECVRITAS REIP	?	RIC vol. VIII nº 9	1
---	---	----	----------------	---	--------------------	---

Antioquia

6	N	Cs	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol. VIII nº 58	1
---	---	----	--------------------------------	---	---------------------	---

Nicomédia

8	N	Cs	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	A	RIC vol. VIII nº 20	1
---	---	----	--------------------------------	---	---------------------	---

Indeterminada

2,15, 26, 29, 31,34,36	N	CII, Cs ou Cn	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol. VIII ?	7
---------------------------	---	---------------	--------------------------------	---	-----------------	---

18	N	Cn	GLORIA EXERCITVS, 1 estandarte	?	RIC vol. VIII?	1
----	---	----	--------------------------------	---	----------------	---

347-348

Arelate

1	N	Cn	VICTORIAE DD AVGG Q NN	I	RIC Vol VIII nº 87	1
---	---	----	------------------------	---	--------------------	---

Occidental

3, 37	N	Cs ou Cn	VICTORIAE DD AVGG Q NN	?	RIC vol VIII?	2
-------	---	----------	------------------------	---	---------------	---

Oriental

35	N	Divo C	VN-MR	?	RIC vol. VIII?	1
----	---	--------	-------	---	----------------	---

348-361

Arelate

(357-358)	AE3	J(c)	FEL TEMP REPARATIO, cavaleiro caído	III	RIC vol. VIII nº 268	1
-----------	-----	------	-------------------------------------	-----	----------------------	---

Indeterminada

16, 21, 22, 24, 27, 32	AE3	?	FEL TEMP REPARATIO, cavaleiro caído	?	RIC vol. VIII?	6
---------------------------	-----	---	-------------------------------------	---	----------------	---

9 (358-361)	N	?	VICTORIAE DD NN AVG ET CAES	?	RIC vol. VIII?	1
----------------	---	---	-----------------------------	---	----------------	---

33	AE4	Cs ou J	SPES REIPVBLICE	?	RIC vol. VIII?	1
----	-----	---------	-----------------	---	----------------	---

Ilegíveis

5, 11,12,13, 17,19,20,30	?	?	?	?	?	8
-----------------------------	---	---	---	---	---	---

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

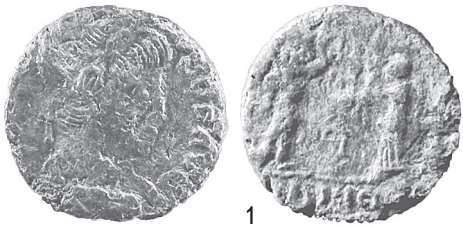
--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--

² Para efeitos do catálogo, as moedas foram agrupadas por data e casa da moeda. Seguindo-se o número da moeda, denominação da moeda, governante, legenda do reverso em que se enquadra, oficina em que foi realizada e referência do catálogo que permitiu a classificação da moeda.



1



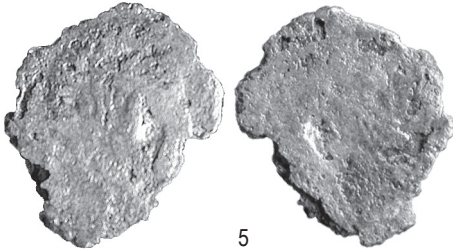
2



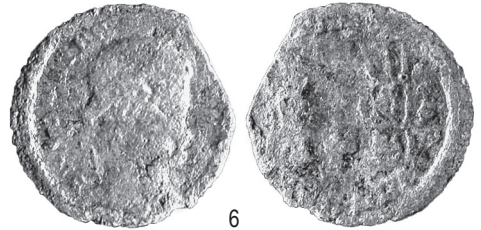
3



4



5



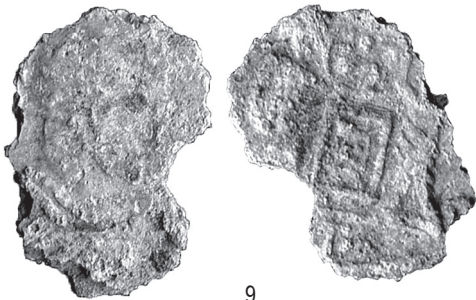
6



7



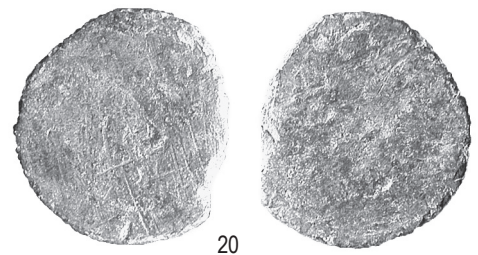
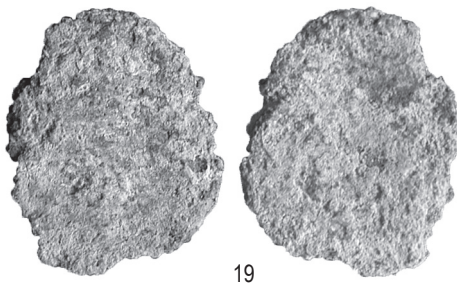
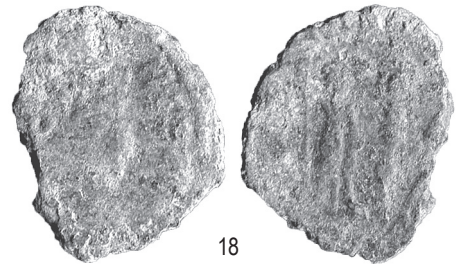
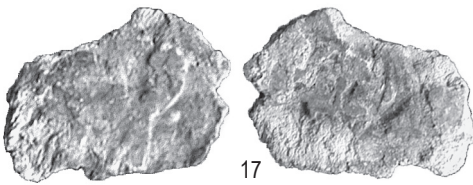
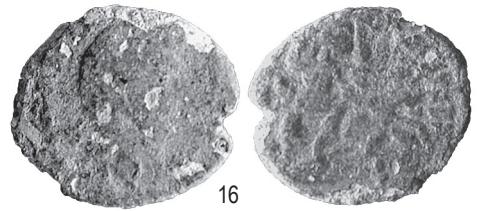
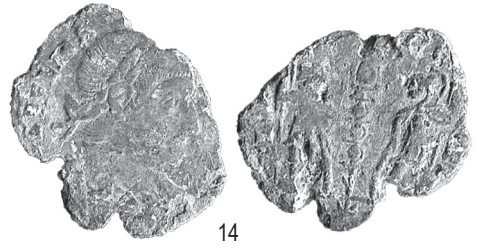
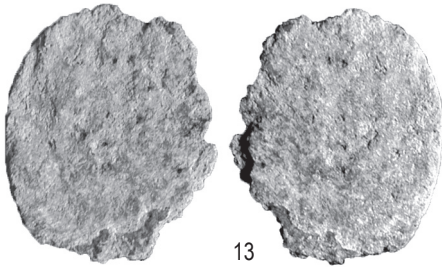
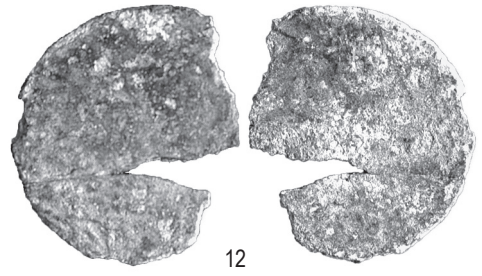
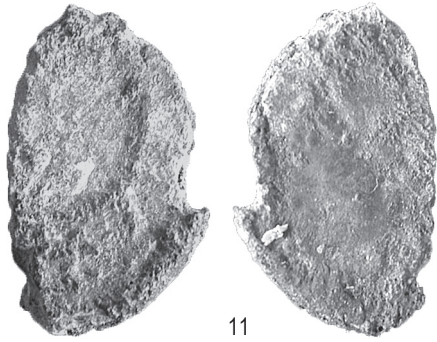
8

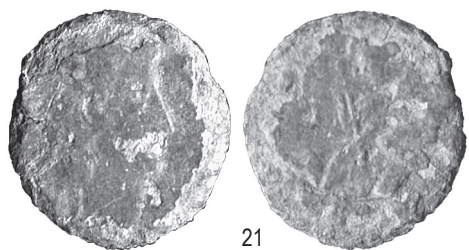


9

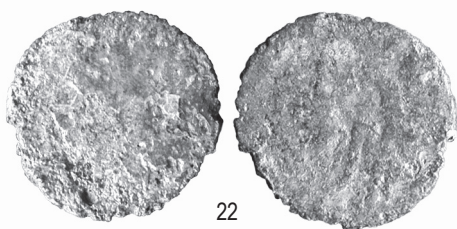


10





21



22



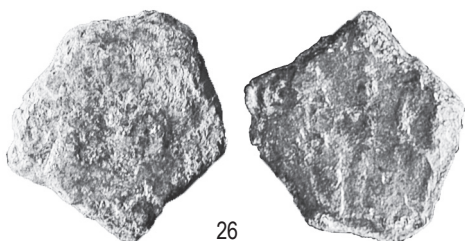
23



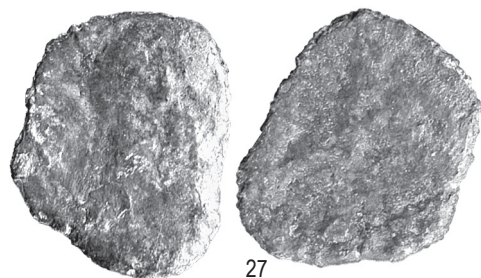
24



25



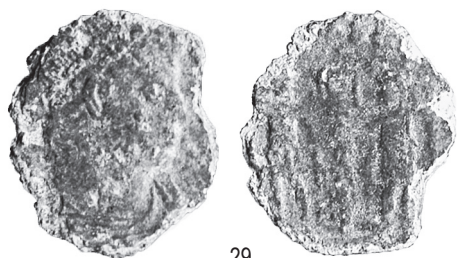
26



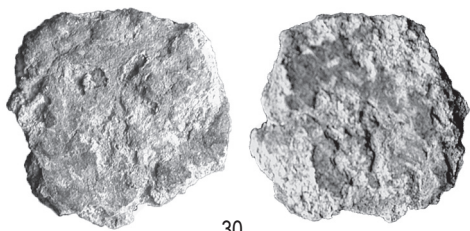
27



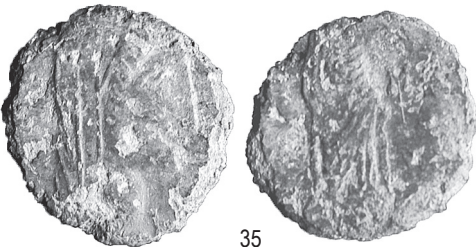
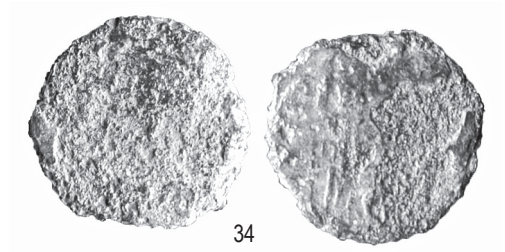
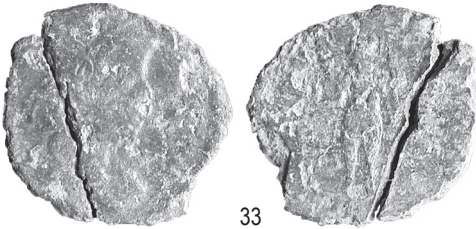
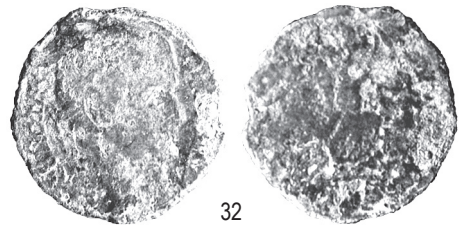
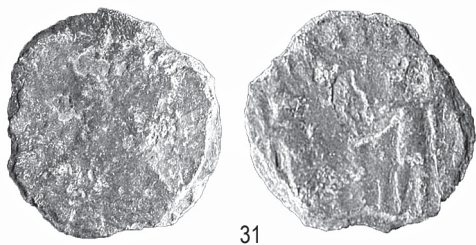
28



29



30

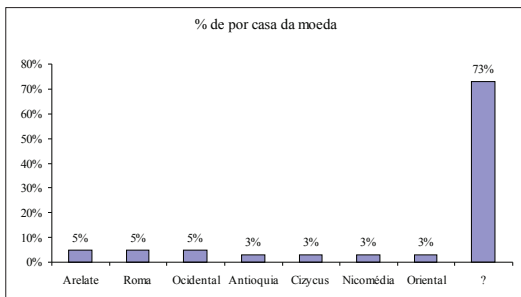
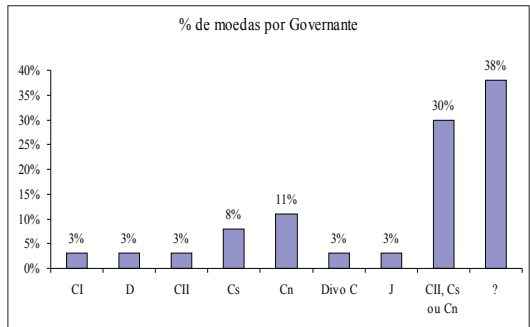
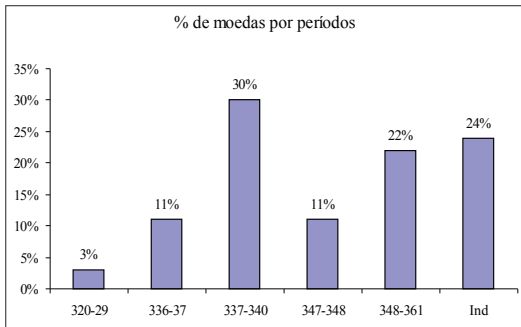


Interpretação dos dados e conclusões

Partindo do pressuposto que as moedas recolhidas, apesar de escassas, são uma amostra aleatória de moedas que foram perdidas e não recuperadas, pretendeu-se, com o seu estudo, compreender, mais do que datar, a história da estação, bem como, contribuir para a compreensão da circulação monetária romana nesta região.

Para uma melhor interpretação das moedas em catálogo apresentam-se os gráficos correspondentes às percentagens de:

- Moedas por período;
- Moedas por governantes;
- Casas da moeda representadas.



Numa primeira análise é possível verificar que as moedas são maioritariamente de meados do séc. IV.

Considerando, apenas, as que permitiram alguma identificação pode-se afirmar que foram cunhadas no período dominado pela casa de Constantino I, inserindo-se cronologicamente entre 320 e 361. Este facto, permite inferir que terão permanecido em circulação pelo menos, até ao final do séc. em que foram cunhadas tendo, muito provavelmente, continuado em uso durante o século seguinte.

Os períodos cronológicos mais representados são:

337-340, com 30% das ocorrências;

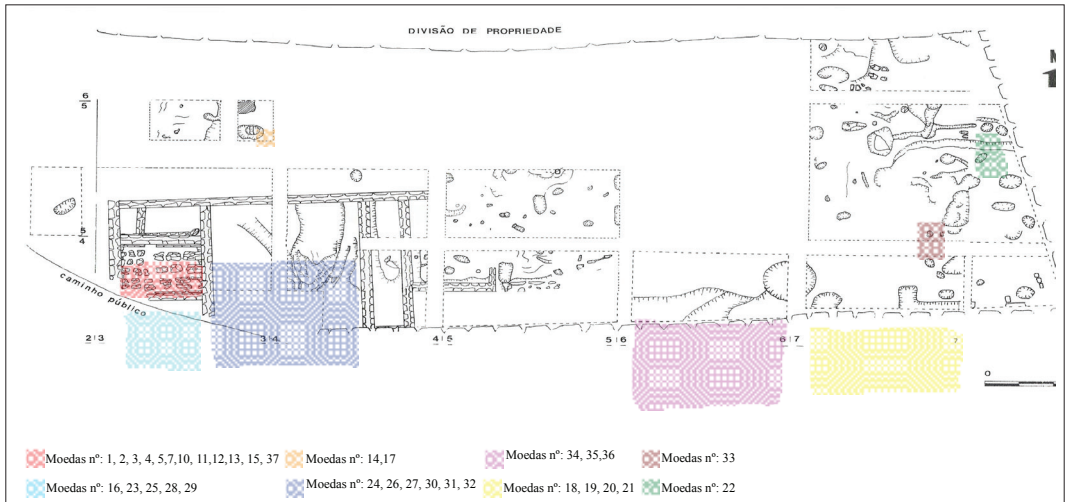
348-361, com 22% das ocorrências.

O que se coaduna com os dados recolhidos noutros sítios arqueológicos e com os tesouros tardorromanos encontrados na área do concelho (Barbosa1995; Pinto1996).

Esta baliza cronológica tem como data inicial o ano da morte de Constantino I, e conseqüentemente o início do governo dos imperadores Constantino II / Constâncio / Constante. Não é de estranhar que estes governantes sejam os mais representados no conjunto, o que também, se enquadra com os centros emissores identificados.

Em cerca de $\frac{3}{4}$ das moedas resgatadas não foi possível identificar a casa de moeda original. Relativamente às restantes verificou-se predominância da cunhagem ocidental em detrimento da oriental. A explicação para este facto reside na sua localização geográfica.

Para um melhor entendimento e análise de dispersão das moedas a figura nº1 representa um croqui da área escavada. As diferentes tramas sinalizam os locais de resgate das moedas.



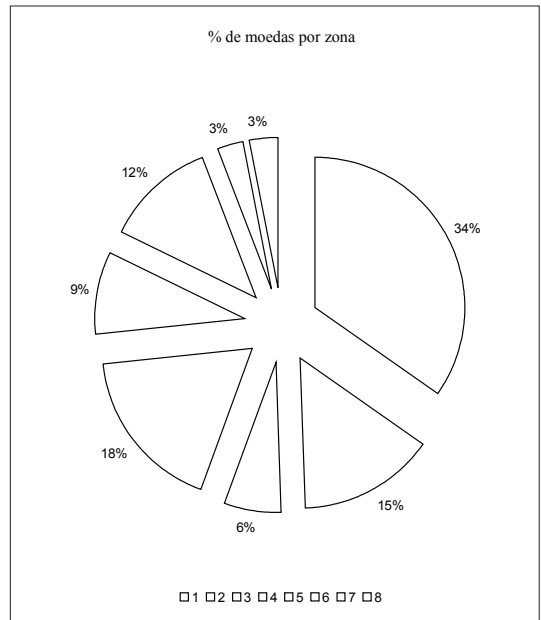
▲ Figura nº 1. Planta da área escavada

Pelas manchas de dispersão é possível verificar que a maior parte das moedas foram recolhidas nas quadrículas onde existiram estruturas habitacionais. O edifício com hipocausto (termas remodeladas em habitação/oficina) apresenta uma maior concentração das mesmas, no total 67% das moedas recolhidas.

A análise percentual põe em evidência o compartimento a que chamamos de *præfurnium* representando 34% do lote estudado. No *præfurnium* encontram-se representadas moedas de todos os períodos cronológicos, incluindo a moeda mais antiga.

Estes dados, articulados ao conhecimento de que o *præfurnium* foi reutilizado como fundição, permite-nos inferir que estes numismas já se encontravam fora do circuito monetário ou que, o valor dos mesmos era inferior ao do metal que os compunha. O grau de desgaste e os cortes que apresentam reforçam a ideia da grande circulação e desvalorização sofrida.

A conjugação destes dados com o estudo do restante espólio, recolhido nas diversas campanhas de escavação, permite atestar que em meados do séc. V estas moedas ainda eram usadas ou preparavam-se para ser reutilizadas.



Bibliografia:

- ALARCÃO, J.(1988): *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América, Mem Martins.
- BARBOSA, J. P. (1995): *Um tesouro monetário tardiorromano de Cabeçudos (V.N. Famalicão)*, La Moneda Hispánica: Ciudad y Territorio, Actas del I Encontro Peninsular de Numismática Antigua, (Anejos de Archivo Español de Arqueología XIV), Madrid, p. 245-252.
- BRUUN, P. M. (1972): *The Roman Imperial coinage*, VII, London.
- COSTA, A.C. (1706-1712): *Corografia portuguesa e descriçam topografica do Reyno de Portugal*. Lisboa, 3 vol. (2.ª ed., Braga, 1868-1869), p- 329.
- KENT, J. P. C. (1981): *The Roman Imperial Coinage*, VIII, London.
- OLIVEIRA, F. M. S (1998) A necrópole de S. João de Perrelos. A escavação de emergência – primeiros resultados, *Boletim Cultural-15*, Câmara Municipal de V. N. Famalicão, Vila Nova de Famalicão, p. 213-21.
- PINTO, Marcelo S. M.(1996): *Tesouros monetários Baixo-Imperiais Entre Douro, Ave e Tâmega*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p.27 (dissertação de Mestrado, policop.)
- SARMENTO, F. M. (1933) *Dispersos*. Coimbra.
- SILVA, A. C. F. (2005) coord.: *Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Romanização*, História de Vila Nova de Famalicão, Ed. Quasi, Vila Nova de Famalicão, p. 11-61.

Escavações arqueológicas na Mamoa I de Mar de Água

por Margarida Moreira¹

Introdução

O Núcleo Megalítico de Vermoim, composto por 4 mamoas, localiza-se nas freguesias de Vermoim e Vale de S. Cosme, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. Situa-se no Alto dos Montes de Santa Cristina, num lugar denominado Mar de Água, na parte sudeste de uma chã alongada no sentido Sul/Norte.

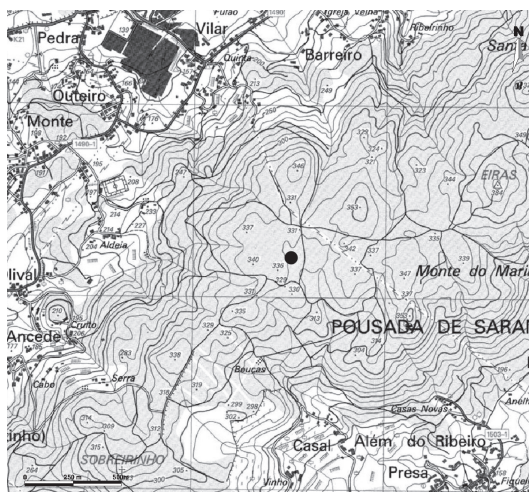
Actualmente toda a área se encontra florestada com eucaliptos e o solo está coberto por vegetação rasteira, essencialmente fetos e tojos.

A Mamoa I, segundo a folha 84 da Carta 1:25000 dos Serviços Cartográficos do Exército (Fig. 1), apresenta a seguinte localização:

Latitude: 41° 26' 1" N

Longitude: 8° 25' 21" W

Altitude Absoluta: 330m



▲ Fig. 1 Carta Militar N.º 84 (IGEOE) – Localização da Mamoa I.

No momento em que se iniciaram os trabalhos de escavação no monumento, este encontrava-se já muito destruído, com uma grande depressão central, onde foi implantado um marco de divisão entre as freguesias de Vale de S. Cosme e Vermoim. Não havia qualquer esteio visível, e por toda a sua área era ainda possível observar uma grande quantidade de buracos, alguns de grande tamanho, possivelmente provocados por animais.

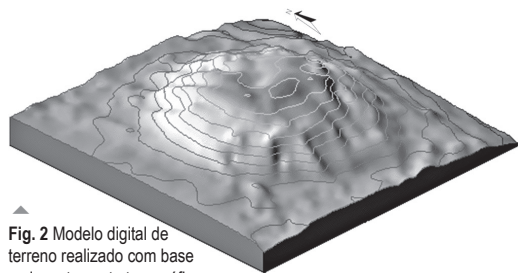
Trata-se de um monumento de grandes dimensões, que apresenta um *tumulus* sub-elíptico, constituído por terra e pedras, encontrando-se estas dispersas por toda a sua superfície.

Os trabalhos de escavação, efectuados até ao momento, decorreram com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão através do seu Gabinete de Arqueologia e contaram com a colaboração de alunos da Escola Profissional de Arqueologia, ao abrigo do Protocolo assinado entre as duas instituições.

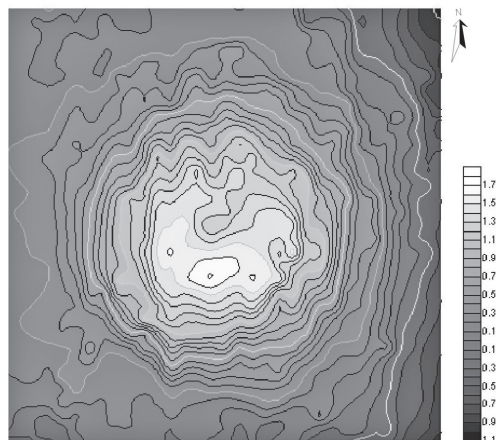
¹ Arqueóloga.

Metodologia e Trabalhos de Escavação

A metodologia utilizada no início dos trabalhos foi a usual em monumentos deste tipo. Assim, e após a remoção da vegetação existente foi feita a quadriculagem de toda a área da mamoa, com uma rede de quadrados de 2m/2m, orientados pelos pontos cardeais. Após a limpeza e delimitação da totalidade do monumento procedeu-se ao levantamento topográfico, tendo sido feita a respectiva planta (Figs. 2 e 3).



▲ Fig. 2 Modelo digital de terreno realizado com base no levantamento topográfico.



▶ Fig. 3 Planta realizada com base no modelo digital de terreno.



▲ Fig. 4 Elementos pétreos pertencentes à couraça.

Posteriormente, foi feito o registo gráfico e fotográfico de todos os elementos pétreos que se encontravam visíveis.

Seguidamente iniciou-se a remoção da camada humosa e à medida que novos elementos pétreos iam sendo postos a descoberto, foi feito o respectivo registo (Fig. 4). Estes teriam pertencido à couraça da mamoa, mas, possivelmente devido aos trabalhos aí efectuados aquando da plantação de eucaliptos, apresentavam-se bastante dispersos.



▲ Fig. 5 Vista de conjunto da couraça na zona da câmara funerária.



▲ Fig. 6 Vista geral do contraforte.

Espólio

No decorrer dos trabalhos de escavação foi recolhido espólio cerâmico, lítico e um fragmento de fíbula em bronze, provavelmente “vinda” do Castro de Vermoim ou do Castro de Santa Cristina, que se localizam nas proximidades deste núcleo megalítico.

Relativamente ao espólio cerâmico, foram exumados diversos fragmentos sem qualquer tipo de decoração e cuja dimensão não permite a reconstituição de formas. Foram ainda recolhidos 4 fragmentos de cerâmica campaniforme, 3 dos quais pertencentes ao mesmo recipiente, que se encontram neste momento em fase de estudo (Figs. 9 e 10). Enquanto a maioria dos fragmentos não decorados foi recolhida na camada humosa ou no crivo, os fragmentos campaniformes pertencentes ao mesmo recipiente foram recolhidos na área do contraforte que faz a ligação entre a câmara funerária e o possível corredor de acesso.

No que respeita ao espólio lítico, foram recolhidos alguns fragmentos de lascas em sílex, um micrólito trapezoidal e um machado em anfibólito (Figs. 11 e 12).

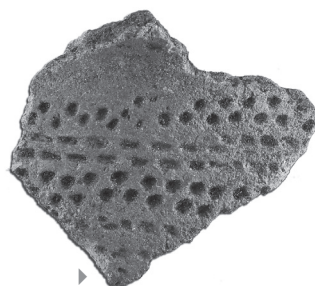
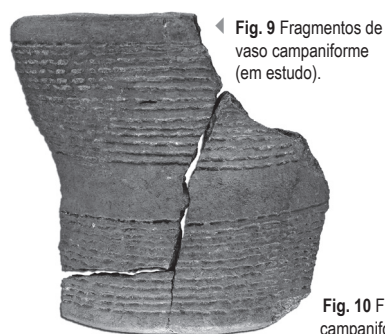


Fig. 11 Micrólito trapezoidal em sílex.



Fig. 12 Machado em pedra polida (anfibólito ?).

Considerações Finais

Tendo em atenção os resultados obtidos até ao momento, cremos ser de todo o interesse continuar com os trabalhos de escavação, uma vez que pensamos estar em presença de um dos monumentos megalíticos mais importantes do concelho. Será também importante, após a conclusão dos trabalhos na Mamoia I, a escavação dos restantes monumentos do núcleo, a fim de podermos ter uma visão de conjunto do megalitismo da freguesia.

Actualmente o monumento encontra-se sem vegetação e os eucaliptos que ali existiam foram retirados pelo proprietário do terreno, Quinta de Compostela, a quem desde já agradecemos o trabalho realizado. Todo o monumento está delimitado com uma cerca, com cerca de 50 cm de altura, em madeira e, para melhor elucidar os visitantes, existe uma placa explicativa sobre o monumento em particular e o megalitismo em geral, ali colocados pela Câmara Municipal.

Bibliografia

- DINIS, António Pereira; Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Famalicão – O Megalitismo; Boletim Cultural 9; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; pp. 41-65; Vila Nova de Famalicão; 1989.
- JORGE, Vitor Manuel de Oliveira; O Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu; Volume I (texto); pp. 24,25; Porto; 1982.

Património Arquitectónico pré-industrial no Vale do Ave – Azenhas & Açudes.

por Rogério Bruno Guimarães Matos¹

Os moinhos não são apenas um dos mais pitorescos adornos da paisagem. Eles representam também, (...) a forma mais evoluída de um sistema primitivo de trituração dos grãos de cereal entre duas pedras, para o fabrico de farinhas alimentares, (...) que substituiu a força do braço pela acção das correntes da água (...).²

Nas margens do rio Ave nas freguesias de Fradelos, Ribeirão e Lousado existe um conjunto edificado pré-industrial com características arquitectónicas únicas. Esses edifícios existem nas margens norte e sul do rio Ave, normalmente aos pares, comunicam entre si por intermédio de um Açude. As Azenhas e os Açudes são parte integrante de um sistema formado por diversos elementos, arquitectónicos e paisagísticos, que pela sua unidade adquirem valores culturais e sociais, que lhes conferem a designação de Património.

Em 1975 foi proclamado em conselho da Europa o ano Europeu do património arquitectónico, desenvolveram-se grandes esforços no conjunto dos países europeus, na sensibilização da opinião pública para os insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, urbanos ou rurais, herdados do passado. Nesse ano o Comité de Ministros reconheceu que o património arquitectónico, é uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura Europeia, constitui a herança comum de todos os povos. A sua conservação exige o empenho e a solidariedade efectiva de todos os estados europeus. Assim sendo, adoptou-se e proclamou-se vários princípios fundamentais na defesa do património arquitectónico, tais como:

O Património Arquitectónico Europeu é constituído não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem; A presença do passado no Património Arquitectónico contribui para um ambiente equilibrado e completo, indispensável à vida dos cidadãos; O Património Arquitectónico é um capital de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico; A estrutura dos conjuntos arquitectónicos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades; O Património Arquitectónico pode desempenhar um papel importante na educação.³



¹ Licenciado em Arquitectura, pós-graduado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

² OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim; "Tecnologia Tradicional Portuguesa – Sistemas de Moagem"; Instituto nacional de Investigação científica – Centro de Estudos de Etnologia; 1941.

³ Carta Europeia do Património Arquitectónico; Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro de 1975.

Em 2000 Cracóvia, no espírito da Carta de Veneza de 1964, sob o título “O Património cultural como fundamento do desenvolvimento da civilização”, foi submetido em Sessão Plenária vários princípios orientados para a salvaguarda dos bens culturais. Na carta de Cracóvia é importante salientar a expansão do termo Património que passa a englobar não apenas o edificado, mas também a *morfologia, as funções e as estruturas urbanas, na sua interligação com o território e a paisagem envolvente*(...)⁴. As paisagens podem ser também reconhecidas como Património cultural, são o resultado e o reflexo da *interacção prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico. São testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente.*⁴

Perante tais convenções somos obrigados a reflectir sobre a nossa realidade e rever o que actualmente identificamos como Património. É evidente que o conceito de Património está em permanente evolução, e é fundamental acompanhar essa evolução, para direccionar políticas de preservação que contemplem os valores patrimoniais emergentes. Património não se restringe apenas ao monumento, mas compreende também conjuntos de construções mais modestas e a sua envolvente paisagística, incluindo elementos naturais, construções envolventes, que contribuem para a identidade do meio. As Azenhas e os Açudes existentes no Vale do Ave, património arquitectónico pré-industrial são uma marca, ainda presente, do que foi a actividade exercida durante séculos na margem do rio Ave. São conjuntos edificados no curso do Rio que se estendem como um sistema interligado, desde a nascente até à foz existindo vários exemplares no Concelho de Vila Nova de Famalicão.



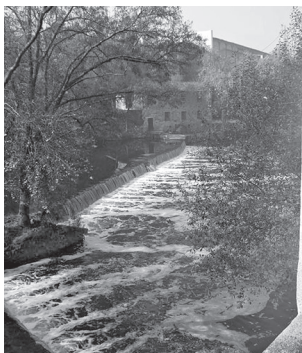
▲ Fotografia Panorâmica Azenha de Chaves, Açude com Freixo e Azenha da Portela; Trofa.



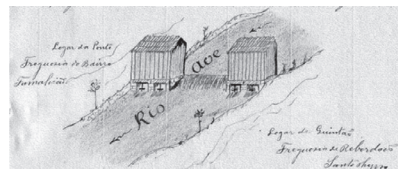
▲ Azenha de Povoação; Fradelos; V.N. Famalicão.



Envolvente Azenha de Povoação; Fradelos; V.N. Famalicão.



Açude da Azenha de Povoação; Fradelos; V.N. Famalicão.



Projecto de Licenciamento para cobrir de colmo moinhos de Verão; Ponte, Bairro, V.N. Famalicão; 1902.



Açude da Azenha de Chaves; Fradelos; V.N. Famalicão.



Azenha de Chaves; Fradelos; V.N. Famalicão.

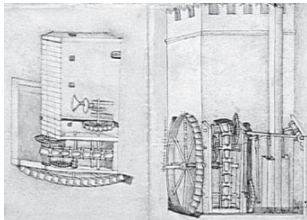
⁴ **Carta de Cracóvia 2000 Princípios para a conservação e o Restauro do Património Construído;** Cracóvia, Polónia; 26 de Outubro de 2000.



Moinhos do Folón; Galisa; Vale del Rosal.



Azenha Belga; Grimbergen.



Desenho do Sistema de Moagem; Molin d' eau; Museu do Louvre.

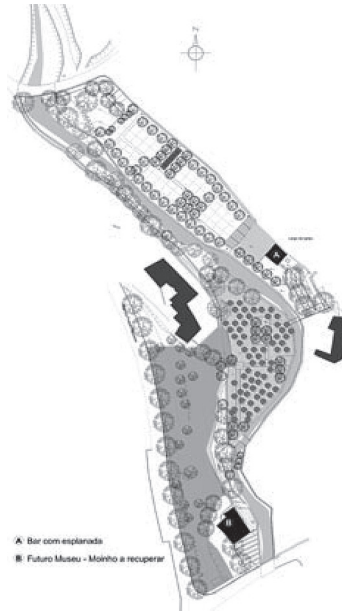


Roda Vertical de Azenha; Chile.



MUÍÑOS DE SAMEIRA

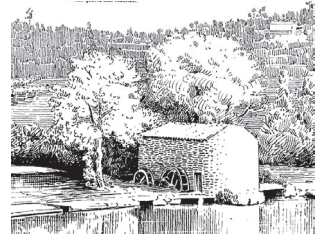
- 1.- Muíño de Cubo de Abaixo
- 2.- Muíño de Canceleda
- 3.- Muíño de Povilas
- 4.- Muíño do Cego
- 5.- Muíño da Lariña
- 6.- Muíño do Barreiro
- 7.- Muíño de Balboa
- 8.- Muíño da Espiga
- 9.- Muíño do Esperón
- 10.- Muíño Muñeiro
- 11.- Muíño de Suárez
- 12.- Muíño de Cabezudo
- 13.- Muíño do Tassalán
- 14.- Muíño de Correia
- 15.- Muíño de Catalina
- 16.- Muíño Novo
- 17.- Muíño da Ponte
- 18.- Muíño de Xirome
- 19.- Muíño de Campelo
- 20.- Muíño dos Canabales
- 21.- Muíño dos Carballos
- 22.- Muíño de Santiaguño
- 23.- Muíño de Arriba



Plano Urbanístico da Ribeira de Santiago de Rio de Moinhos; Borba.



Moinho de água da Montaria; Reabilitação; Viana do Castelo.



Azenha do Rio Ave; Secretaria de Estado da Cultura; Moinhos e Azenhas de Portugal; Fernando Galhano; Lisboa 1978.



Azenha de "Lousado"; Lousado; V.N. Famalicão.



Azenha de Chaves; Fradelos; V.N. Famalicão.

Dessa fusão entre o Natural – *Rio Ave* – e o Construído – *Azenhas e Açudes* -nasceu um conjunto patrimonial de rara beleza, com elevado potencial, mas incompreensivelmente por explorar. O mesmo não acontece em vários países Europeus e da América Latina, que implementaram políticas de salvaguarda e preservação deste tipo de património, valorizando e promovendo a região. Em Espanha são conhecidas as “*Rutas de los Molinos*” espalhadas por todo o país, que se transformaram em pontos de atracção turística e cultural fortemente enraizados, (Ruta dos Muíños do Folón e do Picón; Ruta de los Molinos de Sameira; Ruta de los Molinos da Freixa; etc), ou mesmo os projectos de reabilitação dos moinhos para fins turísticos em Múrcia.

“REUTILIZACIÓN DE MOLINOS Y ALMAZARAS DESTINADOS AL TURISMO EN LA REGIÓN DE MURCIA

En los últimos años en la Región de Murcia se está llevando una política de recuperación de antiguos molinos con fines turísticos principalmente, la primera experiencia fue la rehabilitación de los molinos del río Segura en Murcia que en la actualidad cumple funciones de museo sala de exposiciones y en donde se puede conocer todos los artilugios que formaban parte de los antiguos molinos y que allí todavía se conservan. Más recientemente se han recuperado en el Noroeste regional tres molinos y una almazara que se están utilizando como hospederías o como casas rurales. Estos edificios se han rehabilitado mediante la subvención del programa LEADER que también ha financiado la recuperación de la maquinaria de otros molinos y almazaras en Lorca y Jumilla que se han destinado a otros fines.”⁵ Em França, Inglaterra e Bélgica preservam-se este tipo de equipamentos, adaptando-os a novos usos: para fins turísticos, ou mesmo integrando-os em políticas educacionais.

No Chile realizaram-se projectos de reabilitação de moinhos incluindo-os em rotas culturais, salvaguardando hábitos de elaboração artesanal da farinha. “**CHILOÉ RECUPERARÁ MOLINOS DE AGUA PARA ESTABLECER UN NUEVO EJE TURÍSTICO.**

La ruta de los molinos utilizados para la elaboración artesanal de harina y cereales, Chiloé llegó a sumar más de 200 molinos. Hoy sólo quedan seis, los únicos que permanecen activos en el país. Un visionário proyecto pretende restaurar doce de estos aparatos, para establecer un circuito turístico en su entorno y de paso, recuperar una vieja tradición chilota, donde se forjó buena parte de la mitología de la isla.”

Em Portugal existem algumas iniciativas que desenvolveram esforços na preservação deste tipo de equipamentos, integrando-os em projectos actuais, como por exemplo:

O Parque Linear do rio Pavia com o centro de Interpretação Ambiental em Viseu. “*Viseu: Programa Polis recupera moinhos.*

A recuperação dos moinhos da Balsa, no Rio Pavia, onde ficará instalado o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) de Viseu integra a transformação que o Programa Polis está a permitir na zona ribeirinha da cidade (...).

O CMIA, cujo espaço físico já está concluído e deverá começar a funcionar após a conclusão das obras do Parque Linear do Rio Pavia, vai ocupar dois edifícios em pedra que foram outrora moinhos e lagares de azeite, tendo o projecto mantido oito pias de azeite originais e a roda motriz.”

O arranjo urbanístico da Ribeira de Santiago de Rio de Moinhos, realizado pela Câmara Municipal de Borba.

O trabalho intitulado – “Moinhos e Azenhas de Loures”, realizado pela Câmara Municipal de Loures em parceria com a Universidade Nova de Lisboa ou mesmo a iniciativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

“Abertura do Núcleo Museológico Moinhos de Água de Montedorno Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, assinalado a 18de Abril, dá o mote para um dia diferente nos moinhos de água da freguesia montanhosa da Montaria, em Viana do Castelo. Com caminhada pelas “Paisagens de Água”, a projecção de um filme, a visita ao renovado Moinho da Costa e a abertura do novo Núcleo Museológico dos Moinhos de Água da Montaria, o dia é assim dedicado ao “Património Rural e Paisagens Culturais”.

O lema do IGESPAR para assinalar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios assenta na perfeição na Montaria: ao património natural de paisagens montanhosas, junta-se agora a renovação de diversos moinhos de água e engenhos que, no conjunto, formam um roteiro que poderá ser visitado.”

O conjunto de Municípios pertencentes ao Vale do Ave tem ao seu dispor um património arquitectónico pré-industrial e paisagístico de elevada importância, que urge integrar numa estratégia de intervenção. Através de um plano de salvaguarda e preservação pois existem factores como o (abandono, acção humana, intempéries, etc), que contribuem dia após dia, para a degradação e descaracterização dos edifícios. (...) Os moinhos, dominados pelas moagens industrializadas, mais consentâneas com a lei dos tempos actuais, vão sendo pouco a pouco postos de parte, e extinguem-se ao abandono, esventrados e vazios.²

⁵ **Torres, Maria Teresa Penalver;** “Um Turismo Alternativo: Reutilización de Molinos y Almazaras”; Universidad de Murcia; Cuadernos de Turismo,Nº2; 1998.



Azenha de Povoação; Fradelos; V.N. Famalicão



Vista Interior da Azenha da Portela sobre a Azenha de Chaves; Bairros; Trofa.



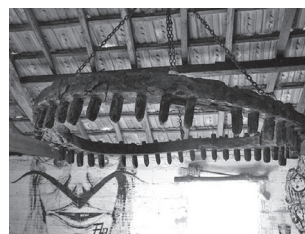
Azenha de Sam; Ribeirão; V. N. de Famalicão.



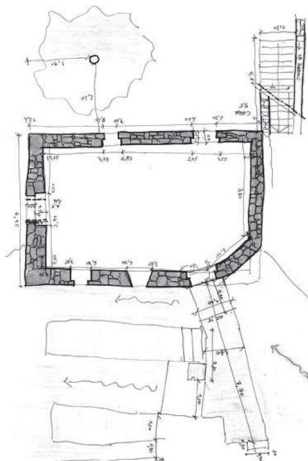
Açude da Azenha da Agra da Bragadela; Ribeirão; V.N. Famalicão.



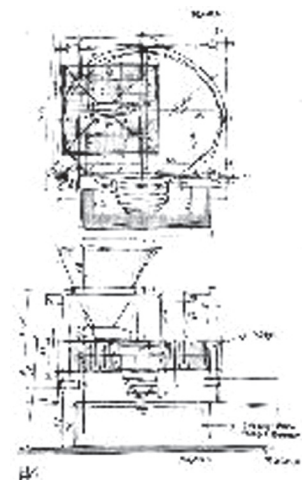
Açude da Azenha da Agra da Varzea; Ribeirão; V.N. Famalicão.



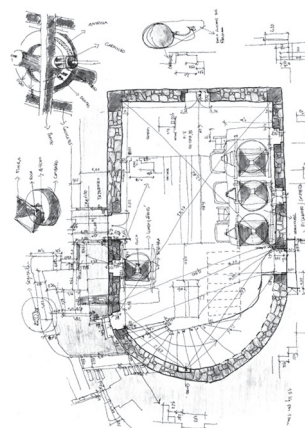
Interior da Azenha de Povoação; Fradelos; V.N. Famalicão.



Levantamento Métrico da Azenha de Chaves; Colaboração Arqtª Joana Couto; Fradelos; V.N. Famalicão.

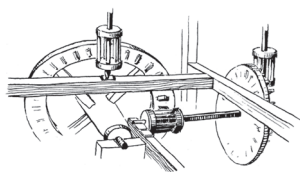


Levantamento Métrico do Sistema de Moagem da Azenha de Frades; Colaboração Arqtª Ana Costa; Maganha; Trofa.



Colaboração Arqtª Ana Costa; Levantamento Métrico; Azenha da Portela; Trofa, Bairros.

Em 2008 foi realizado um trabalho de reconhecimento do património pré-industrial nas margens norte e sul do Rio Ave, nos Concelhos de Vila Nova de Famalicão e Trofa. Em Vila Nova de Famalicão com o apoio da Casa da Cultura, foi verificado *in loco*, por uma equipa pluridisciplinar, que existe um conjunto de Azenhas, Açudes e suas envolventes com valor patrimonial que merece atenção. Esse trabalho de campo serviu para perceber, o estado actual dos edifícios e a sua importância no meio onde se inserem. Pretende-se dar continuidade ao trabalho que foi iniciado, o que só será possível com o apoio conexo entre o Pelouro da Cultura e Urbanismo. Cooperação essa fundamental para a realização de um inventário técnico sobre este legado, que permite registar no “tempo” rigorosamente o existente, por intermédio de projectos de levantamento, enriquecendo o espólio cultural do Concelho. Permite também obter informação técnica, que à posteriori, poderá ser a base para uma metodologia de intervenção adequada, direccionada para a preservação e salvaguarda.



"desdobramento"; Moinhos e Azenhas de Portugal; Fernando Galhano; Lisboa 1978.



Padieira da Azenha de "Lousado"; Lousado; V.N. Famalicão.



Açude e Praia fluvial; Lugar da Barca; Ribeirão; V.N. Famalicão.



Conto Infantil Baseado nas Azenhas do Ave; "Guidinha e a Azenha Encantada" – Coleção Portugal Encantado; Edições Nova ,Gaia; 2007.



Crianças no Rio; Lugar da Barca; Ribeirão; V.N. Famalicão.



Fotografia Antiga de 1938; Azenha da Barca e Açude; Finzes; Trofa.

O Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos de Etnologia realizou um trabalho sobre "Tecnologia Tradicional Portuguesa – Sistemas de Moagem" onde menciona as Azenhas do rio Ave. "

As Azenhas do rio Ave estão geralmente aos pares uma de cada lado do Açude que atravessa o rio. (...) cada uma dessas Azenhas mostrava um poderoso quebra-mar, maciço, de granito bem aparelhado, com cerca de 4m de espessura; É frequente haver duas rodas em cada Azenha, ora uma a seguir à outra na mesma gola ou em golas independentes, ora, mais raramente, uma de cada lado." 1

A investigação intitulada "Contributo para a salvaguarda do Património Arquitectónico – Azenhas & Açudes no vale do Ave, paisagem e memória.", em desenvolvimento na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, tem vindo a reflectir sobre o património pré-industrial ribeirinho do Ave:

As Azenhas e os Açudes são estruturas arquitectónicas indissociáveis que tiram partido de técnicas construtivas exemplares e únicas, altamente resistentes, adaptadas ao meio onde se inserem. As Azenhas são edifícios peculiares, concebidos para albergar os engenhos de moagem constituídos pelos vários elementos de madeira, pedra e ferro, que compõem um sistema complexo, extremamente eficaz no exercício da actividade da moagem do cereal.

Em Vila Nova de Famalicão nas Freguesias de Fradelos, Ribeirão e Lousado foram analisadas 6 Azenhas que partilham os seus Açudes com a margem Sul, Concelho da Trofa. Desse conjunto fazem parte: a Azenha de Povoação, a Azenha de Chaves, a Azenha de Sam, a Azenha da Agra da Várzea (demolida por acção do homem), a Azenha da Bragadela e a Azenha de "Lousado".

Estas estruturas arquitectónicas associadas a um conjunto de elementos: caminhos, árvores, praias fluviais, muros de xisto, entre outros, existem em perfeita harmonia com a Natureza e fazem destes locais referências para a memória colectiva.

As Azenhas são edifícios que se diferenciam dos moinhos de rodízio, pelo seu porte, pela superior capacidade de moagem e pelo seu sistema construtivo. São construídas especialmente para cursos de água com caudal apreciável estando preparadas para fazer frente à violência das cheias. São edifícios robustos implantados nas margens do rio, habitualmente uma de cada lado, enquadradas com o Açude.

O lugar tem um protagonismo primordial, na implantação da Azenha e na definição da forma do Açude que varia sempre caso a caso. Geralmente cada Azenha tinha mais do que uma roda, que se movimenta-

vam entre canais de água, (golas), localizados entre o remate do Açude e a Azenha. Em alguns casos o rio envolve a Azenha por todos os lados transformando o edifício numa ilha. Nestes casos pode dispor de várias rodas, de um lado e do outro do edifício, como se verifica na Azenha de Povoação, na Azenha de Sam e na Azenha de “Lousado”.

Por vezes verifica-se uma característica peculiar muito própria das Azenhas, a força motriz de uma roda é multiplicada duas vezes, permitindo mover duas mós, (...) *uma entrosga move dois carretos*.⁶

O valor cultural que este conjunto de Azenhas e Açudes representa vai mais além dos bens materiais, atrás descritos e são o testemunho ainda vivo de costumes, tradições e hábitos locais, únicos que estão na base da identidade da população local. A importância e o valor cultural que estes equipamentos representam para a região é incontornável, no entanto quando nos deparamos com a realidade actual, levantam-se uma série de questões:

A paisagem ribeirinha “*a frente de água*” tão valorizada na história das cidades, é um território da cidade?

Porque é que no panorama internacional e nacional se explora este valor para diversos fins – Turismo, Cultura, Educação?

Será importante dar oportunidade às novas gerações de conhecerem o rio, as suas praias fluviais, as Azenhas e Açudes com as técnicas de moagem tradicionais?

Os recursos vão-se diluindo no tempo e são cada vez mais escassos. Quer pela falta de uso, pelo abandono, pela acção dos agentes erosivos, pelas intervenções do homem sem fundamento técnico, ou ainda pelo vandalismo que contribuem constantemente para a descaracterização do Património.

É pertinente actuar na Conservação, Preservação, Salvaguarda e Valorização do Património Local sob pena de perdermos, de maneira irreversível, parte da nossa identidade, *expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura e que constitui a herança comum de todos os povos*.³

Património. Esta bela e muito antiga palavra estava na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.⁷

⁶ GALHANO, Fernando; “Moinhos e Azenhas de Portugal”; Associação Portuguesa dos amigos dos Moinhos; Lisboa 1978.

⁷ CHOAY, Françoise; “A alegoria do Património”; Arte e Comunicação; Edições 70,LDA; Maio de 2006.

História da Capela da Lapa e o Museu

por A. Martins Vieira ¹

1. Capela

1.1. Localização – Está implantada na zona mais elevada da cidade de Famalicão, mais propriamente junto do Largo Tinoco de Sousa e Rua Álvaro de Castelões, na posição Sul – Norte.

1.2. Descrição – A Capela é bastante desenvolvida, pois ocupa um espaço de 208 m². A cobertura é constituída por um telhado de duas águas, com excepção de uma pequena parte anterior correspondente ao coro – alto. Mas também neste item, a cobertura sobre a capela – mor devia ter uma cota mais baixa, porém não tem, cuja explicação será apresentada no local próprio.

Na ala nascente está implantado um oratório sob a designação de cabido que consta de um alpendre, em três águas, e apoiado na parte anterior por duas colunas de feição jónica, cilíndricas e um pouco afuniladas. No seu interior há uma mesa de altar, com um frontal ricamente pintado e, a dominar o espaço, está uma escultura com a iconografia do Senhor dos Passos a qual se apresenta repintada.

Ainda relativamente ao exterior, há quatro vãos para comunicação, três no corpo da capela e o outro referente à sacristia. Quanto a janelas, há cinco e três pequenas janelas na frontaria posterior.

A fachada principal apresenta-se com o granito estrutural bem moldurado, o que relewa o trabalho dos canteiros. E, quanto a granito no edifício, merece referência especial a grandeza do granito, sobretudo no que diz respeito ao cornijamento e pilastras, granito de textura porfiróide e da zona local. No centro do frontão da fachada principal, um pequeno campanário sineiro, reminiscência dos meados do séc. XVI e que prestara serviços até 1890, encontra-se mudo, mas eloquente.

No interior há a considerar três mesas de altar, duas colaterais e uma no presbitério, tendo as primeiras supedâneo e a terceira três degraus de acesso, em forma bocelada. A destacá-los há retábulos de rica talha dos meados do séc. XVIII.

O tecto apresenta uma forma abaulada, constituído por forro de castanho pintado a têmpera em toda a sua extensão e da mesma época o qual se estende até à sanca de madeira que está pintada a cor lápis-lazúli. Tem púlpito apoiado numa estrutura de granito marmoreado, a mísula e a gaiola é de madeira de castanho, com talha e pintura, tudo do século já referido.

Por último, a sacristia e o coro – alto.

Na ala poente, parte sul, está erguida uma torre sineira, de planta quadrangular, em quatro planos, sendo o primeiro formado por um vão com arco abatido e portão de ferro; o segundo tem uma janela de sacada, o terceiro está equipado por quatro campanários, três dos quais ocupados por sinos. No último patamar, há um



▲ Capela da Lapa - meados do séc. XVI

¹ Historiador.

varandim também quadrangular decorado por balaustrada e com quatro fogaréus. Termina a torre por uma estrutura de forma cónica e cruz latina.

Relativamente aos sinos, referem-se as suas características porque têm algum interesse.

a) Lado Sul

-Altura	80 cm
-Diâmetro	97,5 cm
-Peso	310 kg
-Som	Lá #
-Ano de Fabrico	1890
-Fabricante	“Joannes Ferreira Lima me fecit Brácara”

b) Lado Nascente

-Altura	49,3 cm
-Diâmetro	59,5 cm
-Peso	80 kg
-Som	Mi
-Ano de Fabrico	1919
-Fabricante	“Ribeiro da Silva & Companhia Lda. Braga”

c) Norte

-Altura	80 cm
-Diâmetro	38 cm
-Peso	33 kg
-Som	Si
-Ano de Fabrico	?
-Fabricante	“B. Pinto, Fundação de Sinos A Heodense”, Porto

Informa-se que estes dados fundamentam-se na altura do sino desde o cabeçalho até à campânula, e no diâmetro da mesma, segundo uma fórmula aplicada na espessura do molde onde é colocada a fusão, com a percentagem de 80% de cobre e 20 de estanho. No interior vemos uma riqueza constituída por três retábulos de talha rocaille, estando o maior no presbitério e os restantes dois na nave. Foi efectivamente a sua colocação que obrigou à alteração do pé direito existente. São muito altos e com um frontão muito desenvolvido. Após a medida efectuada, o resultado verificado foi de 7,40 m. Nesse sentido, a Capela – mor teve de se colocar na mesma cota do corpo. Os dois altares colaterais possuem supedâneos e o maior, no presbitério tem três degraus boleados para o acesso.

Na ala ocidental da nave, há paredes autoportantes que dão comunicação da porta colateral para o púlpito e coro – alto, assim como também existe do lado nascente o mesmo tipo, desde a Capela – Mor para o arquivo, e do lado oposto para a sacristia. Esta situação, numa observação pouco cuidada, aparenta a existência de duas capelas – mores intercaladas.

1.3. Orago – Como é do conhecimento geral, as Igrejas e Capelas eram construídas sob a protecção de um orago ou protector superior. E, esta Capela não foi excepção. Teve por orago S. Sebastião e Senhor Jesus, provavelmente relacionado com a crença de considerar S. Sebastião como advogado da fome, peste e guerra e nessa altura, 1569, ter ocorrido no País a Peste Grande, levando o próprio Alexandre Herculano na sua História de Portugal e numa nota, referir que em Braga a dita peste provocou grande mortandade.

Também nos “Fastos Episcopais” da Igreja Primacial de Braga, Tomo III se lê que o Arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires “*prestara assinaláveis serviços aos empestados com a construção de um hospital na Devesa para recolher e curar doentes, fazendo mesmo guardar com rigorosa vigilância as portas da cidade e ordenou a limpeza de todas as imundícies, bem como fogueiras por todas as praças e ruas*”.

1.4. Datação – Não foi, até ao presente, encontrado qualquer documento sobre a inauguração ou construção da Capela. Mas poder-se-á afirmar que em 12 de Janeiro de 1575 já estava ao culto, segundo o Índice Igrejário do Arquivo Distrital de Braga, relativamente a uma obrigação em favor da Ermida de S. Sebastião pelos devotos, e um texto da mesma data que diz o seguinte:” (...) *por virtude de Comissão do Rv.mo Senhor Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, dou licença para que em dia de S. Sebastião possam dizer missa o Senhor Abade com os demais sacerdotes e passado o dito dia não dirão missa (...)*”.

1.5. Propriedade – A Capela, em causa, é propriedade da Paróquia de Vila Nova de Famalicão. Não restam dúvidas. Basta ler as “*Memórias Paroquiais*” de 1758, documento considerado pelos historiadores como sendo de total objectividade. *Ei-lo:*

“(...) Villa Nova de Famelicção termo de Barcellos M.to R.do Snr. Dz.or e Provisor, Manda-me V.M.ce informar o que nesta freguezia de Santa Maria Magdalena de Villa Nova de Famelicção

Constar (...) Que esta freguezia se chama Santa Maria Magdalena de Villa Nova de Famelicção a qual esta na Provincia de Entre Douro e Minho, e he do Archebispado de Braga, do Archediagado de Vermoim, Comarca de Vianna, e Termo de Villa de Barcellos.

(...) Não tem Misericórdia. Tem quatro capellas ou Ermidas, a saber, huma de Santo Adrião a qual desta junto a caza da residência dos Parchos, e esta antigamente foi igreja Parochial desta freguezia e de presente a fabricão os Parochos da dita freguezia, outra de S. Sebastião e Senhor Jesus da Administração dos mesmos Parochos, que de presente se handa reindificando de novo com grandezza, outra de Santo António, que pertense a freguezia, e outra de São Francisco, em huma quinta chama (sic) do Vinhal, que pertense ao Senhor da mesma quinta, e não tem alguma destas romagem nem concurso de gente the o prezente (...)

Deus guarde a V.Mer.ce muitos annos Villa Nova de Famelicção de Abril de 23 de 1758. Aos pés de V.M.ce / Os mais reverentes e obedientes súbditos António Joze de S. Martinho de Brufe O Vigário Mathias de Faria, O Abbade Caetano Joze de Sousa Rebello”.

É de referir que o documento apresentado foi truncado porque é muito extenso e as lacunas não interferem no assunto sobre a propriedade.

Também se esclarece, para que não haja má interpretação, afirmar-se que a Capela de Santo António pertencia à Paróquia de Famalicão. De facto, nessa altura pertencia, porque a sua sede era junto à Caixa Geral de Depósitos. Mas, a partir de 1921 passou para a posse da Paróquia de Antas, visto ter sido apeada e reconstruída na rua Alves Roçadas. Ora, como sabem os leitores, todas as casas sediadas na parte nascente dessa rua pertencem a Antas. Logo a Capela de Santo António não é excepção. O que se desconhece é a existência de algum protocolo entre as duas paróquias que regulamentasse tal facto.

1.6. Vicissitudes por que passou a Capela

1.6.1. Novo orago e obras – Numa zona montanhosa, a poucos quilómetros de Sernancelhe e circunscrito na Serra da Lapa, foi implantado um centro mariano dedicado à Senhora da Lapa, com fundamento numa lenda. Está relacionada com a invasão árabe, em 711 da era cristã, e o armamento, fruto da razia provocada pelo povo invasor.

Ora, esta lenda é uma narrativa radicada na mentalidade e ambientes sociais da Idade Média, e de natureza teleológica, visto o fim sobrepor-se à causa eficiente. Mas, a verdade é que, segundo M. Gonçalves, na

História do Santuário da Lapa, tipografia Voz de Lamego, 1983, ocorrera um milagre, consequência de uma imagem de vestir que tinha estado escondida por causa dos árabes, num afloramento granítico, no princípio do séc. VIII. A dita história correu mundo e passaram a caminhar para esse local, gentes de muitas bandas, mesmo do Minho que, segundo a trova, cantavam: “*Nossa Senhora da Lapa, / Aqui vimos lá do Minho; / Somos de tão longes terras, / Mas não nos cansa o caminho*”.

Durante séculos se manteve aí o referido culto, porém no séc. XVIII espalha-se, sobretudo, pelo Norte do País, Galiza e Brasil. Constroem-se Igrejas, Capelas, fundam-se Irmandades sob a mesma invocação e colocam-se, pelos templos, esculturas com a iconografia da Senhora da Lapa. Famalicão não ficou insensível a essa onda de espiritualidade, porque, embora não construísse qualquer templo para sede desse culto, serviu-se da Capela de S. Sebastião a qual estava numa óptima posição geográfica para tal função. A Paróquia e devotos lançam-se em campanha, no sentido de angariar fundos para alindar o edifício e entram em obras. Não é necessário especificar, em pormenor, o que foi feito, apenas repetir o que o Pároco, em 1758 disse: “*A Capela de S. Sebastião se handa reindeficando de novo com grandeza.*” Também o próprio arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, num despacho enviado ao Abade e relacionado com o culto no Capela dizia: “*S.A. Serenis. / O S.or D. Gaspar / Por Despacho. Sv. De 22 de Maio. De 1763 / Consede 40 dias de Indv /lgenssias. A todos. Os fieis / que vizitarem e cantarem / O Terso de N. Sra. Da Lapa / Nesta Igreja.*”

No entanto, refira-se que a riqueza artística que hoje observamos com admiração, foi fruto da implantação do culto da Senhora da Lapa na antiga Capela de S. Sebastião.

1.6.2. Cedência da administração da Capela. Obras – A Misericórdia de Vila Nova de Famalicão em 1874 colocou a primeira pedra para a construção do Hospital de S. João de Deus, tendo sido inaugurado em 1878. Ficou ao lado ocidental da Capela da Lapa, apenas 4,84m e ainda 4 metros da frontaria para Sul. Explicando melhor, a Capela não ficou, quanto a fachadas, no mesmo enquadramento. O Hospital não tinha capela para desempenhar o serviço religioso e os Mesários em 1888 recorreram à Paróquia para cedência da Capela, embora houvesse necessidade de haver obras para que os doentes, internados no 1º andar, pudessem ir à capela sem descer e subir escadas. Mas o Hospital estava afastado. A Junta Paroquial aceita ceder a administração, mas na condição de a própria Mesa da Misericórdia fazer obras à sua conta. Concorda e chama o mestre – pedreiro Manuel António Bouças, de Antas e este apresenta um orçamento de 3.038.670 rs. (reis) para o levantamento da torre e aumentar o corpo da Capela 4m para sul e ainda a colocação do coro – alto para os doentes e funcionários assistirem aos actos religiosos sem quaisquer dificuldades relativamente a cotas. As obras foram concluídas em 1890.

Informa-se que o ressalto que se observa na cobertura da Capela alterou, profundamente o seu alinhamento, consequência, portanto, das obras referidas.

E também para que não haja outra interpretação sobre a expressão, Junta Paroquial acima referida, esclarece-se que, a partir do século XVI e sobre a instituição das confrarias, foi referido pelos superiores eclesiásticos que era obrigatório haver em todas as Paróquias a confraria do Subsino, a qual teria competências da actual Fábrica da Igreja ou Conselho Económico e ainda funções civis, pertencentes às actuais Juntas de Freguesia. Porém, com o Código Administrativo de 1878, a dita Confraria foi substituída pela Junta de Paróquia. E esta, em 1914, fora substituída pelo Decreto 478 que criou as actuais Juntas de Freguesia cujo exercício começou no ano de 1916.

1.6.3. A Capela regressa novamente à Paróquia. - A Capela da Lapa esteve ao serviço da Misericórdia durante 76 anos, 1888 / 1964 e não mais tempo, porque em 1964 foi inaugurado o novo Hospital de S. João de Deus com uma capela no seu interior. Por isso, a Capela da Lapa regressa a casa, retomando as mesmas

funções que anteriormente desempenhara – serviço religioso. Mas decorridos 29 anos, é inaugurada a Nova Matriz. Foi em Novembro de 1993, juntamente com o Centro Cívico e Casa Mortuária. Já não era tão necessária a Capela e raras vezes abria a porta para qualquer acto litúrgico, visto haver espaços suficientes com a Nova Matriz. Ora o facto do edifício estar muito tempo fechado, a carga de humidade começa a fragilizar as madeiras, facilitando a actuação dos fungos e parasitas xilófagos, bem como prejudicar a fixação das policromias, folha de ouro nos retábulos e imaginária. O tempo não tem contemplações, porque em todas as circunstâncias mantém sempre a mão de ferro!

1.6.4. Estado de conservação. - Pelo ano 1995, o Pároco, Cónego e Monsenhor Joaquim Fernandes, por causa do tempo, iria gozar férias prolongadas, mas queria “arrumar a casa”, não deixando trabalhos que obrigassem o sucessor, que ainda não conhecia a Paróquia a resolver problemas de difícil solução. Depois da construção da Nova Matriz, Centro Cívico, Casa mortuária, Residência Paroquial, Creche – Mãe, etc. faltava mais alguma coisa – restauro da Capela da Lapa. Não estava bem. Necessitava de obras quase de raiz. A cobertura estava com telhas partidas, infra-estrutura apodrecida, necessitando de total substituição, forro fragilizado pela água da chuva, pavimento constituído por soalho de pinho sem segurança, portas degradadas, reboco a cair tanto dentro como fora, etc. etc. Mas também o recheio constituído, na sua maior parte por madeira de castanho, em curto espaço de tempo, iria perder-se.

Situação muito complexa, porque o Pároco deparava-se com um dilema: queria fazer as obras, mas não tinha dinheiro, nem tinha coragem para bater novamente às portas daqueles que o ajudaram na construção dos imóveis acima referidos. Também sabia que dentro da Capela havia riquezas que se iam perder, se imediatamente não houvesse intervenção; também sabia que esse património cultural religioso é um testemunho vivo de uma comunidade paroquial passada, presente e futura. Passada, porque num espírito de fé tinha contribuído para sua aquisição, presente porque é usufrutuária e futura, porque também terá direito a esse mesmo usufruto.

Mas, como homem “mais quebrar que torcer,” perspicaz, corajoso, preferindo ficar prejudicado a ficar mal, pensa bem sobre o assunto e, num acto de inspiração, tem uma ideia: converter a Capela num museu de arte religiosa com as peças lá existentes, e outras que estavam arrumadas na Matriz Antiga, e, ainda outras de Paróquias que, mediante um protocolo, podiam enriquecer ainda mais o museu, passando este a chamar-se arciprestal.

Mas precisa, para o caso, de alguém que o acompanhasse. Nesse sentido, chama alguns amigos a quem apresenta o assunto e todos o apoiam porque todos estavam de acordo, declarando que o espólio existente, embora deixasse de fazer parte do culto religioso, continuava a transportar a sensibilidade religiosa de épocas passadas, bem como a mentalidade dos crentes e que os valores lá colocados não eram dos outros, mas sim, de todos.

1.6.5. Comissão instaladora – Numa reunião presidida pelo Senhor Cónego e Monsenhor Joaquim Fernandes, constituída por Dr. Agostinho Fernandes, Dr. Artur Sá da Costa e Dr. A. Martins Vieira, foi tratado o assunto relativo ao restauro da Capela da Lapa para aí implantar um museu de arte religiosa, visto a própria Capela ter uma boa parcela de valores imóveis, como retábulos e pinturas que já a constituíam como museu e outras lá existentes o iriam complementar. Porém, havia um ponto fulcral: falta de dinheiro. Visto o restauro não se fundamentar para fins religiosos, mas culturais, julgou-se que os empresários do concelho, como já tinha acontecido em relação à Matriz Nova, não ficariam insensíveis ao dito restauro e participariam na acção a ser levada pela comissão.

Esperançados pela causa, lá seguem os ditos elementos pelo concelho, batendo à porta de cerca de 40 empresas, cujas firmas são as seguintes: Acida, Alcino de Freitas, António Mesquita Ferrão, Arq. Armindo Costa – ACO, António Sampaio Couto, Augusto Novais, Cabelauto, Carlos A. Rego, Continental – Mabor, Construções Gabriel Couto, Lda., Cortela, Cupertino de Miranda, Dacop, Empresa Nortenha, Empresa Santo António, I. Famalicense, Lda., Fergotex, Filobranca, Gracinda Rafael, Irmãos Vila Nova, Joaquim Moreira Pinto, José M. Sampaio, José da Silva, José da Silva Rego, Lima e Companhia, Louropel, Mabera, Manuel Salgado, Moreira da Costa e Pereira, Lda., Moutados – Carnes, Ricon, Riopel, Sacramento e Araújo, Lda., Saza, Seguros Têxteis, Serafim Sampaio, Setohr Portugal, Verticália, Viarcol, Vieira de Castro e Filhos, Lima & Companhia. Mas também particulares se associaram à tarefa, como Carlos Vieira de Castro, Dr. Eugénio Mesquita e especialmente a Câmara Municipal. Todos foram muito generosos, basta a evidência do resultado: 42.590.826\$00

1.6.6. Restauros

1.6.6.1. Obras na Capela e outros:

- Cobertura totalmente nova (telha, asnas de madeira, madres, varas, ripas, chapa ondulada de fibrocimento e mdf);
- Remoção do reboco das paredes (saibro e cal hidráulica) tanto interiores como exteriores e reposição de emboço e reboco areado e pintado a branco;
- Levantamento de todo o soalho de pinho e desaterro do material existente para a formação do massame, necessário para a sobreposição do lajeado de granito;
- Pavimentação da sacristia;
- Instalação da rede eléctrica para várias funções: iluminação, som, alarme de intrusão e detecção de incêndios;
- Obras no oratório do Cabido (alpendre e todo o interior);
- Vãos de passagem em Afizélia com 5 cm de espessura e chapeados a chapa de ferro;
- Caixilharias com vidro e gradeamentos de ferro;
- Guarda – vento;
- Construção de sanitários;
- Sala para o arquivo paroquial no segundo piso, com acesso por escadaria

1.6.6.2. Intervenientes nas obras:

Cari – Construtores

1.6.6.3. Despesas

24.345.030\$00

1.6.6.4. Equipamentos

Estinel - Electricidade,
Vidraria Covelo,
Teixeira e Andrade, Lda.,
Estores Vitória,
Gabriela Charais,
Carvalho Baptista e Companhia. Lda.,
Estante vitrina,

Estante para arquivo,
Oliveira e Sousa e Silva,
J.A.Ferreira,
Vianacar,
Marmarte,
Serralharia,
Casa dos Reclames,
L.M.,
Francisco Dias Cardoso,
Bezerra, Barroso, Lda.,
Papellaria Modelo,
Mesa e Cadeira para a recepção,
Cheques,
Coro musical (Inauguração do Museu),
Casa Marinheiro e outros...

1.6.6.5. Despesas

10.404.013\$00

1.6.6.6. Intervenções nos valores museológicos

Limpezas de sujidades,
Desinfestação dos xilófagos,
Fixação da folha de ouro e policromias,
Consolidações do lenho,
Reposição de lenho.

1.6.6.7. Técnicos

Três técnicos estagiários da Escola Superior de Restauros e Conservação de Pontevedra;
Alunos supervisionados pela Dra. Isabel Dias Costa do Museu de Tibães;
Luis Pinto da Silva, técnico do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal e dois auxiliares;
Martinho Lobo, professor de restauros de madeiras;
Jorge Mesquita, Eng. da Câmara Municipal, responsável pela arquitectura geral;
A. Martins Vieira, supervisor nas intervenções das peças de arte.

1.6.6.8. Despesas

7.833.775\$00

1.6.6.9. Despesas gerais

42.582.818\$00

1.6.6.10. Saldo Positivo

8.008\$00, entregue à Fábrica da Igreja

2. Museu

2.1. Museu – É um espaço previamente preparado para receber peças de valor histórico, artístico e etnográfico, dando-lhes melhores condições de conservação e segurança:



▲ Escultura iconográfica da Senhora da Lapa - meados do séc. séc. XVIII

- a) Diz-se melhores condições de conservação, porque a implantação de qualquer museu implica, em primeiro lugar, restauro, isto é, antes das peças serem colocadas no dito espaço, têm de ser todas intervencionadas, conforma a sua “saúde”. Podem estar infestadas de parasitas xilófagos as peças de madeira; podem estar revestidas de uma camada de sujidade que esconde a verdadeira identidade; podem as pinturas perder parte da fixação das tintas; e até haver iconografias com o lenho já destruído, necessitando de reposição de novo material ou consolidação do lenho. Depois, ainda relacionado com a conservação, é passar a ter, nesse dito espaço, desumidificadores e termo-ventiladores destinados a eliminar humidades existentes, além daquelas que são permitidas;
- B) Segurança, isto é, as portas devem ser reforçadas para que haja muitas dificuldades nas entradas para fins criminosos e as janelas devem ter gradeamentos de ferro para se evitar escalamentos. E, eventualmente se houver alguma falha, actuará o alarme de intrusão, e se houver indícios de incêndio, o detector dará a informação. Mas ainda há a referir a existência de cortinados próprios para filtrar 75% dos raios infra-vermelhos e ultravioletas e 12 projectores equipados com lâmpadas de iodetos metálicos, cujos luxes não provocam erosão química nas pinturas.

2.1. Natureza – O museu está constituído por valores de natureza religiosa. Compreende peças decorativas, devocionais e peças usadas no exercício de funções religiosas:

- a) Valores decorativos:
- Três retábulos, pinturas em suporte de madeira (forro, púlpito),
 - Murais (arco cruzeiro e vãos das janelas), com tinta têmpera e uma pintura a óleo sobre tela, tudo em estilo rocaille, meados do séc. XVIII.
- b) Imaginária:
- 20 Esculturas com iconografias de Santos desde o séc. XVII até ao XX.
- c) Paramentaria:
- Casula,
 - Estola,
 - Alba.
- d) Peças usadas em actos litúrgicos:
- Estandarte,
 - Cruz de altar,

- Duas cruzes processionais,
- Seis castiçais,
- Terço,
- Duas lanternas,
- Presépio móvel,
- Cálice e patena,
- Três custódias,
- Dois missais.

e) Outras peças:

- Presépio móvel,
- Indulgenciário,
- Bula papal,
- Três coroas,
- Resplendor,
- Dois plintos,
- Pia baptismal,
- Três jarras.



Custódia do séc. XVII

Não são muitas peças. Apenas 55. Todavia valem pela sua arte e pelo tempo.

2.3. Inventário – É de realçar uma componente importante a fazer não só após a implantação das peças no museu, como em Igrejas e Capelas. Trata-se de inventários, os quais têm efeitos dissuasores, porque os furtadores sabendo que determinada peça ou peças de arte estão inventariadas, têm medo de ser apanhados, caso pratiquem qualquer acto que leve as autoridades a intervir. Sabemos que a Polícia judiciária nacional, como a Interpol passam imediatamente a interceptar o circuito comercial de valores artísticos mediante um registo que lhes chegou à mão pela Internet. Todavia, os inventários têm de obedecer a requisitos determinados. Explicando melhor, todas as forças policiais responsáveis pela luta contra o furto e tráfico de objectos de arte encontram-se ligados, mas não todos, por uma rede informática em malha, a fim de proceder a consultas recíprocas e imediatas para evitar que uma peça de arte furtada num determinado país não atinja o local mais remoto graças à rapidez dos meios de transporte. Esta actuação só é possível depois da Polícia local ter na sua rede um CD com o inventário.

Todos temos de ter bem presente que a riqueza existente no património Cultural Religioso foi sempre uma fonte de cobiça para os coleccionadores e comerciantes. Acresce dizer ainda que há uma agravante para dificultar a busca das peças furtadas – o facto das fronteiras serem livres.

Mas o inventário tem de ser feito segundo os itens recomendados pela Polícia Judiciária, descrevendo medidas, peso, punções para valores de matéria nobre, matéria-prima, antiguidade, estado de conservação, foto de qualidade ou fotos de pormenor, se necessário.

O museu da Lapa cumpriu todas as regras museológicas quanto à sua implantação e mesmo relativamente à segurança dos seus valores, fazendo uso das recomendações da própria Igreja e da Polícia Judiciária. Mas este assunto não é de agora, já vem do passado como se pode provar pelo texto que se apresenta tirado das Constituições Sinodais do Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha que em 1636/41 fora arcebispo de Braga: *“Ordenamos, & mandamos, que toda a prata da nossa Sê, & das mais Igrejas deste nosso Archebispado, seja pesada, peça por peça, & que se faça dellas inventario authentico por pessoa que tenha fé publica com testemunhas, no qual se escrevaó todas as peças, declarando a forma, feitio, & finaes de cada hua dellas*

muy particularmente, para que em nenhu tempo se possaó trocar, nem perder, & perdendo-se, se possaó cobrar as mesmas, ou outras do mesmo peso, & feittio, à custa de quem as peder: no qual inventario se poraó também todos os ornamentos, & pertenças da Igreja, no qual depois iraó os Visitadores acrescentando o que de novo se for fazendo.”

Também a Comissão Nacional de Arte Sacra e Património Cultural da Igreja, em Fátima e no ano de 1990, entre outras conclusões, determinou; “*Urgência de uma inventariação sistemática das obras de arte existentes; segurança efectiva dos objectos expostos; sensibilização do clero e dos cristãos para os valores das obras artísticas que lhes pertencem guardar e conservar; abertura de museus da Igreja destinados à arte religiosa.”*

2.4. Administração – Não só a gestão como a dinamização do Museu passaram a pertencer às competências da Paróquia e da Câmara Municipal, mediante um sistema de partilha.

Deste modo, o referido Museu adquiriu condições para que os objectivos propostos, aquando da sua implantação, sejam atingidos, tais como:

- Foco de conhecimento da Arte;
- Escola de Formação no Respeito e Estima pelo Património Cultural Religioso, que é constituído por peças que testemunham a crença de comunidades paroquiais de outras eras.



◀ Uma parcela da pintura do tecto

O Boletim do Grupo dos 29¹

por António Joaquim Pinto da Silva

Depois das Antoninas de 1895 persistiu sempre a memória dessa festa e a necessidade de existirem festas em Famalicão que atraíssem forasteiros e permitissem algum encaixe ao comércio local.

Por um lado, nesses anos de transição do século XIX para o século XX, além das antoninas de 1900 tínhamos as festas de S. Pedro, organizadas pelo Manuel Boavida (aliás Manuel José Gonçalves, 1865-1904) que se realizaram primeiro em Mões, depois em Serrões na capelinha da Senhora da Rocha, a seguir no Senhor da Agonia, em Antas e, finalmente, a última no Campo Mousinho de Albuquerque.

Por outro lado era sempre referida a necessidade de organizar festas em torno das feiras francas anuais de modo a captar mais gente e permitir que a feira não se reduzisse a umas breves horas.

A urgência de organizar uma festa anual, a 'Festa de Famalicão', como as Gualterianas em Guimarães ou as Cruzes em Barcelos, era tema recorrente na imprensa local da época.

Mas, embora nascido das Antoninas de 1906, o Grupo dos 29 não se queria reduzir a uma comissão de festas anuais, embora quando da primeira reunião na sala da biblioteca da Associação dos Bombeiros Voluntários, em 2 de Fevereiro de 1906, a Estrela noticiasse que os trabalhos da grande comissão então constituída se resumissem 'numa festa anual, imponente e grandiosa, em honra do popular taumaturgo Santo António'.

No âmbito do 'patriotismo local' ou do 'patriotismo regional', como dizia a imprensa desses anos, o Grupo dos 29 aspirava a ter uma palavra a dizer quanto a tudo que tivesse a ver com o desenvolvimento ou 'engrandecimento' da vila de Famalicão, certamente na esteira dos Fenianos Portuenses, fundados em 1904, e com os quais a 'Estrela do Minho' muitas vezes os comparava. "De toda a parte se tecem merecidos louvores ao patriótico Grupo dos 29, os Fenianos de Famalicão." (Estrela do Minho, 23 de Junho de 1907).

Talvez para equilibrar a presença do Grupo dos 29 na imprensa local da época, António de Mesquita publicaria na 'sua' Estrela do Minho, logo em Setembro de 1906, um artigo em que pretendia explicar os propósitos e os objectivos do Grupo dos 29. A transcrição é longa mas necessária.

"No dia 8 de Julho último, formoso dia de sol e de encantos, alguns cavalheiros desta vila, verdadeiros filhos e fanáticos amigos de Famalicão, que adoram este lindo e exuberante torrão do Minho, fundaram entre si um grupo, a que deram o título de 'Grupo dos 29'.

O 'Grupo dos 29' não é filiado em nenhum partido político. Os seus fundadores pertencem a todos os partidos. A principal missão do 'Grupo dos 29' é promover uma *Era Nova* para esta vila, tirando-a do torpor criminoso em que jaz. Basta isto para ser um programa cheio.

É público que para sanear, civilizar, moralizar e educar muita coisa, que para aí campeia, é preciso passar a esponja de sublimado corrosivo fortemente, sem olhar a quem, intemeratamente, sem distinções. Ora para esta urgente limpeza é que o 'Grupo dos 29' se organizou.

O 'Grupo dos 29' será sempre cortês nas suas reclamações, será enérgico e violento quando o caso exija, reclamando o que for de justiça sem atavios e favoritismos. Nas suas batalhas de saneamento atacará sempre a peito nu, com lealdade, rectidão e honra, o adversário que por perverso se achesse na sua estrada.

O 'Grupo dos 29' será implacável para tudo que o mereça. Por lhe cumprir, o 'Grupo dos 29', não deixará passar sem o seu reparo as colectividades que exorbitem das suas funções, e que descuidem os actos da sua competência. O 'Grupo dos 29' anseia e pugna por nova vida, de progresso, de ressurgimento e de moralidade. Como diz o povo, o 'Grupo dos 29' quer que isto 'entre nos eixos' e que se olhe para o futuro com olhos de

.....

¹ Câmara Municipal V.N. de Famalicão. Arquivo Histórico.

ver. Acabe-se com desmandos e ilegalidades – que já estamos fartos! Encete-se uma vida de moralidade, de coerência, de legalidade e de justiça!

O ‘Grupo dos 29’ terá de lutar com extraordinários inimigos, terá de vencer muitas contrariedades, que os retrógrados e inimigos desta terra farão por despejar sobre as suas campanhas de saneamento, de salubridade e higiene.

Nefandas intrigas, inconcessadas invejas, imbecis ódios, não faltarão a querer tolher os empreendimentos patrióticos que o ‘Grupo dos 29’ iniciar. Felizmente, com a ponta do pé, e com o chicote desmorrar-se-ão esses maus intuitos.

Ninguém do ‘Grupo dos 29’, sem discrepância, declinará as suas responsabilidades. A sua direcção pertence ao esclarecido e distinto presidente Sr. Higinio Veloso de Macedo. Nenhum, asseguro-o, porque todos, como o escreveu S. Gregório Magno, seguem o judicioso conselho de: – ‘Se contra a verdade te fizerem injúria, não a tenhas como injúria mas como lucro.’

O ‘Grupo dos 29’ não esquecerá na sua louvável iniciativa de dizer quem são os falsificadores de géneros alimentícios, homens que merecem a classificação de carrascos, de assassinos e de envenenadores da humanidade.

Chamará a atenção das respectivas autoridades para se cumprir as Posturas Municipais, que todos sabemos ser aqui letra morta.

Há dias, um meu amigo, passando por baixo da janela de uma casa, despejaram-lhe um balde de água! Todos os dias vemos baterem os tapetes às varandas, o que é um perigo para a saúde, porque o pó introduzindo-se nos olhos faz cegar e prejudica os brônquios.

É raro o dia em que não passeiam pelas ruas, à vontade, galinhas, cães e porcos, o que é uma grave transgressão das Posturas. Quase todos os dias, os carros, puxados a jericos, que fazem os carretos para a estação e vice-versa, passam com umas cargas pesadíssimas, brutais, desumanas, excessos estes que fatalmente conduzem à morte esses trabalhadores animais. Vemos, também, as crianças com figas, facto que as Posturas proibem, e muitas vezes acontece que o alvo é o corpo de uma pessoa, ou os vidros de nossas casas.

A iluminação pública... é petróleo!

Está nas condições para alumiar morcegos.

Estamos condenados a viver á sede! À Câmara não merece o menor interesse este momentoso e importantíssimo assunto, e afirmamos isto altivamente, porque quem não providencia é porque não se importa das consequências futuras. Por todas estas *desgraças* enumeradas, já se vê claramente que os Srs. vereadores cuidam tanto de fazer cumprir as Posturas, como a mim me interessa o que agora vai na China.

A Rua Direita, na maior parte do cancro, a peste, o teatro vivo da falta de educação, vivenda de regateirice permanente, não tem merecido das autoridades a precisa atenção e zelo. Ali é necessário fazer uma montaria rigorosa a diversas ... de mulheres. Joga-se para aí descaradamente, segundo me informam, e ninguém prende esses ... de uma sociedade civilizada.

É proverbial a desatenção das Câmaras para as obras de urgente precisão. Quando farão conta, os nossos edis, de fechar o velho e anti-higiénico cemitério e concluir o novo?!

A praça do peixe quando é demolida para lugar mais próprio e melhor aos interesses gerais?! Fazem-se para aí construções horripáveis, que não obedecem a planta alguma, o que vem prejudicar a beleza e estética da vila. Decididamente pretendem caçoar do brio dos famalicenses!

Todos sabem que a cocheirada que serve os alquiladores da vila são indivíduos avinagrados e malcriados, que só sabem explorar e insultar quem deles seja obrigado a servir-se. Castiguem as autoridades severamente quem prevaricar, seja quem for, sem atavios e contemplações, e terão o aplauso unânime da vila.

Se as autoridades não têm vontade de desempenhar os seus serviços, como lhes cumpre, – demitam-se!
É mal geral, infelizmente, a pouca concorrência de filhos de lavradores às escolas oficiais.

Este facto, perigosíssimo e de mau exemplo, provém de esses rudes trabalhadores desconhecerem as penalidades a que estão sujeitos perante a lei. O 'Grupo dos 29', o que é louvável, mandará distribuir manifestos que explicarão essas graves penas, convidando os lavradores a matricularem os seus filhos nas escolas.

O 'Grupo dos 29' promoverá recepções aos excursionistas que honrem com a sua vinda Famalicão.

Oficialmente, e uma vez por ano, efectuará o 'Grupo dos 29' um ... passeio com a exclusiva cooperação das famílias dos seus sócios.

A data de 8 de Julho de 1906 deve ser guardada na galeria mais íntima de cada fundador do 'Grupo dos 29', porque traduz um esforço ingente nesta pacata terra, e revela também um intenso amor e arreigado patriotismo dos seus organizadores em encetar para Famalicão uma *Era Nova* de moralidade e progresso.

A. de M. "

(Estrela do Minho, 2 e 16 de Setembro de 1906)

Embora não exista, e seja impossível reconstitui-la, qualquer lista dos membros originais do Grupo dos 29, podemos tentar saber uma boa parte dos nomes que ao grupo se associaram durante os anos fundadores de 1906 e 1907.

Temos para isso quatro listagens. A da primeira comissão das Festas Antoninas, publicada na Estrela do Minho de 4 de Fevereiro de 1906. Os primeiros corpos gerentes do grupo dos 29 (que provavelmente continuariam no lugar pelo menos até 1908), publicados no mesmo jornal em Setembro de 1906. E as duas listas contendo os nomes dos membros da comissão, provisória e definitiva, da comissão de festas de 1907, igualmente na Estrela do Minho, de 17 e 24 de Fevereiro de 1907. A estes nomes haverá naturalmente que juntar muitos outros que, embora membros do Grupo dos 29, não faziam parte nem da sua direcção, nem da comissão das Festas Antoninas, como, por exemplo, Vasco César de Carvalho.

Chegamos, assim, a 38 nomes:

Lúis da Silva Carneiro
Higino Veloso de Macedo
José Gomes da Costa Carvalho
Francisco Correia de Mesquita Guimarães
Adolfo Pereira de Lima
António Correia de Mesquita Guimarães
Padre Manuel da Costa Freitas Reis
António Augusto Fiúza de Melo
Francisco Dias Saraiva
Armindo José da Costa
Artur Garcia de Carvalho
Carlos Fernandes Carreira
António Dias Costa
António Ângelo Pinheiro da Gama
Álvaro Abílio de Barros Moreira
António Lopes da Fonseca
João António Lopes
Eduardo Azevedo Cardoso
Dr. António Ferreira de Matos

Manuel Pinto de Sousa
Joaquim António Xavier de Faria
José Ferreira Ramos
Dr. Adelino Adélio dos Santos
Camilo Rodrigues de Freitas
Plácido Ferreira de Carvalho
Joaquim Gomes Loureiro
António Fernando Malheiro
António Martinho de Andrade
Miguel Gomes Miranda
João Marques Loureiro
Alberto Leal
Dr. Avelino Cândido Ferreira de Carvalho
Álvaro Carneiro Bezerra
António Gonçalves Pinto Júnior
Jaime de Vasconcelos
José da Costa Teixeira
José Martinho Carneiro
Urias Dias Marques

Deste conjunto o grupo mais numeroso era o constituído pelos comerciantes: Luís da Silva Carneiro, Higino Veloso de Macedo, Francisco Correia de Mesquita Guimarães (também jornalista e banqueiro), Francisco Dias Saraiva (primeiro fiscal dos impostos, mas depois sócio da Confeitaria Bezerra), Armindo José da Costa (antigo amanuense da Câmara e filho do célebre director da Banda dos Voluntários, José Maria da Costa), João António Lopes (farmacêutico, dono da antiga Farmácia Lopes que depois se transformou na Farmácia Cameira), Eduardo Azevedo Cardoso (também oficial de diligências), Manuel Pinto de Sousa (jornalista e sócio da Tipografia Minerva), Camilo Rodrigues de Freitas, Plácido Ferreira de Carvalho, João Marques Loureiro, Álvaro Carneiro Bezerra, José Martinho Carneiro e Urias Dias Marques.

Temos a seguir os funcionários públicos. O secretário da Câmara, Dr. António Ferreira de Matos; os ligados à Justiça, António Augusto Fiúza de Melo e António Ângelo Pinheiro da Gama (escrivães-notários), António Dias Costa (solicitador), o advogado e notário Dr. Adelino Adélio dos Santos e Adolfo Pereira de Lima (da polícia de emigração). Depois os empregados das Finanças, Carlos Fernandes Carreira, Álvaro Abílio de Barros Moreira, António Fernando Malheiro e Jaime de Vasconcelos.

Os industriais José Gomes da Costa Carvalho, Artur Garcia de Carvalho, António Lopes da Fonseca e José da Costa Teixeira.

Os jovens da Associação dos Empregados do Comércio, António Correia de Mesquita Guimarães e José Ferreira Ramos.

Os proprietários e comerciantes ligados ao Brasil, Joaquim António Xavier de Faria, Joaquim Gomes Loureiro, António Martinho de Andrade, Alberto Leal e António Gonçalves Pinto Júnior.

Finalmente o padre e vereador Manuel da Costa Freitas reis e o médico Dr. Avelino Cândido Ferreira de Carvalho. Não temos qualquer informação sobre Miguel Gomes Miranda.

O Boletim do Grupo dos 29, de existência breve, é a prova e a forma dessa intervenção sonhada mas que se revelaria um fogacho breve e sem consequências.

Embora com gente de todos os partidos parece evidente que o peso dos regeneradores foi sempre maior. Quer a escolha do jornal onde os boletins foram publicados, 'O Regenerador' quer o facto dos dois principais líderes (Higino Veloso de Macedo, presidente do Grupo dos 29 e Luís da Silva Carneiro, presidente da comissão das festas antoninas) serem também eles, na altura, regeneradores.

Por outro lado há o facto curioso do secretário do Grupo dos 29 ser provavelmente progressista, como parece querer dizer a sua ligação A 'Estrela do Minho', que se prolongaria até á sua morte precoce, com 23 anos, em Março de 1909.

É evidente que os constantes ataques à vereação da altura, presidida pelo 2º Barão de Joane, António Luís Machado Guimarães, mas que era na realidade uma coligação desafinada entre alguns progressistas e os nacionalistas, chefiados pelo fidalgo do Vinhal, José de Azevedo e Meneses e, na Câmara, pelo padre Luís António de Almeida (vigário de Outiz e depois Bispo de Bragança), faziam parte da conjuntura política da época que não era nada favorável ao Barão de Joane.

Lembremos que em Janeiro de 1906 a 'Estrela do Minho' noticiava a reeleição deste titular depois de muita discussão, como Presidente da Câmara, o que não era normal na imensa maioria das vereações em que as reeleições nunca eram discutidas e muitas vezes nem sequer eram referidas nas actas.

Parece certo que o Barão de Joane, tirando o seu velho companheiro José Bernardino da Costa e Sá, nunca teve um apoio sólido nesta sua vereação.

Muitos anos depois, em 1917, Rodrigo Terroso recordava assim, nas suas 'Figuras Antigas', a relação que tinha existido entre José Bernardino e o Barão de Joane:

“[José Bernardino] era esperto. Metia-se muito na política. Pertencia ao partido progressista, deveras ligado a um progressista também – o António Machado, que o ouvia em todos os assuntos partidários e até nas coisas particulares mais de costa alta (...)

O António Machado (Barão de Joane) tomava o que o Zé dissesse como dogma. O António Cristino, reflão com os outros, ouvia-o com acatamento. O Barão de Trovisqueira fingia que lhe acreditava a clarividência.

O resto, escutava-o como a inspirado.” (Estrela do Minho, 3 de Novembro de 1917).

Embora estes boletins nunca venham assinados parece razoável pensar que a sua autoria seja do secretário do Grupo dos 29 e colaborador da ‘Estrela do Minho’, António Correia de Mesquita Guimarães (1866-1909).

Jovem que cresceu depressa, aos 15 anos já tinha montado uma ‘agência literária’ que vendia e encomendava livros e publicações periódicas de qualquer origem, António Mesquita ou ‘Neca Mesquita’ seria depois visto e tido como o primeiro ajudante de seu pai, o comerciante, jornalista e banqueiro Francisco Correia de Mesquita Guimarães, sócio gerente da Casa Bancária Brandão & C^a.

Um dos factos mais referidos nestes boletins é a polémica em relação à construção de um novo cemitério municipal.

Lembremos que nestes anos a questão do cemitério era o melhor traço divisório entre regeneradores e progressistas.

Embora esta questão já viesse dos tempos de Adriano Pinto Basto, foi na vereação de José de Azevedo e Meneses, integrada no seu ‘Plano de Melhoramentos’ que se pensou e começou a concretizar o projecto de construir um novo cemitério.

Depois de várias hesitações e hipóteses alternativas decidiu-se construí-lo nos terrenos de Moço Morto, o que motivou logo no ano seguinte uma violenta campanha do progressista Rodrigo Terroso, no seu jornal o ‘Minho’, contra esta localização.

Não é agora altura de contarmos a história do cemitério municipal, o que faremos numa próxima oportunidade, mas sempre diremos que a posição dos progressistas, ou da maior parte deles, foi evoluindo no sentido de dar primazia à necessidade de encerrar o velho cemitério da Avenida Barão de Trovisqueira importando menos o local em que fosse construído, embora sem especiais ou nenhuma simpatias por Moço Morto.

No entanto, depois do Alvará do governador civil de Braga, de Julho de 1907, obrigando ao encerramento imediato do cemitério da Avenida Trovisqueira, registou-se, com muita surpresa dos vários partidos, uma espécie de resistência popular aos enterramentos em Moço Morto (principalmente pela precariedade da vedação do terreno), preferindo muita gente sepultar os seus familiares em cemitérios paroquiais (Antas e Calendário) do que no novo cemitério municipal, facto que aconteceu principalmente nos anos de 1907 e 1908.

O primeiro boletim além de revelar logo de início uma grande animosidade contra o presidente da Câmara e o seu apoiante número um, o que não deixa de ser estranho num colaborador tão assíduo da ‘Estrela do Minho’ que tratou sempre com muita simpatia estes dois políticos, tocava particularmente em José Bernardino da Costa e Sá já que se referia à reconstrução da casa que este tinha adquirido no Largo da Lapa, ou melhor no início da Rua Direita (actual Rua Dr. Francisco Alves).

José Bernardino, natural de Cabeçudos, tinha sido o dono da Quinta das Hortas, na Segonha, casa depois vendida em praça. Viveu nesta casa da Rua Direita até cerca de 1910 ou 1911, ano em que se mudou para Landim. Viria a falecer no Hospital da Misericórdia em Março de 1913.

Mas este mesmo José Bernardino da Costa e Sá tinha sido o autor de um projecto de alargamento desta Rua Direita, desde a actual Casa da Cultura até ao Largo da Lapa, que nunca se concretizaria.

No entanto, vendo a Planta Geral da Vila, de 1854, parece evidente que cada um dos proprietários nomeados (Luís José de Faria e José Bernardino) reconstruiu as suas casas no exacto local em que situavam anteriormente, porque o recuo da casa do primeiro em relação à do segundo já aparece nessa planta.

Aliás na licença para a reconstrução da sua casa, de Agosto de 1906, José Bernardino declarava que prescindia de qualquer indemnização no caso de o alargamento da rua se fazer em qualquer altura.

Ora, como sabemos, o alargamento desta rua só se faria, já no tempo do presidente da Câmara Álvaro Folhadela Marques, entre 1953 e 1955, mas apenas a partir do cruzamento da Rua Direita com a Rua Camilo Castelo Branco e fazendo o alargamento exactamente do lado contrário da rua. Por isso a casa que foi de José Bernardino da Costa e Sá resistiria e só seria demolida já na década de 1990.

Com o termo destes boletins em Março de 1907 o grupo dos 29 continuaria a desenvolver as suas actividades até ao seu momento alto, porventura esperado desde o início, ou seja, a conquista do poder camarário, quando Higinio Veloso de Macedo e Luís da Silva Carneiro são eleitos vereadores na última vereação monárquica, presidida por Daniel Augusto dos Santos (1908-1910).

“Grupo dos 29. Esta prestimosa agremiação local congratulando-se pela entrada na vereação municipal do seu digno presidente Sr. Higinio de Macedo, fez-lhe há dias uma entusiástica manifestação de simpatia.

Achamos bem.

O Grupo dos 29 patrioticamente promove o engrandecimento de Famalicão.

E, agora na Câmara, o seu mais graduado representante, melhor ele pode cumprir a sua missão bairrista, sabendo-se que a nossa edilidade outra coisa não deseja nem com outros intuitos se deixou eleger que não seja para promover o engrandecimento da nossa terra.” (Estrela do Minho, 6 de Dezembro de 1908).

Boletim do Grupo dos 29

Nº 1 – 29 de Setembro

“Si el Error está en tus hermanos, en alguna colectividad de hombres que pueblen algun ângulo de la tierra, debes poner cuantos médios estén à tu alcance, à fin de conducirlos al camino de la Verdad. Si así no lo haces, traicionas tu deber”. Palavras de José Mazini, na sua obra ‘Deberes del Hombre’, que todo o individuo deve ler e estudar.

É exactamente esta judiciosa doutrina que o ‘Grupo dos 29’ seguirá na sua carreira, e que cumprirá desassombadamente.

O ‘Grupo dos 29’, desejava e queria veementemente não ter que censurar nunca os actos de ninguém, e antes ter de escrever palavras de louvor e incitamento a quem quer que fosse, sobre qualquer respeito.

O ‘Grupo dos 29’, não faz uso da maligna arma da injúria, por mais enérgico que haja de ser na sua conduta, porque as injúrias são as razões dos que não as tem.

O ‘Grupo dos 29’, confessa e diz, como E. Thiaudiére:

“A mais digna e a mais rara das amarguras é não poder derramar a mãos cheias o bem que se deseja com toda a alma”.

Vai merecendo os ásperos reparos dos homens mais indiferentes, a construção de um prédio no Largo da Lapa, pertencente ao Sr. José Bernardino da Costa e Sá, digno vereador da Exma. Câmara Municipal.

O modo porque se está a fazer a construção prejudica seriamente o alinhamento das Ruas Álvaro de Castelões e Direita, erro intolerável que ninguém pode consentir que se faça e pratique jamais.

O Sr. Costa e Sá, mandou deitar abaixo toda a frente do seu prédio, que por sinal é pegado a um que o Sr. Luís de Faria reconstruiu também.

O Sr. Luís de Faria, foi obrigado pela Exma. Câmara, por influência directa do vizinho vereador, a recuar a frente de sua casa. Assim fez, no que andou bem. O terreno que ficou devoluto, consta-nos, foi cedido à Exma. Câmara pelo Sr. Faria.

O Sr. Costa e Sá, tinha por obrigação fazer construir a sua casa pelo alinhamento da do Sr. Faria. Isto nota claramente o raciocínio de uma criança. 'Não é preciso ir a Coimbra' para pensar desse modo. É lógico, é claro, é racional.

Mas, infelizmente, não sucede o que a boa razão requeria. O Sr. Costa e Sá, que influenciou na Exma. Câmara para o Sr. Luís de Faria recuar o prédio, está construindo a sua casa tendo-a *puxado* alguns metros à frente da do Sr. Faria!

Para os leitores aceitarem isto, nós convidámo-los a ir ao Largo da Lapa examinar a verdade das nossas queixas.

Aí está, pois, a clara, a límpida incoerência! A Exma. Câmara tem que obrigar o seu digno vereador a cumprir a lei!

Estará a Exma. Câmara decidida a tolerar tão desmesurada tolice, ou abusivo propósito?!

A lei é igual para todos. Exigimos, na qualidade de munícipes que somos, que a Exma. Câmara faça respeitar a lei, e cumpra-a também. O exemplo deve vir de cima!

Não consentimos tão escandalosa incoerência! Protestamos como filhos de Famalicão que reclamam da Exma. Câmara o cumprimento da lei!

A Exma. Câmara tem que ouvir e atender à voz do povo, ao clamor dos munícipes, ao protesto vigoroso dos famalicenses!

"No município, escreve Lavelage, a soberania do povo não é uma palavra vã, uma fórmula ambiciosa ou a palavra de ordem da revolta contra o poder constituído; é *um facto tradicional, a prática pacífica de direitos reconhecidos*".

A Exma. Câmara é obrigada a respeitar e fazer cumprir tudo que seja coerência, legalidade e justiça!

Se a Exma. Câmara não está resolvida a seguir à risca aquela verdadeira e justa trilogia, os eleitores de Famalicão não desconhecem os meios que devem pôr em prática.

Aí fica, singelo mas energicamente traçado o protesto do 'Grupo dos 29'.

(O Regenerador, nº 361, 29 de Setembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 2 – 6 de Outubro

O 'Grupo dos 29' não nasceu da política, nem se fundou por política, nem viverá para a política.

O 'Grupo dos 29', é uma colectividade absolutamente independente, uma verdadeira Liga dos Interesses de Famalicão, e os seus intuítos, sob todos os pontos de vista, não podem ser melhores.

A velha questão do cemitério parece prolongar-se indefinidamente, num arrastamento enfadonho e aviltante.

A Câmara, quer escolher outro local para a construção do novo cemitério, alegando não servir o terreno ou sítio do Moço-Morto, comprado já há muito tempo para tal fim.

Não percebemos, francamente, qual o fim ou proveito da Câmara em querer gastar novo dinheiro, que tão preciso é para os numerosos encargos que pesam sobre os municípios.

Protestamos contra esta nova despesa, que é um grande desperdício de dinheiro. A Câmara ainda virá a emendar o seu erro, cremo-lo. A Câmara não deve teimar em levar avante tão onerosa ideia, porque isso traduziria uma administração má, uma orientação péssima e de ruins consequências.

O dinheiro municipal não é roupa de franceses, nem ele é tanto que permita todos os *estícios* que pretendam tentar fazer Câmaras desnorteadas, de mãos rotas, largas e pródigas.

O enorme dinheiro dispendido nas mediocres obras do novo cemitério de Moço-Morto, quem o restitui ao cofre municipal, se, por atroz fatalidade, a Câmara vencer tão disparatado propósito de comprar novo terreno?

O local de Moço-Morto, que foi escolhido por competentes autoridades, que foi aprovado superiormente, e que seguiu, enfim, todos os trâmites legais, porque razão não serve agora?

O local de Moço-Morto, embora um pouco distante hoje, mas que num período de tempo mais ou menos breve, pode estar perto da vila, e que custou à Câmara de então, que era, por sinal, regeneradora, aturados estudos e canseiras, porque motivos não está nas condições de merecer da Câmara actual, que é progressista, a sua imediata conclusão?!

As nossas Câmaras, por infelicidade e também culpa dos munícipes, não seguem o *esprit de suite* tão preciso a todas as colectividades, tão necessário para o bom termo de boas iniciativas. O retrógrado *rotativismo* local tem desprestigiado as funções públicas dos municípios. Aqui, em Famalicão, é facto sabido e consumado, mandarem os edis do mando, parar as obras ou trabalhos de toda a maneira necessários, que tenham o *selo ou baptismo* da política contrária.

Triste e porca vingança! Qualquer felicíssima iniciativa, por mais lógica e utilitária que seja a sua realização, sucumbe, logo que a promovam cavalheiros ou colectividades de política diferente!

Debaixo deste ponto de vista, o único provado e aceitável na actual questão do cemitério, é que se apoia mesquinamente a Câmara actual.

É esta a razão, é este o motivo! O terreno já adquirido e apropriado em parte para o novo cemitério da vila, não serve à Câmara de hoje, pela mesquinha pieguice de não ter sido ela quem escolheu o local para um cemitério, que urge, mais do que nunca, concluir.

A Câmara tem dinheiro para acabar a construção do cemitério de Moço-Morto. Se não nos falha a memória, no orçamento aprovado superiormente para esse fim, estão destinados 4 contos de reis. Gastaram-se, no terreno e trabalhos, cerca de dois contos de reis. A Câmara deve ter intacto o saldo. Portanto, aplique esses dois contos de reis, de que já tem autorização para dispor em obras do cemitério de Moço-Morto.

O dinheiro do município é o suor, o trabalho e sangue, a vida dos contribuintes. Alguns dignos vereadores, bondosos chefes de família, devem administrar esse dinheiro com a mesma sobriedade que dirigem as suas casas, os seus bens, os seus estabelecimentos. Em suas casas, governam só no que lhes pertence, e no município giram com o dinheiro de muita gente, que para ali o manda pontualmente, quem sabe se muita vez diminuindo à verba do seu sustento, do seu pão!

Temos a imperiosa obrigação de vigiar para onde o dinheiro vai, como se gasta, de que forma se despende, e cumpre à Câmara explicar e atender às interpelações dos munícipes!

Só consentimos que o dinheiro seja bem aplicado.

Opomo-nos a todos os desperdícios, a todos os esbanjamentos, entre os quais podemos infelizmente já mencionar o caso que vimos tratando, e comentando como a boa razão e justiça nos ordena.

É um desperdício onerosíssimo, é uma desmesurada tolice, a aquisição de um outro terreno para o cemitério da vila.

O *Grupo dos 29*, com todo o vigor de que é capaz, protesta contra tão desmarcada ideia da Câmara, que bem parece pretender desviar-se do caminho que o bom senso naturalmente indica.

Nota – Somos avisados de um novo escândalo que se refere à construção de um prédio da Rua da Estação.

Até à semana, pois, porque não perde com a demora.

(O Regenerador, nº 362, 6 de Outubro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 3 – 13 de Outubro

Nos artigos de protesto aqui já publicados, não tem pulsado isolada a opinião de modos de ver dos agremiados do 'Grupo dos 29'. Com todos nós, protesta e acompanha-nos desassombadamente a população famalicense, e é prova disto os incitamentos e valiosas adesões de que temos sido alvos.

Essas espontâneas manifestações de aplauso, encorajam-nos e incitam-nos a que continuemos nesta tarefa alevantada de zelar o bem público, o bem de todos.

A missão é dura, mas os seus resultados consolar-nos-ão, e é quanto nos basta. Serão benéficos e úteis e nada mais ansiámos.

Há muito que era preciso agitar a moleza que tem invadido os espíritos administrativos e obrigá-los a fazer alguma coisa aproveitável, alguma coisa útil, alguma coisa digna de registo.

As Câmaras, todas elas, há quarenta anos para cá, têm gasto cerca de trezentos contos de reis sem se ver em quê!

São factos, como este, que movem os nossos nervos, e merecem a nossa desaprovação.

A magna questão do cemitério não deve nem pode ser descurada, e por isso voltamos a *martelar* no assunto, que se nos afigura, como a toda a gente, importantíssimo.

O terreno do cemitério de Moço Morto, está nas condições que mandam os Regulamentos respectivos.

A lei exige que os cemitérios sejam desviados da povoação a distância mínima de mil metros.

O local de Moço Morto está retirado mil e trezentos metros. Logo, está em conformidade da lei.

Também não pode ser situado o cemitério em terrenos húmosos, qualidade esta que não tem o terreno referido.

Há pouca tendência de povoação para os lados de Moço Morto, o que a lei também previne, e o que os peritos tiveram em vista. Não é propensa a zona de Moço Morto a temporais de cheias, o que a põe de harmonia com os Regulamentos. Está também apoiado na lei pelo exacto plano com relação aos ventos.

É um dos principais argumentos da Câmara que o local de Moço Morto é longe. Argumento ridículo, na verdade, porque deviam os argumentadores oficiais respeitar a lei acima de tudo, e pôr de parte as paixões partidárias.

Mais longe do que o novo cemitério de Moço Morto, estão situados vários cemitérios de freguesias deste concelho. Naturalmente, a nossa impagável Câmara, *fora de portas* pensará doutra maneira. É uma Câmara pusilânime.

A Câmara, que deseja encurtar distancias, devia fazer o seguinte, que teria muita graça e maior chiste: Um cemitério só para os mortos das Ruas da Bandeirinha, feito aí pelo jardim do Tribunal; outro, para os finados das Ruas Direita e Santo António, aí pelas alturas da Praça Conde de S. Cosme do Vale; ainda outro, para os cadáveres da Rua Adriano e Mousinho d'Albuquerque, mais ou menos pelo sítio do coreto dos Bombeiros;

enfim, todos muito próximos, quase ao pé da casa dos mortos; ou, para poupar calçado aos Srs. vereadores, mesmo construídos ao fundo dos quintais da casa dos extintos!

Não apostamos dez reis como a Câmara lembrando-se de fazer o que fica atrás escrito, põe já todos os cantoneiros em movimento. E depois tem muito dinheiro... já quer comprar um outro terreno para cemitério, esquecendo os dois contos de reis já consumidos no cemitério de Moço Morto!

Realmente é pieguice da Câmara não querer concluir o bem situado cemitério de Moço Morto... por ter a *atroz estampilha* de haver sido estudado e preferido por autoridades competentes que uma ex-Câmara regeneradora convidou a exporem os técnicos e abalizados pareceres.

Um digno e saliente vereador da Câmara, lembrou-se há dias de visitar os lados do formoso arrabalde do Vinhal e – oh! Deus do Céu – disse com os seus botões:

- É aqui que o novo cemitério será construído. Palavras ditas e... até hoje só tem titubeado propostas nas sessões da Câmara... já com remorsos, quem sabe, da monstruosidade que estava a propor.

É tal o absurdo, que nem merece reparos. É tal o absurdo, que nem merece reparos. Há-de haver alguém da Câmara que desassombadamente, guiando-se somente pela consciência, se imponha e proteste contra tamanha monstruosidade, contra tão ingente crime!

Ainda para a semana trataremos da questão do cemitério, reservando, portanto, a discussão doutros assuntos prometidos para subsequentes *Boletins*.

(O Regenerador, nº 363, 13 de Outubro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 4 – 20 de Outubro

Nem sempre as coisas são um mar de rosas, como erradamente julgará a nossa Câmara Municipal.

Tudo tem limites, e a paciência esgota-se. Queremos entrar em Vida Nova, e se a Câmara não quiser fazer o mesmo, pode tratar desde já da embalagem da sua mobília...

O tempo em que as Câmaras riscavam soberanamente, do 'cimo da burra', acabou já. As Câmaras não mandam despoticamente, nem governam arbitrariamente, a seu único talante, a torto e a direito. As Câmaras devem obedecer e guiarem-se pela clara orientação dos espíritos de seus munícipes.

As Câmaras devem executar e cumprir as vontades dos seus contribuintes.

Nós que pagamos, temos o direito de saber e querer o gastamento legal e legítimo do nosso dinheiro, que é fruto do nosso laborioso trabalho.

Os momentos de dizer-se que estamos em Marrocos, devemos exterminá-los. Tanto havemos de lutar, de trabalhar, pelo mútuo bem, pela felicidade e paz geral, que – ó ventura! – desaparecerão os instantes marroquinos, em troca de uma sociedade feliz, amiga, deliciosa.

Um protesto justo, esclarecido e imparcial, que munícipes dirijam a qualquer Câmara, censurando factos anormais, ou representações aplaudindo iniciativas úteis, têm de ser respeitadas, acatadas, atendidas, consideradas devidamente pelos seus edis.

Não protestamos com o ridículo fim de meter figura, ou mostrar basófias. Protestamos quando a nossa consciência nos manda, e quando o dever nos ordena. Não escrevemos por luxo, nem por paga, nem por vaidade, nem por distração. Escrevemos por Dever, apenas como sabemos, como nos ensinaram, desatavia-

damente, singelamente, à medida dos nossos pobres recursos, traçando no papel o que puramente sentimos n'alma, sem affectação, sem papas na língua.

Somos justiceiros e severos. Não temos rodeios, nem manhas ou 'caveiras de burro', na nossa singela prosa. Toda a gente nos pode entender, porque falamos claro, alto, de viseira levantada, e sem receio de apartes maliciosos. Quem não deve não teme.

Nada temos de hipócritas, nem de snobismos.

Tudo o que aqui as nossas penas têm traçado, sustentamos sem desfalecimento, abertamente, face a face, peito a peito, resolutos, sem tremuras.

Fiquem-no sabendo!

No último *Boletim*, escrevemos: 'Há-de haver alguém da Câmara, que, desassombradamente, guiando-se somente pela consciência, se imponha e proteste contra tamanha monstruosidade, contra tão ingente crime'.

Esse *alguém*, avulta-o e confirma-o o passado na sessão da Câmara de quarta-feira. Foram os Srs. vereadores Salazar, padre Almeida, Reis e Ferreira, que, com energia e desassombro, votaram como o 'Grupo dos 29' quer, para que o novo cemitério seja construído em Moço Morto, terreno onde já se gastou a quantia de 2 contos de reis, e que os peritos escolheram e preferiram.

O Sr. Barão de Joane, ilustre presidente, e os Srs. vereadores Costa e Sá e Veloso viram as coisas diferentemente no presente assunto. As suas opiniões são perniciosas, incoerentes, sem a mínima razão de jeito e bom senso. Mostraram não serem dedicados pelos interesses da vila. Fica-nos de aviso.

Por aquela solução, que está de absoluta harmonia com o nosso modo de ver, o 'Grupo dos 29' pode felicitar-se pela vitória alcançada, e para a qual tanto lutou e muito trabalhou.

Os famalicenses que têm no 'Grupo dos 29' um desinteressado amigo e um verdadeiro defensor dos seus direitos, como o tiveram em tão importantíssima questão, devem estar satisfeitos plenamente do resultado, como também o 'Grupo dos 29' se regozija em ter conseguido levar a bom termo a sua primeira e vitoriosa campanha.

É que nós defendemos a Verdade e a Justiça, e temos um só Deus e uma só lei.

Os triunfos, por isso, nunca se afastarão de nós.

(O Regenerador, nº 364, 20 de Outubro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 5 – 27 de Outubro

Diz o capítulo XLII, e artº 130º do Código de Posturas Municipais: 'É proibido lançar pedras nas ruas ou tê-las debaixo dos cestos, canastras ou tabuleiros nas praças ou sítios de vendagem, e sentar-se nas mesmas pedras, não as arrumando em seguida, sob pena de 500 reis de multa'.

Isto tem sido letra morta para os zeladores municipais e para os senhores camaristas.

O largo do Campo Mousinho de Albuquerque, está cheio de pedras e de buracos medonhos, que é uma vergonha.

Denota tal estado de coisas a casmurrice da Câmara em não querer proceder contra os contraventores e o seu completo desprezo com o Código de Posturas.

Vamos para o apogeu do Inverno, com o seu cortejo devastador de temporais.

À Câmara compete intimar os proprietários das casas da vila, que ainda não tenham caleiras nos telhados, a fazê-lo imediatamente. Esta medida, da máxima oportunidade a importância, não trás à Câmara a menor despesa.

Esperamos confiadamente, pois, que a Câmara providencie de conformidade com o nosso pedido, aliás justíssimo e de natural urgência.

Os mictórios da vila acham-se em estado perfeitamente indecente, porque os cantoneiros não os lavam dia a dia como deviam fazer.

Chamamos, pois, a atenção da Câmara, para que ordene a lavagem diária dos mictórios e para que mande, também, vigiar o serviço dos seus cantoneiros, a fim de evitar que eles trabalhem a fingir.

Igualmente pedimos à Câmara para em especial encarregar um dos seus zeladores do enterramento de cães e animais mortos, e para que o façam imediatamente, para evitar a asquerosa exposição dos corpos em decomposição nas vias públicas.

(O Regenerador, nº 365, 27 de Outubro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 6 – 3 de Novembro

Laissez faire, laissez passer.

Esta indolente frase francesa não achará lugar de bivaque nos agremiados do 'Grupo dos 29'.

Àquela tradução do *não te rales, de deixar correr o marfim*, oporemos barricadas de acção, de trabalho, de iniciativa sempre em prol de Famalicão, terra que no momento actual, mais do que nunca carece do apoio de toda a gente.

A Câmara que resolveu, por maioria, fazer a construção do novo cemitério em Moço Morto ainda não deu sequer princípio ao menor trabalho. Estamos a ver que desejará prolongar mais a solução de tão momentoso serviço público.

O Sr. governador civil tem instado com a Câmara para esta tratar imediatamente da conclusão do novo cemitério. Sua Exa, já deve ter provas bastantes da pouca atenção que ela faz aos seus rogos e por isso deveria ter já procedido de maneira rasgada e sacudida, fazendo uso da lei com todo o rigor.

É urgentíssimo fechar o podre cemitério da Avenida Trovisqueira, e fazer já as obras de que tanto carece o terreno de Moço Morto!

Intimamos a Câmara a fazê-lo urgentemente, antes que procedamos doutra maneira, processo que será ruidoso e violento embora acarrete à Câmara desagradabilíssimas consequências e resultados.

Aí fica o aviso leal e claro para não nos acusarem de traiçoeiros.

(O Regenerador, nº 366, 3 de Novembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 7 – 10 de Novembro

É do seguinte teor o officio dirigido à Associação Comercial de Guimarães:

'Ilmo. E Exmo. Sr. – A Direcção do 'Grupo dos 29, de que sou presidente, tem a subida honra de se dirigir a V. Exa. Pela primeira vez, e, antes de expor o motivo que o trás à presença de V. Exa. Testemunha os seus cumprimentos de afectuosa consideração.

O 'Grupo dos 29' foi fundado no sentido patriótico de zelar e defender os interesses e aspirações da vila e concelho de Famalicão, pugnando, portanto, quanto em suas forças couber, por tudo que seja engrandecimento e progresso da sua terra.

Nesta louvável conformidade de vistas, o 'Grupo dos 29' vem mui respeitosamente pedir à ilustre Direcção sa Associação Comercial de Guimarães, a efectivação, nessa cidade. De uma grande reunião popular em defesa da concessão do assentamento, no leito das estradas nº 31 e 27, de uma linha eléctrica entre Famalicão e Guimarães.

A realização de tal melhoramento trazia resultados consideráveis para o comércio, indústria e agricultura das duas povoações, benefícios estes que desnecessário se torna especializar aqui.

V. Exa., que é digníssimo presidente de uma colectividade que tão alta e nobremente tem sabido defender e cuidar os legítimos interesses de Guimarães, decerto não se esquivará a levar a efeito a nossa pretensão, alias justa e necessária, que, se for afinal coroada de bom êxito, como é de inteira justiça, clara e iniludivelmente estreitará as amistosas e cordiais relações que existem entre esta vila de Famalicão e a mui nobre e laboriosa cidade de Guimarães.

Deus guarde a V. Exa.

Vila Nova de Famalicão, e Secretaria do 'Grupo dos 29', 7 de Novembro de 1906
Ilmo. E Exmo. Sr. Presidente da Direcção da Associação Comercial de Guimarães
O Presidente,
Higino Veloso de Macedo'.

Chamamos a atenção da autoridade administrativa para os nº 2 e 3 do artº 278 do Código Administrativo que diz respeito ao caso de fixarem residência nesta concelho individuos estrangeiros, como é uma família de ciganos, sempre de duvidosa conduta moral.

Pedimos aos Conselho Director dos Caminhos-de-Ferro do Porto à Póvoa e Famalicão para que providencie de forma a que os guardas de nível da referida linha fechem somente as cancelas à passagem dos comboios, e não contê-las fechadas durante todo o dia, como já temos visto, por exemplo, em Outiz.

Esperamos ser atendidos.

(O Regenerador, nº 367, 10 de Novembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 8 – 17 de Novembro

Dirigiu a Direcção do 'Grupo dos 29' o seguinte officio à Câmara Municipal de Famalicão:

'Dando cumprimento ao programa com que foi fundado o 'Grupo dos 29', tenho a subida honra de vir hoje à presença de V. Exa. Chamando a particular atenção dos dignos membros da Exma. Câmara

- a) para a imundície em que se acham o matadouro municipal e talhos da vila, o que é um gravíssimo perigo para a saúde dos consumidores;
- b) para a incivilizada falta de algerozes ou caleiras na maior parte dos prédios da vila, jamais que estamos na estação do Inverno;
- c) para o irrespeito intolerável de andarem galinhas adentro dos muros do velho cemitério, esgaravatando e sujando todas as campas;

d) para a falta imperdoável de numeração das casas da vila, facto este que ocasiona às Companhias de Seguros vários transtornos;

e) e, para a natural urgência das obras a efectuar no novo cemitério de Moço Morto.

Conscio de que a Exma. Câmara providenciará enérgica e devidamente sobre os assuntos acima indicados, resta-me o prazer de consignar aqui, a V. Exa. E seus dignos colegas, os meus maiores protestos de consideração e respeito.

Deus guarde a V. Exa.

Famalicão, Secretaria do 'Grupo dos 29', 13 de Novembro de 1906

Ilmo. E Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Famalicão

O Presidente,

Higino Veloso de Macedo

Folgamos em registar que fomos atendidos na reclamação, neste lugar feita à autoridade administrativa, respeitante a ter fixado ilegalmente residência neste concelho uma família de ciganos que retirou deste concelho após a intimação oficial.

Chamamos a atenção do Sr. subdelegado de Saúde para a qualidade do leite vendido pelas mulheres todas as manhãs.

É absolutamente necessário que a fiscalização seja permanente e rigorosíssima.

(O Regenerador, nº 368, 17 de Novembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 9 – 24 de Novembro

Arquivamos aqui as duas apreensões de leite adulterado com água, feitas à Pataca e ao cabreiro de Esmeriz, que por isso foram multados em cinco mil reis cada, que devem já ter dado entrada no respectivo cofre.

O Sr. subdelegado de Saúde, que pressurosamente atendeu à nossa reclamação do *Boletim nº 8* teve a gentileza de nos dizer que podíamos contar com o seu valioso auxílio em questões de higiene, mormente quando se trata de géneros alimentícios.

Com prazer registamos as palavras de Sua Exa., e confiamos na sua solicitude imprescindível.

Lembramos, entretanto, a grande conveniência de se organizar a matrícula dos vendedores de leite, que será de óbvias vantagens para a fiscalização do mesmo.

Em 22 do corrente, foi dirigido o seguinte officio ao digno administrador deste concelho:

'A bem da saúde pública, tenho a honra de me dirigir a V. Exa., comunicando que o inválido Joaquim da Costa, mais conhecido pela alcunha de 'o Lara' sofre miserável e horrivelmente de lepra.

Esse infeliz, que não tem eira nem beira, que arrasta a vida de sofrimento, cheio de dores, numa angustiosa tortura; que dorme as noites sobre o lajedo da calçada, tendo por roupagem a chuva e o frio; que não tem um real para mitigar a sua fome negra... e está o desgraçado, neste momento, à porta do hospital desta vila, implorando entrada!...

Sabemos nós, e sabe-o V. Exa. Também, que a referida doença, grave e contagiosa como é, inibe o infeliz dali poder ter guarida misericordiosa; e este gravíssimo caso, de higiene pública, é das atribuições de V. Exa., que deverá enviar o doente para um hospital da especialidade.

Finalmente, para o judicioso critério de V. Exa. Apela com interesse o 'Grupo dos 29', o qual também protesta aqui os seus cumprimentos.

Deus guarde a V. Exa.

Famalicão, etc.

Ilmo. E Exmo. Sr. Administrador do Concelho de Famalicão

O Presidente,

(a) Higinio V. de Macedo

Em Requião e Vermoim foram multados pelo zelador Sr. Augusto Pedrosa, o Sr. Manuel da Cunha e outros, por trazerem a pastar em terreno alheio 89 cabeças de gado cabrum e lanígero.

Como fervilhem vários pedidos para a nulidade da importante multa, oportunamente requerer-se-á da Câmara se a sua quantia deu ou não entrada na Tesouraria Municipal, como estatui o artigo 76 do Código de Posturas Municipais.

(O Regenerador, nº 369, 24 de Novembro de 1906)

Boletim do grupo dos 29

Nº 10 – 1 de Dezembro

A nossa vereação tenciona contrair um empréstimo de 30 contos de reis, a fim de se fazerem melhoramentos nesta pacata e linda terra.

Achamos que a vereação anda mal em fixar já aquela quantia, sem previamente ter mandado estudar, por técnicos competentes, qual a soma precisa para os melhoramentos e sem apresentar o orçamento minuciosos das obras a efectuar.

Um empréstimo como o nosso, necessita ser maduramente pensado.

Não é coisa que se faça no ar. Estamos certos que o povo de Famalicão não regateará maior quantia, logo que veja, claro e determinadamente, aonde o seu dinheiro á aplicado.

A nossa vereação, que pretende agora fazer o empréstimo, quase no fim do triénio, contrairá o dinheiro para ser gasto pela futura edilidade.

Por todos os respeitos, não se querem precipitações no empréstimo. 'Nem tudo o que luz é oiro...'

Avisamos a autoridade administrativa de que ainda não retiraram desta vila todos os indivíduos da família dos ciganos.

Mais uma vez chamamos a sua atenção, pois o domicílio inconveniente dessa gente por estes sítios, trás justamente intranquila e alarmada a população.

Como anunciamos, reuniram os sócios fundadores do 'Grupo dos 29', sendo discutido o projecto de 'Estatutos'.

Brevemente reunirão novamente, para o mesmo fim.

(O Regenerador, nº 370, 1 de Dezembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 11 – 15 de Dezembro

Se olharmos atentamente para o actual estado de limpeza que da Câmara tem merecido a vila, temos de nos benzer muitas vezes!

Por todas as ruas, a cada canto, e em montões repelentes, mostra-se ao público a imperfeita e desordenada limpeza da vila.

Tudo isto se deve talvez ao facto dos Srs. vereadores não residirem na sede do concelho, onde só aparecem em dias de sessão, que á à quarta-feira.

Se aqui morassem seria caso para, com franqueza, os habitantes da vila passearem de braço dado com eles por toda a parte desta infeliz terra, indicando-lhe as imprescindíveis e inadiáveis obras e serviços a realizar de pronto, de maneira a evitarem a *exposição* de tanta imundície.

Este assunto de higiene deveria merecer de todas as Câmaras, a mais decidida e rasgada atenção.

Infelizmente, sucede o contrário.

E tanto isto é verdade, que, a cada passo, vemos os varredores a fazer a limpeza das ruas em pleno dia!

O entulho, que eles juntam, só a más horas, e muito tardiamente, é retirado das ruas pelo arrematante!

Decididamente, não vivemos em Famalicão, mas... em terra marroquina, com todos os seus erros e cafrealidades.

(O Regenerador, nº 372, 15 de Dezembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 12 – 29 de Dezembro de 1906

A apresentação em público da nossa tuna, se é um facto consolador para nós, ele mais simpático avulta no nosso critério por ela tomar parte brilhante, logo na sua inauguração, em uma delicadíssima festa de beneficência e de caridade.

Assim, amanhã e nos dias 1 e 6 de Janeiro próximo, e na Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, cuja digna direcção obsequiosamente pôs ao dispor do 'Grupo dos 29' o seu esplêndido edificio, apresentar-se-á em público, pela primeira vez, a nossa tuna.

Nos mesmos dias, estará em exposição uma formosa *Árvore de Natal*, cheia de prendas e brindes, que uma comissão de sócios do *Grupo* conseguiu das gentis damas e distintos cavalheiros desta vila.

O produto líquido desta festa de altruísmo reverterá para os cofres das prestantíssimas instituições locais – Conferencia de S. Vicente de Paulo e assistência aos tuberculosos, anexa à Real Associação dos Bombeiros.

A comissão promotora da *Árvore do Natal* é composta dos seguintes senhores: Higino Macedo, presidente da Direcção do 'Grupo dos 29', António de Melo, Dr. Avelino de Carvalho, Álvaro Moreira e António Mesquita, secretário do 'Grupo'.

(O Regenerador, nº 374, 29 de Dezembro de 1906)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 13 – 5 de Janeiro

A questão do cemitério parece eternizar-se.

Porque razão será que tendo o Conselho Superior de Higiene Pública, ordenado o encerramento do velho cemitério da Avenida Trovisqueira e de acordo com os pareceres do delegado de Saúde pública do distrito e subdelegado desta vila, ainda até hoje nada se tenha feito nesse sentido.

Consta-nos que esse processo está ao cuidado do deus Morfeu, e apostelado numa repartição por onde transitou. *Descanse em paz!*...

Decididamente, tudo quanto é de indiscutível utilidade para esta vila, morre ao nascer ou dorme o gélido sono dos mortos... que equivale ao mesmo. Infeliz terra!

Triste gente!

(O Regenerador, nº 375, 5 de Janeiro de 1907)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 14 – 19 de Janeiro

A forma brilhante e distintíssima como decorreu a *Festa da Árvore do Natal*, organizada por uma comissão do 'Grupo dos 29' descrita já brilhantemente por este estimado semanário, evita-nos largo registo dessa *Festa da Caridade*.

O produto líquido, que atingiu a quantia de 126\$280 reis, foi já distribuído, em partes iguais, pela Conferencia de S. Vicente de Paulo, e Assistência aos Tuberculosos, anexa à Real Associação dos Bombeiros Voluntários.

A direcção do 'Grupo dos 29' oficiou ao director-geral dos Correios e Telégrafos, a reclamar providencias sobre o desordenado serviço do correio do Sul.

O 'Grupo dos 29', com esta sua attitude, não fez mais que atender às reclamações constantes do comércio famalicense.

Lembramos aos Srs. zeladores municipais o disposto no art. 21, cap. V, e no art. 30, cap. VIII, do Código de Posturas.

Qualquer deles é permanentemente infraccionado.

Esperamos ser ouvidos.

(O Regenerador, nº 377, 19 de Janeiro de 1907)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 15 – 26 de Janeiro

Se os vinte anos de quem estas linhas escreve, não são o ponderoso diploma de longa experiência da vida de um velho de cinquenta anos, fazem-lhe notar, entretanto, que é muito mais difficil fazer mal do que fazer a prática do bem.

Qualquer dos dignos vereadores, que terão o dobro daquela idade, deveriam amar e querer a esta terra, como certamente estimam seus filhos. Que melhores exemplos de civismo e patriotismos poderemos transmitir aos vindouros do que, por factos e não por palavras, legarmos obras e melhoramentos de largo alcance, de reconhecida urgência e utilidade, que as singulares condições desta vila reclamam que se faça já?

Porque razão se demora a 'questão' do cemitério municipal?

Qual o motivo da Câmara só querer que se faça a limpeza das ruas em pleno dia, e não de noite, como a saúde e hygiene públicas aconselham?

Que causa estranha 'tapará' os olhos à Câmara para esta não proibir a construção, de forma inconcebível, de vários prédios?

Porque 'bulas' a Câmara não intima os proprietários da vila a collocarem caleiras nos telhados?

Porque é que a Câmara, com mais um pequeno dispêndio, não abre concurso para a iluminação pública ser feita por meio da electricidade, em substituição do *escuro* petróleo?

Porque 'artes' ainda se não fez a instalação da Recebedoria do Concelho, na sala para isso já destinada, no edifício da Câmara?

O espantoso abastecimento de água para a vila, que para aí temos *escavacado* pessimamente e sem orientação técnica, porque 'influências' se não conserta e faz, como tanto é preciso?

Que 'bruxas' impedirão à Câmara o imperioso calcetamento da Avenida Barão de Trovisqueira, até ao Caminho-de-Ferro?

Que raça de 'deuses' não deixarão a Câmara cobrir a perigosa berma, do lado poente, que vai paralela ao Campo Mousinho de Albuquerque?

Ah! Adivinhamos já:

Os prós e contras desta *restolhada* de serviços e obras a fazer, são todos provenientes de não vermos a Câmara animada com propósitos de ser útil a esta terra.

Assim, bate certo.

(O Regenerador, nº 378, 26 de Janeiro de 1907)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 16 – 9 de Fevereiro de 1907

Todas as Câmaras, em consertos de caminhos, dão cabo, por ano, de muitos contos de reis. O mais infame, é que, esses consertos, quando se fazem, são superficialmente, à toa, sem ordem e à matroca, o que resulta ficar os caminhos em pior estado de trânsito do que nas suas más condições anteriores. Isto é que não tem contestação alguma!

A edildade famalicense, por infelicidade sua e desgraça nossa, está compreendida nesta anormalidade de factos.

É de os cabelos se porem em pé, o pensar na fabulosa quantia que se despence com tais serviços. A verba de conserto de caminhos, dispendida pelas Nossas Câmaras, é tremenda, simplesmente pródiga. Quem nos não acreditar, facilmente verá a verdade da nossa afirmativa, indo à Secretaria da Câmara pedir esclarecimentos sobre o caso.

E, depois, imaginem os munícipes, que essa importantíssima verba poderia ser imensamente reduzida, quase extinta, se nós víssemos animados os dignos vereadores de uma inquebrantável firmeza de vistas e intuitos administrativos.

Um conselho vamos dar à nossa edildade, não nos importando saber se ela o aceitará ou não, de bom grado ou má catadura.

Sabemos que o quadro actual de cantoneiros da Câmara é pequeno, e para o nosso plano seria conveniente chamar mais gente.

Pois bem: em vez de os cantoneiros trabalharem divididos, como agora acontece, verbi gratia, um em Brufe a arrancar ervas de uma berma, outro em Joane a endireitar a estrada, outro em Fradelos a tirar pedras de um caminho, etc., nós junta-los-íamos todos, sob as ordens dum capataz, e, com serviço previamente determinado, iria essa companhia de trabalhadores consertar mas a valer e sem pressas, que são sempre prejudiciais, duma ponta à outra do nosso concelho, todos os caminhos de nossas freguesias e estradas do município.

Nestas circunstâncias, como vêem, nunca mais seria preciso gastar dinheiro em consertos.

A única verba, então a despender, seria a importância do salário dos homens que constituíam o *batalhão* de cantoneiros municipais.

E como nós não temos papas na língua, evitariam-se abusos que são moeda corrente em todos os municípios, e de dizer-se, com ou não verdade, que com dinheiro destinado a consertar caminhos, 'se tapam as bocas e se calam queixumes' de muitos compadres ou protegidos.

Oxalá nos ouçam!

(O Regenerador, nº 380, 9 de Fevereiro de 1907)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 17 – 23 de Fevereiro

Os ricos edis da nossa Câmara pretendem dar um sopapo de cerca de trezentos mil reis na esticada e raquítica receita do município.

Este caso, que é o assunto de todas as conversas, tem interessado vivamente os espíritos mais parcimoniosos, pois tratam os Srs. vereadores de querer aposentar, *à toute force*, o médico municipal Sr. Dr. Eduardo Moreira Pinto.

O acto de despotismo que teimam cometer para com o ilustre médico, não é mais nem menos, do que um propósito de criar um novo emprego, e consequentemente, uma nova despesa para o município.

O Sr. Dr. Moreira Pinto não pode ser aposentado violentamente, pois está apto para exercer com proficiência o seu cargo. Sua Exa. Está bem disposto de saúde, não é nenhum inválido, e poderá prestar relevantes serviços à mesma Câmara que, à força, deseja onerar o município com um brinde anual de cerca de trezentos mil reis. Como não vivemos na Azambuja, protestamos contra o assalto, que, tão injusta e inoportunamente, se pretende fazer ao cofre municipal.

Lastimamos sinceramente que a Câmara siga uma conduta de administração tão perdulária e suspeitosa.

Os despropósitos dos edis do nosso município vão semeando cá por fora uns ventos de mau agouro, e vão avolumando uma tempestade de geral descontentamento, de más vontades. Já não é raro ouvir-se dizer que é salvadoramente preciso reformar-se a nossa edilidade por gente nova, *sem política*, e, em resumo, que saiba honrar os munícipes que representa. Uma colectividade tão superior como é uma Câmara, deveria, acima de todos os interesses, saber sugerir em volta de si uma atmosfera de confiança, de consideração e estímulo sociais.

(O Regenerador, nº 382, 23 de Fevereiro de 1907)

Boletim do Grupo dos 29

Nº 18 – 2 de Março

Hay que distinguir alguma coisa de importante na *Questão Moreira Pinto*, que em tão má hora a nossa Câmara originou.

Nenhum dos dignos vereadores *reconsiderou* a sua boa ou má conduta. Eis a prova: Na primeira sessão votaram a favor da ingloria infâmia os Srs. Alves Salazar, Narciso Ferreira e Costa Reis, e contra o Sr. Sousa Veloso.

A esta sessão não assistiram os vereadores Srs. padre Almeida e José Bernardino.

Na segunda sessão, estando presentes todos os edis, votaram a favor da aposentação injusta e violenta do Dr. Moreira Pinto os Srs. Alves Salazar, Narciso Ferreira e Costa Reis e contra os Srs. Sousa Veloso, José Bernardino e padre Almeida, sendo preciso, como se vê a presidência fazer o desempate.

Por isto claramente se nota que ninguém *reconsiderou*, pois *reconsiderar* entende-se *considerar de novo* e, por conseguinte, os três primeiros vereadores, para *reconsiderarem*, deviam votar com os três últimos.

Se assim tivessem procedido, não fariam mais do que emendar um grave erro.

Devemos desviar das conveniências a prática severa da justiça.

Esta momentosa questão traz-nos a oportunidade de dizer aos Srs. vereadores que, respeitando os direitos adquiridos dos actuais ilustres clínicos do quadro de Saúde, se acabe com os lugares, que francamente, não correspondem em benefícios aos oitocentos mil reis que o município despense em cada ano.

Nada menos de oitocentos mil reis é o que está pagando a Câmara aos seus três médicos. Destes, um está aposentado que recebe duzentos e cinquenta mil reis por ano.

Somos de opinião que, terminando-se os lugares à medida do falecimento de cada médico, se aplicasse a verba na distribuição de senhas aos pobres, ou se estabeleça uma cozinha económica. As doenças das classes pobres são a fome, a péssima alimentação e a absoluta falta de recursos.

Um médico quando visita um doente pobre, entrega a receita à família e indica simultaneamente o regime do tratamento. Mas... porque não deixou também uma moeda de quinhentos reis, envelhecerá a receita dentro da gaveta da mesinha de cabeceira e não terá o doente caldos de galinha, enfim, a alimentação indicada pelo médico. E isto porquê?

Porque, nesse lar, onde o médico foi de graça, não há uma única moeda de níquel para pagar os medicamentos à farmácia, a compra da carne, do leite, etc., etc.

Os doentes pobres não procuram médico porque não podem seguir as instruções estipuladas pela ciência. A ciência ordena e não paga.

A ciência é sublime e cruel ao mesmo tempo. Invulgar contradição!

A Câmara com aqueles *oitocentos mil reis*, que são juros do capital de *dezasseis contos de reis* a 5%, poderia *dar por uma só vez, e em cada ano, duzentos e vinte reis a cada habitante do concelho de Famalicão, ou duzentos e vinte reis por dia a cem pobres, ou seja trinta e seis mil e quinhentas senhas por ano, do valor de duzentos e vinte reis cada uma!*

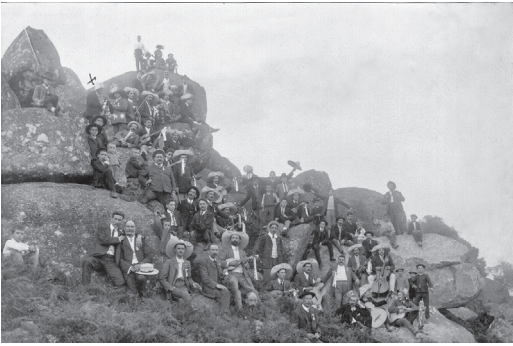
Acaso, por extrema felicidade, não terão um dia os nossos pobrezinhos essa piedosíssima esmola?

Tanto a merecem!...

(O Regenerador, nº 383, 2 de Março de 1907)

‘O Grupo dos 29 no monte de Santa Catarina em 14 de Julho de 1907’





O Neo-Realismo em Vila Nova de Famalicão

por Amadeu Gonçalves¹

para a minha irmã Cândida (1958-2010),
que gostava destas, e outras coisas, famalicenses

I. Introdução

Tudo tem um começo.

Este trabalho de investigação sobre o neo-realismo em Vila Nova de Famalicão tem, em si, uma metodologia de investigação, digamos, um percurso, inserindo-se, particularmente, na imprensa famalicense. Não poderia ser de outra forma. Fez-me lembrar uma citação de António Sérgio, a qual sempre perfilhei, quando ele nos fala sobre o que poderá ser um trabalho de investigação. Quando Sérgio nos diz que num trabalho de investigação o que está em causa é não só “o trabalho do espírito sobre si mesmo, no esforço contínuo de se achar a si (de descobrir o Espírito)”, e, por outro lado, sendo a investigação um “método do descobrimento” o qual “pressupõe no homem que se consagra à busca, e para ela vive”, o que surge é, nada mais nada menos, “a atitude crítica, a problemática, a sinceridade absoluta para consigo próprio”, de pretender “desenvolver “a verdade não sabida de todos”, surgindo-nos, inquestionavelmente, a “verdadeira Cultura”. Será, precisamente, na Cultura que “todos fazemos o sacrifício constante dos nossos gostos individuais restritos; nela adquiridos a objectividade, ou seja a dessubjectivação do pensamento próprio; nela aprendemos a comunicar com os outros pelo que há de universal dentro de nós; nela nos libertamos do império do hábito, essa materialização do nosso intelecto: nela nos afazemos a ver as coisas” na eternidade, assim suponho; “nela aprendemos a ser tolerantes, de amplo horizonte nos nossos gostos, serenos e magnânimos nas relações” com os seres humanos; “nela conseguimos libertar o indivíduo das tolas limitações da individualidade, do que é unilateral e do que é exclusivo; por ela nos instalamos no Universal, pátria verdadeira dos que são *espírito*; nela exercemos a Disciplina Crítica, que nos leva à ideia de Humanidade, ao mais alto senso da Civilização. Nela alargamos a nossa experiência” e, como se não chegasse, a Cultura, numa perspectiva científica, “coincide com a marcha da ascensão moral.”² Melhor não poderia ser para começar esta aventura do neo-realismo em V. N. de Famalicão, esta noção de Cultura sergiana, até porque, um dos meus propósitos, e será sempre, é a revitalização da cultura local num plano global, porque só assim tem sentido, e não num acto isolado.

Desta forma, quando se inicia um trabalho de investigação, o qual se pretenda original, corre-se sempre alguns riscos. Neste caso concreto, o neo-realismo em V. N. de Famalicão, o qual poderia correr alguns riscos pela dimensão que em si comporta, relativamente a duas personalidades: Armando Bacelar (o teórico) e João Rubem (o desconhecido), isto é, João Dinis Cupertino de Miranda. Mas sendo a base para este trabalho de investigação o jornal *Estrela do Minho*, tais personalidades não ficarão de fora, antes pelo contrário, incorporando-os naquilo que designo por “incursões biográficas”. Aqui acrescento mais dois: José de Oliveira (o

.....
¹ Câmara Municipal V. N. de Famalicão.

² António Sérgio – “O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal”. In *Ensaios – II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977, pp. 25-57.



divulgador), ou Oliveira Bente, e Francisco Carneiro de Sá (o esteta famalicense). Oliveira tem o mérito, honra lhe seja feita, de ter sido, a par de Joaquim de Oliveira (do qual desconheço os seus dados biográficos e o seu *Rompimento*), o divulgador do neo-realismo em V. N. de Famalicão, nas suas colunas *Escaparate* e *Projeções* e no suplemento literário que então criou intitulado *Para as Raparigas*, dirigindo ao lado de José Brandão (o mesmo sucedendo com Joaquim de Oliveira, conhecendo apenas os seus textos no jornal focado). Mas existem, o tempo o irá comprovar, declarações estranhas, senão mesmo preconceituosas, desse tempo vivido em V. N. de Famalicão, relativamente à produção literária então realizada. Um dos casos sintomáticos e enigmáticos é o próprio José de Oliveira, em declarações numa carta que então me escreveu um ano antes do seu falecimento.

Mas dizia, este trabalho poderia trazer alguns riscos, sendo o maior deles indiscutivelmente, o de Bacelar, e ainda um outro, o caso de João Rubem, os quais, mais importante o primeiro (mas sem querer tirar o nível e a importância da produção literária do segundo, principalmente no campo do ensaio e na divulgação da literatura brasileira), pela sua colaboração poética e teórica no âmbito do neo-realismo, e não menos original pelo menos no campo teórico, publicando na imprensa e nos suplementos literários do neo-realismo (o mesmo sucedendo a Rubem), o que por si só merece um estudo mais amplo e abrangente. Este estudo relativamente a Bacelar encontra-se em vias de publicação. Mesmo se não fizesse aqui uma referência a estas duas personalidades,

seria uma heresia! Apesar da colaboração de Armando Bacelar, principalmente com o seu pseudónimo feminino Inês Gouveia, pelo menos no que diz respeito ao neo-realismo, cingindo-se a pouco mais do que três textos (mas já com uma participação cívico-política no *Estrela do Minho* com nome próprio, assim como igualmente uma colaboração poética no jornal *Notícias de Famalicão* entre 1935 a 1936), o caso de Rubem é ainda mais estranho, já que publicou apenas na imprensa famalicense apenas três poesias! (conforme se pode ver na bibliografia que aqui apresento).

O que proponho analisar, baseando-me na imprensa famalicense, particularmente no jornal *Estrela do Minho* e nos seus suplementos literários que então apareceram, nomeadamente *Esta Página*³(1942), *Para as Raparigas*⁴ (1942-1944), e *A Mulher e a Criança*⁵ (1947), mais os dois primeiros do que o último, são as pressuposições teóricas à volta do neo-realismo, as recepções literárias (caso dos escritores famalicenses e dos de âmbito nacio-



³ ESTA PÁGINA. V. N. de Famalicão, 1942.

Esta Página. n.º 1 (14 Maio 1944)-n.º 6 (9 Nov. 1942). V. N. de Famalicão: [s. n.], 1944

⁴ PARA AS RAPARIGAS. V. N. de Famalicão, 1942-1944.

Para as Raparigas. Dir. José de Oliveira, José Brandão. n.º 1 (2 Mar. 1942)-n.º 25 (12 Mar. 1944). V. N. de Famalicão: [s. n.], 1942-1944.

⁵ A MULHER E A CRIANÇA. V. N. de Famalicão, 1947

A Mulher e a Criança. n.º 1 (2 Mar. 1947)-n.º 2 (27 Abr. 1947). V. N. de Famalicão: [s. n.], 1947.

nal, por exemplo, Mário Dionísio e Carlos de Oliveira), e as polémicas, uma mais suave (uma personagem masculina que se dirige a três femininas, obtendo a resposta apenas de uma, todas elas ficcionadas) e outra mais forte (esta com o jornal *Notícias de Famalicão*, então dirigido por Rebelo Mesquita⁶, tendo sido a polémica com Jerónimo de Castro⁷). Começo precisamente, antes de entrar no primeiro ponto, de elaborar, então, as chamadas “incurções biográficas” através de Armando Bacelar, José de Oliveira, João Rubem e Francisco Carneiro de Sá. Não é por acaso, que Sá aparece em último, na medida em que a sua incurção biográfica contém já elementos teorizantes, abrindo a porta para os pressupostos teóricos que aqui proponho analisar (ou, pelo menos, alguns). Finalmente, ao analisar os três caminhos do neo-realismo em V. N. de Famalicão, os textos que referencio aparecem discriminados na Bibliografia Activa.

Não quero, finalmente, deixar de agradecer ao Dr. Artur Sá da Costa por mais esta oportunidade de publicação.

II. Incurções biográficas

II.1. Armando Bacelar

(St.º Adrião, V. N. de Famalicão, 25-09-1998; Porto, 02-09-1998)

O Teórico

E só uns novos homens de um novo meio social para quem a verdade não tenha o brilho sufocante do sol, poderão encará-lo de frente, criando uma nova ideologia que volte a ser expressão do concreto geral, para o desenvolvimento da história pela resolução objectiva dos problemas humanos.

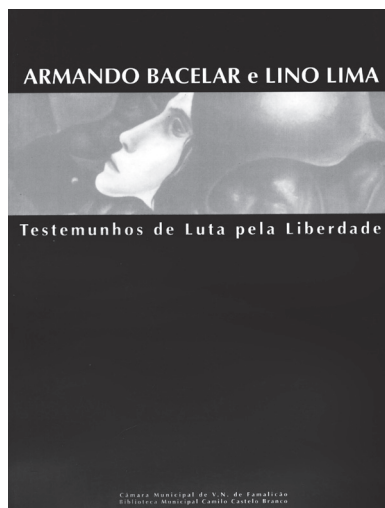
Armando Bacelar

Escritor e político. Com uma luta anti-fascista exemplar (preso várias vezes), Armando Bacelar, que terminou a sua licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra em 1943, participou activamente na imprensa e nas revistas literárias ligadas ao Neo-Realismo, tal como é o caso *Alma Académica* (Porto), *Alma Nova* (Braga), *Comércio dos Novos/O Comércio da Póvoa de Varzim* (Póvoa de Varzim) – dirigiu estes dois últimos títulos enquanto ainda jovem estudante – *Da Gente Moça/O Trabalho* (Viseu), *O Diabo* (Lisboa), *Do Espírito Literário/Ecos do Sul* (Vila Real de St.º António), *A Ideia Livre* (Anadia), *Independência de Águeda* (Águeda), *Nova Luz* (Coimbra), *Pensamento* (Porto), *Síntese* (Coimbra), *Sol Nascente* (Porto, Coimbra), *O Trabalho* (Viseu), *Vértice* (Coimbra), entre outros títulos. Escreveu com os seguintes pseudónimos: Carlos Relvas, Eugénio Bastos Freire, Raul Sequeira, Aníbal Borges de Castro e Inês Gouveia. A seguir ao 25 de Abril foi Secretário de Estado da



⁶ Rebelo Mesquita (1910-1978). Jornalista. Fundou o *Notícias de Famalicão* (1935) e o *Jornal de Famalicão* (1949).

⁷ Jerónimo de Castro (1913-1976). Professor e Jornalista. Colaborou no *Jornal de Famalicão* (V. N. de Famalicão) e no *Correio do Minho* (Braga). Em 1947 publicou o livro de poemas *Jesus Passou, um Dia, em Portugal*.



Justiça e Ministro dos Assuntos Sociais pelo Partido Socialista em vários governos provisórios, além de deputado em várias legislaturas. Foi distinguido em 1996 pelo então Presidente da República Jorge Sampaio com a Grã-Cruz da Ordem do Infante, tendo sido também distinguido pela Câmara Municipal de V. N. de Famalicão com a Medalha de Ouro do Município. No mesmo ano, a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco organiza a exposição *Armando Bacelar e Lino Lima: testemunhos de luta pela liberdade*, baseada essencialmente no espólio doado pela família de Bacelar à mesma instituição pública famalicense. A propósito da problemática de Bacelar enquanto teórico do Neo-Realismo ver, por exemplo, Carlos Reis – *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Almedina, 1983; *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*. Apresent. Crítica, sel., notas e sugestões de leitura Carlos Reis. Lisboa: Editorial Comunicação, 1981; Armando Bacelar – (*Pre*)

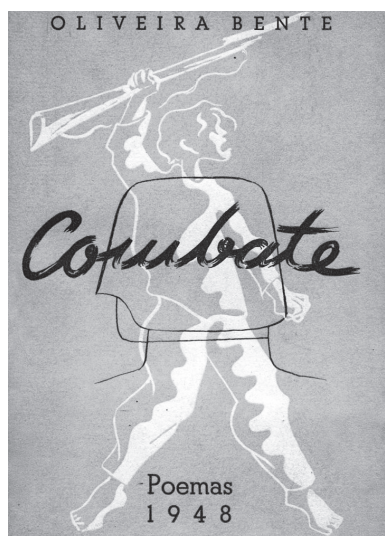
Textos: Armando Bacelar, Teórico do Neo-Realismo? Nota explicativa, sel., notas e indicações bibliográficas Amadeu Gonçalves; Introd. José Manuel Mendes. No Prelo.

II.II. José de Oliveira (Ruivães, V. N. de Famalicão, 14-06-1920; Fânzeres, Gondomar, 26-06-2009)

O Divulgador

*A dialéctica é a crença das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano*⁸

Poeta, ensaísta, ficcionista e empresário de calçado famalicense, nasceu no lugar do Paço, da freguesia de Ruivães do concelho de V. N. de Famalicão.



Fez a instrução primária (2.º Grau) em 1931, ingressando, dois anos mais tarde, no Seminário dos Missionários do Espírito Santo, com o apoio do pároco da freguesia de Requião, José Marques Pinto. Após quatro anos de estudos, obtendo as mais altas classificações, entrou numa profunda crise de fé religiosa, centrada, principalmente, no problema do celibato, que considerava anti-natural. Nesta situação, abandonou o seminário e os respectivos estudos.

Em 1942 faz o serviço militar na Póvoa de Varzim, saindo no fim da recruta. Contudo, em 1943, é mobilizado para as manobras militares que se realizaram no Alentejo, numa altura em que os alemães ameaçavam invadir a Península Ibérica, devido ao facto de Portugal ter cedido a Base das Lages (Açores) aos Estados Unidos.

Profissionalmente, trabalhou no Banco Espírito Santo, assim como também na Caixa de Previdência dos Vinhos, passando por vários empregos, até que se estabeleceu em 1955, por conta própria, como empresário de calçado.

⁸ Cf. "Projeções". *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2564 (31 Dez. 1944), p. 4.

Foi em 1938 que começou a colaborar na imprensa famalicense, especialmente, e particularmente, no *Estrela do Minho*, contando com o apoio do director, José Casimiro da Silva. Manteve, neste mesmo jornal uma extensa e variada colaboração temporal, na criatividade poética, de cronista literário, ensaísta e ficcional.

Apaixonado por Camilo, dedicou-lhe uma série de ensaios, nomeadamente *Via Dolorosa* (1938), *Ruivães na Obra de Camilo* (1939), uma série de artigos sobre as notas de leitura de Camilo (1939) a livros de escritores como Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, e, finalmente, *A Campanha Pró-Museu Camiliano* (1939-1940). Nesta laboração camiliana, teve acesso a documentos inéditos na Casa-Museu, em Seide S. Miguel (devido à relação de amizade que manteve com Raquel Castelo Branco), divulgando alguns documentos na revista coimbrã neo-realista *Vértice* (Maio 1942).

No *Estrela do Minho* coordenou o suplemento literário *Para as Raparigas*, no qual chegou a colaborar Armando Bacelar com o pseudónimo feminino Inês Gouveia, efectuando as colunas *Escapate*, *Projeções* e *Bibliografia*, aqui divulgando pela primeira vez em V. N. de Famalicão, Maiakovski, Bernard Shaw, André Malraux, Paul Elouard, entre outros, assim como igualmente os escritores neo-realistas, caso de Urbano Tavares Rodrigues, Alves Redol, Mário Dionísio ou Augusto dos Santos Abranches.

Colabora noutros periódicos, tais como, por exemplo, *O Comércio da Póvoa de Varzim* (Póvoa de Varzim), *Semana Tirsense* (Santo Tirso), *O Barcelense* (Barcelos), *Ecoss do Sul* (Montemor-o-Novo), *O Globo*, *O Comércio de Gaia* (Vila Nova de Gaia), *A Voz do Calhabé* (Coimbra), *Almanaque de Montemor-o-Novo* (1944), *O Regional* (S. João da Madeira) e na revista *Cultura e Recreio*. Foi director do semanário de Oliveira de Azeméis *A Voz de Azeméis*, de 1989 a 1995.

Tanto assinava como José de Oliveira, como Oliveira Bente, a sua designação pseudonímica literária. A adopção do apelido Bente é assim justificado: como o correio de Bente (freguesia do concelho de V. N. de Famalicão) era o mais próximo de sua casa que o de Ruivães, os seus amigos começaram a chamar-lhe “Oliveira Bente”.

É preso, a primeira vez, em 19 de Março de 1945, no Porto, devido ao seu convívio numa tertúlia literária portuense, constituída essencialmente por estudantes e trabalhadores intelectuais, envolvendo uma célula comunista clandestina. É desta altura o poema “Preso Político”, incluído na sua recente antologia poética *Voo de Pássaro* (2005), Na prisão conheceu Lino Lima⁹, de quem se tornaria amigo. Com o fim da 2.ª Guerra Mundial, foi libertado em 31 de Julho de 1945, após um amnistia de Salazar, tendo este o receio de que os vencedores do conflito o obrigassem a aceitar a transição para a democracia. Voltou novamente a estar preso em 1947, mas desta vez, apenas por quinze dias, por falta de provas.

Em 1948 publica *Combate*, não só de fortes influências neo-realistas, como também por Maiakovski, com poemas de intervenção política, apesar do livro ser dedicado, ainda que tardiamente, à libertação de França. O livro teve, na época, uma ampla recepção na imprensa famalicense e na revista literária *Vértice*, através de Armando Bacelar com o seu pseudónimo Carlos Relvas, destacando-se, no cômputo geral, as qualidades técnicas do poeta.

Reedita, em 1996, *Ruivães na Obra de Camilo* e em 2005, no *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, a *Via Dolorosa*.

.....

⁹ Activista Político pela Comissão Democrática Eleitoral de Braga. Deputado em 1976 na Assembleia Constituinte pelo Partido Comunista. Em 1967 publicou *A Crise da Indústria Algodoeira* e em 1991 *Romanceiro do Povo Miúdo*. Homenageado pela Câmara Municipal de V. N. de Famalicão em 1996 com a Medalha de Ouro do Município e pelo Presidente da República Jorge Sampaio com a Grã-Cruz da Ordem do Infante, o município famalicense publicou, no mesmo ano, *Discursos e Debates na Assembleia da República*, com prefácio de Álvaro Cunhal. Chegou a colaborar na revista neo-realista *Sol Nascente* e na colectânea dedicada a Joaquim Namorado *Incomodidade Necessária* (Coimbra, 1991) com o texto *Finalmente Completo um Poema de Joaquim Namorado*.

II.III. João Dinis Cupertino de Miranda / Pseud. João Rubem
(Louro, V. N. de Famalicão, 19-12-1911; Porto, 28-4-1993)

O Desconhecido

A arte não tem outra determinação senão a actividade.

Hegel



Poeta e ensaísta famalicense, nasceu na Freguesia do Louro do Concelho de Vila Nova de Famalicão. Filho de José Cupertino de Miranda e de Maria José Santos Cupertino de Miranda, era sobrinho de Artur Cupertino de Miranda por via paterna.

Durante um breve espaço de tempo foi empregado bancário, estabelecendo-se como comerciante toda a vida, até se reformar. A sua actividade literária situa-se, particularmente, nos anos trinta e quarenta do século XX. Nos anos 30, inseriu-se na primeira fase do movimento neo-realista¹⁰, participando na revista portuense *Pensamento*, com o sub-título *Revista Quinzenal de Divulgação Social e Científica, Arte e Literatura*, na recensão bibliográfica, no ensaio e na poesia, assim como no conto e na crónica, com os pseudónimos João Rubem, Kupertinu e Dinis Cupertino. Esteve ligado ao grupo (que tinha o lema de “Poesia Construtiva”) que se chamava “Jovens Liras” e que, segundo informação de Luís Andrade, surgiu entre os elementos que estudavam Esperanto na Casa do Povo

Portuense¹¹. O grupo era constituído por Natalina Bastos (com quem casaria em 17 de Dezembro de 1938), a “Lira de Ouro” (assinava com o pseudónimo Jodinal), Dinis Cupertino, a “Lira Irreverente”, José António de Castro, a “Lira de Invar” (assinava com os pseudónimos André Valmar, Kastru e Edgar Kastru), José Afonso de Castro Moreira (tinha os pseudónimos de Alfonso e Afonso de Castro Senda), Luís de SanJusto, a “Lira de Aço” e Hanid Estela, a “Lira Confiante” (pseudónimo de Dinah Fontes Machado), Vinha dos Santos, a “Lira da Minha Ânasia”, Armando Bacelar, a “Lira Indómita” e Maria Clarisse, a “Lira Dinâmica”. Os quatro primeiros publicariam em 1935 o livro “Poemas: o nosso eu”, com os pseudónimos Jodinal, Alfonso, Kastru e Kupertinu e com uma *Carta Crítica aos Autores* por San Justo (que assina como Jorge C. S. dos Santos, pseudónimo de Jorge Gustavo dos Santos), o qual, a dado momento, nos diz que “ser poeta é «sentir» a arte e dar-lhe expressão, dinamismo, vida!»

Na revista, o grupo mantinha as suas próprias páginas, tais como *Páginas Esperantistas*, o *Movimento das Jovens Liras* e *Marginália Modernista*. Tal como o demonstra João Rubem, o grupo defendia o Esperanto como língua universal no texto *Da Necessidade de uma Língua Universal*. No campo do ensaio, como Dinis Cupertino, escreve sobre a pedagogia da literatura (*Do Livro e da Juventude*), sobre o papel pedagógico da escola no campo profissional (*A Orientação Profissional na Escola*), acentuando-se com *Uma Teoria Alemã e o Aparecimento Inglês sobre o Desenvolvimento Actual da Literatura Narrativa* e com uma *Introdução ao Romance Realista*, efectuando com o pseudónimo João Rubem uma apologia à criatividade poética de Vinha dos Santos. No conto publica *Parábola do Sonho*, com a assinatura de Dinis Cupertino, e *Perfil para Bárbara*,

¹⁰ Alexandre Pinheiro Torres – *O Movimento Neo-Realista na sua Primeira Fase*. Lisboa: ICLP, 1983.

¹¹ Luís Crespo de Andrade – *Sol Nascente: da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*. Porto: Campo das Letras, 2007.

com o pseudónimo Kupertinu. Ainda nesta fase neo-realista, dirigiu e colaborou na *Página dos Jovens*, publicada no jornal *Ecoss de Sintra* (1939), assim como nos *Ecoss dos Jovens* (do mesmo jornal), colaborando em outras páginas e suplementos literários da geração neo-realista, tais como: *Secção Literária (Renovação)*, de Vila do Conde), *Comércio dos Novos (O Comércio da Póvoa de Varzim)*, dirigido por Armando Bacelar, *Do Espírito Literário (Ecoss do Sul)*, de Vila Real de Santo António), *Página da Gente Moça (O Cávado)*, de Esposende), *Acção Literária (Mocidade)*, de Ponte de Sôr), *Lume Novo (Aurora do Lima)*, de Viana do Castelo) e *Boletim Literário (A Regeneração)*, de Figueiró dos Vinhos). Colaborou também em *O Diabo*. Em toda esta ampla colaboração destaca-se inquestionavelmente o ensaísta, na divulgação da literatura ficcional brasileira.

Será com o pseudónimo Kupertinu que proclamará o programa estético-literário, como se tratasse de um manifesto, do grupo “Jovens Liras (e o seu próprio), no texto intitulado *Modernismo*, ao afirmar que “a poesia não é um jogo de palavras – bem urdidas e melhor architectadas, pois seria a negação da arte – mas, sim, a condensação duma doutrina ou duma tese em favor de qualquer problema, com uma única preocupação: concorrer com uma acha para essa fogueira de ideias de conceitos, interessando-se, portanto, na sua completa resolução.” E mais à frente: “A poesia da época é duma riqueza invulgar, no que respeita à sua harmonia, ao intimismo; é choque de luta interior, absorvente, emaranhado profundamente dum enorme psiquismo.”

Programa e princípios que João Rubem será fiel com os seus títulos posteriores (nos anos quarenta), nomeadamente *Poemas do Minho* (1942), *Secura* (1943), *Emoção* (1944), *Noite Escura* (1945), *Serenata* (1945) e *Mundo ao Vento* (1947), manifestando a sua intenção estética numa citação de Hegel no livro *Serenata*: “L’art n’a pás d’autre d’étermination que l’activité”, isto é, o mundo realiza-se e descobre-se na actividade poética. Tem a ideia de publicar o romance *Caminhos do Mundo*, segundo informação prestada na página de ante-rostro do livro *Emoção*.

Nesta segunda fase da sua actividade literária, Rubem evoca a sua mundividência familiaricense (chegando a dedicar, por exemplo, poesias a personalidades conterrâneas, caso de Manuel Faria), sendo um poeta que se encontra atento à realidade humana e social que o rodeia, testemunhando-a numa linguagem realista, directa e objectiva, denunciando os seus defeitos e virtudes.

II.IV. Francisco Carneiro de Sá

(s. Paio de ceide, v. N. De famalicão, 03/03/1921; v. N. De famalicão, 02/06/1953)

Um dos Estetas Neo-Realistas Familiaricense

...falar da Arte ou da Cultura é falar da Vida. Não há Arte nem Cultura independentes da Vida e da realidade. É na Vida que a Arte e a Cultura têm as suas raízes mais profundas.

António Ramos de Almeida

Indiscutivelmente que Francisco Carneiro de Sá (*doravante FCS*) pertence a uma geração de escritores familiaricenses que se encontram ligados ao movimento cultural português denominado Neo-Realismo, ao lado de João Rubem, José de Oliveira e, essencialmente, Armando Bacelar, um dos teóricos neo-realistas.



O mais estranho, e isto agora é que gostaria de salientar, diz respeito à publicação estética de FCS, a qual se encontra traduzida entre a poesia e o conto (o ensaio e a recensão bibliográfica), já que aparece principalmente publicada no jornal famalicense *Notícias de Famalicão*¹², em detrimento do *Jornal de Famalicão*¹³ e do *Estrela do Minho*¹⁴ (não deixando, contudo, de ser notável a sua colaboração nestes dois últimos periódicos), publicando, no exterior, com mais assiduidade na *Semana Tirsense* (Santo Tirso), menos no *Comércio da Póvoa de Varzim* (Póvoa de Varzim). No ano do seu falecimento, José Casimiro da Silva (1901-1983) foi parco nas palavras memoriais a FCS: “Poeta, deixou na imprensa regional retalhos dispersos da sua memória dramaticamente composta nos intervalos da sua tragédia. / Morreu com 32 anos, o infortunado rapaz, que nasceu em S. Paio de Ceide.”¹⁵ Valeu a FCS o texto de Fernando Carneiro (1918-1966)¹⁶ intitulado *Carneiro de Sá, Poeta Famalicense: breves apontamentos da sua poesia*¹⁷. Aqui, a dado passo, evidencia-nos, e chama a atenção, para o seguinte: “Carneiro de Sá não deixou apenas, como poderia supor-se, algumas poesias dispersas na imprensa regional. Deixou-nos um grosso volume de poemas, na sua maioria inéditos, que tencionava publicar brevemente...” Aliás, FCS tinha-se confessado a Fernando Carneiro isso mesmo, numa carta escrita em Avidos (V. N. de Famalicão), com a data de 29 de Outubro de 1952, proclamando “o original do meu livro intitulado “Panfleto”¹⁸.

¹² “Ao Deus Menino”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 8, n.º 369 (26 Dez. 1942), p. 4; “Camilo Castelo Branco”. In *NF. VNF*, Ano 8, n.º 380 (13 Mar. 1943), p. 4; “Carnaval”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 430 (26 Fev. 1944), p. 3; “Uma Ideia em Marcha. Casa do Povo, Museu Camiliano, Projectos e Obras que é Preciso Realizar”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 422 (12 Fev. 1944), p. 2; “Livros Novos. “Noite Escura”, contos de João Ruben. In *NF. VNF*, Ano 10, n.º 488 (7 Abr. 1945), p. 2; “Louco Amor”. In *NF. VNF*, Ano 6, n.º 299 (16 Ago. 1941), p. 1; “A Minha Fé”. In *NF. VNF*, Ano 6, n.º 293 (5 Jul. 1941), p. 1; “Nostalgia”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 414 (30 Out. 1943), p. 2; “Notas Bibliográficas. “A Prosa de Antero de Quental”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 429 (19 Fev. 1941), p. 2; “O Par Agradecido”. In *NF. VNF*, Ano 8, n.º 398 (17 Jul. 1943), p. 2; “Pureza Rústica”. In *NF. VNF*, Ano 8, n.º 408 (25 Set. 1943), p. 2; “Recordação”. In *NF. VNF*, Ano 8, n.º 408 (25 Set. 1943), p. 2; “Recordação”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 441 (13 Maio 1944), p. 2; “Recordação”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 457 (2 Set. 1944), p. 2; “Soneto”. In *NF. VNF*, Ano 8, n.º 405 (4 Set. 1943), p. 1; “O Tecto da Nossa Casa”. In *NF. VNF*, Ano 4, n.º 446 (17 Jun. 1944), p. 4; “Uma Visita a Seide”. In *NF. VNF*, Ano 9, n.º 439 (29 Abr. 1944), pp. 1.2; “Visões”. In *NF. VNF*, Ano 6, n.º 286 (17 Maio 1941), P. 3.

¹³ “Canção Triste”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 189 (8 Nov. 1952), p. 4; “Da Missão da Literatura”. In *JF. VNF*, Ano 4, n.º 189 (8 Nov. 1952), p. 2; “Desolação”. In *JF. VNF*, Ano 5, n.º 211 (11 Abr. 1953), p. 2; “As Estátuas de Camilo”. In *JF. VNF*, Ano 5, n.º 211 (11 Abr. 1953), p. 2; “O Jardineiro”. In *JF. VNF*, Ano 4, n.º 193 (6 Dez. 1952), p. 4; “Variações Sobre um Tema Desportivo”. In *JF. VNF*, Ano 4, n.º 190 (15 Nov. 1952), p. 2

¹⁴ “Criadas de Servir”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 55, n.º 2819 (20 Nov. 1949), p. 2; “Livros Novos. “Serenata”, de João Ruben. In *EM. VNF*, Ano 51, n.º 2612 (1 Dez. 1945), p. 2; “Livros Novos. “Combate”, poemas de Oliveira Bente. In *EM. VNF*, Ano 53, n.º 2736 (18 Abr. 1948), pp. 1, 4; “Mar”. In *EM. VNF*, Ano 51, n.º 2617 (6 Jan. 1946), p. 1; “Nos Caminhos da Vida”. In *Para as Reparigas/EM. VNF*, n.º 25 (12 Mar. 1944), p. 5; “Nova Luz”. In *Para as Reparigas/EM. VNF*, n.º 23 (16 Jan. 1944), p. 2; “Objectivismo e Subjectivismo”. In *EM. VNF*, Ano 51, n.º 2609 (11 Nov. 1945), p. 4; “Paisagem”. In *EM. VNF*, Ano 51, n.º 2611 (25 Nov. 1945), p. 2; “Poemas de Mim Mesmo”. In *EM. VNF*, Ano 51, n.º 2610 (18 Nov. 1945), p. 3; “Rumo”. In *EM. VNF*, Ano 49, n.º 2530 (14 Maio 1944), p. 2.

¹⁵ In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 58, n.º 2999 (7 Jun. 1953), p. 2.

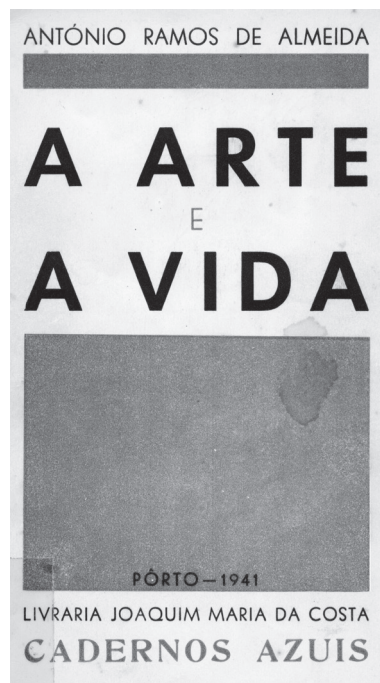
¹⁶ “Professor e poeta. Fernando Carneiro nasceu a 20 de Janeiro de 1918 na freguesia da Lagoa, concelho de Vila Nova de Famalicão, falecendo em 1966. Foi professor no Colégio das Caldinhas. Na sua obra poética usou vários pseudónimos, entre os quais Lucília Manso e Fernando Minho, com o qual deu à estampa o livro *Paisagens do Meu Mundo*. Foi um colaborador assíduo no *Estrela do Minho* e na *Estrela da Manhã*”. In *Biografias Autores Famalicenses*. Apresent. Agostinho Fernandes, org. Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, 1998, p. 22.

¹⁷ In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 58, n.º 3002 (28 Jun. 1953), pp. 4-5.

¹⁸ “No número da «Gazeta Literária» do mês de Dezembro publicamos duas poesias de Carneiro de Sá [tal não acontece, na medida em que consultei a respectiva Gazeta na Biblioteca Municipal Pública do Porto] que sabíamos ter morrido num Sanatório do Caramulo por ter sido devolvida, com essa indicação, a revista que lhe era destinada. / Publicamos juntamente o trecho duma carta do poeta em que manifestava o desejo de ser entregue a esta Associação o original inédito dum livro de

O *Jornal de Famalicão*, por seu turno, realiza um *In Memoriam* mais emotivo, anunciando a presença do seu director, Rebelo Mesquita (1910-1978), no funeral, com informações mais precisas, no campo da actividade profissional: “Na madrugada de terça-feira, faleceu na sua residência no Campo da Feira, o nosso amigo e colaborador Sr. Francisco Carneiro de Sá. / Contava apenas 32 anos de idade e desde os 15 anos até que adoeceu – há quantos anos – foi empregado do quadro gráfico da nossa tipografia, revelando-se um profissional muito competente e trabalhador. / Foi correspondente do «Jornal de Notícias», do Porto, durante bastante tempo e pela imprensa da província deixou espalhada muita colaboração em prosa e verso, revelando-se como um estudioso.”¹⁹ A notícia anuncia, já na parte final, que “o sr. dr. Cerejeira de Faria representou no funeral os srs. Drs. Lino Lima, Armando Bacelar e António Malvar; e os srs. Filipe Machado, Rosende de Faria, Cesário Freire e Manuel Ferreira Loureiro, que se encontravam ausentes em Lisboa.” Estas personalidades pertenceram não só há Comissão Distrital como também há Comissão Concelhia da Propaganda da Candidatura do Sr. General Norton de Matos (1948). Conjecturo que Casimiro da Silva não terá perdoado a FCS o facto de ter pertencido à Comissão Concelhia. Aliás, num comunicado publicado no *Estrela do Minho*²⁰ da respectiva Comissão e assinado por Armando Bacelar (Vice-Presidente da Comissão Distrital), reivindica-se, precisamente, o “fim do Fascismo em Portugal”, anunciando o mesmo comunicado a apresentação pública da Comissão Concelhia no Salão Olímpia, a 12 de Janeiro. Aliás, quem estará presente nesse dia em V. N. de Famalicão será António Ramos de Almeida, um dos teóricos do Neo-Realismo, do qual FCS, numa carta a Fernando Carneiro, nos diz que “comigo andou nas andanças da propaganda política” (carta de Caramulo, com a data de 10 de Janeiro de 1953).

Mas mais estranho ainda é o que FCS escreve nessa mesma carta, quando afirma, a dado passo que o amigo ficou “pelo menos por aquela amostra – fiel à poesia saudosa e tradicional, que cultivas com mimo raro.” E acrescenta: “Eu enveredei pelo *demasiadamente social* e assim os meus trabalhos na sua maior parte estão inéditos e ficarão inéditos.” (*ítálico meu*)



versos e apelarmos para a sua família caso esta revista lhe chegasse às mãos. / Procurou-nos a senhora D. Ofélia Gomes Marques Carneiro de Sá, residente em Vila Nova de Famalicão e viúva do inditoso poeta para nos manifestar o intuito que tem de editar o livro de seu marido a que está apensa a seguinte declaração: / “Certamente eu não conseguirei jamais editar o meu livro «Panfleto» / Se me suceder na vida algum precalço, o que é naturalíssimo por que sou um doente, e desde que minha esposa continue a ter as mesmas dificuldades que eu tenho na edição daquela obra, gostaria que, mesmo sem uma revisão cuidada e na forma actual, se fizesse do original uma brochura e se oferecesse esta à biblioteca da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, da cidade do Porto, colectividade pela qual tenho muita admiração. / Caramulo, Julho de 1951. / Carneiro de Sá. / É deveras respeitável e compreensível o desejo da senhora D. Ofélia Carneiro de Sá em conservar o original em seu poder como recordação do seu morto querido, e de tentar a edição que ele não conseguiu ver realizada. Limitamo-nos, portanto, a desejar que consiga o seu intento, registando a sua promessa de que a vontade de Carneiro de Sá será cumprida, se «Panfleto» não for editado.” (*ítálico meu*) In *Gazeta Literária*. Porto, Ano 3, n.º 32 (Abr. 1955), p. 77.

¹⁹ In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 5, n.º 219 (6 Jun. 1953), p. 2.

²⁰ In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 54, n.º 219 (6 Jun. 1953), p. 2. Para mais informação sobre os acontecimentos dessa célebre reunião política ver Filipa Sousa Lopes – *Momentos da Oposição em Famalicão: dos finais da década de vinte aos anos cinquenta*. V. N. de Gaia: Editora Ausência, 2004.

Será, precisamente, este “demasiadamente social” que nos vai levar a teorizar outras soluções mais explicativas para a produção poética de FCS. Este caminho poderá ser descodificado não só numa outra carta dirigida a Fernando Carneiro (já citada, a escrita do Caramulo), na qual salienta o livro que anda a ler de Ramos de Almeida o livro *A Arte e a Vida*²¹ e dois textos, únicos e simbólicos, respectivamente *Da Missão da Literatura* e *Objectivismo e Subjectivismo*.

Ora, se na carta em questão salienta-nos logo no início o seu princípio estético – “... tenho por princípio que a Arte deve ser posta ao serviço da Humanidade” –, refere-se, mais à frente, a Adolfo Casais Monteiro nos seguintes termos: “A sua posição de ensaísta, cujas ideias estão longamente explanadas no seu livro “De Pés Fincados na Terra”, cria-lhe responsabilidades de doutrinador. *Pois a sua obra de poeta, sem dúvida muito mais representativa, apesar do seu visível esforço, não acompanha a doutrinação do ensaísta.*” (*italico meu*) O que aqui temos é um ataque frontal aos presencistas, dominador comum dos neo-realistas²². O mesmo ataque ao movimento da *Presença* surge no texto *Objectivismo e Subjectivismo* quando afirma, a determinada altura, que “... as visões de uma alma eleita, fechada na sua *torre de marfim*, que nos apresenta a realidade das coisas deturpada [] Não é a candidez de João de Deus, de Augusto Gil, de Teixeira de Pascoaes, ou mesmo de um José Régio –na *contemplanção estética do umbigo* – que resolve os problemas da nossa época.” (*italico meu*) Não só nos deparamos aqui com a célebre polémica do umbiguismo regiano, como, igualmente, refere-se FCS a Julien Benda (1867-1956), cujo autor e o livro *La Trahison des Clercs*²³ tiveram uma larga repercussão junto dos neo-realistas²⁴. Para Alexandre Pinheiro Torres “o termo *clerc* designa o intelectual que «serve» uma causa que não exclusivamente a Arte pela Arte. Tal «serviço» foi classificado de «traição». O escritor deveria, segundo Benda, permanecer à margem e acima de todos os acontecimentos históricos e políticos. Neste sentido, os corifeus da *Presença* eram *clercs*.”²⁵ Mas a perspectiva de FCS não encaixa nesta teorização de Torres. Para Benda, que se refere constantemente nas suas obras a um intelectualismo que se opõe ao mundo moderno, na medida em que este se encontra submergido no lirismo, no romantismo, na sensação e na emoção, os *clercs* defendem as realidades, particularmente a realidade nacional, abandonando a defesa da verdade naquilo que ela tem de universal e de eterno. Nesta perspectiva, partilho da interpretação de Ernst Gellner, para o qual a tese de Benda “articula-se contra um fundo de metafísica platónica e ética universalista acriticamente aceite. Meramente pressuposto, desenha-se um reino de valores que vinculam todos os homens. Os «clercs» são criticados por abandonarem esses valores e por se prostituírem a ídolos locais e particularistas.”²⁶ Assim se compreende melhor não só a referência de FCS, como dos próprios neo-realistas, à *torre de marfim*, entendida esta nas particularidades estéticas dos presencistas, as quais estão fora do alcance da globalidade dos problemas nacionais. Nesta perspectiva, o caso de Casais Monteiro é, precisamente, o facto do doutrinador não acompanhar o esteta. O crime é este. Os valores teóricos não são aplicados na prática. Neste sentido, FCS anuncia em *Objectivismo e Subjectivismo* a significação e o sentido da obra de arte, exemplificando-se na literatura: “A literatura só cumpre bem a sua missão na medida em que se aproxima de todas as camadas sociais. O monopólio que dela pretende fazer a elite culta, encerrando-se

.....

²¹ António Ramos de Almeida – *A Arte e a Vida: para esclarecimento e compreensão da literatura moderna portuguesa e da estéril polémica arte pura e arte social*. Porto: Livraria Joaquim Maria da Costa, 1941.

²² Sobre esta problemática Alexandre Pinheiro Torres – *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase, ibidem*.

²³ Paris: Éditions Bernard Grasset, 1927.

²⁴ Igualmente junto dos seareiros, caso de Raul Proença. “Para um Evangelho duma Acção Idealista no Mundo Real. A propósito de «La Trahison des Clercs», de Julien Benda”. In *Páginas de Política*. Pref. Câmara Reys. Lisboa: Seara Nova, 1938, pp. 115-311.

²⁵ Alexandre Pinheiro Torres – *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase, ibidem*, pp. 35-36 (nr).

²⁶ “A Traição Universal”. In *Dos Nacionalismos*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p. 65.

em compartimento estanque, não serviu a cultura nem o entendimento entre as gentes. É certo que tal corrente ainda hoje é defendida por muitos, que *fecham os olhos às realidades palpáveis da vida. Refiro-me àqueles que negam direitos de cidadania às obras de carácter neo-realista* ” (*itálico meu*) Desta forma, cita, para exemplificação, Veríssimo, Lins do Rego ou um Tourgnèffe. Não coloca em causa a qualidade literária do livro *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, apesar de leitura difícil. Mas “por exemplo, em Gaibéus, de Alves Redol” a situação é diferente porque “todos que o lerem, o compreendem.” Mais do que propriamente a teorização dos objectivismos e subjectivismos, ou a problemática da arte pela arte, estamos neste caso perante o debate do Neo-Realismo entre o realismo e o naturalismo, a problemática das suas origens²⁷. Na mesma linha, a preocupação de FCS é “o caminho que a arte deve seguir na literatura, na crítica ou na ciência.” O romance dos presencistas, ou o romance, no início do século XX, até ao aparecimento dos neo-realistas, “deturpou o verdadeiro sentido da vida”; e, para FCS um dos escritores que serve a arte na sua junção com a vida, nas suas palavras, que serve a *Arte Social*, é, precisamente, Camilo porque este não se manteve apenas entre o realismo e o romantismo, na medida em que “olhou para si e para a sociedade, e arrancou dos sentimentos humanos a sua obra que é única”, descendo aos “labirintos da alma”, evidenciando a “sociedade corrompida”²⁸.

Concluindo, a arte e/ou a cultura, tal como pretende FCS, deverá seguir um caminho objectivo para enaltecer a própria vida e, na intenção do *Domingo* hegeliano, para dar razão e existência ao que é vulgar.

III. Pressupostos Teóricos

Na continuidade dos pressupostos teóricos de Carneiro de Sá e de João Rubem, gostava de referir duas situações estranhas, senão mesmo enigmáticas, talvez uma mais do que outra. A primeira, diz respeito a uma carta que José de Oliveira, com a data de 10 de Abril de 2008, um ano antes do seu falecimento, me enviou em resposta a uma outra que antes lhe remeti. O que então lhe pedia eram os seus dados bibliográficos sobre a sua extensa colaboração na imprensa nacional, assim completando os que já tinha, como, ao mesmo tempo, lhe elaborava uma série de questões sobre o neo-realismo em Vila Nova de Famalicão, como informação de algumas personalidades. As respostas ficaram para além das expectativas. Ora, do grupo a que chamarei “os neo-realistas da Estrela”, a determinada altura da carta que me enviou descreve as personalidades que conheceu:

Maria do Rosário e Esmeralda Pombo, duas irmãs de S. Cosmado (Armamar), José Brandão, Sousa Freitas e Maria do Céu Gouveia, universitárias de Coimbra, Helga Maria, de Lisboa. Surgiram com a “Página das Raparigas”, que eu e o José Brandão organizamos durante dois anos 24 números). E também Josefina de Vasconcelos, professora em Bairro (Quinta de Massamá) mais velha que nós mas com espírito igual ao nosso. E Fernando Couto de Rio Tinto (Pai de Maria Couto). Maria Isabel, presença meteórica, com belos sonetos, mas penso que se tratava de pseudónimo, talvez dum cavalheiro eu se quis divertir João Rubem, conheci-o já no Porto, na nossa grande tertúlia dos cafés Paladino e Rialio. Foi ele o editor do meu “Combate”; ofereceu-me o seu livro “Secura” (1943).

Suponho, antes de mais nada, que Maria Isabel seja pseudónimo de José Brandão. Meras intuições. Poucos dados para o que então tinha solicitado. O mesmo aconteceu com Joaquim de Oliveira, indicando-me

.....
²⁷ Ver, por exemplo, Alexandre Pinheiro Torres – “Repensar (em 1976) o Neo-Realismo”. In *O Neo-Realismo Literário Português*. Lisboa: Morais Editores, 1977; para a problemática objectivista e subjectivista da obra de arte Neo-Realista ver Georges Lukacs – *La Théorie du Roman*. Trad. Jean Clairevoye. Berlin-Spandau: Éditions Gonthier, 1963; *La Signification Presente du Réalisme Critique*. Trad. Maurice de Gandillar. Paris: Gallimard, 1960.

²⁸ Das relações de Camilo com o Neo-Realismo ver, por exemplo, Ana Paula Ferreira – “Camilo Castelo Branco, Precursor do Neo-Realismo”. In *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa: Caminho, 1992, pp. 25-64.

simplesmente que era natural de Ruivães, acrescentando que “foi meu companheiro da escola primária. Depois de entrar na tropa, lá se deixou ficar no ramo da saúde, como enfermeiro. Publicou muita poesia” editando o livro “Rompimento”, que me ofereceu em 1946, refere ter editado em 1942 o título “Versos a Esmo”.

Relativamente à problemática do neo-realismo nas páginas do *Estrela do Minho*, refere-se nos seguintes termos:

Neo-Realismo? Era natural falar-se de e discutir-se sobre lembremo-nos de que esse era o tempo dos escritores neo-realistas, em permanente discussão no jornal “Sol Nascente” e na revista “Vértice”.

Relativamente ao facto de Armando Bacelar / Inês Gouveia ter colaborado no suplemento literário citado, responde Oliveira desta forma estranha e enigmática, ainda mais estranha do que ao neo-realismo propriamente dito:

Armando Bacelar / Inês Gouveia? Não me recordo de tal ter acontecido. Aliás, os dois artigos que aparecem na “Página das raparigas” devem ter sido introduzidos pelo José Brandão, porque não me lembro deles.



Atitude espantosa esta! Preconceito? Indiferença? Inimizades? Talvez. Porque não acredito que José de Oliveira não tivesse conhecido Bacelar (o mesmo não direi de Inês Gouveia!), na medida em que Oliveira acaba por colaborar na página intitulada *O Comércio dos Novos*, da Póvoa de Varzim, dirigida por Bacelar.

O segundo acontecimento que gostaria de focar diz respeito a um artigo intitulado *Encerrada a Questão do «Neo-Realismo»*, de A. de Sena Freitas e publicado no suplemento *Notícias de Famalicão Literário*. O autor começa por salientar que o neo-realismo como corrente literária não se conseguiu enraizar-se, partindo sempre de um “pressuposto político-sócio-económico”, mantendo-se sempre em polémica. O “neo-realismo era apologético, teocrático, atraído a si próprio.” Outra ideia que o autor em causa avança é que “o neo-realismo como integração na literatura da temática social (e mesmo socializante) não trouxe nada de novo.” A terceira ideia que aponta é sobre o próprio termo neo-realismo, o qual “é um disparate”,

justificando-se nas seguintes palavras: “O realismo é simplesmente realismo, quer integre uma temática social, quer seja de temática psicologista, quer até de temática metafísica.” Esta questão da arte na literatura já vimos um pouco na teorização de Francisco Carneiro de Sá, entre o objectivismo e o subjectivismo ficcional. Sena Freitas conclui, então, no seu texto, que a questão do neo-realismo se “encontra encerrada e já não é sem tempo”, questionando o que ficou do neo-realismo, justificando-se com o seguinte paradoxo: “O que de melhor há em escritores nossos chamados por comodidade de recensão literária neo-realista é aquilo que neles não é neo-realismo.” Contudo, Sena Freitas, não se aventurou um pouco mais, também não era do seu interesse, na busca de tópicos leituras interpretativas à volta do neo-realismo, tendo-as do primeiro grupo que irei evocar. Não pretendendo ser determinista, tenho a ideia de caracterizar os estudos sobre o neo-realismo de seguinte forma: num primeiro plano, a consciência teórica e prática (os próprios neo-realistas foram os melhores teóricos de si próprios); num segundo momento, a redescritção teórica; num terceiro, a redescritção crítica fantasmática; finalmente, a desunificação textual interpretativa, salvo, neste último caso, raras excepções. Mais espantado ficaria Freitas com o corolário do neo-realismo, mais propriamente a inauguração em 2008 do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira, com a presença do Presidente da República e da Ministra da Cultura.

Com tais protótipos teóricos neo-realistas, nada melhor do que aqui aplicar a propósito do materialismo histórico a perspectiva de Simone de Beauvoir, à volta de um dos temas maiores do neo-realismo, a mulher e a sexualidade. Serve simplesmente para uma compreensão mais abrangente da polémica forte entre o grupo neo-realista da Estrela com a ala conservadora famalicense.

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *muliphisis*: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, retoma-a antes nas suas mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjectiva; efectua-se objectivamente na praxis. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos, só tem importância os que assumem, na acção, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflecte uma situação que depende da estrutura económica da sociedade, estrutura que traduz de evolução técnica a que chegou à humanidade²⁹.

No fundo, para Beauvoir o que as mulheres agora reivindicam “é serem reconhecidas como existentes, tal como os homens, e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua humanidade.”

No caso famalicense, a acção de divulgação teórica, conforme já o disse, será nas páginas do jornal *Estrela do Minho* e nos suplementos literários *Para as Raparigas* e *Esta Página*, não sem, como é lógico, incidentes de percurso e, num caso, bem grave, pelo menos em termos de linguagem, conforme iremos ver. No primeiro suplemento lemos o seguinte no seu editorial, o qual vai ao encontro de Beauvoir:

Esta página *para as raparigas* surge por uma imposição da hora presente: a necessidade que há em rasgar as receitas que há para empobrecer e em restituir aos olhos femininos aquela graciosidade que o *simmel* lhes roubou. / A mulher de hoje não pode ser a de ontem nem tão pouco a de anteontem – um objecto de luxo, uma estátua de altar, uma pintura de museu e nada mais. A mulher actual tem que ter personalidade, tem que viver a sua vida – uma vida cheia de beleza espiritual, mas beleza espiritual que não tema sugar-se às voltas com o trem da cozinha. / «Para as Raparigas» serem assim é que esta página surge. Oxalá que todas compreendam isto...

Por seu turno, o projecto do suplemento *Esta Página* assenta no seguinte:

...Estrela do Minho está a par da acção do ressurgimento cultural do país. Portanto, abrindo as suas colunas ao sangue moço, que nos trás o que há de mais recente e melhor, contribui para a sua realização e fornece aos seus leitores possibilidades de ampliar os seus conhecimentos, desenvolvendo-lhes a capacidade de síntese e o espírito crítico. / A finalidade desta página é divulgadora, mas selectiva.

Temos, portanto, dois motivos que à partida podem ser diferentes, mas que são entre si iguais: a emancipação do ser humano pelo conhecimento. Aliás, não deixa de ser curioso o novo código, digamos assim, moral que a nova geração postula para as raparigas. Vejamos o estatuto e o respectivo código moral, para a independência do feminino, não sem esquecer a sua efectivação cívica e social. Transcrevo-o do n.º 24 do suplemento *Esta Página*.

RAPARIGA

- 1.º Estuda com afinco. Esforça-te por fazer bem os exames. A tua independência económica está no diploma que tirares. E a tua independência económica será o maior factor da tua felicidade. Estuda com afinco.
- 2.º Não te pinte demasiadamente. No meio termo é que está a virtude. Sê de uma simplicidade sem afectação. Os rapazes detestam a vaidade. Não te pintes demasiadamente.
- 3.º Olha os rapazes como camaradas. Não te deixes enredar em labirintos românticos e piegas. Nem queiras nunca brincar com o fogo. Estragarás a tua vida. Olha os rapazes como camaradas.
- 4.º Humaniza-te. Repara nos humildes, nos deserdados, nos desiludidos. Faz o que pudeses para lhes minorar o sofrimento. Humaniza-te.
- 5.º Deixa todos esses preconceitos que te estorvam de viver. De viver uma vida sadia e humana. Que te importa que falem

²⁹ Simone de Beauvoir – *O Segundo Sexo: os factos e os mitos – I*. Trad. Sérgio Milliet. Lisboa: Quetzal Editores, 2008, pp. 87, 104.

e caluniam. A paz da tua consciência ninguém te roubará. Deixa todos esses preconceitos que te estorvam de viver.

6.º Torna-te pessoa. Sê tu mesma, consciente de que vales, corajosa, confiante, firme. Só assim fundarás em bases sólidas o edifício da tua personalidade. Torna-te pessoa.

Estamos perante uma geração não só teórica, mas que igualmente pretende realizar os seus fins na prática. Será José de Oliveira num artigo intitulado *Novas Clareiras – II* que irá proclamar o que representa a nova geração no novo contexto histórico, analisando tal contexto geracional em três pontos essenciais:

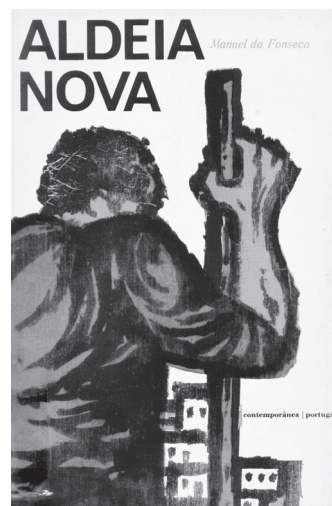
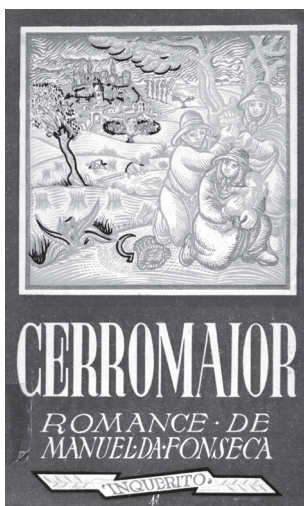
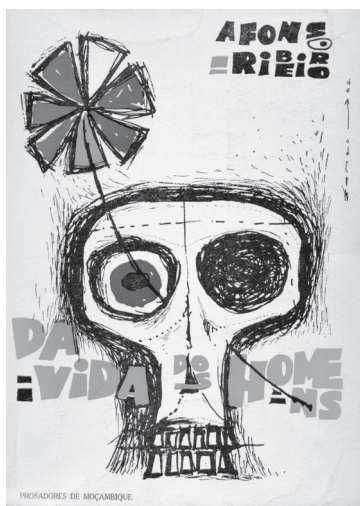
1.º A minha geração não é uma geração espontânea. Ela surge, compenetrada, sim!, dos seus deveres, sabe o que quer e como há-de conseguir o que quer, mas apoia-se no estudo, firma-se no cultivo da sua inteligência. Não é arrivista nem casual. Vive o seu momento histórico, realiza-se.

2.º A minha geração não tem horror à selecção e à hierarquia de valores nem parte dos postulados hermeticamente fechados

3.º Termina dizendo que a “minha geração não quer – porque não deve – olhar para trás”, mas que deve ir “rumo ao futuro”.

Será Maria do Céu Gouveia que irá explorar a temática da camaradagem literária, surgindo, nesta perspectiva, uma nova intenção social. Dir-nos-á que se “«colega» é aquele que se dedica ao mesmo trabalho profissionalmente, materialmente falando”, por seu turno, “«camarada», no campo das letras, ía mais adiante, englobava mais: ideal, finalidade única, lealdade na luta, combate em série por qualquer coisa inatingida; pedra, igual ou desigual, lançada por cada um na construção do mesmo edifício – Arte; na consecução do mesmo objectivo – perfeição.” E o casamento é uma “união espiritual”, devendo “significar, antes de tudo, camaradas numa tarefa comum.” Para além desta intencionalidade utópica, Rosário Silva afirma que ser “camarada é aquela que sabe compreender o verdadeiro e total significado da palavra emancipação.” Como? Pelo conhecimento: “Esta compreensão adquire-se na leitura dos bons livros.”

Será precisamente um texto de John Steinbeck, intitulado *Considerações Sobre a Arte*, que os neo-realistas famalicenses vão procurar a significação da arte (exceptuando, como já vimos, em Carneiro de Sá, que leu *A Arte e a Vida*). Para Steinbeck a arte define-se “em si como tentativa séria para fornecer ao nosso universo visível a mais alta prova de justiça, apresentando a verdade à luz, de maneiras diferentes e exposta sob todos os primas.” Por seu turno, o objectivo da arte é “procurar nas formas cores, luz, sombras, nos aspectos de matéria e nos factos da vida o que é fundamental em cada uma, o que é duradouro e essencial – a qualidade que esclarece e convence – a verdade própria da sua existência.”



Neste sentido, a verdade da própria existência na nova literatura portuguesa poderá ser vista num texto de Joaquim de Oliveira intitulado *A Literatura da Nova Geração* afirmando que se nota “um progresso tão retumbante, regista-se uma expressividade tão positiva e dinâmica cuja desenvoltura e objectividade nos faz aproximar das coisas eternas. E o modernismo, naquele sentido que lhe atribuíram alguns escritores presentes, será antes o *eternismo efectivado na humana literatura dos nossos dias.*” (itálico meu) Os escritores que salienta desta “*literatura viva e humana, objectivamente ao serviço do homem*” (itálico meu) são Ferreira de Castro, Alves Redol, Manuel da Fonseca, Afonso Ribeiro. Nos poetas, cita José Régio, Miguel Torga e Sidónio Muralha. Aqui, o caso de Régio, acaba por ser paradoxal, porque José de Oliveira a 15 de Março de 1942, num artigo intitulado *Novas Clareiras...* afirma que “precedeu-nos a geração dos presentes, que, voltando-se para dentro de si própria, num egotismo completo, alheada do mundo que a cercava o seu raio de projecção artística era reduzido, acanhado – uma vez que José Régio, Casais Monteiro, etc. não saíram de si mesmos, dos seus problemas místicos, ermitões duma quase inacessível torre de marfim.”

Mas quem uma vez mais distingue a ficção objectiva da subjectiva, a par de Carneiro de Sá, é António Flores, num texto seleccionado por José de Oliveira que coloca na sua coluna *Projeções* e intitulado *Rumos da Literatura*, clarificando aquilo que poderá ser o neo-realismo e o papel do próprio escritor inscrito no movimento, nas infra e super-estruturas sociais:

No romance e, de uma maneira geral, na literatura, podemos observar dois grandes rumos, nitidamente opostos: um subjectivo, outro objectivo. / Evidentemente que a produção de Arte não é, exclusivamente, objectiva ou subjectiva e, apenas, o predomínio de uma destas facetas, nos leve a classificar a obra, de um ou de outro modo, isto é, conforme o grau de exteriorização da própria personalidade do Artista (subjectivismo) ou conforme a maior ou menor preocupação deste com a realidade externa com a vida (objectivismo). [] o romance objectivo, representado pelo realismo ou naturalismo, no século passado e, actualmente, pelo neo-realismo, caracteriza-se pela realidade de acção e da localização. [] o neo-realismo é intervencionista, dinâmico, não se limitando ao «natural» mergulha profundamente no «humano», que ele sabe, se realiza através do social. / O escritor neo-realista, consciente das contradições que dividem os homens, dos processos económicos que determinam os movimentos históricos, da interdependência e interferência das estruturas várias (política, económica, moral, científica, filosófica, etc.) entre si e com a estrutura base (económica) sabe moldar os seus personagens e integrá-los na realidade.

Para Flores, os escritores inscritos nesta corrente são Gorki, Roman Rolland, Malraux, Silone, John dos Passos, Steinbeck, Jorge Amado ou Alves Redol, considerando percursores Balzac e Stendhal.

Finalmente, falta-nos referir o pressuposto teórico da poesia neo-realista na imprensa famalicense. Temos um texto de Célio Augusto, que se chama *Poesia Neo-Realista*, no qual evoca o “poeta humano”, na grata expressão de Saúl Fernandes, segundo o cronista, o qual “apresenta a sua criação, tem sempre o seu predicado”, já que o poeta neo-realista “não foge à realidade”, antes pelo contrário, “procura acompanhá-la no seu todo e servi-la a todo o ser humano que possui características indeterminadas, ou melhor, naturais por terem a sua razão de ser.”

IV. Recepções

Com tais indicações teóricas, não sem percursões ideológicas, surgem-nos as críticas e as resenhas a alguns escritores e aos seus respectivos livros. Gostaria de focar três exemplos famalicenses, nomeadamente Oliveira Bente, ou José de Oliveira, Joaquim de Oliveira e João Rubem. Por ordem cronológica, atentemo-nos a Rubem. Quando em 1942 publica *Poemas do Minho*, nos *Ecoss de Sintra* José dos Santos Marques efectua o seguinte juízo crítico, o qual se aplica até ao fim da sua criatividade poética, na qual detectamos o poeta do social e do real e não a imaginação poética, eis os pontos condutores das críticas que vamos ver. Cito, primeiro, a de Santos:

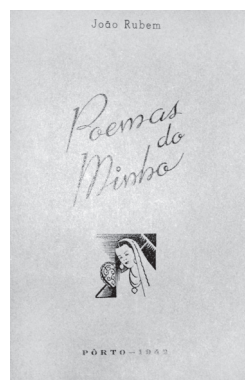
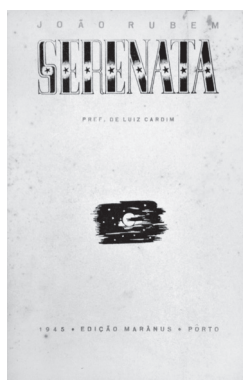
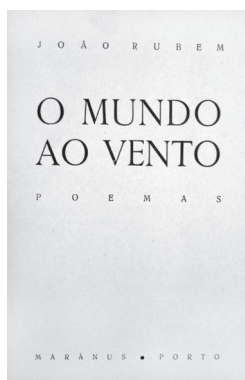
A julgar pelo que se lê neste seu primeiro livro, não podemos afirmar que João Rubem seja um poeta, porque lhe falta, de facto, o que caracteriza a poesia, embora nele se encontrem alguns poemas de verdadeiro interesse poético. / Podemos, no entanto, afirmar, que *Poemas do Minho* tem valor: marcam, principalmente, pela sua essência puramente humana, como documento valioso da vida miserável dos nossos dias e como testemunho do anseio de uma renovação. Trata-se, pois, de poesia social, de poesia humana. / É certo que um poeta humanista nos pretende dar sempre, nos seus poemas, uma visão de quanto de anti-humano existe e, simultaneamente, servir-se de imagens poéticas ou emprestar à prosa todo o poder da sua imaginação criadora; João Rubem, porém, afastou-se deste caminho, não se preocupou com as imagens poéticas, deu-nos o real, a «nudez forte da verdade» sem «o manto diáfano da fantasia». Assim considerados, os seus poemas, são de arte – arte positivamente humana e social.

Se, contudo, para José de Oliveira, quando Rubem publica em 1943 *Secura* e nos diz que “há poemas vibrantes de humanidade, poemas que focam a vida trágica”, havendo poemas que transportam “a ansiedade, esta inquietação” da nova geração, já que têm o desejo de um mundo melhor, mais justo, em Francisco Carneiro de Sá, quando surge *Serenata* em 1945, lemos que “poeticamente, o autor tem progredido muito. Mais suave na forma de expor, parece-nos todavia que às vezes trai a ideia por causa da arte.”

Armando Bacelar, na *Vértice*, em Junho de 1946, dir-nos-á dos livros de Rubem, a propósito da publicação de *Serenata*, que lhes faltam um “poder de comunicação poética”, notando-se em Rubem “o desejo de progredir, de conquistar a tal linguagem poética indispensável.” Em 1947, Bacelar, na mesma revista, em Setembro, a propósito de *Mundo ao Vento*, anuncia que nestes versos “faltam evidentemente qualidades poéticas”, sendo “a poesia deste autor, por vezes, fechada, dando a impressão que, comprime e rebusca as frases; outras vezes, a retórica e a demagogia ocupam o lugar da poesia.” O que é preciso é que um poeta seja “realmente um poeta, um bom poeta à altura da sua missão”, não chegando as “boas intenções” de Rubem, mesmo quando nos seus enunciados poéticos estes estejam a “favor do progresso”.

Mais radical será Bacelar com o livro *Rompimento* de Joaquim de Oliveira, na *Vértice* de Abril de 1947:

«Rompimento», de Joaquim de Oliveira, é um livro sem qualquer interesse poético. Não sei mesmo o que teria levado o seu autor a publicá-lo, a não ser a crise natural de adolescência, o desejo de comunicar próprio da juventude sem amadurecimento crítico. Joaquim de Oliveira não é poeta nem creio que venha a sê-lo. A sua «nota auto-bio-bibliográfica» (para quê?) pode chamar-nos a atenção para o seu caso humano que, considerado em si, talvez mereça simpatia de homem para homem. Mas os seus versos, com “«alvoradas» musicais da Consciência / A anunciar ao Homem / Libertação...” e outros pensamentos confusos e indecisos, não chegam a atingir qualquer expressão literária. Não veja J. de Oliveira nestas palavras o intuito de demolir, mas um propósito de crítica construtiva, pois, renunciando a veleidades literárias inúteis, pode libertar a sua consciência e valorizar-se para uma acção humana mais fecunda.



Mas o papel de Joaquim de Oliveira, ao lado de José, ou Oliveira Bente, não deixa de ser notável, pelo papel de divulgação que entretanto efectua nas páginas do jornal famalicense, chegando a uma altura a escrever dois textos sobre Alves Redol e Afonso Ribeiro, no ensaio, com ideias clarificadoras, o mesmo não podendo dizer do livro de poemas, que neste momento não conheço (é difícil encontrá-lo!), como também não conheço o seu percurso biográfico. Chega a colaborar no *Jornal de Letras e Artes*, do Porto, nos anos sessenta.



Relativamente ao livrinho *Combate*, de Oliveira Bente, na *Vértice* de Outubro de 1950, Bacelar referirá de Bente como sendo “um poeta sensível e com profundo sentido do humano, um poeta que não vive nas nuvens. Relativamente à colectânea e ao seu valor poético, parecerá ao crítico “muito desigual”.

Falta-nos referir, para uma compreensão mais lata dos pressupostos teóricos, as recepções a três livros de escritores neo-realistas: falo de Lino de Sá relativamente a

Alcateia, de Carlos de Oliveira, José de Oliveira perante *Fanga* de Alves Redol, assim como *Dia Cinzento* de Mário Dionísio. Se Lino de Sá relativamente a *Alcateia* proclama como sendo “mais um valioso contributo para a já vasta bibliografia neo-realista”, aclamando este romance como sendo “dos mais representativos da nova geração”, recordando ao crítico “as melhores obras de Gorki”, por seu turno, na perspectiva de Oliveira relativamente a *Fanga* afirma que o que temos “é o realismo brutal da vida”, que se “casa imperceptivelmente com uma réstea de sentimentalismo forte e são.” E continua: “Não há somente aquele desalento gelado e sem fim dos livros anteriores. Há alguma coisa mais, um sopro de quentura que não chega ainda a professar vida nova, mas que deixa, ao menos, clarões de esperança dentro da vida.” E relativamente a Mário Dionísio, primeiro fala do poeta, dizendo-nos que “falar de Mário Dionísio poeta é falar dum grande poeta moderno, que se integra na sua época e vibra com as multidões que se cruzam em todos os caminhos do mundo. Sua mensagem é directa, actual, com raízes na terra.” Relativamente ao livro de contos *O Dia Cinzento* foca Oliveira “a imensa humanidade das figuras, o interesse crescente do entrecho, a magia do estilo simplicíssimo.” E conclui: “Mário Dionísio, conquanto não atinja as culminâncias que conquistou nos seus poemas, dá-nos um livro magnífico, do melhor que tem produzido os nossos romancistas modernos.” Mário Dionísio é Mário Dionísio!

V. Polémicas

i

A primeira polémica, assim julgo, à volta do neo-realismo, dá-se com três cartas abertas e um *Intermezzo* dirigidas a não menos três personagens femininas ficcionalizadas por José Brandão (outra personalidade que desconheço os seus dados biográficos, conhecendo apenas os seus textos do *Estrela do Minho*), sendo elas Maria Isabel, Maria Clara e Maria José. Se num primeiro plano, surgem-nos duas perspectivas de felicidade, a individual e a colectiva, a primeira representada pelas personagens femininas



e, particularmente, por Maria Isabel, a «burguesa pretensiosa», nas palavras de Brandão, a questão torna-se mais abrangente a partir do momento em que a personagem imaginária Maria Isabel (pseudónimo, conforme já vimos, e também segundo indicação do jornal *Estrela do Minho*) responde a Brandão, pretendendo terminar “temporariamente o seu inofensivo flirt”, a propósito das reflexões de Brandão sobre o amor e a amizade. Maria Isabel dá o salto e passa para a questão literária. Dirá que prefere a literatura clássica à moderna, porque “não compreende” esta última (entenda-se, o neo-realismo), “não me satisfaz. É pesada e indigesta. Não tem enredo e o enredo é arte e sem arte não há literatura.” E remata: “Salvo melhor opinião acho completamente destrambelhada a corrente filosófica adoptada por alguns modernistas portugueses. Falam-nos da vida e mostram-nos a Dor e olham o futuro sob o prisma da Dor! Não será tudo isto uma epidemia do pessimismo mórbido de Schopenhauer?” Num artigo intitulado *Sobre o Neo-Realismo*, Brandão responde à sua interlocutora, proclamando a tese de que a “corrente modernista portuguesa” é “essencialmente realista”, afirmando que o neo-realismo “é o reflexo puro da vida.” A resposta é a seguinte: “A corrente filosófica adoptada não tem por base o pessimismo de Schopenhauer. Sendo a vida negra, é a literatura o espelho da Vida.” Maria Isabel dá resposta a Brandão, afirmando que “os pessimistas não crêem, desesperam. Desesperam na miséria e desesperam na fartura. «Só a dor existe» proclamam eles com Schopenhauer, em tom de vencidos.” E avança que “isso não é neo-realismo: é doença. Se a vida é negra, é dever nossos conjugarmos esforços para que se torne mais suportável, o que é diferente de fazê-la reflectir-se na literatura.” Remata Brandão esta polémica colocando um “ponto final de uma conversa amena”, esclarecendo a interlocutora que “escolheram-se novos temas e revolucionou-se a técnica de feitura. *Eclodiu um constante conflito com as expressões sociais, o mistério dos seres e do universo, e a consciencialização, para se compreender o mundo e a vida. E desse gigantesco entrecostar de interrogações e de anseios resultou a verdade.*” (itálico meu)

ii.

A polémica mais contundente será, efectivamente, com a ala conservadora da cultura famalicense, apresentada esta no jornal famalicense *Notícias de Famalicão* e, particularmente, com Jerónimo de Castro. Quando aconselham na rubrica *O que as raparigas devem ler* o livro de José Duro *Fel*, desencadeia-se então uma polémica literária nunca vista em V. N. de Famalicão. O outro ponto da discórdia foi quando aconselharam as leituras do livro de Alexandre Herculano *Eurico, o Presbítero*, e o *Mário* de Silva Gaio. Outro escândalo! Para Jerónimo de Castro estes dois livros estavam censurados. Cito a primeira intervenção de Jerónimo de Castro, não sem alguns paradoxos:

Não sabemos nem queremos saber quem a dirige, mas se nos permitem devemos esclarecer os nossos leitores que há, ali, pouco senso. / É verdade. / As raparigas novas devem merecer todo o respeito a quem quer que seja. São espíritos a formar dignamente, e quando recorrem à leitura, devem receber da boa literatura os melhores e salutareos conselhos. O contrário é um crime. / Ora, numa das secções da referida página, os autores indicam «o que as raparigas devem ler» / O pretensiosismo dos directores da página não vai ao aconselhar «que as raparigas podem ler» e ainda por cima aconselham obras que são verdadeiros disparates, que demonstram a ignorância daqueles indivíduos ou o pouco respeito que lhe merecem as meninas que os lêem. / Há tempos indicavam às raparigas o «Eurico, o presbítero» de Herculano, e «Mário», de Silva Gaio, duas obras que estão no índice e que se o homem que não é católico as pode ler porque são literariamente de valor, as raparigas é que não podem nem devem fazê-lo! Isto ainda parecia a nossos olhos, se outra obra que as raparigas devem ler não viesse agora espreitar-nos a memória. Trata-se de *Fel*, de José Duro. Para que os leitores apreciem a consciência literária dos autores da página feminina da «Estrela do Minho, transcrevemo-lhes aqui uma parte dum poema, *Bachantes*, que faz parte do referido e indicado livro. / [] / Com isto, o poema recomenda-se às meninas que o DEVEM ler! Com franqueza, colega, é preciso prender curto estes inspirados colaboradores. Isto é uma vergonha!

Mas por mais incrível que possa parecer, os *neo-realistas da Estrela* não transcreveram o referido poema, tal como Jerónimo de Castro o fará, poema de significação linguística erótica e de desejo carnal. O grupo referido responderá a Castro com *A Nossa Resposta*. “*Eurico, o presbítero*” e “*Mário*” não estão no índice e com o subtítulo *Aqui se descreve a paixão, a morte e a autópsia numa asneira que pode muito bem ter sido uma aldrabadice*. A 5 de Setembro Castro clarificará a sua posição, referindo-se aos *Meninos de Baloço*. A seguir a este longo texto de Castro, o grupo responde, de uma forma mais serena, com a transcrição de um poema mais cândido e romântico de Duro, *Rústica*. Por último, no texto *O Nosso Modernismo*, o grupo justifica-se uma vez mais nos seguintes termos:

A resolução de orientarmos esta página para uma compreensão integral da vida que vivemos ou devemos viver, causou nalgumas pessoas uma perturbação até certo ponto justificável. É que julgaram que pretendíamos fazer das raparigas arremedos de *vamps* ou coisa parecida. / Isto de se pedir às raparigas que vejam a vida pelo seu verdadeiro prisma, que se consciencializem realizando-se plenamente, isto de lhes ir levantando o véu de certos mistérios que, longe de nos apeguinar, as tornar-á mais mulheres, não significa obra demolidora, pelo contrário, é construir, aumentar o futuro em alicerces sólidos.

Justificando a existência plena da página, já que escrevem “para todas aquelas que desejam viver uma vida sã, uma vida útil. A estas queremos apontar a forma como devem viver essa vida sã, essa vida útil. Queremos dizer-lhes que se deixem de futilidades que as amesquinham e de preconceitos que as fecham a empreendimentos benéficos. Queremos dizer-lhes que sejam mulheres-modelos no estudo, no emprego, na rua, no lar. É isso que queremos dizer e dizemos sem desfalecimentos.”

Este texto será publicado no n.º 14 do suplemento *Para as Raparigas*. Quando termina, a 12 de Março de 1944, o n.º 25, José de Oliveira explorará a sua coluna *Projeções* até ao final da II Guerra Mundial, retomando-a posteriormente, desmantelando-se o grupo. O *Estrela do Minho* não será o mesmo.

O que aqui está é um começo.



VI. Bibliografia activa

1932

- “Bibliografia. “Terras do Sul e da Febre”, Julião Quintinha. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 37, n.º 1900 (10 Abr. 1932), p. 1.

1933

José Casimiro da Silva

- “Bibliografia. “Cantares”, por Vinha dos Santos”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 38, n.º 1950 (26 Mar. 1933), p. 2.

1935

Vasco de Carvalho

- “Aguarelas”, de Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 41, n.º 2089 (24 Nov. 1935), pp. 1-2.

1936

José Casimiro da Silva

- “Bibliografia. “Riso Morto”, por Vinha dos Santos”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 41, n.º 2116 (31 Maio 1936), p. 2.
- “Bibliografia. “Riso Morto”, Vinha dos Santos”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 41, n.º 2117 (7 Jun. 1936), pp. 1-2.

1938

Alfredo Pinto

- “Imagens. “João Reis”, por Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 43, n.º 2211 (3 Abr. 1938), pp. 1-2.

Alfredo Pinto

- “A Ilha Verde”, romance de Maria Lamas”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 44, n.º 2248 (18 Dez. 1938), p. 1.

1939

Fernanda de Castro Ferro

- “Rústica”. In *Da Mulher e da Criança / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, n.º 3 (28 Jan. 1939), p. 2.

Helena de Aragão

- “Um Artista da Geração Nova”. In *Da Mulher e da Criança / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, n.º 4 (11 Fev. 1939), p. 2.

1940

Alfredo Pinto

- “Imagens. “Diálogos”, de Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2338 (8 Set. 1940), pp. 1, 3.

1941

José Brandão

- “Carta a uma Rapariga”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2355 (5 Jan. 1941), pp. 1, 4.

José Brandão

- “Carta a uma Rapariga”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2356 (12 Jan. 1941), pp. 1, 6.

José Brandão

- “Intermezzo”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2357 (19 Jan. 1941), pp. 1, 4.

José de Oliveira

- Bibliografia. “Andy Hardy, o Conquistador”, por Leão Penedo e Gentil Marques”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2358 (26 Jan. 1941), p. 2.

Maria Isabel

- “Uma Carta de Maria Isabel”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2359 (2 Fev. 1941), p. 5.

José Brandão

- “Carta a uma Senhora”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2361 (16 Fev. 1941), pp. 1-2.

BRANDÃO, José

- “Sobre o Neo-Realismo”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2362 (23 Fev. 1941), p.1, 6. Maria Isabel
- “Sobre o Neo-Realismo”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2364 (9 Mar, 1941), p. 3. José Brandão
- “Uma Carta”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2361 (16 Mar. 1941), p. 2. José de Oliveira
- “Bibliografia. “A Tempestade”, por Ferreira de Castro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2365 (16 Mar. 1941), p. 2. José de Oliveira
- “Bibliografia. “O Novo Amor de Andy Hardy”, por Leão Penedo e Gentil Marques; “Andy Hardy, Detective”, por Leão Penedo e Gentil Marques”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2368 (8 Abr. 1941), p. 3.
- “Diálogos”, de Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. Ano 46, n.º 2373 (11 Maio 1941), p. 2. José de Oliveira
- “Livros Novos. “Cada Qual com o seu Milagre”, contos por Adelaide Félix”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 46, n.º 2388 (24 Ago. 1941), p. 4.

1942

- “Crónica Dominical. Páginas Femininas”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2426 (8 Mar. 1942), pp. 1, 4. José Brandão
- “Novas Clareiras...”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2417 (15 Mar. 1942), pp. 1-2. José de Oliveira
- “Sombras Poéticas”, versos de Fernando José Carneiro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2420 (5 Abr. 1942), p. 2. José de Oliveira
- “Chá das Cinco. Colaboração Alheia: ao sr. José de Oliveira, prosador e poeta de mérito”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2421 (12 Abr. 1942), pp. 1, 6. João Maria Ferreira
- “Antes do Pano Abrir”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 1 (12 Abr. 1942), p. 2. José de Oliveira
- “Novas Clareiras – II”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2422 (10 Abr. 1942), pp. 1-2.
- “Uma Carta Para Ti”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 3 (7 Jun. 1942), p. 2. Octávio Rodrigues de Campos
- “Crítica Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2429 (7 Jan. 1942), pp. 1, 4.
- “Uma Carta Para Ti”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 4 (12 Jul. 1942), p. 2. Octávio Rodrigues de Campos
- “Crítica Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2434 (12 Jul. 1942), p. 2. Jerónimo de Castro
- “Notas À Margem”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 7, n.º 346 (18 Jul. 1942), p. 1. Octávio Rodrigues de Campos
- “Crítica Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2435 (19 Jul. 1942), pp. ,1 4.

João Maria Ferreira

- “Chá das Cinco. Quatro Grandes Livros de Quatro Grandes Escritores [Carlos Sombrio]”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 47, n.º 2438 (9 Ago. 1942), pp. 2, 4.
- “A Nossa Posição. “Eurico, o presbítero” e “Mário” de Silva Gaio, não estão no “Índice”. Aqui se descreve a paixão, a morte e a autópsia duma asneira que pode muito bem ter sido uma aldrabice”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2440 (23 Ago. 1942), pp. 1, 4.

Jerónimo de Castro

- “A Nossa Posição. Meninos de Baloço”. In *Notícias de Famalicão*, V. N. de Famalicão, Ano 7, n.º 353 (5 Set. 1942), p. 4.

Vasco de Carvalho

- “Beldemónio”, por Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2442 (6 Set. 1942), p. 2.
- “A Nossa Página Feminina e a Tréplica dos seus Redactores, os nossos prezados colaboradores e amigos srs. José Brandão e José de Oliveira, ao nosso estimado colega “Notícias de Famalicão”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2444 (26 Set. 1942), pp. 1-4.

José Brandão

- “Política de Espírito. A Tragédia dos Intelectuais e Artistas”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 42, n.º 2449 (25 Out. 1942), p. 2.

José de Oliveira

- “Escapate. “Poemas de Hoje”, de Augusto Sanches Abranches”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2449 (25 Out. 1942), pp. 1-2.

Célio Augusto

- “Poesia Neo-Realista”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2450 (1 Nov. 1942), pp. 1, 4.

1943

- “O Meu Romance”, Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2459 (3 Jan. 1943), p. 4.

Francisco Carneiro de Sá

- “Camilo Castelo Branco no 118º Aniversário do seu Nascimento”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 8, n.º 380 (13 Mar. 1943), p. 4.

Joaquim de Oliveira

- “Mensagem de Saudade: ao amigo poeta José de Oliveira”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2470 (21 Mar. 1943), p. 1.

José Brandão

- “Escapate. “Rebeldia”, de Artur Tojal”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2470 (21 Mar. 1943), p. 3.

Maria do Céu Gouveia

- “Falam as Mulheres. Agora Falo eu...” In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2472 (4 Abr. 1943), pp. 1-2.

Emílio Marques da Silva

- “A Mulher”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2473 (11 Abr. 1943), p. 2.

José Brandão

- “Palavras à Juventude”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2475 (25 Abr. 1943), pp. 1, 3.

José de Oliveira

- “Escaparate. “As Várias Faces” e “Tufão”, de Augusto Sanches Abranches”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2480 (30 Maio 1943), p. 2.
 - “O Nosso Modernismo”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 14 (6 Jun. 1943), p. 3.
- José de Oliveira
- “Escaparate. “Secura”, de João Rubem”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2481 (6 Jun. 1943), p. 2.
- Armando Bacelar/Inês Gouveia
- “Dois Livros que Falam da Vida”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 15 (13 Jun. 1943), pp. 2-3.
- John Steinbeck
- “Trechos Escolhidos. “Vinhas da Ira”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 15 (13 Jun. 1943), p. 3.
- José de Oliveira
- “Escaparate. Eu Queria Viver”, de Manuel do Nascimento”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2484 (27 Jun. 1943), p. 4.
- José de Oliveira
- “Escaparate. “Fanga”, de Alves Redol”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 48, n.º 2487 (18 Jul. 1943), pp. 1-2.
- José Brandão
- “A História duma costureira que escreve que escreve nos jornais”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2496 (19 Set. 1943), p. 2.
- José Casimiro
- “Uma Questão Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2500 (17 Out. 1943), p. 1.
- José Brandão
- “Sobre uma Questão Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2501 (24 Out. 1943), p. 2.
- Armando Bacelar/ Inês Gouveia
- “Apontamento da Vida da Aldeia”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 21 (19 Dez. 1943), pp. 2-3.

1944

- “Livros Novos. “Volfrâmio”, de Aquilino Ribeiro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2516 (6 Fev. 1944), p. 4.
- John Steinbeck
- “Trechos Escolhidos. “The Grades of Wrath”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 24 (13 Fev. 1944), pp. 2-3.
 - “Amândio César”. *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2519 (27 Fev. 1944), p. 3.
- Abel Salazar
- “Trechos Escolhidos. “A Parisiense e o Cãozinho”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 25 (12 Mar. 1944), pp. 4, 7.
- Maria do Céu Gouveia
- “Mulher e Companheira”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 25 (12 Mar. 1944), pp. 4, 7.

J. P. Morgado

– “Mulher Doméstica”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 25 (12 Mar. 1944), pp. 4, 7.

Bernard Shaw

– “Trechos Escolhidos. O Altruísta”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 25 (12 Mar. 1944), p. 5.

José de Oliveira

– “Escaparate. “As Prosas de Antero de Quental”, sel., pref., notas de Vitor de Sá”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2522 (19 Mar. 1944), p. 3.

M. Rosário P. Silva

– “Ainda a Respeito da Página”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2524 (2 Abr. 1944), p. 5.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– “Mensagens da América. “Terras do Sem Fim”, de Jorge Amado”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2525 (9 Abr. 1944), p. 3.

João Rubem

– “Entardecer”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 9, n.º 444 (3 Jun. 1944), p. 2.

João Rubem

– “Senhor dos Aflitos”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 9, n.º 451 (22 Jul. 1944), p. 4.

Maria do Céu Gouveia

– “Camaradagem Literária”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2441 (23 Jul. 1944), pp. 1-2.

José de Oliveira

– “Escaparate. “História do Materialismo”, F. A. Lang”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 49, n.º 2542 (30 Jul. 1944), p. 4.

– “Trecho do Romance “Aldeia Nova”. In *Esta Página / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 4 (20 Ago. 1944), p. 4.

Maria Virgínia Dias

– “O Rapaz do Sobretudo Cinzento” [O Dia Cinzento]. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2557 (12 Nov. 1944), p. 4.

José de Oliveira

– “O Dia Cinzento”, de Mário Dionísio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2557 (12 Nov. 1944), p. 1.

Joseph Conrad

– “Considerações sobre a Arte”. In *Esta Página / Estrela do Minho* (19 Nov. 1944), p. 4.

Afonso Ribeiro

– “Estes Homens de Negócio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2559 (26 Nov. 1944), p. 5.

Abel Salazar

– “Depoimento”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 5.

Castelo Branco Chaves

– “Páginas de um Caderno de Notas”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 3.

José de Oliveira

– “Livros Novos. “Mineiros”, de Manuel do Nascimento”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 9.

Mário de Sacramento

– “O «Paletot» de Eça”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 4.

Victor de Sá

– “Condições sobre a Cultura de Eça”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 3.

António Ramos de Almeida

– “O Centenário de Eça”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2560 (3 Dez. 1944), p. 6.

– “Projeções. Carlos de Oliveira. Os Caminhos da Noite. Gândara”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2564 (31 Dez. 1944), p. 4.

1945

Lino de Sá

– “Alcateia”, romance de Carlos de Oliveira”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2565 (6 Jan. 1945), p. 4.

Romain Rolland

Os indivíduos desaparecem no Outono do povo. Para representar no temporal, não é preciso desenhar cada onda, só é mister pintar o mar embravecido. A precisão meticulosa de detalhe tem menos importância que a verdade apaixonada do conjunto. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2565 (6 Jan. 1945), p. 4.

José de Oliveira / pseud. Oliveira Bente

– Projeções. André Malraux, escritor e soldado. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2566 (14 Jan. 1945), p. 4.

José de Oliveira / pseud. Oliveira Bente

– Projeções. “Vila Branca”, contos de Garibaldi de Andrade, Carlos de Andrade; “Conceitos Históricos do Sexo” (“O Sexo na Educação”, V. F. Calverton). *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2567 (21 Jan. 1945), pp. 1-2.

José de Oliveira / pseud. Oliveira Bente

– Projeções. “Rumos da Literatura”, por António Flores. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2568 (28 Jan. 1945), p. 4.

José de Oliveira / pseud. Oliveira Bente

– Projeções. I – “Alexandre Herculano, Historiador”. II – “António José da Silva e o Teatro Português”. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2572 (25 Fev. 1945), p. 4.

José de Oliveira / pseud. Oliveira Bente

– Projeções. “O Problema do Analfabetismo”, Francisco João; “Notícias”; Fernando Couto, “Nova Génese”; Maiakovski, “Quais os Dados Indispensáveis para uma Composição Poética?”. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2573 (4 Mar. 1945), p. 4.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– “Projeções. Maiakovski: quais os dados indispensáveis para uma composição poética?” In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2573 (4 Mar. 1945), p. 4.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– Projeções. F. E. Pulido Valente, “Pontos de Partida”; “Ilha Doida”, de Joaquim Ferrer. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2574 (11 Mar. 1945), p. 4.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– Projeções. A Arte vista por R. Rolland; Hernâni Álvares, “Notas Sobre o Cinema”. *Estrela do Minho*. Ano 50, n.º 2575 (18 Mar. 1945), p. 2.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– “Ilha Doida”, Joaquim Ferrer”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 50, n.º 2575 (18 Mar. 1945), p. 2.
Francisco Carneiro de Sá

– “Livros Novos. “Noite Escura”, contos de João Rubem”. In *Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 488 (7 Abr. 1945), p. 2.

Francisco Carneiro de Sá

– “Objectivismos e Subjectivismos”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2609 (11 Nov. 1945), p. 4.

Francisco Carneiro de Sá

– “Livros Novos. “Serenata”, de João Rubem”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2612 (1 Dez. 1945), p. 2.

1946

Mário Dionísio

– “Dois Poemas do Sonho. Hipocrenes. O Maior Poema. Depois de Mim. Poema da Mulher Nova. Não”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2621 (3 Fev. 1946), p. 5.

José de Oliveira / Pseud. Oliveira Bente

– “Projeções. Paul Eluard e a Poesia”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2625 (3 Mar. 1946), pp. 1, 3.

Armando Bacelar / Carlos Relvas

– “Serenata”, de João Rubem”. In *Vértice*. Coimbra, Ano 2, n.º 36-39 (Jun. 1946), p. 195-196.

– “Livros Novos. “Aldeia”, o novo livro de Aquilino Ribeiro. Transcrição do texto *A Sede de Água*”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2640 (16 Jun. 1946), pp. 1, 4.

Joaquim de Oliveira

– “A Essência da Poesia Moderna”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2644 (14 Jul. 1946), pp. 2-3.

– “Fumo”, de Carlos Cal Brandão”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2645 (21 Jul. 1946), p. 1.

Joaquim de Oliveira

– “Crítica Literária, Pseudo-Crítica e Crítica Científica”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 51, n.º 2645 (21 Jul. 1946), pp. 1-2.

Francisco Carneiro de Sá

– “Objectivismos e Subjectivismos”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 61, n.º 2609 (11 Nov. 1946), p. 4.

1947

Armando Bacelar / Inês Gouveia

– “Carta a uma Jovem Amiga”. In *Para as Raparigas / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 52, n.º 2679 (16 Mar. 1947), pp. 1-2.

– “Carta: meu Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 52, n.º 2680 (23 Mar. 1947), pp. 1, 4.

Armando Bacelar / Carlos Relvas

– “Crítica. Poesia. “Rompimento”, por Joaquim de Oliveira. In *Vértice*. Coimbra, Ano 3, n.º 45 (Abr. 1947), p. 346.

“Caminhos Errados”, um novo livro de Aquilino Ribeiro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 52, n.º 2692 (15 Jun. 1947), p. 4

Armando Bacelar

– “Mundo Ao Vento”, poemas de João Rubem”. In *Vértice*. Coimbra, Ano 4, n.º 50 (Set. 1947), p. 371.

1948

Francisco Carneiro de Sá

– “Livros Novos. “Combate”, poemas de Oliveira Bente”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 53, n.º 2736 (18 Abr. 1948), pp. 1, 4.

“Livros Novos. “Combate”, de Oliveira Bente”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 54, n.º 2769 (5 Dez. 1948), pp. 1, 4,

1949

– “Almas Rústicas”, de Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 54, n.º 2782 (6 Mar. 1949), pp. 1, 4.

– “Carlos Sombrio”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 54, n.º 2785 (27 Mar. 1949), p. 2.

Políbio Gomes dos Santos

– “Epitáfio”. In *Esta Página / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 1 (14 Maio 1949), p. 1.

João Rubem

– “Emoção”. In *Esta Página / Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 2 (21 Maio 1949), pp. 3-4.

Joaquim de Oliveira

– “Algumas Notas Sobre a Arte”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 55, n.º 2806 (21 Ago. 1949), pp. 1- 4.

Joaquim de Oliveira

– “A Literatura da Nova Geração”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 55, n.º 2810 (18 Set. 1949), pp. 1, 4.

Joaquim de Oliveira

– “Em Torno de um Paradoxo de Wilde: a arte é completamente inútil”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 55, n.º 2811 (25 Set. 1949), pp. 1-2.

Joaquim de Oliveira

– “A Lã e a Neve”, de Ferreira de Castro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 55, n.º 2814 (16 Out. 1949), pp. 1, 4.

Joaquim de Oliveira

– “A propósito do Livro de Poemas “Combate”, de Oliveira Bente” In *Estrela do Minho*. Ano 55, n.º 2816 (30 Out. 1949), pp. 1, 4.

1950

Armando Bacelar / Carlos Relvas

– “Combate”, poemas de Oliveira Bente”. In *Vértice*. Coimbra, Ano 10, n.º 86 (Out. 1950), p. 260.

1951

– “Livros Novos. “A Vida Grandiosa do Condestável”, por Mário Domingues”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 94 (13 Jan. 1951), p. 4.

Joaquim de Oliveira

– “Divulgando os Escritores Modernos. Alves Redol”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 56, n.º 2896 (13 Maio 1951), p. 5.

Joaquim de Oliveira

– “Divulgando os Escritores Modernos. Afonso Ribeiro”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 56, n.º 2898 (27 Maio 1951), p. 5.

1952

Francisco Carneiro de Sá

– “Da Missão da Literatura”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 189 (8 Nov. 1952), p. 2.

1957

Nuno Vítor

– “Algumas Considerações sobre a Poesia Modernista”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 63, n.º 3223 (15 Set. 1957), p. 1; Ano 63, n.º 3224 (29 Set. 1957), pp. 1-2; Ano 63, n.º 3226 (13 Out. 1957), pp. 1-2.

Nuno Vítor

– “Versos a Mais ou a Menos?”. In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 63, n.º 3224 (29 Set. 1957), pp. 1-2.



1958

Fernando Correia

– “Léah”, de José Rodrigues Miguéis”. In *Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 2, n.º 58 (21 Jun. 1958), p. 6.

1959

– “«Páscoa Feliz»: nova edição do livro conhecido de José Rodrigues Miguéis”. In *Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 2, n.º 96 (14 Mar. 1959), p. 3.

Fernando Correia

– “O Homem Disfarçado”, de Fernando Namora”. In *Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 2, n.º 104 (9 Maio 1959), p. 3.

1962

– “Noticiário. “Engrenagem”, de Soeiro Pereira Gomes”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 27 (6 Abr. 1962), p. 2.

1963

Mário Matos e Lemos

– “Namora e as Biografias”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 40 (1 Mar. 1963), pp. 1-2.

- “Acaba de Sair. “Geografia e Economia da Revolução de 1820”, por Fernando Piteira Santos”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 41 (29 Mar. 1963), p. 1.
- “Na Morte de Aquilino Ribeiro”. In *Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 7, n.º 316 (1 Jun. 1963), p. 1.
- “Estante dos Livros. “Aquilino Ribeiro”, Apresent. Fernando Namora”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 46 (15 Nov. 1963), pp. 1-2.
- “Tchekov”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. Ano 3, n.º 47 (13 Dez. 1963), p. 1.

1964

- “Crítica. “Quero Ser Livre Para Amar”, por José dos Santos Marques”. In *Impacto / Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 1, n.º 3 (Abr. 1964).

Miguel Maria Rubió Carrasco

- “O Jovem e a Dialéctica do Problema” In *Impacto / Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 1, n.º 2 (Mar. 1964), p. 6.

A.Silva Ferreira

- “Encerrada a Questão «Neo-Realismo”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 52 (29 Maio 1964), p. 1.
- “Crítica Literária. Jorge Amado, “Os Livros das Três Abelhas”. In *Impacto / Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 1, n.º 6 (Jul. 1964), p. 6.

Álvaro Salema

- “O Que Vale a Pena Transcrever”. In *Impacto / Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 1, n.º 7 (Ago. 1964), p. 6.

1965

Víctor de Sá

- “Ramalho e a Dialéctica das Gerações”. In *Impacto / Jornal de Riba d’Ave*. Riba d’Ave, Ano 1, n.º 11 (1 Fev. 1965), p. 6.
- “Estante dos Livros. “Nassreddin, o Vagabundo”, de Leonidas Soloviev; “Fogo na Noite Escura”, Fernando Namora”. In *Notícias de Famalicão Literário / Notícias de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 58 (14 Maio 1965).

1971

- “Livros Novos. Alves Redol”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 23, n.º 1248 (6 Jan. 1971), p. 2.

1973

- “Livros Novos. “Barranco de Cegos”, Alves Redol”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 23, n.º 1248 (24 Fev. 1973), p. 3.
- “Livros Novos. “Teresa Baptista Cansada da Guerra”, Jorge Amado”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 23, n.º 1251 (17 Mar. 1973), p. 4.
- “Livros Novos. “Marketing”, de Fernando Namora”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1256 (21 Abr. 1973), p. 3.
- “Livros Novos. “Os Insubmissos”, por Urbano Tavares Rodrigues. “Poesia”, por José Gomes Ferreira”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1258 (14 Jul. 1973), p. 3.

MÁRIO
DIONÍSIO
a paleta
e o mundo

publicações europa-américa

I

1974

- “Livros Novos. Mário Dionísio, “A Paleta e o Mundo”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1293 (5 Jan. 1974), p. 3.
- “Livros Novos. “Os Clandestinos”, de Fernando Namora, em espanhol. “Aventuras de João Sem Medo”, José Gomes Ferreira”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1299 (16 Fev. 1974), p. 3.
- “Livros Novos- “Histórias Inesquecíveis Para Crianças”, Ilse Llosa”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1302 (9 Mar. 1974), p. 7.
- “Livros Novos. “Estamos ao Vento”, de Fernando Namora”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 24, n.º 1304 (23 Mar. 1974), p. 6.

1975

- “Livros Novos. “Os Clandestinos”, de Fernando Namora”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 26, n.º 1378 (23 Ago. 1975), p. 6.

1976

- “Livros Novos. “Seara Vermelha”, Jorge Amado”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 26, n.º 1398 (10 Jan. 1976), p. 6.
- “Livros Novos. “Os Ásperos Tempos”, de Jorge Amado”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 26, n.º 1406 (6 Mar. 1976), p. 3.
- “Livros Novos. “O Muro Branco”, de Alves Redol”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, “Os Subterrâneos da Liberdade”, de Jorge Amado”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 27, n.º 1410 (3 Abr. 1976), p. 3.

1978

- “Livros Novos. “Tieta do Agreste”, Jorge Amado”. In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 29, n.º 1528 (14 Jun. 1978), p. 6.

1989

Fernando Namora

- “Chuva e Amêndoas”. In *Voz de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 15 (26 Set. 1989), p. 4.

VII. Referências Bibliográficas

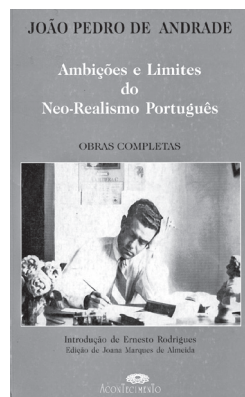
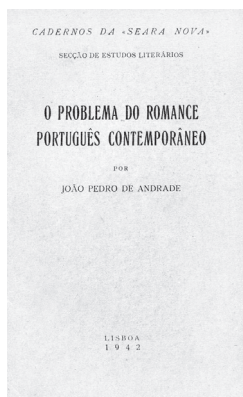
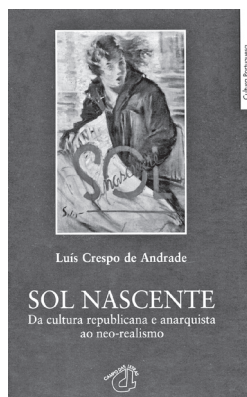
Neo-Realismo

ALVARENGA, Fernando

(1989) – *Afluentes Teórico-Estéticos do Neo-Realismo Visual Português*. Porto: Edições Afrontamento.

AMARAL, Fernando Pinto do

(1997) – “Um Olhar sobre a Poesia Neo-Realista”. In *Batalha pelo Conteúdo: exposição documental: movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 154-168.



ANDRADE, João Pedro de

(1942) – *O Problema do Romance Português Contemporâneo*. Lisboa: Seara Nova.

(2002) – *Ambições e Limites do Neo-Realismo Português*. Introd. Ernesto Rodrigues. Lisboa: Acontecimento.

ANDRADE, Luís Crespo de

(2007) – *Sol Nascente: da cultura republicana e anarquista ao neo-realismo*. Porto: Campo das Letras.

BACELAR, Armando

(1996) – “Memória de Tempos Idos”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 13 (1994/1995), pp. 147-164.

BRASIL, Jaime

(1945) – *Os Novos Escritores e o Movimento Chamado «Neo-Realista»*. Coimbra: [s. n.].

CARAÇA, Bento de Jesus

(2002) – *Cultura e Emancipação: 1929-1933*. Coord. Luís Augusto Costa Dias, Helena Neves, António Pedro Pita; Introd. António Pedro Pita, Luís Augusto Costa Dias. Porto: Campo das Letras.

CARVALHO, Manuel de Almeida

(1963) – “Para a História do Neo-Realismo em Portugal”. In *Jornal de Letras e Artes*. Porto, Ano 2, n.º 94 (17 Jul.), p. 13.

CASTRO, Armando

(1985) – “Para a História do pensamento Marxista em Portugal”. In *O Marxismo no Limiar do Ano 2000*. Lisboa: Caminho, pp. 137-190.

COELHO, Eduardo Prado

(1972a) – “Problemas do Realismo”. In *O Reino Flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, pp. 111-122;

(1972b) – “Mário Sacramento e a Evolução do Neo-Realismo”. In *O Reino Flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, pp. 123-129.

(1972c) – “Mário Sacramento: para uma poética neo-realista”. In *O Reino Flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, pp. 131-138.

(1972d) – “Mário Sacramento Perante a Teorização do Neo-Realismo”. In *O Reino Flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, pp. 139-147.

(1972e) – “Eduardo Lourenço e o Neo-Realismo”. In *O Reino Flutuante: exercícios sobre a razão e o discurso*. Lisboa: Edições 70, pp. 149-161.

COPELSTON, Frederick; Jacob Muñoz

(2008) – *Marx: vida, pensamento e obra*. Trad. Ana Domenech, Catarina Rolim. Lisboa: Público.

COTRIM, João Paulo

(2008) – “Folhear Paisagens: ensaio”. In *Ilustração & Literatura Neo-Realista: exposição*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 51-59.

DIAS, Augusto da Costa

(1975) – *Literatura e Luta de Classes*. Lisboa: Editorial Estampa.

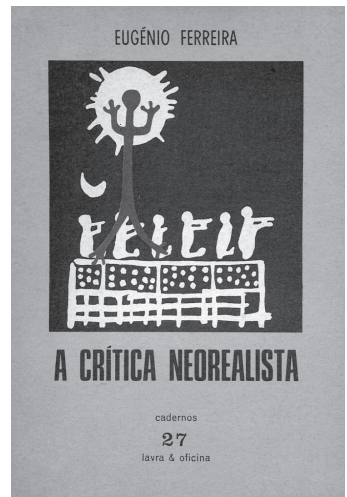
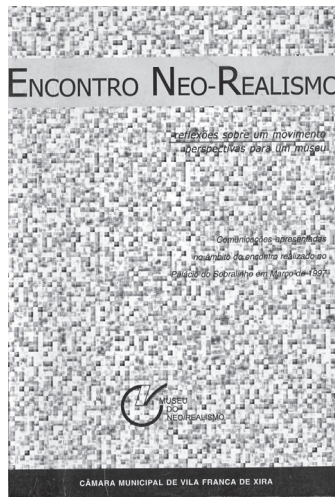
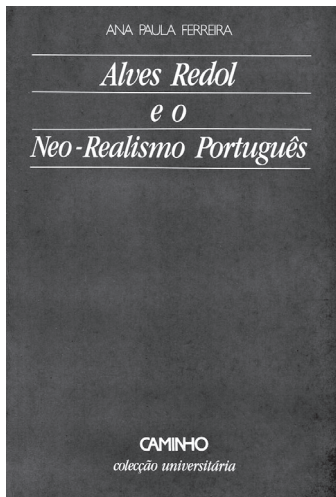
(1996) – “Contribuição Preliminar para o Conceito de «Geração de 1937””. In *Vértice*. Lisboa, 2.ª série, n.º 75 (Dez.), pp. 52-58.

DINIS, Alfredo; Forte, J.

(1991) – “Marxismo em Portugal”. In *Logos – III*. Lisboa: Editorial Verbo, cols. 711-716.

DIONÍSIO, Mário

(1987) – *Autobiografia*. Lisboa: O Jornal.



ENCONTRO DO NEO-REALISMO

(1999) – *Encontro do Neo-Realismo: reflexões sobre um movimento: perspectivas para um Museu*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl

(1974) – *Sobre Literatura e Arte*. Trad. Albano Lima. 4.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.

(1976) – *Sobre a Religião*. Trad. Raquel Silva. 2.ª ed. Lisboa: Edições 70.

FERREIRA, Ana Paula

(1992) – *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa: Caminho.

FERREIRA, Eugénio

(1980) – *A Crítica Neo-Realista*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

FREITAS, Manuel da Costa

(1991a) – “Materialismo Dialéctico”. In *Logos – III*. Lisboa : Editorial Verbo, cols. 733-737.

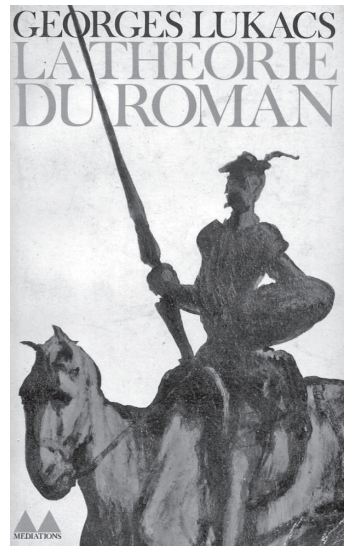
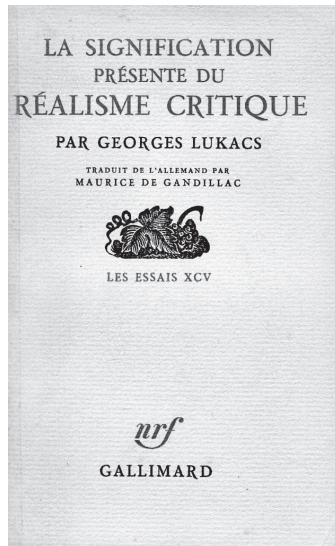
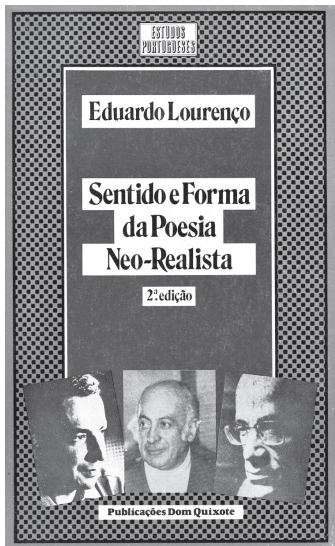
(1991b) – “Materialismo Histórico”. In *Logos – III*. Lisboa: Editorial Verbo, cols. 737-742.

GUTERMAN, N.; LEFEBVRE, H.

(1936) – *La Conscience Mystifiée*. Paris: Librairie Gallimard.

LEFEBVRE, H.

(1953) – *Contribution a l'Esthétique*. Paris: Éditions Sociales.



LITERATURA E REALIDADE

(1984) – *Literatura e Realidade: que é o realismo?* Trad. Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LOURENÇO, Eduardo

(1983) – *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

(1988) – *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Círculo de Leitores.

LUKACS, Georges

(s. d.) – *Marx e Engels como Historiadores da Literatura*. [s. l.]: Editora Nova Crítica.

(1920) – *La Théorie du Roman*. Trad. Jean Claireuoye. Berlin; Spandau: Éditions Gonthier, 1963.

(1960) – *La Signification Présente du Réalisme Critique*. Trad. Maurice de Gaudillac. Paris: Gallimard.

LUKÁCS, Georges; Seghers, Anna

(1953) – *O Escritor e o Crítico*. Trad. António Landeira, Carlos Araújo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MADEIRA, João

(1996) – *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os intelectuais: dos anos trinta a inícios de sessenta*. Lisboa: Editorial Estampa.

MOISÉS, Massaud

(2002) – “O Neo-Realismo: arte e ideologia”. In *As Estéticas Literárias em Portugal: século XX “ III*. Lisboa: Caminho, pp. 193-310.

MONTEIRO, Adolfo Casais

(1947) – “Uma Geração que Desperta: sobre alguns anos de actividade «neo-humanista»”. In *Portvcafe*. Porto, Nova Série, n.º 10-11 (Jul.-Out.), pp.ç 145-150.

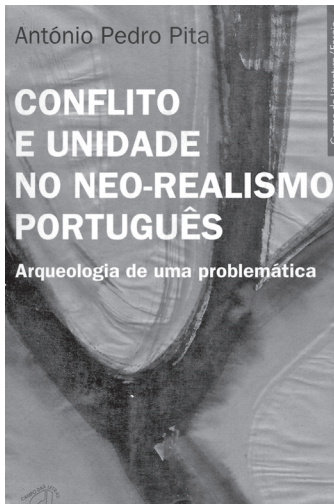
MOTA, Jorge Bruno Coelho

(2005) – *Vila Nova de Famalicão: oitocentos anos de foral*. Porto: Phrase Editores.

NAMORA, Fernando

(1961) – “Esboço Histórico do Neo-Realismo”. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa: classe letras – VII*. Lisboa: ACL.

(1979) – “Em Torno do Neo-Realismo”. In *Um Sino na Montanha: cadernos de um escritor*. Amadora: Livraria Bertrand, pp.



NOVO CANCIONEIRO

(1989) – *Novo Cancioneiro*. Pref., org. e notas Alexandre Pinheiro Torres. Lisboa: Editorial Caminho.

OLIVEIRA, Joaquim de

(1965) – “Alves Redol”. In *Jornal de Letras e Artes*. Porto, Ano 5, n.º 220 (15 Dez.), pp. 1, 3, 16.

PITA, António Pedro

(2002) – *Conflito e Unidade no Neo-Realismo Português: arqueologia de uma problemática*. Porto: Campo das Letras.

(2007)– “Revisão do Neo-Realismo”. In *Batalha pelo Conteúdo: exposição documental: movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 19-45.

PLÉKHANOV, Georges

(1949) – *L'Art et la Vie Sociale*. Études Jean Fréville. Paris: Éditions Sociales.

RAMOND, Vivianne

(2008) – *A Revista Vértice e o Neo-Realismo Português*. Coimbra: Angelus Novus.

REIS, Carlos

(1983) – *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português*. Coimbra: Almedina.

RICARDO, José

(1991) – *Romanceiro do Povo Miúdo: memórias e confissões*. Lisboa: Edições Avante.

RODRIGUES, Armindo

(1998) – *Um Poeta Recorda-se: memórias de uma vida*. Lisboa: Cosmos.

RODRIGUES, Urbano Tavares

(1966) – *Realismo, Arte de Vanguarda e Nova Cultura*. Lisboa: Editora Ulisseia.

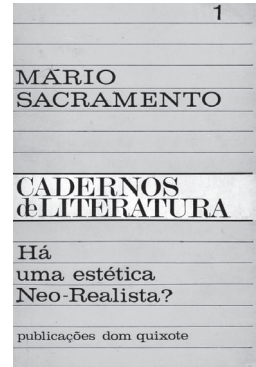
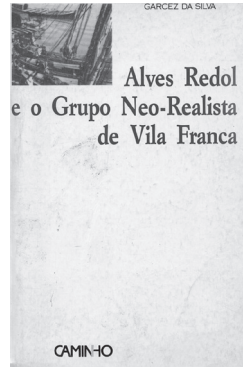
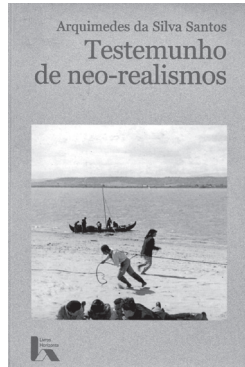
(1991) – *Um Novo Olhar Sobre o Neo-Realismo*. Lisboa: Moraes Editores.

ROGEIRO, José

(2006) – *Neo-Realistas de Vila Franca de Xira: lugares de memória*. Lisboa: Roma Editora.

SÁ, Vítor

(1996) – “Armando Bacelar e Lino”. In *Armando Bacelar e Lino Lima: Testemunhos de Luta pela Liberdade: catálogo da exposição*. Coord. Maria João Sampaio. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, p. 21.



SACRAMENTO, Mário

[s. d.] – *Fernando Namora*. Lisboa: Editora Arcádia.

(1968) – *Há uma Estética Neo-Realista?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

(1975) – *Diário*. Porto: Editora Limiar.

SANTOS, Arquimedes da Silva

(2001) – *Testemunho de Neo-Realismos*. Lisboa: Livros Horizonte.

SANTOS, David

(2007) – “O Neo-Realismo Pictórico e a Utopia Política do Pós-Guerra”. In *Batalha pelo Conteúdo: exposição documental: movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 169-197.

(2008a) – “Ilustração e Neo-Realismo: um património a redescobrir”. In *Ilustração & Literatura Neo-Realista: exposição*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 9-14.

(2008a) – “Imagens na Orla das Palavras: ensaio”. In *Ilustração & Literatura Neo-Realista: exposição*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 15-36.

SANTOS, Luísa Duarte

(2008) – “Ilustração, uma Arte Narrativa”. In *Ilustração & Literatura Neo-Realista: exposição*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, pp. 37-49.

SARTRE, Jean-Paul

(1948) – *Qu'est-ce que la Littérature?* Paris: Gallimard.

SILVA, Garcez da

(1990) – *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*. Lisboa: Caminho.

SILVESTRE, Osvaldo Manuel

(2003) – “Equívoco e Reticência: uma Abelha na Chuva de 1953 a 1954”. In *Uma Abelha na Chuva: uma revisão*. Org., introd. Pedro Serra. Coimbra: Angelus Novus, pp. 13-57.

SIMÕES, João Gaspar

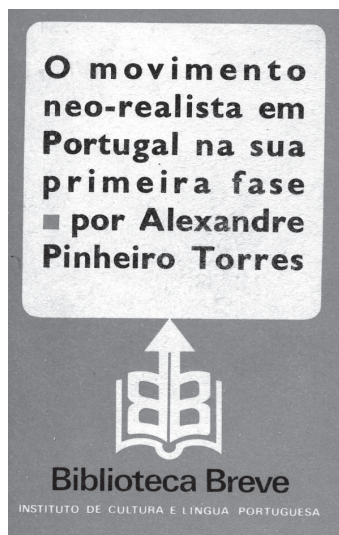
(s. d.) – *Liberdade do Espírito: ensaios*. Porto: Livraria Portugalia.

SOARES, Mário

(1974) – *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia.

TEXTOS TEÓRICOS DO NEO-REALISMO PORTUGUÊS

(1981) – *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*. Apresent. Crítica, sel., notas e sugestões de leitura Carlos Reis. Lisboa: Editorial Comunicação.



TORRES, Alexandre Pinheiro

(1977) – “Repensar (em 1976) o neo-Realismo”. In *O Neo-Realismo Literário Português*. Lisboa: Morais Editores, pp. 9-

(1983) – *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

(1994) – “Glorificação e Eclipse de Antero como mentor da Revista “Pensamento”. In *Antero de Quental e o Destino de uma Geração: actas do Colóquio Internacional da sua Morte*. Org., introd. Isabel Pires de Lima. Porto: Asa.

(2002) – “Neo-Realismo: 1930-1950”. In *História da Literatura Portuguesa – VII*. Dir. Óscar Lopes, Maria de Fátima Marinho. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 183-234.

TOSEL, André

(2004) – “Marx (1818-1883) : utilitarismo, exploração e felicidade comunista”. In *História Crítica da Filosofia Moral e Política*. Dir. ed. portuguesa Manuel Costa Freitas; Trad. António Campelo Amaral... [et. al.]. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 574-584.

TRINDADE, Luís

(2004) – *O Espírito do Diabo: discursos e posições intelectuais no semanário O Diabo, 1934-1940*. Porto: Campo das Letras.

VENTURA, António

(2002) – “O Marxismo em Portugal no Século XX”. In *História do Pensamento Filosófico Português: o século XX – VIII*. Dir. Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 195-231.

VIÇOSO, Vitor

(2007) – “A Ficção Narrativa no Movimento Neo-Realista Português: as vozes sociais e os universos da ficção”. In *Batalha pelo Conteúdo: exposição documental: movimento neo-realista português*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo, 46-152.

VILA FRANCA DE XIRA. Câmara Municipal. Museu do Neo-Realismo

(1996) – *A Imprensa Periódica na Génese do Movimento Neo-Realista: 1933-1945*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal; Museu do Neo-Realismo.

- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco
(1996) – *Armando Bacelar e Lino Lima: testemunhos de luta pela liberdade: catálogo da exposição*. Coord. Maria João Sampaio; Textos Artur Sá da Costa [et. al.]. Pesq. Amadeu Gonçalves, Maria João Sampaio; Catalog. Amadeu Gonçalves, Hilário Pimenta. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.
- (1998^a) – *Antologia de Autores Famalicenses*. Comissão org. Artur Sá da Costa [et. al.]. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- (1998b) – *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses: catálogo da exposição*. Coord., invest., textos Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves; Exp., catalog. Amadeu Gonçalves. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal; Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.
- (1998c) – *Biografia Autores Famalicenses*. Org. Artur Sá da Costa, Amadeu Gonçalves. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- VILAÇA, Alberto
(1997) – *Para a História Remota do PCP em Coimbra: 1931-1946*. Lisboa: Edições Avante.

“Ao Serviço do Povo Venceremos” a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)

por José Manuel Lopes Cordeiro¹

“Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milénio”.

Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História breve do século XX, 1914-1991*.
Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 15.

O isolamento e o atraso a que a ditadura fascista submeteu Portugal durante décadas começou a dissipar-se, ainda que de uma forma tímida e lenta, ao longo da década de 1960. Foram inúmeros os factores que contribuíram para essas transformações, que se acentuaram e generalizaram à medida que os anos iam passando.

A entrada de Portugal na EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio) em Dezembro de 1959, no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1961, assim como o Acordo Comercial celebrado em 1972 com a então CEE (Comunidade Económica Europeia), permitiram uma progressiva abertura e modificação na estrutura económica do país. Registou-se um acentuado desenvolvimento económico (incremento da industrialização, emergência do sector terciário), ao mesmo tempo que se verificava uma progressiva diminuição do peso da ruralidade, fruto do fenómeno da emigração económica para o estrangeiro e do início da deslocação da mão-de-obra rural para as periferias de Lisboa e Porto (e de uma maneira geral para o litoral), onde a oferta de emprego na indústria começava a exercer uma maior atracção.

A emigração massiva para os países europeus a partir do início da década de 1960, nomeadamente para a França e a Alemanha, constituiu outra das causas que contribuíram para a lenta modificação do país. Para além de ter contribuído para a melhoria das condições de vida de largos estratos da população, o contacto com uma realidade política, social e cultural completamente diferente por parte destes emigrantes – cujos reflexos em Portugal não deixaram de se fazer sentir nas visitas estivais às suas localidades de origem, durante as quais conviviam com familiares e amigos –, contribuiu para a abertura de novos horizontes e perspectivas que se foram progressivamente instalando na sociedade portuguesa.

Por último, a guerra colonial, cujo prolongamento provocava uma generalizada insatisfação, desgastando o regime – política, económica e militarmente – o qual não encontrava nenhuma solução para a mesma, senão o seu prolongamento indefinido. A guerra era particularmente impopular junto da juventude estudantil universitária, que a vinha rejeitando de uma forma crescente, principalmente desde o início da década de 1970. O incremento das deserções, agravando as dificuldades do regime em dispor de quadros militares para prosseguir a guerra, constituiu um factor não negligenciável para a futura eclosão do golpe militar que porá cobro ao regime fascista.

A substituição de Salazar por Marcelo Caetano em Setembro de 1968, e o surgimento da denominada “primavera marcelista” anunciando uma liberalização política do regime, criou de início uma considerável expectativa – rapidamente defraudada – cujo ponto alto se traduziu na mobilização para a participação nas

¹ Universidade do Minho. jmlopes.cordeiro@gmail.com. Director do Museu da Indústria Textil da Bacia do Ave.

eleições para a Assembleia Nacional de Outubro de 1969, as quais representaram também o *terminus* da tímida e fugaz “abertura” política. Contudo, será durante esse breve período que, aproveitando a prometida “liberalização”, se registarão algumas iniciativas políticas que, embora tenham padecido de inúmeras dificuldades resultantes da repressão, prosseguirão até ao final do regime: a criação do Movimento da Juventude Democrática (Novembro de 1969)², a constituição da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (Novembro de 1969), o nascimento do movimento das Cooperativas Culturais (já no rescaldo das eleições), assim como a criação da Intersindical, que não obstante só ter sido formalizada em 1 de Outubro de 1970 teve a sua génese durante as movimentações da campanha eleitoral³.

Será também a partir das eleições de 1969 – e até ao final do regime – que se registará um crescente aumento das lutas operárias e populares, em grande medida espontâneas, nas quais se enquadrará um movimento estudantil cada vez mais politizado e radicalizado, cujo primeiro anúncio ocorreu com a crise académica de 1969 na Universidade de Coimbra. O pano de fundo em que se inscreviam estas movimentações estudantis era no entanto a permanência da guerra colonial, a qual, precisamente, registou uma progressiva agudização a partir de então, principalmente na Guiné e, depois, em Moçambique.

No final da década de 1960, e prolongando-se até ao 25 de Abril, registou-se também algo de novo no panorama editorial e, em menor escala, na imprensa. No primeiro caso, com o surgimento de livros marxistas e de autores marxistas, traduzidos em português, e no segundo, com a reformulação de alguns jornais e revistas que alteraram o seu conteúdo. Publicados por pequenas, e por vezes efémeras, editoras – quase todas sobrevivendo nos limites da marginalidade e com grande parte do seu acervo editorial “fora do mercado”⁴ –, estes livros de natureza marxista tiveram larga circulação nos meios da oposição, particularmente no sector estudantil universitário, possibilitando um conhecimento das obras desses autores marxistas até então praticamente impossível de encontrar no país. Este aspecto, até agora praticamente esquecido nas análises sobre o “marcelismo”⁵, teve na nossa opinião uma enorme importância na formação política da geração de jovens que agora despertava para a luta contra o regime, proporcionando-lhes não só um conhecimento dos clássicos do marxismo, como das polémicas que tinham existido no movimento comunista internacional, aquando do conflito sino-soviético⁶, ainda que, no respeitante a estas, com um considerável atraso.

Importa salientar também o surgimento de uma imprensa de (subtil) oposição ao regime, marcada inicialmente pelo *Comércio do Funchal* – uma iniciativa de jovens, entre os 17 e os 22 anos, que souberam aproveitar uma inesperada oportunidade de relançar, em novos moldes, um título que estava quase a

.....
² Na realidade, a criação deste Movimento datava de 1967-68 e a sua actividade – que nunca adquiriu uma grande expressão – terminou por volta de 1970. Provavelmente, Lino de Carvalho referia-se ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) que, de facto, fora criado pelo PCP aquando da campanha eleitoral de 1969 e que se manteve na clandestinidade até ao 25 de Abril de 1974.

³ Lino de Carvalho, militante do PCP que participou desde o início no movimento das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE's) em 1969, primeiro como representante da Comissão de Estudantes Democratas de Lisboa e depois como dirigente na Comissão Coordenadora Nacional da CDE, sublinhou a importância destas iniciativas no seu livro *1969: Um Marco no Caminho para a Liberdade* (Lisboa: Editorial “Avante!”, 2000, pp. 103-124).

⁴ Como, por exemplo, as edições da Livraria Júlio Brandão, de Vila Nova de Famalicão, que durante o curto período, no início da década de 1970, em que exerceu a sua actividade, teve praticamente todos os títulos que publicou “fora do mercado”.

⁵ Excepção feita para o estudo de António Ventura sobre a recepção do marxismo em Portugal [António Ventura (2000), “O marxismo em Portugal no século XX”, in Pedro Calafate (Dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, Vol. V, pp. 195-229], e mais recentemente Miguel Cardina (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, Editora, pp. 252-255.

⁶ Ver, entre outros, as edições publicadas no Porto, dos textos do Partido Comunista da China, *Origem e Evolução das Divergências entre a Direcção do PCUS e Nós*. Porto: Portugráfica [1972].

extinguir-se –, cujo exemplo e sucesso motivou, já próximo do 25 de Abril, idêntica transformação no *Jornal do Centro*. A particularidade do *Comércio do Funchal* residia no facto de ter surgido à margem da tradicional “oposição democrática”, ou seja, de sectores em maior ou menor grau influenciados pelo PCP, como sucedia, por exemplo, com o *Notícias da Amadora*, embora entre os seus colaboradores contasse também com elementos afectos àquele partido. Por último, saliente-se a transformação ocorrida no seio da revista *O Tempo e o Modo*, que originou o surgimento de uma nova série a partir de Novembro de 1969, onde as posições maoistas passaram a ser predominantes⁷.

A maior mobilidade que os estudantes começaram a usufruir a partir de então, não obstante as restrições impostas pela necessidade de uma “licença militar” para os jovens do sexo masculino quando se ausentavam do país, contribuiu não só para um alargamento de horizontes que o contacto com outras realidades culturais, sociais e políticas lhes proporcionavam, como para a introdução em Portugal de literatura clandestina, assim como “revistas e livros proibidos”.

O acontecimentos internacionais registados durante a década de 1960, nomeadamente a Guerra do Vietname, a Revolução Cultural na China e o Maio de 1968 em Paris, assim como a invasão da então Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, tiveram também uma influência considerável, principalmente junto da juventude estudantil politicamente mais esclarecida.

A Revolução Cultural e o Maio de 68

A década de 1960 registou também o surgimento de um fenómeno novo, traduzido na emergência da juventude como um grupo social reclamando uma identidade própria e uma intervenção política autónoma. Este protagonismo da juventude conheceu o seu primeiro ponto alto em Outubro de 1964, nos Estados Unidos, através do Movimento pela Liberdade de Expressão (Free Speech Movement), na Universidade de Berkeley, o qual protestava contra a proibição da realização de actividades políticas no respectivo *campus* e contra os “valores conservadores” que a instituição universitária representava.

O envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietname – que já durava desde 1959 –, contribuiu consideravelmente para a radicalização do movimento estudantil norte-americano, ao qual se virão em breve juntar os ecos da Revolução Cultural na China. Cerca de quatro anos mais tarde, será Paris o epicentro de movimentações semelhantes, em maior escala e afrontando directamente o poder político, as quais se alastrarão a outros países do continente, como a Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Reino Unido, Espanha, e mesmo à Polónia e Jugoslávia. A influência do Maio de 68 chegou, também, a Portugal, ainda que o isolamento e a repressão então existentes tivessem limitado consideravelmente o seu impacte e consequências.

Também a Revolução Cultural irá influenciar esta juventude estudantil universitária, como se constatou nos acontecimentos do Maio de 68 em Paris. Em Portugal, após o retrocesso que se seguiu aos acontecimentos de 1965⁸, a juventude estudantil voltou a despertar para a luta política, como o evidenciou a Crise de Coimbra (e as incorporações compulsivas no Exército dela resultantes), assim como as eleições legislativas de 1969, tanto mais que sobre ela pendia permanentemente o cutelo da mobilização para a guerra colonial.

.....

⁷ Não deixa de ser surpreendente que, não obstante a censura, *O Tempo e o Modo* tenha conseguido publicar naquela época artigos abertamente maoistas como, por exemplo, “A base social do revisionismo” (nº 83, Outubro de 1970), para além de vários outros de idêntico teor, que se lhe seguiram.

⁸ Em Janeiro de 1965, cerca de cinquenta estudantes de Lisboa foram presos pela PIDE, acusados de pertencerem ao PCP. As lutas de solidariedade então travadas não foram capazes de impedir a expulsão de cinquenta e três estudantes de todas as universidades do país e a suspensão de mais de cem estudantes.

No que respeitava à guerra colonial, a questão da deserção – e da deserção com armas – constituía também uma linha de demarcação entre esta juventude estudantil radicalizada e o PCP, que defendia uma posição de recusa à deserção. Como referiu Francisco Martins Rodrigues, era uma posição que o PCP defendia desde o início da guerra colonial, em 1961: “Com a mobilização e os embarques de tropas, surgiu de imediato na organização do partido, especialmente no sector estudantil, que alimentava o contingente dos oficiais milicianos, uma tendência irresistível para desertar (a deserção em larga escala de soldados só começaria mais tarde). Os jovens comunistas e simpatizantes encaravam com horror a perspectiva de ir para África massacrar guerrilheiros e populações, não queriam ser cúmplices nesse crime. A resposta da direcção foi desde logo contra, pelo ‘dever de acompanhar as tropas para as consciencializar e organizar contra a guerra’. (...) a verdade é que se receava o embaraço causado por desertores na clandestinidade, pelas armas que vários deles traziam (e que foram em vários casos lançados ao Tejo!), e acima de tudo pelos germes de sabotagem da instituição militar que envolvia”⁹.

Será principalmente através dos acontecimentos do Maio de 68 que a influência da Revolução Cultural Chinesa se irá exercer em Portugal. Não será, por conseguinte, de estranhar que, precisamente em Outubro de 1969, se registe o surgimento de uma organização comunista para a juventude, neste caso estudantil, – a União dos Estudantes Comunistas (marxista-leninista) [UEC (m-l)] –, pela primeira vez desde a dissolução da Federação da Juventude Comunista Portuguesa no MUD Juvenil, em 1946, com o objectivo então proclamado de procurar congregar a juventude antifascista numa única organização.

Constituindo uma iniciativa do então Comité Marxista-Leninista Português, a UEC (m-l) surgia “com a missão de integrar as lutas dos estudantes no conjunto das lutas do povo português contra o fascismo, com a missão de colocar as lutas dos estudantes ao serviço das classes trabalhadoras, com a missão de imprimir às lutas dos estudantes uma direcção proletária contra a burguesia”¹⁰, passando a publicar o jornal *Servir o Povo*¹¹ (nº 1, Outubro de 1969), um título que traduzia claramente as suas influências políticas e ideológicas.

Será também a partir dos finais de 1969 que se iniciará aquele que poderemos considerar o terceiro período da história da corrente marxista-leninista em Portugal, marcado por “um considerável incremento da actividade desta corrente no interior do país, agravando-se contudo a sua dispersão, em virtude das sucessivas crises, cisões e expulsões darem origem a novas organizações que se digladiavam entre si pela pureza dos princípios marxistas-leninistas, principalmente nos dois últimos anos antes do 25 de Abril”¹².

Estas novas forças políticas marxistas-leninistas lançarão, a curto prazo, as suas organizações estudantis, sendo as mais importantes¹³ constituídas pela Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML), criada pelo Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) em Junho de 1971, e os Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas (CREC’s), cujas bases são lançadas em Abril de 1971 no Porto, e em Outubro do mesmo ano em Coimbra, pela Organização que editava o jornal *O Grito do Povo*. Tal como no caso da UEC (m-l) – cujo órgão central se denominava *Servir o Povo* –, a influência da Revolução Cultural

⁹ Francisco Martins Rodrigues (2007), “O PCP e a questão colonial”, *O Comuneiro*, nº 4 [em linha] disponível em: www.ocomuneiro.com/nr4_09_artigos_FRANCISCO_MARTINS.html.

¹⁰ “Viva a luta dos estudantes ao serviço das classes trabalhadoras”, *Unidade Popular*, nº 5, Novembro de 1969, p. 1.

¹¹ Título de um pequeno texto escrito por Mao Zedong em Setembro de 1944, que se transformou numa célebre palavra de ordem amplamente difundida durante o período da Revolução Cultural.

¹² José Manuel Lopes Cordeiro (1999), “Maoísmo”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Volume VIII, Suplemento F/O, pp. 417-421.

¹³ Não consideramos, dada a sua efémera existência – de Janeiro a Setembro de 1972 –, para além da sua reduzida actividade e importância, o Movimento das Juventudes Comunistas (Marxista-Leninista) criado pelo Comité Marxista-Leninista de Portugal (*O Bolchevista*). No entanto, também o título do seu jornal, denominado *Jovem Guarda* (nº 1, Janeiro de 1972), do qual se publicaram quatro números, traduzia claramente a influência da Revolução Cultural.

e do Maio de 68 encontrava-se bem patente nestas organizações estudantis, como se pode constatar pelos títulos que escolheram para os seus jornais: *Guarda Vermelha* (nº 1, Junho de 1971), por parte da FEML, *Viva a Revolução*¹⁴ (nº 1, Janeiro de 1972), pelo CREC do Porto, e *Servir o Povo*¹⁵ (nº 1, Junho de 1972), no caso do CREC de Coimbra.

O aspecto mais significativo registado durante este período de 1969-74, no seio da oposição estudantil ao regime fascista, consistiu na subalternização da importância das organizações estudantis do PCP face ao surgimento das organizações criadas pelas novas forças políticas marxistas-leninistas. Esta hegemonia resultou mais de uma adesão ao maioismo pelos estudantes que despertavam para o combate anti-fascista, do que das dificuldades internas registadas a partir de 1965 pelas organizações estudantis do PCP, após a traição do funcionário Nuno Álvares Pereira (“Moreira”), que entregara à PIDE toda a estrutura que aquele partido possuía entre os estudantes de Lisboa. No entanto, o PCP irá não só progressivamente recompor-se, como tentará disputar o terreno do combate estudantil às novas organizações marxistas-leninistas, criando a União dos Estudantes Comunistas (UEC) em 21 de Janeiro de 1972 (data oficial), numa reunião realizada em Budapeste, na qual participaram Álvaro Cunhal, Carlos Brito e militantes do Interior ligados ao sector estudantil, entre os quais Albano Nunes – apesar de já ter mais de trinta anos e não ser estudante deste 1964 –, que passou a integrar a sua Comissão Executiva. Ainda nesse mês, a UEC publicará a sua “Declaração”

¹⁴ *Vive la Révolution* (VLR) era a denominação de uma organização francesa que se reclamava do marxismo-leninismo surgida na sequência do Maio de 68 em Paris, a qual publicava um jornal homónimo. Ao contrário das outras organizações congéneres surgidas na mesma época, distinguia-se pelo seu carácter festivo e libertário, apresentando ainda a particularidade de defender os direitos das feministas e dos homossexuais. Entre os seus membros contava-se o futuro historiador Stéphane Courtois, que em 1997 coordenou a edição de *O Livro Negro do Comunismo*. O VLR auto-dissolveu-se em Abril de 1971.

¹⁵ A atribuição do título *Servir o Povo* ao jornal do CREC de Coimbra constituiu um exemplo da falta de conhecimento da actividade oposicionista estudantil existente em Lisboa – a única academia onde, na época, a UEC (m-l) desenvolvia actividade –, por parte dos activistas que se encontravam em Coimbra e no Porto. No entanto, em Dezembro de 1972, os CREC’s anunciaram o abandono da edição do *Servir o Povo*, para evitar confusões com o órgão da UEC (m-l), pelo que só se publicou um número daquele jornal. Contudo, quando foi anunciada, esta decisão já não possuía grande significado, pois, entretanto, os CREC’s tinham sido unificados a nível nacional, tendo sido criada uma Organização centralizada que substituiria os Comités (relativamente) autónomos, a qual passou a ter apenas um órgão de expressão, o *Viva a Revolução*. Cf. “Nota”, publicada no *Viva a Revolução*, nº 4, Dezembro de 1972, p. 4.

programática, redigida por Cunhal. Não iremos, neste estudo, focar a actividade da UEC, uma vez que o mesmo incide unicamente sobre as organizações marxistas-leninistas estudantis.

Incremento das lutas estudantis (1969-1974)

Uma das temáticas mais debatidas durante o período final do regime fascista, consistiu na denominada “crise da Universidade”¹⁶, quer do ponto de vista da sua incapacidade para formar os quadros técnicos necessários para acompanharem o desenvolvimento económico que o país estava a registar desde o início da década de 1960, quer do ponto de vista do seu funcionamento institucional, devido à crescente contestação estudantil que se vinha manifestando nas três academias, principalmente na de Lisboa.

O incremento das lutas estudantis que se começou a verificar a partir do ano lectivo de 1969/70 pode ser classificado, por comodidade de exposição, em três níveis distintos. Um primeiro nível, dizia respeito à tradicional “luta pedagógica” – melhores condições de estudo, exames de recurso, publicação atempada pelos professores de elementos de estudo –, assim como a contestação da actuação arbitrária na avaliação de conhecimentos, que provocava reprovações massivas. Inclui-se também neste nível a luta contra a desactualização pedagógica e, em muitas áreas, científica, que grassava em muitas escolas superiores, ou ainda contra a transmissão de conteúdos arcaicos e reaccionários (por exemplo, ficou célebre a definição de “proletariado”, como “*constituindo, antes de mais, um estado de espírito*”, defendida por um conhecido professor da Faculdade de Direito de Lisboa). O insuficiente apoio à acção social (residências, cantinas, bolsas, etc), a carência de instalações adequadas (salas superlotadas, falta de equipamentos nos laboratórios), também suscitavam o descontentamento por parte dos estudantes e revelavam a incapacidade do regime para dar resposta às transformações que se tinham operado durante a década anterior, na qual se registou o início da massificação do Ensino Superior. Como sublinhou Rui Grácio, “*em cerca de vinte anos, o número de alunos inscritos no ensino superior triplicou, sobretudo graças à expansão do universitário (3,7 vezes), sendo mais acentuado o crescimento no segundo decénio (2,4) [década de 1960] do que no primeiro (1,5) [década de 1950]*”¹⁷.

O regime procurou responder a alguns destes problemas com a nomeação de Veiga Simão para ministro da Educação Nacional, em Janeiro de 1970, substituindo o desacreditado José Hermano Saraiva, medida com a qual pretendia também resolver dois problemas em simultâneo: afastar um dos responsáveis pela repressão associada à Crise de Coimbra de 1969 e, assim, satisfazer e “sossegar” o movimento estudantil, ao mesmo tempo que procurava modernizar o Ensino Superior recorrendo a um tecnocrata que se apresentava com discurso condizente com essa necessidade de mudança. A apresentação, em 1971, das “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior”, constituiu a primeira medida tendente a concretizar aquele objectivo.

Esta solução irá desembocar na Reforma Veiga Simão, com a qual o regime não só procurava adaptar o Ensino Superior às necessidades de desenvolvimento económico do país, como descongestionar as quatro universidades existentes – o que não só respondia à massificação como contribuiria para a diminuição da contestação e a “normalização” do ensino –, com a criação de novas escolas, tanto em Lisboa (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, em Dezembro de 1972), como “na província” (as

¹⁶ Para além de debates, mesas-redondas, artigos, em jornais e revistas, ver, entre outros exemplos, J. P. Miller Guerra, e A. Sedas Nunes (1969), “A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões”, *Análise Social*, VII (n.º 25-26), pp. 5-49, ou a colectânea de artigos coordenada por Adérito Sedas Nunes (1970), *O Problema Político da Universidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

¹⁷ Rui Grácio (1990), “A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil”, in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, Vol. V, p. 225.

universidades do Minho e de Aveiro, assim como o Instituto Universitário de Évora), para além da Universidade Nova de Lisboa – que deveria privilegiar a investigação e o ensino –, todas elas criadas em Agosto de 1973. Também a Universidade de Coimbra passou a dispor de cursos de carácter tecnológico, tendo sido criados, em 1972, os cursos completos de Engenharia, uma vez que até então apenas se leccionavam os preparatórios, e a Faculdade de Economia. O plano concluía-se com a criação, também em Agosto de 1973, do ensino politécnico, com base nos novos Institutos Politécnicos da Covilhã, Faro, Leiria, Setúbal, Tomar e Vila Real e ainda dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Lisboa, Porto e Santarém (por reconversão e fusão dos Institutos Industriais e Comerciais e Escolas de regentes agrícolas existentes nessas cidades), e das Escolas Normais Superiores de Beja, Bragança, Castelo Branco, Funchal, Guarda, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Viseu.

Esta profunda reforma do ensino não surtiu os efeitos pretendidos, não só porque uma alteração desta envergadura demoraria tempo a produzir os seus resultados e necessitava de recursos financeiros e humanos consideráveis, como os estudantes – nomeadamente os do Ensino Superior – lhe dedicaram um combate sistemático, denunciando-a como aquilo que na realidade ela era: a urgência do sistema capitalista em dispor dos quadros de que necessitava para acompanhar as transformações que a economia do país vinha registando. A contestação estudantil aumentou e, a curto prazo, os estabelecimentos de Ensino Superior caminharam para uma situação de ingovernabilidade, principalmente os da capital, pois tanto no Porto como em Coimbra a situação era muito mais calma.

Apesar de englobar, essencialmente, lutas consideradas “recuadas”, o ambiente então existente nas universidades conduzia a que, frequentemente, as lutas inseridas neste primeiro nível respeitante à tradicional “defesa dos interesses dos estudantes” adquirissem muito facilmente uma rápida politização, em grande medida devido à imediata repressão que enfrentavam.

O segundo nível de desenvolvimento das lutas estudantis registado neste período traduzia um maior nível de consciência política e de radicalização, situação que começou a assumir uma certa predominância a partir do ano lectivo de 1970/71. Os estudantes contestavam o “conteúdo de classe” do ensino, apresentando-o como um “instrumento ideológico da burguesia”, defendendo que “a ciência não era neutra”, para utilizarmos algumas das temáticas então mais debatidas; reclamavam também a liberdade de reunião e de associação, uma vez que as Associações de Estudantes (AEE) estavam na sua maior parte encerradas, e aquelas que ainda funcionavam eram frequentemente invadidas pela polícia e também encerradas, ainda que algumas o fossem temporariamente. Denotando uma cada vez maior radicalização, os estudantes organizavam “meetings” – por exemplo, contra a repressão, ou contra a guerra colonial –, confrontavam os professores nas aulas, boicotavam conferências consideradas reaccionárias, e desenvolviam uma intensa e paralela actividade editorial, publicando textos de apoio sobre os mais diversos temas, na sua maioria abertamente políticos e de carácter marxista. Tratava-se de uma atitude mais ofensiva, de contestação aberta do sistema de ensino, que colocava na ordem do dia a questão de saber ao serviço de quem estava a universidade.

Este segundo nível da luta estudantil constituía também uma demarcação das novas correntes associativas influenciadas pelas organizações marxistas-leninistas estudantis face à orientação seguida pelas organizações estudantis do PCP, que em geral se limitavam à tradicional luta pedagógica. A partir de 1970/71, e embora dependesse das Faculdades, as lutas estudantis apresentavam uma maior incidência neste tipo de reivindicações, em detrimento da mera “luta pedagógica” ainda que, como veremos, esta pudesse adquirir muito facilmente elevados níveis de politização.

O incremento da contestação estudantil era nesta época particularmente visível em Lisboa, com os estudantes a insurgirem-se contra as frequentes invasões das instalações universitárias pela polícia, o encerramento temporário das Faculdades, a invasão e destruição das Associações de Estudantes – que eram encerradas, e nas quais eram logo apreendidos os equipamentos de reprografia –, as suspensões e prisões de colegas, ou contra os processos disciplinares, que muitas vezes conduziam à expulsão e incorporação forçada no Exército.

O regime não apresentava outra solução que não a do aumento da repressão. Em Janeiro de 1973, o ministro Veiga Simão criou a categoria de vigilantes (que os estudantes rapidamente denominaram “gorilas”) no quadro do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de Ensino Superior (D. L. n.º 18/73), cuja função era a de exercerem um controlo policial sobre as actividades estudantis, a que se seguiu um outro diploma, em Novembro do mesmo ano, que concedia aos reitores a faculdade de recusarem a matrícula ou a inscrição aos alunos que fossem considerados “*prejudiciais à disciplina dos estabelecimentos*” (D.-L. n.º 629/73). É claro que estas medidas só vieram agravar a situação, particularmente em Lisboa, desencadeando autênticas lutas corpo a corpo com os odiados “gorilas”, e agravando a ingovernabilidade de várias faculdades, que acabavam por ser encerradas pelo Governo, enquanto a situação não acalmasse.

O terceiro nível de desenvolvimento de contestação registado durante este período assumia características politicamente mais avançadas, como organização de manifestações de rua contra o fascismo e o colonialismo, com acções violentas – como o estilhaçar de montras de bancos –, ou de solidariedade com lutas travadas pela população. Momentos particularmente importantes da luta estudantil contra o regime ocorreram em Maio de 1972, e depois em Outubro do mesmo ano, aquando do funeral do estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, José António Ribeiro dos Santos, com os estudantes a desafiarem abertamente a repressão. Também as lutas contra a Queima das Fitas, em 1971 no Porto, e em 1972 em Coimbra (tentativa frustrada de um pequeno grupo de apodados de “reaccionários”, que não teve problemas em desrespeitar o luto académico¹⁸), assumiram um carácter massivo e vitorioso, tendo os estudantes das respectivas academias deixado de organizar aquelas “festividades”, até à sua ressurreição ocorrida já depois do 25 de Abril. Ainda em Coimbra, ocorreram acções de solidariedade estudantil com a luta da população contra o aumento dos transportes públicos.

O surgimento da “teoria do refluxo”

Logo após o seu surgimento, em Outubro de 1969, a UEC (m-l) iniciou um processo de elaboração de uma orientação que lhe permitisse intervir no movimento estudantil, não só para fazer face aos problemas que se colocavam aos estudantes e procurar dirigir as suas lutas, mas também para se demarcar das outras correntes existentes, particularmente das organizações estudantis do PCP.

A UEC (m-l), que no seu início agrupava apenas “*cerca de sete estudantes em Lisboa*”¹⁹, contava no entanto com um precioso auxiliar para a orientação da sua actividade no movimento estudantil. Tratava-se de um autêntico manual, intitulado *O Trabalho dos Estudantes*, que tinha constituído uma tese apresentada ao III Seminário de Estudos Associativos, realizado em Novembro de 1965, por Heduíno dos Santos Gomes²⁰, então estudante do Instituto Superior Técnico²¹. Contudo, e não obstante ser patente a necessidade de definição de uma linha de intervenção no movimento estudantil, a imprensa da UEC (m-l) não demonstrou, desde o seu início, uma grande preocupação com o cumprimento desse requisito. De facto, quase todos os artigos publicados nos quatro primeiros números do seu jornal *Servir o Povo* – até à realização do denominado V Congresso do PCP (m-l), em Agosto de 1970 –, são essencialmente de carácter ideológico e político, visando

.....
¹⁸ “Viva a vitoriosa luta dos estudantes de Coimbra contra a Queima dos burgueses!”, *Servir o Povo*, nº 1, Maio de 1972, pp. 1-2 e 6. [Órgão do CREC de Coimbra].

¹⁹ Conferência de Dissolução da UEC (M-L) (1975), *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (M-L): autocrítica da Comissão Executiva*. [S.l.: s.n.], p. 1.

²⁰ Em 1969, Heduíno dos Santos Gomes já era o principal dirigente do CMLP.

²¹ H. S. Gomes (1973), *O Trabalho dos Estudantes*. [Lisboa]: A.E.F.C.L., [105 p.], cuja primeira edição, publicada em 1965, se intitulava *O Trabalho dos Estudantes: seus mitos e possibilidades*.

a situação nacional, assim como a internacional. Apenas no segundo número do *Servir o Povo* (Nov.-Dez. de 1969), surgirá o primeiro (e único) artigo que procura efectuar uma análise da situação então existente no movimento estudantil e definir a linha de orientação a seguir²².

Nesse artigo, a UEC (m-l) apresentava uma visão otimista da realidade então existente, salientando que, *“em síntese pode-se afirmar que o Movimento Estudantil global, após o período à volta da ‘Crise’ de 1962, entrou num estado superior do seu desenvolvimento, ou seja, surgiram as condições para o Movimento Estudantil enveredar pela via da luta revolucionária contra o sistema capitalista, separando-se definitivamente da luta anti-fascista reformista encabeçada pela ‘Oposição’ democrático-burguesa”*²³. Uma análise curiosa, num ano em que todo o país – incluindo o meio estudantil da capital, onde foram criados os Comitês de Luta e Apoio a Coimbra –, tinha estado suspenso da evolução dos acontecimentos, ainda bem presentes na memória de todos, ocorridos na Universidade de Coimbra, cuja importância e significado não era levada em consideração pela UEC (m-l).

Não obstante o optimismo revelado na apreciação global da situação no movimento estudantil, a UEC (m-l) considerava que dadas as debilidades organizativas existentes, e *“embora se tenha manifestado várias vezes no seu seio a nova tendência revolucionária e não se possa negar em absoluto um progresso na Luta Estudantil, podemos afirmar que o Movimento Estudantil entrou num impasse e que inclusive há o perigo duma desagregação, se continuarem a verificar-se os desvios direitistas e esquerdistas que uma linha oportunista de direita tem imposto ao Movimento Estudantil. O Movimento Estudantil não tem avançado firmemente no sentido dum novo fluxo (desta vez uma ‘crise’ mais profunda) porque tem estado amarrado a uma orientação geral reformista ou então entregue ao espontaneísmo, a uma luta inconsequente e sem perspectivas verdadeiramente revolucionárias*. Surgia assim, pela primeira vez, a “teoria do refluxo”, que em breve iria adquirir uma formulação mais elaborada. Para a UEC (m-l), o impasse em que afirmava ter caído a luta estudantil integrava-se *“no impasse em que tinha caído a luta revolucionária em geral”*, constituindo, por seu turno, esta situação *“um resultado do atraso na organização revolucionária do proletariado português”*.

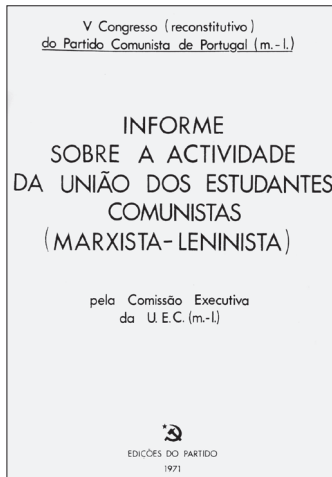
Em Agosto de 1970, em Paris, o CMLP levou a cabo a realização do congresso de reconstituição do partido comunista, o denominado V Congresso, a fim de estabelecer uma ligação histórica, de continuidade, com o IV Congresso do PCP realizado em 1946, o último antes da apelidada “traição revisionista”²⁴. No Informe da UEC (m-l) ao V Congresso, apresentado por “Rudolfo”²⁵, é de novo apresentada a “teoria do refluxo”, mas de uma forma muito mais sistematizada. Assim, as condições gerais da luta revolucionária em Portugal eram caracterizadas do seguinte modo: *“1º – Continuamos a atravessar a fase de refluxo que sucedeu ao período de 1962. (...) 2º – O nível de consciência política das massas continua a ser bastante baixo. 3º – A situação objectiva das massas trabalhadoras não é tão desesperada nem tende a agravar-se de forma que se possa admitir, nos próximos tempos, uma grande agudização da luta de classes em Portugal e, portanto, que se entre num novo período de ascensão da luta de massas. (...) 4º – Se tivermos presente a importância decisiva que tem a evolução da luta dos trabalhadores das colónias, e porque a luta armada dos povos coloniais ainda continua numa fase relativamente atrasada, temos que concluir que não é de prever para breve uma grande agudização*

²² “Sobre a luta estudantil”, *Servir o Povo*, nº 2, Nov.-Dez. de 1969, pp. 3-7. Mais tarde republicado em brochura, União dos Estudantes Comunistas (M-L) (1972), *Sobre a luta estudantil*. [S.l.]: Edições do Partido.

²³ *Idem*, p. 3. As citações que a seguir se apresentam foram todas retiradas deste artigo.

²⁴ A notícia deste V Congresso só foi divulgada em Agosto de 1971, um ano após a sua realização.

²⁵ De acordo com um quadro sobre a evolução do CC do PCP (m-l), do V Congresso a Maio de 1974, publicado na revista *Estrela Vermelha* (nº 16, Julho de 1974), “Rudolfo” terá “desertado do Partido em Dezembro de 1971”, ou seja, pouco mais de um ano após a apresentação do Informe da UEC (m-l) no V Congresso.



das contradições de classe no nosso país”²⁶. Por conseguinte, em conclusão e em síntese: “Não é de admitir para breve que a luta de massas em Portugal entre num período de ascensão, atingindo uma nova fase de fluxo. A fase de refluxo que sucedeu a 1962 vai continuar a manter-se”²⁷.

São vários os aspectos que ressaltam da análise sobre as condições gerais da luta estudantil em Portugal referidas no Informe apresentado pela UEC (m-l). Um

primeiro aspecto tem a ver, precisamente, com a referida “teoria do refluxo”. Esta, não só era aplicada na análise da situação das massas trabalhadoras, mas também no que se referia especificamente ao movimento estudantil. Noutra passagem do mesmo Informe, era expressamente referida “a incapacidade da luta estudantil superar definitivamente a fase de refluxo iniciada em 1962”²⁸, e que um “novo fluxo do movimento estudantil não vai verificar-se nos próximos tempos”²⁹. A justificação para esta insistência no argumento do “refluxo” decorria do facto da análise da UEC (m-l) fazer depender, exclusivamente, uma nova fase de fluxo do movimento estudantil da existência do partido comunista reorganizado e, conseqüentemente, deste dispor de uma forte organização para o sector estudantil, a qual, só então teria condições para fazer evoluir o movimento para situações de ofensiva revolucionária. No entanto, tanto no Informe como, anteriormente, no artigo já citado do *Servir o Povo* n.º 2, a UEC (m-l) entrava em contradição, ao referir que “há a salientar que continuou a verificar-se a tendência revolucionária e até a acentuar-se (ter presente o carácter avançado da manifestação [anti-colonial] do dia 21 [de Fevereiro de 1970], a evolução para formas violentas da luta sindical em Direito, mesmo alguns aspectos da luta de Económicas, a parte final relacionada com os acontecimentos de Coimbra, etc)”³⁰. Na realidade, todos estes exemplos apontavam, se não para uma fase de fluxo, pelo menos para a existência de excelentes oportunidades para o desenvolvimento da luta estudantil contra o regime.

Um segundo aspecto importante que ressaltava da análise sobre o movimento estudantil apresentada no Informe da UEC (m-l), assim como no único artigo publicado sobre o mesmo tema, no já citado do *Servir o Povo* n.º 2, residia no seu carácter quase que exclusivamente olissipocêntrico. Para uma organização que se pretendia representativa de todo o país, as movimentações estudantis existentes nas outras duas academias, Porto e Coimbra, não existiam. Apenas, e muito ao de leve, é referida “a parte final relacionada com os acontecimentos de Coimbra” – que tinham ocorrido há muito pouco tempo – mas sem qualquer desenvolvimento ou análise. No caso do Porto, a ausência é igualmente flagrante. A UEC (m-l) parecia ignorar – ou ignorava mesmo – as importantes lutas estudantis desencadeadas no Porto aquando dos Plenários de Fevereiro/Março

²⁶ V Congresso (Reconstitutivo) do Partido Comunista de Portugal (M-L) (1971), *Informe sobre a actividade da União dos Estudantes Comunistas (Marxista-Leninista) pela Comissão Executiva da UEC (m-l)*. [S.l.]: Edições do Partido, pp. 10-11 (sublinhados nossos).

²⁷ *Idem* (sublinhados nossos).

²⁸ *Idem*, p. 15.

²⁹ *Idem*, p. 16.

³⁰ *Idem*, p. 14 (sublinhado no original).

de 1969, as primeiras realizadas em oposição à linha prosseguida pelo PCP para o movimento estudantil, assim como a constituição em várias escolas do Porto, no ano lectivo de 1969/70, dos “Comités de Base”, completamente à margem da influência do PCP.

Outro aspecto, também difícil de compreender, dizia respeito à relevância conferida à crise académica de 1962 em Lisboa, sobre a qual já tinham decorrido oito anos, não surgindo nenhuma análise da crise académica de 1969 em Coimbra, muito mais próxima e cujas consequências, naquela época, ainda se faziam sentir. Mesmo no que dizia respeito à situação existente no movimento estudantil da capital, a análise era bastante superficial. Por exemplo, não era referida nem analisada a actividade da Esquerda Democrática Estudantil (EDE), fundada em 1968 na sequência da primeira manifestação anti-imperialista em Portugal contra a Guerra do Vietname, a qual vinha intervindo nas lutas estudantis da capital numa perspectiva que se pretendia alternativa à orientação do PCP. Em 1969, uma lista da EDE organizada sob o lema “Ao Trabalho”, e que se apresentava “contra a burocracia [e] contra o hermetismo”, conquistara a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, derrotando pela primeira vez a lista apoiada pelo PCP.

Finalmente, do Informe da UEC (m-l) ao V Congresso não ressaltava nenhuma orientação para a elaboração de uma linha de intervenção no movimento estudantil, para o próprio desenvolvimento da luta estudantil, para a mobilização e organização dos estudantes tendo em vista a elevação do seu nível de consciência política, etc. Em contrapartida, para além de apontar genericamente a necessidade de “*alargamento e reforço da organização comunista*”, a Comissão Executiva da UEC (m-l) estava muito preocupada com a influência do trotskismo junto do sector estudantil mais politizado, tendo conseguido que o Congresso aprovasse, para a orientação geral da sua própria actividade, o lançamento de “*um ataque em força contra o trotskismo*”³¹.

Embora o V Congresso não tivesse aprovado nenhuma orientação substantiva para o movimento estudantil, a UEC (m-l) irá sentir essa necessidade pelo que no primeiro número do *Servir o Povo* após a realização daquele Congresso, e no âmbito de um artigo mais vasto, aquela questão será finalmente abordada. Considerando que as Associações de Estudantes deveriam abranger a totalidade do movimento estudantil, de forma a adquirirem um carácter de verdadeiras organizações de massas, a acção sindical a desenvolver implicava: “*a) conduzir uma luta de massas na defesa dos direitos democráticos e sindicais dos estudantes, relacionando esta luta com a luta anti-fascista do povo português; b) integrar largas massas de estudantes nas estruturas sindicais através de movimentos reivindicativos parciais e imediatos; c) desenvolver todo um trabalho cultural, que oriente essas lutas reivindicativas de massas por objectivos imediatos e parciais no sentido de uma ampla luta de massas contra o carácter de classe do ensino e da universidade portuguesa e pela edificação da Universidade Popular*”³².

Para a UEC (m-l), a necessidade de definição de uma orientação para intervir no movimento estudantil era, de facto, extremamente necessária, tanto mais que a sua influência começava a aumentar consideravelmente, não só junto dos estudantes do Ensino Superior como dos do Ensino Secundário. Em 1970, tinha sido lançado o Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAEESL), que rapidamente alastrou pelos liceus da Grande Lisboa e, também, em algumas Escolas Técnicas e Comerciais. O MAEESL constituía uma organização semi-clandestina, onde coexistiam outras tendências estudantis (nomeadamente as afectas ao PCP e, após 1972, aos trotskistas), mas cuja direcção a UEC (m-l) conseguiu sempre assegurar, através da vitória das suas listas apresentadas sob a palavra de ordem “Por um ensino popular” nas eleições para as Direcções do Movimento, principalmente a nível central mas também em muitas escolas. Bem estruturado

³¹ *Idem*, p. 20. Refira-se que, em 1969-70, não obstante a existência de um ou outro elemento isolado que, no meio estudantil, simpatizava com o trotskismo, esta corrente era inexistente em Portugal, não tendo, por conseguinte, qualquer possibilidade prática de influenciar o movimento estudantil.

³² “A Revolução e a luta dos estudantes”, *Servir o Povo*, nº 5, Fevereiro de 1971, p. 5.

do ponto de vista organizativo (dispunha de regulamentos internos), o MAEESL editava desde 1970 um jornal (*Intervalo*), assim como um Boletim Interno (*Ao Trabalho*), para além de inúmeros jornais e boletins nas escolas onde dispunha de influência: Liceu Padre António Vieira (*Objectivo*, 1970), Liceu D. Leonor (*Boletim*, 1970, e *Perspectiva*, 1973), Liceu Pedro Nunes (*Informativo*, 1971), Liceu Maria Amália (*Informação*, 1971), Liceu Filipa de Lencastre (*Unidade*, 1971), Escola Comercial Veiga Beirão (*Associativo*, 1971), Liceu Passos Manuel [*Argumento*, 1972 (?)], Liceu D. João de Castro (*O Grito*³³, 1972, e *Movimento*, 1972), Liceu D. Pedro V [*Movimento Outubro*, 1973 (?)], Liceu da Amadora³⁴ [*Impulso*, 1973 (?)], entre outros. Até então, e não obstante uma intervenção já antiga junto dos estudantes do Ensino Secundário, principalmente por parte do PCP, aquele nunca tinha conseguido estruturar-se e manter a actividade de uma forma contínua, como o veio a fazer sob a direcção do MAEESL. Pela primeira vez, surgia um movimento estudantil com uma influência crescente nos alunos do Secundário, consistente, alargado, interventivo e capaz de resistir às investidas da repressão.

O alargamento da influência da UEC (m-l) – e das organizações de massas que influenciava – no movimento estudantil de Lisboa a partir do início da década de 70 entrava em contradição com a “teoria do refluxo” apresentada no V Congresso. A teoria não batia certo com a prática ou, melhor dizendo, a prática suplantava a teoria. Era evidente que, desde as eleições de 1969, ou talvez até um pouco antes, o movimento estudantil se encontrava num crescente fluxo, incorporando sucessivas gerações de estudantes que começavam a despertar para a luta contra os aspectos retrógrados do sistema de ensino e contra o regime que por ele era responsável, assim como contra a guerra colonial. Como vimos anteriormente, o próprio *Servir o Povo* sublinhava a crescente radicalização da luta estudantil, assim como “o carácter avançado das lutas nos últimos anos”³⁵. Deste modo, o Informe da UEC (m-l) ao V Congresso reveste-se de um certo mistério, pois não parece ter sido elaborado por quem, em Portugal, estava a par do desenvolvimento da situação no movimento estudantil. Para além disso, como veremos mais adiante, a “teoria do refluxo” traduzia um posicionamento de afastamento das lutas, que se veio a verificar constituir a orientação que o PCP (m-l) enviava para o Interior. Existia, por conseguinte, uma contradição entre a “teoria do refluxo” avançada pela UEC (m-l) e a sua prática no movimento estudantil de Lisboa, no qual constituía a força mais importante (em Ciências, Técnico, Agronomia, Económicas e Liceus, principalmente), tendo tido uma influência muito considerável na sua progressiva radicalização ao longo do período que estamos a analisar.

A “teoria do refluxo” e as suas contradições

A partir do ano lectivo de 1971-72 registou-se um aumento na radicalização do movimento estudantil, em parte como consequência do surgimento de novas forças marxistas-leninistas, que em breve criarão as suas organizações estudantis. Em Lisboa, onde esta realidade era mais marcante, irá surgir, em 1971, a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML), apresentada como “a organização própria e autónoma dos estudantes comunistas-maoistas portugueses, ligada por uma aliança militante à vanguarda em reorganização da classe operária, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)”³⁶. Ainda na capital surgiram também nessa altura os Comitês Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas),

.....
³³ Este boletim era publicado por um pequeno grupo de estudantes liceais que aderira ao trotskismo, organizando-se no Grupo Marxista Revolucionário (GMR) e nos “Grupos de Acção”. Ainda antes do 25 de Abril, conseguiram alguma adesão nos Liceus D. Pedro V, onde iniciaram a publicação do boletim *Movimento Outubro*, e no da Amadora, onde publicaram o boletim *Impulso*.

³⁴ A 16 de Setembro de 1972, a secção da Amadora do Liceu de Oeiras fora elevada à categoria de Liceu Nacional.

³⁵ A Revolução e a luta dos estudantes”, *Servir o Povo*, nº 5, Fevereiro de 1971, p. 3.

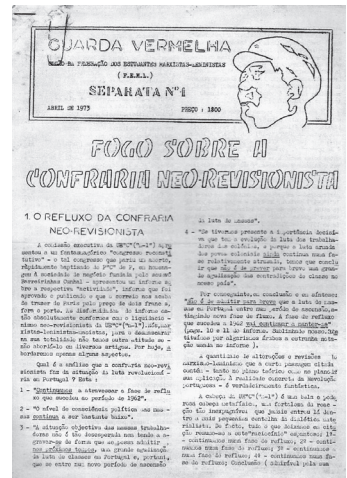
³⁶ *Guarda Vermelha*, nº 1, Junho de 1971, p. 4.

que tinham sido fundados em Paris por João Bernardo (“Tiago”) após a sua expulsão do CM-LP em finais de 1969. Apesar de não se definirem como organização estudantil, os CCR (M-L) constituíam na realidade um pequeno grupo quase que exclusivamente constituído por estudantes³⁷, com particular influência no Instituto Superior Técnico.

Embora tendo sido fundada em 1971, a FEML não era propriamente uma recém-chegada ao movimento estudantil. Melhor dizendo, uma parte dos seus militantes e simpatizantes já tinha uma considerável experiência “associativa”, que vinha do período em que estavam organizados na Esquerda Democrática Estudantil (EDE), a qual, como vimos, tinha conquistado em 1969 a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Para além de Direito, que constituía a sua “praça-forte”, a FEML dispunha também de alguma influência em Económicas e no Instituto Industrial, e passou a desenvolver logo desde o início uma intensa actividade de agitação e propaganda no movimento estudantil da capital, influenciando as correntes associativas “Estar na Luta” (Económicas) e “Ousar Lutar, Ousar Vencer” (Direito).

A “teoria do refluxo” mereceu uma acesa crítica por parte da FEML, a qual, numa linguagem que em breve se transformará em “imagem de marca”, chegou a publicar um texto sobre o assunto, exclusivamente consagrado à UEC (m-l)³⁸. No entanto, e não obstante as suas críticas, em 1971 a FEML também caracterizava como “de refluxo” a situação no movimento estudantil, ainda que com algumas diferenças: “[no ano de 1970/71] o movimento estudantil, desarmado e profundamente atingido pela repressão, vê-a passar impotente para se defender. Só começaria a sair deste refluxo, lentamente, no início do terceiro período [Abril-Maio de 1971]”³⁹, salientando que “a intensidade brutal da repressão (...) mergulhou o movimento estudantil numa situação de refluxo e recuo de que levará algum tempo a recuperar”⁴⁰. A FEML era, de facto, mais optimista, pois considerava que a recuperação já tinha começado a esboçar-se, como resultado “do duro combate travado durante o ano pelos estudantes comunistas (...)”⁴¹. Não deixa de ser curioso observar que a recém-criada UEC não perdeu oportunidade para intervir nesta polémica sobre o “refluxo”, salientando na sua imprensa que a situação então vivida no movimento estudantil se caracterizava, precisamente ... “por um novo fluxo”⁴².

Para além de Lisboa, no Porto e em Coimbra, nesses primeiros meses de 1972 surgiram também novas organizações estudantis, os Comitês Revolucionários de Estudantes Comunistas (CREC’s), criados pela Organização que publicava o jornal *O Grito do Povo*, cuja actividade se caracterizou, desde o início, por uma preocupação em definir uma linha de intervenção para o movimento estudantil⁴³.



³⁷ Como se pode constatar na autobiografia política de um seu antigo militante, José Luís Pinto de Sá (2006), *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz.

³⁸ “Fogo sobre a confraria neo-revisionista”, *Guarda Vermelha*, Separata nº 1, Abril de 1973.

³⁹ “Balanço para uma linha revolucionária da luta estudantil”, *Guarda Vermelha*, nº 1, Junho de 1971, p. 4.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² “Grandes lutas, amplas perspectivas”, artigo que constituía uma longa análise da situação então existente no movimento estudantil, publicado no *UEC*, nº 5 (especial), de Outubro de 1972, cujo primeiro capítulo se intitulava, precisamente, “Novo fluxo da luta estudantil”.

⁴³ “Sindicalismo”, *Viva a Revolução*, nº 1, Janeiro de 1972, pp. 1 e 3-4, e “A luta dos estudantes deve servir o povo”, *Servir o Povo*, nº 1, Maio de 1972, pp. 8 e 5-6.

O “Inverno marcelista” (1971/72 – 25/04/74)

Como já foi salientado, a partir de 1971/72, e até ao 25 de Abril, assistiu-se a uma cada vez maior radicalização do movimento estudantil, sobre o qual o regime passou também a exercer uma repressão cada vez mais intensa. A já desacreditada “Primavera marcelista” terminara após as eleições de 1969, dando lugar ao “Inverno marcelista”, com o aumento das prisões por motivos políticos, da tortura e de uma total arbitrariedade na actuação repressiva por parte do regime.

O Governo prosseguia na aplicação de nova legislação repressiva, como o Decreto-Lei nº 520/71, de 24 de Novembro, que embora dirigido às cooperativas – que foram, na sua maioria, encerradas, por se recusarem a entregar os estatutos como o decreto determinava, embora também tivessem sido extintas aquelas que os submeteram à aprovação ministerial – penalizava igualmente o movimento estudantil, uma vez que os estudantes mais activos se encontravam ligados a cooperativas, como era o caso da Livrelco – Cooperativa Livreira de Universitários S.C.R.L., em Lisboa – encerrada em Março de 1972 –, a qual era aliás um parceiro associativo, com acolhimento em RIA (Reunião Inter-Associações).

Também a PIDE, crismada de DGS (Direcção-Geral de Segurança) desde os finais de 1969 a fim de tentar fazer esquecer a anterior odiosa denominação e assim ludibriar a população, será reorganizada em 1972, no sentido de aumentar a sua eficácia repressiva. Através do Decreto-Lei nº 368/72, de 30 de Setembro, o regime fascista dificultava ainda mais a assistência do advogado constituído aos interrogatórios efectuados ao preso político, que poderia ser interdita quando existisse “*conveniência para a investigação ... devendo, neste caso, ser substituído por defensor ad hoc ou por duas testemunhas qualificadas e obrigadas ao segredo profissional*” (artº 10º), entre muitos outros aspectos que contribuíam para o desarmamento jurídico dos cidadãos perante a polícia política. Ou seja, não só se permitia a substituição dos advogados de defesa por agentes da própria PIDE, como estes poderiam ser arrolados por aquela – como, efectivamente, muitas vezes o foram – como testemunhas de acusação. Destacava-se, contudo, o artº 82º do referido Decreto-Lei, ao abrigo do qual “*o pessoal da Direcção-Geral de Segurança com funções de investigação criminal tem direito a gratificações de tecnicidade, cujo quantitativo será fixado por despacho dos Ministros do Interior e das Finanças*”⁴⁴.

Ao contrário do que provavelmente o regime fascista esperaria, o endurecimento da repressão não contribuirá para o aniquilamento das lutas estudantis. Embora as condições não fossem favoráveis, os estudantes mantiveram-se mobilizados, e as lutas assumiam cada vez mais um carácter abertamente político e violento, contra o fascismo e a guerra colonial.

Logo no início de Janeiro de 1972, “*são impedidos exames em Direito, há greves em Agronomia e no Instituto Comercial, RGA’s dissolvidas pela polícia, suspensões colectivas em várias Faculdades. Em Fevereiro, são encerradas a AE de Direito e a pró-associação de Letras. No Porto, sete estudantes [de Coimbra] são julgados em Tribunal Plenário*”⁴⁵. [...] *Em finais de Março, os alunos do 1º ano do IST boicotam os exames de Análise Matemática I e Álgebra. Na sua propaganda, invocam a experiência de anos anteriores – em que consideram ‘demonstrar o absurdo que são as frequências, abolindo-as na prática, boicotando-as e passando de ano sem as fazer’ –, para protestar contra ‘a rapidez das aulas, o alheamento da realidade, a função altamente selectiva dos exames de certas cadeiras’ e organizar nova greve a exames. O director do Instituto,*

.....
⁴⁴ Sublinhado nosso.

⁴⁵ De acordo com a Circular nº 15, de 17 de Abril de 1972, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, “*estes sete estudantes foram absolvidos e o Tribunal considerou nulas as declarações por eles prestadas durante os interrogatórios da DGS, atendendo a que foram realizadas sem a assistência de advogado*”.

*Fraústo da Silva, convoca confidencialmente os estudantes que não aderiram à greve para prestarem provas, com o IST fechado para férias e cercado pela polícia*⁴⁶.

Desencadeadas por razões de âmbito pedagógico, as movimentações dos estudantes do 1º ano do IST constituem um bom exemplo de como, naquela época, reivindicações deste tipo poderiam adquirir rapidamente um carácter abertamente político. Os estudantes exigiam a anulação dos “exames secretos”, assim como uma nova época, reivindicações que foram apoiadas pela Reunião Inter-Associações (RIA), a qual convocou uma concentração para 16 de Maio à porta do Instituto. Contudo, a concentração foi impedida pela intervenção policial, pois *“cerca do meio-dia, duzentos polícias de choque invadem as instalações, armados de metralhadoras e com cães, evacuam a AE e os pavilhões onde decorrem aulas. Há várias prisões, mas cerca de 400 estudantes, em bloco, conseguem fugir pela rua António José de Almeida. Um helicóptero comanda a perseguição que se segue*⁴⁷.

Na tarde do mesmo dia, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), foi organizado um “meeting” informativo sobre os acontecimentos ocorridos no Técnico no final da manhã. Cerca das 17 horas, a polícia de choque (mais de sessenta polícias e seis cães), depois de controlar as entradas do Instituto, invadiu o jardim, a cantina da Associação e as restantes instalações. *“À primeira carga, os estudantes resistiram violentamente, apedrejando os chuis, ferindo vários, e destruindo uma carrinha, obrigando a polícia a pedir reforços*⁴⁸. Com a chegada destes, a polícia de choque, aos tiros e lançando os cães sobre os estudantes, forçou a entrada no Instituto, espancando brutalmente quem encontrava pela frente e começando a destruir o mobiliário, o que levou o próprio Director do ISCEF a enviar ao Ministro Veiga Simão um protesto, com o seguinte relato dos acontecimentos: *“A invasão da cerca, das instalações da Associação Académica e das salas do próprio Instituto (gabinete do Director, sala dos Professores e Assistentes, algumas salas de aula) pela polícia de choque foi feita com a maior violência e brutalidade, sem qualquer aviso prévio aos estudantes, por exemplo no sentido de saírem pacificamente do ISCEF. Deu-se cerca das 19 horas, e pôde ser testemunhada pelo Director e por numerosos membros do Corpo Docente – impotentes para deter tanta selvajaria*⁴⁹.

Descrevemos, seguidamente, algumas das cenas de violência ocorridas naquela tarde, no ISCEF, sendo os relatos provenientes de docentes em reunião com o Director do Instituto, imediatamente após os acontecimentos. Em muitos casos esses docentes-testemunhas foram também vítimas das agressões: *“Jardim e entradas do Instituto – São espancados e mordidos pelos cães da Polícia vários alunos. Uma aluna, aparentemente inconsciente, encontrava-se caída no chão à entrada do edifício escolar. O largo corredor junto à sala de Conselho estava juncado de cadernos, livros, sapatos e óculos. Sala de Professores e Assistentes – Um Assistente aconselha calma aos polícias que chegam à porta desta sala e é insultado por um deles. Vários alunos são espancados à porta da sala onde a polícia não consegue entrar devido ao número de pessoas que ali se encontravam. Alguns alunos saltam pelas janelas da sala. Gabinete do Director do Instituto – Alguns alunos e docentes, não conseguindo entrar na sala dos Professores e Assistentes, refugiam-se neste Gabinete; são perseguidos e espancados pela polícia. As manchas de sangue espalhadas pelo chão e pelo mobiliário do Gabinete resultam de espancamentos dos presentes. Alguns estudantes saltam pelas janelas da sala, cerca de 3 metros, para onde são empurrados pela polícia. Um dos Assistentes espancados nesta sala identifica-se como tal perante um dos polícias que o espancavam; um destes respondeu não lhe interessar*

⁴⁶ Jorge Costa (2002), “O ano da morte de Ribeiro Santos”, *História*, XXIV (III Série), nº 49, pp. 28-29.

⁴⁷ *Idem*, p. 29.

⁴⁸ “Lisboa: os estudantes lutam na rua contra a burguesia”, *Servir o Povo*, nº 1, Maio de 1972, p. 3.

⁴⁹ Notícia dos acontecimentos, que deveria ter sido publicada no *Notícias da Amadora*, nº 558, de 27.05.1972, e que foi integralmente cortada pela Censura. In *Notas Censura* 16

tal facto. Mesmo após terem terminado os espancamentos, os polícias continuaram a destruir o mobiliário do gabinete. Claustros – Um docente que identifica um Assistente que se encontrava manietado por cinco polícias é espancado, ficando a sangrar da cabeça. Sala 32 – A polícia invade a sala e espanca os alunos que aí se refugiaram. Alguns deles saltam pelas janelas da sala (3 a 5 metros de altura). Sala 33 – A polícia invade também esta sala espanca os alunos que se encontravam presentes. Alguns deles saltam pela janela (cerca de 4 metros de altura). Sala 46 – Vários alunos são espancados. As empregadas são ameaçadas. A polícia leva cartazes, comunicados e até livros de estudo. Estes são mais tarde devolvidos a pedido de docentes quando as forças policiais já se encontravam em formatura para abandonar o Instituto.”⁵⁰.

A invasão do ISCEF pela polícia de choque em 16 de Maio de 1972 constituiu o momento mais dramático da vaga repressiva que marcou a vida académica no período em análise, antes do assassinato de Ribeiro dos Santos ocorrido em Outubro desse ano. O número de feridos esgotou a capacidade da Clínica de S. Bento, onde foram prestados os primeiros socorros. Alguns dos feridos que ali acorreram tiveram de ser transferidos para outros estabelecimentos devido à gravidade do seu estado. No Hospital de S. José foram socorridos quinze feridos, um dos quais em estado extremamente grave, e no Hospital de Santa Maria, foram vinte, seis deles com fracturas, uma das quais exposta. Também nos Hospitais da CUF e do Trabalho deram entrada, respectivamente, um e dois feridos. Após as ter vandalizado, a polícia selou as instalações da Associação de Estudantes, colocando guardas, de dia e de noite. No entanto, a Secção de Folhas, em virtude de se localizar no edifício do Instituto, não foi encerrada. *“Mas na noite de 17 para 18 foram arrombadas todas as portas e gavetas (até a caixa registadora) e destruído muito material de ensino (folhas de várias cadeiras, tornando difícil o recomeço das aulas”⁵¹.*

Perante a gravidade da situação, o Conselho Escolar do ISCEF, cujo subdirector era então o Prof. Adérito Sedas Nunes, reuniu em sessão extraordinária, no dia seguinte, para apreciação dos acontecimentos ocorridos na véspera nas instalações do Instituto, e num caso raro de apoio à luta dos estudantes por parte das autoridades académicas, aprovou por unanimidade a seguinte moção: *“Os professores do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, reunidos em sessão extraordinária do Conselho Escolar, tendo em consideração as condições e a forma como se verificou a intervenção da força policial nas instalações do Instituto ocorrida na véspera pelas 19 horas, durante o normal funcionamento das actividades académicas: 1. Repudiam os ultrajes, não justificados e injustificáveis, ao prestígio e autoridade do seu Director, que os preside e representa; 2. Saúdam os seus colegas Assistentes, violentamente agredidos e insultados pela força policial nas salas de aulas da sua Escola, onde se encontravam, dentro das horas das suas lições e missões de ensino; 3. Saúdam os estudantes da sua Escola que em elevado número foram feridos numa agressão inqualificável, dentro do edifício e recintos do Instituto, e em especial aqueles que, pela gravidade do seu estado, foram hospitalizados; 4. Requerem que sejam devidamente averiguadas as responsabilidades correspondentes aos seguintes procedimentos: a) isolamento da Escola pela força policial; b) presença subsequente da polícia de choque; c) entrada não solicitada nem autorizada pelas autoridades académicas nas instalações escolares; d) violência da intervenção policial dentro das referidas instalações. [...]”⁵².* Ainda nesse mesmo dia 17 de Maio, os estudantes realizaram uma nova manifestação nas ruas da cidade, *“tendo sido apedrejadas as montras de mais três estabelecimentos bancários na zona da avenida Almirante Reis. Os manifestantes fizeram ouvir de novo a sua voz contra a exploração, a opressão e a guerra”⁵³.*

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ Circular nº 16, de 31 de Maio de 1972, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

⁵² Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, “A entrada da polícia no ISCEF em 16 de Maio de 1972”, Relatório do Director do ISCEF, de 17.05.1972, *Fundo Movimento Estudantil*, Cx. 16, FG1478-ME1379.

⁵³ “Lisboa: os estudantes lutam na rua contra a burguesia”, *Servir o Povo*, nº 1, Maio de 1972, p. 3. A UEC (m-l) efectuou também

No dia 23, mais de mil estudantes, incluindo dezenas de activistas do MAEESL, reunidos em Plenário, aprovam um comunicado à população, massivamente distribuído nos dias seguintes⁵⁴, no qual esclareciam as razões da sua luta: “*são as grandes empresas estrangeiras estabelecidas em Portugal e a grande burguesia que querem doutores e engenheiros para colaborar na exploração do povo, para defender as leis deles, os bancos deles, as grandes empresas deles, a guerra deles*”⁵⁵. No dia seguinte, nova manifestação estudantil nas ruas da capital, terminando na zona da rua Alexandre Herculano, com a destruição à pedrada da montra do Banco Português do Atlântico.

Ao longo destes dias foram efectuadas prisões de vários estudantes e encerradas a quase totalidade das instalações associativas que ainda se encontravam abertas – como as do IST e do ISCEF, que assim se juntaram às de Ciências, Direito, Letras, Instituto Industrial de Lisboa – para além da Cantina da Cidade Universitária.

Em Coimbra e no Porto, durante esse mês de Maio de 1972, também se registaram várias manifestações estudantis. No Porto, os estudantes integraram-se nas manifestações populares convocadas para o dia 17 de Abril – contra a carestia de vida –, e na do 1º de Maio. Em Coimbra, a luta estudantil contra a Queima das Fitas revestiu-se de violentos confrontos com a polícia e com os defensores da Queima. “*Na noite de 11 de Maio mais de 3.000 estudantes se concentraram para impedir a primeira realização da Queima, a Serenata. Nas barbas da polícia, arrancou-se aos gritos de ‘Abaixo a guerra colonial’ e ‘Morte ao fascismo’. Na noite de 13 de Maio, e apesar da proximidade de um forte dispositivo policial, cerca de 1.000 estudantes percorreram, durante mais de uma hora, as ruas do Bairro Marechal Carmona, gritando em coro: ‘Abaixo a guerra colonial’, ‘Abaixo o fascismo’, ‘Morte à burguesia’, ‘Abaixo o imperialismo’, ‘Vietname vitória’, vivas aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, etc. De novo no dia 15 de Maio, quando centenas de estudantes permaneceram durante sete horas nas ruas da Baixa a fim de impedirem uma anunciada provocação fascista e após ter falhado uma primeira tentativa de concentração devido ao importante cerco repressivo, houve ainda grupos de estudantes que percorreram ruas centrais manifestando-se contra a guerra colonial e o imperialismo*”⁵⁶.

Em Lisboa, em 12 de Outubro de 1972, num “meeting” contra a repressão convocado para o então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o estudante e dirigente da FEML na Faculdade de Direito, José António Ribeiro dos Santos, foi assassinado por um agente da PIDE, sendo um seu colega, José Lamego, também da FEML, ferido com uma bala numa perna. O assassinato de Ribeiro dos Santos marcou uma viragem no movimento estudantil no sentido da sua ainda maior radicalização, particularmente em Lisboa, com a conseqüente repressão a exercer-se sobre todas as iniciativas que eram organizadas. No dia do funeral de Ribeiro dos Santos os estudantes tentaram transportar a urna aos ombros, até ao cemitério da Ajuda, pela Rua das Janelas Verdes, desiderato de que foram violentamente impedidos, por agentes da polícia de choque, que arrebatando a urna aos estudantes a colocaram no carro funerário, tendo o mesmo arrancado rapidamente em direcção ao cemitério. No entanto, a polícia não conseguiu impedir a realização de várias manifestações, quer durante o percurso para o cemitério, quer já ao fim da tarde, no centro da cidade.

.....
uma análise dos acontecimentos no artigo “Por uma orientação proletária para o movimento estudantil”, *Servir o Povo*, nº 10, Julho de 1972, pp. 1-5.

⁵⁴ Segundo o *Boletim Anti-Colonial*, o comunicado teve uma tiragem de 80.000 exemplares. *Apud* Jorge Costa (2002), *Op. Cit.*, p. 29.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ “Viva a vitoriosa luta dos estudantes de Coimbra contra a Queima dos burgueses!”, *Servir o Povo*, nº 1, Maio de 1972, p. 2.



Nas semanas seguintes ao assassinato de Ribeiro dos Santos multiplicaram-se as acções de protesto em quase todas as escolas da capital, com o desencadeamento de greves gerais no Técnico, Medicina, Letras, Ciências, Agronomia e Farmácia. Como resposta, o Governo só encontrou a via da repressão: sucederam-se as prisões de estudantes, praticamente em todas as escolas (os dirigentes das Associações de Ciências e Medicina continuavam presos), as suspensões ascenderam a várias dezenas, diversos estudantes foram impedidos de se matricular, as Faculdades de Letras e Medicina estavam encerradas, e na Assembleia Nacional vários deputados reclamavam o aumento da repressão como forma de pôr cobro à “crise universitária”. Na sessão da Assembleia Nacional de 16 de Novembro de 1972, o deputado Rui de Moura Ramos, após referir que *utilizando tácticas de medo com pressões e coacções de toda a espécie, de mentiras e de distorção dos factos para cegarem a opinião pública, o movimento estudantil de contestação continua a revestir-se de particular acuidade, voltando a projectar-se com todo o relevo no palco da vida universitária*⁵⁷, considerava que as autoridades, que pareciam mostrar-se “*complacentes para os grupos minoritários do estudantes, activistas e fanáticos, que praticam toda a casta de actos de vandalismo, injuriam e agridem autoridades, maltratam mestres e alunos que desejam cumprir o seu dever*”⁵⁸.

Incapaz de encontrar uma resposta ao profundo descontentamento dos estudantes face à política seguida no sector da educação, o Governo do ministro Veiga Simão irá tentar controlar as iniciativas desenvolvidas nas escolas, com a criação dos famigerados “gorilas” – antigos “comandos”, pára-quedistas, fuzileiros navais e pides propriamente ditos – (Decreto-Lei nº 18/73, de 17/01/1973, criando a categoria dos vigilantes nas Faculdades), cuja actividade era a de perseguir os estudantes, tentando boicotar a liberdade de reunião e expressão dentro das escolas, os quais já tinham sido introduzidos, “experimentalmente”, na Faculdade de Direito de Lisboa em Março

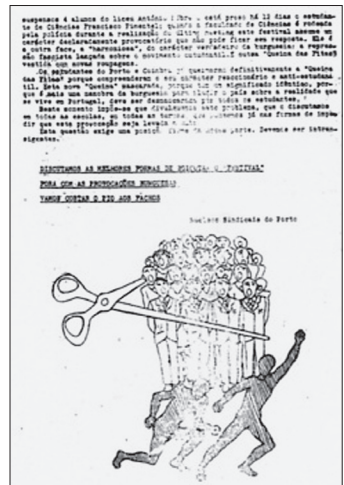
⁵⁷ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, Lisboa, nº 196, de 17 de Novembro de 1972, p. 3893.

⁵⁸ *Idem*.

de 1972, sob o pretexto de a dotar do seu próprio “serviço de segurança”⁵⁹. Aliás, naquela escola, a campanha de que cada professor dispunha para chamar os contínuos passou também a servir para chamar os “gorilas” e alguns professores davam aulas com os “gorilas” à porta. Todos os ajuntamentos e reuniões eram proibidas e a entrada na Faculdade controlada; os “gorilas” dispunham de instalações próprias no interior da Faculdade, onde detiveram vários alunos, que chegaram a ser enviados para Caxias, como sucedeu com Alexandrino de Sousa. Contudo, a presença dos “gorilas-pides” nas Faculdades não dispensou a presença da PSP no exterior, que a partir de então manteve permanentemente um carrinha na Cidade Universitária, com polícias prontos a actuar, sob o comando do capitão Pereira. Como seria de esperar, o efeito foi precisamente o contrário daquele que o Governo esperaria, com a contestação desta medida por parte dos estudantes, que na Faculdade de Direito chegaram a entrar em greve, em Novembro de 1973, pela expulsão dos gorilas-pides das Faculdades.

Embora fosse em Lisboa que o movimento estudantil registasse, nesta época, a sua maior expressão e radicalidade, tanto em Coimbra como no Porto os sectores avançados do movimento estudantil mantinham os mesmos objectivos de luta radical contra o regime fascista e o seu sistema de ensino. Será, precisamente, no Porto, que em Abril de 1973 se registará aquela que se pode considerar a maior luta estudantil travada pelos estudantes da cidade, desde a contestação à Queima das Fitas em 1971. Ou seja, a luta contra a realização do I Festival Internacional de Coros Universitários, que o governo de Marcelo Caetano, através dos ministérios dos Negócios Estrangeiros e do “Ultramar”, assim como a “Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos”, tinha decidido organizar, iniciando os respectivos espectáculos na Cidade Invicta e, depois, em Coimbra. Pelo desconhecimento que ainda hoje se verifica em relação a esta importante movimentação estudantil – na época quase que inteiramente silenciada nos órgãos de comunicação –, justifica-se que a relatemos um pouco mais pormenorizadamente.

Quase todos países participantes nesse Festival – escolhidos criteriosamente entre aqueles que ainda mantinham boas relações diplomáticas com Portugal – prosseguiam uma política condenada internacionalmente. Para além dos Coros e Orfeões, que representavam o nosso país e, no caso, a então “provincia” de Moçambique, participavam o Orfeão Universitário de Valência, da Espanha franquista, assim como Coros da África do Sul, Brasil, Filipinas e, um pouco perdido no meio disto tudo, um Coro de uma Universidade japonesa, países com os quais o regime mantinha afinidades ideológicas e uma identidade de pontos de vista relativamente ao problema colonial, talvez com excepção do Japão. Com a realização deste Festival o governo português tentava também quebrar o isolamento internacional em que o país há muito tinha caído, em virtude da natureza do regime e da sua política colonial. Motivos mais que suficientes para que um sector mais radicalizado, e politicamente organizado, da juventude estudantil portuense tivesse assumido a iniciativa de boicotar a realização do Festival.



▲ Comunicado dos “Núcleos Sindicais” apelando ao boicote aos “Coros”.

⁵⁹ Este pioneiro “serviço de segurança” da FDL contava então com 14 “gorilas”, os quais eram sujeitos a um treino especial nas instalações do Estádio Nacional.

A luta contra a organização dos “Coros”, como desde logo ficou conhecida entre os estudantes, iniciou-se na tarde de uma quarta-feira, dia 4 de Abril de 1973, com a realização de um “meeting” no átrio da então Faculdade de Ciências, convocado para “discutir o significado do Festival e a sua relação com a repressão policial”, que os estudantes qualificavam como uma “*provocação colonialista e racista*” feita ao movimento estudantil. O referido “meeting” foi convocado através de vários comunicados, assinados pelos “Núcleos Sindicais”, uma da corrente estudantil dirigida pelos “CREC’s, e pela tendência estudantil “Por um Ensino ao Serviço do Povo” (na gíria, “Pop’s”). Estes comunicados ostentavam elucidativos e sugestivos títulos, tais como “*Não cantarão!*”, dos “Pop’s”, ou “*Boicotemos os Coros!*” e “*Vamos cortar o pio aos fachos*”, dos Núcleos Sindicais, sendo os elementos dos vários Coros participantes rotulados – aliás, com toda a propriedade – de “*meninos do Coro*”, que de modo algum representavam as juventudes dos seus países, e o Festival qualificado como “*uma fantochada com um significado idêntico ao da defunta Queima das Fitas*”, não constituindo mais do que “*uma manobra da burguesia para iludir o país sobre a realidade que se vive em Portugal, devendo ser desmascarada por todos os estudantes*”⁶⁰.

Inicialmente, as forças policiais cercaram todo o edifício, assim como a zona do Carmo, com um enorme aparato repressivo, colocando carrinhas junto das saídas das praças adjacentes à Faculdade, fazendo circular vários “niveas” (denominação por que eram conhecidos os VW “carocha” nos quais a polícia então se deslocava, em virtude de estarem pintados de um azul idêntico ao das latas do conhecido creme para a pele) e estacionando na Praça de Lisboa um carro de água. O ambiente político que o país vivia nesse momento encontrava-se muito crispado, pois nesse mesmo dia iniciava-se em Aveiro o 3º Congresso da Oposição Democrática, que tinha suscitado a mobilização de um grande número de agentes da PIDE e das forças repressivas. Imediatamente após o início do “meeting” a polícia invadiu à bastonada o átrio da Faculdade, obrigando os estudantes a procurar refúgio noutras zonas do edifício, enquanto que no exterior perseguia e espancava os poucos que tinham conseguido sair, iniciando-se então os primeiros confrontos físicos, quer por parte daqueles que eram espancados e dos que acorreram em sua defesa, como por parte de outros estudantes que estavam no exterior e se armaram de pedras que arremessaram contra as forças repressivas.

As cerca de três centenas de estudantes cercados no interior da Faculdade não deram mostras de desânimo, forçando a entrada no Salão Nobre, onde tentaram dar continuidade ao “meeting”, ao mesmo tempo que entoavam canções revolucionárias, escreviam nas paredes frases contra a guerra colonial, e armavam barricadas com as mesas e cadeiras, preparando-se para a eventualidade de uma resistência prolongada. Entretanto, a



▲ Fachada traseira do edifício da antiga Faculdade de Ciências do Porto, vendo-se uma das carrinhas da polícia transportando estudantes presos para o Aljube.

polícia apertou o cerco no interior da Faculdade, mas só após mais de duas horas é que os estudantes, confinados ao Salão Nobre e sob a ameaça da utilização de gases, cessaram a resistência, sendo então conduzidos pela porta das traseiras da Faculdade, em grupos de dez e de quinze – num total de 280 estudantes presos –, para as vinte e duas carrinhas policiais que os aguardavam para serem conduzidos ao Aljube.

⁶⁰ Cf. “As Lutas de Abril”, edição revista e remodelada do texto “Porto-Coimbra-Lisboa: os estudantes portugueses lutam na rua contra o fascismo e o colonialismo”, publicado no *Viva a Revolução*, nº 6, Abril de 1973, [14 p.].

Dois dias após o início desta luta contra a realização do “Festival de Coros” a situação mantinha-se estacionária. A polícia continuava a ocupar a zona do Carmo, tendo novamente invadido, logo na manhã dessa sexta-feira, a Faculdade de Ciências. Por sua vez, os estudantes prosseguiram a agitação, assim como a disposição para continuar a luta. Finalmente, no sábado, apesar de ser o último dia de aulas antes das férias da Páscoa, a mobilização mantinha-se, o que obrigou as forças policiais a invadirem de novo a Faculdade de Ciências, dispersando uma concentração de cerca de trezentos estudantes, e prendendo três deles. O objectivo tinha, no entanto, sido conseguido. O Festival traduziu-se num enorme fiasco, decorrendo todos os concertos em Vila Nova de Gaia, e a mobilização que provocou serviu para consciencializar e despertar para a luta contra o regime e a guerra colonial novos sectores da juventude estudantil.

Em Coimbra, o Orfeão Académico – cuja Direcção era então composta por elementos do restrito grupo de estudantes neonazis que se mantinha activo na Academia –, era o anfitrião da organização local do Festival dos Coros. Tal como já se tinha verificado no Porto, os CREC's e os Núcleos Sindicais desencadearam com antecedência uma campanha de informação sobre a natureza e o significado do evento, apelando ao seu boicote por parte dos estudantes⁶¹. Deste modo, e tendo já conhecimento do “sucesso” que o Festival obtivera no Porto, os orfeonistas tomaram a precaução de o realizar durante as férias da Páscoa, aproveitando a ausência de Coimbra de grande parte da sua população estudantil.

As movimentações estudantis que ocorreram nos anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril não podem ser desligadas da intensificação das lutas operárias e populares que se vinham verificando durante o mesmo período, constituindo, na realidade, uma sua componente. No último ano anterior à queda do regime fascista, a situação começava a tornar-se insustentável, com um crescente aumento da repressão, mas também com a generalização das lutas estudantis. Em 3 de Maio de 1973, estudantes de várias Faculdades de Lisboa realizaram uma Reunião Geral de Alunos (RGA) na entrada da Faculdade de Letras, na Cidade Universitária, contra a permanência dos “gorilas” nas escolas e exigindo a libertação dos colegas presos. A polícia de choque interveio, e depois do carro do comandante da PSP ter sido apedrejado, seguiu-se uma carga policial, que dispersou os estudantes, ficando no entanto muitos deles encurralados num terreno sem saída nas traseiras da Faculdade. Foram então presos vinte e um estudantes, dos quais quinze eram do Instituto Superior Técnico, entre os quais o então Presidente da Direcção da Associação de Estudantes (AEIST), tendo sido todos enviados para Caxias, à guarda da PIDE. Alguns foram libertados pouco tempo depois, tendo outros permanecido presos por mais tempo, como Aurora Rodrigues e José Lamego, de Direito.

Em consequência destes acontecimentos, os estudantes do Técnico decretaram greve às aulas, a qual se prolongou até Novembro. O Director do Instituto encerrou a escola, assim como as instalações da AEIST. As Faculdades de Farmácia e Letras também fecharam. O Técnico seria reaberto apenas em Novembro, mantendo-se contudo a Associação encerrada. Foi então instalado um sistema de cartões de identificação, nos quais os estudantes eram identificados por ano e curso, e que eram obrigados a entregar à entrada da escola. Se, até ao fim da manhã o cartão não fosse devolvido, o estudante já sabia que no dia seguinte não poderia entrar no Técnico.

A tentativa de intimidar e fazer com que os estudantes desfalecessem nas suas lutas, levou o Director do IST a instalar, no terraço do Pavilhão de Química, uma câmara de filmar, a fim de vigiar os movimentos “suspeitos” na Alameda Central do Técnico, a qual, num belo dia, sofreu uma “queda accidental” após uma “inspecção” de estudantes ao local onde se encontrava. Apesar do clima policial instalado no Técnico, os estudantes souberam encontrar formas imaginativas de o combater, como quando lançaram no átrio do

.....
⁶¹ Cf. Comunicado da Organização local de Coimbra dos CREC's, “Contra a música dos racistas e colonialistas ! Contra a Queima dos burgueses !”, de 21 de Março de 1973.

Pavilhão Central cartazes em papel de cenário suspensos em balões de hélio, frustrando assim a proibição de divulgação de informações sobre as lutas estudantis, e que os empregados apenas conseguiram “abater” mediante a utilização de fisgas, para gáudio generalizado dos estudantes que observavam a cena.

Apesar da escalada da repressão, várias organizações estudantis convocaram, para o dia 12 de Outubro de 1973, manifestações em homenagem a Ribeiro dos Santos, no primeiro aniversário do seu assassinato. No Porto, a manifestação convocada pelos CREC's para o Largo do Carmo não se realizou em virtude do enorme aparato repressivo ali instalado pela polícia, não obstante a concentração de inúmeros estudantes que acorreram ao local. Já em Lisboa, os estudantes decretaram greve às aulas em todas escolas; na única que se manteve em aulas, a Faculdade de Direito, os estudantes fizeram greve, com uma adesão de quase 100%, e nos Institutos Superior de Economia e Superior de Agronomia não foram realizados os exames que estavam marcados. Marcada para a manhã desse dia, a romagem à campa de Ribeiro dos Santos, no cemitério da Ajuda, não se pôde realizar em virtude da enorme força policial à entrada do mesmo (oito carrinhas de polícias de choque), que chegou a carregar, prendendo um estudante liceal. Impedidos de entrar no cemitério, várias centenas de estudantes concentraram-se no Campo das Cebolas, em manifestação, gritando palavras de ordem e distribuindo comunicados à população. Na Graça foi escaqueirada a montra de um banco. A polícia só conseguiu intervir após a dispersão, prendendo quatro estudantes. Na tarde desse dia, realizaram-se ainda outras duas manifestações estudantis, uma na avenida Almirante Reis e outra na Amadora.

Em Coimbra, no dia 21 de Novembro de 1973, na sequência de uma convocatória efectuada pelos Núcleos Sindicais, os estudantes protestaram contra a atribuição do doutoramento *Honoris Causa* ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo franquista, Lopez Rodó. Apesar de ser feriado, cerca de quinhentos estudantes concentraram-se, ao fim da manhã, junto à Faculdade de Medicina, iniciando uma manifestação em direcção à Cantina e gritando palavras de ordem contra o regime franquista. A meio do percurso são carregados pela polícia de choque, mas um número considerável ainda consegue concentrar-se na Cantina, onde se realizou um “meeting” e foram aprovadas várias moções de apoio aos movimentos anti-coloniais, declarado solidariedade à *“luta anti-fascista dos estudantes espanhóis e a vontade dos estudantes de Coimbra de lutarem ao lado do povo contra a ditadura”*⁶².

As prisões massivas de estudantes ocorreram mais uma vez, nesse ano de 1973. Em Dezembro, na Faculdade de Medicina de Lisboa, foi presa centena e meia de estudantes do MAEESL, que numa sala do Hospital de Santa Maria efectuavam uma assembleia para discutirem formas de combate contra a repressão sobre o movimento estudantil, a qual se estava então a agravar. Conduzidos, primeiro, para a António Maria Cardoso, e depois para o Governo Civil, alguns deles ficaram detidos, por uma ou duas semanas, na Prisão Política de Caxias, sendo a todos cortado o cabelo “à escovinha”. No dia seguinte às prisões, os estudantes do Liceu Padre António Vieira desencadearam uma manifestação de rua, em solidariedade com os detidos. Estes exemplos demonstravam que a repressão sobre o movimento estudantil aumentava dia a dia de intensidade, com a polícia cada vez mais presente nas escolas, com o reforço dos meios policiais, traduzidos em novos fardamentos e equipamentos para as forças repressivas, utilização de cães nas manifestações, assim como carros de água, etc. O aumento da repressão verificava-se também ao nível da legislação, com a promulgação em Novembro de 1973, do já referido Decreto-Lei nº 629/73, que concedia aos directores das Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores a possibilidade de recusarem a matrícula ou a inscrição aos *“alunos que pelo seu comportamento se tornem prejudiciais à manutenção de um saudável ambiente de trabalho escolar”*. Criava-se, deste modo, um novo meio de expulsar das suas escolas estudantes e colaboradores activos do movimento estudantil, vindo o decreto a ser imediatamente aplicado no Instituto Superior Técnico, com a recusa

.....
⁶² “Os estudantes de Coimbra lutaram contra a provocação do ‘doutoramento’ do fascista espanhol Lopez Rodó!”, *Viva a Revolução*, nº 10, Novembro de 1973, p. 25.

de setenta matrículas, e a ameaça de muitas mais virem a ser recusadas, caso os cerca de cem estudantes que, entretanto, tinham recebido um primeiro aviso, não se comportassem “ordeiramente”.

As organizações marxistas-leninistas estudantis

Uma parte considerável da oposição estudantil ao regime fascista era da responsabilidade das organizações marxistas-leninistas estudantis que referimos anteriormente, cuja actividade conheceu um considerável incremento durante este período. Constituiu, aliás, um fenómeno que se manifestava de uma forma generalizada na maior parte dos países ocidentais, mesmo os que se encontravam submetidos a regimes fascistas, como era então o caso da Grécia e de Espanha⁶³.

Não obstante a afinidade ideológica, as três principais organizações marxistas-leninistas estudantis existentes em Portugal nessa época apresentavam várias diferenças entre si. Obviamente que essas diferenças resultavam das orientações políticas que cada uma delas seguia, mas iremos analisá-las apenas no respeitante à imprensa e à linha de intervenção no movimento estudantil que cada uma preconizava.

A primeira análise que se pode efectuar no que diz respeito à imprensa central destas organizações, é sobre a sua periodicidade. Uma vez que durante os primeiros anos só existia a UEC (m-l), uma análise comparativa só pode ser feita a partir de Junho de 1971, quando surgiu a FEML.

Quadro I. Periodicidade da imprensa marxista-leninista estudantil (1971-74)

1971	UEC (m-l)	FEML	CREC's
Junho		<i>Guarda Vermelha</i> , nº 1	
Novembro	<i>Servir o Povo</i> , nº 7		
1972			
Janeiro			<i>Viva a Revolução</i> , nº 1
Abril	<i>Servir o Povo</i> , nº 8		<i>Viva a Revolução</i> , nº 2
Maiο	<i>Servir o Povo</i> , nº 9		<i>Servir o Povo</i> , nº 1
Junho			<i>Viva a Revolução</i> , nº 3
Julho	<i>Servir o Povo</i> , nº 10		
Outubro		<i>Guarda Vermelha</i> , nº 2	
Novembro	<i>Servir o Povo</i> , nº 11		
Dezembro			<i>Viva a Revolução</i> , nº 4
1973			
Fevereiro	<i>Servir o Povo</i> , nº 12	<i>Guarda Vermelha</i> , nº 3	
Março	<i>Servir o Povo</i> , nº 13	<i>Guarda Vermelha</i> , nº 4	<i>Viva a Revolução</i> , nº 5
Abril		<i>Separata G.V.</i> , nº 1	<i>Viva a Revolução</i> , nº 6
Maiο			<i>Viva a Revolução</i> , nº 7
Junho			<i>Viva a Revolução</i> , nº 8
Setembro		<i>Guarda Vermelha</i> , nº 5	
Outubro			<i>Viva a Revolução</i> , nº 9
Novembro			<i>Viva a Revolução</i> , nº 10
1974			
Janeiro			<i>Viva a Revolução</i> , nº 11

⁶³ Para o caso de Espanha ver, por exemplo, Benito Sanz Díaz (1999), “La radicalización del movimiento universitario, 1968-1975. La proliferación de partidos políticos”, in Benito Sanz Díaz e Ramón Ignacio Rodríguez Bello (Eds.), *Memoria del Antifranquismo. La Universidad de València bajo el franquismo, 1939-1975*. València: Universidad de València, pp. 276-345.

São várias as ilações que podem ser extraídas do Quadro I. Em primeiro lugar, o jornal *Servir o Povo*, da UEC (m-l), interrompeu a publicação em Março de 1973 (só a retomando já após o 25 de Abril)⁶⁴, o que se explica pela crise por que o PCP (m-l) passou de 1972 ao 25 de Abril, resultante de divergências políticas e organizativas entre vários membros do comité central, quer entre os que se encontravam no exterior [entre os quais Heduíno Gomes (“Vilar”)], quer entre alguns destes e o elemento que se encontrava no interior [Carlos Janeiro (“Mendes”)]. Estas divergências, levaram à realização precipitada em Paris de uma 3ª Conferência do PCP (m-l), nos finais de Março de 1974, convocada por “Vilar” e sem a participação de representantes do interior, da qual resultou uma cisão, passando a existir a partir de então dois PCP (m-l) e duas UEC (m-l)⁶⁵, situação que se reflectiu igualmente na respectiva imprensa, cujos títulos eram idênticos, e que se prolongou durante quase um ano, até à extinção do PCP (m-l) dirigido por “Mendes”, em Abril de 1975.

Após o 25 de Abril, as duas UEC (m-l) apontaram aquelas divergências para explicar a crise que a organização atravessou a partir de 1972. Para a UEC (m-l) que seguiu o PCP (m-l) dirigido por “Mendes”, “esta longa ausência do jornal central dos estudantes marxistas-leninistas, a par da diminuta propaganda por nós editada durante este período e mesmo da nossa deficiente actividade global – em função das necessidades criadas pelo desenvolvimento do movimento estudantil –, tal ausência, como dizíamos, é um reflexo no seio da UEC (m-l) da grande crise que o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) atravessou e que ainda não foi totalmente superada”⁶⁶. Por seu turno, a UEC (m-l) que seguiu o PCP (m-l) dirigido por “Vilar” considerava que o *Servir o Povo*, “e particularmente os seus últimos números, reflectiu, a partir de 1972, a degenerescência revisionista que então dominou a Comissão Executiva da UEC (m-l) e que está claramente patente no escamoteamento do perigo revisionista, no intelectualismo, no esquerdismo e na falta de ligação à luta dos estudantes de muitos dos seus artigos”⁶⁷. Assim, no que respeita à periodicidade, durante um período de quinze meses foram publicados sete números do *Servir o Povo*, o que dá uma média aproximada de um jornal cada dois meses. No entanto, se considerarmos o período entre Junho de 1971 e o 25 de Abril, a periodicidade do jornal baixa para cinco meses e meio entre a publicação de cada número.

No que diz respeito ao *Guarda Vermelha*, órgão da FEML, a periodicidade foi muito mais alargada, uma vez que entre Junho de 1971, quando surgiu o primeiro número, e Setembro de 1973 (na realidade, Outubro de 1973), só foram publicados cinco números e uma *Separata* (em Abril de 1973). Analisando o ritmo da sua periodicidade, verifica-se que entre Junho de 1971 e Fevereiro de 1973 – vinte meses – só foi publicado um número, em Outubro de 1972. No entanto, este *Guarda Vermelha* constituiu um número especial, de apenas três páginas, totalmente preenchidas por um comunicado sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos, assinado conjuntamente com as redacções do *Luta Popular* (órgão central do MRPP) e do *Bandeira Vermelha* (órgão teórico do MRPP). A publicação do *Guarda Vermelha* conhecerá então o seu melhor momento, com a edição do número 4 logo em Março de 1973 e, no mês seguinte, da *Separata* nº 1. O *Guarda Vermelha* nº 5, só voltará a ser publicado em Outubro de 1973.

.....
⁶⁴ Não deixa de ser surpreendente observar que o *Servir o Povo* nº 13, de Março de 1973, que constitui um número especial inteiramente consagrado às comemorações do XX aniversário da morte de J. V. Stáline, de acordo com uma Resolução do Secretariado do Comité Central do PCP (m-l) de Janeiro de 1973 – uma iniciativa de “Vilar” –, a qual recomendava às redacções dos diversos órgãos do Partido a elaboração de artigos sobre o contributo de Stáline ao desenvolvimento do leninismo, virá a ser rejeitado pela UEC (m-l) que seguiu o PCP (m-l) dirigido pelo mesmo “Vilar”, que em Março de 1976 publicará novamente um *Servir o Povo* nº 13.

⁶⁵ Na realidade, a UEC (m-l) que seguiu o PCP (m-l) dirigido por “Vilar” só veio a ser reorganizada em Novembro de 1975, em virtude da maior parte do sector estudantil ter seguido o PCP (m-l) dirigido por “Mendes”.

⁶⁶ “*Servir o Povo*”, *Servir o Povo*, nº 14, Setembro de 1974, p. 1.

⁶⁷ “Editorial”, *Servir o Povo*, nº 13, Março de 1976, p. 5.

Um explicação para uma periodicidade tão alargada é-nos fornecida nesse *Guarda Vermelha* nº 5: “após um período relativamente longo, cerca de nove meses⁶⁸ (sic), volta a publicar-se o nosso jornal político *Guarda Vermelha*. Esta interrupção, demasiado longa se atendermos às questões e aos problemas que a luta política e ideológica nos coloca a cada momento e, sobretudo, se atendermos aos inúmeros problemas, quer políticos quer organizativos, que a luta estudantil tem colocado nos últimos meses, trouxe, sem dúvida, certas dificuldades ao nosso trabalho de direcção e organização das massas e prejudicou, em larga medida, a realização da nossa tarefa central que é a de criar uma Federação Marxista Leninista Maoista da juventude estudantil portuguesa, de âmbito nacional e com carácter de massas e bem consolidada nos planos político, ideológico e de organização”⁶⁹.

Já a imprensa dos CREC's, conheceu uma periodicidade mais regular, tendo sido editados onze números do *Viva a Revolução* [não levamos em consideração a edição do único número do *Servir o Povo* (Coimbra, Maio de 1972) publicado antes da unificação dos CREC's a nível nacional], no período entre o início da sua publicação e Janeiro de 1974, data do último número antes do 25 de Abril, o que em média dá um intervalo de pouco mais de dois meses para a edição de cada número do jornal. No entanto, o facto de a partir do *Viva a Revolução* nº 11, de Janeiro de 1974, não ter sido publicado mais nenhum número do jornal⁷⁰ até ao final do regime, deveu-se fundamentalmente à grave crise de direcção que nas vésperas do 25 de Abril afectou a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP). Esta crise teve também implicações no seio da organização estudantil, tendo Direcção Nacional dos CREC'S ficado sem contactos com a OCMLP, os quais só foram retomados já depois do 25 de Abril..

O conteúdo da imprensa

A análise do conteúdo da imprensa destas organizações marxistas-leninistas estudantis – no que diz respeito às ilações que daí se podem retirar, quer no tocante à sua inserção no movimento estudantil, quer na definição de uma linha de orientação para o mesmo –, proporciona-nos apenas uma dimensão (limitada) da sua actividade. No entanto, ainda que fragmentada, essa análise não deixará de contribuir para uma sua caracterização, a qual só poderá ser mais rigorosa se recorrermos a um outro tipo de fontes documentais e, também, à história oral, que neste caso assume uma particular importância.

Já vimos que o *Viva a Revolução*, órgão dos CREC's, constituiu o jornal que apresentou uma maior regularidade, durante o período em análise. Foi, também, o que traduziu uma maior inserção da organização nas lutas estudantis e, principalmente, aquele que procurou elaborar uma linha de orientação para a intervenção no movimento estudantil, nas condições repressivas existentes antes do 25 de Abril. Importa, no entanto, salientar que esta asserção não é inteiramente exacta, pois tanto a UEC (m-l) como a FEML procuravam desenvolver uma prática semelhante, embora na realidade não apresentassem a mesma preocupação de sistematizar a sua experiência nas páginas dos respectivos jornais.

Para além destas características gerais, existem de facto diferenças consideráveis entre as três organizações, que podem ser facilmente detectadas pela análise da respectiva imprensa. Antes do mais, uma diferença entre os CREC's e as outras duas organizações resultava do facto daqueles terem pouca implantação no movimento estudantil da capital, dispondo de uma presença mais significativa no Porto e em Coimbra. No

⁶⁸ Trata-se de uma confusão do redactor do *Guarda Vermelha*, pois o último número do jornal tinha sido publicado em Março de 1973, por conseguinte, há seis meses.

⁶⁹ “Nota da redacção”, *Guarda Vermelha*, nº 5, Setembro/Outubro de 1973, p. 18.

⁷⁰ O *Viva a Revolução* nº 12 só será publicado após o 25 de Abril, em Maio de 1974.

movimento estudantil de Lisboa, muito mais politizado e radicalizado, e onde as lutas estudantis assumiam formas avançadas, proliferavam inúmeros grupos e correntes estudantis cujas divergências se traduziam frequentemente por uma linguagem agressiva e, inclusivamente, acções de provocação política. Esta realidade levou ao surgimento de artigos como “Liquidemos o ambiente de provocação”, publicado no *Servir o Povo*, nº 12, de Fevereiro de 1973, e também, no que diz respeito ao Porto – onde, apesar de tudo, esta situação era menos frequente –, o número de Outubro de 1973 (consagrado à “Luta contra a provocação”) do jornal *Que Fazer?*, que era o boletim dos colaboradores da corrente estudantil “Por um ensino ao serviço do povo” do Porto, influenciada pela UEC (m-l), a qual, no entanto, só possuiu organização no Porto a partir do verão de 1973. Deste modo, as correntes e as organizações estudantis da capital – como a UEC (m-l) e a FEML – dedicavam uma atenção muito maior à demarcação entre si, facto que ressaltava claramente da sua imprensa, secundarizando as análises sobre a situação do movimento estudantil.

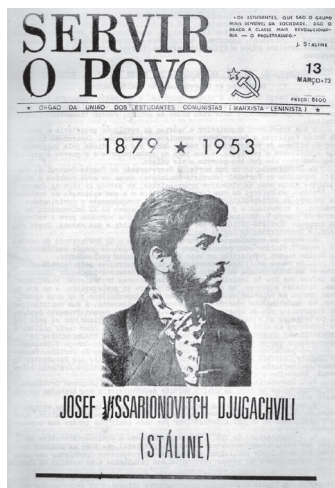
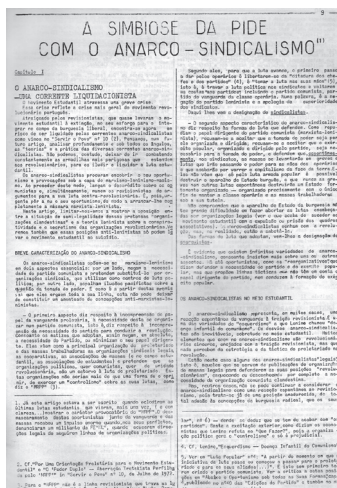
Esta realidade destaca-se claramente na imprensa analisada, tanto na da UEC (m-l) como na da FEML. No caso da primeira, em treze números do *Servir o Povo*, encontramos apenas sete artigos especificamente relacionados com o movimento estudantil (análise das lutas estudantis ou elaboração de uma linha de intervenção).

Quadro II. Artigos do *Servir o Povo* sobre o movimento estudantil (1969-74)

nº 2, Nov.-Dez. 1969	“Sobre a luta estudantil”
nº 5, Fevereiro 1971	“A revolução e a luta dos estudantes”
nº 6, Maio 1971	“A evolução recente do movimento estudantil confirma as posições marxistas-leninistas sobre a luta dos estudantes”
nº 9, 30 Maio 1972	“Contra o isolamento da vanguarda ! Pela luta política de massas ! (reprodução de um comunicado da UEC (m-l), de 25.05.1972)
nº 10, Julho de 1972	“Por uma orientação proletária para o movimento estudantil”
nº 11, Novembro 1972	“As lutas estudantis desmascaram o conluio revisionista-fascista”
nº 12, Fevereiro 1973	“A repressão e a luta dos estudantes”

Em contrapartida, no jornal da UEC (m-l) sobressaíam os artigos generalistas sobre a política nacional e, principalmente, internacional, extractos dos clássicos do marxismo-leninismo, para além da publicação de

números inteiramente consagrados à crítica das outras organizações concorrentes (nºs 4 e 8) – algumas delas sem qualquer influência no movimento estudantil da capital – e, como já foi referido, um número especial sobre o XX aniversário da morte de Stáline, conforme se pode constatar no Quadro III.



Quadro III. Principais artigos do *Servir o Povo* consagrados à luta ideológica (1969-74)

nº 4, Julho 1970	“Abaixo os oportunistas ! Resposta à manobra provocatória da EDE”
	“Abaixo os oportunistas ! A propósito duma provocação do grupo ‘A Vanguarda’”
nº 6, Maio 1971	“Esclarecimento sobre ‘O Bolchevista’”
nº 7, Nov./Dez. 1971	“Gato escondido com o rabo de fora – Nota sobre o aparecimento do ‘Guarda Vermelha’”
nº 8, Abril 1972	“O grupo do ‘Bolchevista’ – tábuas raso de salvação da burguesia radical”
nº 10, Julho 1972	“O ‘poder duplo’ (uma aberração trotskista perfilhada pelo MRPP)”
nº 11, Novembro 1972	“A simbiose da Pide com o anarco-sindicalismo”
nº 12, Fevereiro 1973	“As ‘críticas’ dos ‘críticos’ – a propósito de uma ‘acusação’ da FE‘ML’”

No caso do *Guarda Vermelha*, órgão da FEML, a situação era semelhante, tendo em consideração que apenas foram publicados cinco números de Junho de 1971 ao 25 de Abril. Na realidade, durante este período, o *Guarda Vermelha* apenas publicou um artigo especificamente relacionado com a intervenção no movimento estudantil, no seu primeiro número, de Junho de 1971: “Balanço para uma linha revolucionária da luta estudantil”. Já no que dizia respeito à luta política e ideológica, principalmente com a sua principal organização rival – a UEC (m-l) – surgiram dois artigos, durante o mesmo período: “Sobre uma provocação pidesca da confraria neo-revisionista” (nº 3, Fevereiro de 1973) e “Fogo sobre a confraria neo-revisionista!” (*Separata* nº 1, Abril 1973).

Para além de publicar, igualmente, artigos generalistas sobre política nacional e internacional, o *Guarda Vermelha* apresentava a particularidade – claramente visível a partir do seu nº 3, de Fevereiro de 1973 –, de incluir as Directivas e Resoluções do Comité Lenine (comité central do MRPP), por exemplo, sobre o “Porte na polícia” (nº 3, Fevereiro de 1973), sobre Stáline (“Que viva Estaline !”, nº 4, Março de 1973) ou sobre o assassinato de Ribeiro dos Santos (“Todos os quadros são servidores do povo !”, nº 4, Março de 1973). O *Guarda Vermelha* publicava também comunicados (nº 4, de Março de 1973) endereçando cumprimentos e saudações ao MRPP e também às outras organizações que aquele dirigia, como a Resistência Popular Anti-Colonial (RPAC) ou à organização dos emigrados e exilados no estrangeiro, em resposta aos cumprimentos e saudações, também publicados no jornal, que aquelas dirigiam à FEML.

A imprensa dos CREC’s (e, de novo, não consideraremos o efémero *Servir o Povo*) apresentava características diferentes. Em todos os números do *Viva a Revolução* foram publicados artigos de análise sobre as movimentações estudantis, de clarificação da linha de intervenção, embora também surgissem artigos generalistas sobre a situação política nacional e internacional, mas não com a enorme desproporção que encontramos nos outros dois exemplos já analisados. Aliás, no caso dos CREC’s, a preocupação em elaborar uma linha de intervenção no movimento estudantil era visível não só pelo facto de terem sido publicados vários artigos sobre esse tema no *Viva a Revolução*, mas também pela edição, à parte, de textos como “Por uma linha revolucionária” [4 p.] (Abril de 1972), “Estudantes Revolucionários: Em Frente por um Movimento Estudantil de Massas ao Lado do Povo”, [22 p.] (Novembro de 1972) ou “Aos Estudantes Revolucionários: sobre algumas questões do trabalho de massas” [5 p.] (Janeiro de 1973).

Quadro IV. Principais artigos do *Viva a Revolução* sobre o movimento estudantil (1972-74)

nº 1, Janeiro 1972	“Editorial”
	“Sindicalismo”
nº 2, Abril 1972	“Queima das Fitas”
nº 3, Junho 1972	“Servir o povo – essa é a linha justa do movimento estudantil”
nº 4, Dezembro 1972	“Organizar a direcção proletária da luta estudantil”
	“Por um forte movimento sindical dos estudantes portugueses”
nº 5, Março 1973	“Em frente pelo destacamento estudantil do partido do proletariado”
	“Coimbra – Queima das Fitas: Quem está por trás do Gouveia ?”
nº 6, Abril 1973	“Porto–Coimbra–Lisboa: os estudantes portugueses lutam na rua contra o fascismo e o colonialismo”
nº 7, Maio 1973	“Lisboa – Frente à escalada repressiva da burguesia os estudantes resistem e lutam nas escolas e na rua”
	“Porto – Os estudantes dos liceus vêm engrossar as fileiras da luta revolucionária !”
	“Braga – Manifestação anti-colonial de centenas de estudantes”
	“Lisboa – Por uma linha revolucionária”
	“Reforçar o movimento sindical dos estudantes portugueses”
nº 8, Junho 1973	“Sobre a manifestação de 11 de Junho, no Porto”
nº 9, Outubro 1973	“12 de Outubro: dia de luta contra o fascismo e o revisionismo!”
nº 10, Novembro 1973	“Movimento sindical”
	“Tiremos as lições do 12 de Outubro no Porto”
	“Viva a luta dos estudantes do Técnico”
nº 11, Janeiro 1974	“Lutemos unidos e organizados !”
	“A luta no Técnico”

O jornal dos CREC's também consagrou alguns artigos à luta ideológica com as organizações concorrentes, embora em menor número que nos dois casos já analisados, como se pode constatar no Quadro V.

Quadro V. Artigos do *Viva a Revolução* consagrados à luta ideológica (1972-74)

nº 5, Março 1973	“Contra o trotskismo”
	“UE’C (m-l)’: de novo a clara definição do oportunismo”
nº 8, Junho 1973	“Contra os novos revisionistas – ‘Servir o Povo’ em palavras, trair o povo na prática”

Breve caracterização da UEC (m-l)

Como já foi referido anteriormente, não é fácil elaborar a história destas organizações marxistas-leninistas estudantis. Para tal, como salientamos, seria necessário conjugar as fontes documentais existentes com um trabalho aprofundado de história oral, a fim de tentar fixar a sua evolução histórica durante o período em análise. Como, de momento, não está ao nosso alcance cumprir esse desiderato, limitar-nos-emos a efectuar um breve historial de cada uma delas, tentando apresentar as suas características essenciais.

A UEC (m-l) foi criada em 1969 por um grupo de estudantes de Lisboa que tendo tomado conhecimento das resoluções da 2ª Conferência do CMLP (realizada em 9 e 10 de Novembro de 1968) – com um atraso de quase um ano –, estabeleceram um contacto com aquela organização, do qual resultou a orientação, dada por “Vilar”, de criarem a UEC (m-l) e desenvolverem trabalho nas escolas⁷¹. A UEC (m-l) teve uma influência significativa no movimento estudantil de Lisboa e do Porto, tendo nesta última academia surgido apenas em finais de 1973 com base em alguns elementos que inicialmente tinham integrado o grupo de estudantes que viriam a fundar os CREC’s. Na actividade da UEC (m-l) importa salientar a criação do MAEESL, que conheceu uma influência crescente ao longo dos primeiros anos da década de 1970, até ao 25 de Abril.

A orientação da UEC (m-l) para o movimento estudantil foi essencialmente virada para o trabalho nas Associações de Estudantes, embora pareça não ter sido definida uma estratégia adequada para o desenvolvimento do trabalho nas mesmas. De facto, como foi reconhecido posteriormente, “... a imprensa da UEC (m-l), que não podia ser só o Servir o Povo, quase não saía, não havia comunicados da organização a dar perspectivas avançadas e claras às lutas (...)”⁷². Contrastando com o carácter de análise dos aspectos negativos e positivos que transparece do referido *Informe de balanço autocrítico*, os responsáveis pela UEC (m-l) que seguia a orientação de “Vilar” consideraram a actividade desenvolvida após 1972 inteiramente negativa: “abandono da luta contra o revisionismo e consequente definição, na prática, do MRPP como inimigo principal; abandono da luta por objectivos democráticos; concepção esquerdista quanto à luta que os estudantes deviam travar nas escolas, levando ao isolamento progressivo dos activistas e, quanto aos objectivos dessa luta, dando um carácter utópico à luta ‘Por um Ensino Popular’; abandono da luta por reformas; concepção sectária do que é uma organização política de massas, fechando as portas às massas de estudantes; concepções intelectualistas”⁷³, ou seja, tudo aquilo que tinha estado na base das divergências internas e que tinha conduzido à cisão.

A UEC (m-l) defendia também outra curiosa teoria, a do “congelamento dos quadros”, assim como a “conspiratividade”, para evitar a repressão. De acordo com o *Informe de balanço autocrítico* apresentando aquando da sua dissolução, “directamente ligada à linha dogmática e direitista que presidiu à nossa actividade, a marcar profundamente a formação dos nossos militantes, a teoria podre do congelamento dos quadros foi por nós defendida e aplicada; segundo essa teoria os quadros que tínhamos a militar na UEC (m-l) não se podiam pôr à frente das lutas para não se ‘queimarem’. O resultado disto, foi a formação de gabinete que foi dada a grande parte dos nossos militantes, totalmente afastados das lutas”⁷⁴.

No movimento estudantil da capital a UEC (m-l) intervinha através da corrente “Por um Ensino Popular” – que no Porto se intitulava “Por um ensino ao serviço do povo” –, tendo lançado no início de 1974 os Comitês Pró-União dos Estudantes Portugueses – CP-UEP’s, em oposição ao projecto da UNEP (União Nacional dos Estudantes Portugueses), promovido pela UEC. A actividade anti-colonial era desenvolvida através Comitês de Luta Anti Colonial e Anti Imperialista (CLAC’s), que publicavam o jornal *Os Povos das Colónias Vencerão!* Os CLAC’s foram criados em 1970, em cooperação com a EDE, e embora cada organização tivesse liberdade

.....

⁷¹ Na elaboração deste breve historial da UEC (m-l) utilizamos, entre outras fontes, o *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (M-L): autocrítica da Comissão Executiva*, resultante da Conferência de Dissolução da UEC (M-L) que seguia o PCP (m-l) dirigido por “Mendes”, assim como o artigo “O que foi e o que é a UEC (m-l)”, por J. Ramos, publicado no *Servir o Povo*, nº 13, de Março de 1976, da UEC (M-L) que seguia o PCP (m-l) dirigido por “Vilar”.

⁷² Conferência de Dissolução da UEC (M-L) (1975), *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (M-L): autocrítica da Comissão Executiva*. [S.l.: s.n.], p. 3.

⁷³ J. Ramos (1976), “O que foi e o que é a UEC (m-l)”, *Servir o Povo*, nº 13, pp. 9-12.

⁷⁴ Conferência de Dissolução da UEC (M-L) (1975), *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (M-L): autocrítica da Comissão Executiva*. [S.l.: s.n.], p. 5.

para constituir os seus comités estes actuavam de uma forma unitária, desenvolvendo acções de natureza anti-colonial. Após a fundação do MRPP, em Setembro de 1970 – em grande medida a partir da organização da EDE –, os dois CLAC's que aquele influenciava – o CLAC “4 de Fevereiro” e o CLAC “Guerra do Povo” –, vieram a abandonar a plataforma unitária anti-colonial e, de acordo com as suas próprias palavras, “geraram” o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), passando a existir uma grande rivalidade entre aquelas duas estruturas anti-coloniais.

Breve caracterização da FEML

Fundada em 1971, a FEML dispunha influência em algumas escolas da capital, nomeadamente Económicas e Direito, principalmente nesta, uma vez que alguns dos seus militantes e simpatizantes já aí desenvolviam actividade desde 1968, no âmbito da Esquerda Democrática Estudantil (EDE).

A FEML intervinha no movimento estudantil lisboeta através das tendências associativas “Ousar Lutar, Ousar Vencer” e “Estar na Luta”. A sua imprensa central, o jornal *Guarda Vermelha*, foi publicado com irregularidade, contando-se apenas cinco números até ao 25 de Abril, mas em contrapartida difundia inúmeros comunicados.

A sua prática era bastante audaciosa, desafiando frequentemente a repressão, o que teve como consequência ter sido, das três organizações estudantis analisadas, a única que teve militantes julgados e que cumpriram a respectiva condenação na Prisão Política de Caxias. Não obstante os seus riscos, este tipo de actuação apresentava uma certa atracção para alguns sectores da juventude estudantil, susceptíveis de se mobilizarem para manifestações de rua contra o regime e a guerra colonial. Aliás, em Lisboa, as correntes associativas influenciadas pela FEML, assim como os CLAC's/MPAC que lhes eram afectos, foram as que desenvolveram maior agitação de rua anti-colonial, com a organização de manifestações relâmpago, distribuição de comunicados, inscrições murais, etc.

No Verão de 1972, elementos dos CREC's contactaram João Isidro e Saldanha Sanches, no sentido de se organizar uma maior coordenação da luta estudantil. Na sequência destes contactos, e escassos meses antes de ser assassinado, Ribeiro dos Santos deslocou-se ao Porto, onde se realizou uma reunião exploratória. No entanto, aquela tentativa de aproximação não teve qualquer sequência.

A partir do Outono de 1973 a FEML alargou a sua influência a Coimbra e ao Porto, através de cisões que provocou na base estudantil dos CREC's – os Núcleos Sindicais –, em Coimbra, no Porto, em Braga e em Guimarães, localidades onde, ainda que com pequena expressão, passou a dispor de um embrião de organização.

A FEML faz História

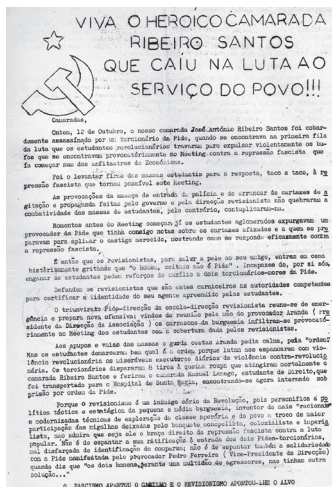
Será a FEML, e não o MRPP, que resolverá publicamente uma discordância que existia no seio deste, desde a sua fundação em 18 de Setembro de 1970, acerca do papel desempenhado pela cisão de Francisco Martins Rodrigues em 1963 no PCP, a qual deu origem à denominada corrente marxista-leninista, uma vez que a interpretação inicial (do MRPP) considerava que o trabalho teórico então desenvolvido constituíra “a primeira formulação proletária da opção anti-oportunista em Portugal e é um património muito valioso da teoria revolucionária portuguesa”⁷⁵. Esta interpretação fora, inicialmente, defendida por Fernando Rosas no

.....
⁷⁵ “Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado, necessidade histórica e tarefa central dos comunistas portugueses”, *Bandeira Vermelha*, nº 1, Dezembro 1970, p. 13. Nesta apreciação, o primeiro, e único, número do órgão teórico do MRPP

documento que apresentou na reunião fundadora do MRPP, em 18 de Setembro de 1970, o qual foi depois publicado no primeiro número do *Bandeira Vermelha*, sob o título “Reorganizar o Partido Revolucionário do Proletariado, necessidade histórica e tarefa central dos comunistas portugueses”⁷⁶. Apesar de, naquela reunião fundadora, o documento elaborado por Fernando Rosas ter sofrido algumas (poucas) alterações – nomeadamente sobre a questão da existência ou não de um partido comunista em Portugal –, a sua formulação não agradou inteiramente ao secretário-geral, Arnaldo Matos.

Esta discordância interna resultava de duas interpretações diferentes existentes no Comité Lenine (Comité Central do MRPP) entre Fernando Rosas – que valorizava o contributo teórico prestado por Francisco Martins Rodrigues⁷⁷, traduzido nos artigos publicados na revista do CMLP, *Revolução Popular* –, o qual tinha sido membro das organizações estudantis do PCP de 1961 a 1968, e a outra, defendida por Arnaldo Matos, que tinha abraçado o marxismo-leninismo em Macau, à margem do PCP, do qual também nunca tinha sido militante.

A divergência sobre a apreciação do legado teórico do CMLP só veio a ser definitivamente resolvida em 1973, tendo para o efeito Arnaldo Matos solicitado ao seu irmão Danilo – responsável pela Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas – a clarificação da posição do MRPP sobre aquela questão, a qual veio a ser publicada no jornal da FEML, *Guarda Vermelha*, no âmbito de um artigo a propósito do vigésimo aniversário da morte de Stáline. Nesse artigo elaborado por Danilo Matos, cujo objectivo era o de consolidar a posição do secretário-geral do MRPP sobre o assunto, afirmava-se que “a cisão da confraria neo-revisionista não tem o carácter e a natureza de uma ruptura entre o marxismo-leninismo-maoísmo e o revisionismo moderno, mas o carácter e a natureza de uma divisão no seio do próprio partido revisionista”⁷⁸. Resolvia-se, deste modo, uma divergência interna que tinha ficado pendente durante quase três anos.



Os Comités Ribeiro Santos e a FREP

Nos finais de 1973, e contrastando com a ausência da imprensa central da FEML, irá surgir no entanto uma outra organização do MRPP para a juventude, os “Comités Ribeiro Santos”, que a partir de Janeiro do

insistia, erradamente, que essa “*formulação proletária*” tinha sido apresentada pela Frente de Acção Popular (FAP) e não pelo seu verdadeiro autor, o CMLP.

⁷⁶ O MRPP chegou a anunciar a publicação, no *Bandeira Vermelha* nº 2, de uma segunda parte deste artigo, que versaria *nas tentativas de superação do revisionismo em Portugal: de 1964 até hoje!*, mas aquele número nunca foi editado. Cf. *Bandeira Vermelha*, nº 1, Dezembro 1970, p. 16.

⁷⁷ João Madeira (2004), “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (Coords.), *A Transição Falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 114.

⁷⁸ “Editorial – Que viva Estaline I”, *Guarda Vermelha*, nº 3, Março 1973, p. 4.

ano seguinte iniciará a publicação do seu jornal, *12 de Outubro*. Segundo o Manifesto publicado no primeiro número deste jornal, os “Comités Ribeiro Santos” tinham sido criados “no decurso do processo de luta em solidariedade com os operários da TAP pela vingança do camarada caído sob as balas do fascismo”⁷⁹.

Nos “Comités Ribeiro Santos” o papel dos estudantes era o de constituírem “o embrião de tal organização”⁸⁰, uma vez que os mesmos procuravam também agrupar jovens operários e camponeses. Para o MRPP, a necessidade da criação dos “Comités Ribeiro Santos” resultava da ascensão do movimento estudantil e da sua progressiva radicalização, a qual exigia a criação de um movimento de massas à escala nacional e, conseqüentemente, novas formas de organização. “Com o desenvolvimento da nossa luta o que podemos assistir é ao encerramento pelo fascismo da maioria das Associações legais e a tendência histórica é para o seu completo encerramento. Eis porque o centro de gravidade da nossa actividade, das formas de luta e de organização é a luta revolucionária de massas, a actividade ilegal e a organização clandestina”⁸¹.

A fim de corresponderem àquele objectivo, os “Comités Ribeiro Santos” assumiam, no sector estudantil, o objectivo de virem a criar uma Federação Revolucionária dos Estudantes Portugueses (FREP), de âmbito nacional, com carácter de massas⁸², mas a sua actuação no movimento estudantil, nos quatro meses que mediarão até ao 25 de Abril, foi extremamente reduzida ainda que bastante activa no domínio da difusão de comunicados. De facto, os dois números do *12 de Outubro* editados neste curto período publicavam exclusivamente notícias e artigos sobre a política nacional e internacional, ignorando quase por completo as questões que preocupavam os estudantes e os jovens em geral. Na realidade, o surgimento destes Comités – que em grande medida subalternizaram a actividade da FEML –, correspondeu a uma extrema radicalização do sector estudantil do MRPP, o qual, abandonando todos os objectivos intermédios de luta que sempre tinham integrado as movimentações dos estudantes, passou a defender que “(...) a solução dos problemas estudantis só poderá ser resolvida pela revolução popular armada (...)”⁸³.

Imprensa e linguagem utilizada pela FEML

Um outro aspecto que marcou a actividade da FEML dizia respeito à linguagem utilizada na sua imprensa e nos comunicados que publicava. Como vimos, até aos finais de 1973 a sua actividade estava circunscrita ao meio estudantil da capital, onde rivalizava abertamente com a UEC (m-l), a qual lhe respondia de igual modo. No entanto, a FEML destacou-se no tipo de linguagem utilizada, quer para descrever acontecimentos relacionados com as movimentações estudantis, quer na luta ideológica que travava com as organizações rivais, proporcionando que estas a criticassem precisamente quanto à utilização dessa linguagem. A UEC (m-l) deu-se, inclusivamente, ao trabalho de procurar citações de Lênine para acompanhar e criticar extractos de comunicados da FEML e de artigos do *Luta Popular*, órgão do MRPP⁸⁴:

“... esses oportunistas (...) correm com o rabo entre as pernas, a esconder-se grotescamente debaixo da cama, ganindo que não há condições para a luta, logo que o nariz de um polícia desponde ameaçador na esquina da sua rua”.

⁷⁹ “Manifesto à juventude estudantil portuguesa”, *12 de Outubro*, nº 1, Janeiro de 1974, p. 6. A 12 de Julho de 1973 a polícia de choque invadiu as instalações da TAP, carregando sobre os operários em greve, e fazendo um morto para além inúmeras prisões.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ *Idem*, p. 5.

⁸² *Idem*, p. 6.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ “Lenine e a linguagem revolucionária”, *Servir o Povo*, nº 12, Fevereiro de 1973, p. 5.

(FEML – “Todos à Rua no Combate à Repressão Fascista”) – [“*Nem uma palavra simples, apenas caricaturas ...*” (Lénine)].

“... logo surgiram seis carinhas bem cheias de gado policial, onde as bestas se misturavam com os cães”. (FEML – “Todos à Rua no Combate à Repressão Fascista”) – [“... *temperada com piadas e dixotes*” (Lénine)].

“... a burguesia agita-se, perde a calma, identifica o inimigo com um leve mexer das folhas, treme com o miar dos gatos e com o bater das asas dos pássaros (...) o inimigo (...) está em todo o lado e espreita atrás de cada porta entreaberta” (*Luta Popular*, nº 4) – [“*Linguagem trivial de muito mau gosto*” (Lénine)]⁸⁵.

No entanto, aquela que provavelmente constitui a mais célebre frase publicada na imprensa da FEML dizia respeito, precisamente, à UEC (m-l): “*A confraria neo-revisionista, continuando a vomitar a sua peçonha reaccionária, arregaça despidoradamente as saias para mergulhar libidinosamente no âmago da provocação*”⁸⁶.

Para além da linguagem rebuscada e humorística – chamemos-lhe assim – que a FEML e o MRPP utilizavam na sua imprensa, a partir de meados de 1973 começaram também a usar uma fraseologia triunfalista, exagerando a sua implantação e actividade, a qual era utilizada a fim de “galvanizar as massas para a luta”, obrigando o próprio *Luta Popular* a observar que “*muitos camaradas, levados talvez pelo entusiasmo ou pelo optimismo, descrevem (na propaganda) manifestações ou acontecimentos de uma forma tão excessiva que leva por vezes a alterações de certos factos*”⁸⁷.

Entre os vários exemplos que poderiam ser apontados deste tipo de devaneios, transcrevemos a notícia publicada no *Luta Popular* acerca da manifestação comemorativa do primeiro aniversário do assassinato de Ribeiro dos Santos, concretamente, a que fora convocada para o Porto no dia 12 de Outubro de 1973: “*Por seu turno, na cidade do Porto [...] o povo desceu igualmente à rua na jornada anti-fascista e anti-revisionista do 12 de Outubro numa manifestação popular convocada para as 18,30 horas para a Praça dos Leões, frente à Faculdade de Ciências, onde teve lugar um comício de massas estudantis. [...] Pouco depois da hora marcada, conseguindo furar vitoriosamente o dispositivo militar-policial, um grupo de algumas centenas de jovens conseguiu organizar-se e lançar uma manifestação, gritando as palavras de ordem do MRPP para a jornada do 12 de Outubro e contra a farsa eleitoral*”⁸⁸. Na realidade, naquela tarde não se passou absolutamente nada na Cidade Invicta, para além da ocupação policial da Praça dos Leões. Nem comício, nem manifestação, nem centenas de jovens furando vitoriosamente o cerco policial. Não existiram quaisquer condições para se arrancar com a manifestação – e muito menos, para realizar um comício –, dada a presença massiva das forças da repressão, que tinham ocupado inteiramente a Praça.

Breve caracterização dos CREC's

A formação dos CREC's representou o coroar da intervenção no movimento estudantil do Porto de um grupo de estudantes que em 1969/70 tinham constituído em várias escolas da Cidade Invicta os “Comités de Base”, nomeadamente em Letras e Belas Artes (Arquitectura). Em Coimbra, a sua génese foi diferente, tendo resultado do lançamento da intervenção no movimento estudantil por estudantes oriundos do Porto, centrada

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ “Sobre uma provocação pidesca da confraria neo-revisionista”, *Guarda Vermelha*, nº 3, Fevereiro de 1973. Utilizamos a reprodução deste número publicada no Exterior e inserida na colectânea, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (1973), José António Ribeiro dos Santos, *militante da FEML, combateu à frente das massas e à frente delas tombou*. [Paris]: Textos MRPP, p. 13. Este artigo terá sido escrito por João Isidro (1950-2008), então estudante de Direito, membro da Direcção da AAFDL e do Comité Estalinegrado, organismo directivo da FEML para a Cidade Universitária.

⁸⁷ “Nota da Redacção”, *Luta Popular*, nº 15/16, Jan./Fev. de 1974, p. 3.

⁸⁸ “O povo está em marcha ! À sua cabeça o rubro estandarte do camarada Ribeiro Santos !”, *Luta Popular*, nº 13, Outubro de 1974, p. VI.

fundamentalmente na Faculdade de Direito. O surgimento de uma linha de intervenção no movimento estudantil do Porto, em oposição à tradicional orientação para o mesmo defendida pelo PCP, começou a tornar-se clara aquando das lutas estudantis travadas por ocasião dos Plenários de Fevereiro/Março de 1969. O processo então iniciado aprofundou-se no decurso das eleições para a Assembleia Nacional, de Outubro desse ano – que mobilizou muitos estudantes dos ensinos superior e liceal –, suscitando uma ainda maior clarificação sobre a orientação a seguir e criando condições para o surgimento de uma intervenção organizada no movimento estudantil, à margem da influência do PCP⁸⁹.

A actividade dos “Comités de Base” no movimento estudantil do Porto desenvolveu-se, essencialmente, “no sentido de lançar de forma ampla a discussão política no seio dos estudantes, propagandeando a linha anti-reformista e as ideias do marxismo-leninismo, e recrutar elementos para a causa revolucionária através do trabalho político desenvolvido nas escolas”⁹⁰. Também em Coimbra, no rescaldo da crise académica de 1969, começavam a surgir núcleos de estudantes influenciados pelos acontecimentos de Maio de 68 em Paris, e que se opunham à prática colaboracionista dos “dirigentes da crise”, os quais tinham ido pedir desculpa ao “venerando” Chefe de Estado Américo Thomaz, pela “irreverência” cometida aquando da visita deste à Universidade de Coimbra, na manhã de 17 de Abril de 1969, atitude que “haveria de tornar-se altamente polémica e ininteligível para largos sectores do movimento anti-fascista português”⁹¹, e que gerou grande indignação, não só entre os estudantes de Coimbra como também nos do Porto e de Lisboa. De facto, a 11 de Abril de 1970, uma representação de oito estudantes da Universidade de Coimbra – Alberto Martins, Celso Cruzeiro, Matos Pereira, Barros Moura, Fernanda Bernarda, José Gil, Carlos Baptista e Osvaldo Castro (uma parte da Direcção da Associação Académica de 1969, que, a seguir ao 25 de Abril, vieram a ser na sua maioria militantes do PCP e do MES), acompanhou vários professores, assistentes da mesma Universidade, entre os quais o Prof. Teixeira Ribeiro, o qual, dirigindo-se a Thomaz referiu “lamentarem que V. Ex^a tenha reflexamente sofrido incómodos morais aquando da sessão inaugural do edifício da secção de Matemática”⁹².

Em Fevereiro de 1971 foi feita uma primeira tentativa de criar uma organização marxista-leninista estudantil no Porto, uma vez que já “existia um grande número de estudantes anti-revisionistas sob a influência marxista-leninista”⁹³, mas como não havia linha de trabalho de massas nem uma actividade organizada no movimento estudantil, era difícil determinar quem poderia levar à prática esse projecto”⁹⁴. Essa tarefa acabou por ser atribuída a José Pacheco Pereira, estudante de Filosofia – que na época integrava esse vasto grupo de estudantes ainda sem uma filiação organizativa do ponto de vista partidário –, tarefa que o mesmo desempenhou recrutando José Oliveira, estudante de Arquitectura e José Teixeira Gomes, estudante de Medicina, para além de João Barros, que na época já era engenheiro. Algum tempo mais tarde constatou-se que, na realidade, Pacheco Pereira não só não tinha cumprido a tarefa que lhe fora atribuída, como se envolvera numa prática

.....
⁸⁹ Para esta caracterização dos CREC’s utilizamos, entre outros, o artigo “Elementos da experiência do trabalho comunista no movimento estudantil”, *Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil*, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975, pp. 2-8. Nesta época, o *Viva a Revolução* era o órgão da União da Juventude Estudantil Comunista (marxista-leninista) [UJEC (m-l)], fundada em Janeiro de 1975 com base na transformação da Organização dos CREC’s.

⁹⁰ *Idem*, p. 2.

⁹¹ Celso Cruzeiro (1989), *A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje*. Porto: Edições Afrontamento, p. 193.

⁹² “O Chefe de Estado recebeu uma representação da Universidade de Coimbra constituída por professores e alunos”, *O Século*, Lisboa, 12 de Abril de 1970, p. 1 e p. 5.

⁹³ Ou seja, da Organização já constituída, e que em Dezembro desse ano aparecerá à luz do dia com a publicação do jornal *O Grito do Povo*.

⁹⁴ “Elementos da experiência do trabalho comunista no movimento estudantil”, *Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil*, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975, p. 3.

cisionista e de promoção pessoal, criando por sua iniciativa uma denominada “Célula Comuna de Paris”⁹⁵, que a curto prazo se dissolveu, vindo Pacheco Pereira a ligar-se mais tarde ao PCP (m-l), já nos finais de 1973. Fracassou, assim, a primeira tentativa, de criação de uma organização marxista-leninista estudantil, ou seja, aquela que viria a ser o CREC do Porto.

Entretanto, o grupo de estudantes “*que fora formado, muito amplo, começa a ter grandes contradições internas, derivadas de contradições políticas muito profundas entre a linha da Organização [que irá publicar O Grito do Povo] e o elemento oportunista [Pacheco Pereira] (...), que abandona este grupo e dá origem à formação de uma nova tendência em Medicina, agrupada à volta do jornal Crítica*”⁹⁶, a qual, mais tarde, irá dar origem ao aparecimento, no Porto, da corrente estudantil “Por um Ensino ao Serviço do Povo”. As divergências resultavam do facto destes últimos negarem “*as características específicas do grupo social estudantil (...) e as AAEE a única expressão possível da organização sindical dos estudantes, pelo que para eles a acção sindical consistia em lutar pela conquista das direcções em confronto eleitoral com os reformistas, o que degenerava nas práticas cupulistas, burocráticas e desligadas das massas [...]. Nas condições do ME do Porto nessa época, em que as AAEE estavam reduzidas às cúpulas reformistas totalmente desligadas das massas, [esta] posição [...] tinha um significado abertamente liquidacionista*”⁹⁷.

No entanto, a Organização que irá publicar *O Grito do Povo* respondeu de imediato ao primeiro ensaio fracassado de criação da organização estudantil no Porto e em Abril de 1971 será constituído o organismo que virá a constituir o primeiro CREC naquela cidade, com novos elementos, num total de quatro, um dos quais será pouco depois afastado e abandonará a actividade partidária.

A necessidade de intervenção na luta estudantil “*e de desenvolver a luta sindical de massas sob a direcção comunista estudantil, era outra conclusão importante que começava a tornar-se clara no balanço da experiência destes primeiros anos de participação no movimento estudantil. O problema de encontrar os caminhos mais adequados para a intervenção no movimento sindical foi preocupação dominante do núcleo inicial dos CREC’s, que lança mãos ao trabalho, no Porto, no início do ano lectivo de 1971/72*”⁹⁸. As movimentações estudantis contra os preparativos da Queima das Fitas de 1971 no Porto, assim como a grande manifestação do 1º de Maio realizada naquela cidade – que contou com grande participação estudantil –, tinham criado as condições para o desenvolvimento da organização marxista-leninista estudantil. Nos finais de 1972, a organização dos CREC’s começou a implantar-se nalgumas Faculdades do Porto.

Em Coimbra estavam também a ser dados os primeiros para a formação do CREC local. “*Por iniciativa do sector local da Organização [que irá publicar O Grito do Povo] tinham vindo a ser criadas, sucessivamente, formas organizativas para o enquadramento dos estudantes m-l, para o enquadramento clandestino ou semi-*

.....

⁹⁵ Só em Março de 2004 é que este episódio veio a ser (mal) conhecido publicamente, com Pacheco Pereira a dar a sua versão dos acontecimentos no seu blog “Estudos sobre o Comunismo”. Nesse “post”, esqueceu-se contudo de referir que dois dos elementos com os quais veio a constituir a tal “Célula Comuna de Paris” lhe tinham sido indicados pela Organização que viria a editar *O Grito do Povo*, já existente mas ainda em fase de estruturação organizativa, com o objectivo de ele vir a criar o embrião da organização marxista-leninista estudantil no Porto. Para além do mais, não deixa de ser extraordinário que ao utilizar no referido “post” a expressão “os dois grupos”, coloque ao mesmo nível a actividade da minúscula e efémera célula de estudantes que criara, com a da Organização d’*O Grito do Povo*, então já com dezenas de aderentes e em processo acelerado de implantação nos meios operários do Norte e Centro do país: “*A Célula Comuna de Paris surgiu no processo de organização clandestina crescente nos meios estudantis do Porto em 1970-1, que deu igualmente origem a O Grito do Povo . Por isso desde o início as suas actividades confundiram se [sic], embora mais tarde os dois grupos se separassem*”.

⁹⁶ “Elementos da experiência do trabalho comunista no movimento estudantil”, *Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil*, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975, p. 3.

⁹⁷ *Idem*, p. 4.

⁹⁸ *Ibidem*.

legal de simpatizantes, e para a intervenção organizada a nível sindical⁹⁹. Consequentemente, após a fundação do CREC de Coimbra são criados os Núcleos Sindicais¹⁰⁰, em Abril de 1972, “com o fim de reerguer, a partir da mobilização e organização das massas estudantis na base das escolas e à volta de um programa sindical progressista, anti-reformista, o movimento de massas dos estudantes de Coimbra”¹⁰¹, os quais começarão também a implantar-se nalgumas Faculdades, nos finais desse ano.

Os Núcleos Sindicais surgiram numa época e num contexto em que a repressão da ditadura fascista sobre o movimento estudantil aumentava de dia para dia, sendo disso exemplo a situação em que se encontravam as Associações de Estudantes, encerradas na sua maioria, ou sujeitas a todo o tipo de arbitrariedades por parte da polícia, no caso das poucas que ainda se mantinham em funcionamento. Havia, por conseguinte, de repensar toda a estratégia de intervenção no movimento estudantil de forma a prosseguir com as lutas evitando, ao mesmo tempo, que a vanguarda não ficasse isolada dos estudantes. “Para isso o caminho era um: mobilizar e organizar os estudantes na base, nos seus locais de trabalho, fazer um trabalho intenso junto das largas massas, o que facilitava o isolamento dos revisionistas e a defesa perante o fascismo. No entanto a linha traçada não era deixar aos reformistas as AAEE para construir uma organização sindical própria, mas sim criar uma base organizada de massas que permitisse avançar no isolamento dos revisionistas, para os expulsar da organização sindical e pôr esta ao serviço do povo”¹⁰².

Esta linha de intervenção, que foi seguida em Coimbra sem grandes alterações, conheceu vários desvios, de tipo esquerdista e sectário, na sua aplicação ao movimento estudantil do Porto, derivados de erros de direcção por parte da Organização local dos CREC's, e criando sérias dificuldades na implantação dos Núcleos Sindicais em algumas escolas da cidade. Em parte, e só em parte, uma explicação para estes erros derivava do facto de, em sucessivas ocasiões, os elementos que integravam a direcção dos CREC's no Porto serem destacados para outras tarefas, de implantação no meio operário, o que obrigava à constituição de uma nova direcção local, com elementos novos e com pouca experiência. “Um texto dos CREC's de Janeiro de 1973 inicia a luta ideológica contra o sectarismo e o dogmatismo”¹⁰³. (...) Esta correcção teórica dos erros fundamentais trouxe também em parte a correcção prática desses mesmos erros, verificada no decorrer das lutas de Abril que constituíram um importante impulso à luta sindical do Porto. Nesta luta, travada contra a realização de um Festival de Coros fascista e colonialista, os Núcleos Sindicais estiveram desde o seu início na vanguarda e contra a inactividade dos revisionistas e o direito dos elementos do grupo ‘Por um Ensino ao Serviço do Povo’”¹⁰⁴.

Desde 1972 que, através da criação de Núcleos Sindicais, os CREC's procuravam alargar a sua implantação a Lisboa e a vários Liceus do interior do país, como Guimarães e Braga. Tanto no Porto como em Coimbra já existiam Núcleos Sindicais nos Liceus, principalmente no então Liceu D. Manuel II e Liceu Carolina Michaëlis (do Porto) e Liceu D. Duarte (de Coimbra). Em Lisboa, conseguiram criar um pequeno grupo de estudantes, nomeadamente no Técnico, os quais serão os responsáveis pela publicação do texto “Por uma linha revolucionária”, em Maio 1973, embora até ao 25 de Abril não tivessem conseguido alargar significativamente a

.....

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ Inicialmente denominados “Núcleos Sindicais de Base”.

¹⁰¹ “Elementos da experiência do trabalho comunista no movimento estudantil”, *Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil*, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975, p. 5.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ Tratou-se do texto, Comitês Revolucionários de Estudantes Comunistas de Portugal, *Aos Estudantes Revolucionários: sobre algumas questões do trabalho de massas* [5 p.] (Janeiro de 1973).

¹⁰⁴ “Elementos da experiência do trabalho comunista no movimento estudantil”, *Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil*, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975, p. 6.

organização. Em Guimarães e em Braga, assim como em S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, também com base nos Núcleos Sindicais, conseguiram implantação nos Liceus locais, embora nas duas primeiras cidades, devido a uma actuação “entrista” desenvolvida pela FEML, que tinha tido a sua origem nos Núcleos Sindicais de Coimbra, perderam em finais de 1973 todos os elementos dos Núcleos para aquela organização do MRPP. Contudo, tanto a organização dos Núcleos Sindicais como a dos CREC’s de Coimbra foram pouco afectadas. No caso dos CREC’s, apenas se registou a saída de um elemento da Direcção local. Os Núcleos Sindicais conseguiram facilmente recompor-se, o que lhes permitiu conquistar a Associação Académica de Coimbra (AAC) pouco depois do 25 de Abril. As primeiras eleições para a Direcção-Geral da AAC – que se encontrava encerrada desde a Crise de 1969 – foram ganhas pela UEC, mas esta Direcção veio a ser pouco depois demitida pelos estudantes em Assembleia Magna, na sequência da acção sindical dos Núcleos e por uma proposta destes então aprovada. Efectivamente, a Direcção afecta à UEC foi demitida nessa Assembleia Magna por “traição à luta estudantil”, tendo sido então eleita, nessa mesma Assembleia, uma nova Direcção-Geral da AAC, proposta pelos Núcleos Sindicais e constituída por estudantes que os integravam.

Durante o ano de 1973/74 e até ao 25 de Abril, com o incremento da repressão do regime fascista sobre o movimento estudantil, a situação de desmobilização acentuou-se, particularmente no Porto, tanto mais que a Organização local dos CREC’s não exercia praticamente qualquer controle político sobre os Núcleos Sindicais, em virtude de mais uma vez ter sido constituída uma nova direcção “que não foi capaz de levar a cabo correctamente a direcção política do trabalho na zona”¹⁰⁵.

Como já foi referido, a imprensa dos CREC’s – não só o *Viva a Revolução*, mas também os textos editados à parte e os comunicados – conheceu uma edição regular, no Porto e em Coimbra, para além de apresentar uma constante preocupação na definição de uma linha de intervenção no movimento estudantil. Outra característica da Organização dos CREC’s residia na total compartimentação que mantinha com a OCMLP, que a dirigia através de um elemento da sua Direcção, o que para além do mais constituía uma eficaz defesa de ambas perante a repressão do regime fascista.



Os CREC’s e a luta anti-colonial

Os CREC’s desempenharam um papel de algum relevo em algumas lutas estudantis, como a que se desencadeou em 1973 no Porto, contra a organização de um Festival de Coros Universitários, no qual apenas participavam países onde existiam regimes fascistas e colonialistas, já referida anteriormente.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 7.

No início de 1973, os CREC's lançaram uma organização anti-colonial, a Organização dos Comitês "Servir o Povo", integrando vários "comitês" anti-coloniais e anti-imperialistas que se constituíram principalmente no Porto e em Coimbra. Estes Comitês eram organismos de unidade revolucionária, que agrupavam "*estudantes revolucionários dos vários pontos do país que nas lutas de Outubro [de 1972] tiveram consciência da necessidade de organização dos estudantes revolucionários para a luta popular, e particularmente para os combates anti-coloniais das massas estudantis*"¹⁰⁶.

Os Comitês "Servir o Povo" nunca foram muito numerosos e a sua actividade também não conheceu grandes realizações. Existiram o Comité Maria da Fonte (Coimbra), o Comité 4 de Fevereiro (Porto) – que publicou o boletim *Os Povos em Armas* –, o Comité Ho Chi Minh, o Comité Amílcar Cabral, e o Comité Ribeiro dos Santos (dos estudantes do ensino secundário do Porto), tendo todos eles cessado praticamente a actividade em meados de 1973 – facto a que não serão estranhos os já referidos problemas que, nessa época, afectaram a direcção dos CREC's no Porto –, com excepção do Comité Maria da Fonte (de Coimbra), que editava *A Luta dos Povos*, aliás, o único que conheceu alguma longevidade, tendo desenvolvido actividade e publicado o seu boletim até Junho de 1974.

Breve conclusão

Apesar de circunscritas a um grupo social relativamente restrito – os estudantes –, estas organizações marxistas-leninistas estudantis conseguiram mobilizar e integrar, em cerca de cinco anos, centenas de activistas e formar dezenas de quadros políticos que ainda hoje – embora noutros quadrantes partidários – se mantêm em actividade, beneficiando em grande medida da formação e da experiência adquiridas naquela época.

Estas organizações conseguiram, também, superar pela primeira vez a influência do PCP no movimento estudantil¹⁰⁷, beneficiando da emergência de uma nova geração que se sentia mais atraída pelos acontecimentos do Maio de 68 e, em particular, pela Revolução Cultural, então em curso na República Popular da China. Não é de estranhar, por conseguinte, que a expressão "servir o povo" – por todas elas utilizada, ainda que em diferentes contextos – traduzisse não só a adesão a uma determinada orientação política e ideológica, mas expressasse, igualmente, um novo posicionamento com que esta nova geração procurava intervir na sociedade e na actividade política.

A oposição ao regime fascista – não só em relação aos métodos caducos de ensino como à sua política de manutenção da guerra colonial – desenvolvida por estas organizações, conquistou uma grande popularidade e adesão junto de numerosos estudantes, sendo também genericamente bem vista pelo conjunto da população, causou sérias dificuldades ao regime, contribuiu para a sua impopularidade, e obrigou-o a tomar um conjunto de medidas no sentido de evitar o seu isolamento junto da opinião pública. A imprensa do regime, assim como a televisão, constituíam as únicas armas – embora extremamente importantes – de que o regime dispôs para tentar confundir o povo português sobre os verdadeiros motivos por que lutavam os estudantes, e foram inúmeras as ocasiões em que se viu obrigado a recorrer àquele expediente.

As organizações marxistas-leninistas estudantis conheceram o seu período áureo durante a primeira metade da década de 70. Após o 25 de Abril, com o restabelecimento das liberdades fundamentais, a maior parte dos militantes destas organizações envolveu-se na luta política que marcou o período revolucionário, passando a intervenção no movimento estudantil a assumir uma importância secundária.

¹⁰⁶ "Organizemo-nos!", manifesto de apresentação dos Comitês "Servir o Povo", reproduzido no *Viva a Revolução*, nº 5, Março de 1973, p. 8.

¹⁰⁷ Deve referir-se, contudo, que a partir de 1971/72 a UEC recuperou alguma influência no movimento estudantil, nomeadamente em Lisboa, onde listas afectas à sua orientação conquistaram a Direcção de algumas Associações de Estudantes.

Fontes e bibliografia

Fontes

Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

"A entrada da polícia no ISCEF em 16 de Maio de 1972", Relatório do Director do ISCEF, de 17.05.1972, *Fundo Movimento Estudantil*, Cx. 16, FG1478-ME1379.

Arquivo Particular

Bandeira Vermelha, nº 1, Dezembro 1970.

Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas de Portugal, *Estudantes Revolucionários: Em Frente por um Movimento Estudantil de Massas ao Lado do Povo*, [22 p.] (Novembro de 1972).

Comités Revolucionários de Estudantes Comunistas de Portugal, *Aos Estudantes Revolucionários: sobre algumas questões do trabalho de massas*, [5 p.] (Janeiro de 1973).

Conferência de Dissolução da UEC (M-L), *Informe de balanço autocrítico da actividade da UEC (M-L): autocrítica da Comissão Executiva*. [S. l.: s. n.], 1975.

12 de Outubro, nº 1 e nº 2 (1974).

Estrela Vermelha, nº 16, Julho de 1974.

Guarda Vermelha, nº 1 a nº 5 (1971-73).

Guarda Vermelha, Separata nº 1, Abril de 1973.

H. S. Gomes, *O Trabalho dos Estudantes*. [Lisboa]: Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, [105 p.], 1973.

Jovem Guarda, nº 1 a nº 4 (1972).

Luta Popular, nº 13, Outubro de 1974 e nº 15/16, Jan./Fev. de 1974.

Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, José António Ribeiro dos Santos, *militante da FEML, combateu à frente das massas e à frente delas tombou*. [Paris]: Textos MRPP, 1973.

V Congresso (Reconstitutivo) do Partido Comunista de Portugal (M-L), *Informe sobre a actividade da União dos Estudantes Comunistas (Marxista-Leninista) pela Comissão Executiva da UEC (m-l)*. [S. l.]: Edições do Partido, 1971.

Servir o Povo, nº 1 a nº 13 (1969-73).

Servir o Povo, nº 1, Maio de 1972.

UEC, nº 5 (especial), Outubro de 1972.

União dos Estudantes Comunistas (M-L), *Sobre a luta estudantil*. [S.l.]: Edições do Partido, 1972.

Unidade Popular, nº 5, Novembro de 1969.

Viva a Revolução, nº 1 a nº 12 (1972-74).

Viva a Revolução. Jornal Comunista Estudantil, II Série, Suplemento ao nº 4, Maio de 1975.

Bibliografia

CARDINA, Miguel (2008), *A Tradição da Contestação. Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, Editora.

CARVALHO, Lino de (2000), *1969: Um Marco no Caminho para a Liberdade*. Lisboa: Editorial "Avante!".

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1999), "Maoísmo", in António Barreto e Maria Filomena Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Volume VIII, Suplemento F/O, pp. 417-421.

COSTA, Jorge (2002), "O ano da morte de Ribeiro Santos", *História*, XXIV (III Série), nº 49, pp. 28-29.

GRÁCIO, Rui (1990), "A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil", in António Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, Vol. V, p. 225.

GUERRA, J. P. Miller, e A. Sedas Nunes (1969), "A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões", *Análise Social*, VII (n.º 25-26), pp. 5-49.

MADEIRA, João (2004), "As oposições de esquerda e a extrema-esquerda", in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (Coords.), *A Transição Falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 91-135.

NUNES, Adérito Sedas (1970), *O Problema Político da Universidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RAMOS, J. (1976), "O que foi e o que é a UEC (m-l)", *Servir o Povo*, nº 13, pp. 9-12.

RODRIGUES, Francisco Martins (2007), "O PCP e a questão colonial", *O Comuneiro*, nº 4 [em linha] disponível em www.ocomuneiro.com/nr4_09_artigos_FRANCISCO_MARTINS.html.

SÁ, José Luís Pinto de (2006), *Conquistadores de Almas*. Lisboa: Guerra e Paz.

SANZ DÍAZ, Benito (1999), "La radicalización del movimiento universitario, 1968-1975. La proliferación de partidos políticos", in Benito Sanz Díaz e Ramón Ignacio Rodríguez Bello (Eds.), *Memoria del Antifranquismo. La Universidad de València bajo el franquismo, 1939-1975*. València: Universidad de València, pp. 276-345.

VENTURA, António (2000), "O marxismo em Portugal no século XX", in Pedro Calafate (Dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Editorial Caminho, Vol. V, pp. 195-229.

Desejo exprimir o meu agradecimento a António Monteiro Cardoso, Carlos Queirós, José Augusto Queirós, Paula Godinho, Raul César de Sá e Rui do Carmo, pela disponibilidade em efectuarem uma leitura crítica deste texto, assim como pelas valiosas sugestões que fizeram. É claro que eventuais incorrecções são da minha inteira responsabilidade.

Aspectos desconhecidos da Guerra Colonial. O Hospital Militar da Marinha de Hamburgo Uma das retaguardas da guerra.

por José Manuel Lages¹

“... Pela janela da ambulância, espreitava as ruas de Lisboa, que íamos atravessando, revendo referências antigas, detalhes apagados na memória, sinais que julgava ter esquecido. O percurso do aeroporto até ao Hospital da Estrela era um retornar à paisagem urbana que conhecera no passado e se mantinha inalterável. Nos quase dois anos em que estivera ausente, pouca coisa mudara. Cruzava-me com os autocarros verdes de dois pisos, da Carris, e via os rostos sombrios dos passageiros, espreitando a rua molhada pelos chuviscos que tamborilavam nas janelas. As ruas mantinham os mesmos nomes, os estabelecimentos, em certas esquinas, o mesmo tipo de negócio. Nalguns cruzamentos, até os mesmos sinaleiros continuavam a dirigir o mesmo tráfego desinteressante. Não sei bem o que procurava encontrar, ao olhar, avidamente para fora da ambulância. O que via não me causava surpresa, mas revia tudo com sofreguidão como se tivesse permanecido na prisão e hoje fosse o primeiro dia de liberdade...”

A mim, despacharam-me para a Alemanha. Éramos um grupo de dez os que chegámos ao hospital de Hamburgo. Durante meses, fomos submetidos a sessões diárias de fisioterapia, para reaprender a mover o que restava dos membros. Para treinar os movimentos de coisas simples, como caminhar uns passos sem cair, ou pegar num talher para comer e acertar com a boca. Tudo era feito para que assimilássemos, como nossos, aqueles objectos estranhos que nos afivelavam às pernas e aos braços e que teimavam não obedecer às instruções do cérebro.

Uma equipa de “fraulein” ocupava-se de nós, diariamente. Mergulhavam-nos em água quente, cobriam-nos de cera derretida, massajavam os músculos doridos e obrigavam-nos a trabalhar nos aparelhos do ginásio como se nos preparássemos para alguma competição desportiva. Era uma rotina diária que começava de manhã cedo e acabava ao fim do dia. Havia sempre alguma coisa para fazer. Entre massagens, aparelhos, piscina e treinos com próteses, o dia era ocupado com diferentes actividades que, aos poucos, nos davam esperança e motivação para continuar. Quando à noite me esticava na cama, o corpo estava tão dorido como no dia em que subira pela primeira vez as encostas empinadas da Serra Mapê para alcançar o posto 36.

Mas eram as cartas de Filomena que me alegravam os dias e me davam coragem para continuar. Mesmo longe, não cessava de me incentivar a dar o meu melhor para que me tornasse independente, senhor do meu destino.

Em Abril, voltei a Lisboa com a minha nova perna de plástico encaixada no coto. Quando me doía tinha de recorrer às muletas para retirar peso de cima da perna magoada. Talvez porque era Primavera e havia sol, os dias não me pareciam tão sombrios e o futuro tão incerto. Aproveitei para visitar os meus pais, na aldeia, perto do Sabugal. Quando o comboio chegou à estação de Belmonte, vi o meu pai especado no apeadeiro, chapéu na cabeça, esperando ver-me descer. Tinha envelhecido muito, desde que o vira pela última vez. Abraçámo-nos. Senti as lágrimas do velho correrem-me pelo pescoço, emocionado por me voltar a encontrar.

- Estás bem? – perguntou-me, a medo.

- O melhor possível – respondi-lhe, para o tranquilizar, batendo com a mão na prótese. – Só preciso de me habituar a caminhar com esta coisa...”²



▲ Hospital Militar da Marinha de Hamburgo.

¹ Director do Museu Guerra Colonial.

² Diário pessoal de um combatente ferido em Angola que passou pelo Hospital Militar da Marinha de Hamburgo para recuperar de uma amputação e aplicar uma prótese.

Perfil de um combatente ferido em combate.

Manuel Rocha Ferreira, natural da freguesia de Delães, Vila Nova de Famalicão.

Foi ferido em Angola em 1965, na região dos Dembos, quando participava numa operação que decorreu na parte da manhã e fazia parte de uma coluna que estava a escoltar o transporte de viaturas para apoio militar.

Foi ferido quando circulava na viatura que o transportava na coluna militar e, como era frequente, rebentou uma mina pisada pela mesma. Consequentemente, sentiu ser projectado juntamente com um grupo de sete militares para o solo, em completa confusão, numa mistura de gritos, tiros e barulhos.

Neste cenário dantesco, em estado de choque, sentiu que não mexia as pernas, tentou levantar-se sobre os cotovelos, viu uma perna completamente destruída e notou que uma das botas estava completamente virada ao contrário.

Esta operação estava apoiada pela Força Aérea, com dois helicópteros e duas avionetas. Depois, foi pedido auxílio para que fosse enviado um helicóptero para fazer uma evacuação urgente de feridos. Esta acção foi fundamental pela sua rapidez e pela presença de um médico que seguia com o pelotão que prestou os primeiros cuidados até vir o apoio médico de retaguarda e o meio de transporte que levasse os feridos para o hospital militar.



▲ Enfermaria dos soldados portugueses – Hospital Militar da Marinha de Hamburgo.

Foi transportado de helicóptero até à avioneta e nesta seguiu até ao Hospital Militar de Luanda. A chegada de militares feridos a esta unidade militar era constante. Após ter recebido os primeiros tratamentos, notou que os técnicos de saúde demonstravam que tinham problemas com uma das pernas. Como consequência, foi-lhe amputada de imediato uma perna e, após 15 dias, foi evacuado para a metrópole para ser tratado no Hospital Militar Principal em Lisboa.

Aqui permaneceu dois anos e meio e foi enviado para o Hospital Militar da Marinha de Hamburgo.

O Consulado do Hospital Militar da Marinha de Hamburgo.

Durante o período da Guerra Colonial Portuguesa estabeleceu-se um protocolo de colaboração entre Portugal e a Alemanha com o objectivo de proporcionar condições técnicas avançadas ao nível da aplicação de próteses de membros superiores e inferiores a combatentes portugueses bem como procurar para os mesmos melhor qualidade de vida. Por outro lado, a Alemanha teria a hipótese de ter ao seu dispor e continuamente, casos humanos, com deficiências motoras resultantes da guerra que permitiriam evolução técnica e protésica e desenvolveriam mecanismos de apoio psicológico aos combatentes.

Por esta razão foi necessário criar estruturas de logística e apoio aos nossos combatentes na Alemanha, concretamente em Hamburgo, para apoiar e controlar os jovens militares que iriam permanecer nesta unidade de saúde no estrangeiro.

Foi criado um consulado, com a designação de um Cônsul e um Vice - Cônsul permanente no Hospital da Marinha Militar de Hamburgo.

O transporte dos mutilados para Hamburgo era feito de avião, um C 130, que saía de Alverca até Hamburgo e o regresso, depois da aplicação das próteses era, igualmente, num C 130 que os trazia novamente

até Alverca. Depois de voltar do palco da guerra e, se fosse necessário fazer a amputação de algum membro, esta intervenção cirúrgica era realizada em Portugal pois na Alemanha só se preparavam e colocavam as próteses. Antes de qualquer ida de militares para a Alemanha, deslocava-se cá um Médico para estudar os casos de militares que iriam para a Alemanha para a colocação de próteses. Todos os casos clínicos que iriam para o Hospital de Hamburgo tinham de obedecer a um perfil que teria de ser catalogado e certificado antecipadamente.

Nesta unidade hospitalar, havia nas suas instalações um salão com capacidade para dez camas. Era uma zona arejada, tinha um ginásio para o exercício físico diário, actividade fundamental e momento de preparação para a colocação das próteses. Havia um bar que servia para reforçar as parcas refeições, havia um terraço grande com uma ampla zona verde e as refeições principais eram servidas no grande salão que, de igual modo, era utilizado para dormitório e sala de convívio.

As saídas para o exterior desta unidade eram poucas e só se faziam quando os militares eram acompanhados de emigrantes portugueses que estavam a trabalhar na Alemanha que os procuravam ao saber da sua existência ou para algum exame ou tratamento mais específico.

O “dia-a-dia” era vivido com os Enfermeiros e com os Técnicos que trabalhavam com eles. Havia as sessões de ginástica diária que eram fundamentais para a adaptação ao andamento e adaptação às próteses e havia ainda uma dieta alimentar, as chamadas curas de emagrecimento, para melhor aplicar as próteses e assim obter um peso ideal para não “massacrar” os membros mutilados. Estes treinos no ginásio eram controlados e coordenados pela técnica “Mautz”: técnica Finlandesa que os obrigava a praticar exercícios específicos sem e com próteses. Esta estratégia de saúde era muito popular entre os militares portugueses pela sua afabilidade, rigor e competência.

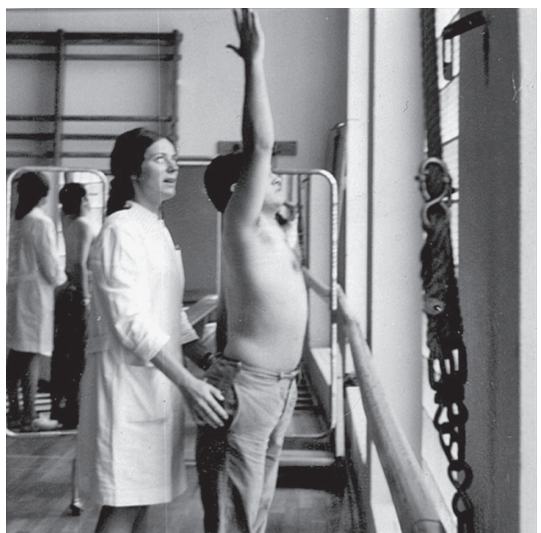
A ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas, homenageou em Lisboa recentemente esta técnica pelos serviços, competência e bom trato para com todos os portugueses que passaram por esta Unidade de Saúde de Hamburgo.

Também era famosa a Enfermeira que trata e lidava mais de perto com os militares portugueses a quem chamavam “Belinha” apesar de ser alemã e nunca conseguir dizer uma palavra em Língua Portuguesa.

O técnico que aplicava as próteses aos militares era o Senhor MÜller. Muitas das vezes, deslocava-se com os militares a oficinas especializadas desta cidade alemã para aferir e aplicar as próteses fora do hospital.



▲ Ginásio do Hospital Militar da Marinha de Hamburgo



▲ A Senhora “Mautz” em trabalho de recuperação de um soldado português.

De entre o pessoal que lidava todos os dias com estes mutilados de guerra havia dois que eram conhecidos e olhados de forma e simpatia diferentes. Havia o Senhor Silva (conhecido pelo “mister”) que era olhado com desconfiança e receio pois sabiam que era o elemento da Polícia Política (PIDE) deslocado para controlar e informar tudo que se passava nesta unidade de feridos de guerra. Outro era o Vice - Cônsul que era muito atencioso com os soldados e viam nele uma pessoa a quem podiam recorrer sempre que havia necessidades especiais.

Havia algumas rotinas e situações que ainda hoje são recordadas por todos aqueles que por este local passaram. Era frequente assistirem a programas de televisão na sala que servia de dormitório, refeitório e sala de convívio. Para respeitar todos aqueles que ali estavam instalados havia regras que obrigatoriamente tinham de cumprir. Uma delas era desligar a televisão às 22 horas de forma que houvesse silêncio absoluto e assim o barulho e incómodo desapareceria daquele local. Acontece que este grupo tinha uma rotina clandestina diária que era ouvir, diariamente, a Rádio “Argel, Argeli” com a locução de Manuel Alegre, através da qual sabiam novidades sobre a Guerra Colonial, especialmente sobre feridos, mortos, prisioneiros e as transferências de mutilados para a Alemanha. Para conseguir ouvir a rádio utilizavam um velho rádio de válvulas que colocavam debaixo de uma das camas, dispunham-se no chão como podiam e ouviam a rádio sem ninguém dar por nada.

De dois em dois meses chegavam dez combatentes, em estado crítico, ao Hospital Militar de Hamburgo. Passavam todos os anos por esta Unidade de Saúde 50 militares calculando-se que nos treze anos de guerra foram ali tratados cerca de 600 soldados portugueses mutilados.

Da lista de combatentes que passaram pelo Hospital Militar da Marinha de Hamburgo figuram alguns Famalicenses:

Combatente	Cidade/Freguesia
Ferreira	Delães
Mota	Joane
Manuel Gonçalves	Joane
Venâncio	Lousado
Salgado	Riba de Ave
Alves	Vila Nova de Famalicão
Barbosa	Braga *(Pertence à Delegação da ADFA de VNF).

De dois em dois anos, ainda há deslocações de antigos combatentes a Hamburgo para fazer a manutenção, substituição e a aplicação de novos componentes nas próteses que usam.

Apesar da pouca divulgação e conhecimento desta unidade que existiu e funcionou para mutilados portugueses na Alemanha algo ficou e positivo. É que graças a este protocolo, há cerca de seis centenas de cidadãos portugueses deficientes motores que são autónomos, desempenham uma função profissional e estão perfeitamente integrados na sociedade portuguesa.

Abílio Magalhães Brandão – Apontamentos folclóricos Famalicenses (folclore e Etnografia, costumes)

por Amadeu Gonçalves¹



Para o Dr. Artur Sá da Costa
inquestionavelmente

I. Apresentação

“Tradições populares” é o equivalente vernáculo que José Leite de Vasconcelos propôs para a palavra “folclore” (isto é, saber do povo), forjada pelo inglês William John Thoms em 1846. / A expressão abrange tudo o que o homem sabe, pensa, sente, canta, acredita, faz; o modo como vive e convive, trabalha, reza e ama e se diverte, desde o berço até à sepultura. Não porque isto se aprendeu na escola ou nos livros – o folclore genuíno é ágrafo – mas veio de modo espontâneo e empírico dos antepassados, com o encargo natural implícito de o legar aos descendentes. Enfim, “cultura popular tornada normativa pela tradição”, consoante a bela fórmula do mestre brasileiro Câmara Cascudo.

Manuel Simões²

Famalicense por adopção, afectividade social, vivência literária e de residência, este hábil etnógrafo famalicense nasceu na freguesia de São Sebastião, concelho de Guimarães (1860), faleceu na freguesia de S. Tiago da Cruz, no concelho de Vila Nova de Famalicão, onde residia na sua casa da Quinta de Ribela (07-05/1930).

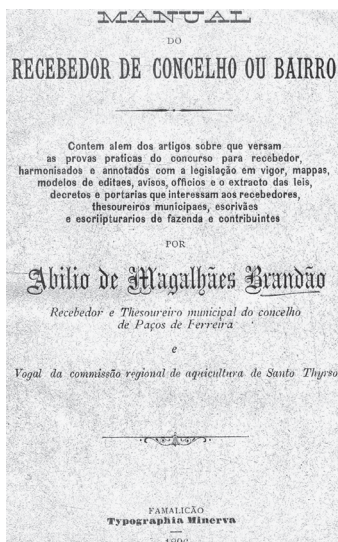
No ano do seu falecimento, o jornal famalicense *Estrela do Minho* fazia-lhe o seguinte elogio público: “Descendente de uma família muito distinta de Guimarães, aqui constituiu família e pelo seu correctíssimo porte conquistou a simpatia de todos os famalicenses. / Espírito culto e de clara inteligência, colaborou em várias publicações literárias e económicas, sendo um entusiasta dos modernos processos agrícolas nas suas propriedades.”

De facto, podemos ver isso mesmo o que o mesmo jornal, em Junho de 1911, nos diz sobre a participação de Magalhães Brandão na Parada Agrícola e Industrial do mesmo ano, cujo carro causou “excelente impressão”, felicitando-o ao mesmo tempo pela iniciativa, sendo uma “lição prática de indústria agrícola de que a lavoura pode auferir grandes resultados. / No carro do sr. Abílio Brandão exibiam-se artisticamente o bicho-da-seda, chocadeiras para a criação artificial de galinhas, criação de peixes, cultivo de mel, criação de coelhos, etc. “ Como se não bastasse, Brandão mandou distribuir um folheto aos milhares “durante o cortejo”, apontando “opiniões de sábios em assuntos agrícolas sobre os benefícios que aquelas indústrias do carro do sr. Brandão...”

Se, por um lado, profissionalmente, foi Recebedor e Tesoureiro Municipal em Paços de Ferreira, por outro lado, no plano cívico e social pertenceu à Comissão Regional da Agricultura de Santo Tirso, tendo sido vogal da respectiva comissão.

¹ Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

² Manuel Simões – “As Tradições Populares na Obra de Camilo”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão (1996), p. 15.



Publicou em 1896 o *Manual do Recebedor do Concelho ou Bairro*, contendo, segundo indicação do subtítulo *além de artigos sobre que versam as provas práticas de concurso, para recebedor, harmonizados e anotados com a legislação em vigor, mapas, modelos de editais, avisos, ofícios e o extracto das leis, decretos e portarias que interessam aos recebedores, tesoureiros municipais, escrivães e escripturários de fazenda e contribuintes*. O livro é dedicado a João Franco, então Ministro do Reino, que o tinha nomeado para o cargo referido em 20 de Setembro de 1890, considerando a oferta como tendo tanto de “mesquinha”, como também sendo de “grande veneração, perene, reconhecimento e profundo o respeito.” Este livro, segundo Magalhães Brandão, deveu-se ao facto da “necessidade dum Manual do recebedor, que compendiasse metodicamente o extracto de toda a legislação, fazendaria em vigor e, ao mesmo tempo, elucidasse e guiasse os exactores da fazenda pública, no desempenho dos seus espinhosos e mal remunerados cargos”, porque, para o próprio Brandão surgiram-lhe “dificuldades para dar expediente

ao serviço da recebedoria”, surgindo-lhe “tantas dúvidas que não sabia resolver – apesar de habilitado com o concurso para recebedor...” Desta forma, segundo o próprio Brandão nos explica no *Prólogo do Manual*, o livro poderia ser também proveitoso para os “escrivães e escripturários de fazenda”, assim como igualmente aos contribuintes., já que estes ficam “habilitados a saber se as percentagens estão bem lançadas e a razão porquê; e a calcular com todo o rigor, quando não satisfizeram as suas colectas à boca do cofre ou nos prazos legais, enquanto importa a multa, juros de mora e adicionais.” Acima de tudo, Brandão escreveu o *Manual* “única e exclusivamente para me guiar na gerência da recebedoria”, sendo “o primeiro livro do género que se publica”.

Quem fará recepção a este livro será, precisamente, Sousa Fernandes, então director do jornal famalicense *O Porvir*, em 21 de Outubro de 1896, o porta-voz dos republicanos famalicenses nos seguintes termos:

Os comentários e anotações que a lúcida inteligência e experiência do sr. Abílio Brandão ajustaram às matérias colecionadas, completam os valiosos esclarecimentos que fazem deste livro um precioso repositório de útil estudo, não só para funcionários públicos que superintendem nos serviços de fazenda como até para os simples contribuintes. / Organizado com muito método, muito claro nas suas notas, minucioso em todos os informes legais e modos ensinados pela prática, o trabalho do sr. Abílio Brandão, revelando um simpático conjunto a inteligência e zelo de um bom funcionário público de par com o criterioso estudo e paciente trabalho de um coleccionador de leis, fórmulas e práticas.

Não será, contudo, com este livro que Brandão ficará na história da cultura portuguesa. A sua actividade cultural ficou notabilizada com os seus curiosos estudos no campo da etnografia, ou melhor, nas suas próprias palavras, no folclore, pretendendo romper com o cientismo do século XIX, na medida em que este considerava o folclore (cultura popular), como algo de inútil. Brandão critica o próprio cientismo oitocentista nos seguintes termos: “O estudo das tradições populares não é, como parece, uma simples curiosidade de coleccionadores, uma coisa fútil como dizem muitos, infelizmente, dos que não têm uma vaga ideia do que seja o folclore³.” Para Brandão, existem dois métodos a aplicar ao folclore: o estudo comparativo⁴ e a observação⁵. Desta

³ Abílio Magalhães Brandão – “Folk-lore”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 5 (1 Ago. 1893), p. 41.

⁴ O estudo científico do folclore... nos induz a interpretar, explicar e desfazer muitas tradições que vão passando de geração em geração, sem que, talvez a maior parte dos que as repetem e acreditam, tenham a curiosidade de lhes investigar a origem... (Abílio Magalhães Brandão – “Folk-lore”. In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 8 (1 Nov. 1893), p. 62.)

⁵ Nesta época [1895] entretinha-me a coleccionar os costumes, lendas, jogos infantis, cantigas populares e outros elementos que constituem o folclore. / Procurava todas as fontes onde pudesse beber novos conhecimentos para os meus estudos

forma, os seus trabalhos detectam já a antropologia cultural contemporânea. Será António Cabral que assim o exemplifica, relacionando Magalhães Brandão com Adolfo Coelho:

Ao tempo que Adolfo Coelho fazia as suas colecções, de mistura com reflexões importantes, era o positivismo rei e senhor do espírito científico por toda a Europa e nós sabemos hoje como a religião da experiência e dos factos era empobrecedora. A descrição imperativa, o que no campo da cultura deu lugar à etnografia, subestimando-se uma interpretação marcadamente racional. À racionalidade confundia-se com o estabelecimento de relações entre os objectos de observação, sem o suporte de crenças e princípios gerais e/ou universais, como se os factos significassem por si a margem da cultura e da subjectividade. Ora “*são as constantes de comportamento que nos permitem caracterizar uma cultura*”, como diz Jorge Dias, e essas “*constantes*” exigem uma reflexão teórica que hoje se situa nos domínios da etnologia ou da antropologia cultural, especificamente, mas que já Adolfo Coelho, tal como Abílio Brandão, vislumbravam ao estendê-la ao estudo da tradição em si, da pedagogia e da psicologia, ciências que posteriormente conheceram desenvolvimentos então inesperados⁶. (ítálico meu).

Publicaria, então, Magalhães Brandão os seus trabalhos sobre o folclore na *Revista de Guimarães* (da Sociedade Martins Sarmento), e na *Nova Alvorada*, de V. N. de Famalicão, assim como também em jornais, nomeadamente no *Jornal de Paços de Ferreira* e jornais famalicenses, tal como *A Lavoura do Minho*, na *Estrela do Minho*, no *Regenerador* e na *Desafronta*. No *Estrela* projecta um “*excerto dum romance em preparação*” intitulado *O Morgado de Corrundela*. Exceptuando o romance, todos esses textos dedicados ao folclore, e aqueles que conseguimos até hoje recolher, estão aqui publicados. Conforme indicação titular, as investigações de Magalhães Brandão sobre o folclore famalicense cinge-se aos seus costumes e às suas superstições, aos jogos populares e infantis, às tradições populares que então se efectuavam na prática da agricultura, etc. Será, aliás, nesta qualidade de investigador autodidacta da cultura popular, um dos colaboradores da *Etnografia Portuguesa* de José Leite de Vasconcelos, o qual era para Brandão “*talentoso amigo e erudito arqueólogo e numismata*”, enquanto que Leite de Vasconcelos, em 1933, cita Brandão nos seguintes termos: “*Não há província alguma do continente, ou insular, que não desse especial contribuição para o erário da Etnografia Nacional: Entre-Douro-Minho com Abel Viana e Abílio Brandão*”, informando logo em nota de rodapé que “*Brandão, a quem devo em parte informações, é hoje falecido*”, indicando as suas colaborações, principalmente na *Revista de Guimarães* e na *Nova Alvorada*, assim como no *Jornal de Paços de Ferreira*⁷. As tais informações de Magalhães Brandão serão essencialmente sobre o Baixo-Minho e, particularmente, sobre V. N. de Famalicão.

Se, conforme vimos, as considerações de Sousa Fernandes ao livro de Brandão foram simpáticas, enquanto Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão logo a seguir à instauração da República em Portugal, a atitude de Fernandes para com Brandão e a família será oposta. Em plena época de efervescência republicana (1912), não só devido à Lei da Separação da Igreja e do Estado, mas igualmente à ruptura do Partido Republicano, aparecendo o Partido Republicano Evolucionista de António José de Almeida e o Partido União Republicana de Brito Camacho, Brandão e a sua propriedade surgem envolvidos na polémica da Fonte Santa de Mouquim. Toda esta mereceu, já no seu fim, uma longa reflexão crítica por parte de Magalhães Brandão que então publicou no jornal famalicense *Desafronta*, em 23 de Novembro de 1912, jornal que, aliás, era o órgão do Partido Republicano Evolucionista em V. N. de Famalicão. Nesta mesma longa reflexão (que

.....
predilectos e, por este motivo, frequentava durante a estada da aldeia, as esfoladas, malhadas e espadeladas; observava meticulosamente os costumes; apreciava com interesse os trabalhos agrícolas e assistia aos serões, à lareira das camponesas, onde colhi de lábios ingénuos e rosados, com grande prazer espiritual, muitas e lindas tradições populares inéditas.” (Abílio Magalhães Brandão – “O Linho”. In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 36 (Fev. 1918), pp. 1-2.)

⁶ António Cabral – “Abílio Brandão e as Tradições”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 14 (1996), p. 15.

⁷ José Leite de Vasconcelos – *Etnografia Portuguesa: tentame de sistematização* – I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933, pp. 321-322.

aqui se encontra publicada), Brandão pretende explicar e justificar cientificamente as qualidades termais da água existente na sua propriedade, descrevendo que o seu conhecimento é simplesmente ignorância por parte dos poderes políticos e públicos, reflectindo, igualmente, sobre a história da casa da Quinta de Ribela, como defendendo-se das acusações de que era alvo, principalmente no aproveitamento económico do caso. Politicamente o atingido foi o seu filho, António Magalhães Brandão, farmacêutico, o qual estava filiado no Partido Evolucionista Republicano. A polémica foi não só vivida na imprensa famalicense, como também surgiu na imprensa nacional, tal como *A Ilustração Portuguesa* (1 de Julho de 1912) ou no *Mundo Ilustrado* (30 de Junho de 1912), no *Jornal de Notícias* ou no republicano *Mundo* e até em jornais regionais, caso do *Comércio do Minho*, de Braga.

Magalhães Brandão analisou criteriosamente, quase na íntegra, todas estas referências em sua defesa pessoal, intervindo publicamente, muito antes, com um comunicado em 16 de Junho de 1912⁸. Pela importância não só do contexto histórico, como igualmente social e religioso, aqui se publicam estes dois textos.

Mas antes dessa sua extensa folha, impressa na Tipografia Aliança de Joaquim José da Rocha, será o seu filho, António José Brandão, que publicará no jornal *Estrela do Minho* de 23 de Junho de 1912 um texto com alguns esclarecimentos sobre o caso, com incidências históricas. Cito:

Meu pai está ausente e, por isso, não se ele pedirá explicações ao *Porvir* a respeito da local inserta no último número, intitulada *Especulação*⁹.

Mas, reflectindo, não tem que as pedir, porque, com certeza, não é nela visado, pois eu sei que a Exma. Redacção do *Porvir* teve sempre a maior consideração por meu pai, como tem demonstrado em diversas referências. Ainda agora encontrei casualmente um número do *Porvir*, em que o seu redactor, ilustre senador sr. Sousa Fernandes, fazendo a apreciação dum livro *Manual do Recebedor*, que meu pai publicou há anos, chama-lhe "primoroso cavalheiro e inteligente recebedor".

O outro sr. director, sr. Alfredo Costa, também era incapaz de o alvejar, porque ainda há dias enviou, pelo correio a meu pai, o seu retrato com esta dedicatória: "Ao meu prezado colega e amigo Exmo. sr. Abílio Brandão, em testemunho de muita estima". Até pelo estilo da local, vê-se bem que quem a rabiscou não é lá da casa! Eu, que vou todos os dias até Mouquim nunca lá vi especulação alguma: a água da *Fonte Milagrosa* bebe-a e leva-a de graça quem quer. Onde está pois a especulação? Depois da circunstância e fiel notícia, que a *Estrela do Minho* publicou no último número a respeito da *Água Santa* e do comunicado que meu pai também lá inseriu, a local do *Porvir*, revela má fé e hostilidade... O sr. localista afirma que ao lugar corre grande número de mulheres a prestar homenagem e ofertas à maceira!... Fui coisa que nunca lá ninguém viu! Vai lá muita gente mas é à *Fonte Milagrosa*!

Os Arrais, antigos senhores da Quinta da Costa, tinham sete sepulturas na Igreja Paroquial de Mouquim, em 1717, e apesar disso, continuaram a enterrar-se na capela da casa, como se pode provar com certidões autênticas. Em 1773, foi sepultada dentro da capela D. Josefa de Mendonça, mãe de Frei Jerónimo Furtado de Mendonça, e, em 1761, foi enterrado dentro da capela da casa Francisco Lopes Salvador, com um crucifixo. E quantos dos seus antepassados foram lá sepultados!

Nada mais natural do que o aparecimento da pequena cruz, com que ainda actualmente muita gente leva para a sepultura, pendente do peito. Ponham, pois, os pontos nos ii e expliquem em que consiste a especulação!

⁸ Abílio Magalhães Brandão – "A "Água Santa" da "Fonte Milagrosa", na Quinta da Costa, em Mouquim". In *Estrela do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 17, n.º 876 (16 Jun. 1912), p. 2

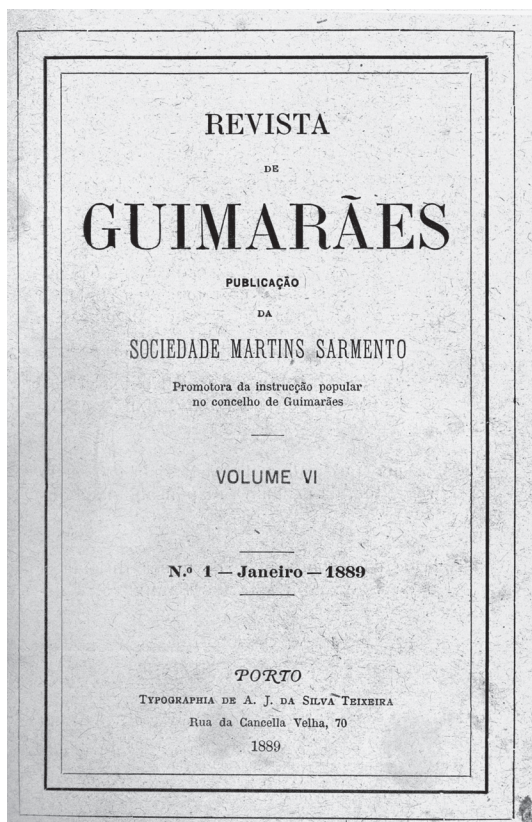
⁹ A autoridade superior do distrito, até onde já chegou a notícia da especulação que se está dando no lugar da Costa, freguesia de Mouquim, com um caso naturalíssimo a que os mistificadores do povo pretendem dar visos de milagre, ordens que a autoridade local investigou do facto para se proceder na forma de lei, se motivo houver para isso. / É acertada a medida, porque os inimigos da República não dormem, e tudo lhes servem para criar embaraços à autoridade! Até a ignorância e fanatismo de pobres mulheres que nos dizem correrem em grande número ao local do *milagre* a prestarem homenagem e ofertas a uma madeira ou qualquer outra árvore que a enxurrada deslocou, levando-a por uma ribanceira abaixo sem todavia a tombar ou ofender na sua vitalidade! / Ota aqui está o milagre, o estupendo milagre! Um caso perfeitamente igual ao do célebre *carvalho milagroso* de Leça, que caiu pelo ridículo! / O novo caso constitui uma especulação torpe que nem ao menos tem o mérito de originalidade; é de um burlesco copiado (In *O Porvir*. V. N. de Famalicão, Ano 15, n.º 228 (20 Jun. 1912), p. 2).

A polémica foi extensa na época: teve início em meados de Março e finalizou-se em meados de Agosto.

Uma indicação: as nossas notas de rodapé, particularmente as referências bibliográficas aos textos de Abílio Magalhães Brandão, encontram-se entre parênteses rectos, para se diferenciarem das suas. Os textos encontram-se por ordem cronológica na referência temática em que são incluídos: revistas, jornais e polémica. Com certeza que voltaremos novamente, um dia, a Abílio de Magalhães Brandão.

II. Revistas

Revista de Guimarães



Apontamentos folclóricos famalicenses¹⁰

As Maías

/

No dia 1.º de Maio é costume antiquíssimo pendurar às portas e janelas ramos de giesta e maías.

Ainda há poucos anos, os carros de bois e diligências, que faziam a carreira de Famalicão para Guimarães, apareciam, neste dia, lindamente enfeitados de giestas e flores. Vão caíndo em desuso estes costumes –

¹⁰ [In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. VI, n.º 4 (Out.-Mar. 1889), pp. 182-207]

vestígios de mitos primitivos – e as giestas substituíram-se, modernizaram-se pelos ramos de flores e coroas entretécidas de rosas, que, actualmente, temos visto, em algumas casas, pendentes das varandas.

Uma nossa fiel informadora, deste concelho, explicou-nos consoante vamos contar, esta poética.

Versão das Maias¹¹

Houve antigamente um rei chamado Herodes que ao saber que tinha nascido, em Belém, um menino, a que o povo, por toda a parte, chamava o rei dos Judeus, tão furioso ficou que ordenou imediatamente aos seus soldados que degolassem todas as crianças menores de dois anos, que encontrassem em Belém. Herodes presumia que o rei dos Judeus não escaparia desta carnificina – tal era o ódio de morte que votava ao menino – que os profetas tinham vaticinado rei de Israel. Ao anoitecer do dia 30 de Abril, cercaram os judeus os muros de Belém, mas esperaram pela madrugada do dia 1.º de Maio para começarem a dar cumprimento às ordens do malvado rei. Apesar de todas as providências e cautelas ainda receavam os judeus que lhes escapasse o menino e por isso se informaram logo da sua morada – que tinha à porta um *ramo de maias*¹², como sinal –, mas, ao romper do sol do 1.º de Maio, todas as casas apareceram milagrosamente com os mesmos ramos à porta.

Os judeus ficaram tão furiosos que entraram logo em todas as casas e degolaram todos os meninos, como tinha ordenado Herodes, e só escapou o que procuravam, porque seus pais, José e Maria, tinham fugido com ele, ainda de noite, para o Egipto. Um judeu, que viu passar a mãe do menino, a cavalo numa jumentinha, ainda lhe perguntou o que levava nos braços, envolto no manto com que se cobria, ao que ela respondeu: – “Levo o meu filho!” Mas o judeu retorquiu: – “Se o levasses não o dirias”. E deste modo, e pelo milagre das maias, salvou-se milagrosamente o rei dos Judeus.

*

As maias põem-se às portas – no 1.º de Maio – para não entrar em casa o ês[sic], mas uma nossa perspicaz informadora diz-nos que: – “Muita gente diz o contrário, e é, como se deve dizer – porque o ês[sic] é o Senhor”.

II

Os Farricocos

Os farricocos ou farricuncos, a que também temos ouvido chamar cocos – eram penitentes, vestidos de escuras túnicas de capuz, que os cobria completamente da cabeça até aos pés descalços.

Estas túnicas – perfeitos dominós carnavalescos – eram apertadas à cinta por uma corda, cujas pontas ficavam pendentes até ao Joelho. Os capuzes apenas tinham dois buracos na direcção dos olhos, de modo que estes penitentes eram verdadeiras máscaras que acompanhavam – ainda há bem poucos anos! – as procissões de penitência.

Era do estilo pegarem os farricocos aos andores e ir um, à frente, a tocar trombeta!

Este costume caiu radicalmente em desuso.

.....

¹¹ No distrito de Vila Real, costumam as crianças – no 1.º de Maio – enfeitar-se de flores – principalmente lírios – e, em procissão, cantam estes versos:

O meu maio moço / chama-se João/Anda na campanha/Lindo capitão//Ele aí vai,/Ele aí vem/Pelas portas de Santarém//O meu maio é de lírios/E o vosso de assobios/Ele aí vai,/Ele aí vem, etc., etc.

¹² Esta versão das maias, que tem em pontos um cunho bíblico, poetizada pelo povo nesta lenda, temo-la ouvido diversas vezes com pequenas variantes – mas geralmente diz-se que o ramo era de giestas brancas e não de maias.

III

A Festa do Cuco

No dia 22 de Março fazia-se, antigamente, nesta vila uma festa chamada do cuco.

Cerca das duas horas da tarde aparecia nas ruas um bando: dois homens tocando, um bombo e outro caixa, e, de espaço a espaço, anunciavam: – “Às 4 horas da tarde passa aqui s. ex.^a o general Cuco: deem cortinas e luminárias, e quem o não fizer será castigado com as penas da lei¹³”.

Às 4 da tarde entrou na vila o general Cuco, acompanhado de numerosa comitiva, organizada da forma seguinte:

À frente um postilhão dando estalidos com o chicote; seguia-se uma guarda de honra cavalgando em jumentos ordinários; atrás o Pai Zé, vestido de preto e de carapuça vermelha, empunhando uma cana de pesca que tinha no fio, em lugar de anzol, biscoitos que lançava à garotada, mas, quando os garotos caíam em cambalhotas... A garotada dançava e cantava:

Oh Zé-rin-gan-gué
Viva o Pai Zo-Zé!
Todo o s'pretinho,
Que anda no mato,
Cabeça de fora
Parece um macaco.

Seguia-se uma carruagem com uns velhotes: o general Cuco e a Cuca, extravagantemente enfeitados com chifres de bois na cabeça; noutras carruagens vinha o cortejo de Cuco-Mor e no couce viam-se as bagagens em carros e jumentos. Contavam as cargas de tachos velhos, pratos, bacias, etc., etc.

Parou este cortejo na Praça da Mota e o general Cuco soltou pardais e disse: – “Aí vai um cuco visitar o cuco da freguesia de...”; “Aí vai outro para a freguesia de...”; e, por último, um da comitiva soltou um cuco e observou que onde ele se pousasse era o maior cuco da vila. O pássaro levantou um pequeno voo e foi cair na cabeça do que o soltou, o que fez rir a bandeiras despregadas.

*

Omitimos o costume, que há em muitas das nossas freguesias de correr o galo, pela ocasião do Entrudo, porque vem descrito a pág. 149 das *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*

IV

Fogueiras¹⁴

No dia de Natal é ainda costume vulgar nas nossa aldeias fazer grandes fogueiras nos lares, com um grande cepo, em redor abanca, depois da consoada¹⁵, toda a família em conversa animada ou jogando os pinhões.

.....

¹³ O *Almanaque de Lembranças para 1857*, pág. 146, descreve esta festa do cuco, de um modo lacónico; mas parece-nos mais original e completa a que inserimos – que nos foi versada por uma testemunha ocular, que presenciou este original costume, pela última vez, há uns 30 anos. / Desconhecemos a data da origem desta festa. / *As Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, do sr. J.[osé] Leite de Vasconcelos, a pág. 148 também se referem a esta festa esquisita.

¹⁴ In *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 39.

¹⁵ 5 Cf. *Revista de Etnologia e Glotologia: Materiais para estudo das festas, crenças e costumes populares* (fasc. I), pelo sr. F. [rancisco]Adolfo Coelho; In *Revista Lusitana, arq.[uivo] de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, n.º 2, 1887, pág. 117: *Etimologias Portuguesas*. I. “Consoada”, pela sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos; In *Arquivo Piteresco*, vol. 3º, pág. 344.

Nas festas de S. João, S. Pedro e Santo António é também costume vulgar fazer fogueiras pelos largos e pelas ruas. No dia de Todos os Santos usam-se muito as fogueiras para assar castanhas. A estas fogueiras chamam magustos.

Folclore
Superstições

Compulsamos cuidadosamente as 316 páginas das *Tradições Populares de Portugal*, do nosso velho amigo J.[osé] Leite de Vasconcelos, que nos obrigavam a riscar um grande número de superstições do concelho de Vila Nova de Famalicão, por trazer já publicadas, mas as que apontamos temo-las na conta de inéditas, a não ser uma ou outra variante, de alguma já impressa, que ofereça novidade. Também as não vimos exaradas nas *Revistas de Etnologia e Glotologia*, *Revista do Minho*, para o estudo das tradições das trad.[ições] pop.[ulares] de Barcelos, *Revista Lusitana*, arquivo dos estudos filológicos e etnográficos relativos a Portugal, etc. etc. e por isso damos ao leitor, estes *Apontamentos Folclóricos*, como novidade.

Almas Penadas
O Cónego do Godinho

I

No lugar do Godinho, freguesia de S. Tiago da Cruz, concelho de Vila Nova de Famalicão, há uma casa, de modesto aspecto, onde residiu e faleceu o cónego Godinho. Depois do seu passamento começaram de aparecer coisas ruins em casa do finado e a alma do cónego por lá tem empecido às vezes – porque não pode entrar no céu nem no inferno¹⁶ sem que os seus parentes ou amigos lhe mandem dizer missas pela alma ou restituam os roubos de grãos de milho que o cónego fazia aos seus caseiros¹⁷. Quando os rendeiros lhe traziam as rendas, principiava ele a passear no sobrado com muita força, e, com os estremecimentos que dava ao entaboamento, abalava a rasa¹⁸, no acto em que os caseiros estavam a medir, e assim levava a medida mais grão.

Noutros tempos, era difícil aparecer caseiro para os bens Godinho, afirma a nossa informadora, não só por a alma do cónego empecilhar por lá de noite, mas, ainda mais, porque por melhor que se fechassem as portas das cortes do gado, encontravam-se de manhã abertas e o gado solto¹⁹.

Armajonas
II

Na freguesia de S. Tiago da Cruz, o povo crê que empecem almas penadas, em forma de armajonas ou almajonas: mulheres muito altas e muito magras. Estas sombras só aparecem na Ponte de Correlos e na Poça do rio. O nosso amigo J.[osé] Leite de Vasconcelos escreveu nas suas *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, a pág. 278: «Almazonas, também se chamam almajonas, mulheres muito altas e gordas, deitam os filhos para traz das costas e assim alimentam os filhos às costas (Maia, Minho, Beira Alta)»; e notou, a pág. 279, que «a lenda das Amazonas sofre uma variante notável em Gondifelos (c.[oncelho] de Famalicão).» Como se vê, pela arraigada crença que há neste povoado de S. Tiago da Cruz, nas almajonas, esta superstição sofre aqui também uma notável variante.

.....
¹⁶ Nestas superstições, tão vulgares, nunca se ouviu aludir ao Purgatório.

¹⁷ Cf. *Tradições Populares de Portugal*, p. 374: "Almas Penadas".

¹⁸ Antiga medida de secos (17, 113)

¹⁹ Esta superstição de se abrirem as portas e soltar-se o gado é muito vulgar. V. *Revista de Guimarães*, vol. III, n.º 4: "Almas Penadas", pelo nosso conterrâneo D. Leite de Castro.

1.^a

Quem se agarrar com devoção às grades do Senhor do cabido, da capela do hospital da Lapa, casa cedo – porque estas grades são casamenteiras.

2.^a

Quem quer saber o ano em que casa, vai ao Penedo dos casamentos, no dia da romaria de S. Vicente (22 de Janeiro), que se realiza na freguesia de Sezures, e, na volta da romaria, atira com uma ou mais pedras acima do penedo casamenteiro, que se encontra no caminho; consoante a primeira, segunda, etc. etc. cai ou não em cima do cabeço do penedo, assim casa ou não nesse ano, no seguinte, etc.²⁰

3.^a

A água que nasce no lugar de Ferreiros, freguesia de Fradelos, seca tudo que regar e nem o gado com sede é capaz de a beber.

4.^a

Se chover no dia da feira anual das Cruzes, que se efectua em Barcelos a 3 de Maio, há sol na feira grande de Famalicão (8 de Maio); superstição que, ainda este ano, o tempo desmentiu, mas que o povo continua a compendiar assim:

Sol (ou chuva) nas Cruzes,
Chuva (ou sol) na Feira.

5.^a

O bafo do boi é abençoado porque bafejou o Menino Jesus no presépio, e o da mula é amaldiçoado porque soprava ao Menino e lhe comeu as palhas em que estava deitado. Esta superstição abrevia-a o povo nesta frase:

Abençoado o boi que o aqueitava
Maldiçoada mula que arrefentava²¹

6.^a

Quando a Virgem fugia para o Egipto com o Menino Jesus, até as silvas se desviavam para lhes dar passagem e a Virgem, em reconhecimento, benzeu-as assim:

Tão abençoadas sereis
Que até na ponta pegareis

7.^a

A jumenta, em que a Virgem ia montada quando fugia para o Egipto, levava as ferraduras pregadas às avessas, para desorientar os judeus, que a perseguiram, e ao passar por um tremoçal e por um pinheiral começaram os tremoços e os pinhões a fazer tal *estraquejada* [sic] que a Virgem os amaldiçoou assim:

Quem vos houver de comer
Nunca se ha-de fartecer!²²

²⁰ As *Tradições Populares de Portugal*, pág. 90, citam o Penedo dos casamentos de ao pé da Póvoa de Lanhoso, o de Prazins, ao pé de Guimarães e o de Baião, chamado Penedo dos Cornudos, que é uma variante destes oráculos casamenteiros. Estas tradições são um pouco diferentes da que citamos: no penedo de Sezures há-de ficar a pedra no cimo, e nestes basta acertar-lhes. Dizem-nos que, há um penedo dos casamentos, onde as moças solteiras atiram pedras para saberem se dar-se-ão bem quando casar. Ficando a pedra no cume do penedo serão felizes; caindo abaixo serão desgraçadas.

²¹ Varia in *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 178.

²² Variante in *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 105.

8.^a

Quando os galos cantam antes da hora (meia-noite), é sinal de morte em casa, e para obstar a morte, corta-se-lhe logo um bocado da crista e diz-se três vezes:

Morte por morte,
Por ti venha a sorte

9.^a

Conhece-se se uma mulher grávida alcançou rapaz ou rapariga, conforme ela deitar primeiro o pé direito ou o esquerdo, quando se levantar, e também se conhece atirando ao lume com uma espinha de sardinha, que se *encarrapitar* [sic] é rapaz que nasce; não encarrapitando é rapariga²³.

10.^a

As crianças que nascerem com as mãos abertas, muito abertas, não-de ser liberais.

11.^a

As crianças são direitas ou esquerdas, isto é, ajeitam-se melhor com a mão esquerda ou direita, consoante mamarem a primeira vez no peito esquerdo ou direito das mães ou das amas.

12.^a

As crianças que morrem sem baptismo devem-se (e é costume) enterrar debaixo da lareira.

13.^a

Não se deve chamar macacos às crianças, como geralmente se diz de gracejo, porque as crianças crescem pouco.

14.^a

Aquele a quem faltar palavras de baptismo é atreito a empecer-lhe coisas más, que aparecem muito nas encruzilhadas dos caminhos; mas a quem tiver cabelos no peito, que formem uma espécie de cruz, não lhe empecem as tais coisas ruins; e quando aparecem deita-se a fralda da camisa de fora, que tudo desaparece.

15.^a

Não se deve estar no limiar das portas à hora aberta (Trindades), porque pode vir um ar de *enrabilhar* [sic], isto é, ficar paralítico.

16.^a

Quando nascem tarde os dentes às crianças, é sinal de que a mãe é pouco filhareira, o que o ditado corrobora:

Quem tarde indentece (tem dentes)
Tarde irmandece (tem irmãos)²⁴

ou:

Quem tarde adenta
Tarde aparenta

²³ Varias in *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, §§335,277,201 e 96. / ... Il y a encore un autre signe pour savoir si c'est un garçon: / il faut prendre garde si la femme remue toujours le pied droit le premier. (*Les admirables secrets d'Albert le Grand*, pág. 50. A Lyon. MDCCLXVIII).

²⁴ Variante in *Trad. [ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 200.

17.^a

Não se deve embalar o berço às crianças quando elas não estão nele – porque lhes faz muitas dores. «A mulher que tem um filho pequeno não consente que o baloicem o berço vazio, pois isso o tornaria bravo» (Minho – *Almanaque de Lembranças para 1856*)

18.^a

As crianças que antes de principiarem a falar, beijarem os chegam os lábios aos espelhos ficam mudas.

19.^a

Quando cai a *imbida* [*sic*], cordão umbilical, deve queimar-se logo, porque se os ratos a comerem, dará em ladra a criança²⁵.

20.^a

Não se deve dar a comer às criadas focinho de porco, porque quebram louça.

21.^a

Quem comer coração de porco fica todo o dia atacado de melancolia.

22.^a

Quem passar descalço por cima de espolinhadouro de burro, ganha nos pés 7 couros (bolhas na pele) e para se obstar a esta doença deve-se cuspir três vezes no espolinhadouro e fazer-lhe uma cruz.

23.^a

Quando os porcos estão doentes e não comem (isto, às vezes, é taramelo), passa-se-lhe, em cruz, umas calças de homem, apenas acabar de as despir.

24.^a

Quando os cães uivam muito é sinal de que morre alguém da casa, pelo menos é sempre mau sinal.

25.^a

Quando algum animal se dana encham-se 10 enfusas de água; 9 deitam-se fora e a 10 lança-se na cabeça do animal, para não estar a penar, que morre logo.

27.^a

Quem nascer na manhã de S. João não tem bexigas (varíola).

28.^a

Os gatos que trepam pelo mês de Junho são os melhores caçadores de ratos, superstição que o povo diz assim:

Os gatos que trepam pelo S. João
Dão bons caçadores e melhores são.

29.^a

Não se deve matar os sapos com paus nem com pedras, porque pode saltar peçonha, e por isso e costume êsc-los; isto é, pô-los em cima duma tabuinha e fungá-los muito longe.

30.^a

Quando se vir um sapo – que pode trazer feitiçaria – cospe-se três vezes no chão e diz-se:

.....
²⁵ In *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]* diz-se: «Não é bom os gatos levar a embiga, porque a criança ficará ladra» (Famalicão) – mas temos ouvido dizer sempre os *ratos*.

Se és de ferro
Eu sou d'aço
Se és demónio (ou feitiço)
Eu te imbaço²⁶

31.^a

Um dos modos de fazer *feitiços* com os sapos é coser-lhes a boca com retrós vermelho, e deitá-los fora; assim como o sapo for secando, por não poder comer, assim a pessoa, em intenção de quem for feita a feitiçaria, vai também secando até morrer.

32.^a

Quem se deitar em cima da mesa de comer vem a ter a doença da gota.

33.^a

Quem beber na adega pela infusa está atreito a dar-lhe a gota

34.^a

Não se devem lavar duas pessoas na mesma água, que se zangam

35.^a

As amas e as mães não devem beber com as crianças ao colo, que lhes dá a gota

36.^a

Quando alguém está a comer e lhe cai ao chão algum bocado – alguém quer falar e não pode.

37.^a

Quem servir palitos com a mão direita não casa.

38.^a

O primeiro dos noivos que se deitar no dia do casamento, é o que morre primeiro, e o mesmo sucede ao que apagar a luz primeiro.

39.^a

Quando uma das nossas orelhas está vermelha, estão a falar de nós: em bem se a orelha direita, em mal se é a esquerda (Douro, etc)» Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal], pág. 253; é mulher se a orelha está a arder, muito vermelha, na parte de baixo (lobo), e em cima (pavilhão) é homem – e trinca-se a roqueira (peito da camisa) que o maldizente trinca a língua.

40.^a

Caindo azeite no chão é desgosto certo na casa.

41.^a

A maçã camoês tem muita virtude e por isso não se deve comer, que não é bom, e guarda-se para remédios:

A maçã camoês
Não a comas, nem dê
Foi só para teu bem
Que o Senhor a fez.

.....
²⁶ “Para se fazer fugir de uma bruxa que se encontre, cruzam-se as pernas, diz-se” (Minho – *Alman.[anaque] de Lemb.[ranças]*, 1870, pág. 140).

42.^a

Quando as laranjeiras não dão fruto, é costume dar-lhes vergastada, na manhã de S. João, antes de nascer o sol, com uma vara de marmeleiro, e no ano seguinte dão fruto.

43.^a

Quando a parturiente está para dar à luz, põe-se-lhe à cabeceira da cama uma meada e outra à cabeceira do berço do nascituro, que é muito bom.

44.^a

Deve-se ter uma lamparina de azeite no quarto da parturiente, e não se deve apagar enquanto o Custódio (assim se chamam as crianças antes do baptismo) não entrar na igreja para se baptizar.

45.^a

Quando as secundinas não vêm logo depois do parto, é bom, e é costume nas aldeias, apegar-se a parturiente ao pau do marido e passear pela casa, não esquecendo de por o chapéu do homem na cabeça.

Também é bom soprar com força a uma garrafa (mas melhor é um caldo de perdiz) até que venham as secundinas.

46.^a

Quando a parturiente está de cama e passar perto da casa a Extrema-Unção ou algum defunto, deve-se assentar no leito, que não é bom ficar deitada.

47.^a

Caindo vinho, uma gota que seja, no sangue do parto, ou na roupa que ensanguentou, embriaga-se depois facilmente a parturiente com qualquer gole de vinho que beber.

48.^a

Quando as mães têm poucas dores de parto, sofrem mais dores os filhos, em pequeninos.

49.^a

Quem tiver 31 afilhados vai direito para o céu.

50.^a

«O sardão é amigo dos homens e inimigo das mulheres...» (*Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*), mas se lhe disser:

Sardão pinto,
Sardão pardo,
Vende as vacas
A cruzado.
Então, ataca também os homens.

51.^a

O pão quente não se enceta à faca, porque fica ensebado: ganha uns olhos cheios de humidade e estraga-se, e por isso só à mão é que se parte.

52.^a

Quando o pão se não leveda, põe-se umas calças de homem em cima da massa, e faz-se com elas uma cruz em cima da masseira.

Também se leveda o pão espetando na massa um raminho de oliveira e deitando-lhe vinagre no buraco que fez o ramo. Ao meter o pão ao forno diz-se:

Deus te acrescente
Para os pobres e para a gente²⁷

*Talhar*²⁸
Coser pés ou pulsos abertos
I

Vira-se um púcaro, cheio de água a ferver num alguidar e aí se deixa com o fundo voltado para cima, onde se coloca um novelo, uma agulha enfiada em linha branca e umas tesouras.

Pega a benzedeira na agulha com a mão direita e sustem o novelo na esquerda. Seguidamente interroga o padecente do pé ou pulso aberto:

– Eu que coso?

– Carne aberta, fio torto – afirma o doente.

– Isso mesmo é que eu coso – corrobora benzedeira, e, *in continenti*, atravessa de um lado ao outro o novelo com a agulha enfiada. Todas estas perguntas e cerimónias se fazem três vezes e em três noites consecutivas. Se o pulso ou pé está aberto, a água, que está no alguidar, sobe para dentro do púcaro –, quer-nos levar a crer a nossa fiel e crente informadora.

II
*Talhar a Erisipela*²⁹

Molha-se um ramo de oliveira em azeite e benze-se o erisipelado nove vezes³⁰, dizendo a seguinte oração outras tantas, e no fim um P.[ai] N.]osso) e A.[vê] M.[ária]:

Pedro Paulo foi a Roma
Nosso Senhor encontrou,
O Senhor lhe perguntou:
– Pedro Paulo que há por lá?
– Senhor! Morre muita gente
De zipela, zipelão!
– Torna lá, oh Pedro Paulo:
Com oliva se benzerão,
E todos eles sararão,

²⁷ Cf. as *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, *Coser pão*, pág. 229.

²⁸ Talhar – é benzer, recitar orações para curar qualquer doença. Coser pés ou pulsos abertos – é destorcer, endireitar com benzeduras algum tendão torcido ou osso deslocado – explica-nos a nossa informadora. Omitimos muitas superstições que colecionamos pelas termos vistos publicadas ou com pequenas variantes: In *Livro de Leitura*, “Continuação dos erros acerca de alguns animais”, pelo sr. Augusto Luso, lemos a fórmula para talhar o bicho e bichas (lombrigas), pág. 73 a 74. In *Tradições Populares de Portugal* vem as fórmulas: talhar o sol da cabeça, pág. 14; talhar o ar, pág. 28; talhar as sessões, pág. 120; dadas a lua, pág. 121; fogagem e cobre-lo (herpes), pág. 122 e 123; dadas, pág. 208.

²⁹ In *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, a pág. 123 lemos também uma oração completamente diferente, para talhar o *ezipelado* [sic], mas a que exaramos parece-nos mais original.

³⁰ O que temos notado em todas as benzedeadas e orações que colecionamos, é que todas se repetem três vezes; esta é a única que se nove.

Pelo imenso poder
De S. Pedro, Paulo, Silvestre
E do Senhor que é mestre.

Talhar ínguas

III

Às Trindades (hora aberta), aponta-se com o êsc a mais reluzente estrela que se enxergue no firmamento e diz-se três vezes e em três noites seguidas:

Minha estrela reluzente,
A minha íngua
Diz que seques tu,
Eu digo que seque ela
E que reluzas tu³¹

Talhar Empigens

IV

Molha-se o êsc na boca, ao levantar da cama, e esfrega-se a empigem três dias consecutivos, repetindo-se três vezes esta oração e cuspidando fora, no fim de a recitar:

Empija, rabija
Sai-te daqui
Assim eu hoje comi e bebi
Assim tu medres aqui.

V

*Talhar o Terçogo (terçol)*³²

Quem tiver o terçol volta-se para uma pessoa qualquer, de quem não for amiga, por exemplo, e diz, com os seus botões, três vezes:

Terçogo, terçogo
Vai para aquele olho.

Cura-se, também, o terçol lavando os olhos na água em beberam as galinhas!

Para o terçol não crescer, não aumentar, costuma o povo passar ouro (um anel por exemplo) pela empolinha”.

.....
³¹ Esta fórmula encontra-se nas *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 29, com pequena variante, para – talhar empigens nas mãos – mas parece-nos que o nosso amigo J.[osé] Leite de Vasconcelos foi mal informado, porque a oração, que o povo reza geralmente para talhar empigens é a que a seguir exaro, e que o *Almanaque de Lembranças de 1861*, já trouxe publicada, com pequena variante.

³² Em Trás-os-Montes talha-se o terçol da seguinte forma: faz-se um quadrado com palhas, deita-se-lhe fogo e grita-se três vezes: / Aleluia, aleluia, / Queime-se a casa da terçolharia. / Nas *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 39, vem uma fórmula diversa, que o povo usa na Beira Alta, Minho, Douro, etc. para talhar o terçol.

VI
Talhar as belidas

Mastiga-se, em jejum, uma folha de loureiro e bafeja-se seguidamente o olho que tiver a belida (névoa branca implantada na córnea).

ADVINHAS POPULARES

1.^a

Piolho

Na escuridão dum bosque emaranhado
O soturno vivente foi nascido
Com leite de purpúrea cor criado,
D'um ovo qual semente produzido.
A terra onde nasceu come esfaimado,
Morde, fere, ao covarde, ao destemido
E quando triste fim não tem d'estoiro
É porque lhe não foi veneno ao coiro.

*

Passeando, navegando
Nunca está esmorecido,
Mesmo nas ânsias da morte
Entre os dedos retorcidos.

2.^a

Moinho

Ando e não venço caminho
Mastigo e não engulo,
Quando eu lá dentro bulo
Só em volta do meu ninho

3.^a

Nome

O que é, que é
Que em tudo se põe?

4.^a

Vinagre e vinho

Nós somos ambos irmãos
E da mesma natureza:
Um vai sempre p'ra cozinha
Outros levam-no p'ra mesa.

*

Irmãos bonitos e corados:
Um fica sempre na cozinha,
A dar bom gosto aos guisados,

E o outro vai para a mesa
Alegrar tristes, vergonhados.

5.^a
Moncos

O que é, que é
Que os pobres fora deitam
E os ricos aproveitam?

6.^a
Estopa

És-s-és, minha menina
Tó-tó, toma sentido,
Sabes ler e escrever
Pa-a-pa, o que quer dizer?

7.^a
Ovo

O que é, que é
Branco como um pombal
Não tem porta nem portal?

8.^a
Ouriço e a Castanha³³

Tenho armas defensivas
De que nada me aproveito;
Ao rir se me abre a boca
Cai-me o que tenho no peito.

Uma jóia preciosa,
Mais estimada que eu,
Ao longe se vai gastar,
Eu fico com quem me deu

9.^a
Novelo³⁴

O que é, que é,
Redondinho, redondão,
cabe num ninho de pimpalhão?

10.^a
Sino

O que é, que é
Um velho que tem um só dente
E se chama por toda a gente?

.....
³³ Variante un *Revista de Guimarães*, vol. I, nº3, pág. 109

³⁴ Variante a pág. 114 da *Revista de Guimarães*.

11.^a
Ferreiro³⁵

Um peso com um duro,
Com dois *colatrões*(?)
Faz o fruto aos empurrões.

12.^a
Cravo

É pelo rigor do frio
Que chego à porta da lança,
Metido num fulipinho
Mostrando minha esperança.
Pelo cheiro me conheces,
No pé me dão unhas.
Agora adivinha lá
cabeça de *cá-que-ra-cá*.

13.^a
Feto

Qual é a coisa, qual é ela,
Que nasce no monte com
As mãos atadas na cabeça?

14.^a
Candeia

É burro de ferro
Albarda de linho
Atiça, atiça
Só com um pauzinho.

15.^a
Espingarda

Que é, que é:
Quando vai para o monte
Leva a boca virada para casa,
E, quando vem para casa, traz
A boca virada para o monte

16.^a
Videira

Sou velha, ninguém o nega
Foi-se a minha mocidade,
Mas ainda desta idade
Deus de filhos me carrega.
O inverno me faz cega;

.....
³⁵ Um peso e o martelo. Um *duro* é a bigorna.

Olhos me abre o verão,
Tenho um filho por brasão,
Que é *mui* forte e valente,
faz perder a muita gente
Honra, brio, estimação.

17.^a
Corno³⁶

Lua nova, lua cheia,
Tem um *R* por bandeira
N, *O* por ser constante,
Adivinha estudante.

18.^a
Melancia

Qual é a coisa, qual é ela,
Que tem a capa verde
E o coração vermelho?

19.^a
Mosca

Era e não era,
No tempo da guerra,
Meu pai era vivo,
Minha mãe por nascer
Pus os pés na cinta
E deitei a correr.

20.^a
Tumba

O que é, que é
Que nasce no monte (madeira)
E vem-nos fazer chorar a casa?

APONTAMENTOS FOLCLÓRICOS FAMILICENSES **Costumes famalicenses³⁷**

Botar Fora o Entrudo V

Em muitas freguesias do concelho é costume, na Terça-Feira de Entrudo, pela calada da noite, «despejar as espingardas», dar tiros ao ar; tocar buzinas e apupar: – «Ele aí vai!... ele aí vai ...».

Chama-se a esta caduca costumeira: «Botar fora o Entrudo».

.....
³⁶ Variante in *Revista de Guimarães*, pág. 112. A lua nova tem a forma de um *C* e a lua cheia de um *D*. Um *R* por bandeira, com o constante *n o*, dá – *C-o-r-n-o*.

³⁷ [In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. 7, n.º 4 (Out.-Dez. 1890), pp. 200-201].

Correr a rosca

VI

Este folgado popular de «correr a rosca» é semelhante ao costume que há em muitas aldeias do Douro, Trás-os-Montes e Beira Alta, de «correr o galo» pelo Entrudo³⁸.

Num campo, ou num largo, espetam-se dois paus distanciados, quando não há árvores a jeito, aos quais se ata uma corda à altura de três metros aproximadamente.

Pendura-se da corda uma rosca de trigo, ou de pão-de-ló, que tenha um orifício bastante largo. Ao longe colocam-se enfileirados os «corredores» de varapau em riste. A um sinal convencional parte o primeiro «corredor» em *steepchase*[sic], e, ao passar por baixo da rosca, há-de enfiar a vara do orifício.

Como não é fácil ganhá-la na primeira corrida, quase sempre se repete este jogo – usado geralmente pelo Entrudo – entre muitos dos lidadores que nele tomam parte.

Há outra variante de «correr a rosca»:

Suspende-se a altura que o corredor só dificilmente lhe possa tocar com a vara dando um grande pulo, quando de corrida passar pela rosca.

As roscas são quase sempre ofertadas pelas moças (raparigas solteiras) e como rara é a que não tem o seu derriço – é este que mais das vezes a ganha, porque a «conversada» faz-lhe entrega.

Consiste a entrega em inventar um pretexto qualquer: ou porque a corda está bamba ou a rosca um pouco alta – consegue a interessada atá-la, outra vez, de modo que fique à feição do seu mancebo, que é o último da corrida, e, sem dificuldade, assim ganha a rosca ao primeiro assalto.

A Queima do Judas

VII

No sábado da Aleluia ainda é costume vulgar queimar o Judas. Os rapazes enforcam numa árvore, ou espicham num pau, um mono de palha vestido à guisa do apóstolo Iscariotes, que, arrependido, depois de trair Jesus, se enforcou numa figueira: «Árvore que, por este motivo – diz o povo – dá fruto sem flor».

Cerca das nove e meia horas da manhã, quando os sinos principiam de repicar festivamente à Aleluia, os rapazes chegam fogo ao Judas, que tem, quase sempre, entre a palha da cabeça, bombas de dinamite.

Apenas estoira a última bomba segue a garotada, em algazarra pelas ruas, atrás de um folgazão que vai tocando campainha e saudando: – «Aleluia, Aleluia, Aleluia...»

As Rêlas

VIII

Chama-se *rêla* a uma cana de dois palmos, pouco mais ou menos, fendida até ao meio em três partes iguais.

Dois lados são atravessados por um eixo de pau a que está fixa uma delgada roda, de madeira, dentada. O outro lado que fica solto, chama-se *lingueta*.

Fazendo girar a cana sobre o eixo, a lingueta bate nos dentes da roda e produz um estrídulo e monótono *réré-réré...*

Era esta música infernal, que, há poucos anos ainda, rapazes e velhos, iam tocar – Quarta-Feira de Trevas – de noite, à porta de quem se não tivesse ainda desobrigado.

Esta costumeira vai-se obliterando.

³⁸ V. *Tradições Populares de Portugal*, pág. 148, i) Correr o galo por ocasião do Entrudo.

Há cinquenta anos aproximadamente – assegura-nos mais um dos nossos fiéis informadores – muitos poucos eram os católicos que se guardavam para satisfazer ao preceito da desobriga na quinta-feira de Endoenças.

Costumavam, neste dia, uns gracejadores de mau gosto, esperar, à porta da igreja matriz, os que saíam do confesso, para os acompanhar debaixo de um êsc de esteira de que pendiam campainhas.

Os desobrigados viam-se na necessidade de dar às de Vila Diogo para se furtarem a este ridículo acompanhamento.

FOLCLORE³⁹

Lendas de mouras encantadas

O Buraco do Olheiro

I

Na freguesia de Santa Eulália de Arnos, concelho de Vila Nova de Famalicão, na falda do monte vulgarmente chamado de Santa Baia, próximo à Ponte do Olheiro, que atravessa um fragoso regato, há uma lapa a que o povo, desde remotas eras, dá o nome de *Buraco do Olheiro*.

O Buraco do Olheiro⁴⁰ é um subterrâneo que tem aproximadamente um quarto de légua até ao monte de Palhares, onde antigamente havia um castelo dos mouros⁴¹, e por sinal que ainda se encontram, por lá, pedras e tijolos do castelo. Mas Jesus! Há que tempos que isso foi: eu já o ouvia contar à minha mãezinha (que Deus lhe fale na alma) que já lho contava o paizinho dela. Ora, como eu ia dizendo, viveu nesta freguesia, no tempo dos pagãos e dos mouros⁴², um lavrador que tinha uma manada de bois que mandava pastar aí para o pé do Buraco do Olheiro. Uma das vacas⁴³ vinha do monte sempre mais farta do que as outras, mas o que admirava era que a vaca tinha uma cria, e quando recolhia à corte nunca trazia leite... O lavrador desconfiou que lho tiravam por lá, e, vão depois, foi-se pôr à vigia e viu que a vaca entrou para o Buraco do Olheiro, e quando ela já ia longe, foi a correr atrás e ainda se lhe agarrou ao rabo. A vaca foi indo, indo, por baixo do subterrâneo, e, quando chegou lá para ao pé do monte Palhares, pôs-se a pastar num prado de rica erva. Entrementes, apareceram as mouras e muitos mouros, que nada disseram ao lavrador, que estava benzido do que via... Um dos mouros, foi tirar o leite à vaca⁴⁴, mas o lavrador nunca se desamarrou do rabo, se não ficava lá encantado. A vaca depois de ter pastado até fartar veio-se embora e o lavrador seguiu-a, sempre amarrado, e quando chegou a casa contou tudo à mulher, mas tão tolhidinho ficou que, passados três dias morreu. Foi assim que se soube que no Buraco do Olheiro há mouras e mouros encantados; muita riqueza e até sinos de ouro, que o homenzinho (Deus lhe fale na alma) viu lá dentro⁴⁵. Ainda hoje nenhum mancebo,

³⁹ [In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. VII, n.º 4 (Out.-Dez. 1890), pp. 300-302].

⁴⁰ Esta lenda tivemos o prazer de ouvi-la – consoante a vamos contar – dos lábios ingénuos de uma aldeã, de Santa Eulália de Arnos, que no-la contou piamente convencida da veracidade da tradição.

⁴¹ Temos feito reparo que em quase todas as lendas deste teor, de mouras encantadas, em castelos ou lapas, se alude a caminhos subterrâneos que têm comunicação, como o desta tradição, com regatos ou rios: – «E era, aventa a nossa informadora, para os mouros levar os bois e os burros a beber.» Cf. *Tradições Populares de Portugal*, de J.[osé] Leite de Vasconcelos. pág. 280. VI Moiros; V. *Revista de Guimarães*, vol. n.º 4, pág. 192: “Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães”, pelo sr. Martins Sarmiento.

⁴² Em muitas freguesias, é costume antiquíssimo e vulgar ainda (já o presenciei em Mouquim) dizer a madrinha do neófito à comadre: Entegou-me um pagão / Aqui lhe trago um cristão, / Ensine-lhe as orações / Que lhe deitarei as bênçoes.

⁴³ Nestas lendas figuram sempre as vacas e jamais ouvi alguma em que entrem bois.

⁴⁴ Cf. Lendas de Moiros Encantados, in “Fragmentos de Mitologia Popular Portuguesa”, pág. 2, por J.[osé] Leite de Vasconcelos.

⁴⁵ Não conhecemos outra tradição de mouras encantadas em que se fale de sinos de ouro. No concelho de Guimarães, perto de Briteiros, há uma Fonte chamada da Cavada, que tem também sinos de ouro lá dentro – temos ouvido dizer ao povo. Lemos, algures que o sr. F.[rancisco] Martins Sarmiento descobriu, numa pedra desta fonte, gravada exteriormente, uma fossêta.

ainda que seja um valentão, se atreve a passar de noite, perto do Buraco do Olheiro porque empecem lá coisas ruins e feitiçarias⁴⁶.

Temos apontamentos de outras lendas de Mouras encantadas, que andamos a coleccionar e que breve publicaremos. Já colhemos uma versão do Penedo da Moura, no monte de S. Miguel, freguesia de S. Julião, e outra da Cova da Moura, de Fradelos, mas aguardamos que outros informadores nos corroborem a veracidades das tradições far-nos-ia favor especial em comunicá-las.

Aproveitamos a ocasião de agradecer ao nosso amigo sr. Augusto Moreira, da casa da Carvalheira, respeitável cavalheiro deste concelho, inteligente procurador à Junta Geral do Distrito de Braga, a fineza das informações que nos colheu do Penedo da Moura.

APONTAMENTOS FOLCLÓRICOS FAMILICENSES⁴⁷ **Costumes Famalicense**

Serração da Velha IX

No dia de «serra-se a velha» (Quarta-Feira do terceiro Domingo de Quaresma) costumavam alguns famalicense envergar saias brancas pelos ombros e iam, de noite, serrar a valer um caixão ou cortiço à porta das mulheres de idade avançada.

O *sérr-sérr*[sic] do serrote era acompanhado pelos serradores com a arreliadora e onomatopaica frase: «Sarre-se a velha... sarre-se a velha...».

Ainda se não extinguiu de todo, nas aldeias, este antiquíssimo costume.

Romaria do Santo do Monte X

A dois quilómetros de Famalicão, na freguesia do Louro, lugar do Monte, realiza-se, no Domingo de Pascoela, uma antiga romaria a Santo Ovídio, somente conhecido por Santo do Monte.

Em 1706 ainda se festejava o Santo do Monte na Segunda-Feira de pascoela e a esta ermida de S. Frei Pedro Gonçalves Telmo concorriam muitos clamores das freguesias limítrofes. As promessas que mais abundavam na sacristia eram telhas, que as devotas ofertavam ao Santo do Monte, depois de darem três voltas à capelinha.

Ainda hoje, muitas devotas levam à cabeça, ou em lenços, as telhas para consagrarem ao santo.

O mais original é que todas as telhas são furtadas: não só porque sempre assim foi de costume, mas também porque o povo crê que a oferta não tem merecimento não sendo furtada.

Botar as Almas XI

Em quase todas as freguesias foi de costume «botar as almas». Já noite entrada, o «botador das almas» ia pela encosta das montanhas a tocar campainha, e, na direcção dos povoados, trepava ao cume dos penedos,

⁴⁶ Uma prova irrefragável da crença arraigada que o povo liga às coisas ruins e coisas más é a oração (que vamos exarar) que reza ao deitar e levantar da cama: Com Deus me deito / Com Deus me levanto, / Deus me cubra com seu manto: / Se com ele for coberto / Não terei medo nem pavor / Nem de coisa que ruim for.

⁴⁷ [In *Revista Guimarães*. Guimarães, Vol. 8, n.º 1 (Jan. 1891), pp. 47-51].

ou ao alto das árvores, e, em alta voz, compassada e plangente, exortava: – «Irmãos, rezai um P.[ai] N.[osso] e uma A.[vé] M.[ária] pelas almas que estão nas penas do fogo do Purgatório».

Nas caliginosas noites de Inverno, em vez de campainha, levava o «botador das almas» uma lumieira.

Era assim costume em S. Cosme – corrobora-nos mais um idóneo informador desta freguesia, que se recorda de ouvir, há cinquenta anos, pouco mais ou menos, «botar as almas».

Reisadas

XII

No dia de reis costumam os «conversados» levar à porta das suas «moças» uma estúrdia e cantam-lhe os reis e versos eróticos.

As «moças», que são briosas, dão uma prenda ao derricho em reconhecimento de lhe levar as reisadas.

As prendas dão-se até ao dia de S. João e as mais vulgares são: um cache-nêz [sic] ou lenço de bolso.

Em S. Tiago da Cruz, Mouquim e ainda outras freguesias, a prenda mais em moda é uma camisa bordada no peito.

Também se chamam reisadas à representação do auto dos reis.

Estes espectaculares, ao ar livre e em cima de um estrado de madeira, principiam no dia de natal e findam no domingo gordo.

Os actores são todos camponeses.

As reisadas estão muito vulgarizadas e poucas são as freguesias em que se não tenham representado.

*

Domingo de Ramos, os mancebos ofertam às suas «conversadas» um ramo de flores, cuidadosamente composto, e uma rosca de pão-de-ló.

Este presente é colocado, de surpresa, à porta ou na janela da «conversada» pelo seu derricho, que fica de vigia até que ela apareça para o arrecadar.

Cadeirinhas das Malhadas

XIII

Nas malhadas de centeio é de velha usança entre os malhadores, pela sesta ou na decrúa (fim da debu-lha), atar as pontas do lençol de «abanar o centeio» a quatro mangais, à guisa dum ês[sic]. Quando aparece o patrão da malhada, pedem-lhe, rogam-lhe, instam, obrigam-no a sentar-se numa cadeira, a que pegam dois ou quatro malhadores, e, coberto com o êsc, passeiam-no em charola, ao redor da eira. No fim da procissão é costume dar um copo de vinho, pelo menos, a cada um dos malhadores.

Costumes das Vessadas

XIV

No dia da última vessada, enquanto os trabalhadores estão a jantar, costuma uma das filhas do patrão da lavra, ou qualquer moça que tome parte na vessada, pendurar do cabo da sega⁴⁸ uma rosca de pão-de-ló ou de trigo e um ramo de flores, a que só tem jus o lavrador (o que pega às rabiças do arado para o guiar).

.....

⁴⁸ Sega é uma faca de ferro que se introduz quase verticalmente no alvado do apo (haste de madeira a que se ligam as outras peças do arado) para abrir caminho à relha (lança de ferro que corta a terra horizontalmente, faz o sulco e dá começo à elevação da leiva).

Se algum jornaleiro chegar primeiro à vessada do que o lavrador, furta-lhe a rosca, esconde-lha ou foge-lhe com ela. Esta costumeira tem originado, muitas vezes, brigas assinaladas com sangue.

Se o lavrador tem «conversada» e esta anda a trabalhar na lavra, costuma presentear-lo com um lindo ramo de rosas, que ata à sega do arado; e se ela é briosa, oferta, também a cada um dos outros trabalhadores um raminho.

Aos trabalhadores das vessadas dão-se cinco refeições: a primeira de manhã cedo – almoço; a segunda cerca das 10 horas – pego, que consta de pão e laranjas ou azeitonas, e nas grandes vessadas é muito de costume dar-lhes filhos. Ao meio dia – jantar. Pelas quatro horas – merenda, à noite – ceia.

A todas estas refeições dá-se-lhes um copo de vinho, afora os que lhes mandam dar muitos patrões, além das horas de comida.

*Arco dos Casamentos*⁴⁹

XV

Quando se celebrava algum consórcio auspicioso era de costume em algumas freguesias, principalmente em S. Tiago da Cruz, fazer um arco de canas lindamente enfeitado de murta, flores, laços de fita e pequenos espelhos, para, no regresso da igreja, os noivos passarem por debaixo.

Do centro do arco pendia uma maçã e um limão.

A noiva tirava a maçã e dava-a ao noivo, querendo significar que só lhe dará doçura e satisfação e jamais terá tentações.

O noivo colhia o limão e entregava-o à esposa, para que não tenha fastio e viva com gosto.

Aos lados do arco colocavam-se duas raparigas, com os seus melhores trajes domingueiros, que, durante esta cerimónia, lançavam dos açafatezinhos punhados de flores desfolhadas sobre os noivos.

*

O último arco de casamento que se fez em S. Tiago da Cruz, foi há doze anos, para festejar o enlace do sr. Bernardo Pindela, ajudante de campo de S. M. El-Rei D. Carlos, quando s. exc^a e ex.ma esposa vieram passar a lua de mel para o solar de Pindela, do nosso vizinho e amigo visconde de Pindela (Vicente), Ministro de Portugal na Haia (Holanda).

FOLCLORE⁵⁰

Superstições

“Superstições são o fenómeno capital da sobrevivência dos costumes. O carácter da persistência étnica da superstição dá a este fenómeno uma alta importância para descobrir os estados primitivos do espírito humano, e ao mesmo tempo para deduzir da complicada acumulação de elementos estranhos nos mitos a sua simplicidade primordial”

53.^a

O povo não come a cabeça nem a cauda à enguia, eirós, ou safio anguioso (morena êsca), porque tem o inveterado prejuízo de que são venenosas.

⁴⁹ Cf. *Trad.[ições] Pop.[ulares] de Port.[ugal]*, pág. 218

⁵⁰ [In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. 8, n.º 3 (Jul. 1891), pp. 139.-141].

54.^a

O caçador, quando vai afuroar, não consente ao pé de si mulher alguma, porque o furão (mamífero da família dos êscarados é uma das espécies do género marta) a avistar (entoa, isto è, fica dentro da lura do coelho.

55.^a

É costume espetar alfinetes no hábito dos anjinhos, porque o povo crê que eles se não esquecem de orar a Deus pela alma de quem lhos pregou.

56.^a

Quem tiver os dentes raros dá mostras de ser mentiroso.

57.^o

O que faz crescer os pepinos (*cucumis sativus*) é o luar.

58.^o

Fermento amassado com vinagre e posto na «cova dos ladrões» (etmóide) é um supersticioso remédio popular para mitigar as dores de dentes.

59.^o

As meias calçadas do avesso livram das mordeduras de cães raivosos (*hydrophobos*).

60.^o

Não se deve matar lagartixas (réptil da ordem dos sáurios) em dia de sol, porque no seguinte vem chuva.

61.^o

As crianças ougadas desaguam-se dando-lhes a comer um bolo de fermento frito em azeite, e o resto atira-se ao primeiro cão que aparecer, que a criança fica logo desougada.

62.^o

Não se deve lastimar nem ter dor dos animais, quando se estão a matar, porque mais lhes custa a morrer e mais penam.

63.^o

Para que as crianças percam o medo, dá-se-lhes um «patusco» (pequeno bolo de farinha amassado e cozido no forno) a comer atrás da porta.

64.^o

Quando passa algum defunto em frente da casa, em que esteja alguém deitado a dormir, é costume fechar as janelas, «que não é bom que a sombra do cadáver entre em casa».

65.^o

Não é bom pôr «lágrimas», «brincos de princesa» (*fúchsias*) ao peito ou *bonttonnière* [sic], porque é sempre mau agouro.

66.^o

Não se deve queimar canas, que faz dores de dentes.

67.^o

Bater com canas nas crianças fá-las secar.

APONTAMENTOS FOLCLÓRICOS FAMILICENSES⁵¹

Costumes famalicense

Lendas de Mouras Encantadas

O Penedo da Moura

No monte de S. Miguel, freguesia de S. Julião do Calendário, a S.O., cerca de dois quilómetros de Famalicão há um grande penedo a que o povo liga a seguinte lenda tradicional:

No tempo dos mouros, uma vaca da casa da Fervença, quando ia apascentar-se para uma bouça do monte de S. Miguel, fugia sempre em direcção ao Penedo da Moura, e por muitas vezes se introduziu pela caverna que o penedo tem na base, que actualmente está quase obstruída.

Duma feita, o da Fervença, aguilhoado pela curiosidade, seguiu-a e, quando ela estava a encafuar-se na furna, amarrou-se-lhe à cauda e entrou também no subterrâneo.

Ainda pouco tinha palmilhado e já o velhinho da Fervença estava atónito com os objectos riquíssimos, como moedas de ouro, que enxergou, ao longe, na espaçosa gruta toda forrada de tijolos de desenhos e arabescos caprichosos, fantásticos.

O da Fervença imaginava-se num palácio de fadas e tão absorto estava com tantas maravilhas, que só despertou, passado horas, com ruidoso serpear duma enorme e medonha cobra, que foi ordenhar o leite à vaca, que andava a pascer numa campina de viçosa relva.

O velhinho da Fervença, amedrontado, ocultou-se, cozeu-se com a parede, num cotovelo da gruta. Logo que a cobra desapareceu, foi tocar a vaca para fora. Ao caminho saiu-lhe um mouro que lhe embargou o passo e o intimou a que não ousasse, outra vez, voltar ao subterrâneo, que o encantava como à moura metamorfoseada em cobra, que ele vira mugir o leite à vaca.

Ao sair da caverna lutou o da Fervença com muita dificuldade, cuidou de ficar lá dentro, porque quem entrar no penedo da moura, só de gatinhas e recuando é que pode sair...

Foi o da Fervença que, em remotas eras, contou estas maravilhosas passagens; mas tão transido de susto ficou, que faleceu no espaço de três dias.

*

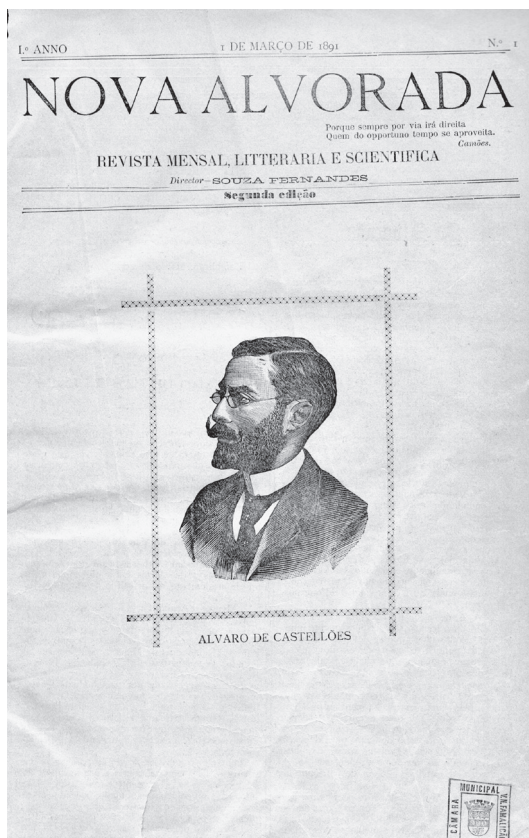
A propensão que o povo tem para crer em tudo que se revista de formas misteriosas, transformou nestas lendas fantásticas as antiquíssimas tradições orais, compiladas depois pelos «roteiros dos tesouros», que indicavam os lugares – castros, mesquitas, mamôas, etc., etc., em que se encontravam objectos de valor arqueológico.

O que é positivo é continuar o povo a respeitar a topografia destas tradições e raro é o local, a que se refira uma lenda de mouras ou tesouro encantado, em que não tenha aparecido alguma antigualha de merecimento.

No monte de S. Miguel, perto do Penedo da Moura, tem aparecido fragmentos de louça antiquíssima e um machado de bronze, que foi ofertado ao sr. padre João Gomes Pereira Rosas, reitor da freguesia das Carvalhas, concelho de Barcelos. Temos em nosso poder, também, uma pequena moeda, com a legenda quase obliterada, na autorizada opinião do sábio arqueólogo, sr. Martins Sarmento: “O que se lê na moeda em questão é – na face CONST-NI-? F (ilius?) AUG (ustus). No reverso, apenas se distingue da legenda – VICTORIA. Certo é que se não pertence a Constantino mesmo, pertence a um dos seus filhos – e pela comparação com um exemplar perfeito – o que só com uma obra com gravuras se consegue – bem fácil seria restaurar tudo e determinar o nome do imperador. A moeda em si pouco valor tem; o seu valor único está em ter sido encontrada numa localidade bem determinada.”

⁵¹ [In *Revista de Guimarães*. Guimarães, Vol. 9, n.º 4 (Out.-Dez. 1892), pp. 226-227].

III. Nova Alvorada



FOLCLORE **jogos populares e infantis⁵²**

“Os jogos e as rimas infantis, constituem uma das secções das tradições populares que têm mais profundas raízes no passado. / O interesse que despertam, sob o ponto de vista da sua transmissão, da pedagogia e da psicologia, justifica por completo o trabalho da sua coleção.”

(F.[rancisco] Adolfo Coelho, “Os Jogos e as Rimas Infantis de Portugal”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4.ª série, n.º 12).

⁵² [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 3 (1 Jun. 1892), p. 135.]

Os jogos populares e infantis de Vila Nova de Famalicão, que vamos publicar, temo-los na conta de inéditos. Da grande coleção que fizemos riscamos a maior parte por nos recordarmos que já foram insertos, por distintos folcloristas, nas coleções que vamos enumerar, convictos de que o leitor que compulsar a primeira lerá todas as outras – tal é o interesse que desperta e a importância científica e prática que revelam: *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (vol. I), Teófilo Braga; Teófilo Braga, “Os Jogos Populares e Infantis”, in *Era Nova*, pág. 343; Teófilo Braga, *Jogos Infantis em Portugal e Andaluzia*, «El Folclore Andaluz», pág. 385; *Passatempo Honesto e Familiar ou Coleção de 48 Jogos (de prendas)*, Lisboa, 1827; Joaquim de Araújo, *Um Jogo Popular Português*; Adolfo Coelho, «El Folclore Andaluz»; A. de Sequeira Ferraz, *Jogos Infantis do Porto e Carrazeda de Ansiães*; Padre Pedro Aloy, *Recreios Colegiaes*; A. Tomás Pires, *Coleção dos Jogos e Rimais Infantis do Alentejo*; Adolfo Coelho, *Jogos e Rimais Infantis*; José Leite de Vasconcelos, *Tradições Populares de Portugal*.

Constância

I

As crianças fazem um círculo com as mãos dadas umas às outras e andam em redor cantando, num tom peculiar a este jogo:

Dá-me o lenço Constância
Sem minha mãe o saber;
Constância dá-me o lenço
Que já lh`o foram dizer.

Num jardim de tantas flores
Uma só escolherei;
Abraça a que tu quiseres
Que também m`abraçarei.

E abraçam-se aos pares, mas como neste jogo só entra número ímpar de crianças, uma fica sem companheira para o abraço e as outras terminam o jogo batendo palmas e cantando-lhe de troça:

Viuvinha da banda d`além,
Queres casar e não tens com quem!
Comigo, sim, sim,
Comigo, não, não...
Oh laré meu bem,

FOLCLORE

*jogos populares infantis*⁵³

Chispe

II

Um jogador *chispa* (atira) à parede um ês [botão] e todos os que tomam parte no jogo fazem, por seu turno, o mesmo.

O que jogar o beto de tal sorte que, fique *maleirinho* (rigorosamente a um palmo de distância do ês que se jogou primeiro), ganha os êsc dos outros jogadores.

Se depois de todos *chisparem*, nenhum ês ficar *maleiro*, ainda que esteja *raseiro* (com pequeníssima diferença de medida=palmo), repete-se o jogo.

Os botões pequenos, que dão bom jeito para jogar o chispe, chamam-se *ganhadeiros*, *maladeiros* ou *maleiros* e os grandes, pouco jeitosos=*chapolas*.

As crianças costumam dizer, para segurar estas trocas de botões ou para firmar qualquer contrato

Quem dá e torna a tirar
ao inferno vai parar.

⁵³ [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 4 (1 Jul. 1892), p. 141].

*

Em Trás-os-Montes, selam-se os contratos infantis assim: cospem na palma na mão esquerda e com a direita fazem cruzeiros por cima, e, ao mesmo tempo, praguejam:

Cruz de pau,
cruz de ferro;
quem faltar (ou mentir)
vai pró inferno!

E batem o dedo mínimo da mão direita na palma da esquerda de forma que o cuspe salte à cara dos que tomam parte no contrato ou afirmam coisa de que se dúvida.

*Muche*⁵⁴
III

As crianças *amucham-se* (escondem-se) atrás das portas, paredes, árvores, em qualquer lugar que as oculte; mas antes de procurarem esconderijos costumam os *muches* rogar, ao que fica amuchado, para os que não espreite, esta praga:

Ferrolho, ferrolho,
se tu espreitares,
diabo te tire um olho!

FOLCLORE **Jogos populares infantis**⁵⁵

Muche

Os *muches* vão depois procurar esconderijos e enquanto não derem, alternado e compassadamente, o sinal de estilo: *muche... muche...*—é obrigado o *amuchado* a repetir sem interrupção, com as costas voltadas para os *muches*, este estribilho:

Esconder, esconder,
que o bichinho lá vai ter;
agachar, agachar,
que o bichano lá vai dar.⁵⁶

Corre o *amuchado* em procura dos *muches* e não fica livre enquanto não agarrar um e lhe der as *três casquinhas* (três palmadas nas costas).

O que apanhar as *três casquinhas* é obrigado a *levar às cavaleiras*⁵⁷ o *amuchado*, desde o lugar onde foi agarrado até ao sítio do castigo, onde fica depois *amuchado*.

.....

⁵⁴ O jogo do *muche* também se chama: *cuhe*, *cú-cú*, *esconde-esconde* e *rou-rou*.

⁵⁵ [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 6 (1 Set. 1892), p. 159].

⁵⁶ Em Trás-os-Montes o *amuchado* repete esta cantilena: *Rou-rou, / penicou, / agachado, / que eu lá vou...*

⁵⁷ São sinónimos populares de *levar às cavaleiras*, *levar a cavalo*, *às costas*, *ao carrachucho* e em Trás-os-Montes dizem: *levar à carraxila*.

Lume
IV

Assentam-se as crianças ao redor da lareira. Uma escolhe uma brasa ou um pauzinho com lume e entrega-o à que está ao seu lado direito, dizendo-lhe:

– Dou-lho vivo.

– E se ele morrer? – pergunta a que recebe o lume.

– Dá-se-lhe um bufinho que ele há-de viver.

E assim vai seguindo de mão em mão até se apagar.

Consoante o lume vai amortecendo, com maior rapidez o vão passando, fazendo as perguntas e dando as respostas, porque na mão em que se apagar tem de sofrer quantas judiarias lembrar às da roda.

Carregam-na com uma mochila de quantos objectos têm à mão que lhe adivinhe os nomes ou dão-lhe palmadas no lugar onde as costas perdem o nome.

Pim-Pim
V

Assentam-se em roda. Cada uma das crianças agarra a orelha da que lhe fica à direita e à esquerda, e, todas ao mesmo tempo, abanando a cabeça, dizem muito vagarosamente esta cantilena:

Pim-pim,
cataplim,
debaixo da torre,
está um melão,
que faz botica,
boticário...
manda dizer,
a tia Ganita,
que te puxe
pela orelhita...

E puxam pelas orelhas umas às outras.

Espeque
VI

Escolhe-se um terreno onde facilmente se possa enterrar o *espeque* ou *espetá* (um pau redondo de dois palmos e meio de comprido e aguçado de um lado).

Às três vezes, há-de o primeiro jogador atirar com o seu *espetá* de modo que fique enterrado e o parceiro tem de, no mesmo número de vezes, espetar o seu e deitar a terra, ao mesmo tempo, o *espeque* do primeiro jogador, e neste caso *funga-lho à Rússia* (atira-lhe o *espeque* o mais longe que pode).

Se o segundo jogador não enterrar o seu *espeque* e deitar a terra o do parceiro, joga este, por seu turno, contra aquele e assim sucessivamente, até que ambos os *espeques* vão à Rússia.

Quando os *espetas* caem ambos dizem os rapazes: *fizeram-se palhas*.

FOLCLORE
jogos populares e infantis⁵⁸

Sola-Sapata
VII

As crianças assentam-se em roda e pousam as mãos sobre os joelhos. A directora do jogo coloca-se no centro e dá-lhe, a uma por uma, palmadinhas nas costas das mãos, a cada palavra desta parlada, cantada muito depressa:

Sola sapata,
rei, rainha,
vai ao mar buscar sardinha,
para o filho do juiz,
que está preso pelo nariz...
os cavalos a correr,
as meninas a aprender...
qual será a mais bonita,
que se vai esconder?...
Vai Inês, vai Inês,
Que toca a tua vez.

A cada palmadinha retira-se e esconde-se a mão e aquela em que cair a última palavra – vez – da cantilena, vai para a *berlinda*:

Cada uma das da roda escolhe para si o nome duma flor e outro para a que saiu do jogo. A directora depois de decorar todos os nomes das flores escolhidas, repete-os alto e pergunta à que está na berlinda:

– Em que flor quer vir?

Se pedir alguma das que lhe foi destinada, volta a pé para o seu lugar e acertando em alguma das outras vem às cavaleiras da que escolheu.

Há muitas variantes desta cantilena:

Sola sapata,
rei, rainha,
da papolinha...
diz ao rapaz,
que jogo faz...
faz jogo de capão.
Conta bem Manuel João,
conta bem que vinte são.

.....
⁵⁸ [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 9 (1 Dez. 1892), pp. 200-201].

PIÃO
VIII

Este popularíssimo jogo consiste em fazer redemoinhar sobre o ferrão⁵⁹, uma peça cônica de pau, em virtude do movimento de rotação que se lhe dá puxando por um cordel enrolado desde o vértice, *ferrão*, até ao meio do cone.

No chão risca-se a *forca* (circunferência de um metro de diâmetro, aproximadamente).

Cada um dos jogadores há-de lançar o pião de forma que caia e dance dentro da *forca*.

Caindo fora “vai para o castigo” levar as *aparadas* e *nicolas de próio do ajuste*⁶⁰ [sic]:

Enquanto o pião redemoinha, apara-se na palma da mão e deixa-se *torrar*, cair, sobre o que está de castigo tantas vezes quantas forem as *aparadas*, geralmente três, porque até este número pode-se aparar, que o pião continua a redemoinhar em virtude da velocidade adquirida.

Nas *nicolas de proio*, espeta-se a prumo o “pião de castigo”; todos jogam contra este e, se o jogador é perito, sucede, muitas vezes, dar-lhe uma *funda*, êsca-lo e até rachá-lo com o ferrão do seu pião.

Estando o “pião de castigo”, se algum jogador “for ao déco”, perder, não dizer dançar o seu pião, o possuidor daquele levanta-o, faz uma cruz no lugar em que o outro perdeu e frica este de “castigo”.

O pião que não andar *selado*, *vai ao rabelo*, qualquer dos que tomam parte no jogo pode apossar-se dele e *fungá-lo*, atirá-lo fora, muito longe.

O *selo* é uma taxa amarela espetada na parte mais achatada do pião. O pião tem diversos nomes: *biúrra*, se é muito pequeno; *maçote*, sendo mal feito e achatado e *maguça* ou muito aguçado e comprido.

*Correr a Rosca*⁶¹
IX

Num campo, ou num largo, espetam-se dois paus distanciados alguns metros, quando não há árvores a jeito, aos quais se ata uma corda à altura de três metros Aproximadamente.

Pendura-se da corda uma rosca de trigo, ou pão-de-ló, que tenha um orifício bastante largo. Ao longe colocam-se enfileirados os “corredores” de varapau em riste. A um sinal convencional parte o primeiro “corredor” em *steepchase* [sic], e, ao passar por baixo da rosca, há-de enfiar a vara no orifício.

Como não é fácil ganhá-la na primeira corrida, quase sempre se repetiu este jogo – usado geralmente pelo Entrudo – entre muitos dos lidadores que nele tomam parte.

Há outra variante de *correr a rosca*: suspende-se a altura que o corredor só dificilmente lhe possa tocar com a vara dando um grande pulo, quando de corrida passar pela rosca.

As roscas são quase sempre oferecidas pelas *moças* (raparigas solteiras) e como rara é a que não tem o seu derriço – é este que mais das vezes a ganha, porque a “conversada” *faz-lhe a entrega*.

Consiste a *entrega* em inventar um pretexto qualquer: ou porque a corda está bamba ou a rosca um pouco alta – consegue a interessada atá-la outra vez, de modo que fique à feição do seu mancebo, que é o último da corrida, e, sem dificuldade, assim *ganha* a rosca ao primeiro assalto.

⁵⁹ *Ferrão* é um pequeno ferro aguçado, espetado no vértice do pião.

⁶⁰ Em Trás-os-Montes chamam-se *secas às nicolas* dadas no pião fora da *forca* e *nacásias* às que dão dentro do círculo. / Cospem no chão e aí colocam o pião e a isto chamam à *molha*. / É muito popular nesta província o jogo aos *cafernos*: dão um número combinado de *nacascas* no pião que está de «castigo» de tal forma que o fazem rebolar a uma certa distância.

⁶¹ Este jogo é semelhante ao de *correr o galo*, muito vulgar pelas aldeias do Douro, Trás-os-Montes e Beira-Alta. V. *Tradições Populares de Portugal*, pág. 148 i) *Correr o Galo por Ocasião do Entrudo*. / Nos *Costumes Famalicenses*, que publicamos que *Revista de Guimarães*, Vol. VII, n.º 4, inserimos este jogo e reproduzimo-lo para também ficar arquivado nesta secção de Jogos Populares e Infantis de Famalicão, apesar de que este não é infantil, porque só o temos visto jogar entre adultos.

I

“Quando as andorinhas andam rasteiras é sinal de chuva”

Esta crença popular, que o nosso erudito amigo, dr. J.[osé] Leite de Vasconcelos inseriu a pág. 157 do seu interessante e valioso livro *Tradições Populares de Portugal*, é efectivamente um indício muito provável de mudança de tempo.

As nossas andorinhas (*hirundo rústica*), sustentam-se de insectos que, em bom tempo, volitam nas altas regiões atmosféricas, onde o ar é mais seco, e positivamente é esta é a causa destas encantadoras avezinhas voarem dias consecutivos muito alto, sem se aproximarem do solo.

Os insectos volantes, apenas, porém, sentem o ar húmido ou pressentem chuva, vão descendo, descendo para as camadas mais baixas da atmosfera e é por este motivo que as andorinhas também descem e até rastejam a perseguir e a apanhar os insectos que o estado higrométrico do ar obrigou a pousar na terra.

Algumas vezes – em bom tempo e seco – vê-se uma ou outra andorinha voar rasteira, mas sempre em muito menor número do que as bandadas que voam alto. Esta excepção não destrói, porém, as conclusões a que já chegamos pela observação, porque lá diz o ditado: «Uma só andorinha não faz a primavera» e temos notado que este facto se dá principalmente enquanto andam a construir os ninhos, que edificam de lama e palhinhas – e é positivo que – estando a chuva para breve – todas as andorinhas voam muito mais baixo.

A observação tem-nos patenteado que este prognóstico de mudança de tempo e do estado higrométrico da atmosfera é tão infalível como o *Barómetro metálico de Bourdon* e o *higrómetro de Saussure*.

O povo tem uma grande veneração pelas andorinhas e crê piamente em todas as superstições que lhes dizem respeito.

O culto por esta abençoada família de passarinhos data da mais remota antiguidade: os pagãos imolavam-nas aos deuses lares, porque “as andorinhas são os guardas das casas onde fazem os ninhos”⁶³. Eram também uma das vítimas ofertadas a Vénus.

Os romanos punham as *andorinhas* das chaminés sob a protecção dos deuses penates e criam que se alguém lhes fizesse mal, iam picar os úberes às vacas para lhes secar o leite.

Em alguns países do norte é defeso matá-las e entre os anglo-americanos considera-se como um acto de inospitalidade ou maltratá-la.

Apesar de estarmos no último quartel do século das luzes, o povo crê ainda ingenuamente como puras verdades nas seguintes superstições que agora nos ocorrem:

“As andorinhas levam a felicidade às casas onde constroem os ninhos”.

“O ninho das andorinhas é sagrado e é pecado mortal alagá-los”.

Na Alemanha, Itália e Bretanha há a mesma crença.

“As andorinhas são *galinhas do Senhor*⁶⁴ e não se devem matar porque Lhe vão lavar os pés todos os dias.

Em França há a mesma superstição. O povo tem igual crença com as rãs.

“Não se devem matar as andorinhas, porque, estando de sol, vem chuva”⁶⁵

⁶² [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 5 (1 Ago. 1893), pp.39-41].

⁶³ *Abrégé de la Mythologie Universelle ou Dictionnaire de la Fable*, por Fr. Neel.

⁶⁴ In *Faune Populaire de la France*, de Rolland, encontramos também como sinónimo de andorinha – *Poule de Dieu*.

⁶⁵ Cfr. a 60.^a das superstições, colecionadas em Famalicão e inserta na *Revista de Guimarães*, n.º3 de 91: “Não se devem matar lagartixas (réptil da ordem dos sáurios) em dias de sol, que no seguinte vem chuva”.

“Também terás ouvido dizer que as andorinhas vão à beira do mar procurar e escolher uma pedrinha, conhecida pela *pedra das andorinhas*; e vem com ela no bico para abrir no ninho os olhos aos filhinhos, que sem esta operação os não abrem!

E como é procurada a tal pedrinha e estimada por algumas pessoas, para, pela sua virtude, tirarem argueiros dos olhos!

E decerto precisam bem dela, pois devem andar com eles bem cobertos de poeira!”⁶⁶

Os antigos atribuíram também tais virtudes aos ninhos das andorinhas que, para darmos uma ideia destas crenças, vamos traduzir de um antigo e raro livro francês⁶⁷ alguns dos remédios que se preparam com eles:

“Não há ninguém que não saiba que o pó do ninho das andorinhas, misturado com mel, é remédio maravilhoso para as inflamações, friccionando com esta pomada por fora e por dentro o lugar afectado”.

“O ninho das andorinhas cosido em vinho branco tem a particular virtude de curar, em pouco tempo, as doenças de garganta dando fricções com esta untura”.

“Acredite-o quem quiser: eu prefiro este remédio a todos os xaropes, óleos e a todos os remédios da medicina do oriente e do ocidente.”

Os chineses crêem tão cegamente nas virtudes dos ninhos das andorinhas *salangane* (*hirundo esculenta*), que se encontram principalmente nas ilhas de Sonda, Assam, Sikkim e Ceilão, que se empregam centenas de pessoas na apanha dos ninhos, desde Junhgund até às costa de Java.

Os filhos do celeste império comem estes ninhos preparados como nós preparamos os cogumelos e afirmam que é um delicioso acepipe e, para mais, com magníficas propriedades corroborantes.

E talvez que o ninho da *salangane* seja efectivamente um bom manjar, porque não é construído com lama e palhinhas como o da nossa *hirundo rústica*, mas tecido com diversas camadas duma alga gelatinosa, delgada e branca que ela pisa, dispõe e entrelaça com o bico e, ao mesmo tempo, cola com muita consistência em virtude dum mucus que segrega pelas glândulas salivares.

Algumas das superstições são, como notamos, análogas ou iguais às de outros países e o mesmo fenómeno se dá com a maior parte das tradições populares, o que prova a comunicação histórica para umas e a identidade de concepções humanas para outras. Qualquer destas tradições iguais em países diferentes, são importantes para a história e para a demopsicologia. O estudo das tradições populares não é, como parece, uma simples curiosidade de coleccionadores, uma coisa fútil como dizem muitos, infelizmente, dos que não tem uma vaga ideia do que seja o folclore.

FOLCLORE⁶⁸

II

*“Quando as laranjeiras não dão fruto dá-se-lhe vergastadas com varas de marmeleiro,
na manhã de S. João, antes do sol nado”*

Desprezando as circunstâncias que revestem do maravilhoso esta tradição popular, parece-nos que se podem explicar os efeitos das vergastadas por um fenómeno de fisiologia vegetal: tem-nos mostrado a experiência que se cortarmos, na época da florescência, um anel de casca a uma haste ou ramo que tenha flores, há

⁶⁶ Erros acerca de alguns animais, pelo sr. Augusto Luso in “Livro de Leitura para as Escolas”, pág. 69.

⁶⁷ *Les Admirables Secrets d'Albert le Grand*, pág. 194. A Lyon MDCCCLXVIII.

⁶⁸ [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 8 (1 Nov. 1893), pp. 61-62].

todas as probabilidades de se vingarem os frutos porque esta incisão anular⁶⁹ pondo a descoberto a camada de alburno por onde se faz a ascensão da seiva, determina uma leve alteração nos vasos desta camada, diminua a rapidez da circulação para o cume da árvore e retém, durante algum tempo a seiva descendente, rica em moléculas organizadoras e nutritivas, em volta das flores, dando resultado que os frutos elaboram perfeitamente a seiva e até amadurecem mais cedo⁷⁰.

As vergastadas que o povo costuma dar nas laranjeiras, quando estão muito viçosas e não dão laranjas, produzem os mesmos efeitos da “incisão anular” porque, ferindo e levantando a casca a alguns ramos, dá-lhes uma sangria à grande abundância de seiva que, pela sua muita força, se consome, principalmente quando as árvores são ainda muito novas, em vigorosos rebentos e viçosas folhas e, dificultando a circulação, concentram-se as matérias nutritivas do câmbio ao redor das flores que, por este processo, adquirem as qualidades necessárias para a perfeita formação dos órgãos frutíferos.

A estação mais própria para se fazer a incisão anular é a da Primavera e ainda nos princípios do estio, pelo S. João, porque os tecidos vegetais, excitados pelo calor, tem grande energia vital e a ascensão da seiva para o cume da árvore efectua-se com todo o vigor; mas o povo – que não sabe nem compreende como se operam estes fenómenos de fisiologia vegetal – escolheu naturalmente a madrugada de 24 de Junho para dar as vergastadas nas laranjeiras, com vara de marmeleiro, que é flexível e ao mesmo tempo muito forte para esta operação – porque tem a arraigada e antiquíssima crença de que todas as plantas têm virtudes sobrenaturais e miraculosas na manhã de S. João, antes do sol nascer⁷¹.

Tão vulgarizada está a tradição da virtude dos vegetais que, muitas vezes, principalmente pelo S. João, temos ouvido esta cantiga popular:

Todas as ervas têm virtude
Na manhã de S. João:
Só o trevo de quatro folhas
Fica de rastos no chão...

porque o povo crê que “o trevo de quatro folhas, colhido, com má tenção, antes do sol nado, na manhã do S. João, e posto debaixo da pedra d’ara, sobre a qual se diga missa, encanta a pessoa em intenção de quem se fizer esta feitiçaria!”

A esta superstição aludem também os dois últimos versos, variante da mesma cantiga:

Só o trevo de quatro folhas
Colhido com má tenção...

Além de outras, é esta mais uma das grandes vantagens que resultam do estudo científico do Folclore, por que nos induz a interpretar, explicar e desfazer muitas tradições, que vão passando de geração em geração, sem que talvez a maior parte dos que as repetem e acreditam, tenham a curiosidade de lhes investigar a origem – porque, quanto mais misteriosa e sobrenatural parecer a tradição, tanto mais a conserva o povo, pela propensão que tem em crer em tudo aquilo que menos compreende e mais se revista do maravilhoso.

.....
⁶⁹ A incisão anular não deve ter de largura mais do 0,005m, para que a comunicação da seiva se restabeleça ao cabo de pouco tempo; senão pode secar o ramo.

⁷⁰ Temos notado que por este processo se colhem vantajosos resultados, principalmente no pessegueiro e na videira, aumentando-lhes a produção e acelerando a maturação uns quinze dias.

⁷¹ As Constituições do bispado de Lamego, 1639., V, 8, ,proibem esta superstição : “... que se tem introduzido em dia de São João Baptista, que se colham as ervas, antes do *sol nascer* ...”

III

“A doninha quando vê um sapo tantas voltas lhe dá ao redor
até que se lhe vai meter na boca”

Esta antiquíssima tradição não só a repete e acredita o povo, mas também muitas pessoas instruídas e ilustradas.

É até muito vulgar o ditado: “Vai-se meter na boca do sapo...», mas quem estudar a organização, os costumes, e a alimentação do sapo e da doninha, reconhece imediatamente que o adágio é fundado numa superstição popular e que é, pelos menos, um erro zoológico aplicá-lo.

O sapo é um batráquio muito conhecido, e por isso, basta estudar a sua alimentação para provarmos que não pode engolir a doninha como afirma o povo.

O sapo sustenta-se simplesmente de pequenos moluscos, vermes, larvas, aranhas e toda a espécie de insectos, que mastiga vagarosamente porque o sapo não tem dentes.⁷³

A doninha é também um animal muito conhecido. É tão corajoso, forte e terrível que é temida por todos os pequenos vertebrados.

“Estrangula e devora ratos, toupeiras, cricetos pequenos, lebres, coelhos, galinhas, pombos, todas as aves que fazem sobre as árvores. Destrói lagartos e cobras, ataca a víbora, conquanto sucumba às mordeduras repetidas deste réptil e come as rãs e peixes”.⁷⁴

O sapo, como não pode fugir nem correr em virtude da fraqueza do aparelho locomotriz, quando estaca com a doninha, apenas abre a boca, como única defesa.

A doninha começa a rodeá-lo constante e velozmente e ora se aproxima, ora se desvia, obrigando-o a acompanhá-la, a segui-la nos seus astutos movimentos, até que o sapo cansa-se fica imóvel, de boca muito aberta, ameaçando mordê-la.

Esta luta já a presenciámos e provavelmente o sapo era vítima da doninha se lhe não atirássemos com uma pedra, que pôs em fuga o sanguinário carnívoro e o inofensivo batráquio.

O povo explica que o sapo atrai a doninha com o magnetismo que tem nos olhos, e por isso ela tantas voltas lhe dá ao redor até que se lhe mete na boca!

E nós supomos, pelo que observamos e pelo estudo que fizemos, que a doninha anda em volta do sapo para mais facilmente o poder filar e morder pela região da nuca ou pelo pescoço, como costuma fazer aos animais que são maiores do que ela, e suga-lhe o sangue das carótidas.

Para reforçar a nossa opinião vamos traduzir textualmente o seguinte período que tivemos o prazer de encontrar no *Dictionnaire Universel ês Sciences, ês Lettres et ês Arts*, Edic. De 1855, por M.N. Bouillet:

“A doninha é muito carnívora: no verão sustenta-se de ratos campestres, láparos, aves que surpreende nos ninhos (*et même de crapands*) e também sapos e cobras; no inverno introduz-se nas herdades e faz grande destroço nos pombais e nas capoeiras”.

A doninha é que come os sapos.

Exactamente o contrário do que geralmente se diz.

Estamos, pois, convencidos de que quem aplica o ditado “vai-se-lhe meter na boca como a doninha na do sapo” revela, pelo menos neste assunto, ignorância em conhecimentos zoológicos.

⁷² [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 10 (1 Jan. 1894), pp. 80-81].

⁷³ Cf. *Les Reptiles et les Batraciens*, pág. 607, por Bhrem.

⁷⁴ Cfr. *A História Natural*, vol. 2, pág. 426, por Júlio de Matos; *La Vie des Animaux*, pág. 622, por E. Bhrem; o *Dicionário da Vida Prática*, vol. 2.º

Vem *ad-rem*[sic] referir mais algumas superstições que dizem respeito aos sapos.

A maior parte, das que nos ocorrem, são, porém, tão absurdas que só um espírito infantil lhes dá crédito e, por isso, parece-nos ocioso refutá-las ou interpretá-las como as que estudámos nos últimos números da *Nova Alvorada*.

Limitamo-nos, pois, a escrevê-las consoante as colecionamos da tradição oral.

O aspecto disforme e repugnante do sapo e o inveterado preconceito de que é um animal muito venenoso é a causa do povo lhe ter tal arrenego que até crê que “quando se topa um sapo é preciso cuspir fora três vezes, se não podem nascer sapinhos na boca”.

Esta tradição popular revela simplesmente sopina ignorância, mas ainda mais estulta, e de requintada malvadez, é a seguinte costumeira, muito vulgar principalmente no Minho: “Quando se encontrar um sapo, espeta-se-lhe, pela boca, uma cana, que se enterra no solo, e aí se deixa morrer lentamente, e ninguém deve livrá-lo daquele castigo, se não perde a fortuna e a felicidade quem o espetou”.

Temos encontrado, muitas vezes, pelos campos, não só os sapos espetados em paus, mas também toupeiras e ratos campestres – “em castigo dos estragos que fazem e para exemplo dos outros animais” – que é a explicação que o povo dá destas crueldades sugeridas pela sua ignorância e credulidade!

Outra superstição que denota também a mais crassa estupidez e barbaridade selvagem é a do *polear* os sapos: “Não se devem matar os sapos com paus nem com pedras, porque pode saltar a peçonha, e, por isso, é costume *poleá-los*, isto é, pô-los em cima duma taboinha ou funda e *fungá-los* muito longe.

Consultamos alguns dos melhores tratados de zoologia, antigos e modernos e apenas encontramos nas *Merveilles de la Natures*, de A. E. Behrem, pág. 604, a notícia de que, no século XVI, Gessner, naturalista alemão, era de opinião de que o sapo era muito venenoso, e o mesmo afirma o *Nouveau Dictionnaire des Langues Française et Portugaise*, par le père Joseph Marques (À Lisbonne, MDCCLXXV).

O que temos observado, quando nos aproximamos dos sapos, é que eles aumentam de volume, em virtude do ar que acumulam nos pulmões e se espalha entre a pele que fica tão retesada, depois do sapo inchar, que lhe serve como de couraça contra os ataques dos animais de que se não pode defender, e até parece insensível às pancadas.

Se o irritarmos, apenas se baba e segrega pelo ânus um líquido, a que o povo chama *peçonha*, mas nem a baba nem o líquido são venenosos – afirmam todos os naturalistas.

Para desculpar as barbaridades que fazem a estes inofensivos e úteis batráquios, alegam, os que crêem nestas tradições que “é preciso dar cabo dos sapos por causa das feitiçarias, porque quando se quer fazer mal a alguém, agarra-se um sapo, criva-se-lhe a cabeça de alfinetes e todas as dores que o animal sentir, sofre-as igualmente a pessoa em intenção de que se fizer essa feitiçaria.” Outra variante que é a mais vulgar: “Coze-se a boca a um sapo, com retrós vermelho, e solta-se depois; assim como o sapo for secando por não poder comer, assim a pessoa que se deseja enfeitiçar, vai também emagrecendo e morre.”

É por este motivo que o povo crê que “quando se encontrar um sapo – que pode trazer feitiçaria – se deve cuspir três vezes fora e dizer:

Se és de ferro,
Eu sou d' aço,
Se és feitiço
Eu te imbaço.

.....
⁷⁵ [In *Nova Alvorada*. V. N. de Famalicão, Ano 4, n.º 1 (1 Abr. 1894), pp. 115-116].

FOLCLORE⁷⁷

“Quando as laranjeiras não dão fruto dá-se-lhes vergastadas com varas de marmeleiros, na manhã der S. João, antes do sol nado.”

Desprezando as circunstâncias que revestem de maravilhoso esta tradição popular, parece-nos que se pode explicar os efeitos das vergastadas por um fenómeno de fisiologia vegetal.

Tem-nos mostrado a experiência que se cortarmos, na época da florescência, um anel de casca a uma haste ou ramo que tenha flores, porque esta *incisão anular*⁷⁸, pondo a descoberto a camada de albarno por onde se faz a ascensão da seiva, determina uma leve alteração nos vasos desta camada, diminui a rapidez da circulação para o cume da árvore e retém, durante algum tempo a seiva descendente, rica em moléculas organizadoras e nutritivas, em volta das flores, dando em resultado que os frutos elaboram perfeitamente a seiva e até amadurecem mais cedo⁷⁹.

As vergastadas que o povo costuma das nas laranjeiras quando estão muito viçosas e não dão laranjeiras, produzem os mesmos efeitos da *incisão anular*, porque ferindo e levantado a casca a alguns ramos dá-lhes uma sangria a grande abundância de seiva que, pela sua muita força, se consome, principalmente quando as árvores são ainda muito novas, em vigorosos rebentos e viçosas folhas e, dificultando a circulação, concentram-se as matérias nutritivas do câmbio ao redor das flores que, por este processo, adquirem as qualidades necessárias para a perfeita formação dos órgãos frutíferos.

A estação mais própria para se fazer a *incisão anular* é a da Primavera e ainda no princípio do estio, pelo S. João, porque os tecidos vegetais, excitados pelo calor, têm grande energia vital e a ascensão da seiva para o cume da árvore efectua-se com todo o vigor, mas o povo – que não sabe nem compreende como se operam estes fenómenos de fisiologia vegetal –, escolheu naturalmente a madrugada de 24 de Junho para dar as vergastadas nas laranjeiras, com vara de marmeleiro, que é flexível e, ao mesmo tempo, muito forte para esta operação, porque tem arraigada a antiquíssima crença de que todas as plantas têm virtudes sobrenaturais e miraculosas na manhã de S. João, antes do sol nascer⁸⁰.

Tão vulgarizada está a tradição da virtude dos vegetais⁸¹ que, muitas vezes, principalmente pelo S. João, temos ouvido esta cantiga popular:

Todas as frutas têm virtude
Na manhã de S. João:
Só o trevo de quatro folhas
Fica de rastos no chão.

Porque o povo crê que “o trevo de quatro folhas, colhido com má tensão, antes do sol nado, na manhã de S. João, e posto debaixo da pedra da ara, sobre a que se diga a missa, encanta a pessoa em intenção de quem se fizer esta feitiçaria! A esta superstição aludem também os dois últimos versos, variante da mesma cantiga:

⁷⁷ [In *Vimaranense*. Guimarães, Ano 5, n.º 405 (5 Mar. 1895), pp. 1-2].

⁷⁸ A “incisão anular” não deve ter largura mais do que 0m005, para que a comunicação da seiva se restabeleça ao cabo de pouco tempo; senão pode secar o ramo.

⁷⁹ Temos notado que por este processo se colhem vantajosos resultados, principalmente no pessegueiro e na videira, aumentando-lhes a produção e acelerando a maturação uns 15 dias.

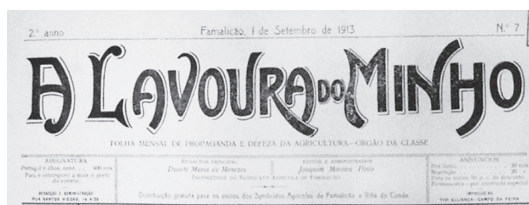
⁸⁰ As Constituições do Bispado de Lamego proíbem esta superstição: “...que se tem introduzido em dia de S. João Baptista, que se colham as ervas «antes do sol nascer.» / “Le jour même de la Saint-Jean, c’est-à-dire, après le leverdu soleil”, il serait dangereux de cueillir les herbes.” (A. de Gubernatis, *Mithologye des Plantes*, p. 187).

⁸¹ Cf. *Tradições Populares de Portugal*, do sr. José Leite de Vasconcelos, pág. 104-129 e *Nova Alvorada*, 1.º ano, pág. 25, “Costumeiras de S. João”.

Só o trevo de quatro folhas
Colhido com má tensão...

Além de outros, é esta uma das grandes vantagens que resultam do estudo científico do folclore, porque nos induz a interpretar, explicar e desfazer muitas tradições que vão passando de geração em geração, sem que talvez a maior parte dos que as repetem e acreditam, tenham a curiosidade de lhes investigar a origem, porque quanto mais misterioso e sobrenatural parecer a tradição, tanto mais a conserva o povo pela propensão que tem em crer em tudo aquilo que menos compreende e mais se revista do maravilhoso.

A lavoura do Minho



EUCALIPTOS⁸²

Desde 1897 que, anualmente, faço sementeiras e plantações de eucaliptos e tão bom resultado tenho colhido com os processos que adopto e tão remunerativo tem sido já o meu suave e aprazível trabalho com a boa venda de alguns, que lastimo não ter principiado há mais tempo a cultivá-los.

A sombra de um maciço de *globulus*, semeados por mim, vou contar-vos o que aprendi numa longa prática do cultivo desta bela e utilíssima árvore. Os meus olhos regalam-se de os ver tão viçosos, altos e corpulentos e o olfacto delicia-se com o agradável aroma da essência anticéptica e higiénica das folhas, que embalsama a aragem que desliza e oxigena os pulmões. Em Agosto e Setembro, apanham-se as cápsulas, que caem maduras, dos melhores eucaliptos, mais grossos e direitos. Tiram-se-lhes as sementes e, depois de bem secas, guardam-se em saquinhos de pano, onde se podem conservar durante quatro anos, que é o espaço de tempo que dura o seu poder germinativo. Semeiam-se em Março e Abril e também em Setembro, mas os que nascem no Outono carecem de ser abrigados das geadas no primeiro Inverno. Semeiam-se em alfobre, que é o processo mais económico, mas tem o senão de secarem muitos na transplantação. Prefiro

⁸² [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 2, n.º 7 (1 Set. 1913), pp. 1-2].

a sementeira em caixões cheios de boa terra, como a da horta, bem adubada e limpa de areias. Como as sementes são muito miúdas misturam-se com uma pequena porção de cinza, para que ao semear fiquem bem espalhadas. Por cima da sementeira peneira-se, por crivo de arame, uma leve camada de boa terra. Regam-se com regador de orifícios muito pequenos, para não escavar a terra, de manhã cedo e, em dias de calor, ao anoitecer. A terra da sementeira deve estar sempre húmida, mas sem excesso.

Quando têm o máximo oito folhas transplantam-se para vasos que tenham pelo menos quinze centímetros de altura e quinze de boca.

Eu adopto pequenos cortiços sem fundo, ligados com um arame para lhes unir os lados. Coloco-os enfileirados sobre uma tábua e quando as raízes dos eucaliptos principiam a sair pelo fundo destes toscos vasos, planto-os nos lugares onde têm de ficar de vez, sempre sem tutores (estacas). Não se devem conservar nos vasos de barro depois que atingem aproximadamente cinquenta centímetros, porque as raízes enovelam-se, custam mais a desenvolver e secam muitos. Se o vaso for de barro volta-se sobre uma mão e bate-se-lhe com a outra no fundo até sair o eucalipto com o torrão – que se não deve esbo-roar e planta-se ao nível da cova, como estava no vaso. Se é de cortiça, sem fundo, como os que adopto, coloca-se na cova; desenrola-se o arame que se une os bordos; imprime-se-lhe um leve movimento rotativo de forma que o torrão se não desfaça e aconchega-se-lhe a terra remexida. Tira-se depois o cortiço com cuidado, que serve ainda por muitos anos para outras plantações. Por este sistema planto-os em qualquer época, mas melhor é no Inverno ou em tempo chuvoso. Desenvolvem-se rapidamente, prodigiosamente, se as covas forem bem feitas, fundas e largas, uma temporada antes da plantação, para arejar a terra. Há anos, mandei plantar na Quinta da Ribela, em S. Tiago da Cruz, alguns centos de *globulus*, em boa terra de montado, em lugar fresco, e notei que alguns cresceram mais de três metros em doze meses. Noutra plantei, feito no carregado dum monte, dentro da devesa da Quinta da Costa, em Mouquim, em bom terreno silicioso e húmido, observei, entre centenas, que muitos subiram cerca de quatro metros num ano. Já vendi uma dúzia destes, para traves, com quinze anos de idade, a três escudos e sessenta centavos, e muitos tenho ainda para vender quando atingirem, pelo menos, vinte anos. Os eucaliptos são das árvores de folha permanente às de mais rápido crescimento. Crescem três vezes mais do que os pinheiros. Há exemplares de *globulus* que, em condições favoráveis, têm crescido até cem metros. A mesma altura sobe o oblíqua e o *wite gunstree* e têm aparecido algumas árvores desta espécie com cinco metros de diâmetro! O *amygdalina* chega a atingir cento e vinte metros! Nunca vi nenhum desta altura, mas afirma-o o Barão Ferd. Von Muelier no *Dicionário de Plantas Úteis*, traduzido e anotado pelo dr. Júlio Henriques, professor de botânica na Universidade de Coimbra.

Perto de terrenos cultivados não se devem plantar, por causa da sombra que projectam e porque as raízes ramificam-se muito e prejudicam as cearas. Como já disse, dão, em poucos anos, lucros sobejamente remuneradores do insignificante trabalho com a sementeira e plantações. Com dez gramas de semente *globulus*, que custam trinta centavos, o máximo, podem vingar-se pelo menos uns mil pés que, em boa terra de monte, valem bem, aos vinte anos, dez mil escudos!

O meu ilustre vizinho e amigo, sr. Visconde de Pindela, tem na sua grande e bela mata um extenso maco de vigorosos *globulus*, com vinte e dois anos de idade, que estou a ver do lugar onde escrevo, e alguns tem vendido a dez escudos cada um.

Das cento e vinte espécies de eucaliptos conhecidas, o mais cultivado e que melhor se desenvolve no Minho é o *globulus*.

CRISE AGRÍCOLA. ALVITRES. SAUDAÇÕES⁸³

A pavorosa crise agrícola que nos assoberba julgo-a resultante da febril emigração dos nossos trabalhadores para as sepulturas dos Estados Unidos do Brasil, falta de braços para a lavoura, carestia da vida, encarecimento de salários, importação de cereais estrangeiros e paralisação da exportação dos nossos vinhos.

A temerosa crise vinícola talvez ainda a possamos atenuar para futuro, melhorando e aperfeiçoando a cultura das vinhas e feitoria dos vinhos de modo a competirmos, em boa qualidade e preço, com os produtores estrangeiros, que vão conquistando os nossos antigos mercados externos.

Já não temos só a temer a concorrência dos vinhos italianos, franceses e espanhóis, mas também os da América, onde a produção é abundante e rivaliza com os nossos em graduação alcoólica e cor.

Precisamos de fazer grandes plantações de americanas das que melhor se adaptaram ao nosso solo e clima e mais resistirem ao filoxera e anguilula, para enxertia das nossas melhores castas indígenas – e quanto mais novos forem os padrões melhor pegam os enxertos –, em proporções de castas que do seu lote e combinações, feitas com arte – porque a natureza dá as uvas, mas só com arte se consegue fazer uma bebida excelente – resulte um belo tipo de vinho verde, com perfume e aveludado como o de Basto ou de pasto, como o de Colares, o mais preferido nos mercados da América e África.

As vides estrangeiras devemos bani-las dos vinhedos, por que os abastardam e desacreditam o tipo dos nossos vinhos, bem conhecidos e apreciados lá fora; mas não vai tão longe o meu desprezo pelas boas castas dos outros países que não dê apreço a uma ou outra, como por exemplo há *Cabernet Sauvignon*, a melhor uva do Medoc, recomendada por os nossos enólogos em virtude do magnífico, macio e aveludado vinho fino que produz.

Lembramos as leveduras seleccionadas, preparadas com as nossas melhores castas.

Por este processo facilmente se obtém dum mosto ordinário melhor vinho delicioso e até se fabricam tipos diferentes, aumentando-lhes a força alcoólica e *bouquet* e comunicando-lhes as qualidades das uvas com que foram fabricadas as leveduras seleccionadas.

Carecemos também que o governo venha em nosso auxílio: abrindo novos mercados vinícolas, em virtude de tratados comerciais com outros países, facilitando-nos a exportação e reduzindo tanto quanto possível as pesadas contribuições que oneram a agricultura.

Outro assunto que reclama a nossa atenção é a escassez da produção cerealífera: é urgente empregar os processos modernos de cultura, lavrando fundo e adubando abundantemente com estrumes de curral bem fabricados em montureira, que contém suficiente azoto e potassa, faltando-lhes apenas na percentagem correspondente, o outro elemento nobre, o ácido fosfórico, que se lhe deve incorporar.

Sem adubos fosfatados não pode haver cultura lucrativa.

Em geral, o lavrador lava mal, aduba pior e não selecciona as sementes; não manda fazer a análise química das suas terras e nem ao menos conhece superficialmente as necessidades da que cultiva pelas indicações da natureza do solo, pelas plantas que espontaneamente nele vegetam e pelo aspecto das colheitas e, por isso, não pode dar à terra os princípios minerais que lhe faltam nem restituir-lhe os que as plantas vão exaurindo.

É esta uma das principais causas porque a nossa boa terra não produz sequer o suficiente para o consumo interno!

Ainda há dias li nos jornais que o governo vai autorizar a importação de milho e centeio para satisfazer às solicitações das Câmaras Municipais – que bem podiam ter concorrido para atenuar as crises agrícolas se se tivessem interessado com desvelo pelo progredimento da lavoura.

⁸³ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 1 (1 Mar. 1914), pp. 1-2].

Se os maninhos, largos e avenidas estivessem plantados de amoreiras (*moris alva*) para criação do bicho-da-seda (*bombyx mori*) poder-se-ia recorrer a esta fonte de receita, que já foi tão importante entre nós, principalmente nas províncias de Trás-os-Montes e na Beira, como ainda há poucos anos a vinicultura, chegando ainda em 1866 a sericultura a produzir, só nos distritos de Viseu, Guarda e Bragança, mil e quatrocentos contos de réis.

As Câmaras Municipais engraçaram, porém, com as plantações das *platanus orientalis* – prejudiciais à saúde pública, porque das sementes desprende-se uma penugem incômoda e irritante que produz graves inflamações nos olhos e pulmões.

Podiam também auxiliar a lavoura se cuidassem com zelo da viação rural – péssima, pode afirmar-se sem exagero, na maioria dos concelhos – para facilitarem o transporte dos produtos agrícolas, e se criassem partidos de veterinários e de agrónomos.

Bem sei que há um em cada distrito... mas ninguém os vê em inspecções pelos concelhos...

O agrónomo visitaria, mesmo sem o solicitarmos, os nossos campos, pomares e vinhas; mandaria aplicar, sob a sua direcção, os adubos e correctivos apropriados, os remédios e insecticidas de que carecessem as plantas doentes e guiava, aconselhava e ensinava praticamente o lavrador a colher do nosso fértil torrão o máximo com o menor dispêndio.

Se tivéssemos um veterinário municipal podia o lavrador entregar-se afoitamente à criação e engorda, em grande escala, dos gados, principalmente do *vaccum* – o que maior rendimento dá na agricultura onde houver abundância de pastos – sem receio de os ver vitimados pela incompetência de boçais curandeiros, quando as epizootias ou qualquer doença os acometessem.

O veterinário prestava imediatamente não só os seus abalizados serviços à pecuária, mas também à saúde pública, fiscalizando e analisando o leite exposto à venda – quantas vezes adulterado e de vacas tuberculosas! – e inspecionava no matadouro o abatimento de todas as rezes cuja carne tivesse de ser vendida ao público, porque só os médicos-veterinários têm competência científica para conhecerem das numerosas doenças dos irracionais e, por conseguinte, quais são os impróprios para o consumo.

É raro o ano em que não grassa uma epizootia: no que findou foi o mal rubro nos suínos, cuja mortandade foi enorme.

Se tivéssemos um veterinário concelhio, seriam com certeza, muito reduzidos os casos fatais.

Um meu vizinho chamou um curandeiro, que tem fama de alveitar nestas circunstâncias, mas que não passa de curioso capador, para lhe curar três suínos que apresentam os primeiros sintomas desta perigosa enfermidade.

O entendido classificou-a de “fedelho” e sangrou-os abundantemente. Não escapou um.

Contaram-me que este mesmo capador aplicava sangrias para todas as doenças, exceptuando apenas as vacas quando tenham dadas (engorgitamento dos mamilos) por que neste caso a receita é simplesmente uma fita vermelha atada à cauda da vaca enquanto a *dáda* não desaparecer!

Mas que lembrança a minha das camadas municipais criarem partidos de medicina-veterinária e de agronomia! – quando à maior parte dos municípios, mesmo os de bons réditos como o de Famalicão, não lhes sobra sequer para melhorar a viação rural – havendo por aí caminhos vicinais, ligando com estradas, indispensáveis ao trânsito do lavrador, verdadeiramente perigosos para os carros de bois e intransitáveis, como os que estou daqui a ver, ao poente da freguesia de S. Tiago da Cruz!

E, apesar deste desprezo pela viação rural – o mais descurado dos serviços da administração local, quase em todo o país – o pacífico e modesto proprietário lavrador não protesta: apenas peticona respeitosamente quando sente o agravamento das contribuições – que paga sabe Deus com que sacrifícios! – e sofre resignado quando o não atendem como sucedeu, ainda há pouco, com a representação que a lavoura do concelho de

Famalicão dirigiu, por intermédio do seu Sindicato Agrícola, à Exma Câmara deste conselho contra o lesivo aumento da percentagem – 27% sobre os impostos directos! – na ocasião em que a agricultura atravessa uma angustiada crise!

Quando peguei da pena era unicamente para saudar a ilustre redacção da *Lavoura do Minho*, mas afluíram-me estas prolixas considerações... e, agora, *quod scripsi, scripsi*.

Termino, pois, por onde devia ter principiado, felicitando cordialmente com um grande abraço e afectuoso *shake hand* a briosa, patriótica e ilustrada redacção pelo 2.º aniversário deste prestimoso periódico órgão do nosso próspero Sindicato Agrícola, que tantos serviços vai prestando à lavoura do concelho de Famalicão, que eu muito amo e veemente desejo ver prosperar.

MAÇÃS⁸⁴

Considero as maçãs os melhores e mais higiénicos dos alimentos vegetais, pelas suas propriedades nutritivas, digestivas, refrigerantes, laxativas e diuréticas, devidas ao açúcar, ácido málico, cal, fosfatos e abundância de água que contém. São, como todos os frutos aquosos ácidos, principalmente laxativas e diuréticas não estando bem sazoadas. Os convalescentes, crianças e os atreitos a enterites e dispepsias não devem comer-las cruas, mas cozidas. As maçãs doces não convêm aos diabéticos por causa do açúcar que tem. Eu aprecio-as muito, quer sejam cruas ou cozidas, de geleia ou marmelada... E assadas, polvilhadas com açúcar e borrifadas com vinho do Porto – *c'est de lui ôter le chapeau!* Cruas e acompanhadas com nozes são também deliciosas.

O talentoso propagandista do naturismo sr. dr. Amílcar de Sousa é até de opinião que «os vegetais e as frutas devem comer-se com nozes, porque estas contém grande quantidade de azeite e albumina»⁸⁵, mas A. Gilbert e P. Yvon⁸⁶ – dizem que – as nozes são muito indigestas e, portanto, proibidas aos estômagos fracos.

Prefiro as maçãs à sobremesa porque auxiliam muito a digestão: em menos de hora e meia está digerida. Com propriedades igualmente digestivas só conheço o ananás, que também tem as virtudes medicinais: cura as doenças de garganta e a dispepsia.

Quem levar vida sedentária deve preferir as maçãs aos outros frutos, porque os ácidos que contém concorrem muito para a limpeza do fígado e eliminação das matérias prejudiciais à saúde; e a sua abundância de fósforo – mais um por cento do que nos outros frutos repara as forças físicas e estimula as faculdades mentais. Foram provavelmente estas excelentes propriedades reconstituintes do organismo e o seu delicioso sabor que levaram os povos antigos a chamar-lhes manjar celeste e a considerá-las como o alimento dos deuses.

Aprecio-as tanto em perfeito estado de maturação que, sendo de boa qualidade e sem vestígios da *pyrale* (*carpocapsa pomana*), até lhes como o epicarpo (pele que as cobre) e o endocarpo (membranas que encerram as sementes). Do sarco carpo (parte carnuda) haverá alguém que não goste?.. É um fruto tão bom, apetitoso e tentador que nem Eva lhe resistiu, preferindo perder as delícias do paraíso terreal só para lhe dar uma trincadela. Não sei V. Exs. se recordam que a Bíblia conta que o caso se passou assim, *mutatis, mutandis*:

Deus criou o primeiro homem, Adão, que quer dizer – homem tirado do barro – e deu-lhe para gozar o paraíso terreal, com tudo quanto podia deliciar os olhos e o paladar; cheio de formosas árvores, carregadas de frutos deliciosos e com a liberdade de comer de todos, excepto do «fruto da ciência do bem e do mal», pois morreria logo que dele comesse.

⁸⁴ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, n.º 5 (1 Jul. 1914), pp. 2-3; n.º 6 (1 Ago. 1914), p. 3].

⁸⁵ “Carta a um duvidoso” no *Primeiro de Janeiro* de Fevereiro de 1913.

⁸⁶ *Fonnullaire*, 25.ª éd., Paris, pág. 454.

Depois Adão caiu num profundo sono e Deus tirou-lhe uma das costelas e formou com ela uma perfeita mulher a que chamou Eva, Mãe de todos os viventes.

É de crer que Adão, quando despertou do letargo, ficasse radiante de alegria ao ver-se com tão boa e linda companheira no jardim de delícias, mas não tardou muito que a não desse ao diabo... Viveram algum tempo felicíssimos, como todos os noivos na lua-de-mel!... Mas Eva era muito curiosa, como são, com raríssimas exceções, todas as mulheres – perdoe-me a gentil leitora a franqueza! – e daí veio a discórdia. Ela andava impaciente por experimentar o sabor do tal fruto proibido: quanto mais para ele olhava tanto mais o desejava. Um belo dia, já sem forças para resistir à tentação da curiosidade, colheu um, comeu, gostou e incitou o marido a que também provasse. Apenas se consumou o pecado da desobediência viram-se completamente nus e, envergonhados, teceram folhas de figueira ao redor da cinta e esconderam-se atrás das árvores.

Apareceu-lhes Deus e castigou Eva com esta sentença: – «Por teus filhos sofrerás grandes dores e trabalhos e serás sujeita a teu marido»; e disse a Adão: – «A terra será maldita por tua causa e só dará espinhos e abrólios; comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; pois tu és pó e te hás-de tornar em pó». Provavelmente Adão ficou furioso com a mulher, mas a Bíblia nada diz a este respeito; é certo, porém, que Eva amargou bem a maçã, porque o marido castigou-a com muitos filhos, alguns «levados da breca», como foi o malvado Caim, que lhe puseram o sal na moleira.

Diz uma tradição popular que a árvore do fruto proibido era uma macieira e que Eva comeu a maçã deixando apenas um bocadinho, mas que Adão nem chegou a engoli-lo, porque, arrependido, deitou as mãos à garganta e de tal forma apertou-a que lhe ficou atravessado na guéla.

Foi esta a origem da maçã ou pomo de Adão (formado pela cartilagem tiro ídeia) que todos temos no pescoço, para não esquecermos o pecado dos nossos primeiros pais, diz a tradição oral.

A maçã é a fruta mais estimada da gente do campo.

Na minha aldeia não há moça que não guarde no escaninho da sua caixa de pinho algumas maçãs das mais perfeitas e coradinhas para ofertar ao seu conversado preferido (por aqui cada uma tem uns poucos...) quando, aos Domingos, ele vai fazer-lhe protestos de amor e ofertar o cravo vermelho que leva espetado na botoeira da jaqueta ou atrás da orelha.

Não julguem que, com estes comentários, estou a troçar os mancebos, e as cachopas por lhes darem as maçãs. Pelo contrário: aprecio muito estes e outros costumes regionais populares, que coleciono, há muitos anos, com prazer.

Também eu, na mocidade, andei entusiasmado nas cavalhadas das tradicionais festas vimaranenses do S. Nicolau, oferecendo numa cestinha, pendentes duma lança, lindas maçãs, pequeninas e coradinhas, como era da praxe, às formosas *mademoiselles* da minha terra natal!...

Ó temporal ! Ó motes!

Era uma festa em que, ainda há cerca de quarenta anos, só podiam tomar parte os estudantes de latim e se algum futrica ousasse intrometer-se no nosso folguedo –mergulhavamo-lo no tanque do Toural.

Para que os «futricas» se metessem em casa e as senhoras viessem à janela receber as maçãs, dizia-lhe no seu *Bando Escolástico de 1845*⁸⁷, o ilustre e mavioso poeta, sr. João Machado Pindela (1.º visconde deste título).

.....
⁸⁷ V. *Os Bandos Escolásticos da Festa de S. Nicolau* in «Revista de Guimarães» (publicação da Sociedade Martins Sarmento), Vol. XXIII, n.º 1, de Janeiro de 1906.

“E tu, ó preguiçoso, ó passeante,
Quererás ombrear com o estudante,
Sem as noites passar sobre um Virgílio,
Tito Lívio, Horácio, ou Ovídio,
E sem esfolhear (dever mofino)
Volumosa prosódia, ou Calepino?
Julgarás ter direito ao folgado
Que só de tarda lida é prémio ledó?
Um conselho te dou: mete-te em casa,
E para tempo passar assa na brasa
Castanhas, que não é tão mau recreio,
Bebendo-lhe também a rego cheio;
Quando não, entre apupos e alarido
No tanque do Toural vais ser metido
E vós, ó belas, que num sorriso
As delícias mostrais do paraíso
Vós, esmalte sem par da natureza,
Rivais da mãe de amor na gentileza
Que dos olhos lançais áureos farpões,
Que vem todos cravar nos corações,
Aparecei amanhã para que o estudante
Possa livre avistar a sua amante;
Então linda maçã da cor da rosa
Ele te irá depor na mão nervosa,
E se um riso voar aos lábios vossos
Feliz tornareis os dias nossos.

As maçãs são, como já disse, a fruta mais apreciada pelo povo rural; e até consagra ainda um certo culto à macieira camoêsa. É vulgar ouvir-se às camponesas:

A maçã camoês
Não a comas nem dês
Foi para teu bem
Que o Senhor a fez...

O ditado tem, porém, razão de ser, porque esta adocicada variedade tem virtudes medicinais: tenho aplicado, por diversas vezes, a maçã camoêsa bem cozida e morna, em papas, nos meus olhos, e curado, no espaço duma noite, conjuntivites e blefarites. Não é só a macieira camoêsa que o povo do campo venera, mas muitos outros vegetais – culto que já era proibido expressamente com penas canónicas pelo concílio de Braga do ano de 598.

As antigas ordenações do reino também impunham severas penalidades a quem praticasse o culto dos vegetais e outros abusões: – “Assim como passarem doentes por Silvão⁸⁸, ou Machieiro⁸⁹ ou Lameira virgem.”⁹⁰

.....
⁸⁸ Silva Machado.

⁸⁹ Sobreiro Novo.

⁹⁰ *Ordenações Filipinas* (1595), Liv. V Tit. III.

Se fosse peão era publicamente açoitado, com barço e pregão pela vila e pagava dois mil réis de multa a quem o acusasse; se fosse escudeiro e daí para cima, era degradado para África por dois anos, e as mulheres da mesma qualidade deportadas para Castro Marim, por três anos e pagavam quatro mil réis para quem as denunciasse.

No folclore (interpretação de tradições populares) que publiquei na *Nova Alvorada* (revista literária e científica), n.º 8 de 1 de Novembro de 1893 e no excerto do romance Morgado de Corundela (3.º folhetim) que inseri na *Estrela do Minho*, n.º 879 de 7 de julho de 1912, também citei diversas superstições de culto pagão pelos vegetais praticadas ainda pelo povo ignorante nalgumas freguesias do concelho de Famalicão.

Nos «arcos dos casamentos», que tanto se usaram, principalmente no Minho, ocupavam as maçãs um lugar de destaque e representavam uma espirituosa alegoria: quando se celebrava um consórcio auspicioso fazia-se um arco de canas e lindamente enfeitado de murta, flores e espelhos, para, no regresso da igreja, os noivos passarem por debaixo. Do centro do arco penduravam uma maçã e um limão. A noiva colhia a maçã e dava-a ao noivo, querendo dizer com isto que só lhe daria satisfação e doçura e nunca teria tentações... provavelmente como as que dominaram Eva. O noivo colhia o limão e dava-o à noiva para não ter fastio e viver com gosto⁹¹.

Quando publiquei na *Revista de Guimarães*, vol. VIII, n.º 1 de 1891, os *Costumes Famalicenses* contei esta costumeira em *O Correio da Manhã*, n.º 1924, de 20 de Fevereiro do mesmo ano, apreciando especialmente esta, a XV da colecção, fez-lhe este engraçado comentário:

“Percebe-se que este costume acabasse com o progresso dos costumes. Se é verdade o que diz Camilo Castelo Branco das virtudes do Minho, já são raras as noivas que dão maçãs sem as trincarem primeiro, e pelo caminho que leva a agricultura também já não há noivo que deseje que a mulher não tenha fastio.”

Ofuscado pela vaidade de que *empolguei* a vossas ex.^{as} com a *apologia* que fiz do «fruto proibido» a ponto de conseguir que vão substituir, ao *dessert*, o crónico prato de queijo por boas maçãs – queijo que tem o inconveniente de causar hipocondria, tédio e até loucura a quem dele abusar diariamente –, indico-lhes as seguintes variedades que, por experiência, sei são das melhores: *Malapio de Gouveia* (muito grande, muito boa e amadurecida de Dezembro a Abril); *Grand Alexandre* (magnífica, muito grande e muito fértil. Maturação de Outubro a Dezembro); *Espiega de Espanha* (uma das melhores maçãs de inverno); *Belle de Pontoise* (muito grande açucarada e muito fértil. Maturação de Dezembro a Março); *Camoêsa de Coura* (muito boa e doce. Maturação de Novembro a Abril); *Victor Hage* (grande fertilidade. Muito perfumada, muito grande e um pouco acidulada); *Leiria* (muito fina. Maturação em Agosto); *Reineta deliciosa* (magnífica e levemente ácida. É das melhores variedades para fazer doce); *Reineta do Canadá* (muito fértil, muito grande e muito boa. Maturação de Dezembro a Fevereiro); *Espelho* (uma das melhores para o mercado e embarque. Muito temporã e fértil).

Já me referi com apreço na *Lavoura*, em o n.º 8 de 1 de Outubro de 1912⁹² a esta variedade quando contei que salvei uma «maceira espelho» quase morta por uma larva (*Cossus ligni-perda*) que a furou, introduzindo-lhe bocados de carboneto de cálcio humedecido pelos buracos que lhe encontrei. Esqueceu-me nessa ocasião de acrescentar que o carboneto de cálcio também mata o pulgão lanígero (*Schizoneura lanigera*) sendo metido

.....
⁹¹ O último arco de casamento que se fez em S. Tiago da Cruz, Famalicão, foi, há 36 anos, para festejar as primeiras núpcias do sr. Bernardo Pindela, depois Conde de Amoso, quando suas ex.^{as} vieram passar a lua-de-mel para o solar de Pindela. Esta linda tradição não caiu completamente em desuso neste concelho: ainda este ano se armou um arco de casamento, como o que descrevi, na freguesia de Gondifelos para solenizar a primeira visita de uns noivos à exma. família da ilustre Casa de Cruges do muito ilustrado redactor deste jornal, sr. Duarte Menezes.

⁹² Aplicações do carboneto de cálcio e dos seus resíduos à agricultura.

na terra, ao redor do pé da macieira, em bocados, embrulhados em papel poroso, para que o gás acetileno que dele se desenvolve com a humidade do solo, se evapore pouco a pouco.

Vossas ex.^{as} têm-se sede, com certeza, porque me vou tornando maçador de mais...mas agora não vou terminar sem lhes ensinar como se faz com o sumo das maçãs, uma deliciosa e saudável bebida, chamada cidra, para lhes matar a secura.

Colhem-se maduras e partem-se ao meio. Depois de limpas das pevides e do podre pisam-se no lugar, com cepos de pau, ou moem-se nas máquinas raladoras ou nas de esmagar uvas. A massa fica a fermentar meio-dia até dar todo o líquido que se deve passar por um crivo ou cesto de malhas apertadas quando se envasilhar. Este vinho é muito sujeito à acetificação e, por isso, convém deitá-lo em barris de poucos almudes e tê-los sempre bem atestados; mas se azedar não há melhor vinagre. E se lhe deitarem um bocado da planta estragão (*artemisia dracunculul*) fica com um agradabilíssimo aroma, delicioso, *sui generis!*

Tenho gabado tanto as maçãs que é de presumir que desejem fazer enxertos de algumas das qualidades que citei e, por isso, lembro que a enxertia se faz de garfo, de Fevereiro a Março; de coroa, de Março a Abril e de escudo em Agosto, nas macieiras nascidas de pevide, vulgarmente chamadas bravas.

Muito tenho ainda que dizer sobre o assunto: tratamento das doenças – tinha da macieira, cancro, fungo que ataca as folhas e frutos, larvas que furam as varas, pirale; adubação, plantação e poda, que também tem que saber, mas ficará para outra vez.

Póda mereço eu agora por ter abusado da benevolência de vossas ex.^{as} demorando-me tanto tempo a cozinhar esta insípida maionese de maçãs.

OS LIMOEIROS⁹³

A cultura de limoeiro de fruto azedo está muito descurada entre nós apesar de dar lucros sobejamente remunerativos.

É rara a propriedade rural, onde não vegete um limoeiro, mas não conhecemos nenhuma onde se cultivem em grande escala, como por exemplo na Espanha e na Itália – países que mais exportam para os mercados europeus. Só a Cecília exporta para os Estados-Unidos da América, república Argentina e Austrália, possessão inglesa na Oceânia, milhares de toneladas de limões e computa-se o valor da sua produção anualmente em cerca de cinco mil contos.

Como sabem, os limões têm muitas aplicações na arte culinária, preparo de doces, pastilhas, rebuçados, na medicina e em refrigerantes. O suco e a polpa emprega-se contra o escorbuto e litíase biliar. É adstringente e anti-séptico. Dá bom resultado na cura de inflamações de garganta: temos curado rapidamente todas as anginas que temos sofrido, gargarejando e bebendo aos goles, logo aos primeiros sintomas da doença, durante o dia, algumas colheres das de sopa, cheias de sumo de limão, adoçada cada uma com uma colher das de chá cheia de açúcar. É também um magnífico preservativo da febre tifóide, porque o ácido cítrico mata prontamente os bacilos do tifo. A essência que se contém na casca, epicarpo (obtém-se por compressão ou destilação) é estomacal e antispasmódica. Os limões são também muito aconselhados para a cura do reumatismo e gota.

Se têm interesse em conhecer a receita encontram-na [em] *O Lavrador* n.º 131 de Julho de 1914 e [em] *O Século Agrícola* n.º 115 de Outubro do mesmo ano.

É preciso ter em consideração que o sumo do limão é incompatível pelo menos com os alcalis, carbonatos alcalinos, emulsões e leite. Não conhecemos refrigerante superior ao de um copo de água açucarada, fria, fresca, leve, pura e cristalina, com uma rodela de limão! É muito mais agradável do que a limonada preparada

⁹³ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 5, n.º 13 (1 Mar. 1916), pp. 1-2; Ano 1, n.º 14 (1 Abr. 1916), pp. 1-2; Ano 1, n.º 15 (1 Maio 1916), p. 3; Ano 1, n.º 17 (1 Jul. 1916), p. 2].

com o sumo, porque o epicarpo contém a essência e satura rapidamente a água, imprimindo-lhe um delicioso sabor, sem o inconveniente do suco que causa azia a quem sofrer do estômago.

Apreciamos muito esta bebida, mas quando nos lembramos duma limonada que, há anos, vimos aviar a um vendedor ambulante perdemos a vontade se lhe tocar com os lábios ainda que estejamos abrasados com sede.

Foi a 24 de Julho na Romaria do Senhor dos Aflitos, a mais linda, pitoresca e concorrida do concelho de Famalicão⁹⁴. Num ano de grande estiagem a «Fonte dos Aflitos» tinha secado e a que ficava mais perto, a «Fonte da Atrancada», deitava tão pouco e tinha uma fileira de cântaros tão comprida aguardando a vez que, quem esperasse pelo último, para beber estalaria primeiro a sede. E, nessa tarde, o calor era abafadiço, tropical, calcinador!

Em frente desta contrariedade, um dos vendedores de limonada, considerando que estava a perder tempo e dinheiro – *time is money* – resolveu-se a mergulhar o seu pipote, até o encher, na poça para onde caíam os escorrimentos da fonte – pocilga em que umas romeiras acabavam de lavar os pés e as pernas sujas da poeira! Depois partiu ao meio três limões com uma navalha velha e ferrugenta. Esfuracou-os com as unhas negras, compridas como sachos; apertou-os entre as porcas e calosas mãos e espremeu-os sobre o batoque; cortou-os dentro do pipinho e mais um cartucho de açúcar mascavado, amarelo como barro. E, daí a pouco, lá andava o latação, em mangas de camisa de estopa, de pipote a tiracolo, a ferver por entre o povo, apregoando: – «Limonada fresca d'água pura!»

Os limoeiros desenvolvem-se e produzem muito bem em o nosso clima e, estando em exposição abrigada e soalheira, a frutificação é abundante e sucessiva. Nos lugares ermos cultivam-se em espaldeira encostados aos muros. São muito atreitos às cochonilhas, ferrugem, cancro e pulgão e como a maior parte dos proprietários e lavradores os não tratam das doenças, por ignorância ou desmazelo, secam muitos e daí o desânimo no cultivo em grande escala. Nem sequer lhe deitam no pé as cinzas da lareira, que tão proveitosas lhes são.

Há tempos, aconselhamos o sr. Manuel do Prado, lavrador destes arredores, a que fizesse alporques dum vigoroso limoeiro que tem no seu quintal, a fim de o multiplicar. Respondeu-nos que não valia a pena, porque já lhe tinham secado três atacados por uns bichinhos, que nasceram dos avos que estavam metidos nuns casulos brancos agarrados aos ramos dos limoeiros e depois, desde Junho e Setembro, tomaram a forma de pequeninas lapas com a cabecinha acastanhada. Os limoeiros cobriram-se de ferrugem, como a fuligem das chaminés, e os tais bichinhos agarram-se às folhas, que foram sugando até que os limoeiros secaram. Explicamos-lhe que era a *Icerya purchasi* e que se combatia radicalmente, apesar do seu resistente escudo protector, com uma espécie de joaninha, a *Vedalia Cardinalis*, que lhe devora os ovos e as larvas. Aconselhamo-lo a que limpasse, podasse e adubasse bem o limoeiro e desse imediatamente parte do flagelo ao regedor da freguesia, para ele requisitar, como é da sua obrigação, por intermédio do administrador do concelho, do agrónomo distrital ou da Direcção-Geral de Agricultura, colónias de *Vedalias*, que são remetidas gratuitamente pelo correio a quem as solicitar. Informámo-lo de que havia outros tratamentos para combater a *Icerya*, como a emulsão de sabão e petróleo ou, ainda melhor, óleo de sementes e petróleo, aplicados no Inverno, e recentemente um preparado americano o *Galgoly*, que, segundo dizem, mata todas as larvas e cochonilhas. Demos, porém, de conselho ao sr. Manuel do Prado que preferisse as *Vedalias*, não só por serem de graça mas porque o resultado na destruição da *Icerya* era fatal, salvando assim o seu limoeiro e obstando a que as cochonilhas se propagassem pela vizinhança e também pelas laranjeiras. Explicámo-lhes que existiam outras doenças que matavam os limoeiros: o cancro, que principia por nódoas pretas no pé e degeneram em chagas, mas que se cura cortando a parte podre e pincelando os golpes com piche, sistema

.....
⁹⁴ V. O Sorriso, quinzenário literário e humorístico, de Famalicão, 23 quinzena de Julho de 1913, n.º14 “A Romaria do Senhor dos Aflitos”.

por nós adoptado em todos os golpes dos vegetais, e regando as raízes com uma solução de sulfato de ferro a 5%, que também combate a clorose; o pulgão que se destrói com dez e meia grãos de permanganato de potássio em dez litros de água; a ferrugem, quase sempre consequência das cochonilhas, pulverizando-os com água de calou sulfato de ferro a 10% e que os musgos e licnes desapareciam esmagando-os com a luva *Sabaté* ou pincelando-os com água de calou sulfato de ferro a 25%.

A sr.^a Maria Rita, mulher do sr. Manuel do Prado, que estava sentada no limiar da cozinha a escolher as couves para a ceia, encolheu os ombros e fez-nos esta observação:

– Eu digo a V. Ex.^a o que disse o meu Manuel: não faz minguá andar com tantos trabalhos; o nosso limoeiro não rende três tostões por ano e a gente apenas lhe aproveita, lá de tempos a tempos, um limão para as papas, por que, cá para nós, o único préstimo dos limões é o de tirar o fastio.

Já dizia minha mãezinha, que Deus lhe fale na alma, que lho contava o avô dela, quando era cachopa, que uma sua tia já cantava esta cantiga:

O limão tira o fastio
A laranja o bem querer:
Tira de mim o sentido,
Se me queres ver morrer.

Fizemos as diligências por convencer esta pobre gente, tão boa como ignorante, do grande préstimo dos limoeiros e bom rendimento que davam. Contamos-lhe que alguns chegam a produzir cinco mil limões por ano e que possuímos um que nos rende, termo médio, cinco escudos anualmente e mais a nossa freguesia dos limões, a sr.^a Luísa da Agra, do lugar da Eira Pedrinha, da freguesia de Mouquim – uma agenciaria de cabelos brancos, magra, baixa, prazenteira e palradora, muito lisa nos seus contratos, que todas as Quartas-Feiras V. Ex.^a encontra na vila, na fileira das vendedeiras de fruta, com um açafate dos melhores limões do concelho – raras vezes paga os nossos a mais de trinta centavos (300 réis) o cento. Se têm grande empenho em obterem limoeiros desta qualidade, o nosso criado está autorizado a vender alguns alporques a cinquenta centavos (500 réis) cada um. Agora são um pouco mais caros, por causa da guerra, já se vê.

Já nos íamos esquecendo de dizer que contamos à sr.^a Maria Rita que os limões, além dos préstimos já indicados, têm ainda a vantagem de tirar rapidamente as nódoas dos dedos manchados por tinta de escrever; põem as unhas brancas e luzidias como jaspe e fazem desaparecer as nódoas de ferro da roupa branca, embebendo-as em sumo de limão e sal derretido, sendo porém necessário insistir tanto quanto mais velha for a nódoa.

A «Zefinha», filha da sr.^a Maria Rita, que assistiu, toda ouvidos, encostada à ombreira da cozinha, à nossa palestra – uma magricelas dos seus vinte anos, de cabelinho na venta, beiços grossos e profundas olheiras, que mais lhe afloravam os olhos maliciosos, pretos como amoras, também meteu a colherada na conversa, e, deixando-nos ver num sorriso os lindos e brancos dentes, fez-nos este comentário jocoso:

– Faltou a V. S.^a acrescentar também o limão tira nódoas do coração... Não tem ouvido por aí esta cantiga:

Quem quer vender que eu compro,
Um limão por um vintém,
Para tirar uma nódoa
Que o meu coração tem?

Depois ficou pensativa e monologou: – «A nódoa que eu tenho no meu não há limões que a tirem!...»

Perguntamos à «Zefinha» se conhecia mais alguma variedade além da de «dois mamilos» que tinha no seu quintal – que produz frutos medianos, afuzados e ventrudos e cujo nome é bem adequado porque cada

extremidade tem um mamilo – e, como nos respondesse negativamente aconselhamo-la a que experimentasse outros e, entre as quarenta e oito variedades que conhecemos, indicamos-lhe o «galego», o «napolitano», o «gentil», o «imperial» e o «paraíso».

Aos lábios da cachopa assomou um triste sorriso e, com pesar, confessou-nos que já se contentava se ao menos pudesse esquecer a nódoa que lhe caíra no coração.

Lembramos-lhe então que consultasse um cantador destas circunvizinhas, o António Pato, que, todos os Domingos de tarde, lhe passava à porta, de banza a tiracolo, cantarolando e lamuriando-se do seu estado.

– É certo – confirmou a «Zefinha»: tenho-lhe ouvido muitas vezes cantar à viola:

Ai... tanto limão, tanta lima,
Tanta silva, tanta amora;
Tanta menina bonita
Só meu pai sem uma nora!...

Passaram-se meses: a magricelas da «Zefinha» pegou-se de amores com o cantador. Agora está gorda como um texugo (*meles vulgaris*). Contou-nos há dias que lhe desaparecera a nódoa do coração, sentindo apenas enjoos e dores de cabeça. Receitamos-lhe que bebesse dois decilitros de água fria com uma colher das de sopa cheia de sumo de limão, que é remédio evidente para as acalmar.

O que nós não explicamos ao sr. Manuel do Prado, nem à mulher nem à filha, porque era perder tempo e – *noite miterre margaritas ante porcos* – é que uma indústria que devia dar bons interesses era a exploração, em grande escala, do ácido cítrico, que se obtém do sumo de limão, clarificado por fermentação pela cal e decomposto o produto (citrato de cálcio) pelo ácido sulfúrico. Mas não o vendam todo: deixem ficar uma porção para uso doméstico, porque a carne de vaca já vai faltando em alguns concelhos e subindo de preço, por causa da guerra, já se vê... e se a quiserem conservar por uns quinze dias deem-lhe uma solução de ácido cítrico a cinco por cento.

Errata – a preparado americano que citamos em último n.º para combater os parasitas dos pomares chama-se Gargoyle e não *Gargoly*, como por lapso escrevemos.

O LINHO⁹⁵

A cultura e fiação do linho português já tinha fama nos princípios da nossa nacionalidade e o tecido desta fiação atingiu actualmente tão elevado grau de prosperidade e apreço como as rendas da Bélgica e os panos da Bretanha, principalmente o de Guimarães,

“...berço vetusto
do primo rei português...”⁹⁶

No século XVI era tão grande a nomeada da finura, dureza, brancura e perfeição do fio de linho de Portugal que era vulgar em Itália e Espanha um jogo popular infantil que principiava assim:

“De Francia vengo, señora
de por hilo português.”

⁹⁵ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 6, n.º 33 (Nov. 1917), pp. 1-2; n.º 34 (Dez. 1917), p. 1; n.º 36 (Fev. 1918), pp. 1-2].

⁹⁶ “Guimarães”, bela poesia do sr. dr. Francisco Martins Sarmiento, distinto poeta e sábio arqueólogo vimaranense, falecido em 9 de Agosto de 1899.

– e na novela *Picara Justina* (1605) de Lopez de Ubeda figura uma rapariga ladina que é comparada

“en enredos, hilo português...”

Tenho notado que a cultura do linho tem diminuído consideravelmente no Minho, e provavelmente nas outras províncias, desde a introdução dos tecidos de algodão, que ficavam baratíssimos antes de estalar a guerra que nos flagela: “Calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que ou se não padeça ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro...”⁹⁷.

Como presentemente o algodão está por um preço exorbitante – e receia-se que brevemente paralise as fábricas no norte do país por estar quase esgotado o *stock* do que possuíam – tem aumentado progressivamente o cultivo do linho desde 1915.

As famílias rurais voltaram a preparar, como antigamente, o seu bragal de «pano caseiro».

A cultura desta planta têxtil é das explorações agrícolas, desde a sementeira até que a filaça esteja pronta para a urdidura, a que passa por mais fases e a mais trabalhosa.

Carece de terra fresca, rica em alimentos assimiláveis, lavrada fundo, gradada e alisada.

O linho de sequeiro semeia-se em Outubro e Novembro e o regadio em Março, Abril e Maio.

O mestre de agricultura sr. Paulo de Morais, já falecido, aconselha na sua notável obra *Manual de Agricultura Elementar e Prática*, a págs. 250, que se deve semear por hectare 220 litros para obter linho forte; 560¹ para produzir linho fino, de 18 qualidade, e 100¹ para aproveitar só a semente.

O ilustre agrónomo sr. C. Alves de Lima afirma na *Tabela dos Elementos* «que as colheitas tiram por hectare», a págs. 80 do seu apreciado livro *Adubos Químicos e Estrumes*, que 400 kilos de linho seco contém (em palha e semente) 33,30 de azoto; 21,80 de ácido fosfórico; 40,20 de potassa e 30,30 de cal.

Por esta tabela calcula-se facilmente, depois de analisada a terra que se pretende semear, a percentagem de adubos a incorporar no estrume de curral para a cultura racional desta planta⁹⁸.

É preciso, porém, ter em consideração que o melhor estrume de quinta enrimado e bem tratado, no fim de três meses apresenta a composição média seguinte, por tonelada: azoto 4,7k; ácido fosfórico 3k e potassa 5,2 K, na autorizada opinião do meu distinto patricio, abalizado agrónomo e primoroso escritor sr. João da Mota Prego⁹⁹.

O produto médio do linho é de 400 k de filaça por hectare e 100¹ de semente.

A farinha da semente é, como sabem, emoliente e empregada contra as constipações.

As sementes produzem 12% de óleo.

Os resíduos da fabricação são dos melhores alimentos para engorda do gado e para estrume.

Diz o ABC da agricultura, n.º 15 de Janeiro de 1914, que 100 quilos de pasta de segmentos de linho contém 56 kilos de azoto; 18,7 de ácido fosfórico e 13,8 de potassa.

A caseira da «Quinta de Ribela» de S. Tiago da Cruz, contou-me que semeou este ano, em princípio de Maio, rasa e meia de linhaça e arrancou o linho a 24 de Julho.

Colheu três rasas e meia de semente e sete afusais de linho.

O preço do alqueire, de 17,113 litros de linhaça regulava o ano passado a 2\$50.

⁹⁷ Pe. António Vieira, o mais eloquente orador sagrado do século XVII e o primeiro clássico da língua portuguesa.

⁹⁸ Cultura racional é aquela em que o lavrador aproveitando-se da riqueza natural do solo, vai em todo o caso indemnizando-o anualmente dos roubos que lhe faz pelas culturas sucessivas. *Guia Prática para o Emprego dos Adubos em Portugal*, por João da Mota Prego, págs. 8.

⁹⁹ Obr. cit., págs. 41.

“Um afusal de linho – diz a minha informadora – tem 24 pares de “manadas” e rende ao pé de dois e meio arratéis de linho, dois e meio de estopa e um de tomentos. Duas libras de linho (uma para urdir e outra para tecer) devem dar 10 varas de pano. Duas libras de estopa rendem perto de 7 varas e 2 libras de tomentos tecem 5 a 6 varas. O afusal tem 4 arratéis – continua a informadora – mas os feitos aqui por nós lavradeiras são formados de 48 manadas que pesam umas 3 libras ou 6 arratéis. Os preços da tecedura nos teares destes arredores são, nos tempos que correm, por cada vara de linho seis vinténs e pelos tomentos três vinténs. Há três anos os preços da tecelagem regulavam por menos de metade.» Não se admirem da camponesa usar ainda das antigas medidas. É vulgar nas freguesias rurais. A medida de capacidade geralmente adoptada neste concelho é a antiga de 17,113 litros em vez da de lei de 20 litros.

A lâ das ovelhas pesa-se por libra; medem-se os líquidos ao quartilho, as teias às varas e as obras de pedreiro às braças, não obstante as medidas métricas terem principiado a adoptar-se em o nosso país desde 1 de Janeiro de 1860, como preceitua o decreto de 13 de Fevereiro de 1852 a respeito das lineares, e desde 1 de Outubro de 1868, como dispõe o decreto de 22 de Agosto de 1867, com relação às de capacidade, volume e superfície.

O povo é aferrado à tradição e não se obliteram facilmente antiquíssimos e enraizados costumes...

Digna de admiração é a costumeira, que tenho presenciado em algumas freguesias deste concelho, na arrancada no linho, chamada «talha uma camisa».

Os mancebos agarram-se às cachopas da sua igualha e agrado e rebolam-se abraçados sobre o talhão do linho, de lés-a-lés, alegres e indiferentes às galhofas e apupos do rancho que trabalha na arrancada!

Também se chama a este velho e divertido costume encamisar – e, em verdade vos digo, apontam-se mancebos – coitados! – que, em consequência de o terem seguido à risca, estão metidos numa verdadeira camisa de 11 varas ...

Após a arrancada ripa-se o linho no ripanso de dentes de pau para lhe aproveitar alinhaça (*semina lini*). Ata-se a filaça aos molhos e põe-se em maceração, a curtir, em água corrente durante 6 dias ou 9 em água represada, para perder a matéria micilaginosa. Feita a cortimenta seca-se ao sol. Segue-se a transformação da filaça, no engenho de linho, em pasta de filamentos a que dão o nome de mantas, que saem dos cilindros do engenho com cerca de dois palmos de largura por catorze de comprimento.

À operação seguinte chama-se espadelar. Consiste em bater a filaça, no gume do espadelador de pau canelado, com a espadela – cutelo de madeira – para separar o linho dos tomentos. Trata-se depois da sedagem no sedeiro – pente com muitos dentes enfileirados de arame aguçado – para apartar o linho da estopa. A estopa penteia-se, restela-se num pente de grandes pregos de ferro chamado restêlo. O linho, estopa e tomentos enfeixa-se separadamente e dos molhos tiram-se estrigas para fiar na róca. Saem as fibras da roca em fio cru formando no fuso a massaroca. Dobam-se as massarocas no sarilho até fazer meada. Cada uma é ligada por um fio torcido, o costal, ficando à vista uma linha da meada atada em laço para se não envencilhar.

Recordo-me de ouvir a uma velhinha que estava a dobar, e cuja meada se envencilhou, esta cantiga:

Roda, roda, dobadoira,
Não me embrulhes a meada!
Que o meu novelo é pequeno
E já tenho a mão cansada!

As meadas curam-se com líxivia a ferver – água filtrada através de cinzas da borralheira peneirada, tendo em deluição os sais que elas contém. Se quiserem que as meadas adquirem a alvura dos panos de linho da Bretanha e Irlanda fervam-nas depois, durante uma hora, em água suficiente com manadas de carvão vegetal em pó. Lavem-nas em seguida e sequem-nas ao sol. Expõem-se as meadas, enfiadas em varas, no

coradouro, e borrifam-se algumas vezes durante alguns dias pelo ralo dum regador, até branquearem aos raios do sol. Metem-se depois na dobadura e dobra-se o fiado, formando novelos com que se fabrica a tecelagem.

Como vêem, é muito trabalhoso o cultivo do linho desde a sementeira até à tecedura, mas, ainda assim, é arte que se deve explorar em grande escala porque actualmente dá grandes interesses.

A variedade de cultura de produtos equilibra a economia agrícola... mas nesta produtiva e abençoada terra portuguesa só se cuida a valer da plantação de vides!

Quando a crise vinícola nos assoberbar convencer-se-ão da imprevidência e hão-de arrepender-se por não terem ampliado a área do cultivo de cereais e das plantas têxteis e aproveitado a exploração doutros ramos lucrativos da agricultura como, por exemplo, a pomicultura, a avicultura e a sericultura...

Não sei se os meus caros leitores têm notado que, nos princípios do Outono, quando as andorinhas emigram, principiam as lavradeiras a fiar e a dobar, e, quando elas voltam, na Primavera, andam a corar, na verde relva dos campos, as meadas e as teias, e que é por este motivo que o canto das andorinhas, bem interpretado, diz o povo, deve traduzir-se assim:

Fiadeiras que as fiastes,
Coradeiras que corastes,
Em quanto eu fui ao mar
E vim, vim, vim, vim vim?

Estas lindas avezinhas – muito úteis pela enorme quantidade de insectos que apanham no ar e, por isso voam sempre com o bico aberto –, correspondem com esta saudação ao preço em que as tem o povo rural que, quando elas regressam, também lhes faz este carinhoso cumprimento:

Andorinhas loucas!
Porque fostes tantas?
Porque vindes poucas?¹⁰⁰

A última espadelada a que assisti foi, na eira da Rosa do Adro, numa linda noite de luar de 13 de Novembro de 1895.

A data e o serão ficaram-se impressos indelevelmente na memória, porque nunca me ri a bandeiras despregadas e com tanta satisfação, por causa dum incidente cómico que presenciei, e vou contar, e também nunca me impressionei tão dolorosamente com uma desordem, como a que surgiu ao fechar da espadelada, lacrimosa e ensanguentada – origem da morte prematura da simpática e divertida Rosinha, a tecedeira.

Nessa época, entretinha-me a coleccionar os costumes, lendas, jogos infantis, cantigas populares e outros elementos que constituem o folclore¹⁰¹.

Procurava todas as fontes onde pudesse beber novos conhecimentos para os meus estudos predilectos, e, por este motivo, frequentava, durante a estada na aldeia, as esfolhadas, malhadas e espadeladas; observava meticulosamente os costumes; apreciava com interesse os trabalhos agrícolas e assistia aos serões,

¹⁰⁰ Tive o prazer de colher esta lenda da tradição oral. Era inédita, mas já a publiquei em 1911 no vol. XIV, pag. 301, da *Revista Lusitana* (arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal) redigido pelo erudito arqueólogo e escritor sr. dr. Leite de Vasconcelos.

¹⁰¹ As tradições populares de Vila Nova de Famalicão publiquei-as na *Revista de Guimarães* (publicação da Sociedade Martins Sarmiento), n.º 4 de 1889, vol. VI; 4 de 1890, vol. VII; 1 e 3 de 1891, vol. VIII e 4 de 1892 vol. IX e na *Nova Alvorada* (Revista mensal, literária e científica de Famalicão) em os n.º 3,4,6 e 9 do 11 ano (1892); 5, 8 e 10 do III ano e 1 do IV ano. Escrevi ainda outros artigos sobre folclore na citada revista (n.º 8 e 9 de 1891) e no *Vimaranense* de 5 de Março de 1895.

à lareira das camponesas, onde colhi de lábios ingénuos e rosados, com grande prazer espiritual, muitas e lindas tradições populares inéditas.

Parece à primeira vista um trabalho fútil e fácil, mas é irrefutável que o estudo do folclore tem subida importância científica¹⁰² e que é difícil ser um bom colector, porque o povo é geralmente desconfiado e esquivava-se a responder com sinceridade e a contar com franqueza as tradições populares por imaginar que o interrogamos de mofa ou gracejo.

Entrei, pois, na espadelada sem reboço, simplesmente com mira na colheita folclorista.

Cumprimentei a patroa e a neta. Receberam-me festivamente.

Aceitei com agrado o lugar que me ofereceram, no meio do escabelo, em que estavam assentadas.

Travei conversa animada com a avó da Rosinha e contei-lhe o que sabia a respeito da cultura do linho, adquirido na leitura de bons livros agrícolas e pela observação. A boa velhinha gabou-me a rjeza e finura de fibra do seu linho galego e chamou a minha atenção para a perfeição duma massaroca de fio muito igual, finíssimo e forte, que a neta estava a fiar, para se distrair, porque – informou-me contristada – a cachopa andava tão doente, triste e enfracada e com uma tosse tão agarrada ao peito – até tinha medo que desse em ética! – que já não tinha forças para tecer nem espadelar!...

Animeei a Rosinha; disse-lhe coisas amáveis; elogiei-lhe o primor do trabalho de roca e aproveitei o ensejo para continuar a preleccionar ex-cátedra: aconselhei-as a que experimentassem a cultura de linho de Riga da Rússia, mais rústico, abundante, comprido, rijo, flexível e branco, e o Mourisco, que é também famoso como se notava nesse tempo nos linhos de Bragança e Castelo Branco.

– Havemos de semeá-lo – afirmou a avó com sinceridade e convicção – porque já vejo que V. Ex.^a fala do linho com sabinça...

Era ao lusco-fusco.

Enquanto não rompeu o luar, uma candeia de ferro, a pingar graxa, pendurada pelo gancho, no braço mais alto dum «mancebo»¹⁰³ crepitou, bruxuleou e projectou no meio da eira uma luz tão mortiça que mal se conheciam as cachopas, «asseiadas» com os seus garridos trajes domingueiros que foram «rogadas» e espadelavam «de favor». O *tac-tac* das espadelas a bater o linho no vinco do espadelador, que seguravam com os pés e entre os joelhos; o «*brouhaa*», os descantes e as «musicatas» imprimiam ao serão um ar festivo de arraial. Os mancebos tiravam manadas dos feixes de linho e levavam-nas às «conversadas» e às raparigas a quem andavam a «fazer jogo», para espadelarem. Elas agradeciam com nozes ou maçãs pequeninas e coradinhas¹⁰⁴.

Parece-me que ainda estou a ver as consequências da resposta galhofeira que a Mariana do Outeiro deu ao João da Agra, que lhe pediu mais nozes, por que duas lhe saíram podres: – «Se me encontrares dentro de alguma, trinca-me!» Insistiu, mas, como não foi atendido, disfarçou, sentou-se ao seu lado, no mesmo banco, a puxar conversa. Quando a pilhou distraída, meteu-lhe a mão na algibeira, sorrateiramente. A Mariana, apenas lha pressentiu, repreendeu-o agastada: – “Tire daí já os cotos, seu atrevido!» Custava-lhe a retirá-la porque a tinha cheia de nozes e continuou a mexer, desculpando-se: que era gracejo e, já agora, tivesse paciência, esperasse um pouco, porque a abertura da algibeira era apertada e tinha a mão esganada... Ela zangou-se com a demora e deu-lhe um encontrão com tanta gana que a tripeça, em que estavam sentados, desequilibrou-se e caíram ambos, de costas, estatelados nas pedras da eira. O Agra ficou com a mão presa,

.....
¹⁰² V. o prólogo das *Tradições Populares de Portugal* pelo sr. dr. J.[osé] Leite de Vasconcelos

¹⁰³ Suporte de pau com tomos ou pregos para segurar as candeias.

¹⁰⁴ V. o meu artigo «As Maçãs», em *A Lavoura [do Minho]*, n.º 5, de 1914.

encafuada no bolso da Mariana, e ela numa pose tão cómica – à *étaler les miracles de la nature* – (ainda se não usavam saias travadinhas) que provocou estridentes gargalhadas e apupos quando ele gritou:

– «Oh diabo! Olha que me dói! Deixa-me a orelha!...»

O mariola aproveitava-se da favorável posição em que ficara para lhe furtar um beijo que a Mariana retribuiu com uma furiosa mordedela!... – que não era de esperar – dizia o João da Agra – porque, ainda há instantes, lhe dera um beliscãozinho num quadril e ela meneara a cabeça a sorrir...

Como vem *ad rem*, dou ao jovem leitor o seguinte conselho, traduzido dum poeta francês, cujo nome me não ocorre agora.

Duma cousa vos aviso:
Não vos esqueça – imprudentes
Que p'ra formar um sorriso
São precisos – lábios e dentes.

E antes que ameis – cautela
Com tais brincos da natura:
Co' o lábio beija-nos ela,
Co'o dente ... que mordedura!

la começar a servir-se às «espadeladeiras», num açafate, «de rodada», o «ceinho» – sardinhas fritas, pão e vinho – quando entrou «de restolho», pela porta fronha, uma «estúrdia» de mascarados, composta de violas, cavaquinho, harmónicas, pandeireta e castanholas, a tocar, num «alegre vivo», a «Chula» e a cantar:

Loureiro, verde loureiro,
A baga é o teu fruto;
Foste o meu amor primeiro,
Deixar-te custa-me muito!

Um dos da «serãozada», com o rosto oculto pelo capuz do gabão alentejano que envergava, deu dois passos à frente da «musicata» e, voltado para a Rosinha, «botou», em falsete, estas duas cantigas:

Costumei tanto os meus olhos
A namorarem os teus,
Que de tanto confundi-los
Já não sei quais são os meus!

A cachopa corou, baixou-os, e tão trémula ficou que lhe caiu o fuso da mão. Decorridos segundos, jogou-lhe a segunda mais certa:

Quem me dera ser ditoso
Como o linho que fiais!
Como vós ao linho dais!

Impressionaram-na as alusões directas, e a voz disfarçada do cantador alvoroçou-a: recordava-lhe, num amálgama de gozo e dor – saudades! – o timbre da do Morgado, que a desprezara, sem tirte nem guarte, a ela que tanto o amara!

Fora o primeiro amor, que lhe brotara do coração, cândido, platónico, ideal, como o de Victória Collona, e deslizou mais tarde em pecaminoso, como o de Margarida do Fausto, que passou da inocência ao pecado, redimido pela oração fervorosa e arrependimento sincero.

Por ele ainda bebia os ventos... Segredava-se que o rompimento fora motivado por ciúmes dum poeta famalicense, galante e conquistador, então quintanista de direito, que, durante as últimas férias de 1895, frequentara, com assiduidade, o tear da Rosa do Adro, onde improvisava cantigas para as ouvir cantar à tecedeira...

Dizia-se também que o Morgado aproveitara o pretexto para se descartar, por que andava a «rentar» a filha dum rico brasileiro de Landim.

A Rosinha era uma boa rapariga na flor da idade, engraçada e linda como os amores. Tinha prosápia de ser, e foi, a melhor cantadeira destes arredores.

Animaram-na a que respondesse.

Hesitou... mas lembrou-se duma das trovas, que o poeta lhe ensinara, e estava mesmo a calhar...

Vacilou ainda... um acesso febril deu-lhe forças; a comoção nervosa resolveu-a, e, numa voz débil e trémula, respondeu-lhe finalmente:

O beijo que me tiraste
Perdeu-se no ar; a flor
Colhe-se sempre na haste...
Na boca é que tem sabor...¹⁰⁵

Foi um sucesso! Palmas, «bravos» e vivas reboaram por muito tempo. O cantador ficou desorientado... Passados minutos, do meio da «estúrdia», um mascarado, indiscreto, a cambalear, e a emperrar-lhe a fala, afoitou-o:

– “En... tão sôr Mor... gado!...Res... pon... da-lhe, ou dê...lhe um bei... jo... de paz!”

Levantou-se um burburinho na espadelada. Exclamações indignadas de reprovação explodiram:

– O Morgado de Corundela!...¹⁰⁶

Pouca vergonha! Ter o ousio de vir aqui injuriar a pobre cachopa que nunca lhe foi «falsa»! Que grande excomungado! Nem sequer tem remorsos de a ver ética e *namorada*!... O João da Agra, primo da Rosinha, agarrou enfurecido num cacete, «*cresceu*» para os da «*Seransada*» e, fazendo «*varrimenta*» levou-os de roldão pelo portal fronho até à estrada. Armou-se uma grande desordem. Formaram-se dois partidos. Os paus cruzavam-se e partiam-se com valentia, manchados de sangue. As «espadeladeiras» pediam, suplicavam, imploravam lacrimosas: – “Paz!... Paz!...” Outras gritavam: “*Vitó-se-rio!*...”, “*Vitó-serio!*...” e “*Aqui d’El-rei!*...” Gritos de desespero ecoaram ao longe...

A Rosinha afligiu-se, empalideceu, tremeu e caiu de bruços, na eira, golfando sangue. Levaram-na nos braços, lívida e fria, para o leito... Três meses depois, a 13 de Março de 1896, fomos, eu e o dr. Sebastião de Carvalho, dar um passeio até à aldeia, oxigenar os pulmões, por caminhos vicinais, que ambos preferimos à estrada de *macadam*: eu, principalmente, com o fim de fazer colheita folclorista, ouvir cantigas populares, que o meu bom e intelectual companheiro também escutava entusiasmado e apreciava analiticamente, com o apurado gosto artístico de poeta *hors ligne*, por que, dizia ele: – «As cantigas populares dão a medida da capacidade estética do povo que as canta.»

¹⁰⁵ Cf. os *Cantares* do sr. dr. Sebastião de Carvalho.

¹⁰⁶ Com esta epígrafe inseri em folhetim, na *Estrela do Minho*, n.º 877 a 879 inclusivé, em 1912, o excerto dum romance em preparação. Será publicado em ocasião oportuna

Dávamos passeios pedestres, de léguas, que revigoram e fortificam a saúde, e subíamos, pelos córregos escarpados e pedregosos, lestos e sem fadiga – o temporal o mores! – até ao cume dos montes a espriar e regalar a vista nos belos panoramas deste lindo concelho de Famalicão!

Ao Sobreiro Grosso de Pindela, seguimos por um vetusto caminho, que foi via romana para a Brácara Augusta. O sino da igreja paroquial de S. Tiago da Cruz soluçava a finados.

Aquelas toadas fúnebres, cadenciadas, vagarosas, causavam-me impressão!...

A voz metálica do bronze tem vibrações atraentes e expressivas: o «repique festivo», de baptizado ou de gala, acelerado, tremido, tilintante, produz frémits de entusiasmo como um festival de crianças em folguedo; o «badalar a rebate», forte, agitado, nervoso, motiva alarme, aflição e terror como as labaredas de pavoroso incêndio em prédio habitado; o «toque da Avé-Maria», grave, melancólico, suave, levado nas brisas, ao por do sol, pela paz do campo, parece saturado de divindade e impulsiona à prece fervorosa; o «sinal da agonia», rigorosamente cadenciado, triste, lamentoso, soluçado, é emocionante como os cânticos que acompanham a Extrema-Unção; o «dobre a defunto», vagaroso, ritmado, agudo, plangente, é vibrátil como um grito lancinante de dor e saudade e impressiona como o cairel de insondável abismo adeus de algum ente querido, com o olhar embaciado, o rosto lívido, aljofrado de lágrimas e as mãos trémulas e frias apertando as nossas febris de comoção!...

Ao pé da «Quinta do Passal» surpreendeu-nos a dolorosa noticia da morte da Rosinha, que se ia dar à sepultura!

Resolvemos ir dizer-lhe adeus! Entramos contristados na igreja. Mal a vi, por que os olhos enevoaram-se-me de lágrimas...

O dr. Sebastião de Carvalho tirou da *boutonnière* um ramo de violetas e colocou-lho sobre o peito, junto à flor de laranjeira emurcheçada.

Poucas palavras trocámos no regresso à vila: dominava-nos o mesmo sentimento de pesar.

Em Gavião, à Trovisqueira, sentamo-nos a descansar nos degraus do cruzeiro que fica junto à estrada.

O doutor, com os cotovelos fincados nos dois joelhos e as mãos apertadas nos parietais, perguntou-me se conhecia a «Morta», de Luís de Guimarães.

Respondi negativamente.

Disse-me:

– Então ouça:

Meu amor! meu amor! hirta, gelada,
Dormes o sono que amedronta e aterra
Oh meu franzino bogary da serra!
Oh minha rosa pálida e magoada!

A alma gentil, a essência imaculada
Que teu corpo encerrou, meu corpo encerra;
Pois quando foste para a imensa terra
Num beijo eu te sorvi a alma adorada.

Pastam os vermes no teu colo airoso,
E sobre os lábios teus, Anjo saudoso
As negras larvas funerais se agitam!...

Mas, oh milagre! dentro do meu peito
Convulso, aflito, examine, desfeito,
Sinto dois corações! e ambos palpitam!

Precisamente um ano depois, a 13 de Março de 1897, aniversário da morte da tecedeira, recebi pelo correio, o belo soneto que vou transcrever do original, que guardo com subido apreço – soneto recentemente publicado pelo seu autor – o mimoso e brilhante poeta, considerado e talentoso advogado famalicense – sr. dr. Sebastião de Carvalho, no seu encantador livro de versos *Rosas da Minha Terra*, sob o título de

Rosa do Adro
A Abílio Brandão

Quem passava na estrada, logo à beira
Do adro da igreja, o som ouvia
Do fiar, baque-baque, que batia,
Movido pelas mãos da tecedeira.

A sua linda mão com que tecia
Lançava pelo urdume a lançadeira;
Entretecia a trama, e, sem canseira,
No tear, baque-baque, a teia urdia.

Há um ano que morreu a tecedeira...
Levava a lactescência dos lírios
E murcha a branca flor de laranjeira...

E cuido vê-la ainda, tenho-a impressa
Como a vi, à luz trémula dos círios,
Estendida ao comprido sobre a eça!

Nunca ouvi recitar tão bem e com tanto sentimento!... Reflecti, relacionei os acontecimentos, tirei ilações dos factos que presenciara, e, confesso-o agora sinceramente, disse *in petto*: – “Aqui há mistério!...”

O Morgado – coitado! – também já morreu.

Deus lhe perdoe a morte prematura da tecedeira, e a ela... por nos ter enganado a todos três!

MADemoISELLE “LAVOURA”¹⁰⁷

Venho colocar na *corbeille*, repleta de cartões de parabéns pelo 6.º aniversário de V. Ex^a, o meu bilhete de cordiais felicitações.

A pontualidade britânica, o *donaire*, a afabilidade e bondade com que V. Ex^a se apresenta, mensalmente, em casa de 491 lavradores¹⁰⁸ – a demonstrar e provar as vantagens da união da lavoura para o conseguimento das regalias a que tem jus; os óptimos e frutuozos ensinamentos agrícolas que semeia com ciência e arte; a insistência do desinteressado oferecimento, por intermédio da gentil *mademoiselle*, da valiosa e desvelada protecção do Papá – benemérito e venerando Sindicato – promotor de esplêndidas paradas agrícolas e fornecedor, aos consócios, de sulfato, enxofre e adubos químicos, seleccionados, a preços sem competidor, em que dispendeu no ano findo escudos 46.232\$78; o auxílio altruista que a respeitável Mamã de V.Ex.^a «Caixa de

¹⁰⁷ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 7, n.º 37 (Mar. 1918), pp. 1-2].

¹⁰⁸ É este o n.º de sócios do Sindicato de Famalicão; mas a edição mensal d’*A Lavoura* é de 1.600 exemplares, sendo os restantes distribuídos também gratuitamente pelos sócios dos sindicatos de Vila do Conde, Gondomar e Cabeceiras de Basto – (Nota da Redacção).

Crédito Agrícola», dispensa aos lavradores emprestando-lhes o capital de que careçam, a juro módico (cerca de escudos 15.000\$00 a 30 sócios em 1917), para granjeio das suas terras e corte cerce das garras aduncas dos usurários – e a defesa brilhante e fecunda feita por V. Ex.^a (no jornal, perante o Governo e estações oficiais, em favor dos legítimos interesses da agricultura – granjearam à ilustrada, afável e despretensiosa *mademoiselle* “Lavoura” inúmeras simpatias e dedicações.

O conjunto destas excepcionais qualidades de apresentação distinta, que os franceses classificam de *avoit de la ténue*, e que a prendada *mademoiselle* – apenas com seis primaveras! –, possui em subido grau, como uma grande dama –, mais arraigaram a dedicação e respeito que consagro a V. Ex.^a (e a gratidão imarcessível pelas referências amistosas com que me tem distinguido na imprensa.

Não olvido também a honra que o papá de V. Ex.^a (o meu ilustre amigo Sindicato, me concedeu de o representar no júri que classificou os produtos apresentados nas exposições agrícolas concelhias de 1916 e 1917).

Estão justificados os motivos porque eu venho com indizível prazer apresentar os meus respeitosos cumprimentos e saudações com sinceros e veementes votos pela preciosa vida da *mademoiselle* “Lavoura”, que Deus guarde por muitos anos, como é mister para a prosperidade agrícola deste encantador concelho de Famalicão.

MARMELOS E MARMELEIROS¹⁰⁹

Bateram-me hoje à porta dois marmelos que, depois dos cumprimentos do estilo, me falaram desta arte:

– Vimos pedir a V. S.^a para nos vender ao menos uma rasa de milho. Não fazemos questão do preço. É para dar de comer aos nossos filhinhos que estão esganados com fome! Temos corrido muitas freguesias e os lavradores respondem-nos que o não tem; só um o vendia, mas a dois mil réis o alqueire! É claro que o não compramos, porque uma rasa de milho por quatro coroas é uma exploração, é uma ladroeira!

– Não é tal – observei-lhes. – É barato. Por causa da estiagem vamos ter um ano muito escasso de milho, feijão e batatas. Os milheirais de sequeiro nem as sementes produzem e os dos restivos não nasceram!... Sabem quanto custa ao lavrador um arado, que importava há três anos em 6\$00? Custa 40\$00! Um carro de bois aparelhado ficava por 10 a 20\$00. Não se compra agora por menos de 60\$00. O preço das chapas de rodeiro era de 15\$00. Custam 50\$00! O enxofre está a \$35 e o sulfato de cobre para o tratamento das vides, a \$66 o quilo. Há falta de adubos químicos para fertilizar os campos e estão por um preço fabuloso! A propriedade está muito onerada com pesadas contribuições. O lavrador aumentou o salário aos jornaleiros e triplicou a despesa para os alimentar. Carece de fazer face a estes gastos. A febre de emigração dos trabalhadores agrícolas para França e Inglaterra – que, seduzidos por quatro libras em ouro, por mês, vão sacrificar a saúde e sofrer nostalgias! – está a sentir-se gravemente na falta de braços para agricultar os campos! Como se fora pouco a chamada às fileiras dos soldados licenciados – que se empregavam na lavoura – e estão a bater-se heroicamente, com os desumanos Alemães, na França, ao lado dos Aliados, e na África pela Pátria, Liberdade, Direito e Justiça!

Os artistas ouviram com atenção as razões que lhes apresentei para justificar o preço do alqueire de milho a dois escudos, mas continuaram a insistir:

– Venda-nos sequer uma rasa! É para matar a fome aos filhinhos!

Eu estava avisado de que um dos marmelos já o ano passado tinha conseguido, com idêntica lamúria, muitos alqueires de milho, por preço inferior ao do mercado, e fora vendê-los com bons lucros a um açambarcador. Como se tornassem impertinentes, fiz-lhes este reparo e pergunta:

.....
¹⁰⁹ [In *A Lavoura do Minho*. V. N. de Famalicão, Ano 7, n.º43 (Set. 1918), p. 1].

– Então vocês não fazem questão de preço e não quiseram o milho a dois escudos? Ainda que o tivesse também lho não vendia por menos, porque você (e apontei para o agente do açambarcador) vai negociá-lo com ganância.

O artista negou, mas ficou com cara de quem engoliu um marmelo cru. Citei-lhe factos irrefutáveis.

Confessou finalmente:

– Pois é verdade! Valho-me do nome dos filhos para comprar barato sim como os outros se valem da guerra para vender caro! Agora todos tratam de se governar... e nós precisamos de ganhá-lo para comer... Toda a questão social se resume nisto: comer e beber, como diz o nosso chefe, e diz bem...

– Alto lá! – atalhei eu – nem só de pão vive o homem.

– Mas o certo é – continuou ele – que sem alimento não há vida nem trabalho e se o estômago estiver vazio e a necessidade entrar pela porta a virtude sai pela janela. E a carestia dos géneros está insuportável: Custa um quilo de batatas \$16; o arroz \$86; o bacalhau \$90, a broa \$22 o quilo! E V. Ex.^a reprovava os expedientes de que lancei mão para poder comprar, para viver, por estes preços de usura! E talvez não tenha ainda notado os processos que usam a maior parte dos merceiros que ocultam os géneros, alegando que se acabaram, como sucedeu ultimamente com o açúcar, para o venderem dali a dias a 5\$000 reis o quilo! Por estes e outros meios semelhantes têm feito fortuna, nestes três últimos anos, muitos negociantes. Chamam-lhe por aí os «ricos novos»... São aos centos. Ainda há pouco passou por nós, ali na estrada, o Zé da esquina – que há 3 anos possuía apenas uma reles chafarica mal sortida e andava de chinelos de liga arreventados – repimpado no seu rico automóvel, pó, pó, pó, pó... numa corrida doida, envolvendo-nos em ondas de poeira! É por estas e outras que eu digo que para acabar com as desigualdades existentes nas condições sociais do mundo e resolver o importante problema das subsistências, só um governo socialista! – gritou o outro camarada de cabeleira, olhos esgazeados, num gesto de revolta, com o braço direito estendido, apontando com o *index* para o céu.

– Antes disso hão-de os nossos companheiros socialistas entrar à força nas lojas dos merceiros e nos celeiros dos lavradores e obrigá-los a vender pelo preço razoável que se lhe marcar – afirmou o agenciador de milho.

Eu comentei:

– Vocês não fazem ideia do que é socialismo. Socialismo é a doutrina social segundo a qual os meios de produção (solo, subsolo, águas, imóveis, maquinismos e utensílios do trabalho em geral) estão socializados. Os socialistas pregam a igualdade e fraternidade e o respeito às leis; não são como vocês imaginam um bando de salteadores da propriedade alheia.

– Nós bem sabemos quais são os salteadores: são os que, sem compaixão pelas lágrimas e misérias do povo, especulam com a alimentação pública e se aproveitam desta maldita guerra para a talha e os cofres com o nosso dinheiro, que ganhamos honradamente com o suor do rosto! Mas não vem longe o dia em que a propriedade será comum, de forma que todos terão o suficiente para viver e ninguém possuirá de mais quanto um só não tenha o bastante! – bociferou furibundo o agente-açambarcador.

Mandei-os esperar um instante. Os marmelos julgaram talvez que ia vender-lhes o milho pelo que eles me fixaram. Voltei com um bom marmeleiro. Arqueei-o para a esquerda e para a direita, como fazem os jogadores de pau antes de principiar a varrimenta, e, ao mesmo tempo, recomendei-lhes:

– Previnam os seus companheiros da recepção que os espera nesta casa quando se resolverem a executar os seus planos de assalto à propriedade. Também ali tenho armas, pólvora e chumbo, mas como em sua casa um só tem tanto poder, que são precisas quatro pessoas para os levar para a sepultura, este marmeleiro deve bastar para os correr por esse portal fora!

– V. Ex.^a tem razão, tem razão... Nós não queríamos ofender! V. S.^a Tem razão, tem razão – foram eles repetindo na retirada apressada pelo portal fronho.

Como vêm, não há melhor *argumentum baculinum* do que o marmeleiro. O lodão (*cettis australis*) também não é mau. Preparem-se os lavradores para casos idênticos.

Plantem estacas de marmeleiros de 2 e 3 centímetros de diâmetro e 25 de comprimento, distanciadas 50 centímetros. Aos três anos já dão bons cacetes que valem bem cinquenta centavos cada um. Os viveiros fazem-se de Janeiro a fins de Fevereiro. Esta árvore, que chega a atingir seis metros de altura, presta-se para formar lindas e fortes sebes. A *Cydonia vulgaris* é magnifico cavalo para todas as árvores de pevide, principalmente para a pereira, cujo fruto se torna mais temporão, doce e saboroso do que sendo enxertada em pereira brava – *catapereiro*. Não são, porém, tão vigorosas nem duram tanto tempo como as enxertadas em pereiras nascidas de pevides. A enxertia da pereira em marmeleiro opera-se – de garfo – de Fevereiro a Março; de coroa – de Março a Abril; de fenda – de 15 a 30 de Setembro e de escudo de olho dormente (botão frutífero) em fins de Julho a princípios de Agosto. As sementes de marmelos têm propriedades emolientes, calmantes e nutritivas. Em contacto com os mucilagem tão consistente como a goma-arábica.

Como sabem, os marmelos têm grande procura para a confecção de doces, principalmente para a patriarcal e higiênica marmelada e a saudável geleia. Prefiro-os, porém, assados, polvilhados com açúcar e molhados em vinho fino. É de se lhe tirar o chapéu. Também se prestam para preparo de licor, muito agradável ao paladar no fim de três meses e delicioso aos três anos. O que é magnifico é a Torta de marmelo! Encontram a receita a pág. 59 da *Copa e Cozinha* por António de Macedo Mengo.

Não julguem que é reclame.

Gostei muito da tarte! É deliciosa! Reclame, se algum dia a fizer – o que não é provável, por que é chamariz da minha particular embirração – só se for à Livraria Portuense dos srs. Lopes & C^a, Rua do Almada, 123, Porto, pelo *coup de bonheur* de me ter vendido oitocentos exemplares do meu primeiro livro *Manual do Recebedor*.

IV. polémica

Estrela do Minho

FOLHA ILUSTRADA, LITERARIA, BIBLIOGRAFICA E NOTICIOSA

Proprietário, director e editor—Manuel Pinto de Souza

N. 376	<p>Assinatura</p> <p>Por ano 1\$50 réis</p> <p>Semestre 680 »</p> <p>Trimestre 340 »</p> <p>Número avulso 40 »</p>	<p>PUBLICA-SE AOS DOMINGOS</p> <p>VILA NOVA DE FAMALICÃO, 16 DE JUNHO DE 1912</p>	<p>Anuncios</p> <p>Por linha 30 réis</p> <p>Repetição 20 »</p> <p>Imposto do selo 10 »</p> <p>Comunicados linha 60 »</p>	<p>17.º ano</p>
	<p>Impressão e composição—Tip. Minerva</p> <p>FAMALICÃO</p>		<p>Redacção e administração</p> <p>20—RUA 5 DE OUTUBRO—24</p>	

A «ÁGUA SANTA» DA «FONTE MILAGROSA», NA QUINTA DA COSTA, EM MOUQUIM¹⁰

Srs. Redactores do «Jornal de Notícias»

Li no «Notícias», de 12 do corrente, uma correspondência de Famacião, epigrafada «Crendice popular», que carece de correcção.

O fenómeno Geológico que se deu na Quinta da Costa foi o seguinte:

No dia 21 de Março caiu, até aos alicerces, um grande e bem construído muro de suporte, na extensão de treze metros e quatro e meio de altura, arrastando as pedras, terra, vides e árvores dum forma tão original que causa admiração a disposição que tomaram. As pedras ficaram todas enfileiradas em frente do muro que ficou em pé, como se fosse um grande aterro para a sua estrada, na largura da derrocada e no cumprimento de cinquenta metros.

Uma macieira de um metro e dez centímetros de circunferência e seis e meio metros de altura, que estava plantada no quintal, onde caiu o muro, appareceu no campo debaixo, que é plano — vinte metros e meio mais longe — tão segura e aprumada como se aí tivesse nascido, cercada do mesmo torrão e com as vides que tinha. O desmoronamento arrastou vides e árvores até à estrada que corta esta quinta, chamando o lanço de apeadeiro de Gavião à estação de Nine. O muro era muito antigo, mas estava bem construído com grandes pedras, como se vê pela continuação do mesmo e não dava sinais de derruir.

Afirmam as pessoas mais antigas do lugar que nunca perceberam indícios de que neste terreno nascesse água na orla da derrocada. No plano inclinado do subsolo argiloso, na direcção onde estava a macieira, rebentou alguns dias depois uma boa e abundante fonte. Chama-lhe o povo a «Fonte Milagrosa», porque, dizem, tem feito curas verdadeiramente milagrosas.

O sr. correspondente do «Notícias» diz que se isto não é uma história que o parece. Pois não é, não senhor. O que é uma história é a afirmativa que faz de que lá havido explorações torpes!

Por favor, tem-se permitido ao povo que leve a «Água miraculosa» de graça, e apenas se deu ordem aos caseiros para que não consintam que a levem os que ridicularizam o povo, de dia, e mandam por ela de noite, a ver se curam os seus achaques...

Diga, pois, sr. correspondente tudo que sabe a este respeito e em que consiste a exploração.

A «Água Santa», da «Fonte Milagrosa», na Quinta da Costa, em Mouquim.

Não é desconhecida do nosso publico a noticia do interessante fenomeno succedido no mez de março deste anno na Quinta da Costa, em Mouquim, pertencente ao nosso amigo sr. Abilio de Magalhães Brandão.

Esse caso, contado com exactidão no communicado que abalho transcrevemos, tem sido a base de local um grande numero de pessoas, do concelho e de fora, umas por curiosidade e outras para se utilisarem da agua all'aparecida depois da derrocada e á qual attribuem virtudes especificas de cura. E' o certo é que não faltam casos a que o povo dá o nome de milagre, e chama á agua—água Santa, e á fonte donde ella brota—Fonte Milagrosa. Sei por suggestão ou porque a agua tem virtudes e propriedades medicinales, o certo é que não correndo ás mãos mais antigas, e para aquella Quinta tem o povo feito uma verdadeira cosmologia, adjectivando-se no local as virtudes de pessoas bebendo agua, engratificando-a ou lavando-se nella.

O proprietario da Quinta, que é um cavalheiro distinguissimo, dá ordem aos caseiros para não intrometerem no terreno que lhe invade a propriedade e não a demulhir; não tem podido nos officios aquer nem consentido tambem que se venda a agua. Quem quiser—leve-a, e leve-a, ou lave-se na regoeta.

No entanto não falta lá quem faça a mão para se succederem os policetes, falando em *exploração torpe*.

Ha, com certeza, engano. Quem conhecer o honrado magalhães Brandão, não pode se que expiar de seu caracter.

O fenomeno des-se: quem explorava é o publico. O sr. Brandão não tem tido prejuizo com isso, com a Quinta invadida com os fructos dos campos perdidos ou furtados.

Não contraria, porém, o povo, consentindo-o na sua Quinta e a agua que brota da «Fonte Milagrosa» tem sido mais do povo que dele.

E' para que em todo o povo seja satisfeito, o sr. Brandão mandou analisar a agua a um quimico distincto e publicará muito em breve o resultado dessa analize.

A Quinta da Costa é uma das mais antigas casas do concelho. Lá há um de Atras e por antigos documentos se sabe que o solar foi primitivamente no ponto onde terminou a derrocada. Na capela existem duas sepulturas muito antigas e é provavel que o crucifixo apparecido na terra fosse do mesmo solarista da casa sepultado há trezentos annos na primitiva capella. A casa da Costa tem fundas muito interessantes, que um dia consteremos, pelas quaes se vê que o povo tem pelas coizas que não sabe explicar e que lhe parecem sobrenaturaes, uma fantasma sempre viva.

A romagem da «Água Santa», que tão estranhamente rebentou numa *Fonte Milagrosa*, é embolada pela fé popular. A gente ruda do campo alimenta-se de muitas mulheres e muitos homens que se dizem *espíritos fortes* lá tem ido. E' bebem agua e traem agua para os seus achaques...

Transcrevemos a seguir o communicado que o sr. Abilio Brandão fez imprimir para doze as seguintes mezas, vendidas em que poderiam envolver.

Como segue:
Srs. redactores do «Jornal de Notícias»

«Li no «Notícias», de 12 do

corrente, uma correspondência de Famacião, epigrafada «Crendice popular», que carece de correcção. O sr. correspondente que se deu na Quinta da Costa foi o seguinte:
No dia 21 de p. março caiu até aos alicerces, um grande e bem construído muro de suporte na extensão de treze metros e quatro e meio de altura, arrastando as pedras, terra, vides e árvores dum forma tão original que causa admiração a disposição que tomaram. As pedras ficaram todas enfileiradas em frente do muro que ficou em pé, como se fosse um grande aterro para a sua estrada, na largura da derrocada e no cumprimento de cinquenta metros.

Uma macieira de um metro e dez centímetros de circunferência e seis e meio metros de altura, que estava plantada no quintal, onde caiu o muro, appareceu no campo debaixo, que é plano — vinte metros e meio mais longe — tão segura e aprumada como se aí tivesse nascido, cercada do mesmo torrão e com as vides que tinha.

O desmoronamento arrastou vides e árvores até à estrada que corta esta Quinta, chamando o lanço de apeadeiro de Gavião à estação de Nine. O muro era muito antigo, mas estava bem construído com grandes pedras, como se vê pela continuação do mesmo e não dava sinais de derruir.

Afirmam as pessoas mais antigas do lugar que nunca perceberam indícios de que neste terreno nascesse água na orla da derrocada. No plano inclinado do subsolo argiloso, na direcção onde estava a macieira, rebentou alguns dias depois uma boa e abundante fonte.

Chama-lhe o povo a «Fonte Milagrosa», porque, dizem, tem feito curas verdadeiramente milagrosas.

O sr. correspondente do «Notícias» diz que se isto não é uma história que o parece. Pois não é, não senhor. O que é uma história é a afirmativa que faz de que lá havido explorações torpes!

Por favor, tem-se permitido ao povo que leve a «Água miraculosa» de graça, e apenas se deu ordem aos caseiros para que não consintam que a levem os que ridicularizam o povo, de dia, e mandam por ela de noite, a ver se curam os seus achaques...

Diga, pois, sr. correspondente tudo que sabe a este respeito e em que consiste a exploração.

Completou no dia 13, 16 primaveras a gostil meza. Victoria da de Machado, filha do assaz Alamo Manoel da Silva Machado, de Paribus.

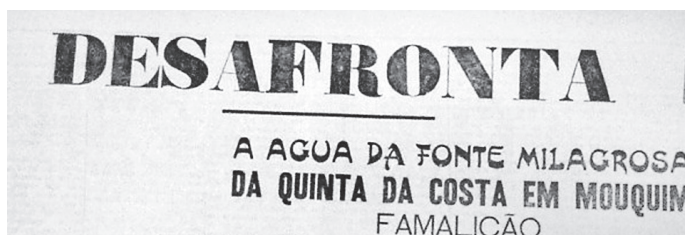
ESTÁ Á VENDA
Vocabulario ortographico e repositivo da lingua portugueza
J. B. DONALDES VIANNA
Reitor da commissao orthographica
Contendo cerca de 100.000 vocabulos conforme a orthographia official, flexão verbal e nominal, menção das formas incorrectas, com as devidas correcções, etc.
1 vol. enc. em papelão, 800 reis, pelo correo 800 reis
LIVRARIA BERTRAND
75, Rua Garrett, 75—LISBOA

Arredida da estação
Vio a caminho de provincia concluido as obras do calçamento da rua da estação até ao caminho de ferro. E' essa uma obra de incalculavel utilidade para o publico, que só deve a veracidade municipal, uma ligação com as estações ferroviarias, como raro se encontra em ferros como a nossa.

Aniversario
Completou no dia 13, 16 primaveras a gostil meza. Victoria da de Machado, filha do assaz Alamo Manoel da Silva Machado, de Paribus.

¹⁰ [In Estrela do Minho. V. N. de Famacião, Ano 17, n.º 876 (16 Jun. 1912), p. 2].

Desafronta



A ÁGUA DA FONTE MILAGROSA DA QUINTA DA COSTA EM MOUQUIM, FAMALICÃO¹¹¹

Tenho reparado que, em muitas terras, os mais perseguidores, os que querem esmagar, os que pretendem satisfazer à sombra da política os ódios pessoais, são GENTE ORDINÁRIA, pessoas sem cérebro nem coração, mas ineptas.

(Carta do brilhante e erudito correspondente de Lisboa para o *Primeiro de Janeiro*, de 13 de Agosto de 1912).

Na *Estrela do Minho*, considerado semanário famalicense, de 23 e 30 de Junho último, meu filho António de Magalhães Brandão provocou *O Porvir* para que explicasse em que consistia a “exploração” da água da fonte milagrosa, visto que ele é dos meus o único residente no concelho de Famalicão, na nossa casa e Quinta de Ribela, em S. Tiago da Cruz, perto da Quinta da Costa de Mouquim, onde se deu o fenómeno geológico, à qual administra na minha ausência, e nunca lá viu, nem ninguém presenciou, exploração alguma.

Como *O Porvir* não respondeu, julgamos já lhe tivesse passado a monomania da imaginária mistificação que se lhe meteu na cabeça e, por isso, ele ficou surpreendido quando recebeu, a 20 de Julho último, uma intimação do Sr. administrador do concelho para que, em virtude de ordem superior, que acabava de receber, fechasse imediatamente a entrada para a Quinta da Costa, sob pena de desobediência.

Caiu das nuvens!... No entretanto mandou logo, perante testemunhas, vedar a entrada – a única entrada que a Quinta tem desde remotas eras – para dar acesso aos gados e carros para os campos que ficam no extremo da propriedade, ao pé da estrada! O pretexto era de que se juntava muita gente na fonte milagrosa!... Estavam suspensas as garantias e a ocasião era azarada para partidinhas deste jaez...

Daí a dias, a 27, recebeu meu filho nova intimação para comparecer, imediatamente, na administração do concelho sob pena de desobediência. Julgou ele se trataria de algum caso grave ou chegado o momento solene de *O Porvir* o confundir – visto que este semanário e o sr. administrador efectivo se encarnam no sr. Fernandes – com as esmagadoras provas apuradas na decantada e peregrina investigação administrativa contra o milagre, feita há meses – que já era bem tempo de ser publicada! – e lhe apresentasse um caso ao

¹¹¹ [In *Desafronta*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 8 (23 Nov. 1912), 1 fl., 2 p. (V. N. de Famalicão: Typ. Aliança).

menos das tais especulações, explorações e mais coisas em ões que ao seu apreensivo espírito se afigurou se tem cometido em Mouquim...

Mas isso sim!

Entrou na administração do concelho e apareceu-lhe o Sr. Fernandes e com ar marcial, trovejou:

– Eu sou administrador substituto em efectivo serviço.

– Sim senhor, bem o conheço...

– Sabe para que o chamei aqui?

– Não senhor...

– Foi para que obste a que se realize o arraial que aos Domingos se faz na estrada, ao pé da Quinta da Costa, onde se deu o milagre.

– Ora essa! Eu não tenho nada com o que se passa extra-muros da Quinta.

– Pois, torno-o responsável! Pela ordem pública e pelo que se lá passar! Não quero que o povo leve água santa nem beba água!...

– Mas que tenho eu com isso? Ao sr. administrador é que compete tomar as necessárias providencias para impedir que o povo cometa o crime de lá ir beber...

E, como o sr. Fernandes, que sofre de nervos (e que ele próprio confessa não poder dominar, segundo afirma a *Desafronta*, n.º4) se exaltasse e barregasse, também ele se exaltou pelo que teve de ouvir esta solene admoestação:

– Não admito que me fale mais alto do que eu! A autoridade (e deu dois murros no peito) bem sabe o que há-de fazer! Lembre-se de que está em frente do administrador (novos murros) e que estão suspensas as garantias! (murros na mesa)... e posso mandá-lo prender!

– Já o sei há muito... O sr. administrador quer mais alguma coisa?

– Ouça bem – disse ele com as bochechas roxas de cólera – eu hei-de dar cabo do milagre e dessa religião nova que se está a engendrar em Mouquim! Hei-de dar cabo da *Bernardete*!

E ficou a bufar como um toiro...

Meu filho, que já se não podia conter com riso ao ouvir chamar *Bernardete* ao pequeno crucifixo de cobre, que se venera, assim como outras imagens na antiga capela da Quinta da Costa, saiu da administração como duma comédia e ri-se ainda com tanta vontade quando se lembra da simplicidade do dito, que em parte o compensa do tempo que perdeu, incómodo da jornada e prejuízos que sofreu por causa das caturrices do sr. Fernandes...

Meu filho tem os seus clientes e não ganha com as facilidades com que o Sr. Fernandes em bolsa, 3.333 réis por dia enquanto funciona o Senado, de que é um ornamento notável, na opinião do *Intransigente*...

Confessa-se, porém, em abono da verdade, bem merece os três mil e pico, já não digo é se levantasse do *fauteil* para declarar “aceito o projecto” ou “abundo nas mesmas ideias”, mas quando recita nervosos e inflamados discursos, como aquele em que clamou pelos tribunais de excepção (dizia por aí o povo que o sr. Fernandes queria a força!) e que tão apreciados têm sido pelo citado jornal republicano.

Mas, como ia contando, à autoridade acudiu então a luminosa ideia de intimar, no dia seguinte, os vendeiros, para que não fossem vender verdasco para perto da Quinta da Costa e no dia 28 mandou uma força de 14 praças do 32 tomar as entradas, cercar a fonte e às 4 da tarde retirou-se a tropa com as cantinas cheias de água da Fonte Milagrosa...

Estavam suspensas as garantias e a ocasião era azarada para partidinhas deste jaez...

No dia 4 de Agosto repetiu-se o aparato bélico e a tropa invadiu outra vez a propriedade, montou barracas de campanha e ensarilhou as armas... As ordens eram apertadas: só aos caseiros era permitida a entrada

na Quinta, mas não consentiam a ninguém que bebesse água... Era o cumprimento da ameaça que o sr. Fernandes fizera a meu filho, na administração do concelho: – «Não quero que bebam água!»

Estavam suspensas as garantias e a ocasião era arada para partidinhas deste jaez...

O sr. Fernandes foi, entre as 2 e 3 horas da tarde, passar revista às tropas e como a companhia tentava retirar-se às 5, pois o rancho estava preparado na vila para aquela hora, e os soldados a caírem de fraqueza – mandou só para mostrar ao público que também era comandante – que não marchassem antes das 6... mas deu, generosamente, um escudo ao cabo para entreter o estômago a 14 praças com azeitonas e iscas de bacalhau... E pelas 6 horas da tarde, lá foi a força, marche, marche, com o estômago vazio e as cantinas cheias de água da fonte milagrosa...

Nos 8 dias seguintes destacou duas praças para a fonte, desde as 9 da manhã às 5 da tarde, não permitindo a ninguém que bebesse e, alguns dias, nem aos caseiros consentiram que enchessem os seus cântaros!... Eram ordens... Estavam suspensas as garantias e a ocasião era azarada para partidinhas deste jaez...

O povo, vendo a fonte milagrosa com guarda de honra todos os dias, ainda mais valor deu à água e de noite e pela madrugada lá ia, e agora a qualquer hora continua a ir bebê-la e levá-la, gratuitamente...

Para justificar todos estes abusos sai-se *O Porvir*, n.º 237, com esta bisca:

«ESPECULAÇÃO – No Domingo passado, visto que o sr. Abílio Brandão pela boca dum seu filho, se declarou impotente para evitar que o povo evadisse a sua propriedade e se saturasse da sua água santa, foi preciso mandar para Mouquim uma força militar que evitasse o arraial que no lugar da Costa se ia estabelecendo e dissuadisse o povo da mistificação que ali se lhe tem armado pretendendo impingir-se-lhe uma água santa que é pronto alívio para todas as moléstias e recomendar um Cristo pequeno de metal que se diz milagrosamente aparecido!

No Domingo será preciso o mesmo policiamento, e assim seguirá até final... a menos que se torne preciso um procedimento mais radical – como o havido com as chinesas dos bichos de Lisboa, por exemplo»

O considerado jornal famalicense *Estrela do Minho*, de 16 de Junho último, deu uma fiel notícia do sensacional acontecimento e diz:

“O fenómeno deu-se quem o explora é o público.

O proprietário da quinta deu ordens ao caseiro para não estorvarem o povo que lhe invade a propriedade; não tem pedido um ceitil sequer nem consentido também que se venda a água.

Quem a quiser, leva-a, ou bebe-a, ou lava-se na regueira.”

Aproveito este ensejo para agradecer à Exma. Redacção da *Estrela* as honrosas referências que, a propósito do assunto em questão, me faz neste n.º 876; exageradas sem dúvida, mas que muito me penhoram, porque são escritas por jornalistas cotados, leais e independentes. Ocioso será, pois, repetir, que ninguém impinge, como inventou *O Porvir*, a água da fonte milagrosa. Apesar de cristalina, levíssima e puríssima, é de graça. E se a vendêssemos que tinha com isso *O Porvir*? Também quer meter aqui o nariz? *Impingido*, e a toda a gente, é *O Porvir* e impingindo com 15 anos de idade com que figura no cabeçalho – provavelmente para lhe dar mais autoridade e valor, à guisa de vinho velho – quando para atingir os 15 visto ser semanário, ainda lhe falta dar à luz cerca de quinhentos números e impingido à razão de trinta e tantos reis cada um – não valendo um copo de água da nossa *fonte milagrosa*, que é de graça!

A respeito do pequeno crucifixo de cobre, conversaremos logo e detidamente.

O intimado para comparecer na administração do concelho, assim como já o tinha sido para fechar a entrada para a quinta, foi meu filho António. Foi, pois, a despropósito que *O Porvir* escreveu que ele falou pela minha boca... Eu não estava em Famalicão e nem meu filho carecia de consultar-me, para dar as respostas que deu. Naturalmente o sr. Fernandes avalia-o por si quando escreve, porque toda a gente sabe em Famalicão que Sr. Fernandes – que, não percebe nem patavina de latim, porque nunca o estudou – fala pelo *Larousse*

de onde copia as parasses latinas com que pretende alardear erudição, que não tem nos seus escritos de *O Porvir*. O fecho da local *Especulação* é o melhor da passagem e para ir...

Que endiabrada ideia se lhe encasquetaria na cabeça? Julgar-se-á por ventura o Sr. Fernandes, Régulo do concelho de Famalicão? Vá-se contentando em tê-lo sido em Mões e já ter metido de mais o nariz na propriedade alheia, à sombra da suspensão de garantias...

Na primeira intimação que o meu filho assinou, diz o sr. administrador que são ordens superiores! Custa a crer! – mas, se realmente foram então a autoridade superior foi mistificada por que em Mouquim reinou sempre uma paz octaviana. É verdade que duma feita houve uma desordem entre dois valentões, por causa de ciúmeiras, mas na estrada – junto a uma propriedade do sr. Abílio Brandão, “onde cavalheiro pretende ter descoberto uma água santa e milagrosa”, diz *O Porvir*, n.º 233, numa pirueta galhofeira, com pretensões de espirituoso. Mas como *Honras é melhor merecê-las sem as ter / Que tê-las sem merecer*, fique-se lá o sr. redactor político do jornal com a glória da invenção e prioridade, que lhe pertence, deste descobrimento, que eu contento-me com a honra duma descoberta doutra ordem, a que se refere o *Arqueólogo Português*, vol. II, n.º3 de 1896, *Jornal de Paços de Ferreira*, de 7 e 14 de Março do mesmo ano, *Comércio de Guimarães* de 10 de Julho de 1900 e outros de que agora me não recordo. *O Porvir* fez um escarcéu por motivo desta zaragata de que foi culpada a fonte milagrosa!

Ainda em Julho último houve sangrenta pancadaria. Quebraram-se cabeças e três cozeu meu filho a pontos naturais. O caso foi público e notório, mas *O Porvir* nem sequer lhe fez referências no noticiário. Se a desordem fosse em Mouquim a culpada era a fonte milagrosa. Já no tempo da Maria da Fonte «*Se ao milho iam os pardais / a culpa era dos Cabrais.*»

Afirma *O Porvir* que a respeito deste caso da desordem em Mouquim corre uma investigação na administração do concelho e contra o milagre também – por ordem superior – e ouviram três testemunhas e já se tinha apurado que a água santa é de graça (e nos números seguintes diz que é impingida) mas quem quiser pode fazer – e faz – ofertas a um pequeno crucifixo de cobre, que mede um decímetro de comprimento, e se venera assim como outras imagens, na vetusta capela da Casa da Costa – “crucifixo muito oxidado mas de contornos perfeitos”, diz o *Mundo Ilustrado* de 30 de Junho – aparecido na ocasião em que duas Marias mulheres das mais sérias, honestas e de probidade da freguesia, procediam a escavações no Campo do Laranjal, lugar onde se deu o fenómeno geológico e onde foi a primitiva capela da Casa da Costa e existiam sepulturas em remotas eras. E foi nessa ocasião – dias depois do sensacional fenómeno – que rebentou a água em abundância, onde nunca houve sinais dela, como é público e notório. Todos estes factos têm sido confirmados por pessoas de probidade inconcussa e corroborados pela *Estrela do Minho*, *Mundo Ilustrado* (números citados) e *Ilustração Portuguesa* de 1 de Julho último. Os Arrais, antigos senhores da Quinta da Costa, tinham sete sepulturas em Mouquim, em 1717, e apesar disso, continuaram a enterrar-se na capela da casa, como se pode provar com certidões autênticas. O *Mundo Ilustrado* de 30 de Junho diz o seguinte a este respeito:

“Quanto ao crucifixo tem uma história singela. No ponto em que se deu a derrocada esteve construída, como se prova com documentos, a primitiva casa da Costa, em cuja capela se fizeram vários enterramentos.

Por uma certidão passada em 1761 pelo vigário Matias Pais de Faria, sabe-se que se sepultaram, na capela da casa da Costa, Domingos Lopes Salvado e D. Francisca Josefa de Mendonça, mãe de Frei Jerónimo Pinheiro de Mendonça Lobo Arrais. Em 1782, o vigário António de Macedo Queirós passou uma certidão em que atestava o seguinte: / “É certo que várias vezes sacramentei João Furtado de Mendonça e perguntando-lhe se queria ser sepultado na capela da casa, sempre João Furtado me disse queria ser sepultado onde se sepultaram seus Pais.” / Isto prova que os senhores da Costa se sepultavam onde queriam e, por isso, nada mais natural que o crucifixo pertencer a alguma das pessoas naquele lugar antigamente sepultadas, mormente tendo havido na família eclesiásticos”.

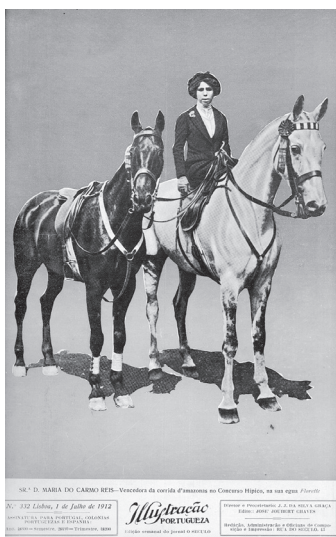
Note-se que a capela está sempre fechada. Abre-a o criado que reside na quinta da Costa a quem lho pedir por favor. As ofertas para o culto, feitas às imagens que lá se veneram, fá-las voluntária e espontaneamente quem tem essa devoção, mas sobre o altar, onde

não há nem nunca houve sequer uma taça para as receber, são administradas por uma virtuosa senhora e por ela aplicadas todas no culto interno. Onde é então que se anicha a especulação, exploração e mistificação com que *O Porvir*, pela pena do sr. Fernandes como o outro agarrado acordado sino, anda a badalar desde que se deu o fenómeno. E já tentaram arranjar colegas para a campanha: Um dos da *cotteri* mandou um comunicado à *Tribuna*, afinado pelo diapasão de *O Porvir* mas aquele bem redigido e sério jornal não só declarou no n.º 13 que o não publicava, mas ainda me fez honrosas referencias, que muito reconhecido agradeço. Também enviaram à Exma Redacção do *Jornal de Paços de Ferreira* idêntico insulto, com o fim de me visar, mas lançaram-no no cesto dos papéis inúteis e este antigo e considerado periódico transcreveu mas foi no último Agosto, em o n.º 533 a 535, a *História Duma Água Milagrosa*, do *Mundo Illustrado*, n.º 13, que me faz também as mais lisonjeiras referencias e que, embora excessivas, agradeço cordialmente à ilustre Redacção. A *Estrela do Minho*, que é o mais velho e dos mais cotados jornais de Famalicão, diz em o n.º de 16 de Junho que o fenómeno geológico de Mouquim tem levado à Quinta da Costa grande número de pessoas do concelho e de fora, umas por curiosidade e “outras para se utilizar da água ali aparecida depois da derrocada, à qual atribuem virtudes especiais de cura. Seja por sugestão ou por que a água tem elementos medicinais de cura, o certo é que vão correndo as suas virtudes. Muitas senhoras e muitos homens, que se dizem espiritos fortes, lá tem ido... E bebem água e trazem água para os seus achaques”.

O *Mundo Illustrado*, de 30 de Junho último — magnifica revista semanal portuense, de que é director o distinto lente da Universidade do Porto, sr. dr. Eduardo Pimenta —, afirma, também por experiência própria, na *História de uma Água Milagrosa* (a de que se trata), acompanhada de interessantes fotografias do lugar, que “a água milagrosa é duma frescura deliciosa e duma leveza incomparável, nada tendo a recear pelos seus respeitáveis

estômagos” e conta que “os casos de cura são tantos que impossível se torna enumerá-los, sendo certo que dezenas de testemunhas documentam a sua veracidade”, e assegura que “os próprios que do caso chasqueiam lá mandam buscar água pela calada da noite ou encobertamente.”

A notável revista semanal lisbonense *Ilustração Portuguesa*, n.º 331 de 1 de Julho último, numa brilhante descrição, sob o título *A Fonte Milagrosa* — pelo ilustre e primoroso escritor sr. Sousa Martins, emoldurada em boas gravuras do



pitoresco local onde se deu o fenómeno, considera a “água milagrosa tão pura e límpida como a alma ingénua do povo e tão fresca e suave como o rosto das lindas raparigas minhotas que a vão colher” e diz que “são já sem conta as curas que afirmam terem sido por elas operadas”, e afirma que “o certo é que muitos espíritos fortes ai teme mandado buscar aplicando-a de mistura com medicamentos, na esperança de que seja a cura mais pronta”.

O bem redigido e considerado semanário republicano *Novidades de Famalicão*, de 27 de Julho último assevera também que “muitos indivíduos de posição social, até aqueles mais reconhecidos pelo seu espírito liberal, têm ido ao local das águas bebendo-as com devoção, esperançados em curar com elas as suas enxaquecas e trazendo-as para a família.” Até o próprio sr. administrador do concelho já lá foi beber e levou uma garrafinha o que é público e notório, segundo afirma meu filho no n.º 878 da *Estrela do Minho*.

Em vista do exposto qual será o motivo da campanha de *O Porvir* e do sr. Fernandes contra a água milagrosa e contra nós? Desvendá-lo-ei no final deste nosso legítimo desforço.

Se fosse água prejudicial à saúde publica, como a do reservatório pessimamente construído no Vinhal, na estrada de *macadam*, reservatório que a comissão municipal, sob a presidência do sr. Fernandes, mandou construir para abastecimento da vila, e onde os munícipes perdem centos de escudos, por que foi mandado fechar e inutilizar por ordem superior (a bem da higiene pública), então tinha razão de impedir que o povo bebesse água santa... Mas a água da fonte milagrosa de Mouquim é perfeitamente límpida, sem cheiro ou sabor estranhos, muito leve e grata a prova e de reacção neutra. E uma água potável de muito boa origem e puríssimo afirma-o o distinto químico e lente da Universidade do Porto, sr. dr José Pereira Salgado.

O meu prezado colega e amigo de Famalicão sr. Alfredo Costa, republicano histórico e um dos melhores colaboradores de *O Porvir*, dirigiu-me uma espirituosa carta que publicou na *Estrela do Minho* de 30 de Junho último em que declara que não escreveu uma única palavra sobre o caso das águas, «tendo resolvido já há muito pôr de parte as irritantes e ridículas questões locais.»

Boa tacada! Bem dada carambola! E muito obrigado pelas provas de estima e consideração que nessa carta me deu. Como se vê, nem o mais antigo correligionário e o mais assíduo colaborador de *O Porvir*, quer camaradagem nesta campanha com a Redacção! O sr. Alfredo Costa apimentou a sua interessante carta com mais este comentário:

«O que eu admiro é que muita gente que acredita nos «milagres» da água de Lourdes, dos Pirinéus, ponha em dúvida os «milagres» da nova Lourdes de Mouquim..., a qual nem sequer já faltam os Zola e Seguiet de via reduzida a contestar-lhe os «méritos».

Boa piada! “Zola e Seguiet de via reduzida”! Diz o colega que se admira... pois não me admiro eu: o mesmo se deu em Lourdes quando rebentou a água milagrosa... O próprio pároco da freguesia da Bernardette,



P. Peyramale, o douto e piedoso bispo de Nevers, Mgr. Torca, e o sábio e reflectido bispo de Tarbes, Mgr. Lawrence também não acreditaram durante meses nos milagres de Lourdes, chegando este erudito prelado a proibir o clero da sua diocese de acompanhar os crentes à gruta; mas, depois, à vista das curas milagrosas que observaram, foram os crentes mais fervorosos.

Do que eu me não admiro é que o sr. Fernandes e *O Porvir* – que explicam o repentino aparecimento da abundante fonte em lugar seco e onde nunca houve sinais de água e o enorme deslocamento de terreno, até cem metros por uma enxurrada em a noite de 2 de Março último, sem chuva nem vento clara e estrelada – ainda acabem por lhe chamar milagre e sejam dos crentes mais veementes se presenciarem alguma cura como as que já tem feito a fonte milagrosa... Até os que não crêem em milagres, mas têm educação científica, não lhes repugna acreditar que muitas dessas curas admiráveis se podem explicar por fenómenos de sugestão.

Não sabe o sr. Fernandes que, por exemplo, a ideia duma cicatrização pode produzir a cicatrização? «J'ai vu des plaies guérir rapidement par suggestion...», afirma-o a pags.196 o doutor J. Ochorowicz na sua obra de 558 pags., in 8.º *De la Suggestion Mentale*. Ficou pasmado!...

Abra ao acaso algumas páginas *De la Suggestion et de ses Applications à la Therapeutique* do dr. Bernheim, professor da faculdade de medicina de Nancy e ficará então assombrado com as maravilhosas curas operadas pela sugestão... Mas não admira: “Je sais trop bien (par ma propre experience), combien il est difficile de croire à qu'on a vu, quand ce qu'on a vu n'est pas an accord avec les idées générales, qui forme le fond de nos connaissances.» Assim se exprime o dr. Charles Rytte no prefácio *De la Suggestion Mentale*.

Vêem estas transcrições a propósito apenas para significar que o valor terapêutico da fonte milagrosa revelam simplesmente ignorância... Mas quem não tem educação científica é como quem não tomou chá em pequeno. Lá chega uma ocasião em que mostra o que foi quem é e o que sabe... Muito fez, porém, o Sr. Fernandes que tendo ido em rapaz para o Brasil, sem princípios a chamar às mãos *mões*, e tendo passado a mocidade a especular com o *trapiche*, secos e molhados, chegou a Senador... Provavelmente o sr. Fernandes não faz caso das citações acima, pois tem a maldade de pretender ridicularizar até aqueles que lhe estão superiores, como, por exemplo, os diplomados, chegando já a chamar à carta de bacharel “decorativa carta de Coimbra”, *O Porvir*, n.º 233 de 25 de Julho último, mas muitos teme notado que o seu aspecto carrancudo se desanuvia e os lábios se abrem num sorriso quando os diplomados lhe concedem atenções... e em eles pretende emparceirar-se...

Agora vou escarpelar uma carta de crítica que o sr. Fernandes publicou em *O Mundo*, de 4 de Agosto último. Como este jornal se não vende neste concelho de Paços de Ferreira, ninguém por aqui deu pelo seu desabafo e se um meu amigo de Famalicão se não referisse, há dias, ao caso e me não mandasse agora a gazeta, ficava o sr. Fernandes sem resposta, o que era uma desconsideração... Não perdeu, porém, nada com a demora, como vai ver. Ora vamos lá a isso:

1.º Afirma que “a macieira que se deslocou já está quase seca, em consequência do abalo que muito naturalmente sofreu...”

Não é verdade. A velha macieira camoêsa, que se deslocou para 21 e meio metros mais longe do lugar onde vegetou e mede um metro e dez centímetros de circunferência e seis e meio de altura, era naturalismo que secasse. A verdade, porém, é que ela está viçosa, luxuriante de seiva, produziu este ano grande abundância de maçãs como nos anteriores, nunca deu indício de secar e continua a passar muito bem da sua importante saúde... Mas que crítica tão infantil a do Sr. Fernandes! Que importância tinha para o caso se secasse? O merecimento todo está na fonte milagrosa.

2.º Afirma que a “água santa não nasceu onde actualmente brota, mas foi para ali encanada.”

Não é verdade. A água apareceu, dias depois que se deu o fenómeno geológico, no plano inclinado do subsolo argiloso, onde ainda hoje brota. Não há uma só pessoa da freguesia de Mouquim que afirme o contrário. Canalizou-se, um mês depois que o Sr. Fernandes a inventou canalizada, mas foi directamente da nascente, donde rebentou, para cair uns metros mais longe, em lugar espaçoso, e para fornecer piscinas onde muita gente vai tomar banhos. Vem frisar que o nome de água santa, com que o povo baptizou a da fonte milagrosa, não tem nada de ridículo como dizem por ai uns críticos de *ca-ca-ra-cá*.

O meu talentoso amigo e erudito arqueólogo e numismata, dr. Leite de Vasconcelos, cita algumas nascentes com o nome de água santa, no seu interessante livro de *Tradições Populares de Portugal*. O *Agiolégio* (Lisboa, 1866, tomo III) também fala numa fonte santa, que rebentou na serra do Espinheiro, ao pé de Tourega (arcebispado de Évora) e a *História e Vida de S. Gualtar* (Guimarães, Typ. Social, 1881) cita a fonte Santa vimaranense.

Estou a ver que o sr. Fernandes vai tratar já de promover outra investigação administrativa para apurar se estas fontes também são milagrosas, a fim de que a autoridade lhe ponha cobro desde já para honra da nossa civilização, para salvaguarda da inconsciência do nosso povo inculto e meio de garantir a ordem pública e a boa moral dos costumes, como apregoa na sua infeliz epístola. Melhor me fora, porém, que o povo tivesse crismado a fonte milagrosa com o nome de Fonte da Doença, como a de Penela (Coimbra) ou Fonte do Diabo, como a de Cuba (Alentejo), que já eu não estava agora a perder tempo com tão ruim defunto...

3.º Afirma que “a terra em que se deu este prodígio deve ser realmente uma terra abençoada visto que, sem embargo da sua aparência árida e infecunda, ainda há poucos anos o seu proprietário lá descobriu jazidas não sei de que mineiro a que ele ligava as mais preciosas qualidades! Ninguém o acreditou então, mas não foi isto culpa da abençoada terra!

Não é verdade! Tanto o acreditaram e lhe deram importância que muitos jornais dessa época se referiram circunstanciadamente à descoberta do mineral. Um desses periódicos foi o *Comércio de Guimarães* de 8 de Junho de 1900, o mais antigo e dos mais considerados bissemanais, que diz o seguinte:

MINÉRIO – Tínhamos noticiado há tempos a descoberta dum filão dum mineiro com o nome de antracite, na Quinta da Costa em Mouquim, Famalicão. Mandada, porém, fazer análise no laboratório químico dos srs. Vanzeler & Gonçalves Porto, distintos engenheiros de minas, foi por estes srs. apurado que o mineral se compõe de plombagina, sílica e argila.”

Possuo o boletim desta, que tem a data de 26 de Maio de 1900, em que os ilustres químicos também recomendam se procurasse no lugar outra bolsada de plombagina. E não se continuou a minar porque era muito dispendiosa a exploração. Mas o grande filão lá está à vista no Campo das Cuturelas, inter-muros da quinta, bem perto da fonte milagrosa. E vale a pena aos entendidos em geologia examiná-lo, porque nas suas largas camadas estratificadas têm-se encontrado fósseis.

Ninguém acreditou mas foi no Sr. Fernandes.

Ainda lembra a carta que o distinto advogado sr. dr. Augusto Cupertino de Miranda publicou no jornal *Novidades de Famalicão* de 7 de Outubro de 1911 em que acusa o sr. Sousa Fernandes de ter feito afirmações públicas e políticas menos exactas e que até hoje o sr. Fernandes não refutou... e nem sequer à carta soube responder...

4.º Afirma que “a propriedade eleita do Senhor, vai agora crescendo muito em valor, constando-me mesmo que já há quem por ela ofereça o duplo ou o triplo do que realmente vale”!

Não é verdade: ninguém fez ofertas pela propriedade. E se fizesse não se vendia. Pelo aluguer da casa da Quinta da Costa, que está desabitada há cinquenta anos, e pelo arrendamento da fonte milagrosa, é que as fizeram e avultadas. Não contesto, porém, que a quinta tenha agora muito mais valor real e estimativo, porque, calculam os entendidos, a fonte vale mais de mil escudos. Mas vejam os senhores o que são aparências: só a Quinta da Costa, apesar da aparência árida e infecunda que lhe notou o sr. Fernandes, produz, segundo dizem pelo menos três vezes mais vinho e de 1.^a qualidade, azeite e cereais do que todas as terras que ele tem em Mões e seus domínios apesar da aparência produtiva e fecunda que elas têm. Mas graças à sua boa aparência é que oferecem ao sr. Fernandes, segundo se conta, também muito mais pelas suas terras do que elas realmente valem. Como se vê desfiz dum sopro, como bolhas de sabão, todas as afirmações da desgraçada epístola que o sr. Fernandes lançou a *O Mundo*, por que o seu semanário *O Porvir* era pequeno de mais para tão grande parto...

Compreende-se que ficasse furioso quem pretendeu achincalhar o sensacional acontecimento, ao ver a *Estrela do Minho*, *Mundo Ilustrado* e *Ilustração Portuguesa* ligarem tanta importância ao fenómeno que o sr. Fernandes classifica de enxurrada, exploração e mistificação!... E aqui temos nós um livre pensador como se presa de ser o sr. Fernandes, que não pode deixar de pensar que todas as suas afirmações ficaram reduzidas à expressão mais simples... O final da sua carta é que é de fazer rebentar o cós das calças a rir! Pois não nos diz o sr. Fernandes que vê na água santa um perigo para a ordem pública!, porque “foi assim que no Brasil começou a revolução ali conhecida por Guerra dos Canudos que tantas vidas e tanto dinheiro custou! Com certeza aproveitou o caso mas foi para mostrar a sua erudição nas histórias brasileiras... O sr. Fernandes polvilhou a sua epístola acintosa de protestos indignados, por que lhe “dói ver escarnecer da boa fé do nosso povo ignar! Se lhe doesse, como diz, tinha-se lembrado dele... mas nem uma só escola criou das quatro que há mais de dois anos anda a prometer-lhe! Se lhe doesse tinha-se lembrado dele preenchendo interinamente a vaga de amanuense, que se deu na administração do concelho, mas por um filho do povo. Quando aí correu o boato falso – contra o qual o sr. Fernandes protestou em *O Porvir*, n.º 241 –, de que fora o promotor das prisões dos indivíduos da vila, como supostos conspiradores, sendo um deles o digníssimo Secretário da Administração do Concelho, posto ultimamente em liberdade, depois de mês e meio de prisão e sem culpas, já toda a gente dizia em Famalicão que a vaga que se esperava estava destinada e indigitava-se o escolhido, que não era filho do povo... E agora também eu comento como o sr. Fernandes comentou em *O Mundo*: “Ser-me-ia indiferente o facto, com toda a mistificação e especulação que ele revela, se me não doesse ver escarnecer da boa fé do nosso povo”.

Mas então qual a causa da campanha de *O Porvir* e do sr. Fernandes? Política, simplesmente política! Para este faccioso cidadão, quem não for à sua missa é talassa ou arrivista! E como meu filho António, republicano há anos desde estudante, é um entusiasta e convicto propagandista das doutrinas do Partido Republicano Evolucionista, em que está filiado, e pode, pelas relações de amizade que tem na sua freguesia de S. Tiago da Cruz e talvez numa ou noutra circunvizinha concorrer para o progredimento do seu partido político, daí certamente a origem das duas intimações políticas-administrativas e das referências azedas com que nos tem pretendido visar a despropósito da água da fonte milagrosa. Toda a gente por aí sabe também que é por idênticos motivos políticos que o sr. Fernandes hostiliza o velho republicano, estimável e primoroso cavalheiro sr. dr. Álvaro Corte Real, inteligente e digníssimo oficial do Registo Civil de Famalicão, tendo chegado a ameaçá-lo e, se não fosse, há dias, a intervenção de outras pessoas, este honrado funcionário teria respondido à provocação do sr. Fernandes aplicando-lhe a regência que o caso pedia.

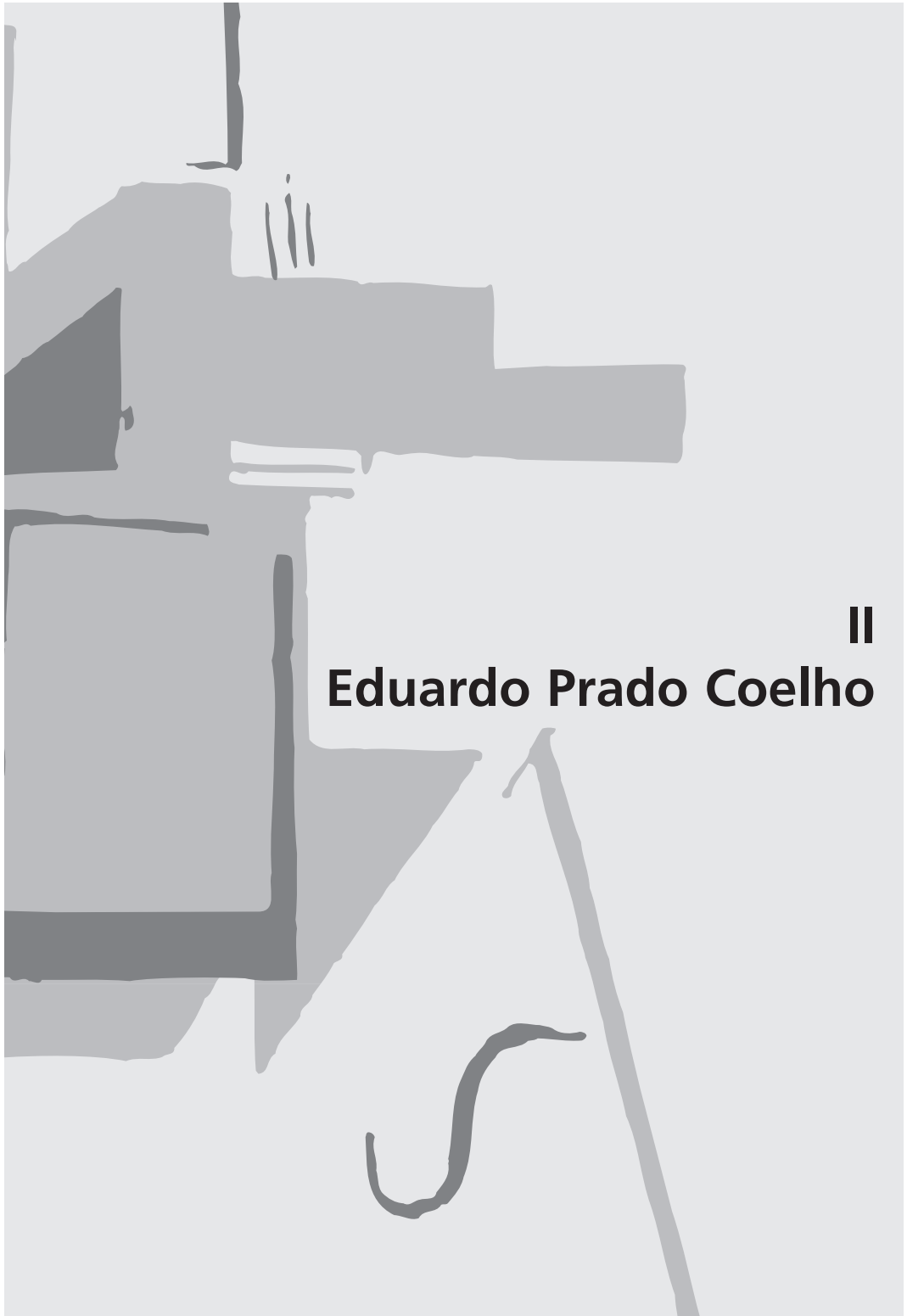
A *Desafronta*, n.º 4, respeitável órgão do Partido Republicano de Famalicão, conta minuciosamente este lamentável incidente e entre outras considerações faz esta, com que eu também concordo plenamente:

“A forma um pouco desabrida e violenta com que sua ex.^a (o sr. Fernandes) costuma receber quantos não vão à

missa, mesmo aqueles que, em nome da lei ou do capricho, sejam chamados à administração, tinha de acabar assim. Nem todos podem suportar a atmosfera de terror que sua ex.^a pretende criar em volta do seu nome.”

Mas não admira: o Sr. Fernandes nem os vultos mais importantes do Partido Republicano tem poupado! É abrir ao acaso *O Porvir*. Vejamos, por exemplo, o n.º 239, de 5 de Setembro último e leiam os *sueños Triste coisa e Incoerências* e digam-me: não são duma audácia incrível e dum faccionismo revoltante as referências desagradáveis com que o sr. Fernandes pretende amesquinhar o ilustre estadista grande tribuno belo carácter e talentoso chefe do Partido Republicano Evolucionista sr. dr. António José de Almeida? Quem tivesse paciência de compulsar a colecção de *O Porvir* e respigasse de cada número um ou outro período dos seus artigos políticos e de critica e os comentasse levemente, duma penada, fazia um grosso volume para morrer a rir.

Já perdi tempo de mais com a nossa legítima defesa e réplica a *O Porvir*, sr. Sousa Fernandes & C^a, mas agora *quod scripsi scripsi*...Melhor eu tivesse, porém, aproveitado estas duas horas vagas na continuação do trabalho que encetei e espero publicar se Deus me der mais saúde do que agora tenho, sob o título de *Ditos agudos e obtusos de João Fernandes*.



II

Eduardo Prado Coelho

Colóquio

Recordar Eduardo Prado Coelho

Armindo Costa, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Senhoras e senhores, há um ano, com a inauguração da Biblioteca Eduardo Prado Coelho, o Município de Vila Nova de Famalicão deu o primeiro passo para a criação de um centro de estudos na área das ciências sociais, em particular da literatura e do ensaísmo.

Com esta biblioteca abrimos uma frente de trabalho com a inventariação do espólio literário ficando à disposição de todos para consulta pública. É um trabalho que vai prosseguir com a catalogação e colocação na internet.

Hoje iniciamos um novo ciclo, realizando um primeiro colóquio sobre a figura de Eduardo Prado Coelho, privilegiando a sua dimensão humana e recorrendo aos testemunhos dos seus amigos mais próximos.

Esta é a primeira de um conjunto de iniciativas que o Município de Famalicão vai promover, no futuro, em torno da figura de Eduardo Prado Coelho. Nesta linha, tenho a honra de anunciar hoje a criação do Prémio Nacional de Ensaio Literário Eduardo Prado Coelho.

Com este prémio, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão vai criar em parceria com a Associação Portuguesa de Escritores, estamos a dar um valioso contributo para o incentivo dos Estudos Literários em Portugal.

Posso revelar que o regulamento está pronto e será em breve aprovado pelo Executivo Municipal, estando criadas as condições para que a entrega do primeiro Prémio Nacional de Ensaio Literário Eduardo Prado Coelho aconteça em Março de 2010.

Senhoras e Senhores, a Biblioteca de Eduardo Prado Coelho junta-se, em Famalicão, às Bibliotecas de Camilo Castelo Branco; de Nuno Simões, Ministro da 1ª República, e Alexandre Cabral, um grande Camilianista, e junta-se, também, aos acervos de Bernardino Machado, Presidente da República na primeira metade do século XIX, e de nomes grandes do Surrealismo Português, como Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas entre outros.

Famalicão é um cruzamento de estradas, mas é também um cruzamento de vidas e de culturas.

A vinda de Camilo para Famalicão, no século XIX, transformou para sempre a vida do concelho. Não deixa de ser interessante e significativo verificar que o decorrer do tempo acentua a força e a importância da figura do escritor do século.

Hoje, com a Casa Museu de Camilo e o Centro de Estudos Camilianos, Vila Nova de Famalicão é uma das capitais da Literatura e também da Língua Portuguesa. É aqui que temos incentivado e promovido o Conto como género literário, descobrindo novos autores e consagrando outros com o Grande Prémio do Conto Camilo Castelo Branco, em parceria com a Associação Portuguesa de Escritores.

Actualmente, Famalicão também vive um momento alto no campo literário com a publicação de numerosas obras de prosa e poesia.

Recordar a personalidade literária de Eduardo Prado Coelho, de acordo com o plano de acção que estamos a executar em torno da sua obra, constitui uma alavanca essencial para o enriquecimento do património literário que Eduardo Prado Coelho nos legou.

Um património que é de Famalicão e do país e que está à disposição de todos os cidadãos.

Muito obrigado pela vossa presença neste colóquio. Um bom trabalho.

Sérgio Guimarães Sousa, Moderador

Então muito bom dia a todos. Obrigado antes de mais pela vossa presença.

Até foi com alguma emoção que ficamos a saber desta excelente notícia para abrir o dia, que é a criação do Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho e que é uma excelente notícia.

Introduzindo o pensamento da Câmara Municipal, e da própria Biblioteca Municipal, este colóquio será o primeiro de outros, que virão com uma certa regularidade, como forma de agradecer o valiosíssimo espólio que se encontra nesta Biblioteca.

Este primeiro colóquio é uma homenagem simples e singela, mas é uma homenagem nesse sentido.

O Eduardo Prado Coelho foi um intelectual invulgar, invulgar na dimensão, invulgar na curiosidade intelectual, na curiosidade científica e nos vários domínios que abarcou, como por exemplo o Cinema, a Fotografia, a Teoria Literária e as mais diversas formas de teoria, mas foi, sobretudo, um intelectual comprometido civicamente com a realidade. Quero com isto dizer que Eduardo Prado Coelho não era daquele tipo de intelectuais que apesar de erudito, apesar do seu vasto saber, não estava fechado na sua redoma, na sua torre de marfim.

Foi de facto um intelectual que, como todos sabem, se empenhava civicamente no dia-a-dia e na realidade nacional e também internacional.

Por tudo isso, este colóquio é um colóquio pertinente e faço realmente votos que seja o primeiro de vários colóquios que comecem depois, enfim, com um certo grau de especialização, a abarcar as diferentes áreas que Eduardo Prado Coelho gostava e sobre as quais gostava de reflectir.

Para começar o colóquio, temos uma professora da Universidade do Minho, que foi minha professora em tempos já idos, a Doutora Emília Pereira.

É Professora Auxiliar na Universidade do Minho, Professora de Linguística, e é uma pessoa muitíssimo interessada em Literatura e uma grande leitora de literatura viva, enfim, um fenómeno literário com uma enorme paixão e que por isso muito nos honra com a sua presença.

Ela vai apresentar uma comunicação intitulada “O Intelectual na Cidade: Intervenção Pública de Eduardo Prado Coelho”. Passo-lhe a palavra e agradeço a presença.

Maria Emília Pereira, Professora da Universidade do Minho:

Obrigada, eu vou já projectar as palavras do homenageado, sendo que, desde logo, gostaria de confessar um défice que tenho relativamente a pessoas notáveis que aqui se encontram.

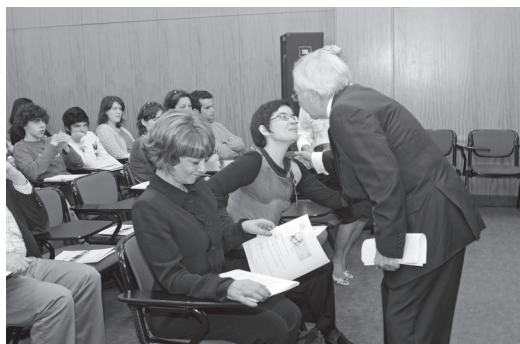
A verdade é que eu não conheci Eduardo Prado Coelho nem fui aluna dele, no entanto, sentia da mesma maneira todas aquelas ideias. E é sobre isso, sobre a noção de estilo e sobre a noção de linguística de estilo que me debruçarei seguidamente.

Todos sabemos o quanto as opiniões, e no caso de Eduardo Prado Coelho as opiniões interventivas na vida social que eram quotidianamente publicadas numa coluna intitulada *Fio do Horizonte*, influenciavam o próprio leitor.

Pois era exactamente isso que acontecia comigo que leio jornais, e que gosto muito de ler jornais de um modo um bocadinho indigente, ou seja, gosto muito de ler as opiniões e de, a partir delas, calcular os factos relativamente aos quais não tenho a mesma posição.

Bom, como disse no início, eu não tive a oportunidade de o conhecer e, por isso, haverá outras pessoas que terão, certamente, uma leitura muito mais fiel do homem e do sujeito, sendo que eu me detive, quase exclusivamente, nos artigos de opinião e nas pequenas colunas que publicava num diário português.

Vou já projectar, como digo, mas antes queria confessar que escolho como meus interlocutores aqueles para quem estou habituada a falar, os alunos.



Por força da Editora Guerra e Paz ter republicado uma obra polémica de um determinado investigador estrangeiro, estou a falar de Johnson, a revista *Ler* pediu a intelectuais da praça que se pronunciassem quanto ao facto de ser lícito ou indefensável, que se perscrute a vida pessoal dos intelectuais. Ora bem, esse livro diz-nos que os intelectuais são uma invenção recente na história humana, que substituem os ditames que o clero teria por função, até ao século XVII, XVIII, dar à sociedade.

Os intelectuais têm, então, esse papel e vamos, com essa definição muito embrionária, ver se Eduardo Prado Coelho era um intelectual ou não, obviamente que sim.

Numa crónica intitulada *Bilhete Postal Para Atravessar a Noite*, de 2004, o intelectual posiciona-se relativamente à escrita com palavras muitíssimo simples que vou passar a ler “*A escola ensinou-me a escrever como se fosse um ele que escreve para outros eles...*”. Não sei se esta é uma notícia de última hora para os alunos novos que aqui estão, de 16, 17 e 18 anos, mas é muito fácil escrever como querem que nós o façamos. Penso ser este o sentido.

A vida e o paralelismo, a estrutura diádica, é sempre muito importante em Eduardo Prado Coelho. “*A vida, essa, ensinou-me que é mais urgente escrever como se eu fosse um eu que escreve para um tu, o que significa escrever em ti, pensar em ti, viver em ti, lugar onde, arquitectura invisível. O arco deste percurso é uma forma de sageza...*” Provavelmente uma palavra preferida, uma das palavras preferidas da escrita quotidiana, mais pressionada, com esse ritmo do próprio jornal diário...sageza, sageza que, assim seja, ele diz ser, “*...a demorada incorporação de um saber que de outro modo seria demasiado leve para ser mais do que uma evidência partilhada*”. Então, “*...escrever como um eu para um tu é, urgente, desde logo*” e esta sim é uma forma de saber amadurecido, já que é esta forma de sageza e intercessão que o autor advoga.

Ele tem uma definição, segundo a qual, o saber, esta sageza, esta cultura partilhada no arco que descreve a intercessão de um eu e de um tu. Este saber, esta cultura deveria ser elitista...“*elitista para os raros*

apenas, só para alguns. Elitista para toda a gente, porque é com elites actuais ou futuras que as pessoas devem ser tratadas.” Penso exactamente a mesma coisa. E depois, o facto de haver uma cultura que tem que ser partilhada, divulgada a todos e que devemos entender como uma elite alargada, uma elite social que a própria partilha de cultura fomenta e cria.

Quando em 2004, Manuel Alegre, escreveu: “*A partir de agora é só sondagem, imagem, sacanagem*”, é interessante analisar a pergunta do próprio Eduardo Prado Coelho, que é a seguinte: “*Poderá haver uma esquerda sem cavaleiros do vento?*”, e depois o comentário... “*O domínio meta linguístico é extraordinário? Faz e comenta em cima do que faz? Do seu agir comunicacional? Poderá haver uma determinada corrente sem cavaleiros do vento?*”

Sérgio Guimarães Sousa, Moderador

Vamos recomeçar os trabalhos e tenho o grande prazer de apresentar, aqui ao meu lado, a Professora Eunice Cabral, prestigiada professora da Universidade de Évora, que tem centrado a sua investigação no domínio da Crítica Literária, essencialmente dos autores do século XX e alguns, também, do século XIX.

Do seu vasto currículo vou sintetizar ao máximo e referir apenas duas obras fundamentais, *A Ilusão Amorosa na Ficção de José Régio*, publicada em 98, pela Vega, e *José Cardoso Pires: Representações do Mundo Social na Ficção*, das Edições Cosmos, em 1999.

A Professora Eunice Cabral também se dedica ao estudo da obra de António Lobo Antunes e eu partilho com ela a realização de um dicionário, lançado no final do mês de Dezembro de 2008, sobre a obra de Lobo Antunes.

O título da comunicação que ela nos traz aqui é *A Excepcionalidade de Eduardo Prado Coelho*.

A Professora Eunice Cabral conheceu de perto Eduardo Prado Coelho e poderá, eventualmente, trazer-nos um testemunho mais biográfico do pensador.

Eunice Cabral, Professora da Universidade de Évora:

Muito obrigada pelas palavras gentis do Sérgio, com quem eu tive realmente o prazer de trabalhar numa equipa, e agradeço à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão por ter-me convidado e ao Sérgio Guimarães de Sousa como a pessoa que pensou este acontecimento.

Ora bem, nesse sentido eu coloco-me nos antípodas da Emília Pereira porque, de facto, eu não vou referir apenas o meu encontro com Eduardo Prado Coelho, como vou referir também, por causa dessa situação, um tempo já muito remoto e passado.

Eu estava, há pouco, a pensar como iria explicar às pessoas qualquer coisa como o início dos anos 70 quando eu própria, também, tenho uma memória muito selectiva sobre o assunto.

Ora bem, eu comecei por encontrar Eduardo Prado Coelho como aluna duma disciplina que era, então, obrigatória e que era a Introdução aos Estudos Linguísticos, na Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, no ano, que me parece realmente já da pré-história, 1971.

Há aqui várias questões que têm que serem referidas e que são, realmente, interessantes, mas a maior é o facto de estarmos em 1971, claramente a três anos do 25 de Abril, e ninguém concebia então que existisse qualquer coisa como uma revolução.

A maior parte de nós, e eu tinha na altura 17 anos, éramos crianças e adolescentes que vinham dos liceus, com um ensino tecnicamente muito bom mas totalmente apolítico e sem termos a mínima visão, e falo por mim, do que era a cultura.

Não tínhamos a mínima ideia do que se passava na Europa e, sobretudo, eu não tinha a mínima ideia do que era a política, porque, enfim, a minha família não era versada em política e o regime marcelista, embora que já estivesse na fase final, não permitia esse conhecimento às pessoas.

Portanto, a cultura lembrava, o que hoje é quase impensável para as pessoas mais novas, a clandestinidade, ou seja, qualquer coisa que eu imaginava que se passava nos subterrâneos, nas caves ou, então, em encontros entre pessoas que tinham de ser conhecidas umas das outras, e eu, claramente, não as conhecia.

Havia, portanto, a necessidade de uma espécie de iniciação quer à cultura, quer à política e, de facto, ambas andavam de mãos dadas.

Ora, eu devo dizer que Eduardo Prado Coelho, passeando-se nos corredores daquele edifício, representava para mim uma figura muito esclarecedora.

É interessante até reparar que eu não me lembro de uma única frase que ele tenha dito nas aulas, talvez por dois motivos: um, porque eu de facto devo ter uma má memória mesmo, e segundo porque eu de facto não estava interessada nos Estudos Linguísticos. A Linguística era para mim um tormento, uma tortura absoluta e total.

O que eu fixava no Eduardo Prado Coelho era o halo da pessoa, a maneira como se mexia, as atitudes que tomava, a maneira como ele entrava nas aulas e a maneira com ele passeava nos corredores, aliás com a Alexandra Prado Coelho quando ela tinha apenas 3 ou 4 anos. Não havia nenhum professor que ousasse andar com uma criança nos corredores da faculdade.

Então o que mais marcava era a juventude dele, e reparamos que ele teria 27 anos por aquela altura. Toda a sua atitude era totalmente diferente e isso punha-nos alerta para saber o que aquilo significava.

Devo dizer que, embora alguns dos alunos afirmem que aprenderam imenso nas aulas do Eduardo Prado Coelho, eu aprendi o essencial, que é ficar alerta para uma outra realidade que não estava de facto ao meu alcance e que, volto a dizer, me magoava profundamente por não estar ao meu alcance.

Depois, como é evidente, o ano foi decorrendo, eu fui descobrindo-o e penso que aquilo em que ele insistia era em trazer a cultura contemporânea para dentro da universidade, era isso que estava em causa.

Reparem que num curso de Filologia Românica, que foi o dele e o meu, em nenhum ano do curso estudávamo-nos algum autor do século XX, e isto diz muito do que era aquela faculdade.

Ora, trazer a cultura para a universidade significava, também, uma participação activa nos circuitos culturais do país e, por outro lado, a intervenção dele nos jornais e nas revistas, que eu ainda não lia por causa do tal apoliticismo, concretizaram a minha sede de saber.

Num livro publicado em 1972, intitulado *O Reino Flutuante*, o primeiro volume publicado na colecção Signos, das Edições 70, devo dizer que, para grande desgosto meu, pouco percebi numa primeira leitura, mas via que estavam ali reunidos artigos publicados entre 1963 e 69 e que esses artigos eram textos curtos, de crítica informada, polémica viva e interpelação da actualidade, ou seja, o que nós não tínhamos de facto na faculdade.

Eu penso, também, que outra coisa muito importante é que ele assumia a evolução do seu pensamento. O Eduardo foi muito atacado por mudar de opinião, mas como é óbvio o mundo mudava muito, adquiria novas formas e ele estava sempre disposto a referir-se abertamente a essas mudanças.

Portanto, ele não escondia que o pensamento dele ia evoluindo e utilizava muito um termo que é a *fragilidade do saber*, que eu acho absolutamente delicioso, e que hoje em dia é talvez um lugar-comum, mas na altura o saber não era nada frágil.

Depois, ele fala numa necessidade muito grande de rupturas e afirmações que têm que ser, diz ele, excessivas e conflituosas, por causa do ambiente que se vivia na esquerda, uma vez que, nos anos 70 havia muita conciliação e ecletismo e essa consolidação e ecletismo tem a ver com essa coisa espantosa que foi o facto de o Neo-Realismo ter começado em 39-40 e ter-se mantido até aos anos 70.

Outro aspecto espantoso, e esse mantém-se de facto até aos dias de hoje, e ele di-lo muito concretamente, é a falta da audácia que muitos dos universitários têm no modo como nós apresentamos o nosso trabalho.

Ele exemplifica a falta de argumentação com um estudo de Adolfo Casais Monteiro, que ele aliás admirava bastante e que morre em 72, mostrando passo a passo porque é que não há audácia neste pensador tão bom.

Eu penso que outra questão que ele coloca aqui neste livro, e que é inovadora, é a necessidade de um discurso crítico sobre as obras de história literária e da erudição cultural, de feição biografista e historicista que era o que realmente havia.

O que ele propõe é um discurso crítico que de facto esteja ligado à nova crítica e há, até, um texto em que ele diz, de uma forma programática, que “... a crítica tradicional parece que pairava sobre o texto...”, ou seja nunca assentava no texto e nós da literatura sabemos isto muito bem.

Mas foi interessante para mim voltar a esse livro agora e ver o começo e o frescor que há naquele tipo de raciocínio, nomeadamente que a questão fundamental é a linguagem e a centralidade do texto literário, ou seja, é a obra que produz a ficção do sujeito e não o sujeito que determina o sentido da obra, contrariamente ao que a velha crítica pensava.

É óbvio que Eduardo Prado Coelho, em todo o conjunto dos seus textos, valoriza a Linguística, a Semiologia e a Psicanálise, e esse é um filão que ele vai desenvolver até muito tarde nas suas aulas.

Portanto, a noção de produção textual, na qual estão incluídas a obra e a crítica, é outra questão interessante, pelo que a ideia de que tanto o crítico como o criador da literatura são parentes, ou seja, a crítica e a obra estão em igualdade de circunstância, é de facto uma enorme aquisição.

Assim, a crítica põe em causa a noção de cultura e eu penso que isso não tem nada a ver com uma matriz Marxista, mas antes com essa renovação que ocorreu nos anos 70, em que a Cultura deixou de ser uma frente de combate contra o Fascismo e contra a burguesia, mas antes como qualquer coisa mais ampla que pode transformar a vida.

Eu gostaria de chamar à atenção para uma questão que é muito interessante, que são as conjunturas culturais que enquadraram os textos de Eduardo Prado Coelho, nomeadamente a que vai de 63 a 67, que é o chamado Neo-Realismo na terceira fase, como questão aglutinadora da tal resistência ao regime político e que desaparece no 25 de Abril de 74, e depois a do Estruturalismo, que vai de 77 a 79.

Há um texto muito interessante que se chama *Polémicas para um anti-humanismo*, de 1977, que está em diálogo com as chamadas vanguardas artísticas e que, eu penso, passa pela obra de Carlos Oliveira, pela obra de José Cardoso Pires, pelo cinema de Antonioni Di Santos e pela poesia de Gastão Cruz.

Ora bem, voltando ao que me parece absolutamente interessante em relação a esses anos, devo realçar a questão do sujeito, que segundo ele diz segue uma certa tendência anti-psicologista; a questão do jogo, como expressão radical do ateísmo; a questão do lúdico, que está em muita literatura da época; a questão do erotismo, por causa da alteração significativa das relações entre homem e mulher, e finalmente a questão da escrita como produção de um sentido autónomo em relação à escrita vulgar e à fala.

Eu penso que Eduardo Prado Coelho, neste livro *O Reino Flutuante*, reflecte bem o espírito da época que, claramente, se divide entre dois mundos: o da necessidade de se empenhar na mudança social e política e o da necessidade de actualização, pondo-se a par do que estava a acontecer ao nível do conhecimento Europeu.

Portanto, este conjunto de textos permite conhecer, pelo olhar e pela voz de uma das personalidades mais marcantes dos últimos 75 anos em Portugal, o espaço cultural português dos primeiros anos da década de 60, de novecentos, até ao 25 de Abril, porque, como digo, o 25 de Abril muda radicalmente o discurso e o país.

Muito obrigado.

Sérgio Guimarães Sousa, Moderador

Muito obrigado pelo seu testemunho e pela síntese que fez do pensamento de Eduardo Prado Coelho na obra que analisou.

Abrimos então um espaço de discussão, de debate e de perguntas aproveitando assim a presença, tanto da Doutora Eunice Cabral como da Doutora Emília Pereira.

Intervenção do público:

Queria perguntar-lhe se tinha a possibilidade de me indicar dois ou três factores que condicionam a audácia das Universidades.

Eunice Cabral, Professora da Universidade de Évora:

Eu já pensei bastante sobre o assunto e penso que essa falta de audácia tem um lado positivo que é o facto de nós, nas universidades portuguesas, estarmos sujeitos a métodos científicos.

Dito assim parece bastante mau, porque falar de métodos científicos nas Ciências Humanas, e em particular na Análise Literária, parece uma contradição, no entanto eu devo dizer que ganha-se alguma coisa com essa espécie de neutralidade e análise mais objectiva do nosso objecto de estudo.

Assim, os nossos trabalhos académicos e universitários são secos, porque obedecem a modelos prévios que pretendem responder a esse conhecimento.

O que acontece, isto é terrível dizer, é que a nossa vida é muito curta e a vida académica exige muito das pessoas, portanto muitos de nós infelizmente vamos morrer tendo feito apenas obras pouco audaciosas.

Depois acresce-se ainda dois problemas em Portugal, e penso que estes são tipicamente portugueses, que é o facto dos portugueses não serem audaciosos e castigarem quem o é.

Portanto, a universidade é um espaço bastante fechado, onde as pessoas de cada ramo e especialidade não falam entre si.

As pessoas para se entenderem não precisam de falar, esse é que é o problema do ser humano, quer dizer entendem-se porque é o espírito da época, o espírito do tempo, e esse espírito aponta para um certo formalismo. Ora o formalismo é a anti-audácia, no sentido de romper as limitações, de ir mais além.

Depois há outro problema ainda, para haver audácia é necessário um público audacioso para receber a audácia de quem faz as coisas audaciosas.

Outro problema é o facto de não contactarmos com pessoas da mesma língua, nomeadamente com o Brasil e com os países Africanos de expressão portuguesa.

Intervenção do público:

Não é propriamente nenhuma questão, mas relativamente à primeira intervenção fez-me lembrar das leituras que eu fazia das crónicas do Eduardo.

Sou leitor assíduo do Público e tenho muita dificuldade em olhar para o lugar da crónica e, neste momento, só consigo ler o Paulo Moura que escreve exactamente à sexta-feira.

Eu gostava muito de Eduardo Prado Coelho, mas acho que é muito triste sentir que há um espaço do jornal que eu estava habituado a ler e já não consigo ler.

Sérgio Guimarães Sousa, Moderador

Aliás, isso vai ao encontro do que muita gente diz, que comprava o *Público* por causa das crónicas de Eduardo Prado Coelho.

Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão:

Eu gostaria de interpelar a Professora Maria Emília, no contexto do pensamento que apresentou, e dizer que tirei de lá uma ideia pela qual gostava de abordar o Eduardo Prado Coelho, que é exactamente pela parte das ideias que ele tanto reflectia e pela forma como, muitas vezes, brincava com elas.

Em determinada altura ele fala que *falta à esquerda cavaleiros ao vento* e eu presumo que, eventualmente, falasse do facto de ele próprio ser de esquerda, no entanto, se estivesse aqui o Eduardo Prado Coelho interpelava-o no sentido de dizer que falta à política cavaleiros ao vento, porque os cavaleiros ao vento não são exclusivos de esquerda.

Eu, pessoalmente, considero-me às vezes um cavaleiro ao vento e se me perguntassem se sou de direita ou de esquerda era capaz de responder como Borges dizia quando lhe perguntavam se era Borges... "Às vezes".

Maria Emília Pereira, Professora da Universidade do Minho:

Outras pessoas falam com mais propriedade de como o contexto histórico influi em tomadas de posição que hoje são radicalmente individuais e eu, com 40 anos, não tenho que ser de esquerda, se calhar já fui às vezes e outras não.

Sobretudo não tenho que me assumir perante os restantes, no sentido em que não há lutas que possam ser privativas de uma esfera política de um lado ou de outro.

Essa crónica partia de uma mera recensão literária a um livro do Manuel Alegre, mas o que mais gostei foi o facto de ele estar a fazer uma reflexão a um livro de um poeta e, a dado momento, dizer que o livro não é lírico mas é político.

Em resposta ao que me pergunta, só tenho a dizer que temos que ler conjuntamente o que o intelectual escreveu e, de algum modo, as suas palavras podem eternizar-se, podem ser reflexões testemunhais, mas ainda assim têm o reverso da medalha, têm uma ligação e uma ancoragem precisa ao tempo em que foram produzidas, tanto mais que eram crónicas diárias.

Não tenho uma catalogação partidária definitiva para lhe dar, porque tenho 40 anos e porque em 75 estava a entrar na escola, estava tudo feito para mim.

Somos uma geração muito indigente politicamente.

Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão:

Agora vamo-nos debruçar sobre Eduardo Prado Coelho na vertente das suas palavras, e contaremos com a participação de José Manuel Mendes, Nuno Júdice e Fernando Pinto do Amaral.

Vou pedir ao José Manuel Mendes que coordene, então, esta mesa redonda.

José Manuel Mendes, Moderador:

Meus amigos, estão deste lado da mesa, e desse, pessoas para quem Eduardo Prado Coelho não é apenas um nome e todavia é um nome. Um nome que tudo tem, que tudo traz, não apenas a partir dos elementos da memória, mas de quanto nos deixou e em nós se seminalisa.

De nós parte a caminhos de outros. Raros os nomes são tão potenciadores de futuro como este. Este é o tempo de todas as afectividades, mas onde cabe também a reflexão que vamos produzindo, uns e outros.

Hoje de manhã, amigos meus e pessoas que muito admiro puderam trabalhar numa dimensão que seguramente deu informações preciosas. Tive imensa pena de não estar presente por razões de trabalho.

Nesta circunstância estão aqui comigo o Nuno Júdice e o Fernando Pinto do Amaral. Temos em comum muitas coisas, muitíssimas coisas, e uma das melhores coisas que temos em comum é o facto de termos sido amigos do Eduardo e de podermos, por isso, nas nossas intervenções dar, se for esse o caminho, testemunho do que dele conhecemos, do que com ele aprendemos.

Apetece-me começar assim, na parte em que me toca, porque confesso-vos que também tenho mais interesse em ouvir o Nuno e o Fernando, do que propriamente ouvir-me a mim. Estou farto de me ouvir!

Durante este ano quais são as verdadeiras marcas da ausência do Eduardo Prado Coelho? Elas existem, ele deixou um lugar impreenchido, nós costumamos dizer, um vazio.

Acontece interrogar-me imensas vezes diante de alguns dos conflitos do quotidiano, e o nosso quotidiano é sobretudo conflito, o que pensaria o Eduardo? O que estaria neste momento a dizer e a escrever, naquele seu modo conceptualizador, provocativo, crítico, responsável e susceptível de induzir toda a polémica, mas acima de tudo todo o diálogo.

Raras as obras estão tão cheias da vocação da voz do outro como a obra do Eduardo. Não obstante, mesmo com esta notação, que é muito aquela que não podemos sentir no espaço público, se calhar nunca uma ausência foi tão presente, nunca se anulou pela presença que é, por isso eu tendo a ver o Eduardo presente e, por isso, a sua presença me faz pensar, de certo modo, uma frase que de resto vem de Santo Agostinho “*A eternidade é um presente que continua presente*”.

É por isso que em inúmeras circunstâncias me sinto ser reencaminhado para os pontos tematicamente definidos da obra dele e para momentos de escrita que trago desde sempre, ou seja, se penso no texto de abertura do segundo volume de *Tudo o que não escrevi*, seguramente um dos grandes livros diários escritos em língua portuguesa desde sempre, eu sei tudo o que lá está e não o releio há anos, o que talvez seja significativo para um homem que não tem uma grande memória.

Lembro-me com o maior rigor de passagens, que têm a ver com o debate público e com a vida quotidiana das instituições, na última página do *Público*, quando a última página do *Público* era a primeira página do *Público* e o essencial disso está em livro, vale a pena reler.

Por isso eu diria àqueles que me ouvem e que não acompanharam esse lento fazer das coisas, que os livros existem e que é preciso ir ao encontro deles porque há dimensões que continuo a considerar não só não ultrapassadas, como intensas de significado que nos desafiam.

Deixem lembrar isto, quando foi publicado o livro com o título *Os Universos da Crítica*, que era de resto um trabalho académico, nós sabíamos algumas coisas do que era o Estruturalismo e tínhamos aprendido o essencial do que representava a construção proposta por Roland Barthes e a importância dela.

A leitura do livro veio desassossegar-nos de uma forma profundíssima, no meu caso sim, mas não direi que isto seja partilhado pelo Nuno e pelo Fernando, que de resto são especialistas, e portanto talvez não tenham tido esse sobressalto.

Mas não foi menor aquele que ocorreu quando de repente saiu o primeiro volume de *Tudo o que não escrevi* E porquê? Porque ele era, simultaneamente, o Eduardo Prado Coelho, o ensaísta e o académico, na dimensão que estas palavras assumem com maior ou com menor gravidade consoante a escola, a circunstância e o receptor, mas era, acima de tudo, alguém que se constituía como uma voz inconfundível, e essa voz exprimia-se pelo memorialismo, pela narrativa, pela poesia, uma poesia à margem do cânone com versos que não são canónicos, e numa escrita que se constitui seguramente como das mais policromas, mais precisas,

límpidas e contagiantes de quantas eu conheço em português dos últimos muitos anos. E estou aqui a incluir todos os grandes escritores que prezo, quero dizê-lo preto no branco, incluindo todos os grandes escritores que prezo, alguns estão aqui comigo.

Deixem-me pegar numa pequena passagem do tal texto inicial, que há muitos anos não revisito, que abre o 2º volume, *“Há palavras que atravessam a minha vida, ninguém sabe porquê, nem tu, nem eu. Mil anos que viva não se apaga a imagem sombria e vacilante de um homem desconhecido numa esquina com um lenço na mão manchado de sangue.”* Estes versos pertencem a um poema de Mário Dionísio, era o meu professor do Liceu Camões, as palavras eram estas e tudo aquilo me confundia imensamente, o sangue do poema rimava mal com os panos limpos de que se fizeram as salas de aula, e o professor que ali estava, inevitável sinónimo da lei e do saber, era o ponto de encontro e desencontro destes dois mundos.

“O meu universo construía-se a partir da exclusão do sangue, às vezes um arranhão, mas havia logo a carícia doméstica que trazia o álcool, o algodão ou a alquimia dos mercúrios e dizia baixinho, afagante, que o que arde cura, o que aperta segura, o que gira anda de roda. E eu acreditava até o som de chegar com sonhos imaculadamente brancos.

Um dia, no Campo Pequeno, eu vi um homem que corria de lado nenhum para lado nenhum, camisa aberta, peito nu, rasgado por estrias de sangue e um grito sobre a boca animal. Um homem que corria como um touro enlouquecido e na enorme candura de uma infância burguesa tomei conhecimento de que havia sangue a correr pelo mundo. “Com um lenço na mão manchado de sangue, cambaleante no regresso instável das zonas baças onde o tempo mora...”, mora ou pára? Um equívoco de horários deu-me hoje uma hora livre inteira para mim, pensei e vim para a rua tomar um café para passar tempo, diz-se. Vou aproveitar estes minutos para escrever frases que o impeçam de passar. Era esse o meu propósito. Foi aí que havia uma esquina e um homem cambaleante, mal barbeado de olhos magoados pelo tempo com um fio de espuma ao canto da boca, mas sangue nenhum. Reconheceu-me? – perguntou-me. Ainda sabe o meu nome? Eu ainda sei o do senhor, mas aposto que esqueceu o meu. Era verdade. Era até uma verdade triste, desde o princípio que eu partira da ideia de que um homem e o nome dele, um homem desconhecido numa esquina não tinham importância. Pertencia talvez quem sabe a essas zonas baças onde o tempo mora, lá para Alcântara, ou mesmo o Beato, esse fim do mundo ainda esquecido sobre a terra de Lisboa. Que me queria este homem? Falar-me de uma tragédia, o fim do Comunismo. Porque eu nunca fui de partidos, sou um livre, mas acredito no Comunismo dizia-me, e o senhor vai para a televisão dizer que o Comunismo acabou, é falso! Vou demonstrar cientificamente que é falso, cientificamente porque eu não tenho estudos, mas sei como as coisas são. E o senhor fala na televisão e escreve nos jornais, mas já nem se lembra do meu nome. É falso, sabe porquê? Porque o Comunismo nunca chegou a existir, e se nunca existiu, não pode ter acabado. Vai chegar aí e o senhor vai ver porque quando o senhor vai dizer para a televisão que acabou, eu sofro com isso sabe, tenho pena por mim e pelo senhor. E tenho vontade de discutir consigo, mas as pessoas como eu não vão à televisão não é? Era um homem cambaleante numa esquina, afinal coberto de sangue. Sangue dos sonhos criminosos e inúteis. Sangue da inutilidade das vidas sem sonho. Só poderia ter chegado naquele momento entre umas quatro e umas cinco pela fresta estreita de um encontro mal marcado. Porque ele pertencia a outro tempo, a um tempo em que os homens ao descascarem as batatas na cozinha, ao debruçarem-se sobre a respiração solitária dos livros inventavam mundos diferentes. Mundos sem sangue, tão irreais como as paredes da minha sala de aula. Esse desejo tinha um nome, chamavam-lhe Comunismo. Isso que não acabou, dizia ele, ou que afinal acabou antes de ter começado e tinha um tempo. O homem explicava-me que o mais importante na vida era lançar uma semente à terra, uma pequenissima semente e vê-la germinar dia após dia esplêndida, luminosa. Não acredito no Comunismo como terra humana ou nos homens como terra possível de Comunismo,

mas consegui agora encontrar uma definição que me parece certa. Alguns homens continuarão a desejar que ninguém esqueça o nome de ninguém e isso ainda não tem um nome”.

Esta escrita, que eu não vou analisar, todos o fizemos enquanto eu lia, releva de uma enorme competência linguística, de um saber cruzado de mil saberes e de uma relação muito íntima, rugosa até ao arrepio de enternecimento na compreensão do outro, que a um lado se situa ao lado da escrita de intervenção, da escrita tantas vezes cortante, polémica, invulgarmente incisiva, em que se prolongava o seu registo quotidiano na relação com os amigos e com as pessoas.

É este Eduardo que eu acho que nos faz falta, nos fará sempre falta, é este Eduardo, o Eduardo que eu continuo a sentir, que deixou um vazio porventura impreenchível, tenho muito medo das palavras do absoluto mas vou voltar a repetir, porventura impreenchível.

No entanto, o que me fica dele, e com isto concluo, é esta premência do estudo até ao fim, de uma enorme curiosidade diante da vastidão dos saberes, da capacidade de abranger essa multiplicidade que vai da Filosofia às Artes, do concreto e do efémero, que vai da História às Metalinguagens, da Filologia à Música, sendo que há muito de música nos livros do Eduardo, e não é apenas descritivamente, mas estes dois volumes estão habitados por uma música que é só a dele e que está em contra-ponto com o Shostakovitch que descobriu ou redescobriu quase apaixonadamente no fim da vida, ou em contra-ponto com o Debussy, ou com qualquer outro dos autores que lhe eram particularmente caros.

Portanto, é essa curiosidade diante da vastidão dos saberes e um modo desassossegado, profundamente desassossegado, na constância de valores de que nunca abjurou, valores de cidadania, valores na esfera da sua intervenção cultural e sobretudo valores no convívio quotidiano com os outros.

Como vêem, é um testemunho do que de mais precário há, ainda por cima não escrito, o que há de mais apagável, efémero e nem sequer arde, mas eu se calhar não seria capaz de fazer outra coisa.

E antes de passar à leitura de uns textos que me chegaram, eu peço ao Nuno Júdice, que me vai perdoar que eu não o apresente, porque não o sei apresentar, que vos diga ele também.

Nuno Júdice:

Bom, não é fácil falar do Eduardo porque é alguém que está ainda muito próximo de nós e, falar dele no passado, coloca uma distância que eu ainda não sinto, portanto, ele ainda continua a ser uma presença e uma presença muito forte em mim.

Conheci-o nos anos 60 quando estava na Faculdade de Letras e, nessa altura, o Eduardo frequentava muito a minha rua, a Rua de Entrecampos, em Lisboa, onde depois se casou e ficou a viver com a Alexandra.

Devo dizer que há, até, uma situação muito curiosa porque eu morava em frente ao café onde ele muitas vezes ia ler e, nos dias de hoje, nós para lermos revistas e jornais temos de vir às bibliotecas mas para mim bastava-me chegar à janela, ver o Eduardo sentado na mesa, descer de elevador e entrava imediatamente na biblioteca que ele trazia com ele. Era o *Nouvel Observateur*, o *Tel Quel*, as *Communications*, as *Edições da Galimard*, os últimos autores que acabavam de publicar e era, portanto, o acesso directo aos últimos livros e às novidades no campo da teoria e da política que depois o Eduardo também discutia e comentava.

Portanto, era de facto um convívio bastante enriquecedor e, devo dizer, que a minha universidade era a Faculdade de Letras, mas mais do que isso era aquele café, onde depois muitos outros, pessoas que hoje são muito conhecidas, se juntavam na altura.

Entretanto, o Eduardo também começou a dar aulas na Faculdade de Letras, depois foi para França e isso foi o princípio de alguns intervalos nos nossos encontros, mas devo dizer que reencontrá-lo era sempre,

no fundo, continuar uma conversa que nunca tinha tido verdadeiramente um fim e, de certo modo, nunca tinham sido interrompidas.

Eram conversas onde havia muitas vezes polémica, confronto ou desacordo, mas com o Eduardo também o desacordo era sempre qualquer coisa de extremamente enriquecedor porque, sem alterarmos as nossas posições, ouvi-lo defender as teses dele era ver o pensamento a ser construído à nossa frente e isso era sempre algo de fascinante.

Enfim, desses desacordos lembro-me agora de um Embaixador em Paris, que é o Francisco Seixas da Costa, que eu conheci nesses tempos da faculdade, e que num dos últimos *posts* dedicado exactamente ao Eduardo fala da falta que ele faz.

Eu lembro-me de um episódio que eu tentava esquecer, mas que ele, de certo modo, lembrou no *Público* e que aconteceu naqueles movimentos espontâneos que havia na altura da contestação estudantil. Houve qualquer coisa, daquelas perfeitamente irrelevantes, e o reitor tomou uma decisão que não agradava aos estudantes e então um grupo de extrema esquerda, onde estava o Seixas da Costa, resolveu boicotar as aulas na Faculdade de Letras e eu vi esse grupo e, naturalmente, associei-me a ele porque era o tempo da revolução.

Acontece que uma das aulas estava a ser dada pelo Eduardo para um grupo de alunos que o ouvia com toda a atenção e aquele bando de vândalos esquerdistas entra na sala e diz aos alunos o que se tinha passado, a tal coisa muito grave, e pede-lhes para saírem, para boicotarem a aula. Praticamente fomos expulsos por esses alunos porque eles recusavam-se, pura e simplesmente, a sair da sala onde o Eduardo estava.

Também é interessante ver como na personalidade dele está presente tudo aquilo que foi dominante em determinados períodos, desde as teorias literárias do Estruturalismo, até às correntes mais recentes da desconstrução.

Mas também na política o Eduardo também passou por várias ideologias, ou por várias modas, a que foi aderindo e, portanto, ler essas obras e esses artigos é ver aquilo que se ia transformando e que se foi transformando nos nossos comportamentos, na nossa vida e na nossa maneira de ver e pensar o mundo.

Depois há também um outro aspecto que foi o facto de conviver com o Eduardo e de o ver trabalhar na relação com a literatura, não no campo universitário, mas nas actividades dele como divulgador da literatura quando estive no estrangeiro, quando foi Conselheiro Cultural em Paris.

Há acontecimentos que foram extremamente importantes porque, até o Eduardo começar de facto esse trabalho de divulgação, a cultura portuguesa era qualquer coisa um pouco envelhecida, era o Neo-Realismo, era a literatura da resistência, portanto, era um país que ainda cheirava ao mofo do tempo da ditadura.

O Eduardo alterou completamente essa situação porque puxou as novas gerações, puxou as novas correntes literárias, deu a conhecer escritores que, mesmo em Portugal, ainda não estavam reconhecidos e que através desse circuito que vinha do estrangeiro ganharam em Portugal uma nova leitura e uma nova possibilidade de compreensão.

No caso do cinema, foi com o olhar dele que deu a conhecer o Manoel de Oliveira em França, através dos *Cahiers du Cinéma* e dos contactos que ele tinha com esses meios, sem o qual talvez não tivesse tido a projecção que hoje tem.

Depois, sucedi ao Eduardo no cargo de Conselheiro Cultural em Paris e ganhei o balanço que ele tinha conseguido dar e, dessa forma, o meu trabalho foi bastante facilitado por aquilo que ele fez e, em particular, pela criação do Instituto Camões.

Outra curiosidade do destino foi ter sucedido, não ao Eduardo, mas ao pai, ao Jacinto Prado Coelho, meu professor, na direcção da revista *Colóquio/Letras*.

O regresso de Eduardo a Portugal foi um pouco complicado e isso porque, de certo modo, Portugal é um país que recebe mal as pessoas que ganham uma certa projecção lá fora. Foi, portanto, uma situação um

pouco difícil mas que ele conseguiu vencer, sobretudo através da actividade jornalística e da capacidade de falar às pessoas através dessa comunicação utilizando os conceitos mais difíceis e as teorias mais difíceis.

Os seus textos eram extremamente acessíveis, mesmo quando eram complicados, e havia sempre um momento em que essa dificuldade era atenuada, era superada, por frases ou por sínteses em que as coisas se tornavam, de repente, extremamente claras e límpidas.

É de certo modo, como o José Manuel Mendes já disse, essa capacidade que hoje falta encontrar, por um lado a profundidade de análise e a profundidade de leitura deste mundo que nos rodeia nas suas várias dimensões: o cinema, o bailado, a fotografia, a literatura, a poesia e também a política.

É essa capacidade omnívora e também plural de apreender as coisas que hoje nos falta. Há muito poucas pessoas capazes de fazer isso e, sobretudo, capazes de o transmitirem da maneira que o Eduardo transmitia naqueles artigos diários. Portanto, falar todos os dias de determinado acontecimento foi um acto de coragem porque sabemos que ao falar daquilo que está a acontecer hoje não temos, muitas vezes, a distância para poder olhar objectivamente.

Mas a maior parte desses textos que eram publicados no *Público* eram, de facto, visões extremamente certas e extremamente justas daquilo que nós estávamos a viver. Essa capacidade de ler o presente é uma coisa que muito pouca gente hoje tem.

José Manuel Mendes, Moderador:

Vocês não sabem mas o Fernando Pinto do Amaral desenha antes de intervir, e eu até gostei de o ver desenhar, mas não faço a menor ideia como é que o posso apresentar.

Fernando Pinto do Amaral:

Não faz mal. Ora bem, muito boa tarde a todos, eu começo por agradecer o convite da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

O Eduardo foi alguém muito importante para mim em diversas fases e de diversas maneiras, como tentarei explicar.

A minha abordagem é mais pessoal e tem a ver como uma questão de geração.

Eu não fui companheiro, nem colega, do Eduardo por uma diferença de idades óbvia, e comecei por conhecê-lo pelas coisas que lia dele.

Tive na minha adolescência uma certa crise vocacional, estava em Medicina e depois passei para Letras. Vários factores contribuíram para que eu mudasse de curso, nomeadamente, os filmes que eu via, os livros que eu mais que lia, enfim, muita coisa e entre esses factores estaria o próprio Eduardo porque era das pessoas que mais me fascinava, mais me seduzia a ler o mundo, a ler tudo, ler no sentido de interpretar o mundo e de tentar percebê-lo, tentar entendê-lo e senti-lo.

Na parte da manhã falou-se aqui da questão do Estruturalismo, e o Eduardo, de facto, foi um estruturalista numa fase inicial que foi aqui abordada pela minha colega Eunice Cabral, mas esse Eduardo estruturalista que eu conheci, muito à posteriori, através dos textos e dos livros, já não foi aquele Eduardo com quem eu me familiarizei mais.

Uma característica que o Eduardo tinha cada vez mais era precisamente a curiosidade, a evolução, a mutação do seu pensamento e a capacidade de criar pontes e de unir territórios que à partida pareciam completamente separados.

Eu acho que numa fase já pós-estruturalista, outra característica do Eduardo era a capacidade de antecipar tudo, pois parecia que tinha umas antenas, ou um faro qualquer, para saber o que ia acontecer.

Através dos textos e através da visão do mundo que ele tinha, estava já em consonância com aquilo que nós hoje sabemos da Neurobiologia, de António Damásio, das inteligências emocionais do chamado conhecimento quente, *hot cognition*, etc.

A separação entre a razão e o coração, ou entre a inteligência e as emoções, é uma separação completamente artificial, uma vez que, a verdadeira aprendizagem é aquela que se aprende sempre com uma componente emocional, que não precisa de ser dramática, forte ou trágica, mas onde predomina um interesse afectivo como um *link* ou um elo pessoal.

Aquilo que nós aprendemos só pelo lado racional e pela inteligência, a seguir esquecemo-nos rapidamente, porque não esteve ligado emocionalmente à nossa vida e não faz qualquer sentido para nós. Isso não é a verdadeira aprendizagem e o Eduardo rapidamente se apercebeu disso.

Os textos do Eduardo seduziam-me imenso porque ao mesmo tempo que ele tinha essa clareza, esse brilho, ele ia directamente aos pontos. Era uma escrita certa mas ao mesmo tempo era uma escrita com uma abertura para outra dimensão, que era a atenção à voz do outro.

O Eduardo não vivia entre os intelectuais porque neste meio as pessoas estão muito concentradas, em geral, à volta dos seus umbigos e o Eduardo dava uma atenção aos outros, e vivia para o outro, de uma maneira que quanto a mim, é uma das suas qualidades fundamentais.

Ele faz muita falta porque era alguém atento e vivia, sobretudo, para aquilo que absorvia, isto é, um livro novo que lia, um filme que via, uma exposição, uma música e que depois queria partilhar com os outros. Por um lado sabia absorver e depois queria logo partilhar. Esse gosto, pela partilha é qualquer coisa que faz muita falta.

Portanto, eu conheci o Eduardo nos inícios dos anos 80 quando comecei a publicar textos no *JL*, no tempo em que o *JL* tinha aquele comité composto pelo Abelaira, Fernando Assis Pacheco e o Eduardo.

Um livro fundamental para mim foi a tese de doutoramento do Eduardo, *Os Universos da Crítica*. Nesse livro o Eduardo faz, no fundo, uma pequena História da Teoria da Literatura, no sentido em que não é uma História muito maçuda, massiva, mas é uma História sempre entremeada com aspectos pessoais, com leituras pessoais e dá-nos, no fundo, também uma história daquilo que foi a evolução do próprio Eduardo.

Nesse livro nós podemos rastrear, subliminarmente, o pensamento dele e da própria escrita do livro com fragmentos em que diz “*E agora estou a ouvir a Maria Bethânia...*”.

O Eduardo percebeu, relativamente cedo, que há sempre uma espécie de diferença, de uma margem individual, de qualquer coisa que passa pela apreensão de um gesto, de uma voz, de um olhar, uma margem de sedução que não se compadece, de facto, com aqueles sistemas rígidos de apreensão da Literatura.

No capítulo do prazer, ele gostava das cidades, gostava muito de Paris, gostava do Marais, dos restaurantes e de estar com as pessoas. Tinha prazer em comunicar, tinha alegria de viver e tinha prazer em comunicar essa alegria.

Também não era um prazer solipsista, egoísta, fechado sobre si, mas era um prazer que ele queria sempre partilhar com os outros.

Ele percebeu os limites do Estruturalismo, mas percebeu ao mesmo tempo que o Estruturalismo tinha trazido algumas coisas boas, não deitou fora tudo e guardou aquilo que lhe interessava, mas percebeu os limites do Estruturalismo, que era de certa maneira um beco sem saída, que não ia levar a nada. Neste aspecto o Eduardo teve uma capacidade de abertura para aquilo que é o novo, para as verdadeiras questões da Literatura, que são questões que não são teorizáveis, isto é, são teorizáveis, mas a teoria aí confronta-se com os seus próprios limites. Nesse sentido, nós tivemos e temos alguns grandes teóricos, também noutras linhas, o Miguel Tamen, noutra linha a Silvina Rodrigues Lopes, têm livros fundamentais, mas como o Eduardo e da maneira como o Eduardo sabia colocar as coisas, ficou um vazio, até nos Estudos Teóricos em Portugal.

Depois, em relação ao pensamento, eu diria que o pensamento dele era ondulatório. Os livros *O Reino Flutuante*, *A Letra Litoral*, *A Mecânica dos Fluidos* transmitem-nos essa ideia, de qualquer coisa que fica, um pouco como a deriva dos continentes, há ali uma realidade que é sólida, não deixa de ser sólida, vai-se movendo ao mesmo tempo, quase como placas tectónicas. Sendo que, no Eduardo não havia tanto esses sismos súbitos, eram deslocações mais sub-reptícias.

Um texto do Eduardo que me marcou imenso, em relação ao ensino da Literatura e ao ensino em geral das Humanidades, está incluído na *Letra Litoral* que é *O Mais Saber e a Diferença*. Este texto é absolutamente central e é um texto que qualquer professor de Literatura, qualquer professor de Português deveria ler. É um texto dos finais dos anos 70, mas que mantém toda a actualidade. Cheguei a falar sobre esse texto com o Eduardo, porque ele tinha a capacidade de ser, também, muito auto-crítico sobre os seus próprios textos. Para o Eduardo esse texto tinha muita psicanálise, um bocado de Lacan, e que um dia se reescrevesse o texto, ele talvez expurgasse desse texto tantas referências nesse sentido, mas o essencial do texto, as grandes linhas do texto manter-se-iam tal e qual.

Numa das crónicas que vimos hoje de manhã, o Eduardo, referia que, há uma certa tendência para confundir, até no ensino, Informação com Conhecimento. Ele falava nisso nas suas crónicas e, de facto, Informação é uma coisa e Conhecimento é outra. O Conhecimento profundo de alguma coisa, nem é sobretudo uma questão de Informação, é outra coisa. E nesse aspecto há sempre um limite que nós não transpomos, essa passagem, essa fronteira para o literário e o Eduardo sabia isso. Nesse texto ele sublinhava uma coisa fundamental, a experiência literária. Essa experiência literária é qualquer coisa que também pode atravessar a Universidade e as Escolas Secundárias? Pode, eu espero que sim, mas no essencial é uma coisa que, ou se ensina, ou não se ensina, tenho dúvidas, cada vez tenho mais dúvidas. Tentamos ensinar, mas é qualquer coisa que também tem de atravessar a pessoa, é como uma corrente eléctrica, ou passa ou não passa, é como um vírus, é como um contágio, há pessoas que são susceptíveis a ter esse vírus, há outras que não, são imunes. E nesse sentido esse texto aborda todas essas questões e eu vejo muito a Literatura e o ensino da Literatura nesta perspectiva.

Apreendi imenso com o Eduardo e não é um aprender que nós possamos dizer “Apreendeu, porque ele sabia isto...”, também sabia, mas não é tanto nesse sentido, é mais pelo exemplo, é mais pela capacidade que ele tinha de mostrar essa abertura permanente, de falar de autores, de falar dos autores numa nova perspectiva.

Quando o Eduardo falava da Marguerite Duras, da Clarisse Lispector ou do Blanchot, mesmo da Agustina, que era uma das nossas paixões comuns, nós já teríamos lido os livros, mas ele tinha sempre outro ângulo de abordagem, ele mostrava-nos uma outra perspectiva, falava das coisas de outra maneira.

O Eduardo tinha uma certa curiosidade pelos mais novos em todos os aspectos, no ensaísmo, na política, e, em particular, na Literatura. O Eduardo corria riscos, era capaz de fazer apostas em pessoas, na Arte, na Pintura, na Arquitectura, na Literatura, em todos os aspectos. Eventualmente, algumas pessoas mais tarde viriam a fazer grandes obras, outras eventualmente não.

Como o Nuno já referenciou, o Eduardo, tinha essa atenção omnívora, pois é o que apetece dizer acerca do Eduardo, porque era realmente tudo, era Música, era Design, era Moda, era Ciência, era Economia que ele tentava também já em muitas crónicas abordar, a Política, evidentemente, que lhe estava também na massa do sangue, até aspectos de gestão Cultural que lhe ficaram provavelmente daquela efémera passagem pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

Quando havia uma remodelação governamental pensávamos “Olha, se calhar vai o Eduardo para Ministro da Cultura”, chegámos a pensar nisso, porque o Eduardo teria perfil para isso, porque não era aquele intelectual no celibato que vivia nas nuvens, naquele mundo onírico e que desliga completamente da terra. Não! Ele também era um homem pragmático. Ele fez um grande trabalho de divulgação em Paris da nossa Literatura

e da nossa Cultura, portanto, havia aspectos muitos concretos que ele saberia gerir, teria sido também um bom Ministro da Cultura.

Eduardo Prado Coelho mantém o legado do pai e, a ligação com o Fernando Pessoa, tem muito a ver com isso. A paixão também pelo Pessoa, é outro aspecto importante mas, ao mesmo tempo, ele é diferente e toda a gente percebe a diferença. Ao lermos Jacinto e Eduardo, percebemos as diferenças, embora seja uma tarefa difícil, porque normalmente a tendência é para ficar muito tributário, sem nada de novo, ou então, fazer aquele corte, uma espécie de morte de pai, que é horrível também. Ele não fez nem uma coisa nem outra, mantém-se na mesma área, mas cria um terreno dele, autonomizando-se totalmente.

Do ponto de vista humano, o Eduardo é absolutamente notável, por um lado, tinha uma grande ironia, uma grande capacidade de observação, um grande sentido de humor, mas também um sentido de fraternidade humana, de capacidade de entrega, um entusiasmo quase infantil pelas coisas. O brilho dos olhos que era quase infantil quando se entusiasmava pelas coisas, sobretudo, manter isso, ao longo da vida, é absolutamente notável.

José Manuel Mendes, Moderador:

Têm à vossa disposição um dossier, através do qual, alguns amigos e figuras importantes das Letras portuguesas partilharam esta homenagem, Vasco Graça Moura, Simonetta Luz Afonso, Guilherme d'Oliveira Martins, Manuel Maria Carrilho, Fernando Pinto do Amaral, com um texto autónomo em relação à intervenção que acabamos de ouvir, a Mafalda Ivo Cruz, e finalmente, António Mega Ferreira.

Gostava de exprimir uma congratulação e um afecto profundo a três pessoas que se sentam na primeira fila diante de nós, a Alexandra, a Maria Manuel e o Marcelo Correia Ribeiro. De deixar, em meu nome, e, seguramente em nome do Nuno e do Fernando, o nosso louvor público à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão por todo o trabalho que vem sendo empreendido e que eu conheço em detalhe, na figura do vereador da Cultura, o meu bom amigo Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão. Desta forma, elevando-se e concretizando-se, quando começa com a doação de uma parte da biblioteca do Eduardo Prado Coelho.

Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão:

Antes de encerrar, gostava de dar a palavra à Alexandra, e ao mesmo tempo dizer-lhe, que ficará sempre ligada aos famalicenses pela doação que fez. Não era certamente por ter muita afinidade com Famalicão, mas porque através de relatos dos amigos percebeu que em Famalicão iríamos tratar bem a figura de Eduardo Prado Coelho, tratar bem a sua biblioteca e percebeu que essas garantias eram dadas a partir do trabalho diário que temos aqui no âmbito da Cultura. Da parte da manhã, ao sair do colóquio, e a propósito da interpelação que tinha feito à mesa sobre uma frase do Eduardo Prado Coelho, em relação aos cavaleiros ao vento que falta na esquerda, dizia ele, e que, de alguma forma generalizei. O que falta na política, não na esquerda, nem na direita, são cavaleiros ao vento, que realmente façam andar as coisas, e sem estarem, propriamente, com outros interesses.

O investimento na Cultura não é um gasto, é um investimento, é uma prioridade. Não é fácil, em lado nenhum, fazer vingar a ideia que a Cultura é um investimento, que a Cultura é prioritária, que a Cultura ajuda a construir uma sociedade, ajuda a construir e a desenvolver uma terra, uma identidade. Não é fácil, mas é possível. Temos procurado, temos teimado em fazê-lo, e penso que foi isso que levou a família e, em particular, a Alexandra a confiar-nos a biblioteca do Eduardo Prado Coelho, para que, não só cuidássemos dela como fossemos capazes também de a divulgar, capazes de a partir dela e a partir do seu patrono, conseguir realmente fazer algo.

Alexandra Prado Coelho:

Gostava de agradecer, mais uma vez, à Câmara de Famalicão e dizer que fiquei muito contente com o dia de hoje e que era isso exactamente, acho eu, o que tínhamos pensado ao doar a biblioteca. Era no fundo, que se pudesse manter viva e onde se passassem coisas à volta dela. E é exactamente isso a que estamos a assistir e com o prémio que foi anunciado, o Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho, que vai ter a sua primeira edição, em 2010, portanto, vai continuar ainda mais, a incentivar pessoas a trabalhar à volta da Literatura, do Ensaio.

Devo dizer, também, que fiquei muito contente por ter conhecido o Eugénio, para me dizer que estava a fazer um trabalho à volta dos textos do meu pai sobre Arquitectura. A biblioteca tem diversos temas passíveis de serem tratados, como estão aqui alunos, pode ser que também eles se possam interessar, portanto, será um prazer para nós que vocês continuem a realizar e a desenvolver este tipo de trabalhos e que venham a receber o Prémio um dia destes. Obrigada!

Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão:

Vamos ouvir o depoimento do Doutor Guilherme d'Oliveira Martins, que registou um depoimento em vídeo.

Guilherme d'Oliveira Martins (Depoimento em vídeo):

Infelizmente não posso estar presente, como seria meu desejo a falar de Eduardo Prado Coelho.

Recordar Eduardo Prado Coelho é fundamental, mas não podemos esquecer que o exemplo do Eduardo continua bem vivo na nossa memória e a sua influência na Cultura Portuguesa não pode deixar de ser devidamente salientada.

O Eduardo Prado Coelho era, antes de mais, um apaixonado da vida. Tudo aquilo que dizia respeito aos acontecimentos que iam ocorrendo era algo que lhe dizia directamente respeito e era algo a que ele estava particularmente atento. O Eduardo Prado Coelho, nesse sentido, era alguém que estava permanentemente desperto para a novidade, permanentemente desperto para a ligação entre a Literatura e a Vida.

A Literatura para o Eduardo não era uma realidade que pudesse ser vista fora do mundo e dos acontecimentos, tinha que ser analisada, tinha que ser compreendida numa relação muito directa com aquilo que ia ocorrendo na vida. Num texto que escrevi, poucos dias depois do Eduardo nos deixar, eu referi o exemplo do *Emílio e os Detectives*, um romance da juventude, que me fazia lembrar a presença permanente e a atenção e o cuidado do Eduardo Prado Coelho. O Eduardo Prado Coelho gostava da narrativa, gostava da aventura em estado puro. Essa aventura e a narrativa correspondiam aquilo que era a sua permanente presença atenta no mundo e na vida.

O Eduardo Prado Coelho teve um papel muito importante na descoberta de novos valores. Não esqueço o papel que o Eduardo Prado Coelho teve no Centro Nacional de Cultura, designadamente nos últimos anos, numa iniciativa que tinha a ver com a revelação das obras mais importantes que iam saindo e sobre as quais era necessário falar. E eu recorro a disponibilidade extraordinária do Eduardo para essa tarefa.

Estava sempre disponível para encontrar um novo tema, um novo género, um novo autor que pudesse de algum modo, ser motivo para um debate que valesse realmente a pena. E isso acontecia, acontecia com os livros, os autores escolhidos pelo Eduardo não só suscitavam um grande interesse mas, simultaneamente correspondiam a sucessos editoriais, correspondiam também a novos valores que passavam a ser reconhecidos e que tinham de ser reconhecidos. O caso de Maria Gabriela Llansol é um caso absolutamente evidente. O Eduardo Prado Coelho foi dos primeiros a chamar à atenção para a importância dessa autora e para a importância daquilo que ela escrevia. E, hoje não há dúvida rigorosamente nenhuma, que Maria Gabriela Llansol é uma das grandes referências da Literatura, da Cultura Portuguesa Contemporânea. Foi a actuação, a capacidade que o Eduardo Prado Coelho teve de reconhecer, antes de muitos outros, essa qualidade, que permitiu que o reconhecimento ocorresse, e esse reconhecimento continua.

O Eduardo Prado Coelho ao longo da sua vida foi sempre pioneiro e quis sempre ser pioneiro, pioneiro nos temas, pioneiro nas reflexões. Todos nós nos recordamos da Antologia sobre o Estruturalismo, mas é preciso entendermos que ao ser pioneiro no debate das ideias, o Eduardo Prado Coelho teve sempre a capacidade de não se fechar em concessões puramente circunstanciais, ou até muito dogmáticas. O Eduardo foi ao longo da sua vida evoluindo e foi, sobretudo, assumindo com clareza a necessidade permanente de um debate de ideias, e simultaneamente de renovarmos as ideias e as reflexões.

O Eduardo Prado Coelho está bem presente na Cultura Portuguesa Contemporânea e continuará presente. Ele é o criador de um paradigma, o paradigma cosmopolita do português sem fronteiras. Uma nova ideia, a nova ideia diferente daquilo que esta noção tinha em outros momentos históricos. Para Eduardo Prado Coelho e, segundo, Eduardo Prado Coelho, esta visão cosmopolita e aberta da Cultura Portuguesa sem fronteiras, é uma visão que parte do pressuposto de que a Cultura Portuguesa só pode enriquecer se receber aquilo que as outras culturas nos dão e, simultaneamente estando disponível para dar o melhor de si, relativamente ao progresso das ideias e ao progresso do pensamento.

O Eduardo Prado Coelho está bem presente e eu penso que a melhor Homenagem que lhe podemos fazer é continuar a lê-lo, mas mais do que isso, continuar a seguir esse seu espírito de estar permanentemente atento à realidade, de estar permanentemente atento ao que é novo, de estar permanentemente atento àquilo que vale a pena na relação entre a Cultura e a Vida.

Leonel Rocha, Vereador da Cultura de Vila Nova de Famalicão:

Para encerrar então este primeiro colóquio *Recordar Eduardo Prado Coelho*, relembro o que já disse a Alexandra, portanto, hoje foi anunciado o Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho que, em conjunto com a Câmara Municipal e a Associação Portuguesa de Escritores, irá atribuir no próximo ano o primeiro Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho.

Gostava de expressar o nosso agradecimento ao Sérgio Sousa pela sua disponibilidade na coordenação deste colóquio. Agradeço, também, toda a colaboração dada pelo José Manuel Mendes que nos ajudou também a pensar este colóquio. Queria, também, expressar o nosso agradecimento a todos aqueles que prontamente acederam em colaborar no envio de textos, dando o seu testemunho sobre o Eduardo Prado Coelho. Realmente, foi algo que nos apraz registar porque mostra realmente o quanto o Eduardo Prado Coelho era querido por estas pessoas. Agradeço, mais uma vez, aos familiares do Eduardo Prado Coelho, aqui presentes, por tudo o que nos cederam, bem como, todo o carinho que continuam a demonstrar para com Famalicão. Uma palavra de agradecimento à professora Eunice Cabral e também a professora Maria Emília Pereira. Um agradecimento à biblioteca, aos responsáveis da biblioteca porque, também, muito se deve ao seu trabalho. Ainda se troca, em demasia, o comando da televisão por um livro, portanto, nesse aspecto, é preciso fazer uma luta diária e acho que posso sublinhar os guerreiros que esta biblioteca tem nessa luta diária.

Finalmente, dizer que, desta e doutras formas vamos pugnar para que, realmente, Eduardo Prado Coelho esteja e continue a estar sempre presente na Cultura Contemporânea Portuguesa. Obrigado a todos e até à próxima.

O meu caso com o Eduardo

por António Mega Ferreira

No dia 29 de Março de 2004, data do 60º aniversário de Eduardo Prado Coelho, um pequeno grupo de amigos atraiu-o a um jantar-surpresa, que era apenas o pretexto para celebrar com ele a data jubilosa. Tendo feito parte desse grupo, fui encarregado de me dirigir ao homenageado; eis o texto que então li.

Meus Amigos:

Tenho finalmente a idade bastante para confessar, perante tão distinta plateia, e ao próprio, alvo e sujeito da homenagem que hoje aqui lhe fazemos, o segredo que há tanto tempo carrego comigo: eu tenho um caso com o Eduardo. É claro que ele não tem nada a ver com isso; como seguramente não tem com sentimentos idênticos que tem inspirado, ao longo da vida, a tantos amigos e amigas, conhecidos e admiradoras.

O meu caso com o Eduardo é antigo. Teve nome antes de ter rosto. Explico-me: comecei a ouvir falar dele tinha eu uns seis ou sete anos, não mais, porque a minha irmã andava a ter explicações com a mãe do Eduardo e, pelo menos no discurso dela, o Eduardo já se distinguia, e não propriamente na prática do futebol ou nos descantes do fado. Durante anos, entre as referências sempre reverenciais – e quão justas – ao ilustríssimo professor Jacinto Prado Coelho, pai do Eduardo, vinha à conversa o Eduardo, que, ao que parece (mas se calhar invento de memória), dava à estampa os seus primeiros escritos nas páginas do *Diário de Lisboa*. Seria?

Se então não foi, foi depois. Em finais da década de sessenta, o Eduardo tornou-se o espelho de aumentar da minha bulimia cinéfila, quando comecei a frequentar até à exaustão ocular as sessões das três, das seis e das nove e meia de cinemas, cinematecas, cineclubes, quartas do Monumental e sextas do Império (a ordem dos factores, com o tempo, tornou-se arbitrária). As suas críticas, que tantas incomodidades devem ter provocado em chefes de redacção muito vulneráveis aos protestos dos distribuidores, abriam portas de entendimento – digamos, *outro* – para o que era o cinema. Foi na época gloriosa de *Bonnie and Clyde*, *Blow-Up* e *Pierrot, le fou*. Não sei se o Eduardo escreveu sobre estes filmes; mas, se não escreveu, devia ter escrito. E, se escreveu, posso garantir que o li.

Quando o Eduardo desceu aos Restauradores, em plena euforia revolucionária, para fazer uma perninha no Palácio Foz, andava eu por lá a fazer a Revolução – à minha maneira. Não percebi por que é que o Eduardo era PC – a não ser por honrosa fatalidade de nascimento. Mas encontrava justificação teórica na sua íntima convivência com os apóstolos do “racionalismo moderno”, ele muito *Tel Quel*, ele muito materialidade do texto, ele muito Marcelin Pleynet: “J’ai été mot parmi les lettres”. Por princípio – por princípio que eu fizera meu -, o Eduardo devia ter razão, ainda que as suas razões nem sempre fossem as minhas.

O terceiro encontro foi o definitivo, o que me permite dizer que tenho com ele um caso, o que nos permite dizer que temos uma amizade. Foi no princípio da década de oitenta do século passado (e dizer isto assim começa a adquirir perspectiva histórica), quando coincidimos na redacção do *JL-jornal de letras, artes e ideias*. Eu chefiava uma redacção quase inexistente, em que tinha como colaboradores a Inês Pedrosa, talentosíssima e juvenil estagiária, e o Pedro Borges. O maior apoio vinha de um grupo de sábios, capitaneado pelo muito saudoso Augusto Abelaira, no qual se incluíam, proeminente, o Eduardo, inefável, o Jorge Listopad. Foi uma das mais belas aventuras profissionais da minha vida: nunca tive tanto poder como a conceber, organizar, escrever, rever, editar, paginar aquele que foi, à época, o único semanário literário de língua portuguesa. E chegou a vender 25.000 exemplares!

Foi no JL que nos tornámos amigos. Foi no JL que eu dei rosto sentido à minha mitomania mansa: o Eduardo era para mim uma referência; tornou-se-me indispensável. E depois, veio Paris, a noite gloriosa em que, afogadas as saudades em duas garrafas de Brouilly, no *Au Chien qui fume*, o Eduardo resolveu, entre muitas gargalhadas, meter o Peugeot por cima dos passeios, com o pretexto de que em Paris até os passeios são amigáveis; ou essa outra em que, ao dobrar uma esquina no Marais, topámos com uma loja que tinha título de livro: O Deserto Ocidental. Roubei-lho logo ali, antes que o Eduardo o botasse numa sua recolha, mas confesso que, quase vinte anos depois, ainda lho devo. Descansa, Eduardo, ainda te hei-de surpreender com um livro chamado assim, que, para tua vergonha, te há-de ser dedicado (*em tempo: o livro saiu em 2007 e vinha profusa e convenientemente dedicado ao Eduardo*).

Do que eu gosto no Eduardo é da suave coexistência entre o conhecimento mais (aparentemente) esotérico e o gosto pela trivialidade mundana; da assertividade informada da sua escrita, convivendo com a evangélica paciência com que escuta os mais descabelados argumentos, pronunciados, com risível suficiência, por algumas das mais ocas cabeças da nossa praça; do seu sentido de humor, que se desfralda em gargalhada vivida com o corpo, e da perversa inteligência com que desmonta lugares-comuns e liquefaz narizes de cera. Do que eu gosto no Eduardo, enfim, é... do Eduardo.

Meu caro Eduardo:

Leio-te há quase quarenta anos, mesmo quando tu não sabias que eu existia. Nestas quase quatro décadas, entre os milhares de páginas tuas que li, não encontrei um único momento de vulgaridade, de irrelevância, de insensatez. Posso não concordar com tudo o que escreves; mas, quando te leio, não há um momento que eu ache ter desperdiçado. E a única opinião crítica que me interessa, quando publico um livro, é a tua. Como diria um comentador, aliás estimável, da nossa praça televisiva, “vales muito a pena”. A mim, vales-me pela vida: tu, com alguns outros, muito poucos, fazes parte da minha vida. E por isso, também por isso, neste dia feliz em que assistimos à comemoração de mais um aniversário teu, o meu muito obrigado. Salvo erro, este obrigado não é apenas meu – é de todos nós.

Parabéns, Eduardo.

Uma «deambulação de palavras»

por Fernando Pinto do Amaral

Há pessoas cuja morte começa por nos parecer completamente inverosímil, porque nos recusamos a alterar o espaço onde sempre nos habituámos a reconhecê-las, na ilusão de uma eternidade ao nosso alcance. Sem o Eduardo Prado Coelho, sem a presença quotidiana e luminosa da sua escrita, Portugal tornou-se para mim um lugar mais baço, mais triste, mais cinzento. Conheci-o há 26 anos e foi pela sua mão que saiu nas páginas do **JL** o primeiro texto que alguma vez publiquei, em 1982 – um artigo sobre **Francisca**, de Manoel de Oliveira, fruto de uma paixão por Agustina e Oliveira que ambos partilhávamos, como por outros autores que as brilhantes leituras do Eduardo me ajudaram a descobrir: Herberto ou Ruy Belo, claro, e outros poetas, mas também Clarice Lispector, Blanchot, Duras, Barthes, Peter Handke, Giorgio Agamben, Vergílio Ferreira, Maria Gabriela Llansol, tantos mais.

Talvez aquilo que mais ressalte de tudo o que o Eduardo Prado Coelho nos deixou seja a curiosidade insaciável que o levava a interrogar o mundo, sempre disposto a pensar sobre mil e um aspectos da cultura contemporânea, mostrando uma vocação teórica e reflexiva que nunca se deixou aprisionar no espartilho de teorias cristalizadas e se jogava ao nível do que subterraneamente vai ligando as coisas e tecendo a rede do seu discurso sem fim. Ao falar de literatura ou de cinema, mas também de política ou de filosofia, os melhores textos do Eduardo evidenciam essa coerência movediça e semi-submersa no enigma de si mesma – títulos como **O Reino Flutuante**, **A Letra Litoral** ou **A Mecânica dos Fluidos** remetem-nos precisamente para essa dimensão ondulatória em que o pensamento se move e se abre ao desconhecido de si mesmo. Por isso, creio que em relação à escrita do Eduardo poderia dizer-se o mesmo que ele um dia escreveu a respeito de Agustina:

«Sentimos [...] um pensamento que se sujeita ao movimento cego do próprio pensar, como se [...] a cada instante o inconsciente fosse o mais visível e o mais dizível. Porque pensar não é um meio de nos aproximarmos da verdade. Nada disso. É, quando muito, uma saudação, uma inclinação, um baixar da cabeça, uma vénia desatenta do olhar: Agustina não é um mestre do pensamento, porque nela o pensamento se desloca sem mestre: é uma zona obscura, uma deambulação de palavras» (**A Noite do Mundo**, 1988, p. 164).

Era sempre essa infinita «deambulação de palavras» que mais me seduzia ao ler os textos do Eduardo Prado Coelho, para quem isso a que chamamos «literatura» consistia numa revelação capaz de alterar toda a percepção do mundo enquanto altera decisivamente o sujeito, já que tudo parte da própria escrita e do que ela nos faz descobrir: «Tu só escreves o que está em ti, mesmo que não saibas o que está em ti, porque é na medida em que o escreves que o sabes» (id., p. 239).

Estamos, pois, perante um pensamento capaz de correr riscos, movido por uma força por vezes perturbadora (e, em última análise, sempre autobiográfica), um pensamento que, partindo do estruturalismo que marcou a sua geração, rapidamente se tornou cada vez mais difícil de encaixar em chavetas ou em esquemas rígidos, permanecendo imune a qualquer dimensão positivista do conhecimento. No caso do Eduardo Prado Coelho, para conhecer profundamente alguma coisa basta não fugir a um encontro que é sempre um **acontecimento**, sabendo crescer a partir da descoberta decisiva de um livro, de um filme, de uma personagem real ou imaginária – e há uma zona a partir da qual esta distinção deixa de fazer sentido. Assim se pode entender tudo da única maneira que vale a pena, isto é, «até ao limite em que o entendimento é já a alegria do desentendimento» (id., p. 101). Trata-se, afinal, de penetrar numa câmara escura da razão, aí onde per-

siste sempre a insuportável evidência de um mistério – esse «mistério do mistério» em que «estamos todos envolvidos» (id., p. 225) e é apenas outro nome para a noite do mundo.

Agora que essoutra noite caiu sobre a voz do Eduardo, sei que ela continuará a acompanhar-nos, do lado de lá desse horizonte em cujo fio infinito ela se quis situar, sempre tão estimulante como da primeira vez em que a escutámos – será apenas uma questão de ouvido.

Fui surpreendida num sábado de Agosto, logo pela manhã, com a notícia da morte do Eduardo!

Fomos contemporâneos na Faculdade de Letras de Lisboa e, se bem que ele estivesse quase no fim do curso, aparecia regularmente numa mesa do «Bar de Letras» onde, a jeito de uma tertúlia, um grupo de colegas falava de «tudo e de nada», aproveitando os «furos» e os intervalos para saber as últimas notícias do que se passava no mundo da cultura cá e lá fora. O Eduardo já se fazia notar pelas qualidades que todos lhe reconhecemos: vasta cultura literária, enorme curiosidade e interesse por tudo o que nos rodeava, aguçado sentido crítico, enorme capacidade de seduzir e de comunicar, grande afabilidade e doçura no trato e uma enorme alegria de viver e de saborear a vida.

Destas nossas conversas juvenis guardo uma memória viva, lembro com nostalgia as nossas sonoras gargalhadas que pontuavam regularmente as «conversas sérias» e provocadas quase sempre por comentários críticos do Eduardo. Perdi-o de vista durante uns tempos, quando foi para leitor de português em Aix.

Ao longo das nossas vidas reencontrámo-nos por diversas vezes a trabalhar para o mesmo projecto: divulgar a Língua e Cultura Portuguesa. Todas as qualidades que eu lhe reconhecera quando jovem, tinham agora amadurecido e descobri-lhe uma outra: sabia e gostava de trabalhar em equipa e era capaz de partilhar ideias e projectos, o que num intelectual e académico da sua craveira não era muito vulgar.

Lembro enquanto Conselheiro Cultural em Paris o seu empenho em lançar pontes entre Portugal e a França, entre os jovens criadores portugueses, franceses e europeus, antecipando aquilo que é hoje comum fazer-se e que foi incentivado mais tarde pela União Europeia, projectos partilhados entre países europeus. Muitas vezes me ligou de Paris, enquanto dirigi o Instituto dos Museus, dando-me dicas de «quem é quem» e do «que é o quê» para projectos portugueses, negociando espaços expositivos qualificados, apresentações em museus ou galerias de colecções portuguesas ou de jovens e consagrados artistas ou escritores e abrindo portas quer no meio académico quer junto do grande público.

A Literatura Portuguesa e a tradução de obras portuguesas muito lhe devem, tendo-as aproximado da edição, da imprensa, da academia e da opinião pública.

A sua capacidade e o seu gosto de comunicação aliados ao seu vasto saber tiveram um papel de relevo na sua colaboração em dois grandes eventos que marcaram a internacionalização da Cultura Portuguesa – a *Europália* e *Lisboa Capital Europeia de Cultura*.

A sua generosidade e a sua ligação afectiva à instituição, que lhe facultou o seu primeiro emprego, fê-lo legar ao Instituto Camões, por morte de seu Pai, o Professor Jacinto Prado Coelho, uma parte importante da sua Biblioteca que ainda tive o gosto de lhe mostrar catalogada, arrumada e dada à consulta. Foi em 2004 que trabalhamos juntos pela última vez e ele aceitou, durante cinco longos dias de uma semana quente de Julho, fazer parte do júri de selecção dos futuros Leitores do Instituto, entrevistando connosco os jovens candidatos a quem incumbe a fantástica e recompensadora tarefa de ensinar e promover a Língua e Cultura Portuguesa no Mundo. Foram cinco dias trabalhosos e carregados de responsabilidade que o Eduardo assumiu com a sua afabilidade, sentido crítico e alegria; e não posso, para terminar, deixar de relatar um episódio que bem retrata o seu apurado sentido de humor: uma das jovens candidatas mostrava-se mal preparada, não conseguindo dizer nada de jeito sobre nada! Então, o Eduardo atira-lhe «Minha senhora, então vamos combinar, vai falar-nos daquilo de que costuma falar com o seu namorado!» Escusado será dizer, pelos vistos também não falava de nada!

Era assim o Eduardo. Perdemos um Amigo e a Cultura Portuguesa vai ressentir-se.

quando morre um amigo não se sabe o que se há-de dizer,
só que nos faz muita falta, que gostávamos da sua
presença, de saber que nos trazia uma relação diferente
com o mundo e connosco e que também isso

era inquietação, conhecimento e alegria. e há-de ser
sempre duro e difícil aceitar
que a voz que ele tinha, os gestos que fazia,
os seus encantamentos, até as suas manias, a sua maneira de andar,

ficam só na memória entre outras sombras e silêncios.
a vida continua, sim, o mundo continua,
todos dizemos isso e sente-se uma precária segurança,
uma surda música de alívio porque não é ainda a nossa vez,

e continuam os rios e os mares, as nuvens e os continentes,
as derivas da história, as coisas do dia a dia,
mesmo que um amigo morra, e continuam
os homens e os seus conflitos, e continuam

as coisas mais belas e as mais sórdidas, as mais pungentes e as
que nos marcam a esperança, mesmo que morra
um amigo que não voltaremos a ver e se tenha tornado
apenas uma íntima presença.

nós pressentimos tudo isso porque temos
de agarrar-nos a qualquer coisa, e ainda mais
quando morre um amigo e nos vem a certeza
de que uma parte de nós, do que nos explica, do que é

a nossa geração morre com ele.

Eduardo ou o elogio da atenção

por *Guilherme d'Oliveira Martins*

O Eduardo Prado Coelho era um apaixonado do “espírito do tempo”, e não podemos esquecer o seu entusiasmo e a sua inesgotável curiosidade. A literatura era o seu lugar por excelência, para a compreensão da realidade e do mundo.

A atenção, a aprendizagem, a inteligência e a novidade eram a sua matéria-prima preferida. Mas se quisermos usar uma fórmula sintética: Eduardo era, antes de tudo, um **apaixonado da vida**. Isso mesmo o levava a procurar tudo o que pudesse exprimir a evolução, a imaginação, a viagem, a aventura e a modernidade. Comparei-o um dia ao herói de “Emílio e os Detectives”, o romance da aventura em estado puro de Kästner, porque a disponibilidade e a alegria de ver, de viver e de saber eram naturais em si.

Literatura, artes plásticas, linguística, teatro, moda, performances, música, bailado, história, geografia, biologia, psicologia, psiquiatria, pedagogia, ciências, tecnologias – nada na vida era estranho à sua atenção desperta e permanente.

O Eduardo é uma referência fundamental na nossa cultura contemporânea. Cosmopolitismo e abertura tornaram-se seus lugares de culto. Lembramo-nos bem dos novos e inesperados temas e autores que nos trazia no Centro Nacional de Cultura.

Desde os tempos do estruturalismo à descoberta dos novos talentos (a celebridade de Maria Gabriela Llansol muito lhe ficou a dever), passando pela capacidade natural de organizar e fazer leitores e discípulos (não na acepção de seguidores mas de despertados), procurou, no fundo, abrir horizontes para o português sem fronteiras do século XXI.

Seis Rosas

por Mafalda Ivo Cruz

Uma vez, talvez no ano de 2003 andei a passear na Feira do Livro com o Eduardo. E o Eduardo ofereceu-me o “Seis rosas mais tarde”. Depois, mil anos depois, naquele outro dia inacreditável em que o Eduardo morreu a Teresa Belo disse-me que talvez fosse melhor levarmos textos para ler enquanto estivéssemos reunidos durante o tempo que se espera na véspera de um enterro. Por isso antes de sair de casa olhei em volta à procura de um livro e deparei com o “Seis Rosas Mais Tarde”. Um pouco por acaso, estava no alto de uma pilha de livros. Mas o que é o acaso? Todos, no mais secreto de nós somos um pouco loucos. Finalmente naquela tarde que se prolongou pela noite em que houve muita conversa, muita gente a entrar e a sair, não lemos nada. E o “Seis Rosas Mais Tarde” esteve arrumado numa cadeira e no fim voltei a trazê-lo comigo. Soube por acaso, nesse dia ou no seguinte que o Eduardo tinha apresentado um novo projecto ao jornal Público, cujo o título era... “Seis Rosas Mais Tarde”. A questão é : Que sabemos nós de nós próprios.

Para esta homenagem escolhi continuar o jogo. Talvez seja ainda um último modo de dizer que mesmo a jogar no escuro, de olhos vendados, eu, “confio em si”. Um “confio em si” com uma dimensão outra, mais vasta. “Confio numa certa visão do mundo e vou seguir por aqui, compreende?” Assim como sempre falamos com aqueles que se tornaram separados de nós pelo tempo e os avatares da matéria. Et pure...

O Hóspede

Muito antes do anoitecer
chega a tua casa alguém que saudou a escuridão.
Muito antes do amanhecer
ele acorda
e atíça, antes de se ir embora, um sonho,
um sono onde ressoam passos:
tu ouve-lo medir as distancias
e atiras a tua alma para lá.

Comecei a lê-lo às quintas-feiras, no suplemento cultural do *Diário de Lisboa*, que chegava a Viseu ao fim da tarde, ou mesmo ao começo da noite. Era uma das pessoas que sonhava conhecer quando, em 1969, fui estudar para Lisboa. Foi por isso com uma encantada surpresa que, estando eu um dia ao balcão do bar da Faculdade de Letras, e ouvindo alguém interpelar-me – «então foi você que comprou a *Scilicet*?!» – me virei e dei com o Eduardo.

Na altura era assim, as novidades chegavam em quantidades reduzidas às livrarias de Lisboa e eu tinha apanhado um ambicionado número da revista lacaniana que tinha acabado de sair. Começou aí uma conversa que atravessou algumas décadas, no decurso das quais se consolidou uma funda, cúmplice e dogmática amizade, que eu vivi sempre como um adolescente sentimento de privilégio.

Dos tempos da Faculdade às angústias do seu último ano de vida, passando por tantos e tantos momentos únicos: fossem os mais intelectuais, como as inesquecíveis conversas sobre a sua tese de doutoramento (*Os Universos da Crítica*), fossem os mais políticos, que se multiplicaram quando estive no Ministério da Cultura, fossem os mais “diplomáticos”, que levaram Portugal a um ponto de afirmação e de reconhecimento único durante a sua permanência em Paris, e que se prolongou até ao seu fantástico trabalho como “comissário” do *Salon du Livre* que, em 2000, se organizou em torno da literatura portuguesa.

O Eduardo faz falta, muita falta, a todos. Foi isso que, há justamente um ano, também no dia do seu aniversário – que ele gostava de festejar com uma alegria desprendida -, escrevi na minha coluna do *Diário de Notícias*.

Escrevi então: «Eduardo Prado Coelho faria hoje 64 anos. Os meses que passaram desde o seu desaparecimento, em Agosto passado, têm dado razão a Paul Valéry, quando disse que a dimensão de um homem se avalia bem pelo grau de embaraço e o sentimento de perda em que deixa os outros com a sua morte.

Com efeito, a intervenção de Eduardo Prado Coelho na vida portuguesa tornara-se, com o tempo, um factor constante de qualificação, de discernimento, de estímulo. Fosse na esfera da política, no domínio cultural ou no registo da observação do dia-a-dia, ele tornara-se numa presença aguardada, que marcava a formação da opinião pública.

Manteve toda a vida as mesmas características: uma cultíssima curiosidade, uma constante generosidade, um sólido cosmopolitismo. A vida foi-lhe dando talvez mais serenidade, mas quanto ao mais foram estas as qualidades que fizeram dele um dos mais influentes intelectuais portugueses dos últimos quarenta anos. Qualidades raras, é preciso acrescentar: a curiosidade numa sociedade de indiferentes, a generosidade numa época de calculismos, o cosmopolitismo numa terra de provincianos. Mas foi assim, do princípio até ao fim.

No princípio, foi uma inovadora forma de fazer crítica literária, em ruptura com os cânones impressionistas e inspirada no estruturalismo dos anos 60/70, de que se assumiu como principal protagonista nacional. Depois, foi o constante alargamento dos seus horizontes teóricos (nomeadamente ao mundo anglo-saxónico) e, também, dos objectos da sua atenção: da literatura para o cinema, a pintura, a música, as artes do espectáculo, a fotografia, a política, o quotidiano.


As suas aulas, os seus cursos livres, as suas conferências e intervenções em debates, atraíam sempre pequenas multidões – e ele ia a todo o lado onde o convidassem para falar. Eduardo Prado Coelho encarava todos esses convites como desafios para aperfeiçoar os seus talentos de exposição, para cultivar o seu prazer de ensinar. Para seduzir, não só pelo conhecimento que transmitia, mas também pela forma como o fazia, numa hábil mistura de evidências e de insólito que marcavam sempre as suas análises e abordagens.

Ele falou, durante cerca de 40 anos, de tudo o que foi relevante em Portugal. Em todos os casos, o que sempre procurava era assinalar a diferença, a originalidade, o potencial. Mas a literatura era o seu terreno de eleição: leitor compulsivo, não gostava de perder tempo com decepções – livro que lhe caísse das mãos, ficava esquecido. Preferia procurar o talento e entusiasmava-se a impulsioná-lo.

Semanalmente durante mais de trinta anos, e diariamente nos últimos nove anos da sua vida, Eduardo Prado Coelho cultivou um género raro entre nós: a crónica de ensaísta. Num país dominado – com poucas, embora notáveis excepções – por colonistas de deprimentes estados de alma, por comentadores sem mundo e por analistas das irrelevâncias nacionais, não foi fácil impor uma crónica como perspectiva informada e esclarecedora sobre protagonistas, obras e acontecimentos do nosso tempo. Mas foi essa a sua aposta, que assumia com uma desenvoltura que era o melhor retrato da sua extraordinária cultura, e que se pode sintetizar numa fórmula breve: escrever para compreender.

Eduardo Prado Coelho também revelou surpreendentes talentos sempre que foi desafiado a agir, quer à frente da Direcção Geral da Acção Cultural, quer nas funções que exerceu na “Europália” em 1990, na “Lisboa, Capital da Cultura” em 1994 ou no “Salon du Livre” de Paris em 2000. O seu trabalho mais notável foi, contudo, o que desenvolveu como Conselheiro Cultural em Paris, entre 1989 e 1998, que ficou como um marco de excelência do que a cultura pode fazer pela projecção internacional de Portugal.

Deste trabalho deixou um balanço que continua a ser o mais lúcido dos programas para o futuro: «precisaríamos, pode ler-se em “*O Cálculo das Sombras*”, de passar das pequenas iniciativas mais ou menos desgarradas para uma política externa portuguesa que fosse não apenas de todo o Governo, mas também de todo o País. O que implica coordenação de esforços, distribuição equilibrada de recursos, escuta atenta e democrática de actores e agentes culturais, sensibilidade às diferenças regionais no espaço português, empenhamento económico efectivo e múltiplo, definição de prioridades de um modo não casuístico, construção de estratégias por domínios culturais e por áreas geográficas. Só assim podemos conservar a esperança de um dia nos orgulharmos de um Portugal plena e descomplexadamente europeu, plena e dinamicamente lusófono e plena e reconciliadamente moderno e português. Trabalho não falta – esperemos que o resto também não». Que saudades, Eduardo...»



III
Centenário da I República

Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado e desta para o marido a 6 de Outubro de 1910¹.

Elzira

Como estarás tu?

Tive de parar aqui, por causa da interrupção da linha. Pela do Entroncam.¹⁰ não era possível ir. Sigo daqui em automóvel.

Alimenta-te, que precisas m.to de recobrar forças.

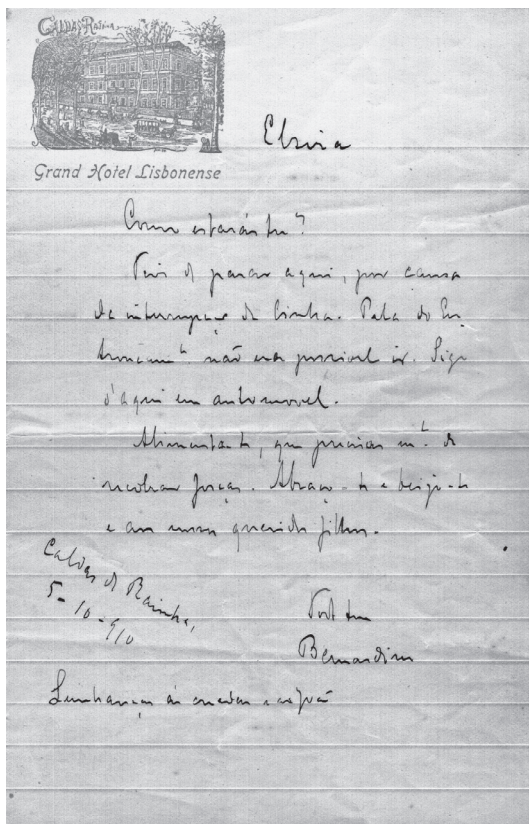
Abraço-te e beijo-te

e aos nossos queridos filhos.

Caldas da Rainha,
5-10-910

Todo Teu
Bernardino

Lembranças às criadas e ao João



¹ Museu Bernardino Machado/Fundo particular Bernardino Machado.

Bernardino

Quando te chegará esta minha carta às mãos? Não sei!
Estou apouquentadíssima, sem notícias, sem saber nada
de ti! Já mandei 3 telegramas e nada!

Assim é que ficaste com cuidado em mim! Logo devias ver
que eu não estou bem sem notícias!

Acordei hoje, felizmente, m.to melhor, e com a proclamação
da república, até estou quase bem. Viva a pátria! Viva a
república! Só me faltam notícias tuas para me restabelecer
completamente.

Quando as terei?

Mil e mil saudades

Abraça-te a
Toda tua
Elzira

Moledo
6-10-910

Quando te chegará esta minha
carta às mãos? Não sei! Estou apo-
quentadíssima, sem notícias, sem
saber nada de ti. Já mandei 3 tele-
grammas e nada!

Assim é que ficaste com
cuidado em mim! Logo devias ver que
eu não estou bem sem notícias!

Acordei hoje, felizmente,
m.to melhor, e com a proclamação da
república, até estou quasi bem.
Viva a pátria! Viva a república!
Só me faltam notícias tuas para
me restabelecer completamente.
Quando as terei?

Abraça-te a
Toda tua
Elzira

Moledo
6-10-910

Se pudes manda saber desses e hom-
mens, por quem as mulheres estão a
dormir que lhes accoedecesse alguma
coisa.

Se pudes digo para Laura depois
d'amante a lá de aparo para a
trasladação que é no dia 12.

Moledo
6-10-910

Escreve a Dalina por causa
das vizinhas.

As eleições legislativas de 1925 em Vila Nova de Famalicão

por António José Queiroz¹

As eleições de 8 de Novembro de 1925 realizaram-se num clima de grande tensão política e de forte crispação social. A força política dominante, o Partido Republicano Português (PRP), acabado de sair de mais uma cisão, debatia-se com a dupla desconfiança do patronato e do operariado. Enquanto que, à direita, se seguia com crescente interesse os exemplos autoritários e de “ordem” que chegavam de Itália e de Espanha, à esquerda cresciam os apelos para a formação de uma frente unida que inflectisse o rumo que o regime desde há muito tomara. Foi, pois, neste contexto, que se realizaram as última eleições legislativas da Primeira República; aconteciam com alguns meses de atraso, fruto do adiamento motivado pelo falhado golpe militar de 18 de Abril.

1. A legislação eleitoral da Primeira República

O Código Eleitoral de 1913 (lei n.º 3, de 3 de Julho) com as modificações que se lhe seguiram, nomeadamente a lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, foi o principal documento legislativo regulador dos actos eleitorais da Primeira República após a eleição da Assembleia Nacional Constituinte². Só podiam ser eleitores cidadãos portugueses maiores de 21 anos, residentes em território nacional, que soubessem ler e escrever e estivessem no pleno uso dos seus direitos civis e políticos. Excluía-se as mulheres, os alienados, os indigentes, os falidos, os condenados por crime de conspiração contra a República e os que, por sentença penal, estivessem privados dos seus direitos políticos.

Não bastava, porém, ter os referidos requisitos para se ser eleitor. Era necessário, também, passar por um complexo sistema de recenseamento, apresentando o potencial eleitor um documento por si escrito, cuja letra e assinatura deveriam ser reconhecidas por um notário, salvo quando, por qualquer diploma, provasse que sabia ler e escrever; nesta circunstância bastaria apenas o reconhecimento da assinatura. A este documento teria ainda de juntar-se uma certidão de idade e um atestado de residência, passados pelas entidades competentes, isto é, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Administrador do Concelho, Junta de Freguesia ou Regedor. Se os documentos se destinassem exclusivamente ao recenseamento eleitoral estariam isentos do pagamento de selo e emolumentos.

Este carácter restrito do sufrágio, de bases capacitárias, limitava, pois, ainda mais, o direito de voto estabelecido pelos diplomas eleitorais de 1911 que, por sua vez, retomavam as disposições estabelecidas na lei de 8 de Maio de 1878, expurgada, no entanto, do elemento censitário³.

.....
¹ Doutor em História pela Universidade do Porto

² A legislação eleitora sofreria posteriormente ligeiras alterações com a publicação dos seguintes diplomas: lei n.º 941, de 14 de Fevereiro de 1920, decreto n.º 7543, de 13 de Junho de 1921, e portaria n.º 3150, de 11 de Abril de 1922.

³ O Partido Republicano Português, que nos tempos da Monarquia fizera do sufrágio universal um cavalo de batalha, implantada a República rapidamente se esqueceu dessa promessa pelo receio de que o novo regime sucumbisse nas urnas aos seus inimigos, os monárquicos, que continuavam a dominar nos meios rurais, isto é, na maioria do país que não sabia ler nem escrever.

O sufrágio universal haveria de ser, no entanto, episodicamente instituído no consulado de Sidónio Pais pelo decreto n.º 3907, de 11 de Março de 1918, embora limitado aos cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos. Este diploma seria revogado pelo decreto n.º 5184, de 1 de Março de 1919, que repunha a lei de 3 de Julho de 1913 com as alterações introduzidas pela lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915. Este último diploma concedia o direito de voto aos militares no activo, mas confirmava a exclusão dos analfabetos. Mantinha-se o sistema de lista incompleta para permitir a representação das minorias, com excepção dos círculos que elegiam apenas um ou dois deputados. Assim, os eleitores podiam escolher dois nomes numa lista de três deputados, três numa lista de quatro e seis numa lista de oito.

Quanto aos círculos eleitorais, a lei n.º 290, de 11 de Janeiro de 1915, previa a existência de 45 círculos (continente, 33; ilhas, 4; colónias, 8), a que correspondiam 163 deputados⁴. O decreto n.º 1352, de 24 de Fevereiro desse ano (em pleno consulado de Pimenta de Castro) reduzia o número dos círculos para 30 (continente, 19; ilhas, 3; colónias, 8) mas mantinha o mesmo número de deputados (163). Esta legislação (que não serviu para qualquer eleição) foi revogada pela entrada em vigor da Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, que aumentava o número de círculos para 51 (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8), continuando, porém, a prever a eleição de 163 deputados. Pelo decreto de 30 de Março de 1918 (sidonista) mantinham-se os 51 círculos eleitorais (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8) mas o número de deputados era reduzido para 155. Após a Monarquia do Norte, a publicação do decreto n.º 5376, de 11 de Abril de 1919, repunha o estabelecido na lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, isto é 51 círculos (continente, 39; ilhas, 4; colónias, 8) elegendo 163 deputados.

2. As eleições legislativas de 1925

Nas últimas eleições da Primeira República estavam em disputa os ditos 163 mandatos: 142 no continente, 10 nos Açores e Madeira e 11 nas colónias. Apesar de muito participadas, o número de eleitores foi, uma vez mais, francamente insuficiente para “legitimar” o regime perante a nação. Este facto levaria o jornal monárquico *Correio da Manhã* a considerar que a República lutava com “a mesma dificuldade das suas primeiras horas: *não ter eleitores*”. Sendo, como era, um “sistema político de opinião”, a República não encontrava “eco na opinião do país”; sendo, ainda, um “sistema de democracia”, não se atrevia “a perguntar ao povo” se lhe confiava “os seus destinos”. Como não tinha eleitores (acrescentava o jornal), a República “falsificou, na aplicação, todos os seus princípios fundamentais”⁵.

Posição contrária era, naturalmente, a dos republicanos. Bernardino Machado, por exemplo, dizia (ainda antes das eleições) que os monárquicos só queriam “o sufrágio popular para o estrangularem”⁶.

Com estas eleições, Bernardino Machado pretendia que se impusesse aos governantes “a necessidade de restaurar a República e de renovar a obra realizada de 5 de Outubro até à guerra”⁷. Se os dirigentes republicanos haviam falhado, competia ao povo falar “a linguagem sincera do seu querer e do seu sentir”. Daí considerar que “os erros dos republicanos” seriam “emendados pelos próprios republicanos”, que “os males da República” seriam “tratados apenas” por quem amava a República.

⁴ Nas eleições suplementares de 16 de Novembro de 1913, prescritas no art. 86.º da Constituição, tal como se determinava no Decreto n.º 158, de 6 de Outubro de 1913 recorreu-se ao disposto no Decreto-lei de 5 de Abril de 1911 (nomeadamente quanto ao mapa do círculos e dos respectivos deputados a eleger), que continuava a vigorar na parte não regulada pelo dito Código Eleitoral.

⁵ *Correio da Manhã*, 24/9/1925, p. 1.

⁶ *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8

⁷ *Diário de Lisboa*, 27/10/1925, p. 8.

Bernardino Machado era manifestamente um optimista. Basta olharmos para o seu programa eleitoral, que resumia a uma simples frase: “confraternização eleitoral”⁸. Para seu mal, e mal da República, enganou-se. A República não se emendou; acabou, até por sair ainda mais desprestigiada mercê das inúmeras falcatruas que se praticaram, antes, durante e depois do acto eleitoral, nomeadamente nas próprias comissões de verificação de poderes. A diferença em relação a eleições anteriores teve a ver, isso sim, com uma maior afluência às urnas e com o aumento de irregularidades que se observaram de Norte a Sul do país (a que nem a Igreja escapou, como denunciou, por exemplo o jornal *Alvorada*, quinzenário de Arcos de Valdevez), facto que levou um historiador a classificá-las como “as mais fraudulentas e indecorosas” da Primeira República⁹.

3. As eleições em Vila Nova de Famalicão

Em meados de Outubro de 1925, o semanário famalicense *Estrela do Minho*, considerando não ser possível a eleição de um conterrâneo, manifestava o seu apoio a Gaspar Vilas, coronel do Estado Maior, então em serviço no Ministério da Guerra¹⁰. Nesse sentido, solicitava ao Directório do PRP a indicação desse nome como candidato pelo círculo n.º 4 onde se integrava o concelho de Vila Nova de Famalicão¹¹. O apelo parece ter sido ouvido, atendendo a que Gaspar Vilas acabaria por fazer parte da lista democrática.

No dia 28 de Outubro foi grande a actividade eleitoral na vila. Os chefes políticos locais “andaram numa roda viva”. Mas, dizia o *Estrela do Minho*, embora isso pesasse “aos amigos do regime deposto”, monárquicos e forças económicas poucos votos haveriam de ter no concelho. É que para trás não se andava; para a frente é que estava o futuro, “abrindo alas à democracia triunfante”¹².

Se os candidatos teriam ou não muitos ou poucos votos nas urnas é coisa que ficou por saber. De facto, em Vila Nova de Famalicão aconteceu um dos fenómenos mais típicos das eleições realizadas durante a República. Falamos dos famigerados acordos eleitorais. Contra eles se insurgiu o semanário monárquico famalicense *A Paz*; justificava a sua oposição, ao escrever:

“Somos contra esses conluios, que podem ser muito cómodos para os chefes políticos, poupando-lhes trabalho, mas que são também imorais e desprestigiantes para o sistema constitucional”¹³.

Ao jornal custava ver (porque isso representava “um grande perigo”) católicos que eram monárquicos contra monárquicos que eram católicos. Fiel ao lema “Por Deus, pela Pátria e pelo Rei”, *A Paz* não deixaria, porém, de abrir uma excepção, isto, um acordo “digno e patriótico”: o que contemplasse “a união de *todas as forças conservadoras*, para uma luta, leal mas sem tréguas, junto das urnas, com os elementos *avançados*”¹⁴. Fora disto, os acordos representariam sempre “uma grande imoralidade”. Quem os subscrevia dava uma “formidável navalhada nos direitos do cidadão”¹⁵.

.....
⁸ *Diário de Lisboa*, 8/1/1925, p. 6.

⁹ Fernando Farelo Lopes – *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 159.

¹⁰ Oficial do Exército, professor e publicista, autor de vários estudos históricos, sobretudo de temática colonial, Gaspar do Couto Ribeiro Vilas, filho de Manuel do Couto Vilas e de Maria Ribeiro Gomes de Abreu, nasceu a 4 de Abril de 1873 na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães. Faleceu nessa mesma freguesia (actualmente designada Oliveira do Castelo) e concelho no dia 6 de Fevereiro de 1961.

¹¹ *Estrela do Minho*, 18/10/1925, p. 1.

¹² *Estrela do Minho*, 1/11/1925, p. 2.

¹³ *A Paz*, 8/11/1925, p. 1.

¹⁴ *A Paz*, 8/11/1925, p. 1.

¹⁵ *A Paz*, 14/11/1925, p. 1.

O acordo estabelecido em Vila Nova de Famalicão entre as várias forças políticas concorrentes foi celebrado na véspera da eleição¹⁶. No dia seguinte era divulgado em pormenor pelo diário lisboeta *O Século*¹⁷. Eis a distribuição dos votos: democráticos – 2000; nacionalistas - 1500; católicos - 1250; radicais - 700; UIE - 700; monárquicos - 600. Este acordo (ainda segundo *O Século*) não traduzia “as correntes do concelho”. Fosse por disso ter consciência, fosse para se demarcar “moralmente” de uma prática que lhe repugnava, o acordo famalicense (ignorado pelo semanário *Estrela do Minho*¹⁸) seria alvo de um violentíssimo ataque no citado semanário *A Paz*. Em editorial intitulado “A vergonha dos políticos ou os políticos sem vergonha”, dizia este jornal:

“O que se acaba de passar neste desgraçado país no capítulo das eleições é de tal maneira vergonhoso e baixo, que supomos estar na derradeira hora o régimen que de tais vergonhas lança mão.

Nunca uma donzela de 15 anos, como esta República, chegou a tal grau de prostituição e torpeza.

Guerreou-se a monarquia porque a monarquia cometia erros e as eleições não eram expressão da vontade popular. E nos comícios gritou-se ao povo que ele era soberano e que em régimen republicano – o governo do povo pelo povo – esse povo é que livremente escolheria os seus delegados e os seus governantes.

E aqui, como em muitas outras terras, meia dúzia de criaturas, reunidas na administração do concelho, pegou num papel e num lápis, e em face do número de eleitores inscritos, escreveu: tantos para nós, tantos para vocês, tantos para aqueles e tantos para aqueles outros. Nem sequer houve este rudimentar cuidado de deixar alguns votos de fora a fingir de abstencionistas. Nunca, em nenhuma eleição, deixou de haver abstenções.

Só em Famalicão é que não. Não faltou ninguém. Não estava nesse dia um eleitor doente. Não se ausentou ninguém das suas terras. Não houve um só indiferente, nem um único com o nome trocado. Nada. Tudo votou – tudo – sem uma lista, sem uma chamada, sem uma presença. [...]

Acabem, senhores, com este espectáculo vergonhoso. Nunca mais eleições que são uma mentira – porque só é eleito quem não tiver votos, porque só é eleito quem o governo quer.

Vergonha! Vergonha! Vergonha!”¹⁹

Vila Nova de Famalicão, como se disse, integrava o círculo n.º 4, com sede em Guimarães²⁰. A este círculo (como já se viu) apresentaram candidaturas as seguintes forças políticas: Partido Republicano Português (PRP), Partido Republicano Nacionalista (PRN), Centro Católico Português (CCP), Partido Republicano Radical (PRR), União dos Interesses Económicos (UIE) e Causa Monárquica²¹ (CM).

Contados os votos²², verificou-se que nesse círculo as maiorias foram ganhas pelo PRP. A minoria coube ao representante do PRN. Foram, pois, eleitos os democráticos Mariano da Rocha Felgueiras²³, Maximino de

¹⁶ *A Paz*, 14/11/1925, p. 1.

¹⁷ *O Século*, 8/11/1925, p. 2.

¹⁸ Na edição de 8/11/1925, p. 1, isto é, no dia das eleições, o jornal *Estrela do Minho* dizia aceitar “como necessária a luta dos partidos”. Censurava, porém, a procura de “alianças suspeitas” com os “irredutíveis inimigos das instituições”; dava como exemplo os acordos estabelecidos entre grupos de republicanos e monárquicos contra outros republicanos.

¹⁹ *A Paz*, 21/11/1925, p. 1.

²⁰ Para além de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão, o círculo n.º 4 integrava ainda os concelhos de Fafe, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Vieira do Minho e Terras do Bouro.

²¹ Na imprensa (e não só), a Causa Monárquica surge por vezes referida como Partido Monárquico.

²² As actas de apuramento são omissas quanto ao número de votantes.

²³ Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Mariano da Rocha Felgueiras foi professor do ensino liceal. Nasceu a 8 de Fevereiro de 1884 em Mesão Frio (Guimarães). Esteve exilado em Espanha e França (1927-1933), na sequência da Revolução de 3 de Fevereiro de 1927. Faleceu em Guimarães, no dia 25 de Janeiro de 1976.

Matos²⁴ e Luís da Costa Amorim²⁵ (curiosamente também eleito pelo círculo de Chaves) e o nacionalista Artur Brandão²⁶. Eis o quadro geral dos resultados no círculo n.º 4:²⁷

Candidatos	Listas	Votos	Eleito/Não Eleito
Mariano da Rocha Felgueiras	PRP	9757	Eleito
Maximino de Matos	PRP	9757	Eleito
Luís da Costa Amorim	PRP	9653	Eleito
Artur Brandão	PRN	5072	Eleito
Diogo Pacheco de Amorim	CCP	4510	Não Eleito
Henrique Alberto de Sousa Guerra	PRR	2137	Não Eleito
César da Silva Azevedo	UIE	2097	Não Eleito
José Sebastião Cardoso de Menezes Pinheiro de Azevedo ²⁷	CM	1857	Não Eleito
Gaspar do Couto Ribeiro Vilas	PRP	1349	Não Eleito
Gonçalo Monteiro de Meira	UIE	1347	Não Eleito

Fonte: Arquivo Histórico-Parlamentar, Secção IX, Caixa, 406.

4. Conclusões

Embora alargado, o espectro político que resultou das eleições de 1925 continuou a ser claramente dominado pelo PRP, que, com 83 deputados eleitos, tinha a maioria absoluta no Parlamento. O órgão dos anarco-sindicalistas, *A Batalha*, não deixaria de o sublinhar, ao escrever:

“As eleições são um jogo de azar. Minorias e maiorias? Não, pequeno e grande – mas ganha sempre o banqueiro ... O banqueiro é o partido democrático – ganhou. Ficamos por isso na mesma como dantes”²⁸.

Para o semanário famalicense *Estrela do Minho*, os resultados eleitorais demonstraram, simplesmente, “o triunfo iniludível da República”²⁹. Sobre o acordo de Vila Nova de Famalicão nem uma palavra. Afinal, como escrevera este mesmo jornal algumas semanas antes, era no período eleitoral que melhor se punha “à prova a falta de carácter”, já que, “para conseguir o fim desejado, em regra não se olha aos meios empregues”. Daí os “conluíus amistosos entre inimigos irreconciliáveis”, em que se davam as mãos “católicos com livres-pensadores, sectários do azul e branco com o verde rubro”³⁰. Foi isto, de facto, o que aconteceu em Vila Nova de Famalicão (e em muitas outras terras do país) nas últimas eleições legislativas da Primeira República.

²⁴ Formado em Filosofia e em Medicina pela Universidade de Coimbra, Maximino de Matos foi director clínico do Hospital da Misericórdia de Fafe. Nasceu a 14 de Outubro de 1887 em Serafão (Fafe). Faleceu no Porto, no dia 28 de Janeiro de 1958.

²⁵ Formado em Engenharia Civil, Luís da Costa Amorim foi professor do Instituto Industrial de Lisboa. Nasceu a 9 de Novembro de 1882 em Lisboa. Faleceu nesta cidade, no dia 7 de Outubro de 1942.

²⁶ Diplomado com o Curso Superior de Letras, Artur Brandão teve uma vida profissional ligada à indústria tipográfica e livreira, ao jornalismo e aos seguros. Nasceu a 25 de Dezembro de 1876 em Celorico de Basto. Faleceu em Braga, no dia 29 de Novembro de 1960.

²⁷ Aparece também nas actas de apuramento com o nome de José Sebastião Cardoso de Meneses Pinheiro (170 votos) e de José Sebastião Cardoso de Meneses Pinheiro Barreto (130 votos). José Sebastião Cardoso de Menezes Pinheiro de Azevedo nasceu a 22/10/1849 na Casa do Vinhal, Vila Nova de Famalicão. Era filho de Manuel Carlos Cardoso de Meneses da Fonseca Barreto e de Teresa Maria de Azevedo Barros Faria. Faleceu na referida Casa do Vinhal, no dia 12 de Setembro de 1938.

²⁸ *A Batalha*, 10/11/1925, p. 1.

²⁹ *Estrela do Minho*, 15/11/1925, p. 1.

³⁰ *Estrela do Minho*, 25/10/1925, p. 1.

A Monarquia do Norte em V. N. de Famalicão (segundo a imprensa local)

por João Afonso Machado¹

São conhecidos os factos na sua essencialidade. No dia 19 de Janeiro de 1919, um domingo, ao fim da manhã, diversos regimentos aquartelados no Porto e em Braga reuniram-se naquela cidade, no Monte Pedral. Em torno do *Paladino*, assim era conhecido o comandante Paiva Couceiro. A bandeira azul-branca foi desfaldada pelo alferes Calainho de Azevedo, o major Satúrio Pires leu a proclamação às tropas e marchou-se até ao Governo Civil, ante o delírio da população *tripeira*. Houve mais discursos, foi anunciada a composição da Junta Governativa do Reino. Estava proclamada a Monarquia do Norte. Não sendo dado um único tiro.

Como um rastilho, a Restauração propagou-se por todo o Minho e chegou a Trás-os-Montes, que aderiu também. Não logrou, porém, atingir Coimbra. E o insucesso de Monsanto, deixando Lisboa em mãos republicanas, ditaria a sua progressiva asfixia, à míngua de víveres e de armamento e munições. Ainda assim, durante um mês a esperança reinou – a esperança num Portugal reconciliado consigo e num futuro tão diferente do nosso presente e do passado recente.

E em V. N. de Famalicão? Como acolheu a nossa terra a volta da Monarquia, e a viveu?

Nada, decerto, como os jornais da época para nos inteirarmos do sucedido. No “Fundo Local” da Biblioteca Camilo Castelo Branco existem apenas dois títulos coevos: o *Estrela do Minho*, de cariz assumidamente republicano, e a *Gazeta de Famalicão*, «*Semanário monárquico*», como se auto-proclama.

*

Comecemos pela leitura deste último. Pelo seu nº 236, de 25 de Janeiro de 1919. Com o esclarecimento de não se tratar de uma folha qualquer, a avaliar pela sua carteira de publicitários. Por exemplo: António Sampaio Carvalho (ferragens), Pinto & C^a e Brandão & C^a (agências bancárias ou de câmbios), Cunhas – Filhos (armadores), Sapataria Pinto, Adelino de Sousa & C^a e Guilherme Folhadela & C^a (tecidos e vestuário), Azevedo & Irmão (mercearia), Tait & Co e Kendall, Pinto Basto & C^a (agentes de navegação para o Brasil), Armindo Costa (louças, móveis e vidros), Álvaro Bezerra & C^a (confeitaria), Relojoaria Varela, Companhia Hortícola...

Pois é no maior alvoroço que a *Gazeta de Famalicão* noticia a «*Restauração da Monarchia – Manifestações de regozijo. Aclamação do Administrador do concelho. Gente de ordem*». Na página frontal, as fotografias de El-Rei D. Manuel II e do 2º Visconde de Pindela, Vicente Pinheiro, antigo diplomata e o 13º Senhor da Casa de Pindela, na freguesia de Cruz. O «*Director, Editor e Proprietário*», Joaquim José da Rocha, desculpava-se ao seus leitores por não dispor das gravuras de Suas Majestades as Rainhas Dona Augusta Vitória e Dona Amélia, que tanto embelezariam o frontispício do periódico... E o editorial é de triunfo, absolutamente de alívio, assim findava a Demagogia, findavam a perseguição religiosa, a arbitrariedade do poder político, a mentira, as bombas e a traição, a corrupção.

«*E a Divina Providência – que vela pelos destinos da Pátria de Santa Isabel e de Nun’ Álvares alentou os bravos, animou os fortes e deu-nos a Ressurreição da Pátria, por entre as aleluias de um dia luminoso e lindo, parecendo que a Natureza se quis associar ao regozijo de um povo que foi crente e que tem tantos santos na sua história e tantos mártires no seu agiologio*».

(Eu, nos nossos dias, comungo do entusiasmo do cronista e, nos dele, escreveria assim, também...).

Os factos são simplesmente resumíveis. A notícia chegara a Famalicão aí pelas 5 horas da tarde de domingo. Quando muita gente gozava o solarengo intervalo no Inverno, em pleno Campo Mouzinho. Trouxe-a um grupo

¹ Advogado. Escritor.

de oficiais do Exército e o Dr. Álvaro de Abreu, Abade de S. Tiago de Antas, viajando em automóvel do Porto, com as proclamações da Junta Governativa. Juntou-se o povo, muito povo, cada vez mais povo. Uma imensa mole humana dirigiu-se então, compacta, Rua Adriano Pinto Basto acima, para os paços do Concelho. Aí subiu ao topo do mastro a bandeira azul-branca, soprada por um entusiasmo contagiante, uma trovoadade de palmas e “vivas”. Apeada a republicana, recebeu os piores tratos na sua chegada ao solo – foi espezinhada, destroçada...

A novidade propagou-se céleremente por todo o concelho. Não houve campanário onde os sinos não repicassem. Nem foi esquecido a memória dos fieis da Monarquia entretanto desaparecidos: Elpídio Peixoto, o Padre Joaquim Dias Costa, João Guimarães...

Ao dia seguinte, urgia dar cumprimento às determinações da Junta Governativa do Reino. A vila era uma multidão na rua e a incansável banda de música. Tudo invadindo o salão nobre dos Paços concelhios, corredores e secretaria, a defenestrar o busto da República, repondo na parede o óleo de D. Manuel II.

Usou da palavra o Padre Francisco Cunha Guimarães, a quem o regime deposto apresentara, entretanto, os requintes do cárcere. Outrossim Alexandrino Costa (pai do escritor famalicence Melo e Costa), também num discurso vibrante, saudou a Monarquia e as cores da genuína fâmula portuguesa.

Ainda mais oradores recordaram os horrores dos anos vividos, os horizontes de ordem e liberdade que novamente se abriam. Finalmente, o Dr. Álvaro Sampaio, da Quinta das Lameiras, foi, *in loco*, escolhido por unanimidade Administrador do concelho. De imediaato tomou posse do cargo, assinando o incontornável auto de nomeação e prestando juramento sobre os Santos Evangelhos. *À moda antiga...*

Não tardou, recebia do Porto um telegrama do nosso conterrâneo Artur Cupertino de Miranda: *«Meu caro amigo – com um grande abraço saúdo em si a Causa Monárquica do meu Concelho»*.

*

Ainda à noite, a vila não ficou em casa, e uma marcha luminosa só estancou nas Lameiras, em mais uma homenagem ao Dr. Álvaro Sampaio.

Nos dias seguintes, multiplicaram-se as manifestações. Surgiram nas sacadas as bandeiras reais, as flores atiradas por mãos femininas. Era um constante convergir de gentes para o Largo do Príncipe Real, fronteiro ao edifício camarario. Ou para o Campo da Feira. Empunhando pendões, *«balões venezianos»*, archotes e gargantas incansáveis. Distinguido também pelo agradecimento e o fervor monárquico dos famalicences, o coronel Artur da Silva Ramos, Ministro das Obras Públicas, Correios e Telégrafos da Junta Governativa, com residência em Calendário – aonde, por caminhos de invernia lamacenta, mais de 5.000 almas o louvaram e o vitoriam.

(Tão exaltado acontecimento foi-me pessoalmente confirmado, em tempos, por um nele participante que entrevistei, e me distinguiu com a sua amizade: o Sr. José Brandão, da Casa da Maia).

Ainda na vila, um outro personagem de vulto alvo do entusiasmo popular – o Dr. Margarido Pacheco, Delegado da Comarca, que correspondeu com patriótico discurso na varanda da sua casa, ao Largo da Cruz Velha. Enfim, podia agora – desabafava o ilustre orador - *«traduzir por palavras os sentimentos que durante oito anos teve de abafar no íntimo do seu peito»*.

A *Gazeta de Famalicão* fornecia mais dados acerca de como a vila e o concelho viviam a Restauração. Já se vislumbrava a constituição de um *«batalhão civil voluntário»* - denominado *«ala dos namorados»* - em que pontificavam António Melo, Alexandrino Costa, António Areias, José Correia, Amadeu Gomes, Fernando Correia... Enaltecia, também, o participação das mulheres, quer no capítulo decorativo – o das colchas à janela e pétalas esvoaçantes – quer no da sua notória presença nos cortejos que incensavam os *restauradores*.

A tipografia da *Gazeta* deitou mãos à obra. Por isso as pagelas com o retrato de El-Rei, os poemas alusivos, as bandeirinhas. A vila era visitada, e acolhia-os simpáticamente, por elementos do Real Batalhão Académico, em regra universitários do Porto. As honras da casa ficavam a cargo do Dr. José Joaquim de Oliveira, da Quinta do Casilho, em S. Tiago da Cruz, advogado e depois Governador Civil de Braga.



▲ Alexandrino Costa



▲ Silva Pereira



▲ Álvaro Carneiro Bezerra



▲ Álvaro Sampaio

Em todos estes dias de euforia e festança não se registou um único acto de violência. Os partidários da República foram deixados ilesos, não consta alguém necessitasse fugir ou esconder-se. Somente aos funcionários demitidos pelo regime saído do 5 de Outubro seria reconhecido o direito à reintegração; e os que os tinham substituído passaram à «*situação de adidos, a fim de serem oportunamente colocados em idênticos lugares*».

Inexistiram, pois, a maldade, a perseguição, a *revanche*. E tudo era pretexto para uns foguetes, muitos “vivas” – à Monarquia, a Suas Majestades, a Paiva Couceiro, à Junta Governativa... A Portugal, em suma.

*

A edição seguinte, de 1 de Fevereiro, manteve idêntica toada optimista. Apenas foi lançado um apelo, atenção à onda de boatos, os seus propósitos eram evidentes. Não havia que temer, nem em Lisboa se massacravam os monárquicos às centenas, nem uma sanguinária coluna republicana vinha de lá, a avassalar o Norte sublevado...

Mas, em boa verdade, o teatro de operações na denominada “frente do Vouga” não corria favoravelmente às forças de Paiva Couceiro. E, no Porto, o racionamento alimentar produzia um forte efeito desmoralizador na população.

Subsistindo, assim, o tão grave problema do aprovisionamento de géneros, obviamente a escassearem, decretou a Junta Governativa a isenção de direitos ao Estado e às Câmaras Municipais, até 30 de Junho, sobre as carnes verdes, secas e salgadas, o arroz, o azeite e o milho. Reduziu a um terço os direitos alfandegários sobre a importação do açúcar e dispensou a obrigação do seu pagamento em ouro, conforme impunha a lei vigente. Em matéria de sustento, há conhecimento, apenas, em Famalicão, do assalto (seguido de pilhagem?) à Merceria Azevedo & Irmão. Severas medidas contra o açambarcamento e mercado negro de cereais foram, entretanto, deliberadas e concretizadas.

Como quer que fosse, a *Gazeta* relatava «*uma manifestação de regozijo e simpatia*» ao Visconde de Pindela, vinda do coração da freguesia até ao fundo do vale onde fica a Casa. Enaltecia, então, a galhardia do seu primogénito, João Afonso Pinheiro, voluntário nos *Cadetes d'El-Rei*.

Redobravam as bandeiras içadas nas torres dos templos, os cortejos festivos, as saudações à Monarquia e a Suas Majestades, aos heróis da Restauração. Sem o mais pequeno vislumbre de hostilidade, apenas espelhando o contentamento popular, sem espaço para a memória dos que personificavam o regime ora deitado abaixo. Por todas as freguesias do concelho a grande reviravolta política ninguém deixou indiferente. A *Gazeta* completava o périplo e vinha de lá com as novidades. Os ajuntamentos, as homenagens, eram por toda a parte.

*

Em S. Tiago de Antas, o visado foi o Abade, Padre Álvaro de Abreu. Todas as casas em redor do Campo da Feira embandeiravam com as cores nacionais, que são só umas, proliferavam as colgaduras nas janelas, as damas famalicenses colhiam flores e com elas coloriam Famalicão... O adro da igreja, decoravam-no centenas de pendões e rezou-se muito a Nossa Senhora da Conceição «*pela protecção dispensada à pátria portuguesa*». Na sua alocução aos fieis, o Reverendo Abade – um *doutor* - explicou a sua adesão à Monarquia a partir do episódio, a que assistira, de um pobre velho orando e um qualquer remendão a sacar-lhe o chapéu das mãos e a enterrá-lo brutalmente na cabeça, impondo-lhe o desrespeito pelo local sacro em que se encontrava; lágrimas que lhe ficaram na retina, as do ancião temente a Deus e humilhado pelos homens. E assim visionara o clérigo a fronteira entre o respeito e a intransigência, entre a razão (emparelhada com a Fé...) e o fanatismo.

Do mesmo jeito, em Avidos e em Bairro, novos e velhos, homens e mulheres, bandas de musica, andavam no maior desassossego. Os empregados de A. J. da Silva Pereira, às centenas, reuniram nas instalações da fábrica. Depois de muita discursata e das saudações da praxe, finalizaram: «*vivam os aliados!, viva o sr. Silva Pereira!, vivam os operários!, morra, morra a Maçonaria!*».

O povo de S. Tiago da Cruz convergiu para a capela da Casa de Pindela, onde foi celebrada missa de sufrágio pelos mártires El-Rei D. Carlos e o Príncipe Real D. Luis Filipe.

Já em Nine, a curiosidade recairia sobre a força do 3º batalhão de Infanteria 8, comandado pelo alferes João Hermínio Barbosa, ali chegada a 20 de Janeiro. O objectivo consistia em controlar a estação ferroviária, “torná-la” monárquica, a bandeira no mastro do edifício, e assim a manter, sentinelas estrategicamente posicionadas. O pessoal era de confiança, não se registaram quaisquer incidentes e a animação local patrocinou-a o «*proprietário*» Francisco Torres. Às honras militares sucedeu a proclamação, da varanda de Barbosa & Cª e de outras, os archotes e os Bombeiros Voluntários de Barcelos a zimbumbarem nos bombos e nos clarins.

De Ruivães chegavam os acordes de outra filarmónica, para deleite de mais de 2.000 fregueses em festa pelos caminhos do povoado. Já em S. Cosme do Vale, foi a reunião da sua Juventude Católica (onde cabia também a rapaziada de Telhado, Gavião e Cruz) e um telegrama de felicitações expedido a Paiva Couceiro. Outro partiria ainda de Riba de Ave, por entre magotes de povo, subscrito pelos industriais Narciso e Delfim Ferreira. Por fim, na edição de 8 de Fevereiro (a cinco dias do acordar do sonho...) nada se detectava nas páginas da *Gazeta* senão a boa-disposição de quem segue em frente. Com sentido de humor, até. Na abordagem do tema da boataria, alude-se aos «*navios de guerra que descem o Mondego ou sobem o Corgo para deixarem uma esquadra em Amarante*». Estranhíssimas geografias ilustrando bem quão fácil era abalar o entusiasmo das gentes com histórias de barcos e do impossível. Daí a omnipresente preocupação de esclarecimento, porquanto a ignorância bem podia fiar-se em algum submarino surto no rio Este, aí para Cavalões...

Uma comissão de senhoras, presidida pela «*ex.ma esposa do snr. coronel Artur Ramos, ilustre membro da Junta Governativa do Reino*», abria uma subscrição em favor dos soldados monárquicos. Pretendia-se, para eles, roupas e agasalhos, tabaco... E tão carinhoso gesto valera-lhes já o epíteto de «*novas Filipas de Lencastre*», indo a angariação, entretanto, em 700\$000 reis.

«*Aclamada pelo povo*» surgia uma nova Comissão Administrativa do Município. Presidia-a o Abade de S. Cosme do Vale, Padre Manuel Ferreira Loureiro (antes obrigado ao exílio pela República) e integravam-na António José da Silva Pereira, Luis Carneiro, Álvaro Bezerra, Joaquim Rebelo de Sá e Abreu (da Quinta do Fornelo, Requião), Agostinho Dias da Costa Moreira e Manuel Gonçalves da Costa.

Somente em Landim despontara um breve foco de agitação. Reminiscência talvez da extinção do seu concelho, ainda na memória de tantos. Houve arruaça, espicaçada, ao que constou, pelo «*bando do Moleiro*», agremiação de «*demagógicos*» e «*formiguinhas baratas*». A *ala dos namorados* foi lá. O Administrador Dr. Álvaro Sampaio, também. Deram voz de prisão a três desordeiros e trouxeram-nos para a vila. Ao outro dia restituíram-nos à liberdade.

Até que, conforme se disse, a 13 de Fevereiro, tudo findava – no Porto, por todo o Norte. A *Gazeta* fechou as suas portas para sempre. Do seu proprietário, Joaquim José da Rocha, perdeu-se completamente o rasto.

Durante estas semanas, o *Estrela do Minho* não permanecera calado. Sendo o seu dono (e director e editor) Manuel Pinto de Sousa (o fundador da Tipografia Minerva, natural de Vilar de Massada, em Trás-os-Montes...), era pela banda do radicalismo *afonsista* que o periódico afinava o diapasão. A edição de 19 de Janeiro, como que já sabendo, ou adivinhando, os acontecimentos do Porto, refugiou-se na sobriedade. «*Ordem e Trabalho*» é o grande título da primeira página. Onde se dissertava sobre as convulsões da República, estabelecendo um paralelo com o remoto período de 1820-1834. Reconhecia-se um afastamento, gerador de incompreensão, entre as camadas populares e os dirigentes republicanos, a quem, por isso, “puxava as orelhas”. Mas, logo avançava, «*não é com um erro que se suprime outro erro*», antes se fomenta «*cada vez mais os ódios e a desordem*».

Contra os «*politicantes*», lançava um apelo à união do bom-senso com a boa-fé. E, sem interrupção, prosseguia nessa coluna com os seus protestos pelo atraso na construção do Matadouro Municipal – uma «*obra de Santa Engrácia*».

Uma semana volvida, o editorial trazia o rótulo «*Pátria!*», sobre a qual divagava como se nada fosse. A Restauração era objecto de um lacónico comentário em «*Acontecimentos políticos*», onde o escriba anunciava: «*Pelo que nos diz respeito, o nosso ideal político não mudou. Ficamos onde estamos*». Era a resposta à Gazeta, que o increpava por ausência de definição. «*A apreciação desta mutação política em Portugal, segundo o nosso modo de ver, fa-la-emos quando a imprensa puder manifestar-se livremente e integrados os cidadãos nas suas liberdades individuais*».

Exagerava. Não se descobre qualquer menção a ameaças ou tentativas persecutórias ao *Estrela*. Nem este mesmo as refere. Aliás, continuou saindo regularmente, a 2 de Fevereiro, glosando o mote «*Agricultura*», e, na semana seguinte, «*Herculano*». Só com alguns suspiros nas entrelinhas - «*Ai dos pobres*», «*Carestia de vida*», «*Subsistência*» (para atacar pelo lado dos açambarcamentos).

Foi derreada a bandeira monárquica no Porto...

E logo em 16 de Fevereiro, o *Estrela* surgia rimbombante: «*Viva a República!*», em letras descomunais, e muitas loas à Liberdade-Igualdade-Fraternidade. Abespinhadamente contra os «*privilégios das castas*»; pondo a ridículo a adesão popular à Restauração – que fora, *obviamente*, nenhuma – e reduzindo drasticamente os seus limites geográficos e temporais.

E da terminologia adoptada, então nem falemos: «*conspiradores de profissão*», «*truculentos caceteiros*», «*padres sacrílegos*», «*canastras pretensiosas*», «*fanáticos imbecis*», «*petulantes meninos de cor*»... Tal a colecção de malandros participantes na «*criminosa tentativa de restauração monárquica*».

Nunca este tipo de linguagem fora utilizado nas crónicas ou nas locais da *Gazeta*! E tinha saído da pena do juiz Daniel Rodrigues, juntamente com o magistrado João Eloy, do Ministério Público, os mais tristemente célebres “carrascos” dos oposicionistas políticos. Eram, na sua escrita, muito frequentes as alusões ao «*desbotado pavilhão do morgadio braganção*», ou ao «*rei D. Manuel da Ericeira*» e à «*sua esposa boche*», isto quando não lhe dava para as invectivas: «*madita sejas, trágica múmia de coroa!*».

Outros mimos surgiam em letra de forma: fora um «*golpe traiçoeiro que há-de passar à maldição da história porque causou a guerra civil, o combate de irmãos contra irmãos*» (o lúcido autor destas palavras, decerto por um lapso de memória, omitia os efeitos da revolta de 15 de Maio de 1914 contra o Governo Pimenta de Castro – só em Lisboa, 200 mortos e cerca de 1000 feridos...). Mas, «*escorraçados os malditos monarquistas*», foi o retorno da República e «*uma justificada alegria se notava em todos os republicanos*».

O diverso não seria de esperar. Simplesmente, esses republicanos não seriam muitos.. Nem o *Estrela do Minho* se atreveu a afirmar o contrário. A bandeira rubro-verde voltou ao mastro da Câmara perante – moderadamente - «*a assistência de muita gente*». (O semanário optou por se poupar a quantificações...). Aliás, tinha ocorrido «*à vila um grande número de republicanos das freguesias limítrofes*»... Não mais do que isso.. Discursaram o senador Sousa Fernandes, Alfredo Costa e o *inquisidor* Daniel Rodrigues. Mas... onde os foguetes, as bandas de música, os amontoados populares?

O *Estrela* nada conta. Inacreditavelmente. A não ser sobre o repique dos sinos. Já na edição de 2 de Março.

Aí, depois do proclamado apoio ao Governo do Partido Democrático, encabeçado por José Relvas, é suscitada a questão do «*ajuste de contas*» político. Faziam-se votos para «*perseguir os amigos duvidosos, depois de ter aniquilado os adversários declarados da República*».. «*Tudo deve ter o seu ajuste de contas*». Tudo! «*Tudo quanto represente provocação*». A começar pelo «*ruído ensurdecador dos sinos*»...

*

Curiosamente, o *Estrela do Minho* manter-se-ia muitas décadas mais. E, a partir de determinada altura, já falecido Pinto de Sousa, são dois os seus principais obreiros: José Casimiro da Silva, republicano, e o sempre monárquico Alexandrino Costa, o da famalicence *ala dos namorados* em 1919.

Nuno Simões: Reflexão de um republicano sobre as colónias

por Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira¹

Introdução

O presente artigo tem como intuito a análise do pensamento de um republicano – Nuno Simões – no que respeita às reflexões sobre alguns problemas existentes nas colónias de Ultramar proferidas quer nas suas obras, quer em artigos publicados na imprensa.

Natural de Vila Nova de Famalicão, Nuno Simões (1894-1975) representou e vivenciou na sociedade portuguesa vários papéis e encetou diferentes situações: jornalista em vários periódicos nacionais e estrangeiros, advogado, Governador Civil de Vila Real (1915), Secretário do Supremo Tribunal Administrativo, ministro em três governos republicanos (1921 e 1925), deputado, consultor económico, conferencista e defensor acérrimo da aproximação Luso-Brasileira.

Notas Biográficas

Formado em Direito aos 20 anos, foi Governador Civil de Vila Real aos 23, aos 26 Secretário do Supremo Tribunal Administrativo e, aos 27, Ministro do Comércio. Fez parte do Governo ainda mais duas vezes, passadamente mas marcando personalidade nos assuntos económicos e iniciando a sua larga campanha em prol da industrialização do país, do regionalismo, do desenvolvimento económico das terras de Trás-os-Montes, por onde foi sempre eleito deputado e deixando o seu nome ligado a muitos diplomas e medidas governativas.

A partir de 1925, Portugal entra em balbúrdia contra os políticos e, poucos meses antes do 28 de Maio, Nuno Simões era objecto de uma campanha de calúnia e acusação na Imprensa portuguesa, envolvia no escândalo do Banco Angola e Metrópole, que o levaram à prisão.

Preso sem motivos, é exovalhado e afasta-se da vida política aos 32 anos, dedicando-se a partir de então à advocacia e à consultadoria de empresas.

Publicou vários trabalhos literários e estudos económicos, colaborou em várias revistas económicas portuguesas e estrangeiras, foi correspondente da «*Révue Economique Internationale*» e, ao mesmo tempo, marcou lugar no jornalismo, quer como colaborador de muitos órgãos da imprensa portuguesa e estrangeira, quer como director de “*A Pátria*”, de onde saíram alguns homens marcantes na vida intelectual e informativa, como Joaquim Manso, Norberto Lopes e Vitorino Nemésio entre outros, emitindo doutrinas e opiniões fiéis às directrizes que para si próprio traçou na mocidade.

Sócio honorário da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e Presidente honorário da Casa do Minho, da mesma cidade, pertenceu nessa condição a vários organismos culturais brasileiros e portugueses.

Conhecendo todo o nosso percurso histórico nacional e estrangeiro, podemos considerar Nuno Simões como o baluarte da aproximação luso-brasileira.

.....
¹ Mestre em Educação – Supervisão Pedagógica em Ensino da História; Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Educacional e Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Científico; Professora do Ensino Básico e Secundário; Investigadora do Projecto – *Literacias – Práticas e Discursos em Contextos Educativos*, no Centro de Investigação em Educação, da Universidade do Minho.

Por influência recebida nos primeiros anos da sua juventude no seio da família, através do diálogo com o pai, Domingos da Costa Simões, e com amigos deste, também emigrantes brasileiros, e depois em contacto directo com o meio envolvente estudantil de Coimbra, onde o contacto e as novas relações de amizade se vão edificar, assim como com o ambiente de evocação do Luso-Brasilismo que já era uma realidade, tanto através de conferências aí realizadas como de artigos publicados na imprensa Nuno Simões converte-se num actor e publicista da doutrina do Luso-Brasilismo seguindo com intensidade e fidelidade o pensamento aclamado por Ricardo Severo, um dos seus mestres.

João de Barros e João do Rio concorreram igualmente para firmar a linha de pensamento e acção de Nuno Simões, e é juntamente com eles que funda a revista *“Atlântida”*, primeira grande tribuna do Luso-Brasilismo e defensora acérrima das relações culturais e económicas entre os dois países.

Defendendo a “doutrina”, ora através de conferências e discurso debatendo e expondo propostas para uma melhor e eficaz aproximação, ora através da imprensa, meio pelo qual os seus defensores se serviam para a publicitar e difundir as suas ideias, ora apregoando-a nas suas obras onde reflecte e retracta os meios de aproximação de ambos os países, Nuno Simões definia o Luso-Brasilismo como *“uma aliança natural de sentimentos, ideais e interesses comuns aos dois povos, de ordem moral, social e cultural, cuja sistematização em aplicação se fazem sempre ao serviço da civilização e da sincera e verdadeira paz mundial pelo caminho duma democratização social e iniludível.”*²

Na campanha a favor da comunidade Luso-Brasileira foi um activista exemplar, não apenas pelos actos públicos e políticos, como por uma acção escrupulosa, invocava a raça, a cultura, os laços de sangue, as aspirações comuns e os interesses de ordem económica.

Nesta ordem de ideias, não quero deixar de salientar o que dele nos disse Gilberto Freyre, duma fórmula mágica, e que patenteia o espírito autónomo de Nuno Simões:

“Para o antropólogo e sociólogo brasileiro, Nuno Simões pertencia a uma geração de homens redondos, e não à geração de homens bicudos.

E, a propósito, ocorre-me de novo aquele reparo célebre de Ganivet, segundo o qual as ideias seriam, umas, «redondas», outras, «bicudas». Não só as ideias como as coisas e os homens. Também estes podem ser divididos em «bicudos» e «redondos».

*Em Portugal, eu classificaria entre os homens saudavelmente «redondos» os meus amigos Nuno Simões e o Conde d’ Aurora...; e entre os «bicudos», quase todos os outros homens públicos da minha amizade ou do meu conhecimento. «Bicudos» principalmente nas relações pessoais uns com os outros. É raro conseguir um brasileiro ou estrangeiro reunir para um almoço ou jantar em Lisboa ou no Porto três homens de letras portugueses, diferentes pelas ideias políticas ou simplesmente literárias: a sua condição de «bicudos» torna difícil outra convivência que seja a cerimoniosa ou a distante.”*³

Homem singular na clara visão dos caminhos a renovar e a perseguir, soube designar aqueles que melhor poderiam encaminhar a nação para alianças perpétuas entre Portugal e o Brasil.

O Luso-Brasilismo teve em Nuno Simões um dos seus mais sólidos defensores. Desse modo é necessário reconhecê-lo como um dos mais dedicados políticos da aproximação cultural entre Portugal e o Brasil.

O Brasil, para Nuno Simões, foi também um campo de estudo para o problema da colonização, fomento e higiene que interessava às colónias africanas.⁴

É neste segundo cenário do autor verificado por um lado, por influência da teoria sociológica do Luso-Tropicalismo de Gilberto Freyre, e por outro pela política de Norton de Matos que Nuno Simões vai doutrinar

² **SIMÕES**, Nuno – *Actualidades e Permanências do Luso-Brasilismo.(Conferências e Discursos) 1945-1955.* Lisboa, 1960, p. 170.

³ **FREYRE**, Gilberto – *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção.* 2ª ed. Lisboa: Edição Livros do Brasil. p. 68

⁴ *Brilhante Conferência do Sr. Dr. Nuno Simões sobre a fraternidade luso-brasileira.* A Voz (Lisboa, 10 de Maio de 1945).

uma ideologia com fundamento na necessidade da presença e a conservação dos territórios do Ultramar como esperança para o futuro do país.

Desse modo vai defender a valorização do capital humano português, com uma maior instrução e uma maior capacidade mental, assim como a industrialização como meio para colonizar e desenvolver economicamente o Ultramar e o país.

A colonização no pensamento de Nuno Simões

Homem extraordinariamente «sábio» nos problemas que afectavam tanto as colónias como a Metrópole via o continente africano como uma das «salvações» para a sua Pátria, no sentido de uma actuação fraterna para um poder político, à altura de “*novos Brazis*”.

Nuno Simões, anteriormente à instauração do 28 de Maio de 1926, nos seus artigos, obras e conferências chamava atenção para a necessidade da resolução dos problemas das colónias, pois estas estavam a colocar Portugal em grande atraso económico em relação à Europa.

Com a instauração do golpe militar de 28 de Maio de 1926, começa-se a delinear uma nova política colonial,⁵ baseando-se na «nacionalização» das colónias, na contestação do fomento e na integração económica, cortando de forma radical com as tendências autonomistas e de desenvolvimento dos republicanos.⁶

As colónias portuguesas representaram para o regime um elemento-chave, sobretudo como potencial económico, subordinando os produtos e mercados coloniais aos interesses da agricultura e indústria metropolitanas, esquecendo-se porém o governo que a administração interna das colónias tinha que ser diferente da metrópole.

Dentro de uma visão totalitária, o centralismo metropolitano era a única forma admissível de governação. O princípio da nação una e indivisível exigia que as colónias fizessem parte integrante do território nacional, de modo que a presença portuguesa fosse internacionalmente reconhecida e aceite. Procurou-se alcançar um verdadeiro espírito lusitano, estabelecendo-se como meta, a transformação da cultura e mentalidade indígenas em direcção a um portuguesismo que lhes concederia teoricamente direitos de cidadania.⁷ Porém os problemas internos das colónias multiplicavam-se.⁸

Segundo Nuno Simões a função colonial e os elementos históricos, políticos e económicos, precisavam de ser rigorosamente elaborados e facultados a todos os órgãos de estudo e de cooperação internacional e mais especialmente ao carácter político e económico colonial.⁹

Artur Cupertino de Miranda diz que para Nuno Simões “*a influência dos povos irmãos firmados nos grandes espaços e nos vários continentes seria, possivelmente, um factor de Paz, de progresso e de riqueza*”.¹⁰

Homem extraordinariamente sábio nos problemas que afectavam tanto as colónias como a Metrópole, como se pode verificar nos títulos dos artigos por ele escritos, via o continente Africano como uma das “*salvações*” para a sua Pátria.¹¹

.....

⁵ Em 1930 Salazar começa a ocupar posição de destaque, com a assinatura do Acto Colonial.

⁶ **SILVA**, Rui Ferreira – *As colónias: da visão imperial à política integracionista*, in *Portugal Contemporâneo*, Vol. 3, (Dir. António Reis), Lisboa: Alfa. p. 99 – 108.

⁷ Porém esta política foi em vão, pois consideravam os indígenas apenas como simples força de trabalho.

⁸ **Idem**, *Ibidem* – p. 99 – 108.

⁹ **SIMÕES**, Nuno – *O nosso país nas publicações internacionais de informação e estudo*. O Primeiro de Janeiro (Porto, 13 de Abril de 1934).

¹⁰ **MIRANDA**, Artur Cupertino – *Dr. Nuno Simões*. Estrela do Minho (Vila Nova de Famalicão, 2 de Fevereiro de 1977).

¹¹ A quando da homenagem a título Póstumo proferida pela Fundação Cupertino de Miranda em Vila Nova de Famalicão a Nuno

O autor tem consciência que a cultura portuguesa estava a enraizar-se nas colónias, daí que segundo a sua linha de pensamento, o continente Africano seja um dos seus maiores objectivos, no sentido de uma actuação fraterna para um poder político, à altura de “*novos Brazis*”.

Angola representava e valia para Portugal, autêntico prestígio e notabilidade em todos os ramos da actividade financeira, industrial, comercial, administrativa e jornalística.

Segundo Nuno Simões na base dessas políticas, há outras obrigações:

“(…) a de canalizar a emigração para a terra do Ultramar de preferência do que Portugal tenha que a ceder ou abandona-la a estranhos, não obstante de reconhecer que não foram completamente felizes as tentativas de colonização oficial da nossa África feitas no século XIX e as que foram tentadas em Angola (...).”¹²

Ao Estado português interessava mais que a emigração portuguesa se fixasse em Angola e Moçambique, do que cedê-la a culturas europeias com mão-de-obra especializada. A política de povoamento branco por parte de Portugal é uma prioridade basilar para o aproveitamento dos seus recursos materiais e para a civilização dos povos que a habitam. Assim, “*esta é a condição essencial e o fim supremo de tal aproveitamento*”. E insiste que, “*a civilização dos nativos negros não terá que fazer-se apenas por imperativos económicos gerais. É obrigação nossa promovê-la pelas necessidades e direitos morais e sociais, peculiares deles, antes e acima de tudo.*”¹³

A participação dos indígenas na economia das províncias e nas suas finanças impunha que se lhes dispensassem a mais constante e devotada atenção e assistência efectiva, por parte dos governos e dos colonos, pois a acção directa dos civilizadores e a sua influência sobre os nativos eram elementos essenciais de progresso que importava aumentar e difundir em maior escala. Daí que não tivesse dúvidas, de que da imigração de brancos dependesse o futuro português no Ultramar.

Nuno tinha consciência dos problemas que afectavam as colónias, pois segundo o economista estes não eram discutidos nem explicados pelos políticos. Era necessário uma profunda reforma da mentalidade nacional da qual era necessário que o Estado tivesse consciência, contando com a receptividade e a boa vontade da Nação, pois estavam a começar a chegar das colónias lamentações e protestos contra a falta de consciência colonial.¹⁴

Para o estudioso, politicamente as colónias representavam a razão de ser da nossa independência, pois na base dessa razão estavam os recursos económicos de que as colónias dispunham e dos mercados de produção e consumo que o seu aproveitamento e desenvolvimento asseguravam a Portugal.

Para conjugar esses recursos para com o progresso da população portuguesa, era necessário aplicá-los e fundi-los em civilização e bem-estar nos quadros humanos em que os portugueses estavam integrados. Deveria ser desse modo preocupação constante do Estado como é natural, e permanente aspiração nacional.¹⁵

A imigração não era vista como despesa, mas sim como capital. Porém a colonização na sua visão, não se fazia com simples passagens gratuitas de pessoas que não tinham condições de trabalho e de subsistência. Era necessário mandar para Angola pessoas com preparação prévia para a sua fixação e trabalho, pelo que “*não basta transportar brancos para Angola e Moçambique para se fazer colonização.*”¹⁶

.....

Simões, Raúl Rego diz a dado momento da sua evocação: “*Se tivessem seguido a política de Nuno Simões e de Norton de Matos as Províncias Ultramarinas seriam hoje novos Brazis e o próprio Brasil via na altura com bons olhos a formação de uma comunidade lusíada, mas estas ideias foram amordaçadas em 1926.*”

¹² SIMÕES, Nuno – *Actualidades e Permanência do Luso-Brasilismo*.

¹³ IDEM – *Números e Sugestões sobre a Emigração Colonizadora*. Curso de Deontologia Ultramarina. Juventude Universitária Superior de Estudos Ultramarinos. Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, MCMLVIII. p. 69

¹⁴ IDEM – *Mentalidade e Consciência Colonial*. Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 19 de Nov. de 1948).

¹⁵ IDEM – *Agricultura d’ Aquém e d’ Além – Mar*. Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 17 de Out. de 1947).

¹⁶ IDEM – *Imigração e Colonização*. Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques 31 Dez. 1948).

Portugal estava a sustentar uma classe burguesa que acumulava as suas fortunas à custa do Ultramar, e não se preocupavam com o seu desenvolvimento:

“(...) não faltam aí pessoas que acumulam as suas fortunas à custa do Ultramar e lhe são completamente estranhas e indiferentes (...)”¹⁷

Segundo Nuno Simões era indispensável e útil preparar os emigrantes que têm como destino o Ultramar, pois estes saíam como aventureiros, mal preparados e carecidos de informação conveniente, sobre o meio económico e social que iam encontrar, e muitas vezes quanto à actividade específica que se propunham exercer.

Não existia na Metrópole, a mínima preocupação em informar, propagandear ou instruir em todo o ensino escolar sobre o sentido da colonização Ultramarina. A educação escolar ministrada aos jovens não era referente à de um país ultramarino, com um futuro económico e político dependente da necessidade e do aproveitamento humano territorial.

Era necessária uma acção efectiva e duradoura de colaboração e solidariedade entre os portugueses do mundo, pois como relata Nuno Simões em relação a esta situação:

“Estamos inteiramente em carência intelectual e moral para uma colonização ultramarina em grande escala.”¹⁸

Para solucionar a falta de técnicos especializados nas províncias Ultramarinas propunha que se efectivasse simultaneamente, um plano de fomento do Estado e um programa de aproveitamento económico privado. Desse modo, reforçar-se-iam as fundações do sistema progressivo e defensivo da obra de prosperidade em África.

Todavia as obras públicas deveriam obedecer a uma série de prerrogativas. Por um lado, era indispensável ter em conta a carestia de vida da população nativa, que importava incrementar, defendendo-a contra a doença, subalimentação, atraso, miséria e dispersão familiar. Desse modo a acção e a assistência teriam que preservar e intensificar a natalidade e reduzir ao mínimo a mortalidade, com o intuito de aumentar o trabalho livre do indígena e de valorizar o seu trabalho. Por outro lado, o plano ao implicar o progresso económico, fomentava a fixação de gentes da metrópole tendo como finalidade a cooperação para o desenvolvimento individual e colectivo da economia e política da civilização portuguesa em África e para a existência, independência e sobrevivência da nação portuguesa.

Face a estes argumentos, acentuava Nuno Simões, que era de extrema urgência e prioridade que tanto o Estado como as autoridades públicas, elites dirigentes, imprensa, organizações culturais, cívicas e religiosas, grupos económicos e agremiações profissionais, fizessem vigorar uma política de informação, de propaganda honesta, legítima e prática, e que as escolas de todos os ramos e graus de ensino, leccionassem aspectos positivos e negativos do Ultramar, para que o colono conhecesse as condições de trabalho que o Ultramar lhes oferecia ou que ele podia requerer e utilizar, individual e familiarmente e no conjunto social em que se ia integrar.

Foca Nuno Simões que o colono tinha que estar preparado para transportar para o Ultramar um ideal e um sentido de missão, juntamente com uma ideia, o mais prática possível, de uma nova vida que ia construir e dos elementos profissionais indispensáveis para a sua construção.¹⁹

A criação de uma consciência de desenvolvimento permanente no Ultramar era urgente e imprescritível, pois a carestia de vida era uma realidade.

“(...)Um dos problemas mais agudos e permanentes que Angola enfrenta, neste difícil momento é, sem dúvida, o da carestia da vida (...)”²⁰

Durante os anos trinta, a produção nacional e a exploração do comércio colonial entraram em choque.

¹⁷ **IDEM** – *O Ultramar é o problema nº1 da nação portuguesa*. Jornal de Huila (Huila, 19 de Mar.de 1960).

¹⁸ **SIMÕES**, Nuno – *Números e Sugestões sobre a Emigração Colonizadora*. p. 86, 87.

¹⁹ **IDEM**, *Ibidem*,. p. 88, 89.

²⁰ **IDEM** – *Economia de Angola: da carestia da vida á industrialização*. In Seara Nova. Lisboa (4 de Dez. de 1943). p. 243-239.

A crise dos mercados internacionais fez restringir os mercados internos e externos portugueses, a indústria e a agricultura metropolitanas, assim como também as exportações coloniais. Desse modo, salienta Nuno Simões que o governo levou a cabo uma política imperial em termos de aprofundamento do “pacto colonial” fazendo das “questões ultramarinas”, preocupações governamentais e patronais.²¹

Nuno Simões analisa e estuda a falta de produção de matérias-primas nas colónias assim como a falta de meios de transformação e colocação nos mercados dos produtos coloniais.

Face a estas questões, atribuir à industrialização²² uma das soluções e um meio eficaz de, por um lado elevar o nível de vida da população indígena e de atrair, pelo modo mais efectivo, a emigração colonizadora e²³ por outro lado, como meio de desenvolvimento do país em relação aos restantes países da Europa, uma vez que não tínhamos indústrias equipadas para produzir em concorrência com outros mercados estrangeiros, nem matérias-primas disponíveis para se colocar no mercado os produtos a um preço acessível no mercado.

“Sou partidário da industrialização como instrumento de valorização económica geral, a começar pela da população.”²⁴

Ao apontar a industrialização como solução para a carestia das colónias, lembra que o mercado ultramarino é restrito, e que é necessário ter em conta os interesses criados e legítimos da indústria metropolitana. Esta deveria ser constantemente modernizada em qualidade e preços de produtos, para servir o mercado comum e ampliar o consumo. No entanto, o Estado teria que saber racionalizar e localizar as indústrias, devendo-as situar ao pé das fontes de matérias-primas para valorizar os produtos e a mão-de-obra local. Não sendo assim, as indústrias que trabalhassem com matérias-primas de importação, não podiam receber o benefício dos favores e dos estímulos oficiais e por conseguinte, tinham que contar com a concorrência desregrada e com os meros negócios industriais de ocasião, que não interessavam ao mercado comum.²⁵

Deste modo, Nuno Simões reserva os mercados das colónias às exportações metropolitanas e dá facilidades às importações que delas viessem desde que fossem matérias-primas necessárias e úteis, em termos de custos, à industrialização.

No que concerne à produção de algodão colonial, esta era reduzida e nem toda era consumida pela indústria metropolitana e quando o fazia ou não conseguia abastecer o mercado colonial ou este não absorvia a produção metropolitana uma vez que estavam a fazer um consumo restrito e antieconómico de tecidos, em virtude da redução da capacidade de aquisição dos indígenas e de depreciação dos produtos coloniais.

Segundo estudos elaborados por Nuno Simões, para que este facto se invertesse, era fundamental em primeiro lugar que se solidificassem, e que se regularizassem os regimes das águas nas regiões apropriadas para a cultura do algodão. Era forçoso criar recursos necessários para fazer em Angola e Moçambique as obras de irrigação necessárias para que a cultura algodoeira colonial se ampliasse, saindo do regime aventureiro em que viviam, para o de uma exportação avultada e regular que levasse Angola e Moçambique a, sendo os principais fornecedores de ramos da indústria metropolitana, serem também e principalmente consumidores dos seus produtos.

O aumento de consumo ultramarino de tecidos de algodão era por um lado do interesse da nação, uma vez que na visão do economista, “os indígenas tinham péssimas condições de agasalho” e por outro lado como o aumento da produção de algodão colonial, contando com o mercado da Metrópole que era de grande importância, contribuiria também para o enriquecimento do indígena e concorreria para o progresso das indústrias metropolitanas e em particular dos têxteis.

.....
²¹ IDEM – Revista de Indústria Portuguesa, Dezembro de 1939. p. 26.

²² IDEM, *Ibidem*.

²³ IDEM – *Números e Sugestões sobre a Emigração Colonizadora*. p. 89.

²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 94.

²⁵ *Ibidem*, p. 90.

Interessava fundamentalmente ao Estado e à nação, para que realmente as colónias se desenvolvessem, que fosse definido um plano orgânico de política de produção e cooperação económica, que implicasse uma profunda reforma da administração do estado e a transformação total da economia da Nação.

Dessa forma, o Estado sob domínio e fiscalização oficial, poderia defender os interesses dos produtores coloniais, dos industriais de tecidos da Metrópole e dos consumidores *d'aquem e d'álem mar*, para que facilmente coordenados, se harmonizassem e integrassem patrioticamente.²⁶

Segundo o autor, não haveria dúvidas sobre o benefício efectivo para o Estado e para a nação, pois os sacrifícios iniciais seriam posteriormente de todos os portugueses ao beneficiarem deles.

As obras de irrigação empregariam mão-de-obra e materiais portugueses e os terrenos irrigados seriam distribuídos a colonos e a indígenas portugueses, cuja capacidade económica melhoraria. As colónias, desse modo, veriam aumentar os seus rendimentos aduaneiros e a marinha mercante nacional aumentava o seu tráfego. A economia nacional deixaria de pagar ao estrangeiro avultadas somas pelas ramas que dele importa, e a indústria têxtil teria o direito de reivindicar cada vez mais a reserva dos mercados ultramarinos contando que a política algodoeira preconizada a não dispensasse das obrigações de modernizar e aperfeiçoar o fabrico, de o embaratecer por todos os modos e de repartir a sua certa prosperidade pelo operariado que promove e cujas condições materiais e morais era necessário, sobretudo nos meios rurais, melhorar.²⁷

Portugal não tinha mercado externo, daí a necessidade de criar na metrópole indústrias transformadoras novas que absorvessem a produção colonial, uma vez que só uma pequena parte era consumida pela nossa indústria têxtil.²⁸

(...) "a indústria metropolitana não só não pode ainda abastecer-se exclusivamente do Ultramar em matérias-primas de que carece, mas há muitas de que, nem sequer averiguada a possibilidade de produção colonial. Algumas que o Ultramar produz em grande escala não podem ser aproveitadas na metrópole²⁹ ou excedem a capacidade de absorção da indústria metropolitana "(...)"³⁰

Segundo o economista, o Brasil deixou de ser para Portugal o grande mercado de consumo, e Portugal já há muito que se transformou num mercado restrito para o Brasil.³¹

Nesta linha de pensamento, Nuno Simões diz-nos que Portugal deverá virar-se para as nossas colónias – *“as relações comerciais extremas entre os dois países são as que menos interessam aos dois países”*, uma vez que, *todos os produtos que o Brasil nos vende podem ser fornecidas pelas nossas colónias*.³²

As colónias representavam para a produção metropolitana, colocação assegurada de mais uma quarta parte das suas disponibilidades.³³ A preocupação de Portugal deveria ser, no entender do autor, a de encontrar nas colónias tudo o que fosse possível para abastecer a Metrópole, em vez de Portugal estar a pagar ao estrangeiro, com grande sacrifício imediato e futuro, o que elas já produzem ou poderiam produzir.

²⁶ IDEM – *A produção algodoeira colonial e a indústria metropolitana de tecidos de algodão*. Primeiro de Janeiro 65:23 (Porto, 27 de Janeiro de 1933). 1.

²⁷ IDEM – *Sobre o Decreto de fomento algodoeiro nas colónias*. Primeiro de Janeiro 65: 28 (Porto, 3 de Fev. de 1933). 1.

²⁸ IDEM – *A produção algodoeira colonial e a indústria metropolitana de tecidos de algodão*. Primeiro de Janeiro 65: 23 (Porto, 27 de Janeiro de 1933). 1.

²⁹ Portugal não tinha mercado externo, daí a necessidade de criar na metrópole indústrias transformadoras novas que absorvessem a produção colonial.

³⁰ IDEM – *O Ultramar como fornecedor e Cliente das Indústrias Metropolitanas*. Lisboa: 1º Congresso da Indústria Portuguesa. 1933. p. 32 – 33.

³¹ IDEM – *Os nossos negócios comerciais com o Brasil*. Revista Brasil Cultural I:1 (Porto, Dezembro de 1947). 9.

³² IDEM – *Actualidades e Permanência do Luso-Brasilismo*. p. 69

³³ IDEM – *Metrópole e Colónias*. Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 15 de Abril de 1948).

“Se interessa vendermos às colónias cada vez mais, como está sucedendo, não importa menos comprar-lhes cada vez mais, o que infelizmente não acontece.(...)”³⁴

A produção colonial carecia, segundo o economista, de ser assistida e defendida pela Metrópole junto dos seus próprios clientes, de modo a criar-lhes condições de colocação segura e remunerada nos mercados externos. Ao mesmo tempo no mercado de consumo ultramarino português, além das reservas em favor da produção metropolitana, era necessário que se estabelecessem precedências em favor dos bons clientes dos géneros coloniais, enquanto de fácil exportação, dadas as grandes carências da Europa, mal suportando a concorrência de países de mão-de-obra mais cara, mas muito mais reduzida, por uma crescente mecanização de que as colónias ainda não beneficiavam.

A solidariedade económica entre a Metrópole e as colónias impunha que os interesses se conjugassem dentro das fronteiras nacionais, mas que sob o ponto de vista internacional se coordenassem de modo a obter para todas vantagens idênticas nos mercados externos.

“(...) nas negociações futuras com países clientes dos produtos da Metrópole que sejam também dos nossos produtos coloniais, o mercado ultramarino seja considerado em conjunto como cliente e como fornecedor, a fim de que os negócios de Portugal com o estrangeiro abranjam sempre expressa e integralmente os da África portuguesa.”³⁵

Para Nuno Simões, Portugal deveria seguir uma política de defesa monetária geral, uma vez que a conjuntura económica não se poderia efectuar com êxito com o condicionamento geral das importações.

Se Portugal vendia às colónias principalmente produtos fabricados, em grande parte com matérias-primas coloniais, como sucedia com o algodão, o baixo valor a que importávamos das colónias explicava-se também pelo regime de preços tabelados que vários géneros alimentares e matérias-primas coloniais tinham na Metrópole. Por outro lado, a produção colonial era para a Metrópole um mercado de quantidade, enquanto que as colónias eram para a Metrópole um verdadeiro mercado de qualidade.

Segundo Nuno Simões, a Metrópole caiu num grave erro pois não contou com as colónias para as necessidades de momento, nem para assegurar à produção colonial um desenvolvimento maior para que a produção e os preços se mantivessem estáveis. Preferiu importar os artigos que podiam ser produzidos na Metrópole e nas colónias. O comércio português pretendia comprar tudo sem saber ao certo como havia de vendê-lo.³⁶

O aumento excessivo dessas importações, a preços excessivos, era em grande parte constituído por materiais supérfluos, objectos de luxo, bugigangas e não maquinarias necessárias para o desenvolvimento das indústrias portuguesas.

Nuno Simões refere que as importações só deveriam existir quando absolutamente necessárias e indispensáveis e a preços justos e acessíveis. Importações de certo modo livres e fáceis de matérias-primas a preços acima dos normais ou tabelados, serviriam para animar o mercado negro ou, se o não puderem, para arruinar os industriais.

Para o autor, Portugal para possuir as suas fábricas a laborar, tinha de abastecê-las de matérias-primas a preços económicos, uma vez que não era possível fabricá-las segundo uma tabela baixa, quando essas eram caras.

As importações não poderiam estar à mercê dos interesses do comércio ilícito que andava envolvido nas compras ao estrangeiro.³⁷

³⁴ *Ibidem.*

³⁵ **IDEM** – *Acordos comerciais.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 23 de Julho de 1948).

³⁶ **IDEM** – *Notas à Margem.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 12 de Agosto de 1947).

³⁷ **IDEM** – *Importações desnecessárias.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 19 de Março de 1947).

Nuno Simões refere num dos seus artigos editados no “*Notícias de Lourenço Marques*”, que Portugal tinha necessidade de adoptar uma política de condicionamento das suas compras para defender tanto o trabalho dos portugueses como o seu ouro, pois era fundamental para o reaparelhamento económico.³⁸

Porém, o autor diz nas seguintes palavras:

(...) “para que as colónias consumam em larga escala os produtos fabricados na Metrópole é imprescindível que lhes consumam em largamente as matérias-primas nelas produzidas “ (...).³⁹

Para solucionar os problemas económicos das colónias, Nuno Simões afirma a necessidade da existência de um organismo superior, dotado de recursos e de pessoal capaz, que se incumbisse, no mais curto prazo, de um estudo de conjunto do problema económico e demográfico de toda a área portuguesa.

Esse estudo, feito com todos os elementos de informação, contribuiria para a boa programação e execução dos planos oficiais de fomento e nele se basearia o esquema dos empreendimentos mais importantes a realizar, paralelamente, pela iniciativa privada, com vista ao desenvolvimento económico nacional, que colocasse Portugal em pé de igualdade com os países europeus.⁴⁰

Assim para Nuno Simões, “*industrializar e colonizar o Ultramar*”, por um lado, era *reservando os mercados das colónias às importações metropolitanas, dando facilidades às importações de matérias-primas necessárias e úteis, em termos de custos à industrialização*⁴¹ e por outro lado, fazer com que a indústria metropolitana assegurasse o consumo de matérias-primas coloniais, concedendo-lhes tratamento igual à da produção portuguesa,⁴² são as ideias base da política económica a ser seguida por Portugal.

Conclusão

Homem de visões largas, via a colonização como um capital de investimento que deveria passar pela preparação prévia de técnicos especializados, uma perspectiva de fixação e de trabalho, de forma a alcançar-se o desenvolvimento e a prosperidade social. Defendia, ainda, um plano de fomento do Estado e um programa de aproveitamento económico privado.

Na sua óptica, os problemas coloniais não passavam pela discussão e explicação dos políticos mas por uma profunda reforma da mentalidade nacional, da qual era necessário que o Estado estivesse consciente, contando com a receptividade e a boa vontade da Nação, pois grassavam já os protestos dos colonos e as suas lamentações contra a falta de consciência colonial.

Para Nuno Simões tanto o Estado como as autoridades públicas, elites dirigentes, imprensa, organizações culturais, cívicas e religiosas, grupos económicos e agremiações profissionais, deveriam seguir uma política de informação, de propaganda honesta, legítima e prática, sendo que as escolas de todos os ramos e graus de ensino deveriam leccionar aspectos positivos e negativos do Ultramar, para que o colono conhecesse as condições de trabalho que o Ultramar lhes oferecia.

Para as colónias se desenvolvessem efectivamente defendia Nuno Simões que o Estado e a Nação, deveriam definir um plano orgânico de política de produção e cooperação económica, que implicasse uma imensa reforma da administração do Estado e a transformação total da economia da Nação. Só assim, o Estado, sob domínio e fiscalização oficial, poderia defender os interesses dos produtos coloniais.

Salienta a necessidade da industrialização da Metrópole, referindo a criação de uma consciência de desenvolvimento permanente no Ultramar era urgente e imprescindível, pois a carestia de vida era uma realidade.

³⁸ IDEM – *Mercados Externos*. Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 11 de Novembro de 1947).

³⁹ IDEM – *Actualidades e Permanências*. p. 34

⁴⁰ IDEM – *Números e Sugestões sobre a Emigração Portuguesa*. p. 94, 95.

⁴¹ IDEM – *Indústria Portuguesa*. Revista Indústria Portuguesa (Dezembro de 1939) p. 26.

⁴² IDEM – *O Ultramar como fornecedor e cliente das indústrias portuguesas*. p. 35.

Portugal não tinha indústrias equiparadas para produzir em concorrência com outros mercados os produtos a um preço acessível. Assim, era defensor da industrialização como veículo de valorização económica em todos os sectores da economia portuguesa.

Perante a constatação de que Portugal não tinha mercado externo, é apologista da criação na metrópole de novas indústrias transformadoras que escoassem a produção colonial, uma vez que a nossa indústria apenas absorvia uma pequena parte dessa produção.

Nuno Simões foi, para além de um homem com uma personalidade vincada e detentor de um grande espírito empreendedor e de sentimentos de solidariedade para com a sociedade, um grande dinamizador da economia Portuguesa, sempre atento a todos os problemas sociais, culturais e económicos da sua pátria, não descurando a situação das colónias e tudo o que elas significavam e implicavam para a Nação Portuguesa.

Bibliografia

- Brilhante Conferência do Sr. Dr. Nuno Simões sobre a fraternidade luso-brasileira.* A Voz (Lisboa, 10 Maio de 1945).
- Ferreira, Arminda E. A. – *O Luso-Brasileirismo na Perspectiva de Nuno Simões, Esboço de um Estudo de Natureza Biográfico,* Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2005.
- Ferreira, Arminda E. A. – *Nuno Simões e a República,* Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2007.
- Ferreira, Arminda E. A. – *Nuno Simões: o pensamento colonialista de um republicano.* Revista Africana nº 26/27, Universidade Portucalense, Infante D. Henrique, Porto, 2003.
- Freyre, Gilberto – *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção.* 2ª ed. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- Fryre, Gilberto – *O Luso e o Trópico.* Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- Miranda, Artur Cupertino – *Dr. Nuno Simões.* Estrela do Minho (Vila Nova de Famalicão, 2 Fevereiro de 1977).
- Pimentel, João Sarmento – *Memórias do Capitão.* São Paulo: Editora Felman Régó, 1964.
- Silva, Rui Ferreira – *As colónias: da visão imperial à política integracionista,* in *Portugal Contemporâneo,* Vol. 3, (Dir. António Reis), Lisboa: Alfa. p. 99 – 108.
- Simões, Nuno – *A produção algodoeira colonial e a indústria metropolitana de tecidos de algodão.* Primeiro de Janeiro 65:23 (Porto, 27 Janeiro de 1933).
- Simões, Nuno – *Acordos comerciais.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 23 Julho de 1948).
- Simões, Nuno – *Actualidades e Permanências do Luso-Brasileirismo.(Conferências e Discursos) 1945-1955.* Lisboa, 1960.
- Simões, Nuno – *Agricultura d' Aquém e d' Além-Mar.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 17 de Out. de 1947).
- Simões, Nuno – *Economia de Angola: da carestia da vida à industrialização.* In Seara Nova. Lisboa (4 de Dez. de 1943). p. 243-239.
- Simões, Nuno – *Imigração e Colonização.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 31 de Dez. de 1948).
- Simões, Nuno – *Indústria Portuguesa.* Revista Indústria Portuguesa (Dezembro 1939) p. 26.
- Simões, Nuno – *Mentalidade e Consciência Colonial.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 19 Novembro de 1948).
- Simões, Nuno – *Mercados Externos.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 11 de Novembro de 1947).
- Simões, Nuno – *Metrópole e Colónias.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 15 de Abril de 1948).
- Simões, Nuno – *Números e Sugestões sobre a Emigração Colonizadora.* Curso de Deontologia Ultramarina. Juventude Universitária Superior de Estudos Ultramarinos. Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, MCMLVIII. p. 86, 87.
- Simões, Nuno – *O nosso país nas publicações internacionais de informação e estudo.* O Primeiro de Janeiro (Porto, 13 de Abril de 1934).
- Simões, Nuno – *O Ultramar como fornecedor e Cliente das Indústrias Metropolitanas.* Lisboa: 1º Congresso da Indústria Portuguesa. 1933.
- Simões, Nuno – *O Ultramar é o problema nº1 da nação portuguesa.* Jomal de Huila (Huila, 19 de Mar. de 1960).
- Simões, Nuno – *Os nossos negócios comerciais com o Brasil.* Revista Brasil Cultural I:1 (Porto, Dezembro de 1947).
- Simões, Nuno – *Revista de Indústria Portuguesa,* Dezembro 1939.
- Simões, Nuno – *Sobre o Decreto de fomento algodoeiro nas colónias.* Primeiro de Janeiro 65: 28 (Porto, 3de Fev. de 1933).
- Simões, Nuno – *Importações desnecessárias.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 19 de Março de 1947).
- Simões, Nuno – *Notas à Margem.* Notícias de Lourenço Marques (Lourenço Marques, 12 de Agost. De 1947).

Leituras sobre a emigração em Portugal – revisitar *O Problema da Emigração*, de Afonso Costa

por Jorge Fernandes Alves¹

Na sequência de um projecto pessoal de indagação sobre as leituras produzidas por autores portugueses sobre a emigração², este texto procura revisitar uma das obras que, pela notoriedade do seu autor e pelo seu valor intrínseco, mais referências proporcionou - *O Problema da Emigração*, de Afonso Costa (1911). Texto que o autor pretendia inserido num conjunto mais amplo, a saber, *Estudos de Economia Nacional*, de que o título referido seria o primeiro volume, objectivo que ficou pela caminho, dada a trajectória política entretanto desenvolvida pelo autor³.

Na altura, Afonso Costa era ministro da Justiça do Governo Provisório da República e, depois do ensino de Direito na Universidade de Coimbra, concorria à cadeira de Economia Política da então Escola Politécnica de Lisboa, para cujo concurso apresentava o texto em referência, com data de apresentação de 20 de Fevereiro de 1911. A Escola Politécnica seria uma das instituições que viria a integrar, pouco depois, a então criada Universidade de Lisboa, o que ocorreu por decreto de 22 de Março de 1911. Aqui Afonso Costa viria a ser um dos fundadores e o primeiro director da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito (depois Faculdade de Direito) de Lisboa (1913)⁴.

Embora o autor, num tom despretensioso, fizesse questão de apresentar o livro como uma introdução ao tema, escrito em poucas horas em face de uma exigência legal, a sua responsabilidade intelectual e política conferiram ao texto um lugar central nos estudos sobre a problemática migratória da altura, configurando, pelo menos, uma ideia influente no pensamento republicano sobre a emigração, ajudando a compreender as posições e medidas legislativas neste domínio no novo regime político, embora seja obra que só responsabiliza o autor. Como encarava Afonso Costa, no desabrochar da República, a emigração, como a explicava, que soluções propunha para o seu enquadramento político, numa altura em que o seu fluxo se ampliava desmesuradamente?

I.

Fenómeno geral, a emigração surgia, na altura, como um objecto do maior interesse científico e político, pois, pela sua natureza de relação entre estados e amplitude quantitativa, suscitava a ambição, comungada

¹ Investigador do CITCEM. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

² ALVES, 2009.

³ COSTA, 1911.

⁴ Afonso Costa (Seia, 1871 - Paris, 1937) licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1894) e aí se doutorou com tese sobre *A Igreja e a Questão Social* (1895). De imediato se tornou professor na Universidade, advogado e um importante militante republicano, sendo eleito deputado pelo PRP em 1899 e 1900 (Porto) e novamente em 1906-07, 1908 e 1910, tornando-se um dos deputados mais combativos, dada a sua energia e capacidade oratória. Além de parlamentar após a instauração da República, foi Ministro da Justiça no Governo Provisório (1910-1911). Foi o líder do PRP depois do Congresso de 1911, o qual recebeu então a designação de Partido Democrático. Assumiu a Presidência do Ministério em 1913-1914, 1915-1916 e 1917, sobraçando ainda a pasta das Finanças em 1913-1914 e 1915-1917. Após a primeira guerra mundial, foi o presidente das delegações portuguesas à Conferência da Paz (1919) e, depois, à Sociedade das Nações (1920 e 1925-1926), tendo presidido à sua Assembleia Geral (1926). Morreu em Paris, exilado, durante o Estado Novo.

por Afonso Costa, de se criar uma legislação internacional de forma a garantir o “facto da transfusão de uns noutros povos” no âmbito dos direitos da natureza humana e da sociedade universal. Um objectivo central do autor era o de compreender a emigração enquanto fenómeno global, tendo em conta os novos tipos de estudos que procuravam “leis caracterizadamente científicas” nos dados da demografia, então saber emergente e em forte evolução, particularmente em Itália, onde a emigração anual atingia números avassaladores, suscitando múltiplas análises. Sendo a emigração uma “questão de que depende a vida da Nação”, Afonso Costa procurava chamar a atenção para a necessidade de a resolver cientificamente bem como indicar a sua evolução futura, “desde que o Estado, dentro da sua limitada esfera de acção, cumpra o dever de assistência em relação aos emigrantes, e exerça a função de coordenação e impulso das forças económicas nacionais de modo a produzir rapidamente um melhoramento sensível nas condições de vida das classes populares”⁵.

II. O estudo inicia-se com um capítulo sobre a evolução e o estado da emigração em geral, recorrendo à caracterização teórica, com recurso aos autores hoje clássicos, e, sobretudo, à sua caracterização quantitativa, disponibilizando múltiplos quadros estatísticos relativos aos principais países de emissão e de destino, o que permitia a análise comparativa. A uma função de “povoamento civilizador” que se desencadeou desde a antiguidade, e de que o continente americano era o exemplo mais expressivo, acrescia uma outra função eminente nos novos tempos: “atenuar quotidianamente as diferenças de condição entre os povos da terra”⁶.

Pertinente neste capítulo é a informação histórica sobre os tratamentos estatísticos da emigração e sua qualidade nos vários países, um fenómeno generalizado dos meados do século XIX, embora alguns países tenham tomado a dianteira (Inglaterra em 1814 e alguns estados alemães nos anos 30 e 40, bem como Bélgica (1841) e Holanda (1847)). A doutrina malthusiana, para quem a emigração, para além da contenção da natalidade, era também uma das soluções para o excesso de gente, ganhara já expressão antes de Malthus na própria Inglaterra, desde os inícios do século XVIII, com o processo das *enclosures* e das leis dos pobres, as quais incluíam a emigração com transporte gratuito para a América. Era um movimento sustentado, “colossal”, que, no século XIX, após a introdução da máquina a vapor e o licenciamento dos veteranos de guerra, passou a oscilar (sobretudo a partir da década de 1830) entre a casa dos cem mil a trezentos mil emigrantes anuais, para cujo apoio e acompanhamento havia uma agência geral de emigração, subvencionando transportes e apontando destinos (Estados Unidos, Canadá, Cabo da Boa Esperança, Austrália...). Os números, ainda que contrapostos por significativa imigração de retorno, são impressionantes, para um país da dianteira europeia e forte industrialização: considerando ingleses, escoceses e irlandeses, Afonso Costa afirma que “de 1815 a 1909, emigraram de Inglaterra 19 564 894 indivíduos, sendo 12 775 658 para os Estados Unidos, 3 293 800 para as colónias inglesas da América do Norte (Canadá), 2 006 493 para a Austrália e Nova Zelândia e 1 488 943 para a África do Sul e outros pontos”⁷.

E Afonso Costa concluía: “a lição que nos dão os números e os factos da Inglaterra acerca do seu movimento migratório é ao mesmo tempo simples e decisiva: a emigração não diminui nem aumenta, não é má nem é boa, porque se proíba ou facilite. Fenómeno ligado como nenhum outro a todas as vicissitudes e prosperidades de um povo, a emigração constitui a melhor base de estudo da evolução económica das nações em que se produz, quer activa quer passivamente”⁸.

Das vicissitudes da emigração alemã sublinhava o autor os diversos surtos conjunturais e dificuldades de instalação iniciais nas colónias norte-americanas, o que levou os alemães a terem depois um cuidado especial

⁵ COSTA, 1911:7.

⁶ COSTA, 1911:11.

⁷ COSTA, 1911:19.

⁸ COSTA, 1911:25.

com o país de destino: “Por vezes reúnem-se diversas famílias e procuram saber as condições de trabalho e os eventuais benefícios que lhes oferecem os governos, especialmente os da América Central e Meridional. Se obtêm concessões de terras, repartem-nas proporcionalmente às necessidades e ao capital de cada um. Seria excelente que todos os emigrantes, sobretudo os nossos portugueses, procedessem sempre com este cuidado”⁹. Se, entretanto, a emigração alemã diminuía com o crescimento económico da Alemanha, a verdade é que os alemães eram objecto de atracção acrescida por parte de alguns países (Chile, Peru, México e outros) que desenvolviam acções de recrutamento específicas, tendo em conta a actividade, instrução, espírito prático e tendência de fixação que apresentavam. Os esforços de atracção de alemães saíam baldados pelos finais do século XIX, os quais tinham a apoiá-los sociedades de protecção e jornais “destinados a animar a emigração”, mas cujas saídas diminuía em função do crescimento industrial. Além disso, a tendência era para a transformação da emigração permanente em temporária, mudança pouco estimada pelos países de destino, mas, segundo Afonso Costa, “a mais profícua para o povo que fornece os emigrantes”.

A Bélgica apresentava-se como um caso de estudo interessante, pois os seus operários, habilitados na actividade industrial, eram procurados por outros países e não aceitavam remunerações inferiores a determinados padrões, o que considerariam humilhante, pelo que preferiam partir, recebendo o país imigrantes de outras proveniências para compensação do respectivo mercado de trabalho.

Os casos nacionais sucediam-se no estudo de Afonso Costa, na sua exuberância estatística: Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca, com picos relativamente elevados; Áustria e Hungria, exemplos típicos de emigração persistente, de natureza familiar, sem retorno. O caso da emigração russa era, para Afonso Costa, o desmentido do preconceito que associava a emigração à alta densidade populacional. Nem a pequena e florescente Suíça escapava ao fluxo migratório.

Nos países latinos, o contraste vinha de França, país com uma emigração muito reduzida: “É uma felicidade para a França que não haja na sua população, nem o amor das aventuras, nem a necessidade urgente de melhorar a situação, de que houvesse de resultar o desenvolvimento emigratório; porque, tendo pequeno ou nulo aumento de nascimentos sobre os óbitos, qualquer acréscimo de emigração viria agravar o perigo de despovoação de que a grande republica se mostra um tanto ameaçada”¹⁰.

Em sentido contrário, a Itália apresentava desde o último quartel do século XIX o movimento emigratório mais expressivo, saltando, em números oficiais, da ordem dos 100 mil para subir para a casa dos 200/300 mil e tocar os 700 mil em 1905 e 1906, embora com uma componente importante de emigração temporária, mas também uma elevada proporção de clandestinidade. Uma emigração tão massiva, tendo como destinos principais os Estados Unidos, Argentina e Brasil, mas com uma grande dispersão por outros países americanos, incluindo ainda os europeus (com destaque para a França, Alemanha, Áustria e Hungria). Integrava componentes tão desqualificadas que era reconhecidamente uma “emigração indesejável” em múltiplos destinos, sendo os italianos considerados como os “chineses da Europa”, segunda uma transcrição utilizada de De Luca (*Della Emigrazione Europea*, 1909). A Espanha completava o quadro. E o Japão era objecto de uma larga nota de rodapé pelo crescente envio de emigrantes para países onde concorriam com os europeus.

III. O quadro do movimento migratório de Portugal mereceu naturalmente a Afonso Costa uma análise mais detalhada. Evolução dos volumes da população e a densidade geral e regional, na sua desigual distribuição, mereceram a atenção inicial, sublinhando o autor desde logo a sua convicção da baixa ou nula influência da densidade como causa emigratória. Evoca a fundamentação histórica ligada às descobertas marítimas e

.....
⁹ COSTA, 1911:30.

¹⁰ COSTA, 1911:54.

sequente colonização, pelo que a “emigração tornou-se uma necessidade orgânica do povo português”, valorizando a ligação popular especial ao Brasil, que os dirigentes políticos anteriores não teriam sabido aproveitar, laços que a República estaria a tentar recuperar, na senda do que já vinha fazendo a Sociedade de Geografia.

Mas o óbvio não escapava a Afonso Costa: “é certo que a emigração portuguesa tomou nos últimos anos caracteres realmente alarmantes, não por ela mesma, mas pelo que significava de destruição e quase morte no organismo económico da nação”¹¹. E falava de uma política de acordos bilaterais para a promoção de uma nova política económica internacional que facilitasse as exportações, com uma esperança forte: “com este esforço de vida, a emigração portuguesa perderá dentro de poucos anos o seu aspecto doloroso, patológico, para assumir os caracteres de um fenómeno normal, eminentemente profícuo, e intimamente ligado, nas suas origens e funções, como no seu movimento, à própria vida da nação”¹².

A análise causal resvalava para a crítica aos últimos anos de governo da monarquia, constituindo um dos trechos mais contundentes do estudo:

“Por agora, estamos ainda em presença de uma emigração que quase nos envergonha e que, incontestavelmente, atesta a nossa profunda miséria fisiológica. As crises dos últimos anos tinham arrancado ao país toda a seiva. Uma administração pública esbanjadora deu alento ao critério parasitário de muitos proprietários rurais, e daí resultou que a agricultura, especialmente no que respeita ao vinho e ao cereal, desceu a um estado de inferioridade quase incomportável. Em muitas regiões do Norte cessou, ou pelo menos diminuiu numa proporção de 50 por cento, todo o trabalho agrícola. Os terrenos da vinha foram abandonados e ainda hoje se encontram muitos em pousio.

Por estas e outras causas graves a população agrícola viu-se reduzida à mais crucial miséria. Os géneros de primeira necessidade encareceram. Os impostos atingiram o pobre por todas as formas. O mal estar tornou-se geral. Foi nestas circunstâncias que a nossa emigração tomou o carácter alarmante que as estatísticas nos revelam. Não é o fenómeno em si que é mau; antes, de dentro da nossa desgraça colectiva que a fez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil, sem o qual, porventura, não teríamos resistido a tantas provações. O que é mau é o carácter de violência, de irresistível necessidade, quase de forçada expulsão, que a situação cruel em que se debatia o povo português lhe impôs brutalmente. Já não era uma emigração, mas uma fuga desvairada. Não era um fenómeno económico normal de um povo: era consequência de uma doença geral, era o êxodo para não morrer”¹³.

Dramatização clara, de quem não consegue disfarçar um registo político, embora na senda de outros discursos emotivos sobre a emigração, como era o de Oliveira Martins, o mais exemplar neste domínio, pois motivos para dramatizar não faltavam!

Seguiam-se as estatísticas, de 1872 a 1909, a revelar a intensificação da emigração nos últimos anos. Dos 17284 emigrantes em 1872, andava-se agora na casa dos 40 mil, em números oficiais, apesar de, pela aplicação da Lei de 25 de Abril de 1907, passarem a contar só como emigrantes, para fins estatísticos, os passageiros de 3º classe, esquecendo-se os de 1ª e 2ª e os que partiam para as colónias africanas ou qualquer ponto da Europa. Faltava ainda a emigração clandestina para aferir o movimento da população, mas Afonso Costa considerava que esta era “mais que fartamente compensada pela imigração, de que também não há números em Portugal, mas pelas estatísticas do Brasil e dos Estados Unidos se apura não dever ser inferior à quarta parte nem superior ao terço dos emigrantes”. Se o saldo fisiológico comportava a perda emigratória, o que o autor considerava perigoso era a “proporção crescente de menores e de mulheres, com a forte percentagem de analfabetos e com a ausência de qualquer preparação no pessoal emigrantes”, o que já evidenciava a passagem da emigração temporária a permanente, ou seja, a partida de “famílias inteiras, na maior parte dispostas a desnacionalizarem-se, ficando por lá”¹⁴.

.....
¹¹ COSTA, 1911:73.

¹² COSTA, 1911:74.

¹³ COSTA, 1911:74-75.

¹⁴ COSTA, 1911:83-84.

A desqualificação era outra dimensão apontada, com o recrutamento a fazer-se, crescentemente, nas camadas mais pobres e analfabetos, principalmente nas ilhas adjacentes, onde o analfabetismo rondava os 80%, enquanto nos continente se ficaria pelos 50%. Levantava Afonso Costa o temor recorrente da nossa emigração ser ultrapassada pela de outras nacionalidades, transcrevendo as afirmações nesse sentido insertas num conhecido relatório consular do Rio de Janeiro de 1909, revelando que nas grandes obras os administradores, engenheiros, arquitectos eram ingleses, alemães ou belgas e o grosseiro trabalhador era português. Ora o Brasil continuava a ser o principal destino, ainda mais desde que a Lei Áurea, de 3.5.1888, abolira a escravatura, surgindo então novas políticas de atracção dos europeus, ainda que os Estados Unidos, com os inícios do século XX, começassem a ter algum significado quantitativo enquanto destino do emigrante português (sobretudo a partir dos Açores). A relação histórica entre brasileiros e portugueses explicava a preferência persistente e as formas de emigração relativamente a outros povos:

“Os portugueses constituem para o Brasil a chamada emigração espontânea, visto que quase só eles vão à sua custa para lá. A maioria dos outros imigrantes entra ali por contratos celebrados, ou directamente em nome do governo do Brasil, ou por agentes de companhias colonizadoras. Os nossos cônsules têm por muitas vezes chamado a atenção do governo e, através dele, do país, para as desgraçadas condições em que os portugueses se apresentam no Brasil, inteiramente à mercê do acaso e quase desprovidos dos mais elementares meios de luta. É tempo de encarar o problema de face, como já o estão fazendo o nosso Ministério dos Estrangeiros e os seus delegados, diplomático e consular, no Rio de Janeiro”¹⁵.

III

Afonso Costa procurou elucidar as relações de causa e efeito na emigração, recorrendo sistematicamente às teses expendidas neste domínio por vários autores e sua eventual aplicação ao caso português.

A mais recorrente, em termos gerais, era a da relação entre emigração e densidade, numa perspectiva de equilíbrio entre vasos comunicantes (Bordier), não esquecendo a tentativa de formulação de uma lei, pela qual a emigração se iniciava quando a densidade atingisse 86 h/km² (Stanley). Já outros falavam da desproporção entre necessidades da população e recursos (Anselmo de Andrade, Marnoco e Sousa). Causas demasiado genéricas, que Afonso Costa pretendia aprofundar. Considera então o caso da Irlanda para falar da profunda desigualdade, das leis injustas, das antipatias regionais a causarem infelicidade e miséria aos Irlandeses, provocando uma *emigração patológica*. Já o caso da Inglaterra seria o de um país em que a industrialização trouxe trabalho, embora a par de um fenómeno de pauperismo, mas os operários ganhavam bem e os rurais acorriam às cidades para trabalharem na indústria, logo não era a miséria a causa da emigração, pelo que a originária deste país se poderia considerar uma *emigração normal*, “determinada pela necessidade de criar utilidades novas para o bem geral”, estimulada pelo “egoísmo individual, pela ambição e desejo de riquezas”, fenómenos inerentes a “leis sociológicas da constituição e desenvolvimento das sociedades”.

Esse dualismo classificatório aplicado à emigração - patológica e normal - passa a ser a chave interpretativa de Afonso Costa, tomada como referência para passar em revista a de outros povos. Assim, as transformações sociais e políticas operadas na Alemanha subjazem à sua emigração normal que corria em paralelo com a prosperidade industrial, acontecendo uma emigração relativamente moderada como expressão da maturidade económica e política da respectiva sociedade, o mesmo se aplicaria aos casos da Bélgica, da Holanda, da Suíça e da França.

Entretanto, olhando para os outros povos da Europa, a emigração aparecia-lhe com características semelhantes à da Irlanda: alguns países tendiam para a normalização, aplicando políticas de equidade, com

¹⁵ COSTA, 1911:90.

a emigração a mostrar tendências de decréscimo (Dinamarca, Noruega, Suécia); mas havia países em que se fugia pela emigração ao sofrimento vivido nas camadas trabalhadoras da sociedade - era o caso da Rússia, com poucas terras aplicadas à cultura de cereais e criação de gado, apesar da imensidão da estepe, a propriedade mal dividida, a população mal distribuída, as indústrias ainda em estado embrionário, o povo conservado na mais profunda ignorância e dominado por uma superstição embrutecedora. Embora com gravidade desigual, a patologia social conducente à emigração tocava a Áustria, a Hungria, a Espanha, a Itália. O caso de Itália era um verdadeiro laboratório para a compreensão da emigração: a maior parte do território estava cultivada, as tentativas de colonização interna não funcionaram (“sonho de economistas de gabinete quando é defendida como remédio para a emigração”), importaria essencialmente melhorar as “condições económicas da classe operária, quer sob o ponto de vista da educação profissional dela, quer sob o ponto de vista da remuneração do seu trabalho”¹⁶, bem como aumentar a produtividade dos solos. Que conclusões tirava Afonso Costa?

“Há, pois, na Europa povos que estão bem, de onde se emigra utilmente, e povos que estão mal, de onde o emigrante foge num grito de desespero, de agonia. Façamos que Portugal passe desta aviltante categoria para aquela classe nobilitante. Evitemos por todas as formas, mas sobretudo pelo melhoramento das condições de vida do povo, que se repita o espectáculo atroz, a que acabamos de assistir, da emigração definitiva, para sempre, da fuga à miséria, do arrastamento impiedoso de famílias inteiras de Trás-os-Montes e do Alentejo para o arquipélago de Sandwich na Oceânia! Centenares de crianças, de mulheres, de rapazes na idade adolescente, expatriaram-se para fugir à fome. Pintaram-lhes com cores fagueiras a terra distante, onde vão definitivamente viver. Mas não foi só por isso que emigraram. Eles pressentiram que esta fuga desordenada, este abandono do lar, esta sujeição de quase escravos, ia dar-lhes, enfim, dias menos angustiosos de trabalho e remuneração. É pena que as leis permitissem a propaganda que os engodou, e que não existisse alguém nas suas terras suficientemente instruído para poder contrapor à fantasia a realidade. Mas ainda é mais triste que Portugal chegasse à situação económica precária, que estes factos revelam. Oxalá que eles venham contribuir para que o problema da situação das classes trabalhadoras desde já se estude racionalmente, sem preconceitos de partidos ou de escolas, formulando-se o plano geral da sua solução, e tomando-se todas as precauções para que haja de ser executado sucessivamente.

Agora que se procura dar a este povo a sua nova constituição política, faça-se também a sua constituição económica, e respeitem-se ambas com a mesma enternecida dedicação”¹⁷.

Afonso Costa chamava, no entanto, a necessidade de, ao lado do estado económico de um povo, salvar o seu estado político, as condições religiosas, psicológicas, intelectuais e físicas. O que passava por impedir o despotismo, assegurar a liberdade de consciência, impedir o “desgosto de viver dentro de um país mal administrado, em que a injustiça, a improbidade e o mal triunfam nas leis e nas instituições” (o “isto dá vontade de morrer”, de Herculano, que para muitos era emigrar para longe); ou ainda corrigir a informação que resultava da comunicação entre emigrados e futuros emigrantes, para impedir a sugestão fantasiosa de sucesso pelos que se repatriam ou enviam economias. As causas intelectuais para a emigração eram menores em populações instruídas: “a falta de educação e de instrução favorece sempre a emigração nociva e obsta à emigração útil”. Era por causa da chaga do analfabetismo, segundo o autor, que se tornou moda ou epidemia nas camadas populares o propósito de emigrar: “urge pois que o povo seja instruído e educado. Essa é a principal, a mais urgente e a mais útil de todas as medidas que um governo pode tomar acerca da emigração. Com ela tudo dará resultado profícuo com maior ou menor rapidez¹⁸”. Havia ainda a considerar causas físicas, étnicas, jurídicas (caso do serviço militar e a repugnância pelas suas normas).

Enfim: “a emigração não produz efeitos perniciosos nas populações dos países de que se emigra”, com os factos a desmentirem as teorias sobre o desfalque dos melhores elementos da sociedade, pois os emigrantes

¹⁶ COSTA, 1911:106.

¹⁷ COSTA, 1911:107-108.

¹⁸ COSTA, 1911:110.

nunca constituíram a maior parte dos elementos válidos de um povo. Por outro lado, “a emigração exerce uma enorme influência na formação dos países de destino”. Ao mesmo tempo, a emigração exerce uma influência profunda na moralidade, nos costumes e na própria condição dos emigrantes e das suas famílias¹⁹, pelas novas actividades e contactos que favorece. E Afonso Costa também não atribuía grande importância ao problema tantas vezes levantado da exportação de capitais que um emigrante produzia, relativamente ao que valia em si próprio, enquanto capital humano, e ao que leva consigo, aspectos que discute à luz das teorias da época, mas avaliava que o retorno monetário compensava largamente as saídas neste domínio. E considerava fundamental a emigração como elemento adjuvante no crescimento da economia, pois o emigrante “vai procurar realizar maior riqueza para a trazer mais tarde para dentro da sua pátria. Esta doutrina é tanto mais legítima, que sem ela não seria possível o desenvolvimento que tem tido a economia portuguesa. O que nos falta é precisamente o capital, e a nossa emigração, longe de o desperdiçar e levar para fora, aumenta-o pelas remessas das suas melhores economias, dando ao nosso depauperado organismo um permanente revigoramento²⁰”. Valores de remessas que, reconhecendo as dificuldades de cálculo por escassez de informação, acaba por avaliar, para a época, em 22 mil contos de réis anuais, sublinhando:

“Péssima como é, a nossa emigração é que nos salva. São os emigrantes que mais concorrem para sustentar o país, que os não sustentou a eles. São os pobres beirões e minhotos, que daqui foram rotos e famintos, que pagam de lá, do Brasil, as custas do descabro em que o país viveu durante tantos anos. Vale-nos, de facto, a emigração nos nossos apuros de contabilidade internacional”²¹.

IV

O que podia fazer o Estado no movimento da emigração? Na altura da publicação do texto, longe ia o tempo do “laissez faire; laissez passer”, consagrando-se o papel do Estado intervencionista neste domínio, mesmo para os liberais mais empedernidos. Isso acontecia genericamente em todos os países emissores, nuns casos seguindo modelos autoritários (proibindo ou impondo a emigração), modelos proteccionistas (promovendo a emigração como forma de resolver o pauperismo ou para a colonização de territórios ultramarinos) ou modelos regulamentadores (numa posição neutra sobre as partidas, mas vigiadas através de imposições, licenças e multas). Posições que podem ser lidas numa linha evolutiva, em que ao medo do despovoamento (suscitando proibições) se sucedia o medo da escassez de subsistências (suscitando tolerância para com as partidas), bem como um atenção aos direitos individuais de liberdade de circulação, discutindo-se, porém, a diferença entre emigrante e viajante, o que, em vários casos, se começou a reflectir nos procedimentos administrativos.

À época, a esfera da intervenção do Estado era essencialmente de natureza regulamentadora, embora especialmente vocacionada para a emigração transatlântica, com legislação que deveria garantir a liberdade de acção do emigrante perante a actividade de recrutamento e seus agentes, garantir a segurança pessoal e a assistência nas viagens, bem como difundir informação sobre os lugares de destino. Mas deveria também articular-se internacionalmente através de tratados entre os países em relação no processo de forma a garantir previamente procedimentos vários, domínio em que os resultados foram sempre escassos e nunca assumiram carácter multilateral, ficando-se por alguns casos de acordos bilaterais com reduzida incidência. A Inglaterra dispunha de comissários dependentes do ministério do comércio, regulava a função de agentes de emigração, fixava condições de embarque e condições sanitárias dos navios, numa linha mercantil. Embora em alguns

¹⁹ COSTA, 1911:118.

²⁰ COSTA, 1911:121.

²¹ COSTA, 1911:129.

países tenha havido disposições e/ou discussão sobre medidas proibitivas, na altura do estudo, Alemanha, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Áustria, Suíça, bem como França, Itália e Espanha, asseguravam a liberdade de emigração, com regulamentos diversos que acautelavam problemas com agentes de recrutamento, regras de partida, protecção moral e sanitária na viagem, tendo-se verificado graduais restrições relativas aos abusos e burlas dos intervenientes no processo. Em termos gerais, pode dizer-se que mantinham um mesmo padrão legislativo, o qual passou, cronologicamente, pelas fases de restringir, liberalizar, regular, embora depois o nível de vigilância ou de protecção efectiva não fosse assegurado de igual forma pelos vários países.

Mas Afonso Costa sublinhava a dificuldade de legislação do domínio migratório, dado que as leis de emigração não poderiam chocar com as leis de imigração nos países de destino, cujos critérios, depois de fases de ampla liberdade e políticas de forte atracção, passava agora por critérios de proibição, de taxas de entrada e de selecção, com mecanismo de recepção e de fiscalização. Sobretudo, a partir do regulamento de 1 de Julho de 1907, os Estados Unidos tomaram muitas medidas restritivas, quer em relação a certos povos ou raças (proibição de entrada de chineses), mas também em relação a situações sociais indesejáveis, como certos tipos de doenças, miséria, condenados, anarquistas, polígamos, prostitutas, trabalhadores contratados com viagem paga, mulheres grávidas não casadas (ou grávidas casadas se o marido ficar no país de origem), os menores de 16 anos não acompanhados pelos pais, tendo criado comissões de exame para verificação dos imigrantes²². Alguns dos procedimentos dos Estados Unidos eram seguidos de perto pelo Canadá e outros (Panamá, Cuba, Venezuela, Uruguai, Paraguai). Já o Brasil, continuando preocupado em atrair europeus, oferecia subsídios e terrenos à instalação de agricultores, o mesmo acontecendo na Argentina. Medidas restritivas verificavam-se também na Austrália e Nova Zelândia, nomeadamente em relação aos analfabetos, os que não soubesse ler e escrever numa das línguas europeias, medida que já estava em discussão nos Estados Unidos e em outros países embora ainda em fase de rejeição.

Ao referenciar em linhas gerais o estado da legislação sobre emigração e imigração no mundo, Afonso Costa procurava extrair os sentidos mais significativos, verificando a tendência para repelir os “maus imigrantes”: “não tardará que os próprios países da América do Sul mais desenvolvidos, a Argentina e o Brasil, tendo ao seu dispor milhões de europeus para entre eles escolher as suas novas camadas de população, se tornem também exigentes, reclamado vigor, aptidão para o trabalho, alguns meios materiais de luta e, sobretudo, instrução”²³. E daí a conclusão que surge como recomendação política: não devendo o Estado contrariar as correntes migratórias e tendo no Brasil uma fonte de riqueza, impunha-se com urgência a instrução: “instrução forte e prática, rápida mas segura, eis o que é preciso dar urgentemente ao povo português emigrante”²⁴.

V.

Afonso Costa analisa também o quadro legislativo português, reconhecendo um sentido proibicionista que perdurou longamente, desde o século XVII, procurando travar as partidas que se verificavam “com sofreguidão” para os territórios ultramarinos, objectivo nunca conseguido. Só a Carta Constitucional de 1826 assegurou o direito a “sair do reino”, guardados os “regulamentos policiais”, mas, segundo o autor, esta salvaguarda traduziu-se numa hostilidade ao fenómeno migratório, traduzida na exigência regulamentada de passaporte e na repressão à emigração clandestina, que se seguiram medidas relativas ao serviço militar, ao transporte e suas

.....
²² COSTA, 1911:145.

²³ COSTA, 1911:159.

²⁴ COSTA, 1911:160.

condições e depois à contratação de colonos, em sucessiva legislação (diplomas de 1835, 1841, 1855, 1863, 1877, 1896, 1901, 1907). Na altura do estudo era a Lei de 25 de Abril de 1907, a qual manteve o passaporte só para os que emigrassem em 3ª classe a bordo de vapores para fora do continente europeu, elevando ao preço de 7\$000 réis, penalizando assim os “mais desventurados”. Afonso Costa, que foi um dos que debateu no parlamento ainda monárquico o projecto de diploma em causa, criticava-o violentamente:

“O projecto de governo, hoje convertido em lei, era realmente, como se supôs e nos o cognominámos, desprezível. Manter o passaporte, e demais a mais fortemente tributado, para uma classe de emigrantes, deixando livre a outra [as companhias de navegação], que melhor o poderia pagar; fazer consistir na proibição da emigração clandestina e na colheita dos rendimentos dos passaportes toda a solução do problema migratório, é realmente desprezível”²⁵.

Afonso Costa considerava ainda a legislação relativa à emigração para as colónias, com pouco efeito incentivador (escassas centenas anuais de indivíduos respondiam aos incentivos do decreto de 16 de Novembro de 1899), bem como a problemática sempre tão discutida da derivação dos potenciais emigrantes para África em vez do Brasil. Neste aspecto, Afonso Costa comungava das opiniões de Oliveira Martins, Marnoco e Sousa e Anselmo de Andrade para os quais as colónias eram essencialmente agrícolas e para isso já lá estavam os naturais, que, de resto, emigravam também (África do Sul, S. Tomé), para os quais seria necessário encontrar melhores formas de recrutamento e contratação, através do ensino da língua, concessões de terra e educação técnica. A colonização europeia exigiria capitais elevados de que Portugal não dispunha.

Tudo passava, pois, por melhorar as condições económicas e sociais do país, recuperando as várias sugestões já existentes, nomeadamente as leis sobre enfiteuse, irrigação e povoamento do Alentejo, expansão da cultura cerealífera, do que não resultaria a eliminação da emigração, mas a atenuação a níveis fisiológicos e não patológicos como se verificaria. Rejeitava a realização de obras públicas para evitar surtos migratórios, às vezes realizada, pois “as obras públicas, quando não são determinadas pela necessidade, equivalem a uma destruição de capital”. Impulsionar as culturas, instruir e educar o povo, alterar o regime de propriedade, atenuando a pulverização minhoto e promovendo a subdivisão dos latifúndios alentejanos. Era, assim, preciso retirar o “carácter odioso” à emigração, fazendo a selecção dentro de fronteiras, antes que os países receptores o fizessem, tornando-a uma “base estável de prosperidade para a Nação”, pelo que a desaceleração do crescimento da população não seria um mal atendendo à lentidão dos progressos das subsistências. A grande reforma a efectuar seria, assim, a “abolição pura e simples do passaporte”, coma entrada e saída do território considerada livre, tanto para nacionais como estrangeiros, sendo exigida apenas a cédula ou bilhete de identidade a criar, além de um cadastro no registo civil para cada emigrante com todas as informações a receber. Devia ainda cada navio fornecer as listas dos passageiros por cada destino de forma a incumbir o cônsul da protecção a assegurar a respectiva protecção. Seriam ainda instituídas repartições especiais de emigração, tanto em Portugal como nos países de forte imigração portuguesa. Seriam remodelados os serviços de estatística, de forma a apresentar também a imigração, a repatriação e condições individuais, familiares e económicas do repatriamento, ou seja, permitir um conhecimento mais aprofundado do fenómeno. Enfim, tomando como exemplo a Itália, que consegue um maior nível de remessas da emigração: “toda a legislação portuguesa deve ter por bases: a liberdade de emigrar, a protecção efectiva e constante do emigrante e de sua família, o melhoramento sistemático das condições económicas da nossa vida interior, e a educação e instrução do povo. Tudo o mais é utopia”²⁶.

Mas sendo um país que exporta essencialmente gente, Portugal deveria combater a “depreciação do factor emigratório”, ou seja, evitar a forte composição de mulher e crianças (44%) que se vinha verificando

.....
²⁵ COSTA, 1911:166

²⁶ COSTA, 1911:173.

ultimamente nos contingentes emigratórios, o que significava a “expatriação de famílias inteiras”, pois quando a família do emigrante fica na pátria as remessas das suas economias são mais regulares: “seja, pois, a emigração a pedra de toque dos novos governos na sua obra de ressurreição da pátria!”²⁷

VI.

A obra de Afonso Costa, abordando a temática numa perspectiva global e comparada, tem o mérito de reconhecer o papel estruturante que a emigração desempenhava na economia portuguesa e a impossibilidade real de a conter, coisa que afinal nem os países mais industrializados conseguiam, como era o caso da Inglaterra e da Alemanha. Assim, para Portugal era, no mínimo, indesculpável manter a hipocrisia de dificultar um fenómeno crescente que, impelindo anualmente dezenas de milhares de portugueses para o exterior, maioritariamente para o Brasil, se revelava como um elemento vital da sociedade portuguesa, quer para assegurar a sobrevivência própria, quer a das famílias que ficavam, quer ainda para o equilíbrio da economia nacional.

Neste contexto, não era legítimo transformar as partidas em mais uma receita fiscal, como acontecia com o processo de passaporte, pelos custos que exigia, agravados fortemente pela legislação de 1907 e dispensado aos que viajavam em primeira e segunda classe para ser aplicado apenas aos da terceira classe, ou seja, à maioria desfavorecida e descapitalizada, dificultando a inserção dos que partiam. Abolir o passaporte era a proposta de alteração ao nível legislativo que simbolizava a liberdade civil de emigrar, devendo existir, por parte do Estado, mecanismos de apoio e fiscalização de segurança policial e sanitária, como contributo mínimo para um movimento de que não podia prescindir, procurando para isso inspiração na legislação de países mais incisivos neste domínio. Acabar com a perseguição policial e fiscal ao emigrante e actuar a montante, difundindo o ensino e a instrução técnica, de forma a qualificar todo o indivíduo, capacitando a população e com isso os potenciais emigrantes, permitindo-lhes assim concorrer positivamente nos mercados de trabalho de destino face aos trabalhadores de outras nacionalidades era o que o Estado deveria fazer.

A estas propostas de Afonso Costa subjaz uma esperança difusa de redenção ou ressurreição da pátria, agora que a República se implantara, esperando a revitalização das forças económicas, através de reformas sociais enunciadas de forma vaga, de forma a reduzir os níveis de partida, uma vez que África não era solução. A este quadro migratório aplica uma leitura organicista, ou seja, persistiria uma emigração útil e positiva, de natureza fisiológica (isto é, numa sociedade há sempre gente a querer partir para otimizar as suas capacidades, desde que haja liberdade de movimentos), mas seria atenuada a de natureza patológica, a que arrastava consigo miseráveis, doentes e analfabetos, mostrando os desequilíbrios sociais da nação, exigência tanto mais urgente quanto surgiam no horizonte múltiplas restrições por parte dos países de acolhimento, que se mostravam cada vez mais selectivos na recepção de trabalhadores estrangeiros, antevendo uma situação que, de facto, se agravaria no pós-primeira guerra mundial.

Mas o trabalho de Afonso Costa mostra também a incapacidade republicana de encontrar soluções para os problemas económicos de Portugal, num prolongamento da letargia oitocentista, refugiando-se agora num liberalismo mais claro, mas que é essencialmente de natureza discursiva, ou seja, suscitava o reconhecimento da emigração como emergência social e económica e libertava-a de obstáculos inúteis que agravavam apenas as dificuldades de quem já tinha problemas excessivos, enquanto os legisladores da monarquia, ao dificultarem-na com taxas e burocracia, liam a emigração essencialmente como fenómeno isolado e individual, pois na prática não a impediam e sabiam-na inevitável, como a realidade exemplificava continuamente de forma expressiva.

.....
²⁷ COSTA, 1911:183

A conjuntura seria cruel para os republicanos: após a implantação da República a emigração oficial torna-se “hemorrágica de 1911 a 1913”, mais do que duplica relativamente aos números de 1910 (39515), atingindo 59661 emigrantes no ano de 1911, 88929 em 1912, 77645 em 1913, segundo Joel Serrão²⁸, só diminuindo a partir de 1914 face à eclosão da primeira guerra mundial, aos consequentes problemas das comunicações marítimas e à recessão económica entretanto sobrevinda. Que a questão da emigração portuguesa não tinha solução interna com este tipo de políticas intrinsecamente liberais e estava completamente dependente dos países de recepção prova-o o facto de, aberta uma janela de oportunidade para partir, não faltarem candidatos, como aconteceu em 1916/1917 com a partida contratada de cerca de 20 mil operários que rumaram à França (16 mil) e Inglaterra (4 mil), para trabalharem na retaguarda em fábricas e minas, iniciando um novo destino emigratório, o destino intra-europeu²⁹.

Bibliografia:

- ALVES, Jorge Fernandes, 1988 - Operários para França e Inglaterra (1914-1918) - Experiências da emigração portuguesa intra-europeia. In *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol.V, p.315-333.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 - *Os “Brasileiros”. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor. Versão on-line: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id135&sum=sim>
- ALVES, Jorge Fernandes, 2009 - Leituras sobre a emigração em Portugal – revisitação da Teoria Geral de José Frederico Laranjo (1878). In *Do Absolutismo ao Liberalismo – IV Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal.
- COSTA, Afonso, 1976 - *Discursos Parlamentares, 1911-1914*. Lisboa: Livraria Bertrand (comp. A. H. de Oliveira Marques).
- COSTA, Afonso, 1977 - *Discursos Parlamentares, 1914-1926*. Lisboa: Livraria Bertrand (comp. A. H. de Oliveira Marques).
- COSTA, Afonso, 1991 - *Estudos de Economia Nacional I - O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 - *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- SERRÃO, Joel, 1977 - *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

.....
²⁸ SERRÃO, 1977:36

²⁹ ALVES, 1988.

Ser eleitor (de 1910 a 1974)

por Filipa Sousa Lopes¹

Eleição: Ao escolherem, por meio de escrutínio, os seus concidadãos que hão-de representar nos organismos constitutivos dos poderes do Estado, os indivíduos chamados a fazê-lo praticam o acto político denominado eleição; mercê dele, delegaram temporariamente nos eleitos a parcela individual que lhes cabe no exercício da soberania nacional. D.F “Eleições”, in Dicionário de História de Portugal, (dir. Joel Serrão), Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.

No ano em que se comemora o centenário da República não pretendemos relembrar o histórico dia da Revolução do 5 de Outubro de 1910, mas reafirmar os valores da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade e da justiça que a República permitiu afirmar, em novas condições. O ideário republicano passou sobretudo por um projecto de uma nova cidadania que marcou não só a sociedade, as instituições, a cultura, mas também, e em particular, uma nova forma de relacionamento entre o Estado e os cidadãos. Sendo a República um regime político que a todos pertence, pois se a palavra República significa “coisa” (Res) “pública”, esta deve assentar na mais ampla participação dos cidadãos na vida comunitária, por isso a eleição é, a condição essencial do governo representativo, ou seja, a fonte de legitimidade do poder político.

Como entendemos que o regime republicano sempre limitou a participação política dos cidadãos, pois os diferentes regimes políticos, alteravam os seus pontos de vista sobre o que se julgava ser uma participação política exercida através do voto, neste artigo iremos analisar o Sistema Eleitoral em Portugal, mais especificamente, no que se refere aos requisitos dos eleitores para a eleição de Deputados e os cadernos eleitorais do concelho de Vila Nova de Famalicão, desde a implantação da República até ao fim da ditadura salazarista.

A escolha dos representantes através do voto, ao longo dos tempos, está prevista em todos os textos constitucionais, e em dezenas de leis com conteúdo eleitoral, mas sempre esteve sujeita a um conjunto de flutuações, que segundo Manuel Loff, a concessão do direito de sufrágio, abrangeu sempre sete pré-condições².

Fazendo uma análise sumária sobre cada um dos pré-requisitos para ser eleitor para um dos órgãos de soberania iremos, posteriormente, analisar a sua influência no número de recenseados no concelho de Vila Nova de Famalicão, durante o período de 1910 a 1974.

1. Desde a primeira Constituição portuguesa, promulgada em 1822, um dos motivos para a exclusão do sufrágio foi o analfabetismo. Apenas no período do Sidonismo (Dezembro 1917 a Dezembro de 1918), é que foram capacitados para sufrágio “todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos”. Posteriormente, em 1968 o direito de voto passou a ser concedido apenas a analfabetos que tivessem sido recenseados alguma vez ao abrigo da legislação aprovada em 1946. A escolarização secundária foi uma outra condição, escolhida pelo salazarismo para conceder, de forma restritiva, o direito de voto às mulheres.
2. A condição de participação política, que ao longo de vários anos esteve presente em diferentes normativos eleitorais, foi pertencer ao sexo masculino.
3. A capacidade económica, a demonstração pública de propriedade (bens de raiz) e/ou uma contribuição mínima para os cofres do Estado através do fisco, foi outro critério para a cidadania política.

¹ Professora do Ensino Secundário. Historiadora.

² Manuel Loff, “O Processo Eleitoral Salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de sufrágio elitista em Portugal”, in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, nº 2, V.N. Gaia, 1º semestre, 1997.

4. Foram excluídos do sufrágio todos aqueles considerados de alguma forma dependentes do ponto de vista social. Era necessário a autonomia social.
5. O casamento e o estatuto legal (e cultural) de “chefe de família” foram condições capacitadoras do exercício individual dos direitos políticos na sua totalidade.
6. A idoneidade judicial, psíquica e moral, será uma das condições que mais flutuação irá provocar no eleitorado, pois estavam excluídos do sufrágio todos aqueles cuja autonomia na sociedade tenha sido afectada por uma sentença emitida por um tribunal, designadamente pela declaração de falência ou de interdição da administração dos seus bens, ou por pronúncia judicial. A deficiência mental, constituía uma das razões para a exclusão no sufrágio e no regime salazarista foi introduzido a “idoneidade moral” como um elemento determinante de capacidade eleitoral.
7. E por fim, um outro critério foi a submissão política, no sentido em que a lei de 1913, excluía do sufrágio todos os que tivessem sido “condenados por crimes de conspiração contra a República” e a legislação salazarista especificava que o direito de voto não podia ser concedido a todos aqueles que “professavam ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social” ou aos “princípios fundamentais da ordem social estabelecida”³.

Estas sete pré-condições foram fundamentais para a cidadania política activa, presentes em vários normativos eleitorais, produzindo consequências restritivas automáticas no recenseamento, como iremos de seguida constatar.

Com a implantação da República e conquistado o poder pelo Partido Republicano, em menos de um ano, foram cumpridos alguns dos pontos principais do Programa Republicano. Antes da tomada do poder em 1910, o sufrágio universal era um dos pontos essenciais do seu programa, representando uma grande esperança na instauração de um regime amplamente participado. O sufrágio universal era a condição necessária e suficiente para se estabelecer a república democrática, mas na realidade o normativo eleitoral para as primeiras eleições republicanas, o Decreto de 5 de Abril de 1911, atribuiu o direito de voto a todos os portugueses maiores de 21 anos, que saibam ler e escrever ou sejam chefes de família⁴. Não podiam ser eleitores: os que recebessem algum subsídio de beneficência, os pronunciados com transito em julgado, os interditos por sentença, da administração de sua pessoa ou bens, os falidos não reabilitados e os incapazes de eleger por efeito de sentença penal e ainda os portugueses por naturalização⁵. Mas, neste Decreto na categoria de excluídos de direito de voto deixam de figurar *os praças de pré do Exército e da Armada*, o que acontecia na Lei de 14 de Março de 1911, que havia sido revogada.

Segundo o *Porvir*, semanário – órgão oficioso da causa da República em Famalicão, foi na mais perfeita ordem e muito amimada pelo interesse público que se realizaram, em Vila Nova de Famalicão, as eleições para a Assembleia Constituinte, a 28 de Maio de 1911⁶. A Assembleia Constituinte foi eleita e teve como principal função elaborar, discutir e aprovar uma Constituição para o novo regime, que naquele ano ficou concluída e foi promulgada.

.....
³ *Ibidem*, pág. 39-45.

⁴ Chefe de família entendia-se aqueles que há mais de um ano; à data do primeiro recenseamento, viveram em comunhão com qualquer ascendente, descendente, tio, irmão ou sobrinho, ou com a sua mulher e provessem aos encargos de família.

⁵ Decreto de 5 de Abril de 1911, Capítulo II.

⁶ In, *Porvir*, “Chronica Eleitoral”, 1 de Junho de 1911, p.1.

Mas, será que esta Assembleia Constituinte representava a população portuguesa, visto que maioritariamente era analfabeta? E será que este regime conseguiu despertar a consciência cívica daqueles que se podiam recensear?

Ao analisarmos o caderno de recenseamento eleitoral, do concelho de Vila Nova de Famalicão, do ano de 1911, e de o *Porvir* salientar o facto que nestas eleições a afluência foi maior que nos tempos da monarquia: “Basta ver que na última eleição do extinto regímen, effectuada em 28 de Agosto do anno passado – há nove mezes apenas e encarniadamente disputada entre a chamada colligação liberal e o governo teixeirista, o candidato mais votado d’aquella que triumphou, apenas obteve 2:281 votos, emquanto que agora, o candidato mais votado da chapa republicana reuniu à sua parte 2:441 votos”⁷, esta eleição não será representativa da população portuguesa e não mobilizará, de modo significativo, os recenseados. Pois, utilizando os censos do ano de 1911 e os compararmos com o número de eleitores verificamos que a distância é abissal: o total da população do concelho é de 37.753 e o número de eleitores é apenas de 5307, todos do sexo masculino, somente 14,06% da população. É óbvio que, o uso dos censos como termo de comparação é abusivo (nem todos os residentes podiam votar, quanto mais não seja devido à idade), no entanto, servem como marco de referência para verificar a distância entre a população residente e a população que podia votar. Apesar do eleitorado não ser representativo da população, com a implantação da República o número de recenseados aumentou comparativamente ao período da Monarquia Constitucional⁸, mas rapidamente o novo Regime não consegue aumentar o seu apoio, no sentido em que o número de recenseados atingiu valores do período anterior, descendo até aos 3.424 eleitores em 1913, apenas 9,07% da população.

Quadro I. Censos e Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1911-1913)

Censos de 1911	1911		1912		1913	
	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%
37753	5307	14,06	4337	11,49	3424	9,07

A nova Lei Eleitoral, Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913, de modo a evitar situações ambíguas, especifica pela primeira vez o sexo dos “cidadãos” e, elimina as mulheres de exercer o direito de voto. O Decreto de 5 de Abril de 1911, ao não mencionar o sexo vai permitir que D. Carolina Beatriz Ângelo fosse a primeira mulher a exercer o direito de voto, após ter apresentado junto dos tribunais uma reclamação contra o acto da comissão recensora que a impedira de se inscrever nos cadernos eleitorais.

A lista dos que não podem votar alarga-se, inclui agora os militares e membros dos corpos de polícia que à data da eleição se encontrem em serviço efectivo e, ao impossibilitar todos os condenados por crimes de conspiração contra a República, de exercer o direito de voto, torna-se ainda uma Lei mais restritiva⁹.

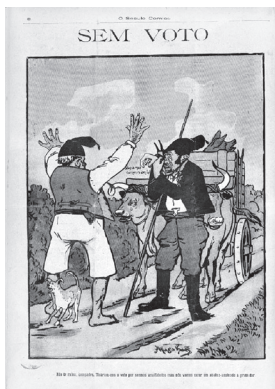
Analisando o ano de 1914, pois o recenseamento organizado conforme esta nova Lei é a partir do dia 2 de Janeiro desse ano, apenas foram inscritos 3.655 eleitores, número ainda inferior a 1909.

⁷ *Ibidem*, p. 1.

⁸ Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão:

Anos	1909	1910
Recenseados	4385	4415

⁹ Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913, Cap. I.



“Não te rales, compadre. Tiraram-nos o voto por sermos analfabetos mas nós vamos fazer um abaixo-assinado a protestar”.

“Sem voto”
O Seculo Comico, 31.07.1913, nº 821, p.8
 BN: J. 4141 M.⁹



“Ellas votam; elles tratam dos bebés esfregam a casa e lavam a louça...Inconvenientes do progresso!...”

“O voto das mulheres”
O Zé, 09.07.1912, nº 87, p. 8
 BN: J. 3511 M.¹⁰

A Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915, restitui o direito de voto aos cidadãos pertencentes ao exército e à armada, que se encontravam inscritos no recenseamento eleitoral e para efeito da realização da eleição de 13 de Junho são considerados válidos os recenseamentos de 1915¹². Nas eleições de 1915, segundo o *Estrela do Minho*, só 10% dos eleitores se abstiveram de 3.974 eleitores¹³.

Será, apenas durante o período da ditadura de Sidónio Pais que “considerando que sem o sufrágio universal não pode haver democracia”¹⁴, foi estabelecido o direito ao voto a todos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos, pelo Decreto n.º 3.997, de 30 de Março de 1918. Este normativo eleitoral vai permitir uma maior representatividade da população, de 3.836 inscritos em 1917 passou para 4.917 em 1918. Mas nas eleições de 28 de Abril de 1918, em virtude do regime ditatorial implantado, verificou-se um boicote dos partidos Democrático, Evolucionista e Unionista. O *Estrela do Minho* notícia, a 21 de Abril de 1918, que “apesar de estarmos a 8 dias da época marcada para as eleições, ainda se não sabe ao certo se elas se realisam só para o Presidente ou também para deputados e senadores. Tambem nunca assistimos a um período eleitoral tão socegado como este em que quasi nem se fala n’esse acto de soberania popular”¹⁵. Sidónio Pais fez-se eleger, por eleições directas Presidente da República e nas eleições legislativas a vitória coube ao Partido Nacional Republicano, o partido de Sidónio Pais. Esta lei viria a ser abolida quando o regime sidonista tombou, nos primeiros meses de 1919, passando a vigor o Código eleitoral de 1913, que o Decreto n.º 5.184, de 1 de Março de 1919 repôs, até ao fim da primeira República. Pois, não podia o “Govêrno adop-

¹⁰ Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar de Portugal, 1820-1926, Biblioteca Nacional.

¹¹ *Ibidem*

¹² Lei.º 314, de 1 de Junho de 1915, Cap. I.

¹³ “Cronica Eleitoral”, in *Estrela do Minho*, 20 de Junho de 1915. p.2. Segundo o Caderno de Recenseamento de 1915 o número total de eleitores no concelho de Vila nova de Famalicão é de 3957.

¹⁴ Decreto n.º 3.997, de 30 de Março de 1918.

¹⁵ *Estrela do Minho*, 21 de Abril de 1918, p.1.

tar como base a lei eleitoral vigente” e não seria possível “com a urgência que as circunstâncias reclamam elaborar uma lei eleitoral”¹⁶.

Quadro II. Censos e Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1914-1918)¹⁷

Censos de 1911	1914		1915		Censos de 1920	1916		1917		1918	
	Rec.	%	Rec.	%		Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%
37753	3655	9,68	3957	10,48	39652	3982	10,04	3836	9,67	4917	12,40

O recenseamento político de 1919 será realizado, num prazo curto, segundo o Decreto de 1 de Março de 1919, e fora dos termos tumultuários em que estava elaborado o de 1918, daí ter por base o recenseamento de 1917. O desinteresse político é visível nas eleições de 11 de Maio de 1919, com diminuta participação, registando-se uma abstenção cerca de 80%, assim como o número de recenseados chegou aos 3.725 inscritos, valores semelhantes a 1914 e inferiores a 1909. O mesmo irá acontecer nas eleições de 10 de Julho de 1921, em que apenas estão recenseados 3.588; nas de 29 de Janeiro de 1922 com 3.765 eleitores e por fim, nas últimas eleições legislativas realizadas na vigência da Constituição de 1911, a 8 de Novembro de 1925, estão recenseados 3.965 famalicenses, 10% da população. Apesar do Decreto de 1 de Março considerar que, “de harmonia com os princípios republicanos e aspirações das classes trabalhadoras, a capacidade eleitoral deve ser alargada em termos de poderem exercer o direito de voto todos os cidadãos que, sendo de valores efectivos dentro da Nação, tenham a consciência das responsabilidades que o seu exercício lhes impõe”¹⁸, nunca tal veio a acontecer.

Quadro III. Censos e Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1919-1926)¹⁹

Censos de 1920	1919		1921		1922		1923		1924		1925		Censos de 1930	1926	
	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%			
39652	3725	9,39	3588	9,05	3765	9,50	3828	9,65	3839	9,68	3965	10,00	43561	3970	9,11

Com o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 até 1933, continuou a vigorar a Constituição de 1911, excepto no que respeita às relações entre os Poderes Legislativo e Executivo e às liberdades públicas, que mediante uma série de Decretos, com força de lei alteraram a Constituição; daí, que em 1932, surgiu um projecto da Constituição Política da República Portuguesa aprovada pelo Conselho Político Nacional. O Decreto n.º 22.229, de 21 de Fevereiro de 1933, determinou que a 19 de Março de 1933 o projecto da Constituição Política da República Portuguesa fosse submetido a plebiscito nacional²⁰.

A publicação oficial do resultado do escrutínio, feita em 11 de Abril de 1933, marca formalmente a entrada em vigor do novo estatuto fundamental e representa o início do período do *Estado Novo*, que um conjunto de medidas legislativas, tomadas nesse ano, procurará corporizar.

As primeiras eleições legislativas realizadas na vigência da Constituição de 1933 e as primeiras desde 1925, foram a 16 de Dezembro de 1934. A Assembleia Nacional foi eleita em 1934, conforme o Decreto-Lei

¹⁶ Decreto n.º 5.184, de 1 de Março de 1919.

¹⁷ Em todos os quadros apresentados, quando o recenseamento é referente à segunda metade da década optamos pelos censos da década seguinte.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Não há dados disponíveis para o ano de 1920.

²⁰ Não iremos incluir este Decreto no âmbito das leis eleitorais, pelo facto do referendo/plebiscito não ser dirigido à escolha de pessoas ou de candidaturas. Sobre este assunto ver Luís Barbosa Rodrigues, *O Referendo Português a Nível Nacional*, Coimbra, 1994, p.25 e 123.

n.º 23.406, de 27 de Dezembro de 1933, por sufrágio directo dos cidadãos maiores de 21 anos ou emancipados, que saibam ler e escrever e os analfabetos que pagassem ao Estado impostos não inferiores a 100\$00. Também as mulheres foram admitidas a votar, mas deveriam ser possuidoras de curso especial, secundário que teria de ser comprovado, pelo respectivo diploma, e domiciliadas no concelho há mais de seis meses ou nele exercendo funções públicas no dia 2 de Janeiro anterior à eleição²¹. Na assembleia de voto de Famalicão, da qual fazia parte a freguesia de Brufe e Requião, em 449 eleitores apenas surge, na Vila, como eleitora n.º 239: Maria Leonor Valongo, 29 anos, licenciada em farmácia, residente na Rua Adriano Pinto Basto.

O direito de voto às mulheres já fora expressamente reconhecido, para as eleições para vogais das Juntas de Freguesia, pelo Decreto n.º 19.894 de 5 de Maio de 1931, embora com condições mais restritas que as previstas para os homens.

Recuando aos primeiros anos da ditadura, o recenseamento do ano de 1928 foi organizado no primeiro diploma eleitoral, depois do 28 de Maio de 1926, o Decreto n.º 14.802 de 29 de Dezembro de 1927, pois os trabalhos de recenseamento eleitoral do ano de 1927 foram suspensos pelo decreto 13.120 de 24 de Janeiro de 1927. Os recenseamentos dos anos de 1929 a 1933 foram conforme o Decreto n.º 16.286 de 24 de Dezembro de 1928. Dotados de capacidade eleitoral encontravam-se os cidadãos portugueses do sexo masculino que soubessem ler e escrever, os chefes de família, os que proovessem, por inteiro, aos seus encargos, os combatentes da guerra de 1914-1918 em França, ou em África e os naturalizados há mais de dois anos, com residência em Portugal.

O aumento de eleitores é significativo nestes primeiros anos da ditadura, chegando aos 6000 inscritos, o que corresponde a 14,12% e 14,28% da população, a taxa mais elevada de todo este período, somente comparável ao do primeiro ano da República. No entanto, no ano de 1931 desce para 4.006; em 1932 para 3.989 eleitores e em 1934, ano das primeiras eleições legislativas, apenas estavam inscritos 8,62% da população. Esta diferença ainda é mais significativa para as eleições de 30 de Outubro de 1938, pois segundo os censos de 1940 são residentes 56.158 e apenas são eleitores 4.739 famalicenses.

Quadro IV. Censos e Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1928-1938)²²

Censos de 1930	1928		1930		1931		1932		1934		1935		Censos de 1940	1937		1938	
	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%		Rec.	%	Rec.	%
43561	6150 ²⁰	14,12	6224	14,28	4006	9,20	3989	9,04	3754	8,62	4769	10,95	56158	4755	8,47	4739	8,44

As últimas eleições de deputados à Assembleia Nacional em que vigorou o sistema de círculos e listas únicas foram realizadas no dia 1 de Novembro de 1942, pois com a rendição da Alemanha, em Maio de 1945, Salazar adaptou-se ao novo quadro do pós-guerra com a publicação do Decreto-Lei n.º 34.938, de 22 de Setembro, surgindo as listas de círculos e listas plurais, permitindo deste modo a Oposição sair da obscuridade²⁴.

No Domingo, 18 de Novembro de 1945, a população foi votar, na Assembleia de Voto de que fazia parte e segundo o Caderno de Recenseamento, o concelho tinha um reduzidíssimo número de eleitores, 4.622. Pois, para além da lei que regulava o direito ao voto ser bastante restritiva, permitindo apenas a inscrição de uma pequena parte da população, muitos daqueles que preenchiam os requisitos, ao longo de todos estes anos,

²¹ Decreto-Lei n.º 23.406, de 27 de Dezembro de 1933, Art.2º, n.º 3º, 4º e 5º.

²² Não há dados disponíveis para os anos de 1930, 1933, 1936 e 1939.

²³ O total de recenseados segundo o Caderno de Recenseamento é de 6228, contudo existe um erro na soma o que significa que o número de recenseados é de 6150.

²⁴ O texto referente aos anos de 1945-1973 é uma sùmula, de alguns dos capítulos, do estudo já publicado *Momentos da Oposição em Famalicão*, Vol. I e II de Filipa Sousa Lopes.

não se inscreveram em virtude de, apenas existir uma só lista para votar, a lista da União Nacional. Quando Salazar anunciou a alteração da Lei Eleitoral, era tarde demais para todos aqueles que se queriam inscrever, pois o prazo já havia terminado e os cadernos referentes ao ano de 1945 já estavam concluídos. Por isso, os eleitores, para as eleições de Novembro, não seriam, portanto, inteiramente, aqueles que acreditavam que, com o fim da II Guerra Mundial, Salazar cairia e que, com a nova lei, o Regime poderia ser abalado. Os eleitores eram um grupo muito reduzido da população, maioritariamente masculino, era um círculo fechado, vincadamente constituído por funcionários públicos que, em geral, votavam na continuidade do “seu” Governo. Analisando a assembleia de voto de Famalicão, composta pelas freguesias de Brufe, Gavião, no universo de 521 eleitores somente estavam recenseadas 17 mulheres (e é curioso verificar que 14 delas eram funcionárias públicas); quanto aos homens, os funcionários públicos predominavam na Vila (eram 94), enquanto em Brufe e Gavião predominavam os proprietários e agricultores.

Nas eleições de 1949, a base eleitoral será diferente, relativamente às eleições de 1945, fruto da Lei n.º 2.015, de 28 de Maio de 1946, o direito de voto é, agora, alargado às mulheres maiores de idade, atribuindo capacidade eleitoral às que forem chefes de família e casadas, desde que alfabetizadas ou analfabetas contribuintes²⁵. É de verificar que esta alteração surgiu numa época em que a Oposição aumentava a sua influência, portanto, o Regime altera a Lei Eleitoral para que assim possa contar com o eleitorado feminino, tido como mais conservador e tradicionalista²⁶. No caso do concelho de Vila Nova de Famalicão, podemos verificar que o número de eleitores, de 1945 para 1946, aumentou, significativamente, pois no ano de 1945 existiam apenas 4.622 eleitores e, em 1946, já são 6.158 eleitores, ou seja, mais 1.536 pessoas inscritas nos cadernos eleitorais. Tendo como exemplo a Assembleia de Voto de Vila Nova de Famalicão, foram inscritas no ano de 1946 mais 208 pessoas (das quais 91 mulheres contra 17 em 1945). Estas eleitoras não são apenas funcionárias públicas, como acontecia anteriormente, mas fundamentalmente proprietárias e domésticas. Não podemos, no entanto, entender que este aumento do eleitorado se deva apenas à aplicação das novas normas de recenseamento eleitoral, também temos que verificar que após duas décadas de eleições sem Oposição, surgiu de novo a esperança, com as eleições de 1945, de que, algo se poderia alterar pelo voto.

Os analfabetos continuavam excluídos da capacidade eleitoral, assim como os privados dos direitos civis e políticos, os interditos por sentença com trânsito em julgado, os dementes, os falidos ou insolventes, os indigentes e asilados, os de nacionalidade portuguesa há menos de cinco anos e, por fim, os que professassem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social e ainda os que notoriamente carecessem de idoneidade moral²⁷. No distrito de Braga surgiram dúvidas relativamente a este ponto, pois precisavam de saber se os atestados de bom comportamento moral e civil podiam ser passados pelas Juntas de Freguesia ou se eram da exclusiva competência dos Presidentes das Câmaras. A Direcção Geral de Administração Política e Civil esclareceu que os atestados de bom comportamento moral e civil eram prerrogativa exclusiva do Presidente do Município²⁸.

.....
²⁵ Lei n.º 2.015, de 28 de Maio de 1946, Art.º 1.º

²⁶ António Ventura, “Estado Novo – as eleições do regime”, in *História de Portugal – Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* – (dir. João Medina), Vol. XII, Amadora, Clube Internacional do Livro, p. 230.

²⁷ Lei n.º 2.015, de 28 de Maio de 1946, Art.º 2.º

²⁸ A Direcção Geral de Administração Política e Civil esclarece que “as juntas apenas podem passar atestados sobre os costumes dos paroquianos, os quais, por vezes, servem para os presidentes das câmaras fundamentarem a passagem dos de bom comportamento moral e civil”, Ofício de 16 de Agosto, *Correspondência da Direcção Geral da Administração Política e Civil para o Governo Civil do Distrito de Braga*, caixa 1946 – L. 93 – D1/11, in Arquivo da secretaria do ex-ministério do equipamento.

Se nas eleições de 13 de Novembro de 1949, o número de eleitores ultrapassava os 8 mil, sendo mais 3.538 eleitores que nas eleições de 1945²⁹, nas eleições de 8 de Novembro de 1953 apesar de estarem inscritos no concelho de Vila Nova de Famalicão 8.497 eleitores, mais 337 do que em 1949, verificamos, no entanto, que são menos 69 eleitores, que no ano anterior, mas para no ano de 1954 voltar a aumentar. O mesmo se passou com o eleitorado nas eleições de 1961 tendo em conta os anos anteriores, se em 1959, no concelho de Vila Nova de Famalicão, estavam recenseados 9.871 eleitores, em 1960 já só contabilizamos 9.801, mas no ano de eleição a descida ainda é mais surpreendente, o número de eleitores é apenas de 9.484. Contudo, para as eleições de 1957 e 1965 o número de eleitores não desce, como habitualmente acontecia em anos de eleições³⁰.

Esta flutuação no eleitorado poderá ser entendida devido a todos os impedimentos existentes na Lei permitindo uma diminuição do eleitorado, pois era possível às autoridades administrativas a supressão arbitrária dos cadernos eleitorais de inúmeros cidadãos identificados como desafectos ao regime.

Quadro V. Eleitores de 5 freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão

Freguesia	1952	1953	1954
Lousado	278	265	292
Novais	65	58	71
Outiz	78	57	63
Portela	40	31	47
Vale S. Cosme	260	226	250

A 26 de Dezembro de 1968, é promulgada uma nova Lei Eleitoral: a Lei n.º 2.137, em que passam a ser “eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler ou escrever e não estejam abrangidos por qualquer incapacidade previstas na lei; e os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2.015, de 28 de Maio de 1946, desde que satisfaçam os requisitos nela fixados”³¹. A Lei foi alterada, o direito de voto foi alargado, mas continuava a haver restrições: a idade de voto manteve-se nos 21 anos e o voto para os analfabetos só era possível se já tivessem sido alguma vez inscritos no recenseamento, ao abrigo da Lei n.º 2.015 de 1946. Esta situação, na prática, levava a que poucos analfabetos fossem inscritos, pois ao abrigo dessa Lei podiam-se inscrever os analfabetos desde que pagassem ao Estado e órgãos administrativos a quantia não inferior a 100\$00 por algum ou alguns dos impostos que enumerava, mas, por Lei, as repartições de finanças não estavam obrigadas a enviar às comissões recenseadoras a lista de contribuintes, o que, desde logo, inviabiliza a sua inscrição verificando-se que o número de recenseados analfabetos era muito pouco³².

²⁹ Relativamente à Assembleia de Voto de Vila Nova de Famalicão, verifica-se que o número de eleitores aumentou, devido a uma maior inscrição de mulheres (181 em 1949 contra 94 em 1948), aumentando também o número de mulheres proprietárias e domésticas com idades compreendidas entre os 21 e os 60 anos.

³⁰ Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1945-1965)

Anos	1945	1946	1946	1948	1949	1959	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1963	1964	1965
Recenseados	4662	6158	6271	6492	8160	8289	8566	8497	8552	8736	9005	9153	9653	9871	9802	9487	9458	9665	9867

há dados disponíveis para os anos de 1951 e 1962.

³¹ Lei n.º 2.137, de 26 de Dezembro de 1968.

³² “Em 1969 houve porém quem em plena Assembleia Nacional defendesse o alargamento do direito de voto aos analfabetos, já que as maiores percentagens deles se encontravam nos distritos batidos pela emigração do Interior e do Sul, e entre a população que ficara, que desse modo se arriscava, na sua grande maioria, a não votar”, in Manuel Braga da Cruz, *O Partido*

O voto nas eleições de 1969 não será apenas entendido como um voto para eleger deputados para Assembleia Nacional, mas uma resposta interna que o Governo ao seguir determinada política tem o apoio do eleitorado, isto é a “autoridade do Governo para prosseguir interna e internacionalmente a política Ultramarina será reforçada ou enfraquecida pelo comportamento do eleitorado”³³. As eleições vão ser entendidas como uma peça legitimadora na política de liberalizar mantendo a guerra, pretendendo-se fazer destes resultados o instrumento legitimador da continuação da guerra.

No entanto, a nível nacional apenas votaram 981.159 eleitores, 54,7%, a percentagem mais baixa de todas as legislativas. A elevada abstenção poderá significar que nem a Oposição nem o Regime haviam logrado convencer os eleitores da seriedade ou da utilidade das eleições. Em Vila Nova de Famalicão, fruto da alteração da Lei Eleitoral, verifica-se um aumento significativo de recenseados; em 1968 estavam recenseados 11.103 famalicenses, mas em 1969 os recenseados chegam aos 15 mil, mais precisamente 15.306, ou seja, mais 4.203 recenseados, contudo tendo em conta os dados dos Censos de 1970 verificamos que existiam 45.150 famalicenses com mais de 20 anos. Portanto, apesar da alteração da Lei Eleitoral, não estavam inscritos no Recenseamento 29.844 famalicenses. O mesmo acontece quando das últimas eleições legislativas, durante o Estado Novo, apesar do aumento de eleitores, ainda 25.691 famalicenses, com mais de 20 anos, não estão recenseados em 1973. Esta situação não acontece apenas no concelho de Vila Nova de Famalicão, a nível nacional com base nos inquéritos à opinião pública sobre o exercício do direito do voto elaborado pela Serte: “em eleições para deputados à Assembleia Nacional chega-se à conclusão que 67% dos portugueses com mais de 24 anos nunca votaram (em Lisboa, 84%, no Porto, 52%, nos restantes centros urbanos 67%)”³⁴.

Quadro VI. Censos e Recenseamento Eleitoral no concelho de Vila Nova de Famalicão (1968-1973)³⁵

Censos de 1970	1968		1969		1972		1973	
	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%	Rec.	%
88370	11103	12,56	15306	17,32	18222	20,62	19469	22,03

Ao longo de anos, 1910-1974, o colégio eleitoral foi limitadíssimo, sendo por vezes inferior ao existente na monarquia, os diferentes governos impediram sob diversas formas a participação política da população portuguesa, somente após 64 anos da implantação da República, com o regresso à democracia, em Abril de 1974, que pela nova lei eleitoral foi consagrado sem restrições o sufrágio universal. O Decreto-Lei n.º 621-A/74 de 15 de Novembro, dá cumprimento a uma das medidas previstas no Programa do Movimento das Forças Armadas, tornado público em 26 de Abril, determinando a convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei a elaborar pelo Governo Provisório. E considerando que “um sufrágio que de «universal» tem apenas o nome é, por si só, a negação do princípio democrático”, foi concedido a capacidade eleitoral os cidadãos portugueses de ambos os sexos, maiores de 18 anos, completados até 28 de Fevereiro de 1975, residentes no território eleitoral ou nos territórios ultramarinos ainda sob administração portuguesa. No entanto não são eleitores:

- a) Os interditos por sentença com trânsito em julgado, em virtude de anomalia psíquica, surdez-mudez ou cegueira;

.....

e o Estado no salazarismo, Lisboa, Ed. Presença, 1988, pág. 198.

³³ *Correio do Minho*, 25 de Outubro de 1969, Ano 43, n.º 13210, pág. 1 e 4.

³⁴ *Expresso*, n.º 1, 6 de Janeiro de 1973.

³⁵ Não há dados disponíveis para os anos de 1966, 1967, 1970 e 1974.

- b) Os notoriamente reconhecidos como dementes, ainda que não estejam interditos por sentença, quando internados em estabelecimento psiquiátrico, ou como tais declarados por uma junta de dois médicos;
- c) Os definitivamente condenados a pena de prisão por crime doloso, enquanto não hajam expiado a respectiva pena, e os que se encontrem judicialmente suspensos dos seus direitos políticos;
- d) Os que não gozam de capacidade eleitoral activa nos termos do artigo 8º³⁶.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte cessaram a 2 de Abril de 1976 com a aprovação da Constituição de 1976 que consagrou no seu Artigo 48.º (Participação na vida pública), o sufrágio é universal, igual e secreto e reconhecido a todos os cidadãos maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades da lei geral, e o seu exercício é pessoal e constitui um dever cívico³⁷.

Bibliografia

- Arquivo Alberto Sampaio – Vila Nova de Famalicão* – Recenseamento Eleitoral para Assembleia Nacional e Presidência da República, concelho de Vila Nova de Famalicão
Estrela do Minho, semanário, Vila Nova de Famalicão
Porvir, semanário, Vila Nova de Famalicão
- CRUZ, Manuel Braga,
O Partido e o Estado no salazarismo, Lisboa, Ed. Presença, 1988
Oposição Eleitoral ao salazarismo, Revista de História das Ideias, vol. V, 1983
- LOFF, Manuel, “O Processo Eleitoral Salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de sufrágio elitista em Portugal”, in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, nº 2, V.N. Gaia, 1º semestre, 1997.
- LOPES, Filipa Sousa,
Momentos da Oposição em Famalicão: Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta, Cadernos Museu Bernardino Machado, Editora Ausência, 2004.
Momentos da Oposição em Famalicão (1957-1973), II parte, Cadernos Museu Bernardino Machado, Editora 7 Dias, 6 Noites, 2009.
- MIRANDA, Jorge, *As Constituições Portuguesas, (1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976)*, Lisboa, Livraria Petrony, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira,
História de Portugal, 2 vols., Lisboa, Palas Editora, 1976.
Nova História de Portugal, vol. XI e XII, dir. Joel Serrão, coord. de Fernando Rosas, Lisboa, Editorial Presença, 1992
- NAMORADO, Maria, PINHEIRO, Alexandre,
Legislação Eleitoral Portuguesa, Textos Históricos (1820-1974), Vol.II, Lisboa, Comissão Nacional de Eleições, 1998.
- ROSAS, Fernando,
As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo, Lisboa, Edições O Jornal, 1985.
História de Portugal, O Estado Novo, Vol. VII, dir. José Mattoso, Lisboa, Edições Circulo de Leitores, 1994.
- VENTURA, António, *História de Portugal – Dos tempos pré-históricos aos nossos dias* –, vol. XII e XIII, (dir. João Medina), Amadora, Clube Internacional do Livro.

.....
³⁶ Decreto-Lei n.º 621-A/74 de 15 de Novembro de 1974.

³⁷ Constituição da República Portuguesa 1976, Art. 48º.

As Mulheres e a Primeira Guerra Mundial

por Adília Fernandes¹

No decurso dos tempos, associaram-se à guerra ideais políticos e religiosos de grandeza e de identidade nacional que estimularam e inspiraram uma vasta produção literária e historiográfica. A primeira Guerra Mundial – “guerra total”, “guerra das guerras”, cruel e aleatória no alvo a atingir, imensa no seu domínio tecnológico – pôs fim a esse discurso apologético e o sentimento colectivo do seu valor heróico, libertador e profético foi substituído pela desorientação, interrogações, medos e sofrimento individuais. Esta ruptura acompanhou a da clássica concepção de ser a guerra um fenómeno da essência masculina, porque tal ruptura podia ser explicada à luz de características consideradas, tradicionalmente, como femininas². A partir da segunda metade do século XX, esta problemática conheceu um importante número de estudos que se debruçaram, ainda, sobre a paz numa Europa marcada por uma cultura de guerra. A participação das mulheres neste tipo de conflito correspondeu a outro tema de análise desde os anos 70, quando uma vaga de historiadoras e feministas trouxe novos pontos de vista sobre os seus protagonistas, já não exclusivamente masculinos.

Na verdade, as mulheres estiveram, historicamente, excluídas do âmbito da guerra na cultura ocidental. Esta constatação supõe, por um lado, que também estiveram ausentes do poder político, ligado ao poder militar, bem como do campo das decisões públicas em geral e, por outro, que a sua vida ocorreu, sobretudo, nos espaços em paz

É um facto que elas a sofreram, por vezes apoiaram-na ou promoveram-na e, pontualmente, participaram nela, mas é inegável que o seu tradicional papel de género as colocou mais perto da paz que da guerra, apesar de se terem assumido como mote de propaganda com o fim de estimularem os homens a marchar e, ao lado das crianças, como o símbolo a defender.

Também esta realidade se alterou com a primeira contenda mundial do século XX. O vazio de mão-de-obra deixado pelos homens que iam para a frente foi rapidamente preenchido pelas mulheres que passaram de funções passivas e privadas para um papel activo e público. Elas sustentaram o Estado e a guerra nos postos de decisão, em trabalhos de infra-estruturas, na espionagem, nas enfermarias dos hospitais militares, nas fábricas de munições, na resistência, “quasi nas trincheiras”³. De acordo com a *Ilustração Portuguesa*, de 1917, este fenómeno, “destemida lição da Eva dos nossos dias”⁴ e visível nos países beligerantes, conheceu em Inglaterra perto de meio milhão de mulheres que trabalharam dia e noite “pela defeza, pela segurança, pela vida e prosperidade da Grã-Bretanha”⁵.

A intervenção das mulheres manifestou-se através de variadas gestos. Os franceses louvavam a norte-americana que levava os Estados Unidos à guerra contra a Alemanha, graças à propaganda usada em favor da causa dos aliados, num gesto “o mais persuasivo, o mais belo, o mais tenaz e admirável”⁶.

.....
¹ Investigadora do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), Universidade do Minho/ Universidade do Porto e do CEPESE (Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade), Universidade do Porto.

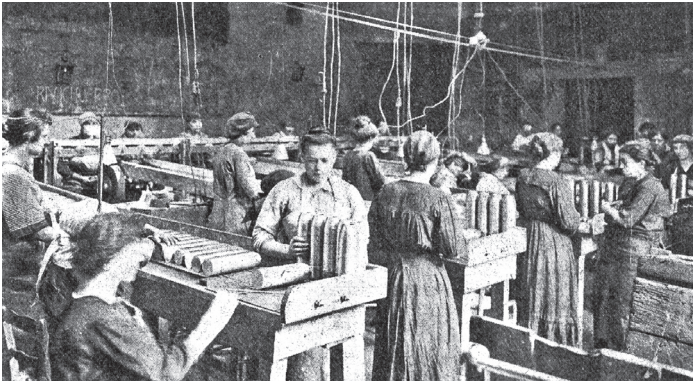
² A neurose da guerra foi interpretada à luz da histeria, comportamento psicológico tradicionalmente atribuído às mulheres. Cf. Elaine Showalter, “Rivers and Sassoon: The Inscriptions of Male Gender Anxieties”, in M. Higonnet et al. (orgs), *Behind the Lines – Gender and the Two World Wars*, New Haven, London, Yale UP, 1987, pp. 61-69.

³ “As mulheres e a guerra”, in *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 585, Lisboa, 7 de Maio de 1917, Edição semanal do jornal *O Século*, p. 362.

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ Idem, p. 364.

⁶ Idem, p. 362.



▲ Limagem de granadas numa fábrica de munições em França



▲ Transporte de granadas, saídas das oficinas de Lisboa e do Porto, para bordo dos barcos que as levam para França

Embora convictas de que não eram responsáveis pelas decisões no campo político, porque dele estavam excluídas, as mulheres entendiam que deviam assumir obrigações e disponibilizar os seus serviços às sociedades em guerra. Decorria a luta pelo direito ao voto, prioritária no processo da sua emancipação e que conduziu à divisão entre sufragistas pacifistas e belicistas. Os postulados apresentados por um e outro lado convergiam, por vezes, dada a premissa na adopção de determinadas práticas. Como argumentava Millicent Fawcett, que presidia ao fórum convocado pela organização Mulheres pela Paz, em Londres, no dia da declaração da guerra, 1 de Agosto de 1914: “Enquanto havia qualquer esperança de paz (...) procurou-se a paz (...).”

Mas agora temos outro dever. Agora é o momento para um esforço enérgico e de auto-sacrifício de todas⁷.

As mulheres marcaram, do mesmo modo, o pós-guerra, uma vez que a sua presença correspondia ao regresso à normalidade e a uma sociedade de paz. Esta última situação conheceu custos dada a participação, a integração e a libertação, em termos sociais e de trabalho, trazidas pela ausência dos homens. A paisagem social da Europa, tal como a natural, transfigurara-se. Ao contributo moral e filantrópico das mulheres juntou-se a sua capacidade de mobilização, predisposição laboral e o indiscutível papel social e cultural impossível de ignorar. Por tal, não seria legítimo desapossarem-na do número infindável de serviços e de funções masculinos que experimentou e que desempenhou com a mesma competência deles. Tal como a *Ilustração Portuguesa* concluiu, “Esta guerra não será a vitória assustadora das «suffragettes», não será mesmo o triunfo do feminismo – mas nem por isso, deixará de ser a apoteose magnífica da Mulher⁸.”

A guerra ultrapassou “um século de paz⁹” nas conquistas em direcção ao progresso das mulheres – foi a sua via mais eficiente, traduziu-se na recusa mais determinada da antiga reclusão e da situação de subalternidade, num mais acentuado investimento nas reivindicações para a sua emancipação e num maior sucesso nos seus resultados. Os novos tempos impulsionaram uma redefinição da feminilidade e dos seus limites convencionais,

⁷ Mary Nash, *Mujeres en el Mundo, História, Retos y Movimientos*, Alianza Ed., 2004, p. 149.

⁸ “As mulheres e a guerra”, in *Ilustração Portuguesa*, op. cit., p. 363.

⁹ Idem, *ibidem*.

remetendo para o passado a retórica sobre o tradicional arquétipo da mulher como *anjo do lar*. Porém, elas lamentavam que tais conquistas tivessem advindo de tão trágico acontecimento. Cármen de Burgos, a primeira mulher correspondente de guerra do periodismo espanhol, fez eco deste sentir porque testemunhava os seus horrores descrevendo-a “como fera monstruosa, voraz, insaciável (...) necessitavam-se homens..., homens ..., mais homens; a vitória havia de ser alcançada sobre um monte de cadáveres”¹⁰. Ao mesmo tempo que noticiava os gestos de beneficência desenvolvidos pelas mulheres em toda a Europa e que sugeriam essa renovada condição feminina, olhava de perto, *frente a frente*, a pungência que o conflito abrangia:

“Vi a guerra, presenciei a tristeza da luta; contemplei a dor das feridas nas frias salas dos hospitais, e vi os mortos no campo de batalha... Mas mais que tudo isto, horrorizou-me a crueldade que a guerra desperta, como remove a emoção das nossas almas, como nos habitua ao sofrimento alheio quase à indiferença... e sobretudo, como penetra o ódio nos corações!”¹¹.

A Primeira Guerra estimulou a actividade das mulheres no seio de associações vocacionadas para a assistência aos soldados feridos e às suas famílias e para a angariação dos fundos necessários a todas as tarefas que se propunham realizar. Em Portugal, surgiu a Comissão Feminina “Pela Pátria”, criada por Ana Augusta de Castilho e Ana de Castro Osório em 1914, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, iniciativa de Elzira Dantas Machado e de Ana de Castro Osório, e a Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra¹² nascidas, ambas, em Março de 1916, após a proclamação do estado de guerra.

As duas últimas organizações deram origem às Madrinhas de Guerra, em Abril de 1917. O apoio das mulheres também se fez através das enfermeiras que acompanharam o Corpo Expedicionário Português (CEP), em 1918, nos campos da Flandres, entre as quais se contava Maria Dantas Machado, diplomada pela Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Esta instituição, em 1916, ficou com a responsabilidade da Obra Maternal para assistir aos órfãos da guerra. Criada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, sob a direcção de Maria Veleza, em 1909, a Obra Maternal passou a acrescentar este cuidado àqueles para os quais se destinava desde o início, isto é, recolher e educar as crianças abandonadas, pedintes ou em perigo moral que deambulavam pelas ruas de Lisboa.

Mobilizadoras de boas e variadas vontades, estas associações desdobraram-se em inúmeras actividades de que é exemplo o *Relatório*, de Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918, da Assistência



▲ Elzira Dantas Machado

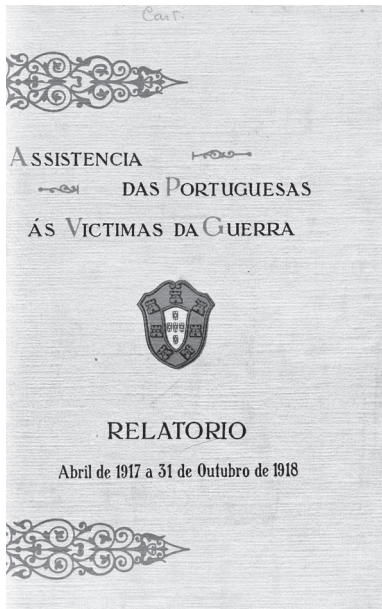


▲ Maria Dantas Machado

¹⁰ Concepción Nuñez Rey, “Cármen de Burgos, Colombine: La Modernización de España y la Igualdad de las Mujeres”, in *Faces de Eva – Estudos sobre as Mulheres*, n.º 22, Ed. Colibri, 2009, p. 15 (tradução nossa). Cármen de Burgos fundou, em 1920, a “Cruzada das Mulheres Espanholas” inspirada na “Cruzada das Mulheres Portuguesas”. Cf. Mary Nash, *Mujeres en el Mundo, História, Retos y Movimientos*, op. cit., p. 141.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Enquanto a “Cruzada das Mulheres Portuguesas” contava com mulheres da elite republicana, a “Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra” ligava-se a nomes da deposta monarquia. Cf. Maria Teresa Viegas Pimenta, “As mulheres portuguesas na guerra de 1914-18”, in *Cadernos da Condição Feminina*, 29, 81-86, 1989.



▲ Assistência das Portuguezas às Vítimas da Guerra, Relatório, de Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918 (folha de rosto)

das Portuguezas às Vítimas da Guerra, sediada no Porto mas com uma acção alargada a várias regiões do Norte e com uma actuação semelhante à da sua congénere da capital. Neste espaço de tempo, foram subsidiadas três mil, trezentas e trinta e quatro famílias.

Os socorros em dinheiro contemplavam, em primeira instância, as famílias que a retirada do braço que as amparava – dos que lutavam ou sucumbiam – deixava em desequilíbrio financeiro absoluto e a quem a fome batia à porta de forma impiedosa e obrigava à penhora dos parques haveres. Paralelamente a este auxílio, em donativos extraordinários e diários segundo as respectivas necessidades, instava-se junto das entidades oficiais competentes para a regularização célere do pagamento de pensões a que tinham *sagrado* direito. Os filhos dos soldados que iam para a guerra mereciam uma desvelada atenção ao nascimento, auxílio em dinheiro na doença, especiais diligências quando necessitavam de recorrer ao Sanatório Marítimo do Norte, ou quando eram vítimas de abandono ou de outro drama conjugal. A assistência médica e hospitalar abrangia os soldados que regressavam doentes, debilitados ou mutilados ou os que, com as suas famílias, contraíam o tifo, contando-se com o generoso apoio de clínicos e a disponibilidade de termas, sanatórios,

hospitais e de outros serviços adequados. No desolador quadro epidémico, a Associação estendeu a sua ajuda à cidade, em coordenação com outros organismos.

O envio de encomendas e de correspondência para a *front* foi um dos primeiros gestos de beneficência desempenhado, quer a pedido das famílias, quer por iniciativa própria ou, ainda, em resposta aos soldados que escreviam sobre as suas misérias. As encomendas totalizaram, neste período de tempo a que o *Relatório* correspondeu, duas mil e oitocentas e consistiam em agasalhos de lã – cuja confecção ocupava um elevado número de voluntárias – comestíveis, papel e tabaco, artigos fornecidos pelo público, alertados pelas *caixinhas mochilas* expostas em alguns estabelecimentos comerciais. Não houve o mesmo sucesso com aquelas que foram endereçadas para os prisioneiros na Alemanha, o que se constatava pelos poucos avisos de recepção expedidos. Conservas, bolachas, arroz, farinha de pau, bacalhau e roupas compunham essas remessas despachadas para os Comités dos campos de concentração e, directamente, para alguns detidos.

Houve um especial empenho na angariação de madrinhas de guerra – instituição inaugurada em Lisboa por Sophia de Mello Breyner –, “desveladas protectoras que tanto a peito teem tomado a devoção de zelar pelo bem estar physico e moral dos seus afilhados de guerra”¹³. Àqueles aos quais não foi possível arranjar madrinha eram remetidos jornais e cartas pelos elementos da Associação, tarefa muito apreciada, como as expressões de gratidão dos quatrocentos e quarenta e seis correspondentes atestavam.

A secção sobre desaparecidos e prisioneiros e de outras situações que implicassem relações com o estrangeiro, bem como a que se dedicava à solução de questões legais, como as pensões em atraso, eram outras vertentes activas.

¹³ Assistência das Portuguezas às Vítimas da Guerra, *Relatório*, Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918, Porto, 1919, p. 13.

A Associação congratulou-se com o momento em que se ouviu “perpassar um vago frémito do findar da lucta anunciando ao mundo que Deus se compadeceu dos homens”¹⁴. Todavia, só daria por finda a sua missão quando do exílio, pelos *inhospitos* campos de concentração, regressassem as centenas de soldados – “destroços vivos de sanguinolentas pelejas”¹⁵.

RECEITA		
Festas Diversas		
Productos das que se fizeram:		
<i>Festa da Flor</i> — no Porto	32.495\$02	
em S. João da Madeira.	533\$19,5	
Serão d'Arte	350\$00	
Casino de Mattosinhos.	210\$00	
Jardim Passos Manuel	589\$53	
Foot-Ball, Club do Porto	300\$00	
Feira no Palacio de Crystal	4.452\$78	
Club de Caçadores de Mattosinhos	102\$13	
Festa de caridade em Vidago	30\$50	59.663\$15,5
Subsidios de Diversos		
Totalidade dos subsidios recebidos, a saber:		
Em mensalidades de diversos, idem dos operarios da fabrica Coats e Clark, idem de donativos avulsos e venda de cadernetas de obreiros		
Dos operarios portugueses em The Aerodrome	6.285\$60,5	
Huites — Inglaterra, por intermedio do «Journal do Noticias»	12\$30	
Do jornal «O Dia»	200\$00	
» » «Journal de Noticias»	3\$00	
» » «Commercio do Porto»	44\$62	
Por intermedio dos Srs. Condes de Lumbrales. De M. ^{me} Mariette, por intermedio do Sr. General Antonio Bernardo Ferreira — (Fr. 15)	4\$59	
Do poemeto «Pax» de Antonio de Lemos	37\$15	
Da rifa da pelle de urso	224\$50	
» Juventude Monarchica	200\$00	7.534\$76,5
Fundos Depositados		
Juros n/ deposito á ordem no Banco Commercial.		1.779\$14,5
		48.977\$06,5
O Guarda-livros, Alfredo Ferreira Granhão.		

DESPEZA		
Donativos a Diversos		
<i>Em dinheiro</i> — Entregue conforme as respectivas listas que archivamos		
	27.361\$13,5	
<i>Em agasalhos</i> — Compra de alguns e preparos para confecção de outros		
	1.603\$59	
<i>Portes do Carrão</i> — Schlagena e empacotamento de encomendas		
	381\$77	
<i>Em remedios</i> — Pago a diversas pharmacias, com desconto de 20 %		
	644\$19	
Extraordinarios		
A' Delegação da Cruz Vermelha no Porto		
	2.000\$00	
Para prisioneiros, em dinheiro		
	1.325\$00	
Dadiva em tabaco aos soldados de infantaria 6, á partida para França		
	210\$34	
Roupas para familias typhosas dos mobilizados. Ao Sanatorio Maritimo, em dinheiro.		
	247\$36	
Idem, idem, camas e roupas.		
	81\$35	251\$35
Ao Hospital de Mattosinhos		
	52\$00	
Para apparatus orthopedicos		
	147\$23	
» generos alimenticios a prisioneiros		
	234\$93	
A regressados para annuncios e electricos		
	2\$58	84.929\$47,5
Despesas Geraes		
Ordenados a escripturarios e cobrador, livros, impressos e mais expediente		
	1.250\$47	
Custo de 2.000 obreiros Portugal-Brazil pagas a Mario Leitao		
	40\$00	1.650\$47
Saldos		
Em bilhetes do Thesouro		
	8.000\$00	
Deposito á ordem no Banco Commercial		
	4.165\$04	
Dinheiro em caixa		
	232\$05	12.397\$12
		48.977\$06,5
A Direcção, Maria da Conceição de Lemos Magalhães Laura Pereira Leitão Avena José Cuedes da Costa Adelina Leite Nogueira Pinto d'Oliveira Henriqueta de Lencastre e Castro.		

▲ Assistência das Portuguezas às Vítimas da Guerra, Balanço Geral, de Abril de 1917 a 31 de Outubro de 1918

Os gestos de solidariedade e de beneficência multiplicaram-se por todo o país. As mulheres promoviam saraus, bailes, exposições, leilões e peditórios cujos lucros revertiam para o apoio às vítimas da guerra. Contavam com a adesão espontânea de organismos e da população em nome das boas causas que lhes subjaziam. A Venda de Chá, iniciativa da Cruzada das Mulheres Portuguezas para auxilio ao Corpo Expedicionário Português, campanha do jornal *O Século* e do comité Anglo-Franco-Belga, ou a Venda da Flor, instituída em Abril de 1918 e realizada em inúmeras localidades, são exemplos das experiências femininas neste campo.

Na união entre o sentimento patriótico e o religioso percepcionava-se, do mesmo modo, a presença feminina. A religião, independentemente das normas laicas estabelecidas pelo governo português, decorrentes da Lei da Separação do Estado e da Igreja, de 20 de Abril de 1911, era vivida pelos combatentes, religiosos ou não, no seu quotidiano através da missa colectiva, da oração individual, da devoção à Nossa Senhora das Trincheiras, do uso de cruces e de medalhas de santos. O divino trazia equilíbrio psicológico e conforto e ajudava a superar o medo da morte. Esta transfigurava-se num valor que sacralizava quem perdia a vida em nome da Nação.

¹⁴ Idem, p. 13.

¹⁵ Idem, p. 14.

Venda da flor em Famalicao



Um grupo de senhoras encarregadas da «Venda da Flor em Famalicao». No primeiro plano, da esquerda para a direita: as sr.^{as} D. Amélia Guimarães, D. Elvira Pereira, D. Cecília Marques, D. Maria Cândida Machado, D. Maria Antónia Fernandes, D. Joana Pinto, D. Laura Pimentel, D. Corina Marques, D. Carmen Macedo e D. Maria Cândida Mader. — 2.^o plano: as sr.^{as} D. Laura do Nascimento Carvalho, D. Sara de Carvalho Cunha, viscondessa de Pinólia, D. Hermínia Loureiro, D. Carmen Guimarães, D. Ernestina Machado, D. Maria Medeiros e D. Irene Formica. — 3.^o plano: as sr.^{as} D. Maria Mariana Correia, D. Cândida Carreiro, D. Maria Luiza de Carvalho e Cunha, D. Estela Brandão, D. Lúcia de Carvalho, D. Amélia Chaves de Oliveira, D. Rosalina Lima Peixoto, D. Maria de Jesus Barros e D. Maria Ernestina Machado. — 4.^o plano: sr.^a D. Balbina Veloso de Macieira.

Tem um cunho particular de encanto a festa da *Venda da Flor* nas pitorescas terras do Minho. Enquadrada n'aquela paisagem de verdura e de frescor inigualáveis, essa venda feita por senhoras gentilíssimas, comprando-as flores que oferecem aos transeuntes, reveste um brilho especial, como revestiu em Vila Nova de Famalicao.

N'esta formosa villa, apesar de não ser grande, rendeu a venda da flor 2.675\$50, verba de certo importante e que vai sensivelmente avolumar a soma de donativos destinados a suavisar a sorte dos nossos soldados em campanha. E as flores, por todo o paiz continuam a transformar-se em ouro, a favor dos que se batem pela patria.



A sr.^a viscondessa de Pinólia colocando uma flor n'um alôido.

As sr.^{as} D. Maria Luiza de Carvalho e Cunha e D. Ernestina Arêas colocando flores nos sr.^s dr. Guillermo Costa e Ricardo Lemos, distinto sportman português. (clichê do sr. Alvaro Murtins).

440

◀ Venda da Flor em Famalicao, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 588, 28 de Maio de 1917, p. 440.

Legionario Trasmontano

Anno I - 1915 - Bragança, 15 de Janeiro de 1915. N.º 31

Capellães no exército

O paiz insta por que as nossas tropas em campanha sejam acompanhadas por sacerdotes. Sua Eminencia o Sr. Cardeal Patriarca officiou ao Sr. Presidente da Republica neste sentido. O mesmo Metropolitanus, Sr. Arcebispo obteve da archidiocese de Braga, o Sr. Arcebispo d'Evora, os Srs. Bispos do Porto, de Portogale e de Vizeu, o Sr. Vigario Capitular d'essa diocese e o Sr. Vigario Capitular da de Coimbra já telegrapharam ao Sr. Presidente da Republica tambem no mesmo sentido.

As mães portuguesas reclamam-no num manifesto

Officio de Sua Eminencia o Senhor D. Antonio I, Urdeal Patriarcha de Lisboa, ao Sr. Presidente da Republica

Telegrapha do Rev.^o Sr. Vigario Capitular da diocese de Bragança

Bragança, 15 de Janeiro de 1915.

Sob o título “Capellães no exército” e sub-título, “As mães portuguesas reclamam-no num manifesto”, o jornal *Legionario Trasmontano*, de 15 de Junho de 1915¹⁶, dava conta do officio do Cardeal Patriarca de Lisboa dirigido ao Presidente da República, sobre a vontade e a insistência do país para que as tropas em campanha tivessem a assistência de sacerdotes.

Na sua argumentação percorreu o conjunto de nações em guerra que proporcionavam aos seus súbditos o exercicio de todos os direitos sob o ponto de vista religioso. Considerava que um procedimento diverso por parte de Portugal não seria honroso e retirar-lhe-ia a categoria e a reputação de civilizado. Além disso,

a prática cristã seria um “estímulo para os commetimentos audazes e, ao mesmo tempo apoio consolador nos desfallecimentos”¹⁷. Neste longo artigo da primeira página a referência às mulheres surgiu, apenas, no sub-título como reforço ou condição primeira da solicitação apresentada. No dia 30 de Novembro de 1916, o Ministro da Guerra autorizou que fosse dado auxilio religioso aos militares.

¹⁶ António, Cardeal Patriarca, “Capellães no exército – As mães portuguesas reclamam-no num manifesto”, in *Legionario Trasmontano*, Bragança, 15 de Janeiro de 1915, p. 1.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

A presença feminina desdobrava-se em múltiplos sentires que a qualidade de mães, irmãs, mulheres ou namoradas dos que partiam invocava: a dor na despedida e na perda, a alegria na chegada, as rezas e as promessas para garantir o regresso, a agonia nos rituais de condecoração dos seus ausentes. Este último aspecto enquadrava-se no conjunto de realizações e significações com vista à construção da memória da guerra e dos seus mortos, com maior expressão no período do pós-guerra.

O auge do culto aos mortos traduziu-se na consagração do Soldado Desconhecido, gesto profundamente simbólico, sobretudo, pela inexistência de cemitérios militares no território português. A ele associavam-se os memoriais de diversos tipos arquitectónicos e escultóricos. Não raro ostentavam a figura feminina representativa da República, organizadora da Pátria, firme, que consola e agrega, ou outras de expressão mais frágil a denotar o luto, a vulnerabilidade e o sofrimento¹⁸. Paradoxalmente, enaltecia-se a “força poderosíssima” da mulher que deveria pôr ao serviço da grandeza e da salvação nacional. Uma força que se transformaria em orgulho quando os seus regressassem vitoriosos, ou perante a notícia de que “morreram bravamente, heroicamente no campo da honra”. Neste caso, “As lágrimas não teem razão de ser (...) antes experimentar uma doce alegria, uma satisfação bem do fundo da alma” por poderem oferecer à Pátria o sangue e a vida dos que amavam¹⁹.

As consequências fracturantes geradas por tão trágica experiência reivindicavam pressupostos consolatórios que a dotassem de glória. Valorizava-se, então, a morte pelo esbatiamento do drama que lhe estava associado e pelo enaltecimento do sacrifício individual em nome de todos. Para este cenário de reconciliação e de confiança convocava-se, especialmente, o papel humanizante da mulher.

A Primeira Guerra Mundial marcou uma trégua na luta a favor do voto, agudizada pela conflitualidade que as *suffragettes* imprimiram criando, mesmo, um clima de agitação social em alguns países, nomeadamente, na Grã-Bretanha. Com a guerra, as mulheres passaram a dedicar-se-lhe.

A exclusão das mulheres da cidadania – contínuo afastamento do âmbito público baseado na lógica das supostas aptidões femininas para a vida doméstica – converteu-se na recusa explícita do direito ao voto, reivindicação radical que se confrontava com uma oposição política implacável. A concessão do voto não era um objectivo comum a todas as mulheres. As anti-sufragistas opunham-se-lhe por representar o desvirtuamento da essência feminina e o perigo para a família, os valores culturais tradicionais e a ordem social.



▲ Despedida no momento do embarque, Ilustração Portuguesa, 1917



▲ Homenagem às forças expedicionárias em França e às tropas indígenas (escultura de Simões de Almeida Sobrinho), Ilustração Portuguesa, 1917

¹⁸ Cf. Sílvia Correia, “A memória da guerra”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coords), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, pp. 349-370.

¹⁹ A., “A mulher portuguesa em face da guerra”, in *O Transmontano*, Bragança, 11 de Junho de 1916, p. 1.

A identificação das mulheres com a guerra oscilou entre posições pacifistas e militaristas. Na sua base estava patente o desejo de alcançarem o direito ao voto, objectivo no qual todas elas se centravam. Uma das explicações dessa identificação residia na crescente militarização da sociedade europeia, desde a segunda metade do século XIX. À medida que o conflito se convertia num assunto corrente, os valores militares permeavam a sociedade e a definição de cidadania marcava o dever de segurar em armas para a defesa da Pátria. Se muitas mulheres consideravam que o patriotismo e a participação na luta bélica era a via política mais acertada para obterem o sufrágio no pós-guerra – atitude que abalou a imagem das mulheres como “anjos da paz” e a convicção tradicional de que o eram por natureza – outras recusaram-na abertamente e desenvolveram um nexos entre sufrágio e pacifismo. Associavam este à justiça social, à igualdade e aos direitos humanos, logo, ao direito das mulheres ao voto. Para as pacifistas, apoiar o argumento belicista significava o predomínio da força física sobre a persuasão moral e, portanto, o predomínio masculino sobre as mulheres e sobre todas as instituições sociais.

O pacifismo feminista desenvolveu um extenso movimento contra a guerra que se aglutinou, em 1915, na Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade. Também neste ano foi celebrado, em Haia, o Congresso Internacional das Mulheres pela Paz. Sob a presidência da reformadora social dos Estados Unidos, Jane Adams, nomeada prémio Nobel da Paz, em 1915, a conferência inaugural vincou o posicionamento das mulheres relativamente à Guerra:

“Já não podemos suportar que no civilizado século XX os governos possam tolerar a força bruta como única solução nas disputas internacionais. Nós, as mulheres, julgamos a guerra de forma diferente dos homens. Estes consideram, em primeiro lugar, os resultados económicos, o custo monetário, as perdas ou ganhos no comércio nacional ou na indústria, a expansão do poder (...). Nós, as mulheres, consideramos antes de tudo o dano à raça que provoca a guerra, a aflição, a dor e a miséria (...)”²⁰.

O programa que esta organização subscreveu, autêntica ofensiva diplomática, foi reconhecido pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, como uma das melhores formulações neste campo e nele assentou, em 1918, os seus 14 Pontos da Paz.

Na Conferência de Paz de Paris, de 1919, com Egas Moniz a chefiar a delegação portuguesa, as mulheres defenderam que se disponibilizassem recursos, a nível mundial, para a ajuda humanitária internacional.

As mulheres desenvolveram estratégias variadas de intervenção em políticas internacionais, porém, a Liga das Nações não as acolheu, as suas propostas foram consideradas utópicas. Sobre tal reacção elas afirmaram que as guerras terminariam quando se concedesse igual reconhecimento e autoridade “à vontade e paz das mulheres (...) como à vontade de guerra dos homens”²¹.

Contudo, a liderança feminina nos esforços pacifistas demonstrou uma grande envergadura política, ao aliar a defesa dos seus objectivos específicos a uma eficaz visão contra a guerra e que ia para além de interesses nacionais.

Em Portugal, um núcleo de feministas vinculou-se, em 1906, à associação *La Paix et le Désarmement par les Femmes*, nascida em Paris, em 1899, que investiu na política de desarmamento da Europa. Era dirigida por Adelaide Cabete, Albertina Paraíso, Domitila de Carvalho e Carolina Beatriz Ângelo, entre outras. Ainda em 1906, surgiu a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, com dirigentes comuns àquela e com objectivos de propaganda pacifista.

Estas iniciativas foram contrariadas, nos fundamentos que as justificaram, pelas directivas de apoio dos seus elementos à intervenção de Portugal na Grande Guerra e pela recusa em participarem no Congresso de Haia, em 1915. Na sua base, os estudiosos apontam um patriotismo e um nacionalismo exacerbados neste período, levando as feministas a apelarem às mulheres para servirem, exclusivamente, o seu país enquanto durasse o conflito²².

²⁰ Mary Nash, *Mujeres en el Mundo, Historia, Retos e Movimientos*, op. cit., p. 154 (tradução nossa).

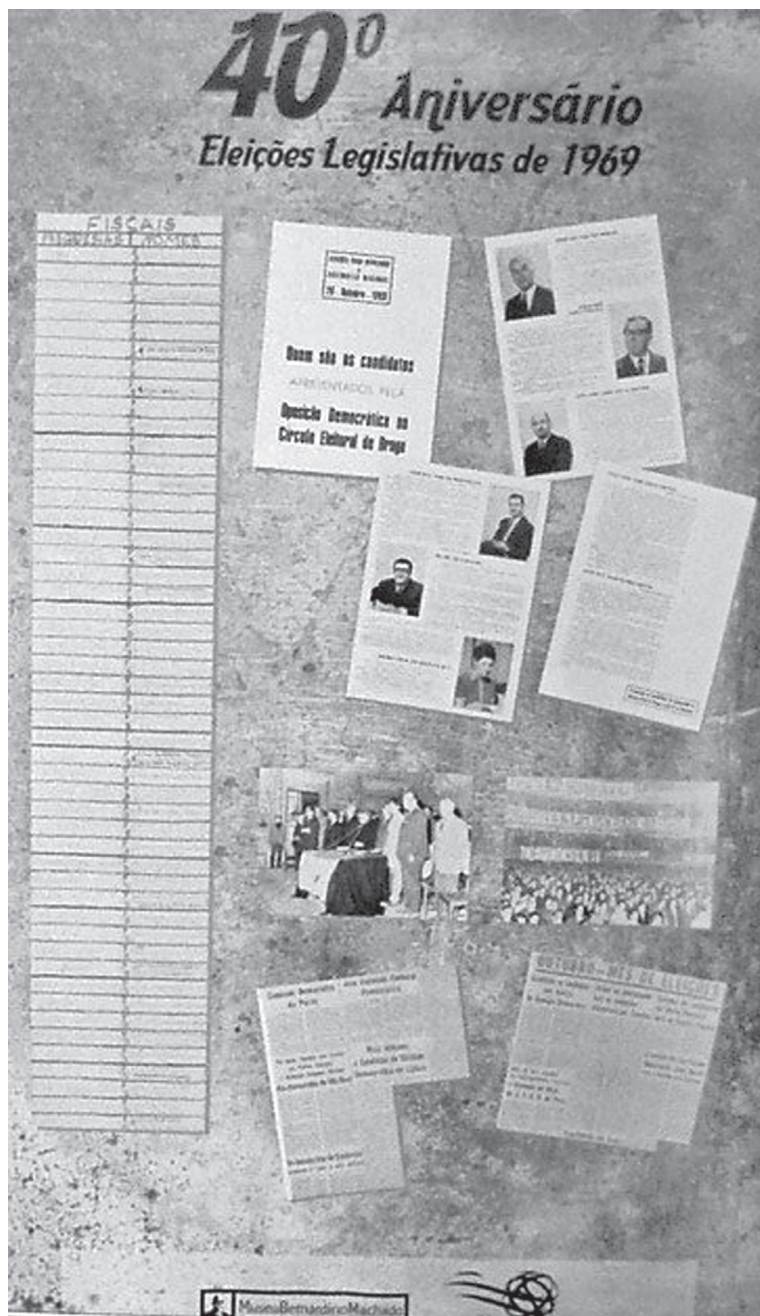
²¹ Idem, p. 157 (tradução nossa).

²² Cf. João Esteves, “Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX”, in *Penélope*, n.º 25, 2001, pp. 87-112.

The background features a complex abstract composition of overlapping geometric shapes and lines in various shades of gray. On the left side, there are several dark gray rectangular blocks of varying sizes, some with thin white horizontal lines. A prominent vertical line runs down the left side. In the lower right quadrant, a long, thin, light gray diagonal line extends from the top right towards the bottom center. Below this diagonal line, there is a thick, dark gray curved line that forms a hook-like shape. The overall aesthetic is minimalist and architectural.

IV Comemorações

Museu Bernardino Machado Comemorações do 40.º Aniversário das Eleições Legislativas de 1969



Eleições Legislativas de 1969: esperança ou ilusão?

Introdução

I. Não é a primeira vez, como é sabido, que em V.N. de Famalicão, se promove um debate, organiza uma exposição, recolhem documentos, ou registam depoimentos e testemunhos, sobre as lutas políticas da “oposição democrática”, contra a ditadura do Estado Novo no distrito de Braga.

Uma destas oportunidades, porventura a mais significativa e seguramente a que teve maior impacto público, foi a que ocorreu, no âmbito das II Jornadas de História Local, promovidas em 1992, pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal. Foi possível então, organizar duas exposições: “A oposição Democrática em Vila Nova de Famalicão, 1945/73: uma perspectiva” e “Guerra Colonial, uma história por contar”, além de uma mesa-redonda “oposição Democrática no concelho de V.N. de Famalicão”, que juntou na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco os mais destacados combatentes antifascistas do concelho, entre os quais, Armando Bacelar, Macedo Varela e Manuel Cunha.

Esta iniciativa, designadamente as exposições, tiveram enorme repercussão nos *media*, tendo sido visitadas pelo Dr. Mário Soares, ao tempo Presidente da República. Porém, os seus méritos cifram-se pelo importante contributo que deram na dinamização e ampliação do fundo documental, depositado na Biblioteca Municipal, sobre estas lutas políticas contra Salazar e Caetano. Recolheram-se depoimentos de protagonistas que as vivenciaram, assim como se conseguiram obter mais doações de documentos originais sobre este período. (Catálogo da exposição, A Oposição Democrática em V.N. de Famalicão, 1945/73: uma perspectiva, Câmara Municipal de VN de Famalicão, 1992; II Jornadas de História Local, Vila Nova de Famalicão: Memórias de um século, 1892-1992).

Este trabalho prosseguiu nos anos seguintes, tendo-se recolhido pequenos espólios, e outros depoimentos das actividades de resistência cultural, social e sindical dos jovens intelectuais e sindicalistas do concelho, na última década do regime. Com este material organizou-se a exposição: “Momentos de Resistência”, e promoveu-se um colóquio com a participação de Frei Bento Domingues e Pacheco Pereira (Momentos de Resistência, coordenação de Artur Sá da Costa, Câmara Municipal de VN de Famalicão/Museu Bernardino Machado, 2000). O Fundo documental sobre a ditadura do Estado Novo ampliou-se, mais recentemente, ainda com mais espólios de alguns sindicalistas do concelho, que estão depositados no museu Bernardino Machado. Formaram-se desta forma dois núcleos em locais diferentes. Nada que a era informática não possa juntar, facilitando a sua consulta.

Ter-se-á ainda neste contexto de mencionar a exposição “Testemunhos de Luta pela Liberdade – Armando Bacelar e Lino Lima”, que a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, organizou em 1996, quando aqueles dois anti-fascistas foram agraciados pelo Presidente da República Jorge Sampaio, (Armando Bacelar, Lino Lima, Testemunhos de Luta pela Liberdade, Câmara Municipal de VN Famalicão, Biblioteca Municipal de VN de Famalicão, 1996). O trabalho está feito dir-se-á. É tempo de fazer entrar em cena os historiadores. Ora eles já tomaram a palavra. Numerosos trabalhos sobre o Estado Novo foram publicados em Portugal nos últimos anos, alguns com apoios obtidos nestes acervos documentais. Em Famalicão a iniciativa coube a Filipa Sousa Lopes, que investigou as lutas políticas da Oposição Democrática contra a ditadura e escreveu dois volumes intitulados “Momentos da Oposição em Famalicão” (Câmara Municipal de VN Famalicão, 2005 e 2009).

No programa comemorativo do 40º aniversário das eleições de 1969 incluiu-se justamente a apresentação do segundo volume deste trabalho.

Em todo o caso, a celebração desta efeméride foi aproveitada para prosseguir o trabalho de recolha das fontes históricas, quer escritas, quer orais, sempre inacabado.

É sempre possível ir mais longe. O relato que vai adiante da mesa-redonda efectuada com protagonistas daquelas eleições é a esse propósito verdadeiramente demonstrativo.

Com a exposição “Esperança ou ilusão?”, incluída no programa, visou-se organizar e catalogar a documentação, facilitando a sua consulta, aspecto que agora se amplia com a publicação do catálogo. Este é, neste momento, o elo mais fraco deste processo, o qual só terminará com a publicação de todo o catálogo deste valioso e importantíssimo fundo documental, que o município de Vila Nova de Famalicão se orgulha de possuir.

II. O título da exposição é interrogativo, “esperança ou ilusão?” deixando antever que as duas expressões se excluem. Ora não é necessariamente assim. Nem ele seguramente sintetiza todos os “estados de alma” então vivenciadas.

A esperança de uma transição democrática da ditadura, com a subida ao poder em 1968 de Marcelo Caetano, contaminou todo o espectro político, da oposição Democrática e invadiu as consciências da generalidade dos cidadãos. O espírito reformista desencadeado ao longo de 1969, no plano político, económico e social, nomeadamente, a promessa da realização de eleições legislativas, com uma nova lei eleitoral, criaram a ilusão, de que era possível uma evolução pacífica da ditadura para um regime democrático.

Como observa Fernando Rosas “Ao contrário do que defendiam, na época, os partidos da oposição tradicional, PCP e a ASP, “o marcelismo não era um mero disfarce (...) do salazarismo, um “salazarismo sem Salazar”. Para aquele especialista do Estado Novo “Na visão histórica do período que ainda hoje veiculam, os responsáveis ou ex-dirigentes desses partidos gostam de insistir nessa visão, mesmo sabendo que estiveram longe de agir em conformidade com ela nos anos de 1969 e 1969, quando com muitos outros, partilharam de alguma expectativa benevolente nos primeiros tempos da “primavera marcelista” (Fernando Rosas, O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo, Do Marcelismo ao fim do Império, coord. De J.M. Brandão de Brito, 1994).

A tese, que fez caminho, há muito enunciada por aquele historiador, é de que “o marcelismo era, na realidade, a expressão do triunfo tardio de uma corrente reformista dentro do Estado Novo”, liderada desde sempre por Marcelo Caetano.

O certo é que todos navegamos nesta onda, apesar de alguns hoje o tentaram desmentir.

António Arnaut, candidato da CDE por Coimbra, não receia confessar “Havia entre muitos de nós a ideia ingénua de que Marcelo Caetano estaria disposto a permitir a liberalização do regime” (António Arnaut, As Eleições de Outubro de 1969, Testemunhos, Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, 1999).

O depoimento de J. Santos Simões, candidato da CDE por Braga, para o mesmo livro, editado por ocasião do 30º aniversário das eleições de 1969 revela que “... O entusiasmo de uma campanha notável levou a que, romanticamente, se admitisse uma qualquer vitória e, para responder a essa perspectiva, foi elaborado o seguinte texto: “... ao festejar na vitória nas eleições ...”, ou seja, os candidatos de Braga prepararam dois textos alternativos para a proclamação da noite eleitoral!

Se uns são sinceros, outros escolhem a vã tentativa de reescrever a história.

Mário Soares, ao tempo líder da ASP, viveu, nessa altura, um dos momentos mais controversos do seu percurso político, ao procurar o distanciamento com o PCP e afirmar a autonomia da corrente socialista, sem olhar a meios, mesmo que para tanto fosse necessário fragmentar e dividir a oposição, como de resto veio a acontecer, em três círculos eleitorais, dizia, o histórico líder dos socialistas escreveu, por ocasião do 30º aniversário das eleições legislativas de 1969: “Se algumas ilusões ainda subsistissem acerca da chamada “Primavera marcelista”, que se definiu à morte política de Salazar e à ascensão ao poder de Marcelo

Caetano, essas ilusões esfumaram-se definitivamente com a autêntica farsa em que foram transformadas essas eleições para a Assembleia Nacional”(As Eleições de Outubro de 1969, Testemunhos, Câmara Municipal Ferreira do Alentejo, 1999). José Tengarrinha, candidato da CDE de Lisboa, e um dos mais influentes líderes deste movimento político, com forte presença do PCP, expressou na mesma ocasião o seu pensamento: Desde o princípio as CDE’s sempre afirmaram não ver qualquer perspectiva de que o regime pudesse democratizar-se por dentro, pelo que a democratização do Estado passava inevitavelmente pela queda do regime fascista”.

Como se percebe, hoje é fácil ver tudo claro e alguns procuram retirar vantagens, fazendo reinterpretações da história. Porém, corre-se o risco desnecessário e inútil de ser desmentido pelos factos.

O que talvez tenha interesse é interrogarmo-nos, como foi possível?

De facto, o mais difícil é compreender como todos nos deixamos iludir, mesmo sabendo que o processo eleitoral estava viciado desde o início. Então, os eleitores não eram uma escassa minoria? pese embora os esforços abnegados da oposição para recensear o maior número de cidadãos. E os condicionalismos e restrições à liberdade de organização e de expressão das ideias e propostas da oposição que persistiam, não deveriam no mínimo ser, um sinal de alerta, para qualquer envolvimento?

Se me é permitido, termino com um registo confessional das memórias de um jovem de 24 anos, absorvido nesse ano mágico pelas lutas estudantis da Coimbra de 69. As eleições legislativas foram para mim um interregno naquele combate, ele próprio parte do processo político nacional. Todavia, representavam o combate de uma geração, que apostava tudo na reforma do ensino, mas também na alteração política do regime, e, certamente, no fim da guerra colonial.

Guardo na memória o silêncio, o rosto fechado, dos poucos que se encontravam na sede da CDE de Famalicão, quando, noite já dentro, regresso da Assembleia de voto da minha freguesia, onde fui delegado. Transportava o peso de uma magra percentagem de votos, menos de 2% de eleitores!

Na véspera, tinha andado a percorrer, com dois amigos ainda mais jovens, todas as localidades da freguesia a distribuir a lista de voto. Não me recordo de alguém a ter recusado e fiz questão de a entregar a todos, inclusivé aos responsáveis locais do regime (membros da junta de freguesia, pároco, etc).

Pergunto-me hoje, perante esta realidade, se era possível alcançar outros resultados, quando os únicos contactos com a população não foram muito além desta breve e incipiente indicação, de que existia uma alternativa, expressa num papel branco, do qual todos desconfiavam.

A questão nossa é esta, todos quisemos acreditar que a esperança existia; ninguém escapou à luminosidade anestésica da ilusão. Forçoso é acrescentar que, no final, à esperança e ilusão se associou a frustração, que nos revigorou e frutificou em novas lutas, irmanando-nos outra vez na unidade, já com uma estratégica redefinida: uma ditadura não se reforma, só é vencida pela força da oposição, se necessário pelo uso das armas.

II A crónica da história e/ou a história vivida

Sessão

A apresentação histórica da identidade própria e alheia é um meio de fortalecer a consciência do que em nós há de não disponível. Além das pertenças que podemos modificar ou suprimir, há outras que são incontornáveis. Ninguém pode suprimir por completo o seu passado. Existe uma dimensão não disponível da nossa identidade que não pode ser transformada arbitrariamente. O histórico não é modificável. A história não põe a nossa identidade ao nosso dispor. E nesta apreciação não há que reear qualquer motivo para a inactividade ou para o fatalismo, pois a história das condições em que nós actuamos não limita as nossas possibilidades, antes nos deixa compreendê-las.

O ensinamento da história consiste em que nunca somos o que quisermos ser, que não estamos ao nosso completo dispor. A história esclarece-nos sobre os incertos limites do nosso poder. A história põe-nos frente a frente com aquele futuro que não é deduzível do presente porque não temos uma teoria que explique o movimento para ele. A história mostra a debilidade dos nossos planos perante o acaso. O estudo da história possibilita-nos a representação da existência, própria e alheia, de tal modo que não pareça o resultado de processos de autodeterminação mas ponha em evidência a sua dependência do acaso e das intervenções dos terceiros.

Ninguém necessitaria de histórias de vidas que fossem sempre iguais. Só as variantes lhes conferem algum interesse. É por via das histórias que os indivíduos e as culturas se tornam inconfundíveis. É pelas histórias que eles são identificáveis, e é nas histórias que se explica a sua peculiaridade. A individualidade histórica garante-nos a possibilidade de distinguir a singularidade de cada um.

O que transforma os acontecimentos em histórias não é o que se faz, mas o que acontece. História é aquilo que se conta para explicar como se modificaram as circunstâncias de alguma coisa sem que isso pudesse ser deduzido de uma modificação conforme regras conhecidas. O âmbito da história abrange tudo o que fica fora da regularidade. O historiador é um registador do irregular.

... a história é uma coisa *que acontece* e não *que se faz*.

Daniel Innerarity



Artur Sá da Costa (ASC)

– O nosso objectivo é celebrar o 40.º Aniversário das Eleições de 1969, e, já agora, Sr. Prof. Norberto Cunha, se me permite, na qualidade de coordenador deste Museu, que acolheu este encontro, também pretendemos visitar a memória desta luta política contra a ditadura e fazer uma reflexão sobre este conturbado período. Já existe um tempo de distância, portanto, já temos 40 anos pela frente, possuímos um conhecimento relativamente suficiente, penso que – mas os historiadores estão aí para dizerem alguma coisa – já temos uma capacidade de análise, mais

fria, que nos permite compreender aquilo que muitos de nós vivemos. Em todo o caso, o mais importante, é encontrar a memória daqueles que viveram apaixonadamente esses acontecimentos. Suponho que na celebração dos 25 anos do 25 de Abril, Jorge Sampaio citando César de Oliveira, de boa memória, lembrou que este tipo de reflexão corresponde àquilo que César Oliveira denominou “história/crónica”, porque no fundo, sendo história, aquilo de que falamos, é a crónica do que retivemos. É isso que vamos fazer, uma crónica, um testemunho do que então foi vivido.

Estão aqui, como sabem, dois candidatos da Lista da CDE, já começa a ser difícil encontrar os intervenientes vivos, não só da oposição, como os que ocupavam o outro lado da barricada. Esse é um aspecto que não poderemos ignorar. Ainda há pouco vimos isso na exposição, nos cadernos eleitorais, enfim, era a própria liberdade das eleições que estavam em causa, uma disputa desigual, mas já vamos falar disso. Convidamos outras pessoas também, e como sabem ainda há três pessoas vivas da Lista da CDE de Braga, temos a Margarida Malvar, o Eduardo Ribeiro, que fez questão de estar presente e dar o seu testemunho. Mas há aqui outros protagonistas, como, por exemplo, o Dr. Macedo Varela, o Dr. Joaquim Loureiro, o José Manuel Barbosa, de Braga, o João Ribeiro, de Riba de Ave, pessoas que viveram apaixonadamente e muito intensamente esta situação. E, já agora, há pouco falávamos dos requerimentos que o Dr. Macedo Varela fazia, por causa dos pedidos para as reuniões, em plena campanha. Mas está na exposição um documento fabuloso – não está cá o Manuel Cunha, que faz hoje anos, e, como se sabe, também ele esteve há frente destas lutas, na zona de Riba de Ave e colaborou connosco na preparação desta iniciativa –, um documento do presidente da Câmara de Famalicão a descrever o *curriculum* destas pessoas que estão aqui presentes, o que é que eles estavam a fazer, o Joaquim Loureiro andava a ler o Mao Tsé-Tung, imagine-se, o Presidente da Câmara escreve à PIDE a dizer, este fazia isto, aquele fazia aquilo. O Artur Simões, que também está aqui, veio de Lisboa, e ali o Henrique Barreto Nunes, de Braga, isto é, estão aqui um conjunto de pessoas qualificadas que, de facto, viveram activamente estes acontecimentos. A nossa vontade, portanto, é registar os seus testemunhos, as suas vivências, filtradas, naturalmente, pelo tempo.

O Museu Bernardino Machado, para além das actividades – ainda há pouco publicamos a *Obra Pedagógica*, o Tomo I, do seu patrono, coordenada pelo Prof. Norberto – tem também a função de promover outros eventos afins, como é o caso deste encontro, que visa debater as lutas pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana. Estamos, aqui, portanto, num colóquio que diz respeito a esta casa, tentando fazer, o que aqui já disse, mais de uma vez, recolher testemunhos, fontes históricas para o futuro. Sr. Prof., passo-lhe a palavra.

Norberto Cunha (NC)

– Muito obrigado. Eu queria...

Eduardo Ribeiro (ER)

– Não convidaram gente da CEUD?

ASC

– Convidamos. Aliás, mandamos um convite para o Dr. Cunha Coelho, que ao que parece é o único vivo, tanto quanto sei. Na CEUD, aqui de Famalicão, havia na lista uma pessoa de Landim, mas não temos o registo da sua residência. Falei com algumas pessoas da “situação”, uma ou outra pessoa afecta ao regime de então, mas não estão ainda muito receptivos a este tipo de discussão. Julgo que, e tenho andado a pensar sobre isso, o caminho será o de contactos individuais, tentar que escrevam memórias, ou então que ofereçam os espólios, que porventura, tenham, para que alguém se debruce sobre isso. Não temos é o seu pensamento, a sua opinião sobre estas coisas. Ainda é difícil, podemos dizer isso, já que as cicatrizes estão ainda muito abertas, e não é fácil pôr as pessoas em diálogo. Ainda temos necessidade de saber o que é que se passou mais em detalhe.

NC

– Obrigado, uma vez mais. Eu queria saudar todos os presentes, queria agradecer especialmente aos nossos convidados o estarem aqui e neste Museu; e também dar uma palavra de louvor, digamos assim, de regozijo, ao Dr. Sá da Costa, dado que, este serão memorialístico e pedagógico é da sua inteira iniciativa e, portanto, o Museu associou-se com todo o gosto a esta iniciativa, a Câmara também, e em boa hora o fazemos. Convidou-me, realmente, para eu moderar esta mesa, eu vou tentar fazê-lo, situando, digamos assim, balizando este meu papel, por um lado, uma muito breve introdução a estas eleições, e, por outro lado, tentando levar as minhas questões para aquilo que foi o mais mediático para a imprensa da época, a nível nacional, dos candidatos da Oposição – até para não falar da União nacional, mas não será o caso, mas também pode vir à coacção –, mas aquelas situações, aqueles acontecimentos mais mediáticos da época a nível dos jornais diários e não diários. Portanto, irei orientar-me por aí, dados que os presentes provavelmente – provavelmente não, de certeza absoluta – têm aqueles conhecimentos de pormenor, aquelas nuances, aqueles matizes que são obviamente informações que não disponho. Irei tentar, enfim, trazer à coacção informações que disponho e que irão ao encontro dessas informações, que nós e a maior parte de nós não dispõe, e assim tentarmos uma visão mais abrangente dentro do distrito de Braga.

Quería dizer que – e vou tentar ser breve –, sobretudo, a partir da II Guerra Mundial, passa-se a fazer eleições com a participação da oposição, e se nesses tempos, imediatamente a seguir à guerra, e, por via da identidade democrática, ainda se consegue um envolvimento unitário, a partir do momento em que há uma fractura geo-estratégica, ou seja, temos, por um lado, a União Soviética e, por outro lado, os Estados Unidos, e, por outro também, um desencanto face à Inglaterra e aos Estados Unidos perante a queda do regime



de Salazar; e, pelo contrário, até por pressuposto do regime, isto leva a fracturas na oposição que nunca mais serão sanadas e que estão omnipresentes no 25 de Abril, como nós muito bem sabemos, não é, que o vivemos. E, portanto, estas eleições de 69 também estão marcadas por estes dois blocos e também pela traição das democracias ocidentais ao derrube da ditadura portuguesa. Evidentemente que essas eleições, que foram marcadas para 26 de Outubro, no que diz respeito a Braga, e era uma questão que ia pôr, os candidatos da oposição vieram de quadrantes diversos, pelo menos depois, da CDE e da CEUD. Para não falar da tal Comissão dos Nacionalistas Independentes, e não sei se a Liga Popular Monárquica tinha alguém, não encontrei candidatos a nível distrital, a nível nacional sim, mas não dados a nível local. Mas a verdade é que começou logo por dar-se um facto que acho que é interessante e começar por inquirir: no dia 27 de Julho sob a presença de Victor de Sá, a Assembleia Democrática Eleitoral do Distrito de Braga indicou os seguintes candidatos à Assembleia Nacional: Maria Margarida Braga Malvar, que na altura andava no 5.º ano de direito; o Dr. Lino Lima, que já era advogado; o Dr. Santos Simões; Dr. António Marinho Dias, advogado; Dr. Victor de Sá; Dr. Humberto Soeiro, formado em letras e direito. Curiosamente, os jornais da época vão trazer uma biografia de cada um destes candidatos, quer da oposição, quer do regime, dando informações minuciosas sobre cada um dos candidatos. O que queria começar por perguntar é se quando é anunciado estes candidatos, quais são as reacções locais, como é que localmente se reage, ou reage a opinião pública, a estes nomes: há uma reacção simpática a estas candidaturas, há uma reacção de simpatia mas de temor, há uma reacção de simpatia furtiva, mais ou menos escamoteada, ou os candidatos sentiram-se de alguma maneira que há um ambiente de exclusão, de hostilidade?



Margarida Malvar (MM)

– Acho que nunca senti um ambiente de hostilidade, pelo contrário, muita curiosidade. E é interessante referir uma coisa que, ao olhar para o passado, salta à vista uma coisa, e que é a qualidade dos jovens; e se a minha lista teve algum mérito foi trazê-los para as lutas da oposição democrática. Antigamente, a juventude, excepto a juventude operária que mais ou menos vingava ou pelos sindicatos ou pela força dos sindicatos e com a actividade do partido Comunista Português, com a distribuição do “Avante”, etc., já tinha ideias formadas sobre o

regime, era uma juventude mais bem formada. A juventude académica ligava pouco às lutas políticas e até propriamente à política. Tinha muita actividade cultural, mas, isto é, a política activa, e quem entrava no meio – e falava-se de política – via-se pouco; e aqui o que se passou, em Famalicão, e estou a falar concretamente em Famalicão, ou em Guimarães numa acção em que participei com o José Manuel Mendes, tínhamos uma sala cheiíssima de jovens, jovens que interpelavam, se interpelavam e nos interpelavam, levantando questões. Durante o ano todo em que fizemos as preparações, já que as eleições eram em Outubro, e começamos pela campanha do recenseamento eleitoral, e não paramos, foi um ano inteiro a fazer encontros. De qualquer maneira, evidentemente, participaram jovens e estou aqui a ver alguns jovens, mais jovens do que eu, mas vejo-os e sei que eles e muitos outros iam à luta sem medo e sem nada!

Uma actividade que tivemos, foi a recolha dos cadernos eleitorais, e que era preciso dar a cara, requisitamos várias vezes a consulta dos cadernos eleitorais, de maneira que simplesmente decidimos, Vamos Consultá-los! Vamos às câmaras, pedimos os cadernos eleitorais para consulta e assim fizemos

NC

– Embora houvesse um decreto-lei que permitia exactamente a consulta aos cadernos eleitorais...

MM

–Consulta, que tinha que ser feita na própria câmara. E, então, fizemos as brigadas, as quais tinham quatro, cinco elementos, iam, chegavam à secretaria, diziam que queriam consultar os cadernos eleitorais. Não levantavam dificuldade nenhuma, deixavam-nos ir para uma sala e nós passávamos à mão o nome das pessoas, as que eram recenseadas, as eleições não eram gerais, não é, nem toda a gente votava, e apontávamos nomes, moradas Mas, entretanto, depois, já tínhamos outras técnicas, fomos aperfeiçoando; por exemplo, eu e então o meu namorado, hoje meu marido, mas lembro-me que foi em Celorico, em Cabeceiras de Basto, íamos com um ou dois gravadores, um gravador .



Joaquim Loureiro (JL)

– A Margarida levava um saco grande e, então, nós líamos alto.

MM

– O trabalhão que aquilo deu.

JL

– Agora imagine-se o que é com o gravador e depois a andar com aquilo para trás e para a frente...

MM

– Recordo-me que estivemos em Barcelos, e nesta câmara o presidente, o Vasco Faria, assim como na secretaria, não nos davam os cadernos eleitorais. E depois lá se convenceu a que o presidente desse os cadernos, para depois chegar efectivamente ao período eleitoral e tínhamos então uma cópia dos cadernos eleitorais e finalmente lá tivemos oficialmente as cópias! Em Barcelos e em toda a parte!



NC

– Era difícil fiscalizar os actos eleitorais?

MM

– Pois era!

NC

– Há aqui uma questão mas diga, diga...

JL

– Primeiramente essas cópias foram passadas manuscritas; depois foram à máquina e os exemplares depois ficávamos com eles e alguns eu e a Margarida demos à Câmara, estão lá.

MM

– As pessoas olham para isto e acham ridículo, toda a gente acha, não é, não havia os votos, por assim dizer, nós tínhamos que fazer os nossos próprios votos e tínhamos que os entregar aos cidadãos eleitores, porque não era chegar a uma mesa de voto e chegar lá e colocar a cruzinha! E havia uma outra questão muito importante que era o papel, tinha que ser igual, a cor, a textura. E depois outra coisa, o dobrar, muitas pessoas não sabiam dobrar!

Eu recordo-me quando foi do general Humberto Delgado que eu e a minha mãe em casa dobramos perto de 15000 votos, porque as pessoas davam-nos os votos para dobrar, porque se fosse de outra maneira, aquilo já não tinha valor nenhum, eram anulados; e de tanto fazermos isto, fiquei com um dedo em ferida e tive depois que pôr uma fita adesiva para continuar a dobrar votos! Isto são coisas que nós agora olhamos para trás e até dá vontade rir, efectivamente!

NC

– Olhe, sr.^a Dr.^a uma coisa que eu queria levantar era o seguinte: estamos aqui a falar com a Dr.^a Margarida e o Dr. Loureiro, mas que pertenciam a um movimento de oposição nas eleições de 69, mas havia um outro, era a CEUD. E é curioso que em 11 de Setembro, ao que parece, pelo menos os jornais deram a notícia disso, terá havido uma reunião entre os elementos da CDE e os elementos da CEUD para chegarem a um consenso, o que não aconteceu.

JL

– Isso é entre o Mário Soares e o...

NC

– Não, estou a referir-me aqui em Braga isto vem nos jornais diários. Não estavam disponíveis para o acordo, coordenar os esforços na luta comum, comunicado conjunto da CDE e da CEUD, foi publicado no dia 11 de Setembro em Braga

JL

– Diga uma coisa...

NC

– E está publicado no "República"...

ER

– Isso é já em cima das eleições!

JL

– Isso foi entre o Mário Soares e o Armando Bacelar, é o reflexo da ruptura que já veio antes.

ER

– Isso sim, isso sim...

NC

– Eu já ia aí a essa ruptura. Aqui em Braga...

JL

– O Oliveira Braga limita-se a seguir o que está lá dentro, creio eu que da maçonaria, que era o pólo agregador do sector mais moderado da oposição democrática e eles diziam que não se queriam integrar em alguma coisa dominada pelo partido Comunista. Essa era a crítica que faziam à CDE.

ER

– Esse Oliveira transmitia muito as notícias ao Santos da Cunha!

Macedo Varela (MV)

– Em Janeiro de 1969 houve um encontro importante que foi em S. Pedro de Moel, a Plataforma de S. Pedro de Moel...

ER

– Eu estive presente...

MV

– que se pretendeu fazer a unidade, estava lá o Mário Soares, estavam também os esquerdistas da altura (António Matos, Hipólito), portanto, chegou-se a fazer uma Plataforma propriamente mais teórica do que sentida e convencida. O Dr. Mário Soares, nessa altura, adoptou aquele tom do “deixa correr”, não se envolveu muito.

ER

– Isso é depois do Congresso de Aveiro, em Maio, e a Plataforma é em Junho.

NC

– Agora faço a si esta pergunta pelo seguinte: é que a lista de Braga, como sabe, foi subscrita por 104 pessoas e publicado nos jornais no dia 11 de Setembro; e o processo da candidatura foi entregue ao Governo Civil pelo Eng.º António Pinheiro Braga, Dr. José Sampaio e pelo Dr. Eduardo Ribeiro.

ER

– Não sou Dr.º.

NC

– E no comunicado de 27 de Julho, a CDE diz que adoptou na íntegra a Plataforma de S. Pedro de Moel.

MV

– Houve, de facto, se bem me lembro e se a memória não me traiçoa, houve uma atitude não muito convencida de parte a parte para se chegar a um movimento de união. Cada um deles tinham a certeza que não iria haver unidade, esta é a minha convicção. Digamos, a CEUD que era dominada, digamos assim, pela acção socialista, Mário Soares, a CDE tinha no seu seio o Partido Comunista e tinha gente largamente que não era do partido Comunista, tinha católicos, tinha independentes, tinha gente que mais tarde fez parte do MDP/CDE e tinha gente a ver com o partido Comunista, etc. Era um bloco unitário, digamos. Ambos estes blocos, quando fizeram essa tentativa, fizeram essa tentativa, a meu ver, mais de circunstância, para não se dizer que não se fazia essa tentativa, mas sabiam que não iam estar de acordo.

ER

– Os objectivos eram completamente diferentes! Eu estava encarregado para ir falar em Guimarães.

NC

– Deu-se essa ruptura a nível nacional. O que eu queria era chegar ao que parece então que nessa Plataforma que se tentou em Braga. Pelo comunicado da CDE, parece que houve mais unidade por parte da CDE perante essa Plataforma, do que da CEUD.

ER

– Exacto! É tal e qual como hoje!

JL

– É preciso dizê-lo que enquanto a CEUD era um grupo mais homogéneo ideologicamente, que é um facto, era um grupo restrito, de pessoas...

ER

– Não era assim tanto!

JL

– Como?

ER

– Não era assim tanto, a maior parte foram para o lado do PSD!

JL

– A CDE, que era o grupo mais heterogéneo, havia desde os republicanos, havia pessoas que nunca foram da acção socialista, haviam os cristãos, que estavam a aparecer, e onde eu estava nesse número, e havia pessoas mesmo que não eram da mesma geração, havia, por exemplo, o José de Azevedo, que foi sempre católico, havia o P. Loureiro, uma série de pessoas...

NC

– E já agora permita-me uma pergunta: nessa panóplia, digamos assim, enquadravam pessoas, como, por exemplo, o Dr. António Cleto Malvar, o Dr. António Macedo Varela, Miguel Ângelo Pereira da Cruz, Amadeu Gonçalves Branco, Abel Magalhães, porque estou a falar de nomes que apoiaram a CDE.

JL

– É evidente que abrimos alguma coisa, mas tínhamos a consciência, devo dizer, tive uma vez com o Macedo Varela, não sei se ele se recorda, estávamos a preparar uma votação qualquer, e nós acertávamos as regras do jogo, e quando os comunistas apareciam em mais quantidade do que nós, o mérito era deles, e então a dada altura, no fim, o Varela, regozijava-se comigo, a votação tinha sido em certo sentido, e eu votava com ele, e eu disse assim, Ó Varela, já tiveram isto preparado, nós é que aparecemos. Ora bem, nós é que aceitávamos as regras do jogo.

MV

– Nos organismos da oposição havia muitos poucos comunistas. Numa comissão havia dois ou três comunistas. O que é que aconteceu? Aconteceu o seguinte (há realidades que não vêm nos documentos): o Partido Comunista era um partido que vivia clandestinamente e reuniam com os elementos que eram os camaradas legais. Quem eram os camaradas legais? Eram precisamente aqueles que não faziam parte daquele cenário e que faziam parte das comissões unitárias. Nunca houve em qualquer comissão falta de democracia no apuramento da unidade colectiva.

JL

– Não disse isso, não disse isso...

MV

– Eu sei que não! Mas é para ver que, no fundo, o que era gratificante é que nessas reuniões as deliberações, todos nós sentíamos colaboradores perante aquela decisão e toda a gente aceitava pela força da razão, pelo menos, e não em qualquer outra circunstância. O papel do Partido Comunista aqui foi fundamental em manter a chama, porque era um partido que organizava e impulsionava. Isto foi importante, porque quando

veio o 25 de Abril, o MDP era o espectro disso, o MDP não tinha a maioria que os comunistas nas reuniões e foi aí e foi pena que essa cultura democrática tivesse desaparecido.

ER

– Acho que é bom que se diga que nunca ninguém no MDP esteve a representar qualquer coisa como pessoa, mas a sua própria pessoa.

JL

– Sim! Sim! É claro que nós por uma questão de solidariedade não púnhamos a questão se era comunista ou não, até porque a actividade era uma actividade clandestina.

ER

– Esse problema nunca se pôs. Criavam os pretextos para se fazerem anti-comunistas!

NC

– O que se sente é que estamos perante uma heterogeneidade fundamental que havia na CDE. Agora, há aqui uma questão interessante que também queria levantar: no fim do mês de Setembro as candidaturas do Dr. Victor de Sá e do Dr. Humberto Soeiro são rejeitadas. No primeiro caso, do Victor de Sá, argumentando-se que não tinha residido no país nos últimos cinco anos, e no segundo, o Humberto Soeiro tinha ideias contra a ordem estabelecida. Isto era o que vinha nos jornais, não é? O que eu pergunto é: isto provocou algum impacto no próprio seio da CDE?

ER

– Já era esperado!

NC

– E é curioso que no dia seguinte, ou poucos dias depois, a CDE de Braga põe cá fora um comunicado extremamente interessante, dizendo que com os materiais acumulados, por via dos seus apoiantes, ia começar a publicar opúsculos temáticos, pois iria desenvolver nas suas conferências assuntos como ligados à economia, finanças, cultura, educação, ensino, relação Igreja e Estado, questões jurídicas, etc. Ora, o que acontece, e a ideia que os mais novos têm hoje é que efectivamente havia uma oposição, digamos assim, para inglês ver, para exportação, para chamar a atenção do regime fraudulento, mas que era uma oposição sem ideias. Nós sabemos que não é assim, mas os mais novos não sabem que é assim! Basta ler os opúsculos publicados, os jornais cheios de textos notáveis! E há aqui questões que seriam muito interessantes, a propósito das intervenções, que aqui fossem revisitadas. Por exemplo, há bocadinho, a Dr.^a Margarida numa sessão, em 8 de Outubro de 1969, em que falava há volta do ensino, defendia o alargamento do ensino básico até aos 15 anos, a actualização contínua da formação dos professores, o alargamento da rede escolar, queria a creche e o ensino pré-primário, reformar programas e métodos, alterar ou definir melhor os ramos de ensino, dá especial atenção ao ensino agrícola e aos quadros para o turismo, refundir a Universidade, tornar gratuito o ensino oficial nos primeiros anos, etc. isto é muito interessante o que disse na altura, e os jovens corriam a essas sessões ou não?

MM

– Mas o que efectivamente se passava é que vai ao encontro do que se disse anteriormente: é que nós nas reuniões, perante as pessoas que colaboravam com os candidatos e que deram depois origem à publicação desses panfletos, nós fazíamos a distribuição por temas e, depois, havia o relator. Eu, por exemplo, nunca me irei de deixar espantar com isto (e essa divisão dos temas também se fazia de acordo com a capacidade de cada um, com a sua formação e com a sua ocupação): quando foi para fazer a edição da “Nova Cartilha do

Povo”, que foi o Dr. Santos Simões o encarregado de a redigir, e ele fê-lo com uma capacidade extraordinária, levou-se como projecto para a reunião, que foi em Lisboa, e que em alguns pontos veio a ser alterada, já que se sugeria aquilo, isto, uma outra perspectiva. A “Nova Cartilha do Povo” foi redigida pelo Dr.º Santos Simões, sem dúvida, mas foi com a colaboração de todos com que ela foi publicada.

NC

– Mas já agora, e já que está nos temas, na delegação da CDE fez uma conferência no dia 18 sobre a mulher na sociedade; e depois na delegação de Braga, no dia 20, sobre o voto feminino. Sr.ª Dr.ª. não gostaria de falar um bocadinho sobre isto?

MM

– Logo, logo á cabeça, pensava-se, e pensava eu, como mulher que era, via que a mulher era discriminada, em todas as questões. Eu recordo-me que quando decidi, e foi sempre uma decisão muito antiga, eu fui fazer o 6.º ano no Liceu Nacional Carolina Michaelis. A minha irmã estava na Faculdade de Ciências no Porto. O liceu em causa tinha não sei quantas turmas de letras, uma de germânicas, uma de românico, de clássica, uma de história, enfim, era um grande liceu feminino. Sabem quantas alunas de direito havia? Duas. Era eu e outra. Mais ninguém! E depois no 7.º ano fui para o Liceu Nacional de Braga e eu era a única aluna feminina de direito!

NC

– Já explica essas opções quando foi chamada, a solicitavam.

JL

– Foi a primeira advogada do distrito de Braga!

MM

– A determinação era tão grande e o facto de a mulher ser impedida de votar (a lei da mulher votar é de 68?), se a mulher não fosse analfabeta!

ASC

– O Marcelo Caetano introduz esse Direito em 68, mesmo assim não é para todas as mulheres, tinham que saber ler ou então só se pagassem contribuições, ou fossem cabeça de casal.

MM

– Isso já antes da lei, fosse cabeça de casal e proprietária, já podia votar!

ER

– E numa viagem ao estrangeiro só a podia fazer com a autorização do marido!

MM

– Mas não era só isso: o marido é que mandava e a mulher podia dar a sua opinião. Por isso, não é de estranhar que eu escolhesse um tema perante esses aspectos. E mais: a população feminina era mais de metade!

NC

– Há mais duas questões que lhe queria levantar.

JL

– O Eduardo Ribeiro tinha uma capacidade organizativa, era uma peça fundamental, uma estrutura fundamental que se encontrava às vezes reuníamos-nos uma ou duas vezes por semana à noite, umas vezes

em Braga, outras vezes em Famalicão, conforme calhava, outras vezes em Guimarães, na casa dele, e, se,, das duas uma, se não houvesse alguém com aquela capacidade organizativa que ele tinha e depois ele o o Dr. Santos Simões que dupla fantástica!

MM

– Quería dizer uma coisa que não disse: a mulher portuguesa não podia ser magistrada! Podia ser notária e não podia julgar!

JL

– Daí os três temas: o voto da mulher, o feminino e o papel da mulher na sociedade, enfim...

MM

– Era um dos pontos fundamentais!

NC

– Quería fazer uma pergunta e depois terminar.

ER

– Em Guimarães aconteceu um fenómeno curioso; que pela primeira vez, a juventude, talvez estudante, talvez não estudante, talvez trabalhadora, toda em geral, foi despertada para a vida política, porque quando iniciamos a fazer os cadernos eleitorais, o recenseamento, procurar o recenseamento, preencher os requerimentos...

MM

– Trinta e cinco linhas!

ER

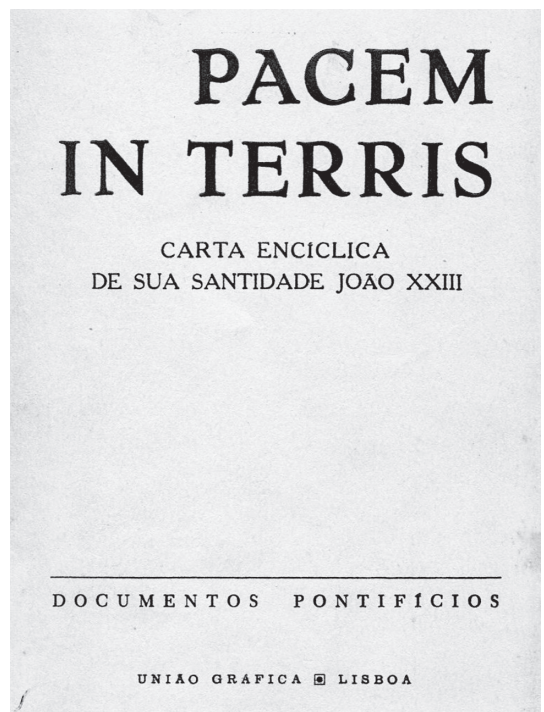
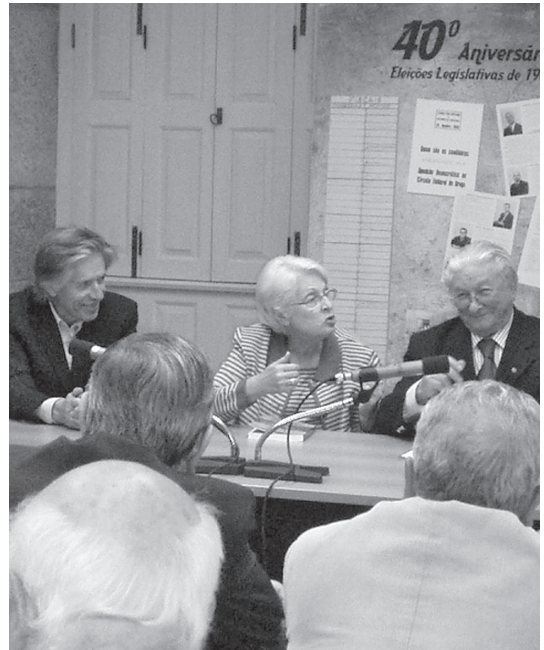
– quem fez muito disso, às noites, foram realmente os jovens que apareceram em 1969. Portanto, isso foi um sinal de que a opinião pública reagiu positivamente. Não é a opinião pública toda, claro, evidente, a censura continuava a existir e a PIDE também. Ora bem, e porque é que isso aconteceu? Eu tenho a impressão que aconteceu porque na década de 60 houve acontecimentos muito importantes que vieram ajudar à luta pela realização de Portugal face ao fascismo. Olhe, vou começar por dizer: foi eleito o Papa João XXIII...

JL

– Em 1961...

ER

– E aquela encíclica “Pacem in Terris” foi uma coisa fantástica, porque razão àquilo que nós defen-



díamos. É a partir da eleição do Papa que começam a aparecer na política católicos. É na década de sessenta que se dão dois acontecimentos católicos: um foi a Revolta da Sé e o outro foi da Igreja de S. Domingos.

JL

– Na década de 69 há a recepção dos guerrilheiros pelo Papa Paulo VI.

ER

– Agora vão-se rir: mas houve mais dois factores internacionais que deram a ideia de libertação. Sabem quais foram? A mini-saia e os Beatles!

NC

– No dia 3 de Outubro devido a essa intervenção, numa reunião de propaganda, e não só, houve vários destes candidatos a falar das relações entre a Igreja e o Estado.

ER

– Não, 5 de Outubro, foi uma acção comemorativa do 5 de Outubro, foi na sala principal do Hotel João XXI!

NC

– Então foi um lapso da minha parte!

ER

– Foi uma sessão extraordinária!

NC

– E no dia 6 de Outubro põe cá fora um breve comunicado em defesa da liberdade religiosa. Eu queria-lhe perguntar o que é que nessa altura, fins dos anos 60, princípios de 70, o que é que estes candidatos pensavam sobre o que é isto a liberdade religiosa, as relações Igreja e Estado. Nós sabemos isso, mas os mais novos não sabem. Para nós hoje é normal esta separação. Mas o que é que os candidatos queriam com isso?

ER

– Éramos pessoas com vistas largas! A CDE em Braga foi, por assim dizer, uma vanguarda nacional. Havia alguém que dizia assim: há o Partido Comunista na clandestinidade e à a CDE em Braga! Claro que havia CDE em Lisboa, mas era muitas vezes a de Braga que ia acordá-los. Eu recorde-me que ia a Lisboa, e precisava de falar com o Sottomayor Cardia, fui de propósito, fui a Aveiro várias vezes, ao Porto ía muitas vezes com o Jorge Pinto, antes de existir a MDP/CDE, ele lá me telefonava e íamos ao Porto falar com os democratas do Porto, e quando faltava dois meses para as eleições, íamos lá acordá-los, não é. Éramos uma guarda avançada, estávamos sempre com documentos, os ministros recebiam os nossos telegramas, o Soeiro era mestre nisso, depois lá recolhíamos assinaturas.

NC

– No dia 17 de Outubro vai dizer em Fafe que irão até às urnas...

ER

– Eu já nem me lembro onde é que estive, caramba!

NC

– irão até às urnas! Isso é o que diz o “Diário de Lisboa”. Pensaram alguma vez em desistir, é?

ER

– Não!

NC

– Foi, aliás, nessa sessão que o Santos Simões anunciou umas novas dilatórias quanto à intervenção de determinados eleitores nos cadernos eleitorais...

ER

– Havia o campeão das desistências, que era o Vasco da Gama Fernandes. Quando faltavam 15 dias para as eleições, ele formalizava em Leiria, com a União nacional, a desistência. Mas tinha lá a sua teoria. E nós, então, nas eleições de 1965, fomos daqui para o Porto com a ideia de que não desistiríamos e batalhamos. E quem votou ao nosso lado foi o Sottomayor Cardia e o Ferreira, que estavam a representar Lisboa, votaram connosco a ida às urnas. E nós só não fomos às urnas porque foi impossível



ASC

– Era uma questão das listas, do papel...

ER

– pois, para conseguir papel igual, tinha de ser fornecido pela mesma empresa, que era a Papelaria Fernandes, cujo proprietário era inspetor da PIDE, ele é que fornecia o papel para não correr o risco de chegar os votos, à mesa dos votos, e serem inutilizados, porque tinham cores diferentes ou textura diferentes. Nós só tínhamos uma coisa, era comprar papel à papelaria Fernandes. Mandáramos um ofício se podia fazer as listas e quando podíamos contar com elas. Disseram-nos de lá que o papel já tinha esgotado, já que tinha sido fornecido para a União nacional e já havia outro tanto encomendado para o estrangeiro, e que demorava pelo menos seis meses! Já estão a ver as peripécias que acabam por ter alguma piada

Mas o que há bocado queria dizer é que as eleições de 1969 são já uma consequência, são um efeito de causas que se foram somando, somando, somando, quer dizer, o Maio de 68, importantíssimo, a Guerra Colonial, e o que começou a despertar os estudantes portugueses para a luta política foi a crise de 60 e 61 de Lisboa. Os seus efeitos, com alguma lentidão, em 69 com muita força.

NC

– Mas há uma questão importantíssima...

ER

– Há muitas coisas importantíssimas ...

NC

– ... se podia pronunciar sobre a questão ultramarina, Na altura foi o Dr. Lino Lima que falou sobre ela, mas a CEUD

JL

– Mas a cena com mais piada, se não se importam, que se passou foi na Biblioteca Pública de Braga. Depois das eleições, nós encarregámo-nos, perante o grupo da CDE de Braga, desmascarar o Marcelo que era uma evolução na continuidade. Há três incidentes. Na Biblioteca Pública de Braga houve três conferências. A primeira foi com Franco Nogueira a falar sobre política ultramarina...

ER

– Era Ministro dos Negócios Estrangeiros

JL

– ... e logo reunimo-nos expressamente e o Lino Lima ficou encarregado de interpelar directamente o Prof. Franco Nogueira; e a pergunta que o Lino Lima elaborou (e nós conseguimos entrar clandestinamente através de convites que conseguimos arranjar) foi a seguinte: Sr. Ministro, quem entra numa guerra tem que admitir duas hipóteses: perder ou ganhar a guerra. Se ganhar a guerra, tudo bem, não há problemas de maior, porque é mais ou menos custos humanos, financeiros, etc.; se perder a guerra, é uma tragédia, é um profundo traumatismo. E Portugal não pode fugir a essa qualidade de perder a guerra. Perder a guerra será um traumatismo nacional; e um governo que se preze, tem que pôr essas hipóteses; e diga-me lá, S. Ex^{cia}, se o governo a que V. Ex^{cia} pertence já colocou essa hipótese.

ASC

– Ele gaguejou, não foi?

JL

– E o Franco Nogueira, Bem, de facto, quem anda na guerra tem que admitir essas duas hipóteses, perder ou ganhar a guerra. Mas depois vai para um beco sem saída, Bom, nós não podemos de maneira nenhuma colocar essa hipótese, porque seria atraiçoar os nossos soldados, seria apunhalá-los pelas costas, e há uma salva de palmas, e o Santos da Cunha remata, Para os traidores que estão aqui!

A segunda sessão é com o Ministro da Educação da altura, o Saraiva, e consegue fugir às questões que o Santos Simões põe.

Terceiro, vem o das Corporações e nós estávamos encarregados, eu e o Ribeiro, como era santo, diz: Senhor Ministro, de acordo com as estatísticas...

MM

– Tu pediste a palavra, Peço a palavra!

JL

– ... e começaste a falar de acordo com as estatísticas e o governador civil, o Santos da Cunha disse, O senhor não poder ler, ele que nem estava a presidir, quem estava a presidir era o Ministro, Você não pode ler, faça lá a pergunta que quiser, e o Eduardo que tinha aquilo tudo engatilhado começou acolá a haver um impasse e eu estava a ver que ele não conseguia falar. Eu e a Margarida que tínhamos infiltrado duas folhas na lista dos convidados, e eu levantei assim a medo a palavra, arranjei uma bóia de salvação, Eu quero falar para aquele senhor! Havia um artigo na constituição que dizia que o Estado, o artigo 8.º, que se reconhece limitado na ordem interna pela moral e pelo direito; e digo, Sr. Ministro, como V. Ex^{cia} sabe, a nossa constituição política de 1933, o artigo tal, ora a moral, necessariamente tem que ser a moral cristã, está na intenção do legislador constitucional. Ora, quem define a moral cristã é a Igreja Católica, não é o Estado português que vai definir o que é a moral cristã. Ora bem, e, então, o que é que a Igreja diz? Vem o João XXIII à baila, com todo aquele arsenal, e o Vaticano II, e perante aquele material disponível que naquela altura havia, e eu que costumava fazer de católico de serviço, eu e o P. Almeida, cada um no seu papel, não é, começo, A Igreja defende isto, defende aquilo, a democracia, a independência dos povos Cria-se então um tal pé de vento e a sessão acaba porque o Santos da Cunha lá intervém.

NC

– A CEUD defendia um amplo debate nacional sobre as relações possíveis para os territórios ultramarinos, era isso que a CEUD defendia, quer a nível nacional e distrital defendia. O caso da CDE de Braga era que defendia a independência dos povos ultramarinos.

JL

– Devo dizer também que os documentos feitos sobre a política ultramarina, o relator era o Lino Lima, essa altura houve receio de levantar prontamente a questão e falar da verdadeira independência das colónias, conforme era essa a nossa ideia.

ER

– O problema não era só Salazar. Era problema do povo português. Falar da independência era uma coisa muito arriscada politicamente.

NC

– Agora gostava de dar a palavra ao público para colocar as questões que muito bem entender.

ER

– Aquelas duas fugas de Peniche e aquela de Caxias, aquelas duas com o Álvaro Cunhal são coisas exemplares. Tiveram um efeito político esmagador para o regime. Por exemplo, em 1961 houve um programa para a democratização do país, assinado pelo Ruy Luís Gomes, Magalhães Godinho, Jaime Cortesão, e por outros. São tudo somatórios, são actos que se vão somando. O assalto ao Barco St.^a Maria (o almirante português tinha dito a Salazar, numa altura em que não se sabia onde ele estava, que o barco tinha sido localizado nos Alpes, lá em cima nos Picos dos Alpes, dizia-se isso! Depois, outra coisa brutal, foi o desvio do avião em Casablanca, foi uma coisa fantástica, mesmo romântica. Quem estava para ir no avião era um determinado piloto; só que o piloto tinha namorada que era uma hospedeira e, então, arranjou forma de trocar com um colega para ir naquele voo porque a namorada também ia. Viram aflitos para se safarem dessa! Era um piloto tão hábil, tão hábil, que a certa altura, ali por Marrocos, a Marinha de Guerra colocou dois barcos e foi-os colocando lado a lado, cerca de duzentos metros, com os canhões voltados para cima; e então o piloto desceu tão próximo de um dos barcos, porque assim o outro já não podia disparar, porque senão os canhões disparavam contra o outro barco que estava em frente. Coisa espantosa! Todas estas coisas somadas criaram um clima e que não era possível que não houvesse coisas importantes. Eu, em 1973, recorde-me, e depois do 25 de Abril, comecei a ver oficiais na televisão; e depois assim, aquele vi no congresso, e aquele acolá também, nos corredores e tal, vários oficiais, outros foram-me apresentados pela malta de Lisboa, e tal, portanto, dizer, o congresso foi muito importante, o congresso de Aveiro foi muito importante, porque afirmava perante os militares que havia em Portugal gente com capacidade e quantidade para resolver o problema político em Portugal, o que foi que aconteceu.

ASC

– O Eduardo está a falar do 2. ou do 3.º?

ER

– Do último, de 1973.

ASC

– Com o terceiro é que está o programa do MFA.

ER

– E o somatório de todas estes acontecimentos que vão criando o clima para um acto daqueles, uma revolução que acontece uma vez em cada século, não acontece sempre! Mas houve muitas coisas importantes,



o assalto ao quartel de Beja, a tentativa de Botelho Moniz para tomar o poder, a formação em Argel da Força Patriótica de Libertação Nacional Ouvíamos as sessões da rádio ao sábado, saímos da cidade e íamos para a penha ou S. Torcato, porque lembrávamo-nos que durante a guerra os guardas republicanas prendiam as pessoas por estarem a ouvir a BBC, que davam notícias favoráveis a Hitler e algumas pessoas foram presas e até em Guimarães, no café Mourão. E depois foi o Humberto Delgado que foi algo de grande desprestígio para o Salazar, o assalto da PIDE à Sociedade Portuguesa de Escritores, depois as eleições que Braga disputava sempre, embora desistisse pelo caminho, mas disputava sempre. Houve uma lista de acontecimentos em 1965 na campanha eleitoral de Braga. Não sabem disso? Isso foi das poucas coisas publicadas nos jornais. É uma lista de duas folhas e meia! Nos dias tanto de tal aconteceu isto, aconteceu aquilo, nos dias tantos de tal vieram aqui buscar a placa e levaram-na para a câmara e depois no dia seguinte o Jerónimo colocou lá outra placa; na noite seguinte, foram lá e tiraram a placa e depois a gente demonstrava perante a lei que as eleições tinham que ser adiadas, nós demonstrávamos isso.

Agora, há muita gente que não sabe o que foi o motim 1, 2, 3 de Macau. O primeiro território português onde começou a haver democracia foi em Macau. Foi aquele movimento da escola da Ilha da Taipa, porque era assim: andavam a pedir uma escola à vários anos; e era assim; primeiro, enquanto não construírem a escola, não pagamos impostos! Segundo, enquanto vocês não conseguirem a escola, não consumimos água camarária, não é; terceiro, seria assim, não fizeram isto, não fizeram aquilo, até que resolveram fazer um acordo com eles e o acordo era construir a escola e dar a liberdade às organizações e grupos de cidadãos de Macau. Não esqueçamos que a China, a mãezinha, estava ao lado, não é, e tinha um regime que se chamava comunista, agora não sei bem o que é aquilo, mas tenho esperança que ainda há-de ser alguma coisa.

Há outra coisa, o assalto ao Banco da Figueira...

JL

– ... das coisas mais importantes foram os movimentos académicos dos anos 60 .

ER

– Está bem, já há bocadinho falei

JL

– Desde 1960 até 1970 a nossa Universidade esteve permanentemente em convulsão.

ER

– Ainda um dia destes, foi o Manuel Cunha, mandou-me pela internet dezenas de fotografias da polícia de 69. Uma delas, era uma coluna com o Ministro da Educação, era o Ministro que mandava os polícias, ainda era o Saraiva, e a outra que é um aluno que estava em greve às aulas, aos exames, e então era puxado por uma trela de cão para o obrigar a ir às aulas, daquele desenhos, de caricaturas.

Ah, a denúncia do Ballet Rose, não chegou a toda a gente, mas chegou a muita gente, isto foi inacreditável, para quem defendia a moral a todo o custo, foi algo também muito importante.

Bom, entretanto, Salazar, a 3 de Agosto, o problema da cadeira foi em 3 de Agosto, segundo o Franco Nogueira. Eu tinha ido com um amigo, nessa altura gostava de ir caçar, foi um Sábado, para as codornizes, para Vila Pouca de Aguiar e, no regresso, vi as notícias de que Salazar estava com um hematoma. Já leram várias coisas como aquilo aconteceu, de certeza. Ora, os mentirosos, o regime e Salazar eram os mais mentirosos que se conhecem. Quando a gente agora lê a história, diz, estes gajos eram mesmo mentirosos!

JL

– Os políticos agora também mentem muito.

ER

– É outra maneira de mentir, diferente

JL

– É mentir em ditadura e mentir em democracia!

ER

– Agora sabe-se O que diz aquele livro do Fernando Dacosta “*Máscaras de Salazar*” diz que ele nunca caiu da cadeira, ele caiu sobre a cadeira, que é diferente! Porque era o barbeiro que ia aparar os calos, e as unhas, cortar o cabelo e fazer a barba, que ia todos os dias, e dava-lhe o jornal, e então leu qualquer coisa que não lhe agradou e atirou-se para trás numa posição incerta. Quanto à cadeira, a cadeira estava um bocado de lado, e ao inclinar-se para trás a cadeira partiu-se e ele então bateu com a cabeça no pavimento de pedra. A Sr.ª Maria é que veio, viu a cadeira partida, foi á janela e atirou-a ao mar. É o que ele diz!

Depois o Prof. Marcelo Caetano tomou posse. Tomou posse num dia em que vínhamos a Famalicão fazer uma reunião no seu escritório [Joaquim Loureiro], dia 26 de Setembro. Recordo-me porque vinha com o Santos Simões e um ou outro amigo para a reunião e, ao passar a Ponte de Brito, digo, Esperem aí que vai acontecer qualquer coisa, Marcelo e tal, o Sr. Presidente da República Parei o carro a seguir. Estávamos então a ouvir as declarações de Marcelo; e ele então disse uma coisa muito engraçada, Não quero ver os portugueses divididos entre si como inimigos e gostaria que fosse generalizado o espírito de convivência em que a recíproca tolerância das ideias desfizessem ódios e malquerenças. Ah, ele é isso? Então nós já temos liberdade! E agimos imediatamente. Foi quando nós preparamos a reunião a 5 de Outubro e a seguir, como haviam as eleições de 69, era pouco tempo depois, não é...

JL

– No dia 5 de Outubro é no Hotel João XXI!

ER

– À antes do 5 de Outubro nós reunimo-nos logo que aqui soubemos, e tomamos algumas decisões: houve um grupo que foi para Lisboa acordar os de Lisboa; ouve outro grupo que foi para o Porto acordar os do Porto; eu fui com o Soeiro a Viseu e viemos por Aveiro, acordar Viseu e Aveiro; e houve outros que foram para outras partes. Agimos imediatamente. Sabíamos que ia haver eleições brevemente, foi após a notícia da queda de Salazar. Logo a seguir à notícia de Salazar começamos a trabalhar. Nós sempre estivemos a trabalhar, só que naquela altura havia um objectivo imediato que era preparar as eleições. O Lino dizia assim, Precisamos de utilizar a imprensa que há, para escrever coisas políticas, do interesse local, regional, o que queremos é tal. Eu escrevi sobre o problema da habitação no “Notícias de Guimarães” três artigos.

NC

– Que vai retomar depois no período eleitoral.

JL

– Isso a questão da comunicação social, temos um caso específico até em Famalicão, que há muita gente não sabe. Em dada altura, nós chegamos à conclusão que tínhamos a necessidade de jornais em 69 e aqui em Famalicão havia um jornal que se publicava uma vez por ano para não perder o título, o “Estrela do Minho”, que estava na posse de um sucessor do fundador do anterior jornal. Bom, aquilo só se publicava uma vez por ano e, bem, uma vez levantei a questão de que nós necessitávamos de um jornal numa reunião da CDE de Braga, Ah, porreiro e tal, vai ver quanto é que eles querem, e eu vou falar com ele e na altura pedem, já não me recordo, 100 contos...

MM

– 30 contos!

JL

– 40 contos, era isso. O preço ficou acertado. A dada altura, o dono dá a conhecer aquilo aos tipos da União Nacional. Claro que ficaram em pânico por causa de irmos comprar o jornal. Precisávamos era de ter uma licença expressa para o jornal. E depois de ter feito negócio comigo, ele é chamado a uma reunião do estado-maior aqui da terra e obrigam-no a vender o jornal a eles, um deles comprou e depois vingou-se, em vez de vender por 40, acabou por vender por mais de cento e tal contos!

ER

– De tal natureza, que o Lino Lima escreveu um livrinho de análise da crise da indústria têxtil aqui no vale do Ave, lembras-te disso...

JL

– Sim, sim...

ER

– Chegamos a publicar dois números do jornal “Nortada”.

ASC

– Era dirigido por um homem de Fafe, como é que ele se chama...

ER

– Teixeira de Castro.

JL

– Devo dizer que também o jornal foi comprado por eles e nunca mais o publicaram e ficou congelado, ficou nas mesmas mãos, só que eles não queriam que o jornal caísse nas nossas mãos.

ASC

– Prof. Norberto, dá-me licença...

NC

– Faz favor.

ASC

– Há bocado...

JL

– Queria dizer uma coisa, estou em falta, queria recordar a memória dos que faleceram, desde o Lino Lima, desde o Santo Simões, desde o Humberto Soeiro, desde o António Malvar...

ER

– Victor de Sá...

JL

– ... Pinheiro Braga, enfim, uma infinidade de pessoas...

ER

– ... o Teixeira de Castro...

JL

– Eu devo dizer que a minha vinda de Alcobaça, é que caí num meio fantástico, por todas as razões!

MM

– É muito importante um povo ter memória! Gostava de salientar a generosidade da juventude da época. Mesmo a juventude na crise académica de 69 em Coimbra, quantos de nós, no fim do curso, decidiram entrar em greve, perder o ano, atrasávamos um ano as nossas vidas e aqueles que estavam no último ano, que estavam a entrar na vida activa, adiavam para se solidarizarem-se pergunto: hoje quem é que seria capaz de fazer uma coisas destas?



ASC

– O Prof. Norberto queria passar a palavra à assistência. Queria dizer que estão aqui alguns dos jovens que participaram nos movimentos estudantis, mas também, participaram aqui nas eleições de 69. E não sei se será oportuno E para voltarmos à questão de 69, fazia uma pergunta: nós quando organizámos esta exposição, quando me questionaram, a equipa do Museu – e até o Prof. Norberto, à bocado disse que não colaborou, porque quando lhe falei, ele prontificou-se, vamos fazer, é uma boa ideia, é também não só o mentor disto, como também o responsável por isto –, mas na altura quando me perguntaram: qual o título que vamos pôr à exposição, ocorreram-me aquelas duas palavras, esperança e ilusão. A esperança de uma abertura marcelista, a tal primavera marcelista e, depois, a grande ilusão, acho que esta é que é a grande questão que se debate, há bocado já se levantaram outras questões que antecederam o acto eleitoral, nomeadamente a Plataforma de S. Pedro de Moel, que aliás, e isto também em jeito de homenagem, gostaria aqui de dizer que tenho uma carta de Armando Bacelar que me mandou, o “Memorandum”, e que depois foi publicado, assumindo-se como o relator da Plataforma de S. Pedro de Moel. E, no fundo, o Macedo Varela, há pouco que, realmente, aquilo foi um acordo de circunstância. Mas para voltar há questão, que se coloca entre esperança e ilusão, de facto, nós partimos de coração aberto e pensamos que íamos disputar umas eleições, vencendo a ditadura nas urnas. E havia esse entusiasmo que se fala da juventude tem a ver muito com isso, mas, por outro lado, veio a frustração da noite eleitoral, e lembro-me de chegar à sede vindo de Cabeçudos, a minha freguesia, onde tivemos apenas sete votos! O Artur Simões, fiscal em S. Cosme do Vale, disse-me que os votos foram setenta e tantos Mas eu queria só recordar uma coisa que li num depoimento de Santos Simões, quando foi das comemorações dos 30 anos destas eleições em Ferreira do Alentejo, o único município onde a oposição ganhou e, precisamente nessa brochura, o Santos Simões diz assim, Nós tínhamos um comunicado – isto vem a propósito da ilusão e da frustração – para o caso de vencermos, começa assim...

JL

– Houve uma reunião em que se decidiu fazer dois comunicados, um para o caso de perder e outro para o caso de ganhar...

ASC

– O Santos Simões transcreve o comunicado...

JL

– Nós discutimos isso

Artur Simões (AS)

– Havia uma certa frustração, sentir que perdemos. Eu, por acaso, não tive essa sensação porque para o sítio onde fui e era impossível ganhar naquelas condições eu era como se diz delegado quando cheguei a S. Cosme do Vale, levaram-me lá, tinha ido com a irmã da Manuela, já não me lembro, estava lá o fiscal, que me disse que se era preciso alguma coisa, que estava por lá, e, depois do fim da missa, as pessoas começaram a votar no salão paroquial. Aliás, as pessoas eram chamadas, porta fechada, e alguém da mesa chamava as pessoas para votarem individualmente. Eu estava encostado à porta e diz-me o presidente da mesa, O senhor não pode entrar, Não posso entrar porquê, tenho aqui um documento, Tivemos a indicação que a CDE não entra aqui, Mas não é a CDE que entra aqui, é um cidadão, e depois isto aqui não tem nenhum, porta fechada, chamam-se as pessoas e depois já estou cá dentro, Vai ter que sair, Mas isto é um acto eleitoral, não é um acto, não é um acto...

NC

– ... clandestino...

AS

– ... sim, clandestino, é um acto eleitoral, fecha-se a porta, abre-se a porta, e depois os outros da mesa, Olhe, espere aí, vamos telefonar e eu na porta à espera. Só para verem as condições em que isto era feito. Depois até pedi à Isabel para ir ligar para a sede da CDE, porque estavam lá advogados...

JL

– Eu depois fui lá

AS

– Depois a história continuou, Então podemos começar, Pode sim senhor, Mas agora se não se importa fico a ver a urna, Mas o senhor está a insinuar que eu estou a fazer, Não, não estou. Depois foi a contagem, durante o dia ainda houve alguns incidentes, e depois o presidente da mesa começou a ficar furo com os votos da CDE, porque a partir de uma determinada altura já tínhamos vinte e tal votos saí de lá concretizado!

NC

– É interessante todo esse processo eleitoral a nível local, a nível de freguesia, não é?

JL

– E em S. Cosme do Vale, 15 dias antes, eu e a Margarida andamos a distribuir precisamente as listas pelas portas e houve um que andava sempre atrás de nós que conseguiu tirar a lista a muita gente...

AS

– ... mas ainda assim tivemos 49 votos!

MM

– Eu também como candidato corria todas as assembleias de voto das freguesias de Famalicão. Normalmente não tive problema nenhum, com excepção de Vilarinho das Cambas, que cheguei lá, não conhecia quem lá estava, e disse que era candidata e quero estar aqui a assistir ao acto eleitoral. Diz-me logo o presidente da mesa, Tem aí o seu fiscal e eu, Não, não, não só vou fiscalizar, como vou exercer o meu voto aqui nesta assembleia, faz favor de ver a lei, e podia votar ali e noutra sítio qualquer!

JL

– Há outra cena impagável com um fiscal, um delegado do Louro. Há um tipo que nos aparece e que nos diz que é da oposição, etc. e tal, e nos diz que quer ser fiscal em nosso nome, e nós, E então o delegado

substituto?, Ah, eu encarrego-me de assegurar, e nós caímos na asneira de lhe dar os dois cargos. A partir de determinada altura, ele não teve capacidade, e quando a família sabe que ele era delegado da oposição – no Louro havia um grupo extremamente forte, conservador –, ele desapareceu e quando soubemos desapareceu por dois dias e ficou com os nossos salvo-condutos, as duas certidões, portanto, não conseguimos fiscalizar aquela freguesia, não foi capaz de aguentar o embate...

ER

– Eu posso contar a minha história, posso? Também fui candidato, dividimos o concelho de Guimarães em dois, eu e o Santos Simões, e tive dois incidentes. Um foi com o Abílio Pimenta Pai, que já morreu, que eu conhecia muito bem, estivemos a falar de sindicatos e depois lá nos entendemos, digo-lhe, Eu não venho aqui para ficar, só venho para cumprimentá-lo! Mas depois cheguei de tarde a S. Lourenço e estava lá um professor primário numa sessão – que morreu no outro dia –, bom, mostro a minha credencial, e ele, Não pode estar presente, Mas é que posso, a lei permite, até posso estar aqui a ouvir. Ele parou e diz, Não pode, se o senhor não se vai embora, eu chamo a guarda, Então chame. Sentei-me numa cadeira e esperei e passado meia-hora chegou o tenente da guarda, um rapaz novo, perguntou-me o que se passava, e eu, Olhe, sr. Tenente, estou aqui de acordo com a lei, espero que o senhor não me obrigue a desrespeitar a lei, espero que o senhor me reconheça o direito da lei, que a sua missão é essa, porque se o não fizer eu vou ter que o fazer. Bom, estivemos ali meia-hora a conservar e tal, ia conversar com o professor, depois vinha conversar comigo, e depois convenceu-me assim, eu disse assim, Só saio daqui no fim da reunião, ou o senhor tem que dar a voz de prisão! E ele deu a voz de prisão e vim no jipe dele; e quando cheguei à sede da CDE em Guimarães estavam lá mais de 200 pessoas há espera para saber o que é que tinha acontecido.

NC

– Não sei se haverá mais questões Eu queria dizer só o seguinte: que é um perigo eu estar nesta sessão, porque é um período que conheço mal, já diz respeito a outros meus colegas. Particpei na greve de 69, estava eu no 3.º ano de Filosofia, curso filosóficas, em Coimbra, e tenho uma experiência muito precária do ponto de vista político porque era preciso ter uma certa coragem que obviamente também não tinha, devo confessar, era para alguns, e realmente honra lhes seja feita, já que havia gente nova com grande coragem e a maior parte de nós não a tinha. É importante que se diga e é bom que se lembre e também é bom que se recorde, até para memória futura para que, efectivamente aqueles que no momento oportuno não a tiveram no futuro se possam redimir mais e melhor desse indiferentismo, ou pelo menos de uma oposição tímida que eventualmente tinham. Digo isto porque o facto de escrever, por exemplo, no “Juvenil”, no “República” ou no “Diário de Lisboa”, isso só passava por ser intelectualices de juventude, isso era completamente inócuo. Importante eram aqueles que davam o corpo, davam até eventualmente a sua saúde, davam a sua carreira por defesa de ideais e não é nada fácil. Nunca vivi, outros a viveram, e estão aqui presentes, felizmente, honra lhes seja feita, e, enfim, todos nós nos orgulhamos deles e também foi aqui dito uma questão que é importante, talvez a Dr.^a Filipa saiba melhor do que eu e outros colegas que têm trabalhado esta micro-história, porque ela é importante, mas é muito pouco, ou tanto ou quanto eu sei, tem sido muito pouco trabalhada. E refiro-me a isto porque nós temos boas fontes documentais durante e em relação ao século XX, e falo sobre a I República porque a conheço relativamente bem, e mesmo as histórias locais são monográficas, profundamente descritivas, muito factuais, muito pouco interpretativas e, portanto, têm quase um valor que há bocadinho o Dr. Sá da Costa se referia, do César de Oliveira, de uma história-crónica, digamos assim, tem quase um valor memorialístico; e é pena porque têm sido feitos bons trabalhos, mas sem essa incidência – já que é importante sabermos o que é que se passou com os fiscais e os delegados em determinadas freguesias nas assembleias de voto – porque quando nós lemos textos de algum historiador sobre a I República são feitos principalmente a partir das fontes

que estão em Lisboa. Fazem uma macro-história, ficamos sem saber algumas linhas de forças, alguns aspectos gerais do que se passou, mas, por exemplo, aquilo que se diz do Partido Democrático (e aqui estou há vontade porque estudei o caso de Famalicão), essa arremetida continua que fazem alguns historiadores, agora também politólogos, contra o partido Democrático, é uma coisa absolutamente indecorosa! Porque o que constatamos em diversas localidades (temos estudos sobre Famalicão, Braga, Bragança, Beja), e o que nós verificámos é que, efectivamente, as eleições suplementares de 1913 e as de 1926, o Partido Democrático morreu! Foram eleições limpas, e digo limpas porque a oposição, digamos assim, e que era uma oposição forte, praticamente não protestou, num caso ou noutra eventual de fraude, mas isso nem sequer foi uma coisa agitada. Mas, contudo, continua-se a lançar-se o labéu sobre o partido Democrático e porque se está a fazer a história a partir de documentação parcial, ou seja, usando fontes que são favoráveis a este tipo de interpretação. Se houvesse, digamos, assim tempo para discriminar esta micro-história, podíamos então efectivamente aproximarmo-nos mais de uma paisagem pormenorizada relativamente àquilo que aconteceu. Penso que em relação a 69 dá-se exactamente a mesma situação. O que eu sei é certamente dos livros, é livresco, ou o que entretanto alguns colegas meus escrevem e aquilo que aqui foi dito e vivido pessoalmente, e parece-me que o que efectivamente se deve fazer, poder fazer enquanto é tempo, fazer a história vivida destes acontecimentos e poder fazer uma triagem comparada e lógica dos mesmos para chegar efectivamente a uma compreensão mais acabada, mais



poliédrica desses acontecimentos. E é por isso que nós não infelizmente, o que aconteceu na fronteira luso-galaica, por ocasião da guerra civil, foram verdadeiros massacres, não temos, e não temos porque atempadamente não conseguimos recolher os depoimentos dos sobreviventes que acolhiam os refugiados e também aqueles que, por sua vez, os remetiam para o outro lado, onde eram vilmente massacrados, assassinados; e, portanto, isso desapareceu! E, em conclusão, seria lamentável que estes testemunhos se perdessem, estes e outros para a história local, e concretamente em relação a 69.

III
Exposição
Catálogo

III.1

Comemorações do 31 de Janeiro

A CAPITAL. Lisboa, 1969

“O 31 de Janeiro no Porto: duzentos convivas evocaram num jantar o espírito dos combatentes” [material gráfico]. In *A Capital*. Lisboa [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 1969

“A data histórica do 31 de Janeiro comemorada em vários pontos do País. O jantar de confraternização do Porto decorreu com elevado civismo” [material gráfico]. In *O Comércio do Porto* [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

OS DEMOCRATAS DO PORTO COMEMORARAM NUM JANTAR A REVOLUÇÃO DO 31 DE JANEIRO

“Os Democratas do Porto comemoraram num jantar a Revolução do 31 de Janeiro” [material gráfico]. [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

Recorte de imprensa sem indicação de origem.

BMCCB/FL-AB – 495.

DIÁRIO DE LISBOA. Lisboa., 1969

“As Comemorações do 31 de Janeiro”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (31 Jan. 1969), p. 4. [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 495.

“As Comemorações do 31 de Janeiro. Sentimo-nos herdeiros políticos dos precursores da República – afirmou Óscar Lopes no Jantar do Porto” [material gráfico]. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (31 Jan. 1969). [1 recorte de imprensa].

“As comemorações em várias cidades do norte. “Em Vila Nova de Famalicão, a mesma data histórica é assinalada por um jantar no qual presidirá o sr. dr. António Cleto Malvar e no qual serão oradores os advogados srs. drs. Joaquim da Silva Loureiro e António Macedo Varela.”

BMCCB/FL/AB – 495.

FELGUEIRAS, Joaquim

[31 de Janeiro]. Joaquim Felgueiras. [S. l.: s. n., 1969?]. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 165.



UM GRUPO DE ESTUDANTES E OPERÁRIOS DEMOCRATAS

Carta Aberta aos Organizadores do Comício do 31 de Janeiro no Coliseu do Porto. Um Grupo de Estudantes e Operários Democratas. [S. l.]: Um Grupo de Estudantes e Operários Democratas, [1969?]. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 172.

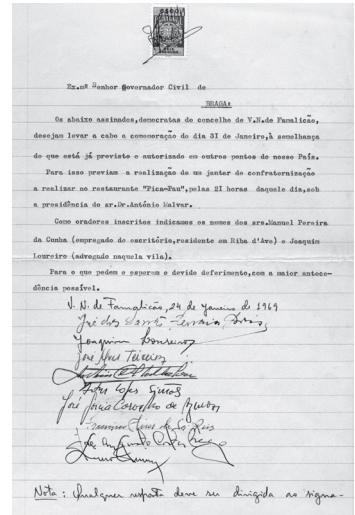
LOUREIRO, Joaquim

[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Jan. 24, Exmo. Senhor Governador Civil de Braga, Braga. Joaquim Loureiro. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém assinaturas autografas. Papel azul com selo fiscal.

O autor dirige-se ao destinatário para solicitar deferimento para as comemorações do 31 de Janeiro em V. N. de Famalicão.

BMCCB/FL-JL – 144.



[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Jan. 27, Exmo Senhor Governador Civil de Braga, Braga. Joaquim Loureiro. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel azul com imposto de selo. Contém assinaturas autografas. Em anexo, o recibo do requerimento entregue no Governo Civil. O autor solicita ao destinatário autorização para os democratas famalicenses comemorem o 31 de Janeiro em V. N. de Famalicão.

BMCCB/FL-JL – 143.

O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 1969

“Comemorações do 31 de Janeiro” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (31 Jan. 1969). [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 1969

“Jantar Comemorativo da Histórica Data de 31 de Janeiro de 1891” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 495.

SOARES, Mário

Discurso Pronunciado no Coliseu do Porto por Mário Soares na Sessão Comemorativa de 31 de Janeiro. Mário Soares. Porto: MS, 1969. [6 fls.; 6 p.].

Texto dactilografado. Cópia.

BMCCB/FL-AB – 168.

31 DE JANEIRO 1969

[“31 de Janeiro 1969: Famalicão: Pica-Pau” [material gráfico]. [V. N. de Famalicão: s. n., 1969]. [2 fotogr.: p. & b.].

Virgílio Areias, Alfredo Pinheiro, José Azevedo, Aníbal Vasconcelos, João Machado, A. Cleto Malvar, Joaquim Loureiro e Carlos Bacelar.

BMCCB/FL-JL – 130, 131.

III. II

Congresso Republicano

BACELAR, Armando

O Processo Político em Portugal. Armando Bacelar. [Aveiro: s. n., 1969?]. [11, 6 p.]

Texto dactilografado. Contém correcções manuscritas.

BMCCB/FL-AB – 230.

COMÉRCIO DO FUNCHAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.^a série, n.º 2032 (21 Set. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

“Programa Base da Oposição: a plataforma de S. Pedro de Muel”, p. 1.

MBM/Espólio particular ASC.

COMISSÃO ELEITORAL DE AVEIRO

Proposta. Comissão Eleitoral de Aveiro. S. Pedro de Moel: Comissão Eleitoral de Aveiro, 1969.

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 246.

CONGRESSO REPUBLICANO DE AVEIRO, 2.º, 1969

[Carta], Aveiro 1969 Abr. 16. [1 fl.: ll.; 1 p.]

Texto dactilografado. Contém assinatura autografa de Carlos Candal.

Carta que anuncia o convite de participação com “uma tese ou comunicação sobre um tema de interesse nacional, unicamente condicionado à perspectiva republicana” ...”

BMCCB/FL-AB – 228.

Congresso da Oposição Democrática: [Lino Lima] [material gráfico].

Aveiro: Resende, Reportagens Fotográficas, 1969. [1 fotogr.: p. & B.]

BMCCB/FL-AB – 2.

[“Maio de 1969 – Aveiro: 2.º Congresso Oposição Democrática”] [material gráfico]. [Aveiro: s. n., 1969]. [3 fotogr.: p. & b.]

Margarida Malvar a discursar.

BMCCB/FL-JL – 132, 133, 134..

[“Maio – 1969: 2.º Congresso Oposição Democrática – Aveiro: Margarida Malvar, Armando Bacelar”] [material gráfico]. [Aveiro: s. n.], 1969. [1 fotogr.: p. & b.]

Contem em apenso texto manuscrito de Joaquim Loureiro.

BMCCB/FL-JL – 135.

Normas Orientadoras [material gráfico]. [Aveiro: s. n.,] 1969. [1 fl.: ll.; 1 p.]

BMCCB/FL-AB – 226.

[“No Congresso de Aveiro: Santos Simões, Lino Lima, Humberto Soeiro, este de costas]. [material gráfico].

Resende Reportagens Fotográficas. Aveiro: Resende Reportagens Fotográficas, [1969?]. [1 fotogr.: p. & b.]

Contém a data a manuscrito de 18 de Junho.

BMCCB/FL-JL – 42.



[“Programa”]. Aveiro: [s. n.], 1969. [10 p.].

BMCCB/FL-AB – 229.

FERNANDES, Vasco da Gama

[Carta], 1969], Senhor Presidente do Conselho de Ministros. Vasco da Gama Fernandes. [2 fls., 2 p.].

Autografo. Texto dactilografado. O autor tece referências ao II Congresso Republicano de Aveiro, do qual envia ao destinatário as conclusões do mesmo, tecendo, por outro lado, duras críticas à censura, já que as notícias do Congresso foram vedadas à imprensa.

BMCCB/FL-AB – 134.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Educação [material gráfico]. Oposição Democrática. Aveiro: Oposição Democrática, 1969 (Porto: «O Comércio do Porto»). 12 p.

BMCCB/JL – 275.

RIBEIRO, Eduardo

Habitação – Problema Social. Eduardo Ribeiro. Aveiro: [s. n.], 1969. 16 p.

Texto dactilografado. Contém dedicatória do autor a Armando Bacelar.

BMCCB/FL-AB – 231.

NO ENCONTRO NACIONAL DE REPRESENTANTES DE DEMOCRATAS DO PAÍS, EFECTUADO EM S. PEDRO DE MOEL, NO DIA 15 DE JUNHO DE 1969, FOI APROVADO A SEGUINTE PROPOSTA

No Encontro Nacional de Representantes de Democratistas do País, Efectuado em S. Pedro de Moel, no Dia 15 de Junho de 1969, Foi Aprovado a Seguinte Proposta. S. Pedro de Moel: [Oposição Democrática?], 1969. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 243.

JORNAL DO CONGRESSO. Aveiro, 1969.

Jornal do Congresso: 2.º Congresso Republicano. n.º 2 (Maio 1969). Aveiro: [s. n.], 1969

BMCCB/FL-AB – 225.

O II CONGRESSO REPUBLICANO DE AVEIRO

O II Congresso Republicano de Aveiro [material gráfico]. [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

Recorte de imprensa sem indicação de origem.

BMCCB/FL-AB – 227.

II CONGRESSO REPUBLICANO DE AVEIRO

II Congresso Republicano de Aveiro: teses e documentos – I/II. [Lisboa]: Seara Nova, 1969.

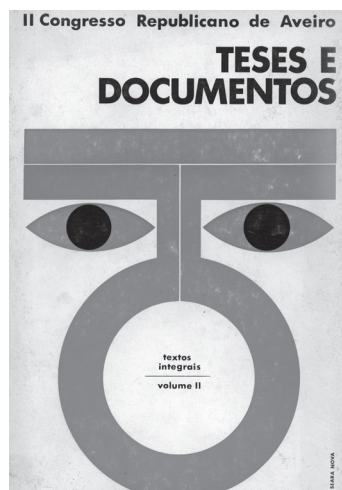
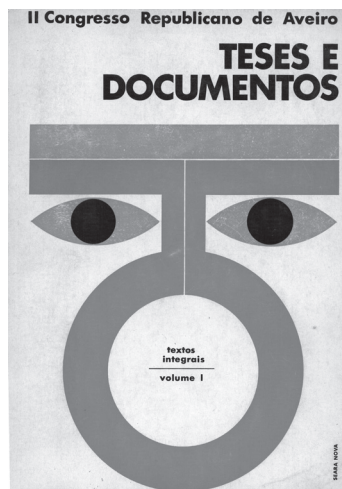
BMCCB/FL-JL – 31132, 31133.

SOARES, Mário

A Constituição de 1933 e a Evolução Democrática do País. Mário Soares. [Aveiro: s. n., 1969?]. [8 fls; 8 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 232.



VIDAL, Duarte; ZENHA, Francisco Salgado

Justiça e Polícia. Duarte Vidal, Francisco Salgado Zenha. [Aveiro: s. n., 1969?]. [25 fls.; 25 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 233.

VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1563 (23 Maio 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

Capa: Congresso Republicano Aveiro 1969.

Carlos Ferrão – “Comentário da Semana. Nas Vésperas da Eleição”, p. 3.

“Importância e Actualidade do Congresso Republicano”, pp. 8-9.

“Para a Revalorização do Diálogo”, pp. 9-16.

BMCCB/FL-AB – 491.

III.III

Revolta Académica de Coimbra

ACADEMIA DO PORTO

A Academia do Porto Reage à Repressão Policial e à Indignidade da Atitude do Reitor. Academia do Porto. Porto: Academia do Porto, [1969?]. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 308.

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

À Nação. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [6 fls.; 9 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

A Academia de Coimbra Continua de Luto. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [2 fls.; 4 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

A Academia de Coimbra Mantém o Luto Académico. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: color.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

A Academia Está de Luto. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: color., 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

Abstenção em Exames. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

Ao País, à Nação, aos homens de boa fé que a Pátria atravessando tempo doloroso de 1969, e desta tribuna livre que é a nossa voz, denunciemos a actividade criminosa da polícia judiciária. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [2 fls.; 3 p.].

Texto dactilografado. Contém a data de 23 de Julho.

MBM/Espólio particular ASC.

[Carta], Coimbra, 1969 Abr 1969, [ao] Senhor Presidente da República. [Associação Académica de Coimbra]. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. A carta faz referência a vários processos disciplinares a estudantes impostos pelo destinatário.

BMCCB/FL-AB – 290.

Carta Aberta, Coimbra, 1969 Jul. 27, Ao Prof. Marcelo Caetano. Associação Académica de Coimbra. [2 fls.; 3 p.].

Texto dactilografado. Uma folha colorida. “Do Diálogo, Interrompido ao Monólogo Forçado”.

MBM/Espólio particular ASC.

Os estudantes lutam por uma Universidade em que possam viver como homens, e, como homens, trabalhar em benefício de todos [material gráfico]. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [5 fls.: II.; 9 p.].

BMCCB/FL-AB – 291.

Legislação Disciplinar. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. 17 p. (Textos Para Discussão; 8).

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 300.

Luto Académico: a Academia continua de luto. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: color.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

Nem por usura do tempo, ou por aparato policial ou sequer pela tonitroância de qualquer discurso a força estudantil pôde esmorecer. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: color.; 2 p.].

BMCCB/FL-AB – 290.

Nós Não Acreditávamos! Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: color.; 2 p.].

Texto dactilografado.

MBM/Espólio particular ASC.

Para uma Universidade Nova. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. 16 p. (Caderno Cultural; 2).

MBM/Espólio Particular ASC.

O Presidente da A. A. C. está preso. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl., 1 p.].

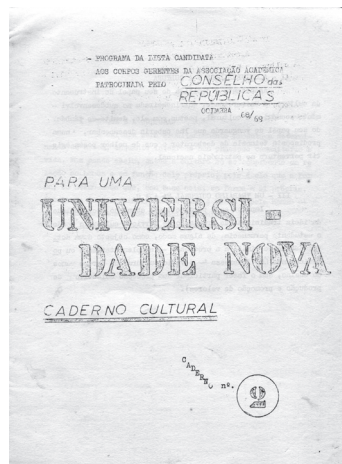
Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

Princípios Gerais para uma Reforma. [Associação Académica de Coimbra]. [Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969?]. [1 fl.: color.; 2 p.].

Texto dactilografado. Excerto "O Plano Langevin-Wallon de Reforma do Ensino.

BMCCB/FL-AB – 290.



Quem tem a Justiça pelo seu lado não teme nem recua. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [1 fl.: colr.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

Queremos uma Universidade Nova: até lá estaremos em luta pelas formas e nas oportunidades que nos parecerem mais favoráveis. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. [2 fls.; 4 p.].

Texto dactilografado.

MBM/Espólio particular ASC.

Semana de Recepção aos Novos Alunos: texto para discussão: a crise de 1969 – II. [Associação Académica de Coimbra]. [Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969]. [2 fls.; 3 p.].

Texto dactilografado.

MBM/Espólio particular ASC.

Universidade em Foco. Associação Académica de Coimbra. Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969. 33 p. (Textos Para Discussão; 7).

Contém textos de Bernardino Machado ("A Universidade e a Nação"), Antero de Quental, António José de Almeida, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

BMCCB/FL-AB – 299.

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA; ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES DE LISBOA; ORGANISMOS ASSOCIATIVOS DO PORTO

Comunicado ao País. Associação Académica de Coimbra, Associações de Estudantes de Lisboa, Organismos Associativos do Porto. Coimbra: Associação Académica de Coimbra; Lisboa: Associações de Estudantes de Lisboa; Porto: Organismos Associativos do Porto, 1969. [2 fls.: color.; 3 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 292.

CARICATURA

"[Caricatura: Interrogatório]. [Coimbra?: s. n., 1969?]. [1 caricatura: color.].

BMCCB/FL-AB – 280.

CARICATURA

"[Caricatura]": "Neste momento sabe-se que já convergiram para Coimbra conhecidos elementos de agitação" [Coimbra?.: s. n.]1969. [1 caricatura: p. & b.]

BMCCB/FL-AB – 275.

CARICATURA

"[Caricatura]: Orgulhosamente só". [Coimbra?: s. n., 1969?]. [1 caricatura: color.].

BMCCB/FL-AB – 281.

CARICATURA

"[Caricatura]": Polícia. [Coimbra: s. n., 1969?]. [1 caricatura: color.].

BMCCB/FL-AB – 283.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA

[Carta], Braga, 1969 Jul. 30, Senhor Ministro Justiça, Lisboa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. [1 fl.; 1 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. Os signatários protestam a acção policial contra os estudantes em Coimbra.

BMCCB/FL-MV – 4.

COMITÉ DE SOLIDARIEDADE DO CURSO DE FÉRIAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aos Estudantes do Curso de Férias. Comité de Solidariedade do Curso de Férias da Universidade de Coimbra. Coimbra; Comité de Solidariedade do Curso de Férias da Universidade de Coimbra, 1969. [1 fl., 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 289.

O CONSELHO DE REPÚBLICAS

À Academia. O Conselho das Repúblicas. Coimbra: O Conselho das Repúblicas, 1969. [1 fl.; 1 P.].

Texto dactilografado. Contém a data de 21 de Novembro.

MBM/Espólio particular ASC.

À Academia. O Conselho das Repúblicas. Coimbra: O Conselho das Repúblicas, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado, com a data de 25 de Novembro.

MBM/Espólio particular ASC.

À Academia. O Conselho das Repúblicas. Coimbra: O Conselho das Repúblicas, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado, com a data de 12 de Dezembro.

MBM/Espólio particular ASC.

Carta Aberta À Universidade. O Conselho de Repúblicas. [Coimbra]: O Conselho de Repúblicas, [1969?]. [1 fl., 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 284.

ESTUDANTES DE LETRAS

De Cila a Caribdes ou a ameaça de novos processos disciplinares. Estudantes de Letras. [Coimbra: Estudantes de Letras, 1969.]. [2 fls., 1 color.: 3 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 293.

INFORMAÇÃO. Coimbra, 1969.

Informação. [Propr.] Associação Académica de Coimbra. n.º 1 (14 Abr. 1969). Coimbra: Associação Académica de Coimbra, 1969.

BMCCB/FL-AB – 285.

I.S.C.S.P.U.

Universidade Portuguesa: história de um escândalo político. [S. l.]: I.S.C.S.P.U., 1969. 79 p.

MBM/Espólio particular ASC.

A JUNTA DE DELEGADOS DE LETRAS

[Letras: reunião]. A Junta de Delegados de Letras. Coimbra: A Junta de Delegados de Letras, 1969. [1 fl.: color.; 1 p.].

Texto dactilografado.

MBM/Espólio particular ASC.

JUNTA DE DELEGADOS DE MEDICINA

A Academia. Junta de Delegados de Medicina. Coimbra: Junta de Delegados de Medicina, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 290.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO ELEITORAL

Declaração do Movimento Democrático Eleitoral sobre a Crise Universitária e a Luta Estudantil [material gráfico]. [S. l.]: Movimento Democrático Eleitoral, 1969. [4 p.].

BMCCB/FL-AB – 285.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO NORTE DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Os Estudantes e o Povo de Coimbra Dão o Exemplo. Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português. [Coimbra?]: Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, 1969. [1 fl., 1 p.].

Texto dactilografado.

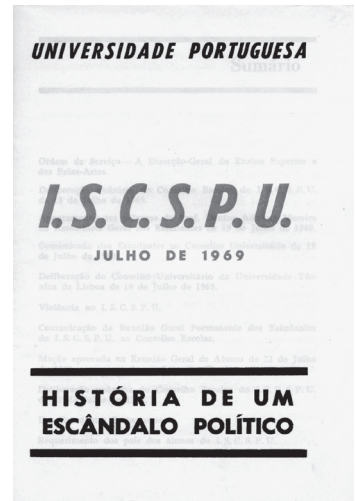
BMCCB/FL-AB – 273.

PORTUGAL. Ministério do Interior

Circular n.º 7, Confidencial, Lisboa, 1969 Maio 8, Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito de Braga. Manuel Galdes Nunes. [2 fls.; 2 p.].

Autografo assinado. Papel timbrado do Ministério do Interior. Manuel Galdes Nunes, chefe de gabinete do ministro, tece considerações sobre o facto de "eleitores interessados em cópias do recenseamento eleitoral."

BMCCB/FL-JL – 213.



Circular n.º 25, Confidencial n.º 25, Lisboa, 1969 Dez. 9, Exmo Sr. Governador Civil do Distrito de Braga, Braga. Manuel Geral Nunes. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado. Papel timbrado do Ministério do Interior. O chefe do gabinete do ministro do interior informa o destinatário do envio do "Dossier-Coimbra-1969", cuja documentação "esclarece com mais objectividade a crise académica", ficando ao critério do Governador a distribuição da mesma monografia, querendo o ministro, contudo, conhecer a "relação das pessoas" a quem mandou. BMCCB/FL-JL – 214.

REPRESENTAÇÃO SOBRE A CRISE ACADÉMICA

Representação Sobre a Crise Académica. [S. l.: s. n., 1969?]. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 310.

TEATRO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carta Aberta do teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra. Coimbra: Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, 1969. [2 fls.; 3 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 295.

A Ilha dos Escravos de Marivaux. Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra; Trad. livre, encenação Luís de Lima. Coimbra: Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, 1969. [1 desdobr.].

BMCCB/FL-JL – 488.

A Ilha dos Escravos de Marivaux. Encenação de Luís de Lima. Coimbra: Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, 1969. [10 p.].

BMCCB/FL-JL – 487.



III.IV

Eleições Legislativas de 1969

AVANTE. Lisboa, 1969

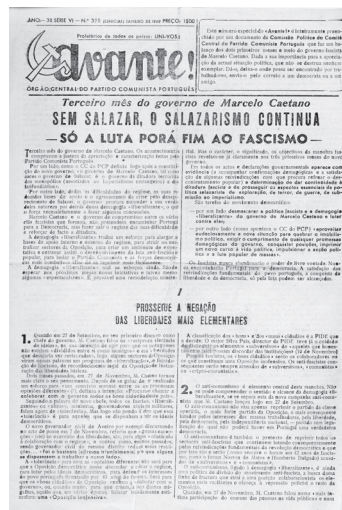
Avante. Órgão Central do Partido Comunista Português. Ano 38, 6.ª série, n.º 398 (Jan. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969.

BMCCB/FL-AB – 483.

AVANTE. Lisboa, 1969

Avante: Boletim do Comité Central do Partido Comunista Português. Ano 36, 3.ª série, n.º 161 (Jun. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969

BMCCB/FL-AB – 475.



AVANTE. Lisboa, 1969

Avante. Órgão Central do Partido Comunista Português. Ano 39, 6.^a série, n.º 405 (Ago. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969. BMCCB/FL-AB - 485.

AVANTE. Lisboa, 1969

Avante. Órgão Central do Partido Comunista Português. Ano 39, 6.^a série, n.º 406 (Set. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969. BMCCB/FL-AB - 484.

AVANTE. Lisboa, 1969

Avante. Órgão Central do Partido Comunista Português. Ano 39, 6.^a série, n.º 407 (Out. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969. BMCCB/FL-AB - 487.

A ACÇÃO DEMOCRATA-SOCIAL

O Actual Momento Político e o Próximo Acto Eleitoral. A Acção Democrato-Social. Lisboa: A Acção Democrata-Social, 1969. [5 fls.; 10 p.].

Texto dactilografado. BMCCB/FL-AB - 90.

BACELAR, Armando

[Carta], Porto, 1969 Maio 9, Porto, Exmo. Sr. Dr. Carlos Candal, Aveiro. Armando Bacelar. [1 fl.; 1 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. O autor confirma a sua presença no Congresso Republicano de Aveiro. BMCCB/FL-AB - CT 38.

[Carta], Porto, 1969 Jun. 7, Exmo. Sr. Lopes do Souto, Diário de Lisboa, Lisboa. Armando Bacelar. [1fl.; 1 p.].

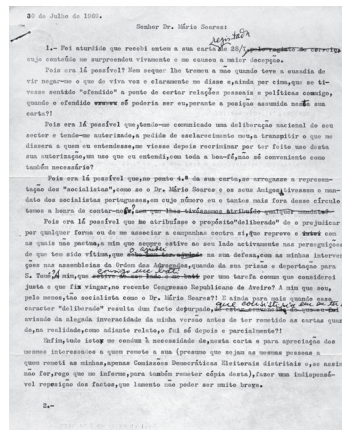
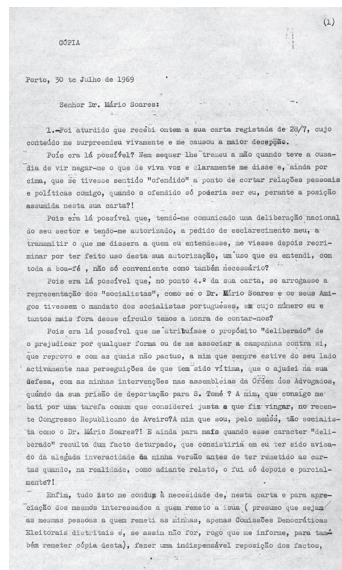
Autografo. Texto dactilografado. O autor informa o destinatário, director-geral do Diário de Lisboa, do envio dos seus dados biográficos e do seu perfil político. BMCCB/FL-AB - CT25.

[Carta], Porto, 1969 Jul. 30, Senhor Dr. Mário Soares. Armando Bacelar. [7 fls.; 7 p.].

Texto dactilografado. Carta a propósito da polémica Armando Bacelar versus Mário Soares. BMCCB/FL-AB - CT6

[Carta, Porto, 1969 Ago.], Exmos. Srs. Drs. Francisco Zenha, Raúl Rego, Lisboa. [Armando Bacelar]. [1 fl.; 1 p.].

Autografo. Texto dactilografado. O autor tece considerações políticas à volta da questão das listas das Comissões Eleitorais. BMCCB/FL-AB - CT 35.



[Carta], Porto, 1969 Out. 24, Exmo. Sr. Ministro das Corporações, Lisboa.

Armando Bacelar. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafo. Texto dactilografado. Cópia. O autor informa o destinatário que os Metalúrgicos da Trofa pedem a imediata tomada de posse da direcção do seu sindicato.

BMCCB/FL-AB – 29.

[Carta], Porto, 1969 Nov. 27, Exmo. Sr. Dr. Francisco de Sá Carneiro, Porto. Armando Bacelar. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafo. Texto dactilografado. O autor dirige-se ao deputado Sá Carneiro para lhe apresentar uma proposta de lei à volta dos presos políticos.

BMCCB/FL-AB – CT19.

“Diário de um Candidato” [material gráfico]. Armando Bacelar. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (7 Out. 1969), p. 9 [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB.

Diário de um Candidato. Armando Bacelar. [Porto: AB, 1969?]. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 432

“Um Esclarecimento e Duas Cartas a Propósito de um Artigo do dr. Armando Bacelar”. [material gráfico]. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (13 Out. 1969), p. 5 [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB.

BALBY, Edouard

[Carta], Paris, 1969 Out. 16, Prezado Amigo [Armando Bacelar]. [1 fl.; 1 p.].

Papel timbrado do jornal L'Express. Texto dactilografado. Contém assinatura autógrafa do autor. O jornalista francês informa o destinatário de que fará dois trabalhos sobre Portugal não só no L'Express, como igualmente no Le Monde Diplomatique.

BMCCB/FL-AB – CT 7, 259.

BARATA, M. Cândida Valente

[Carta], Lisboa, 1969 Nov. 25, Exmo Senhor Dr. Armando Bacelar, [Porto]. [1 fl.; 2 p.].

Autógrafo assinado. Carta manuscrita. A autora envia felicitações por mais um aniversário, tecendo considerações sobre a necessidade de continuar a luta pela liberdade.

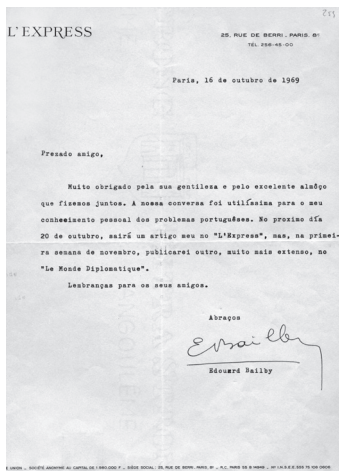
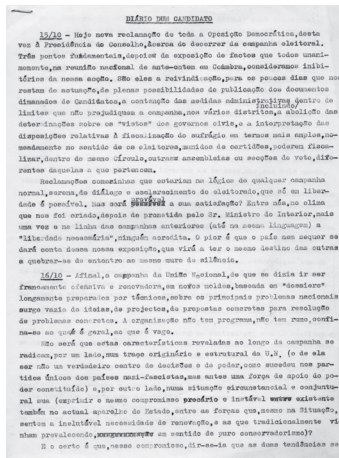
BMCCB/FL-AB – CT 27.

BOLETIM. Rio Tinto, 1969

Boletim. [Prop.] Comissão Democrática Eleitoral de Gondomar. n.º 1 (Set. 1969). Rio Tinto: Comissão Democrática Eleitoral de Gondomar, 1969 (Gondomar: Tip. Mondego).

Contém o símbolo da CDEG.

BMCCB/FL-AB – 152.



BRANDÃO, Mário Cal

[Carta], Porto, 1969 Ago. 6, Exmo. Senhor Dr. Armando Bacelar, Porto. Mário Cal Brandão. [2 fls.; 2 p.]. Autografo assinado. Texto dactilografado. Papel timbrado dos advogados Carlos Cal Brandão e Mário Cal Brandão. O autor rectifica algumas informações do destinatário a respeito da sua posição nas negociações para a promoção das listas candidatas às eleições. BMCCB/FL-AB – CT 34.

CADERNOS SOCIALISTAS. Lisboa, 1969

Cadernos Socialistas. n.º 3 (Jan. 1969). [Lisboa: s. n.], 1969. BMCCB/FL-ASC.

CAMPANHA DE RECENSEAMENTO ELEITORAL

Campanha de Recenseamento Eleitoral: o futuro do país depende de todos nós Vote! [material gráfico]. [S- I: s. n., 1969?]. [1 bilhete-postal: color.]. BMCCB/FL-AB – 419.

A CAPITAL. Lisboa, 1969

“Nota do Dia. Teorema e demonstração” [material gráfico]. In *A Capital*. Lisboa (18 Jun. 1969). [1 recorte de imprensa]. BMCCB/FL-AB – 167.

CARNEIRO, Francisco Lumbrales de Sá

[Carta], Porto, 1969 Dez. 29, [a Armando Bacelar]. Francisco Lumbrales de Sá Carneiro. [1 fl.; 1 p.]. Autografo assinado do autor. Papel timbrado do autor. O autor agradece-lhe a iniciativa da proposta de lei, à volta dos presos políticos. BMCCB/FL-AB – CT26.

CASTRO, Raúl; TABORDA, António

[Requerimento, Porto], 1969 Maio 5, Exmo. Senhor Juiz da Auditoria Administrativa do Porto, Porto. Raúl Castro, António Taborda. [3 fls.; 6 p.]. Texto dactilografado. Este requerimento diz respeito à polémica da não aprovação dos estatutos da Comissão Eleitoral Democrática do Porto, e da actividade da mesma. BMCCB/FL-AB – 110.

COMÉRCIO DO FUNCHAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.ª série, n.º 2020 (22 Jun. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

“Será Portugal Viável?”, p. 1. MBM/Espólio particular ASC.

COMÉRCIO DO FUNCHAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.ª série, n.º 2032 (21 Set. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

“Eleições À Vista”, p. 6. MBM/Espólio particular ASC.





COMÉRCIO DO FUNCHAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.^a série, n.º 2035 (12 Out. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

"Portugal Hoje. Entrevista com António José Saraiva", pp. 1, 11-12.

MBM/Espólio particular ASC.

COMÉRCIO DO FUNCHAL/3.º CADERNO ESPECIAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal: 3.º Caderno Especial: Eleições. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.^a série, n.º 2035 (12 Out. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

Araldo Pereira – "A Legislação Eleitoral", p. 1.

"Portugal Dentro e Fora", pp. 1-3.

"Caricatura. As Eleições e a Madeira ou renovação na continuidade", p. 1.

Alberto Teles – "Um Símbolo", p. 3.

António dos Santos – "Providência", p. 3.

"Programa Político da C. D. E. de Lisboa", p. 4.

"Madeira: a Oposição responde ao manifesto da União Nacional", p. 4.

MBM/Espólio particular ASC.



COMÉRCIO DO FUNCHAL. Funchal, 1969

Comércio do Funchal. Dir., Propr. João Carlos Eiras da Veiga Pestana. Ano 33, 2.^a série, n.º 2042 (7 Dez. 1969). Funchal: João Carlos Eiras da Veiga Pestana, 1969.

"A Décima Legislatura", p. 1.

MBM/Espólio particular ASC.

O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 1969

"Outubro, Eleições para Deputados. Os Democratas da Póvoa de Varzim constituíram uma comissão". In *O Comércio do Porto*. Porto (10 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

"O Próximo Acto Eleitoral – objecto de comunicação ao País pelo ministro do Interior" [material gráfico]. In *O Comércio do Porto*. Porto [(1969?).] [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

COMISSÃO CONCELHIA DE MATOSINHOS

Reunião da Comissão Distrital: acta. Comissão Concelhia de Matosinhos. [Matosinhos?]: Comissão Concelhia de Matosinhos, 1969. [2 fls.: colors.; 3 p.].

Texto dactilografado. Contém a data de 31 de Outubro.

BMCCB/FL-AB – 120.

COMISSÃO COORDENADORA

Síntese das Reuniões da Comissão Coordenadora nos dias 12-19 e 26 de Dezembro de 1969. Comissão Coordenadora. [Porto?]: Comissão Coordenadora, 1969. [4 fls.; 4 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 137.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DE COIMBRA

[Comunicado, Coimbra, 1969?], Exmo Senhor Governador Civil de Coimbra, Coimbra. [5 fls.; 9 p.].

Texto dactilografado. Contém em anexo o Projecto de Parecer elaborado pela Comissão Jurídica da Comissão Democrática Eleitoral de Coimbra.

BMCCB/FL-AB – 198.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE FARO

Ao Povo do Algarve [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Faro. Faro: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Faro, 1969 (Tavira: Tipografia Modelo).

A Comissão de Faro dá a conhecer os seus cinco princípios políticos para as eleições de Outubro.

BMCCB/FL-AB – 195.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE LEIRIA

Aos Democratas do Distrito de Leiria. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 218.

Apreciação e Sugestões da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [3 fls.; 3 p.].

BMCCB/FL-AB – 213.

[Bilhete Postal], Leiria, 1969, Exmo. Sr. Dr. Armando Bacelar. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. [1 bilhete postal: color.]

Bilhete postal que visa a campanha do recenseamento eleitoral.

BMCCB/FL-B – 224.

[Carta], Leiria, 1969 Jan. 3, Prezado Correligionário. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autografa ilegível. A Comissão tece não só algumas informações pontuais para a actividade do acto eleitoral, como também incentiva a participação dos cidadãos.

BMCCB/FL-AB – 212.

- [Carta], Leiria Jul. 27, Prezados Correligionários. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. Cópia. Contém assinatura autografa de José Henriques Vareda. O destinatário informa da realização do encontro nacional apresentando a ordem de trabalhos do mesmo. Uma outra cópia que contém o carimbo da Comissão Democrática Distrital do Porto, tendo a manuscrito "Recebido em", com a data de 9 de Julho.
BMCCB/FL-AB – 220, 222.
- [Carta], Leiria, 1969 Set. 17, Prezados Correligionários. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria.
[1 fl.; 1 p.]
Texto dactilografado. Cópia. Contém assinatura autografa de José Henriques Vareda.
BMCCB/FL-AB – 211.
- Comunicado de Imprensa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. Documento com a data de 16 de Junho.
BMCCB/FL-AB – 433.
- Comunicado de Imprensa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. Contém a data de 7 de Setembro.
BMCCB/FL-AB – 206.
- Comunicado n.º 2 [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [3 p.].
BMCCB/FL-AB – 234.
- Comunicado de Imprensa n.º 4. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].
BMCCB/FL-AB – 206.
- Gabinete de Imprensa: nota informativa n.º 2. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [3 fls.; 3 p.].
Texto dactilografado. Documento, com a data de 6 de Julho, dando a informação das Comissões Concelhias do Distrito de Leiria.
BMCCB/FL-AB – 215
- Nota Informativa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 2 p.].
Texto dactilografado. Nota informativa elaborada pela Comissão Coordenadora provisória, com a data de 19 de Agosto.
BMCCB/FL-AB – 219.
- Nota Informativa n.º 1. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. Contém a data de 25 de Maio.
BMCCB/FL-AB – 207.
- Ordem de Trabalhos. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. Contém texto manuscrito.
BMCCB/FL-AB – 209.

[Propaganda]. [Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria]. [Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Folheto de propaganda que apela os cidadãos ao voto.

BMCCB/FL-AB – 205.

Sugestões para a Elaboração do Programa Eleitoral dos Candidatos do Círculo de Leiria. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. Leiria: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria, 1969. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Ontem correcções manuscritas.

BMCCB/FL-AB – 217.

Telegrama, Leiria, 1969 Jan. 27, Sua Excelência Presidente Conselho de Ministros, Lisboa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafo. Texto dactilografado. Contém o nome de Vasco da Gama Fernandes, presidente da comissão executiva. A Comissão protesta a atitude governamental contra cidadãos de Braga, os quais desejavam realizar o recenseamento.

BMCCB/FL-MV – 9.

Telegrama, Leiria, 1969 Set. 23, Para Professor Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Leiria. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 210.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE SETÚBAL

Comunicado n.º 1, Setúbal [material gráfico], 1969 Set. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Setúbal. [1 fl.; 2 p.].

BMCCB/FL-AB – 198.

COMISSÃO ELEITORAL DEMOCRÁTICA [DO PORTO]

[Carta], Porto, 1969 Set. 22, Exmo. Sr. Dr. Mário Cal Brandão, Porto. [Comissão Democrática Eleitoral do Porto]. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafo. Texto dactilografado. Contém em anexo "O Compromisso dos Candidatos da Oposição Democrática à Eleição de Deputados Para a Assembleia Nacional". Os signatários da Comissão Democrática Eleitoral (composta por Armando Bacelar, Armando Castro, Virgínia Moura, entre outros), tecem considerações sobre actividades internas, a propósito da divisão das listas.

BMCCB/FL-AB – 123.

Estatutos. Comissão Eleitoral Democrática do Porto. Porto: Comissão Eleitoral Democrática do Porto, 1969. [1 fl.; 2 p.].

BMCCB/FL-AB – 110.

Requerimento, Porto, 1968 Nov. 11, Exmo. Senhor Governador Civil do Porto, Porto. Comissão Eleitoral Democrática do Porto. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Os signatários (Armando Bacelar, Alexandre Barros, Mário Brochado Coelho, Armando Costa e Rui Feijó) solicitam ao destinatário a aprovação dos estatutos da CEDP.

BMCCB/FL-AB – 110.

Reunião dos democratas do Porto com a Comissão Organizadora, constituída com o fim de promover a formação de uma Comissão Distrital, com vista há participação nas próximas eleições legislativas: [acta]. [Comissão Eleitoral Democrática do Porto]. [Porto: Comissão Eleitoral Democrática do Porto, 1969]. [15 p.].

Texto manuscrito.

BMCCB/FL-AB – 113.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE LISBOA

Ao Povo do Distrito de Lisboa [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, 1969. [4 p.]. (Documento; 1).

BMCCB/FL-AB – 203.

Esclarecimento aos Democratas. Comissão Executiva da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, 1969. [3 fls.; 6 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 204.

Informação [material gráfico]. Comissão Eleitoral Democrática do Distrito de Lisboa. n.º 1 (30 Jul. 1969). Lisboa: Comissão Eleitoral Democrática do Distrito de Lisboa, 1969.

BMCCB/FL-JL – 142.

Manifesto da C. D. E. [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa. Lisboa: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Lisboa, 1969 (Imp. Na Casa Portuguesa).

BMCCB/FL-AB – 138.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DO PORTO

[Carta], Porto, 1969 Set. 17. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto. Porto: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto, 1969. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão. A Comissão envia tópicos sobre a sua estrutura para a imprensa.

BMCCB/FL-AB – 143.

Informação da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto [material gráfico]. Porto: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto, 1969. [4 p.]

BMCCB/FL-AB – 247.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DE MULHERES

Porquê um Movimento Eleitoral de Mulher? Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres. [S. l.]: Comissão Democrática Eleitoral de Mulheres, [1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 105.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES LICEAIS

Eleições! Livres? Comissão Democrática dos Estudantes Liceais. [S. l.]: Comissão Democrática dos Estudantes Liceais, [1969?]. [1 fl.: color.; 2 p.]

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 259.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA DO PORTO

[Carta, 1969?]. Comissão Democrática do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da CDP. A comissão informa o destinatário dos cortes que o último comunicado enviado para a imprensa teve, solicitando a repetição do mesmo comunicado.

BMCCB/FL-AB – 142.

[Carta], Porto, 1969 Set. 17, Exmo. Sr. Dr. Mário Cal Brandão, Porto. [Comissão Democrática do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. Os signatários da CDEP formulam ao destinatário o projecto das comemorações do 5 de Outubro de 1910.

BMCCB/FL-AB – 126.

[Carta], Porto, 1969 Out. 2, Exma. Comissão Democrática Eleitoral de Braga, Braga. Comissão Democrática do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Contém apontamentos manuscritos. Os Candidatos da CDP, entre eles Armando Bacelar, Armando Castro, Virgínia Moura, entre outros, manifestam a sua solidariedade com a Comissão de Braga.

BMCCB/FL-AB – 132.

[Carta], Porto, 1969 Out. 3, Exma. Comissão Democrática de Aveiro, Aveiro. Comissão Democrática do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Papel timbrado da Comissão Democrática do Porto. A Comissão Democrática do Porto envia saudações de solidariedade.

BMCCB/FL-AB – 118.

[Carta], Porto, 1969 Out. 17, Exmo. Sr. Director da “Vida Mundial”, Lisboa. Comissão Democrática do Porto. [3 fls.; 3 p.].

Papel timbrado da Comissão Democrática do Porto. Texto dactilografado. Contém autógrafos assinados de Edgar Correia, Raul Castro e de Virgínia Moura. Os signatários tecem considerações sobre a polémica de Armando Bacelar com Mário Soares, esclarecendo o destinatário da respectiva Comissão no âmbito da mesma.

BMCCB/FL-AB – CT20.

[Carta], Porto, 1969 Out. 17, Exmo. Sr. Governador Civil, Porto. [Comissão Democrática do Porto, Mandatários da Lista C]. [3 fls.; 3 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Contém correcções manuscritas. A autora, mandatária da lista referida, tece considerações sobre a actividade de propaganda nas próximas eleições.

BMCCB/FL-AB – 125.

Comunicação, Porto, 1969 Set. 28. Comissão Democrática do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Cópia. Contém assinatura autografa de Armando Bacelar.

BMCCB/FL-AB – 150.

Comunicado, Porto, 1969 Set. 18. Comissão Democrática do Porto. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão. Comunicado à imprensa.

BMCCB/FL-AB – 146.

Comunicado, Porto, 1969 Set. 20. Comissão Democrática do Porto. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão. Contém assinatura autografa de Lobão vital e de Edgar Correia.

BMCCB/FL-AB – 152.

Comunicado, Porto, 1969 Set. 27. Comissão Democrática do Porto. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão.

BMCCB/FL-AB – 148.

Comunicado, Porto, 1969 Set. 28, [a] Edgar Almeida Correia, Lobão Vital. Comissão Democrática do Porto. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão. A Comissão informa os destinatários das Comemorações do 5 de Outubro, para divulgação.

BMCCB/FL-AB – 149.

Comunicado, Porto, 1969 Set. 29. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão. Contém assinatura autografa de Lobão Vital e de Edgar Correia. Comunicado à imprensa.

BMCCB/FL-AB – 145.

[“Contra a Carestia da Vida”]. [Comissão Democrática Eleitoral]. [Porto: Comissão Democrática Eleitoral, 1969?]. [1 fotgr.: p. & b.].

Comício de propaganda no Coliseu.

BMCCB/FL-JL – 40.

Declaração do Movimento Democrático Eleitoral sobre a Crise Universitária e a luta estudantil [material gráfico]. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969 (Tip. Vale Formoso). [4 p.].

Texto impresso.

BMCCB/FL-AB – 134.

Lista C [material gráfico]. [Comissão Democrática do Porto]. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969]. [1 fl.; 1 p.].

Texto impresso. Contém os elementos da Lista C, entre os quais, Armando Bacelar, Zeferino Coelho, entre outros.

BMCCB/FL-AB – 141.

Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969.

Texto dactilografado. Contém apontamentos e correcções manuscritas. Contém em anexo uma folha de papel impresso destinado às notas das reuniões, com apontamentos manuscritos.

BMCCB/FL-AB – 217.

Proclamação. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969. [9 fls.; 9 p.].

Texto dactilografado. Contém a data de 2 de Setembro.

BMCCB/FL-AB – 117.

[Propaganda] [Comissão Democrática do Porto]. [Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969?] [1 folheto de propaganda].

“Generais!!! / Ministros!!! / E o Povo?”.

BMCCB/FL-AB – 160.

- [Propaganda]. [Comissão Democrática do Porto]. [Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969?]. [1 folheto de propaganda].
"Liberdade / Para os / Presos / Políticos".
BMCCB/FL-AB – 157.
- [Propaganda]. [Comissão Democrática do Porto?]. [Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969?]. [1 folheto de propaganda].
"Queremos / Votar / Livremente".
BMCCB/FL-AB – 159.
- [Propaganda] [Comissão Democrática do Porto?]. [Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969?]. [1 folheto de propaganda].
"União Nacional? / Não! / Unidade Nacional? / Sim".
BMCCB/FL-AB – 158.
- [Propaganda Eleitoral] [material gráfico]. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, [1969?]. [1 autocolante: color.].
BMCCB/FL-AB – 449.
- Reunião da Comissão Executiva. [Comissão Democrática do Porto]. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969. 2 fls.; 3 p.].
Texto dactilografado.
BMCCB/FL-AB – 108.
- Resumo dos Assuntos Apreciados na Reunião Distrital da Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969. [4 fls.; 4 p.].
Texto dactilografado.
BMCCB/FL-AB – 343.
- A Revolução do 5 de Outubro e o seu Significado [material gráfico]. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969, [1 fl.; 2 p.].
Texto impresso. Contém a data de 1 de Outubro.
BMCCB/FL-AB – 131.
- Saudação ao Povo [material gráfico]. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969 (Tip. Of. De S. José). [1 fl.; 1 p.].
BMCCB/FL-AB – 153.
- Vota no Povo! Vota na Democracia! [material gráfico]. Comissão Democrática do Porto. Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969. [1 fl.; 1 p.].
Texto impresso.
BMCCB/FL-AB – 139.
- COMISSÃO DEMOCRÁTICA DA PÓVOA DE VARZIM
[Carta, Póvoa de Varzim, 1969?, a Comissão Democrática do Distrito do Porto]. Comissão Democrática da Póvoa de Varzim. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. A CDPV dá o seu apoio à CDDP.
BMCCB/FL-AB – 114.

COMISSÃO ELEITORAL DEMOCRÁTICA DO DISTRITO DO PORTO

[Carta], Porto, 1969 Jul. 1. Comissão Eleitoral Democrática do Distrito do Porto. [1 fl.; 1 p.].

Papel timbrado da Comissão Eleitoral Democrática do Distrito do Porto. Autografo assinado de JMaia. A Comissão comunica ao destinatário, um jornal, da informação que envia.

BMCCB/FL-AB – 116.

COMISSÃO ELEITORAL DE UNIDADE DEMOCRÁTICA

[Carta], Leiria, 1969 Maio 5, Leiria, Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Ministros. Vasco da Gama Fernandes. [3 p.].

Texto impresso. O autor tece considerações sobre as eleições francesas, exemplo que qualquer país deveria seguir.

BMCCB/FL-AB – 133.

[Carta], Porto, 1969 Set. 18, Exmo. Senhor Dr. Armando Bacelar, Porto. Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. [2 fls.; 2 p.].

Autógrafos assinados. Papel timbrado da CEUD. Os signatários da CEUD informam o destinatário para que a CED escolha os oradores para uma sessão plenária a ser realizada no Porto, lamentando a carta que esta Comissão enviou para a imprensa.

BMCCB/FL-AB – 448.

[Carta], Porto, 1969 Set. 24, À Comissão Eleitoral Democrática do Porto, Porto. Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafos assinados. Papel timbrado da CEUD. Os signatários da CEUD não aceitaram a resposta da lista unitária da CDE do Porto.

BMCCB/FL – 439.

[Carta], Porto, 1969, Set. 22, Exma. Sr.^a Eng.^a Virgínia Moura. Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. [1 fl.; 1 p.].

Autógrafos assinados de Raul Rego e de Mário Cal Brandão. Texto dactilografado. Papel timbrado da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. Os signatários informam a destinatária que a organização de uma lista única foi suspensa, tecendo considerações internas da Comissão Democrática Eleitoral do Porto.

BMCCB/FL-AB – 124.

Contra-Proposta, [Porto, 1969?], Exmo. Sr. Dr. Armando Bacelar. Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. [3 fls.; 3 p.].

Papel timbrado da CEUD. Texto dactilografado. Contém assinaturas autografadas. A CEUD informa o destinatário que não aceita a proposta da CDE para a unidade das forças oposicionistas.

BMCCB/FL-AB – 175.

Guia do Delegado Eleitoral. Comissão Democrática da Unidade Eleitoral. Porto: Comissão Democrática da Unidade Eleitoral, 1969 (Tip. A Desportiva, Ld.^a). 23 p.

BMCCB/FL-AB – 174.

Proclamação da “CEUD”. Ao Povo do Distrito do Porto [material gráfico]. Porto: Comissão Democrática da Unidade Eleitoral, 1969 (Tipografia Vale Formoso). [4 p.].

Dos signatários da CEUD (lista B) consta, entre outros, Mário Cal Brandão e Sofia de Mello Breyner Andresen.

BMCCB/FL-AB – 173.

COMISSÃO PROMOTORA DO VOTO

Senhor Presidente do Conselho de Ministros [material gráfico]. Comissão Promotora do Voto. [Lisboa: Comissão Promotora do Voto, 1969?]. [3 p.].

Os signatários, entre os quais Gustavo Soromenho, Magalhães Godinho, Mário Sottomayor Cardia, Jaime Gama, entre outros, chamam a atenção do destinatário para os graves inconvenientes da legislação eleitoral.

BMCCB/FL-AB – 88.

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Ministros [material gráfico]. Comissão Promotora do Voto. [Lisboa]: Comissão Promotora do Voto, [1969?]. [4 p.].

Os signatários da Comissão, entre os quais Virgílio Ferreira, Fernando Namora, José Gomes Ferreira, Joel Serrão, Alfredo Barroso, entre tantos outros, protestam a decisão do Ministro do Interior, já que para este a respectiva Comissão não tem existência legal.

BMCCB/FL-AB – 89.

DIÁRIO DE LISBOA. Lisboa, 1969

“Todos os cidadãos devem verificar (até ao dia 10 do corrente) se estão inscritos nos cadernos eleitorais”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (6 Maio 1969), pp. 12-13 [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 133.

DIÁRIO DE LISBOA. Lisboa, 1969

Joel Serrão – “O Dealbar da Consciência Revoltada – IV”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), pp. 1-5.

“Pensar na vitória não quer dizer ganhar as eleições”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), pp. 1-12.

“O sistema universitário não resistirá à nova ordem de problemas sem uma reforma global – afirmou o prof. Miller Guerra na sessão da União nacional no Tivoli”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), pp. 1-6.

“A propósito da mesa-redonda sobre sindicalismo”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 2.

“O Governo perdeu as eleições porque não foi capaz de as fazer como gostaria de ter feito – afirmou-se num comício da C. D. E. de Leiria que reuniu cerca de cinco mil pessoas na Marinha Grande”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 3.

“Uma sessão da C. D. E. Os dramas da emigração evocados em Pinhal Novo”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 3.

“Locais onde vão funcionar as assembleias e secções de voto da capital”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 4, 8.

“Não aceitamos a alienação cultural – disse-se no comício da C. E. U. D. no Coliseu do Porto”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 6.

“«Conversa com o eleitorado promovida pela C. D. E. do distrito da Guarda”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 6.

“Deixamos acesso o facho da liberdade – disse-se na sessão com que a C. D. E. de Aveiro encerrou a campanha”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 7.

“Reforma agrária – necessidade apontada numa sessão da C. D. E. de Lisboa (Palácio Fronteira)”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 7.

“Um esclarecimento da C. D. E. de Faro sobre a sessão de propaganda realizada em Olhão”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 7.

“Sessão da U. N. em Faro”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 7.

“Espectáculo triste, alarmante e indecoroso nos vai oferecendo este momento eleitoral – afirmou-se na sessão da U. N. em Leiria”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1964), p. 8.

“o fim de 40 anos de silêncio quais os resultados? – perguntou a candidata Luiza Manoel de Vilhena na sessão da C. E. M.”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969). P. 9.

“Sessão da U. N. em Vila Franca de Xira”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 9.

“Marcello Caetano é um dos maiores administrativos do mundo – afirmou-se numa sessão da U. N. na Figueira da Foz”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 10.

“Sessão da C. E. U. D. em Alenquer”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 10.

“São tantas as reivindicações, os ódios pessoais e as vaidades que nada de construtivo fica – afirmou Casal-Ribeiro na sessão da U. N. em Mafra”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 10.

“Convidados a abandonar o território português os cinco representantes da Internacional Socialista”. In *Diário de Lisboa*. Lisboa (24 Out. 1969), p. 12.

“MBM/Espólio particular OC.

ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS 1969

Eleições para Deputados 1969: instruções e normas para o recenseamento [material gráfico]. [S. l.: s. n., 1969?] (V. N. de Famalicão: Tip. Moderna).

BMCCB/FL-AB – 156.

ELEIÇÕES DE 1969

Eleições de 1969: documentos eleitorais da Comissão Democrática do Porto. Sel., pref. Virgínia Moura. [Porto]: Virgínia Moura (Editorial Inova), [1971]. 503 p.

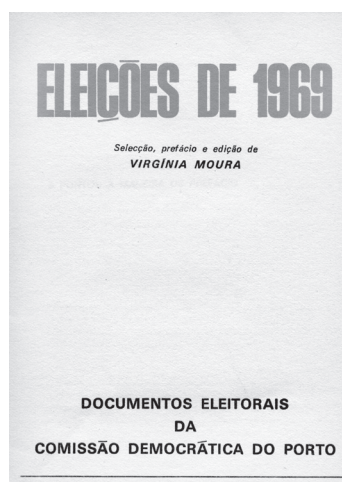
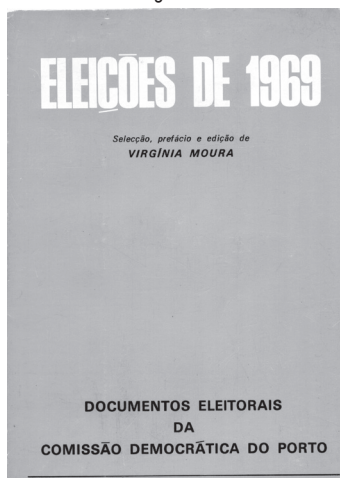
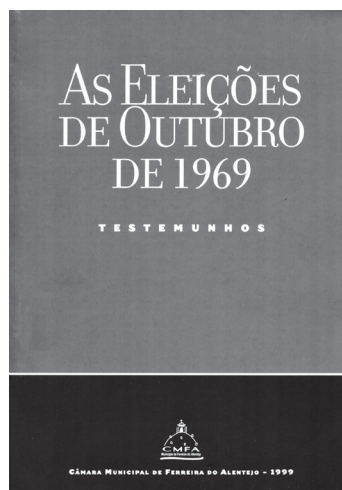
1. “Antes das Eleições”, pp. 17-137.
2. “Durante as Eleições”, pp. 141-476.
3. “Apêndice”, pp. 479-492.
4. “Notas Biográficas dos Candidatos”, pp. 493-503.

AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO DE 1969

As Eleições de Outubro de 1969: documentação básica. Coord. João Palma-Ferreira. Lisboa: Publicações Europa-América, [1970]. 651 p.

1. “Assembleia Nacional”, pp. 11-41.
2. “As Diversas Posições Perante o Acto Eleitoral e em face da Campanha”, pp. 45-189.
3. “Generalidades sobre a Campanha Eleitoral e Fichas Biográficas dos Candidatos”, pp. 193-236.
4. “Rejeições e Indeferimentos de Candidaturas”, pp. 239-246.
5. “Manifestos, Comunicados e outra Documentação Emitida pelos Diversos Sectores da Oposição Democrática”, pp. 249-523.
6. “Alguns manifestos, Comunicados e outra Documentação Emitida pela União nacional”, pp. 527-617.
7. “Documentos Oficiosos”, pp. 621-648.
8. “Resultados das Eleições”, pp. 651-652.

BMCCB/FL-JL – 31131.



FARIA, Joaquim Alves de

[Requerimento], Guimarães, 1969 Out. 18, Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães. Joaquim Alves de Faria. [2 fls.; 2 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Contém correcções manuscritas. O autor solicita ao destinatário para este passar as respectivas certidões destinadas a cidadãos que têm de ir a assembleias de fora para fiscalizarem o acto eleitoral.

BMCCB/FL-JL – 136.

FÉ E POLÍTICA

Fé e Política: 3 documentos. [Lisboa: s. n., 1969]. [34 p.].

BMCCB/FL-ASC.

FEIJÓ, Margarida; FEIJÓ, Rui

[Carta], Casa de Vilar, Aparecida, Douro, 1969 Set. 15, [a Armando Bacelar], Porto. Rui Feijó, Margarida Feijó. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado. Papel timbrado da Casa de Vilar. Texto dactilografado. Os autores, para além das divergências com a CDE, manifestam ao destinatário a sua solidariedade com as tomadas de posição da mesma Comissão, para uma contestação ao regime.

BMCCB/FL-AB – CT 30.

FERNANDES, Vasco da Gama

[Carta, Leiria, 1969?], Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa. Vasco da Gama Fernandes. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Autografo. O autor tece considerações sobre a censura.

BMCCB/FL-JL – 137.

FERREIRA JÚNIOR, José

Aos Democratas do Distrito de Leiria. José Ferreira Júnior. Leiria: JFJ, 1969. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém a data de 7 de Julho.

BMCCB/FL-AB – 218.

FONSECA, Armando

[Carta], Porto, 1969 Jan. 27, [a Armando Bacelar, Porto?]. [1 fl., 1 p.].

Papel timbrado do jornal República. Autografo assinado pelo autor. Contém carimbo da delegação do Porto do mesmo jornal. O autor pede ao destinatário uma cópia do discurso proferido a 31 de Janeiro.

BMCCB/FL-AB – CT15.

[Carta], 1969 Set. 3, Porto, [a Armando Bacelar]. Armando Fonseca. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado. Papel timbrado do jornal “República”. Contém carimbo do jornal “República”. O autor solicita o destinatário para uma entrevista sobre o acto eleitoral.

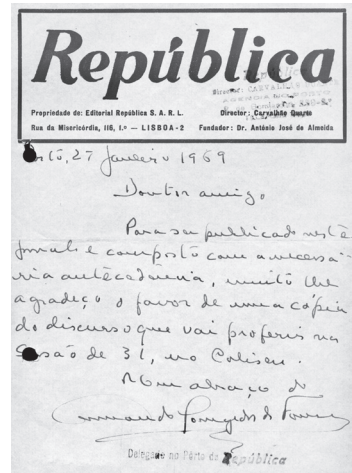
BMCCB/FL-AB – 116.

GOMES, Rui Luís

“O Derrotado Invencível”. Ruy Luís Gomes. [S. L.: RLG, 1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado. Texto manuscrito.

BMCCB/FL-AB – 430.



UM GRUPO DE MULHERES DEMOCRATAS

As Mulheres Portuguesas Exigem uma Ampla Amnistia na Páscoa para Todos os Presos Políticos. Um Grupo de Mulheres Democratas. [S. l.:]. Um Grupo de Mulheres Democratas, [1969?]. [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-JL

GUIMARÃES, Elina

O Voto Feminino [material gráfico]. Elina Guimarães. [Lisboa: s. n., 1969?] (Aveiro: Lusitânia). [1 fl.; 1 p.].

De um artigo publicado no Diário de Lisboa, em 15/01/1969.

BMCCB/FL-AB – 106.

INFORMAÇÃO. Lisboa, 1969

Informação. Comissão Eleitoral Democrática do Distrito de Lisboa. n.º 1 (30 Jul. 1969). Lisboa: Comissão Eleitoral Democrática do Distrito de Lisboa, 1969.

BMCCB/FL-AB – 201.

INFORMAÇÃO. Porto, 1969

Informação: elementos noticiosos para a imprensa, rádio e televisão. [Propr.] Comissão Eleitoral Democrática do Porto. n.º 2 (Set. 1969). Porto: Comissão Eleitoral Democrática do Porto, 1969.

BMCCB/FL-AB – 111.

INFORMAÇÃO. Porto, 1969

Informação: elementos noticiosos para a imprensa, rádio e televisão. [Propr.] Comissão Democrática do Porto. n.º 4 (Out. 1969). Porto: Comissão Democrática do Porto, 1969.

BMCCB/FL-AB – 128.

INFORMAÇÃO. Porto, 1969.

Informação. Movimento Democrático dos Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. n.º 1 (Out. 1969). Porto: Movimento Democrático dos Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 1969.

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 305.

INSTRUÇÕES PARA O RECENSEAMENTO ELEITORAL

Instruções para o recenseamento eleitoral [material gráfico]. [S. l.: s. n., 1969?]. [1 fl.; 2 p.].

BMCCB/FL-AB – 162.

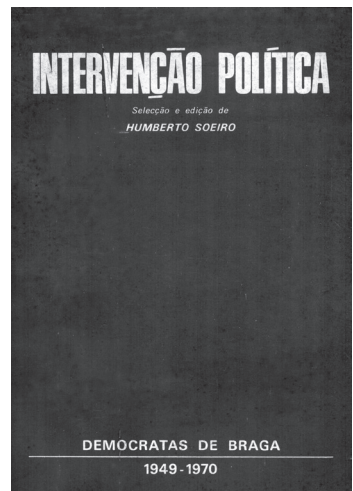
INTERVENÇÃO POLÍTICA

Intervenção Política: democratas de Braga: 1949-1070. Sel., introd. Humberto Soeiro; documentos col. Eduardo Ribeiro [et. al.]. [Porto: Editorial Inova, [1973]. 364 p.

1. Relatores Armando Castro, Lino Lima – Política Económica do Governo de Salazar (1949), pp. 17-34.

2. Relatores Lino Lima, Vítor de Sá – “O Manifesto Eleitoral de 1957”, pp. 37-66.

3. Relatores Lino Lima, Vítor de Sá – “Aos Portugueses: manifesto de 1959”, pp. 69-87.



4. Relatores Santos Simões, Eduardo Ribeiro – “Conferência de Imprensa nas Eleições Legislativas de 1965”, pp. 91-103.
5. Relator do texto apresentado à discussão Lino Lima – “Um Momento Político: análise da situação em 5 de Outubro de 1968: colóquio”, pp. 107-154.
6. Relator Lino Lima – “Unidade Política e Acção Política. Comunicação ao II Congresso Republicano de Aveiro, Maio de 1969”, pp. 157-166.
7. Relator Santos Simões; Conselho de Leitura Lino Lima, Vítor de Sá, Armando Castro – “Nova Cartilha do Povo” (1969), pp. 169-195.
8. Relator Lino Lima – “O Momento Político. Manifesto Eleitoral (Out. de 1969)”, pp. 199-204.
9. Relatores Joaquim Loureiro, Lino Lima – “Política das Relações Entre a Igreja Católica e o Estado” (Out. 1969), pp. 207-212.
10. Relatores Lino Lima, Joaquim Loureiro, Humberto Soeiro – “O Problema Ultramarino” (Out. 1969), pp. 215-237
11. A Política Cultural. I – Relator Vítor de Sá – “Cultura”. II Relator Santos Simões – “Educação” (Out. 1969), pp. 241-251.
12. Relatores José Sampaio, Alberto Pedroso – “A Política da Segurança Social” (Out. 1969), pp. 255-261.
13. Relatores Margarida Malvar, Lino Lima – “A Política da Juventude” (Out. 1969), pp. 265-269.
14. Relator Santos Simões – “A Política do Desporto” (Out. 1969), pp. 273-279.
15. Relator Santos Simões – “A Política do Turismo” (Out. 1969), pp. 283-290.
16. Relatores Margarida Malvar, Lino Lima – “A Situação da Mulher Portuguesa” (Out. 1969), pp.293-297.
- 17 – Relator Eduardo Ribeiro – “A Política da Habitação” (Out. 1969), pp. 309.
18. Relator Lino Lima – “O Problema da Agricultura Portuguesa” (Out. 1969), pp. 313-321.
19. Relator Marinho Dias – “As Medidas de Segurança” (Out. 1969), pp. 325-336.
20. Relatores José Manuel Mendes – “Aos Jovens do Distrito de Braga” (Out. 1969), pp. 339-341.
21. “Telegramas”, pp. 345-347
22. Relator Lino Lima – “Relatório sobre a Política Ultramarina e o Discurso do Presidente do Conselho de 27 de Setembro de 1970”, pp. 351-364.

BMCCB/FL-JL – 43204.

LIMA, Manuel Campos

[Carta], Portimão, 1969 Jul. 18, Exmo. Sr. Dr. José Henriques Vareda, Leiria. Manuel Campos Lima. [1 fl.; 2 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. O autor informa o destinatário de uma reunião proposta por Armando Bacelar pela Oposição Democrática do Porto, a fim de se tratar o tema da lista única proposta por Mário Soares.

BMCCB/FL-AB – CT23.

MACEDO, António

[Carta], Porto, 1969 Fev. 21, Exmo. Senhor Arq. Lobão Vital, Ex.^a Sr.^a Eng.^a D. Virgínia Moura. António Macedo. [3 fls.; 3 p.].

Autógrafo assinado. Texto dactilografado. Cópia. O autor tece considerações sobre os acontecimentos do Coliseu, defendendo-se do que é acusado, tomando iniciativas individuais perante a C.D.E.

BMCCB/FL-AB – 131.

[Carta], Porto, 1969 Fev. 25, Exmo. Senhor Dr. Mário Brochado Coelho, Porto. António Macedo. [4 fls.; 4 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. O autor tece considerações sobre os antecedentes do 31 de Janeiro para justificar a atitude que manteve com a carta circular que fez de 4 de Fevereiro.

BMCCB/FL-AB – 130.

[Carta], Porto, 1969 Mar. 18, Exmo. Senhor Dr. Orlando Juncal, Porto. António Macedo. [6 fls.; 6 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. O autor tece considerações sobre as atitudes dos seus "amigos" da CDE, após a sessão do Coliseu do 31 de Janeiro.

BMCCB/FL-AB – 129.

[Carta], Porto, 1969 Jul. 28, Porto, Exmo. Senhor José Henriques Vareda, Leiria. António Macedo. [2 fls.; 2 p.].

Autografo assinado. Texto dactilografado. O autor tece considerações política internas da C. D. E.,

BMCCB/FL-AB – 128.

O MILITANTE. Lisboa, 1969

O Militante: boletim do comité central do Partido Comunista Português. Ano 36, 3.^a série, n.º 161 (Jun. 1969). Lisboa: Partido Comunista Português, 1969.

"Sobre o Momento Político Actual Álvaro Cunhal Fala à Rádio Portugal Livre".

BMCCB/FL-AB -475.

MIRANDA

"Humor de Miranda" [material gráfico]. [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

MOURA, Virgínia

[Carta], Porto, 1969 Ago. 21, [a Armando Bacelar]. Virgínia Moura. [1 fl.; 2 p.].

Autografo assinado. Papel timbrado da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito do Porto. A autora informa o destinatário, como facto consumado, da existência de duas listas.

BMCCB/FL-AB – CT32.

MOURA, Virgínia; VITAL, Lobão

[Carta], Porto, 1969 Fev. 9, Exmo. Sr. Dr. António Macedo, [Porto]. Virgínia Moura, Lobão Vital. [1 fl.; 2 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. Os autores criticam o documento realizado pelo destinatário, considerando uma atitude individual e não de grupo.

BMCCB/FL-AB – 132.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Declaração dos Estudantes Democratas de Economia. Movimento Democrático dos Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Porto: Movimento Democrático dos Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, [1969?]. [1 fl.: color.; 2 p.]

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 304.

MOVIMENTO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao País. Movimento da Oposição Democrática. [S. l.]: Movimento da Oposição Democrática, [1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 345.

MOVIMENTO OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA DE MATOSINHOS.

A Importância do Recenseamento. Movimento Oposição Democrática de Matosinhos. Matosinhos: Movimento Oposição Democrática de Matosinhos, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 135.

NOGUEIRA, Jofre Amaral

[Carta], Porto, 1969 Set. 12. Jofre Amaral Nogueira. [3 fls.; 3 p.].

Texto manuscrito. Cópia. O autor tece considerações sobre a situação do país.

BMCCB/FL-AB – 147.

“Quando os Lobos Uivam”: carta-aberta sobre a palestra-colóquio realizada em 13-6-69, no Clube de Viseu.

Jofre Amaral Nogueira. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém assinatura autografa do autor. Cópia

BMCCB/FL-AB – 103.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Ao Povo do Distrito de Aveiro: recenseamento eleitoral [material gráfico]. [Oposição Democrática]. [Aveiro: Oposição Democrática], 1969. [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-AB – 200.

A Comissão Democrática do Porto e as Eleições de Outubro de 1969. Oposição Democrática. Porto: Oposição Democrática, 1969. [12 fls.; 12 p.].

Texto dactilografado. Contém correcções manuscritas.

BMCCB/FL-AB – 121, 122.

Compromisso dos Candidatos da Oposição Democrática à Eleição de Deputados para a Assembleia Nacional.

Oposição Democrática. Porto: Oposição Democrática, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém correcções manuscritas.

BMCCB/FL-AB – 119.

Comunicado Final do 6.º Encontro Nacional da Oposição Democrática. [S. l.]: Oposição Democrática, 1969.

[1 fl.; 1 p.]

BMCCB/FL-AB – 420.

Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática. [S. l.: Oposição Democrática, 1969. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém os manuscritos do texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 235.236, 237.

[“Programa”]. [Oposição Democrática. S. L.: Oposição Democrática, 1969?]. [3 fls.; 3 p.].

BMCCB/FL-AB – 92.

Recenseamento Eleitoral. [Oposição Democrática]. [S. l.: Oposição Democrática, 1969?]. [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-AB – 98.

O Sr. Presidente do Conselho falou à Nação [Oposição Democrática]. [S. l.: Oposição Democrática, 1969] [2 fl.; 3 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 94, 95.

A 6.ª Reunião Nacional da Oposição Democrática. [S. l.: s. n., 1969?]. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 165.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA DE COIMBRA

Ao Povo do Distrito de Coimbra [material gráfico]. Oposição Democrática de Coimbra. Coimbra. Oposição Democrática de Coimbra, 1969. [4 p.].

BMCCB/FL-AB – 196.

OUTUBRO MÊS DE ELEIÇÕES

"Outubro Mês de Eleições" [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (9 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].

BMCCB/FL-AB – 166.

PARA UM DOSSIER DA «OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA»

Para um Dossier da «Oposição Democrática». Org., Pref., Notas Serafim Ferreira, Arsénio Mota. [S. l.: s. n., 1969] (Póvoa de Varzim: Tipografia Camões). 2 vols.

1. "Breve Cronologia de Acontecimentos Políticos em Portugal: 1945-1969", pp. 17-32 (I)
2. Norton de Mattos – "À Nação: no rescaldo das eleições presidenciais de 1969", pp. 33-54.
3. "Manifesto À Juventude da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil)", pp. 55-67.
4. Quintão Meyreles – "Explicação ao País: porque não pode nem deve manter a sua candidatura à Presidência da República", pp. 69-81.
5. Arlindo Vicente – "Aos Portugueses", pp. 83-97.
6. Humberto Delgado – "Discurso no Coliseu do Porto, em 11 de Maio de 1958", pp. 99-118.
7. Humberto Delgado – "Proclamação: eleições presidenciais de 1958", pp. 119-138.
8. D. António Ferreira Gomes – "Carta do Bispo do Porto ao Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar: no rescaldo das eleições presidenciais de 1958", pp. 139-168.
9. "Programa para a Democratização da República" (1960), pp. 169-246.
10. "Manifesto ao País e Representação ao Presidente da República dos Candidatos da Oposição Democrática às Eleições para a Assembleia Nacional de 1965", pp. 247-278.
11. "Plataforma de São Pedro de Muel" (1969), pp. 279-282.
12. "Aveiro. Proclamação da C. D. E. Manifesto da C. D. E." (1969) (II), pp. 35-47.
13. "Beja. Programa da C. D. E. Manifesto da C.D.E.: «A crise da cultura em Portugal e as carências no distrito de Beja»", pp. 49-68.
14. "Braga. Manifesto da C.D.E.: «A Liberdade Religiosa». Manifesto da C.D.E.: «A Política Ultramarina». Manifesto da CEUD", pp. 69-112.
15. "Bragança. Manifesto da CDE", pp. 113-126.
16. "Castelo Branco. Manifesto da C.D.E.", pp.127-172.
17. "Coimbra. Manifesto da C.D.E.", pp. 173-181.

18. "Évora. Manifesto da C.D.E.", pp. 183-189, pp. 189.
 19. "Leiria. Proclamação da CDE", pp. 191-212.
 20. "Lisboa. Manifesto da CDE (I). Manifesto da CDE (II). Programa Político da CD E Programa da CEUD. Manifesto da CEUD: «Uma Política de Educação e Cultura». Manifesto da CEM. Manifesto da Acção Democrato-Social", pp.213-401
 21. "Porto. Proclamação da CDP. Proclamação da CEUD", pp.403-426.
 22. "Santarém. Manifesto da CDE", pp. 427-431.
 23. "Setúbal. Manifesto da CDE. Comunicado da CDE: «A despolitização do País»", pp. 433-444.
 24. "Vila Real. Manifesto da CDE", pp. 445-452.
 25. "Viseu. Manifesto da CDE", pp. 453-459.
 26. "Apêndices", pp. 461-483.
- BMCCB/FL-AB – 60256.

PELOS DEMOCRATAS DO DISTRITO DE AVEIRO

Eleições Para Deputados: manifesto ao Povo do Distrito de Aveiro [material gráfico]. Pelos Democratas do Distrito de Aveiro. Aveiro: Pelos Democratas do Distrito de Aveiro, 1969. [1 fl.; 2 p.].

BMCCB/FL-AB – 199.

PEREIRA, Jorge Ramos

[Carta], 1969 Set. 7, Prezado Dr. António Ribeiro da Silva, Viana do Castelo. Jorge Ramos Pereira. [1 fl.; 1 p.]. Autografo. Texto dactilografado. Cópia da carta do Almirante Ramos Pereira lida na reunião de democratas do distrito de Viana do Castelo. O autor tece considerações sobre o acto eleitoral.

BMCCB/FL-AB – 122.

PINHO, A. V. de

Apelo aos Eleitores e seus Futuros Representantes. A. V. de Pinho. Porto: AVP, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Texto com a data de 31 de Janeiro. Em apenso, cartão de visita do autor, subscrevendo os seus cumprimentos.

BMCCB/FL-AB – 96.

PINTO, Carlos A. Marques

[Carta], Mafra, 1969 Out. 24, Senhor Doutor [Armando Bacelar]. [1 fl.; 2 p.].

Autografo assinado. O autor, soldado-cadete, apresenta ao destinatário um caso de violação do direito de voto, devido ao cancelamento das licenças de saída no dia das eleições.

BMCCB/FL-AB – CT28.

PLATAFORMA DE ACÇÃO COMUM DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática. [S. l., s. n., 1969?]. [1 fl., 2 p.].

Texto dactilografado. Contem correcções manuscritas.

BMCCB/FL-AB – 240.

PORTUGAL. Decretos, Leis, etc.

Lei Eleitoral: Decreto-Lei n.º 37.570, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49.229: extracto da parte que se aplica ao funcionamento das assembleias de voto [material gráfico]. [Lisboa: s. n., 1969? [4 p.].

BMCCB/FL-JL – 154.

Lembra-se para os devidos efeitos do Código Penal Português [material gráfico]. [S. l.: s. n.], 1969. [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-JL – 155.

“Outubro, Mês de Eleições. Escolhidos os candidatos das comissões democráticas de Braga e de Viseu” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (5 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 495.

“Outubro, Mês de Eleições. Regulada em novos moldes a apresentação e admissão de candidaturas, dos direitos dos candidatos e das comissões eleitorais” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (7 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 166.

“Outubro, Mês de Eleições. Sondagem à opinião pública levada a efeito pela União Nacional. Um comunicado acerca do inquérito em curso” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (6 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 166.

“Outubro, Mês de Eleições. Elevado número de democratas de Viana do Castelo escolheu os seus candidatos” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (8 Set. 1969). [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 166.

“Outubro, Mês de Eleições. Escolhidos os candidatos da Oposição Democrática pelo Círculo de Coimbra” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (10 Set. 1969), [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 166.

“Comunicação do ministro do Interior sobre o próximo acto eleitoral” [material gráfico]. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (28 Jun. 1969). [1 recorte de imprensa].
BMCCB/FL-AB – 166.

PROPAGANDA ELEITORAL

“Propaganda Eleitoral”. [S. l.: s. n., 1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Texto manuscrito. Propaganda eleitoral.

BMCCB/FL-JL – 166.

RECLAMAÇÕES ELEITORAIS

Reclamações Eleitorais: Comissão Recenseadora do 2.º Bairro. Porto: [s. n.], 1969. [1 dossier].

Contém i) textos manuscritos e dactilografados; vários processos judiciais, nomeadamente de Armando Bacelar.

BMCCB/FL-AB – 254.

REGO, Raúl; ZENHA, Francisco Salgado

[Carta], Lisboa, 1969 Ago. 31, Às Comissões Eleitorais Democráticas de Lisboa, Porto e Braga. Francisco Salgado Zenha, Raul Rêgo. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Contém assinaturas autografadas de Francisco Salgado Zenha e de Raul Rêgo. Os autores, signatários da CEUD, subscrevem o documento pela Oposição Democrática lamentando o facto das comissões destinatárias não terem aceite uma mesa-redonda para ser discutido uma lista unificada da Oposição Democrática de Lisboa, Porto e Braga, as quais não aceitaram esta mesma unificação.

BMCCB/FL-AB – CT21.

A “RENTABILIDADE” ACADÉMICA EVANGÉLICA

A “Rentabilidade” Académica Evangélica: do serviço do padre na Igreja de hoje. Lisboa: António Correia, José Magalhães, Luís Moita, 1969. 19 p.

BMCCB/FL-ASC.

RIBEIRO, Sérgio

Dossier Candidatura: Leiria 1969. Sérgio Ribeiro. Lisboa: Prelo Editora, 1970. 116 p. (Biblioteca Popular; 1).

BMCCB/FL-JL – 31134.

SOARES, Mário

[Carta], Lisboa, 1969 Maio 23, Meu Caro Bacelar, Porto. [1 fl.; 1 2 p.].

Texto manuscrito. Papel timbrado de Mário Soares. O autor informa o destinatário que recebeu um comunicado da CDE do Porto, não o percebendo. Gostava de também de saber como foi a recepção a Marcelo Caetano no Porto.

BMCCB/FL-AB – CT11.

[Carta], Lisboa, 1969 Jul. 28, Senhor Dr. Armando Bacelar, [Porto]. Mário Soares. [2 fls.; 2 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado de Mário Soares. Contém assinatura autografa de Mário Soares.

BMCCB/FL-AB – CT10.

SOARES, Mário; ZENHA, Francisco Salgado

[Carta], Lisboa, 1969 Ago. 17, Às Comissões Eleitorais Democráticas de Lisboa, Porto e Braga. Mário Soares, Francisco Salgado Zenha [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Contém autógrafos assinados de Mário Soares, Francisco Salgado Zenha e uma assinatura ilegível. Cópia. Os signatários da CEUD propõem aos destinatários da missiva a convocação de uma mesa-redonda para discutirem as divergências internas.

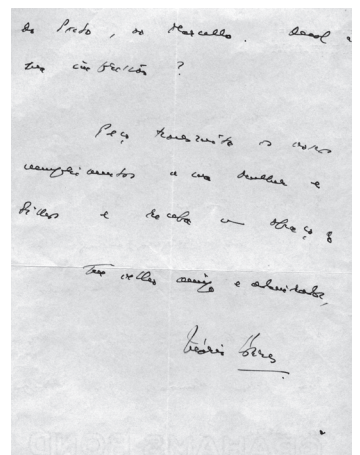
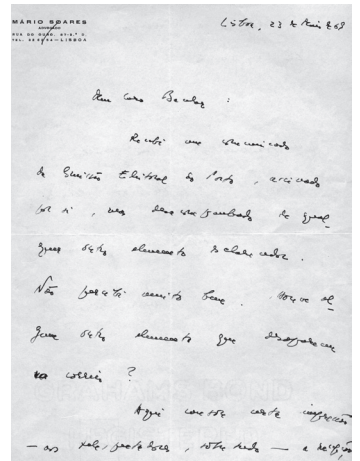
BMCCB/FL-AB – CT22.

SOUTO, Lopes do

[Carta], Lisboa, 1969 Maio 7, Lisboa, Exmo. Sr. Dr. Armando Bacelar, Porto. Lopes do Souto. [1 fl.: color.; 1 p.].

Autografo assinado. Texto dactilografado. Papel timbrado do “Diário de Lisboa”. O autor, Director-Geral do “Diário de Lisboa”, informa o destinatário do inquérito político que envia para publicação.

BMCCB/FL-AB – 115.



[Carta], Lisboa, 1969 Set. 9, Lisboa, Exmo. Sr. Dr. Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar, Porto. Lopes do Souto. [1 fl.: color.; 1 p.].

Autografo assinado. Texto dactilografado. Papel timbrado do "Diário de Lisboa". O autor, Director-Geral do "Diário de Lisboa", pede ao destinatário os dados biográficos e o perfil político.

MCCB/FL-AB – 117.

TODOS OS RECENSEAMENTO

Todos ao Recenseamento [material gráfico]. [S. l.: s. n., 1969?] (Casa Portuguesa). [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-AB – 161.

TRABALHADORES DEMOCRATAS DO PORTO

Carta Aberta aos Democratas Portugueses. Trabalhadores Democratas do Porto. Porto: Trabalhadores Democratas do Porto, [1969?]. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 129.

UNIDADE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA

A Juventude em Luta. Unidade da Juventude Democrática Portuguesa. [S. l.]: Unidade da Juventude Democrática Portuguesa, [1969?]. [2 fls., 4 p.].

Texto dactilografado.

BMCCB/FL-AB – 260.

VAREDA, José Henriques

[Carta, Leiria?], Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Leiria. José Henriques Vareda. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Autografo.

BMCCB/FL-AB – 216.

VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1580 (19 Set. 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

"A Prova Real", I.

"A Comunicação ao País do Chefe do Governo", II-III.

"A Assembleia Nacional: suas atribuições e objectivos", III-IV.

"A Intervenção das Oposições para a Escolha dos Deputados – actividade desenvolvida desde o M. U. D. até ao momento actual", V.

"A Plataforma de São Pedro de Muel", V-VI.

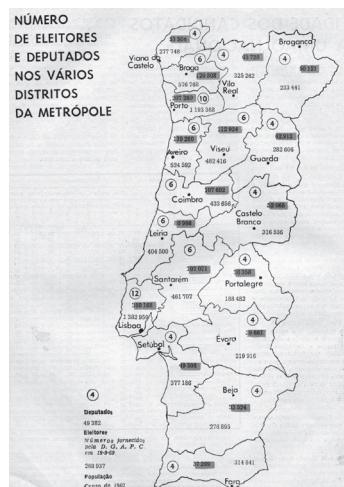
"Cisão dos Oposicionistas: o rompimento de Mário Soares com Armando Bacelar", VII-X.

"Listas de Oposição já Constituídas", X-XI.

"As Alterações À Lei Eleitoral", XII-XIII.

"Testemunhos Sobre as Modificações na Lei Eleitoral", XIV-XVI.

BMCCB/FL-AB – 490.



VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1582 (3 Out. 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

"Eleições 1969: no signo do endurecimento", p. 25.

"Candidatos Inteleituais", p. 26.

"Vitor de Sá: duas declarações sobre a exclusão da sua candidatura por Braga", p. 26.

"Candidatos Pertencentes às Forças Armadas", p. 26.

"A Idade dos Candidatos da União Nacional", p. 27.

"Número de Eleitores e Deputados nos Vários Distritos da Metrópole", p. 28.

"O Voto das Mulheres", p. 29.

"O Voto dos Analfabetos", p. 29.

"Cisão dos Oposicionistas: a quebra da unidade e a responsabilidade do rompimento", pp. 30-31.

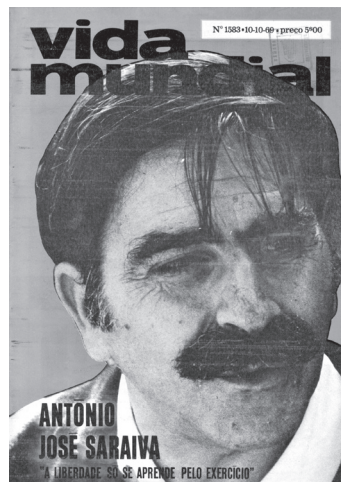
"Abstenção no Acto Eleitoral", pp. 32-35.

"O Problema do Ultramar Analizado pela C. E. U. D.", pp. 36-37.

"Forças Armadas Atentas e Vigilantes", p. 38.

"Movimento Geral da População do País", pp. 39-40.

BMCCB/FL-AB



VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1583 (10 Out. 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

"António José Saraiva: «Há em Portugal uma tendência para mitificar o estrangeiro», pp. 8-13.

"Eleições 1969. Para além das eleições", p. 28.

"Centro, Direita e Esquerda", 29.

"Como foi elaborada e quem elaborou a plataforma de São Pedro de Muel", pp. 30-31.

"Sessões de Propaganda", pp. 32-39.

"Comemorações do 5 de Outubro. Testemunhos de adesão aos ideais republicanos", 39-41.

BMCCB/FL-AB

VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1584 (17 Out. 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

"Eleições 69. Primeira Quinzena", p. 37.

"Retrospectiva de 1834 a 1965", pp. 38-40.

"As Oposições Encontram Dificuldades", p. 43.

"O Rompimento da Unidade. Um abismo entre duas versões", p. 44.

"«Escusamos de Invocar a nossa palavra de honra» – Mário Cal Brandão e Manuel Coelho dos Santos, pp. 44-45.

"Nada lhe poderia ter sido dito pois não se tinha tomado qualquer deliberação", p. 45.

"O Rompimento da Unidade. Comentário: uma patente contradição", p. 47.

"Armando Bacelar: «Não tenho a menor dúvida se a tivesse, admitiria a possibilidade de um equívoco que muito me regozijaria», p. 48.

BMCCB/FL-AB.

VIDA MUNDIAL. Lisboa, 1969

Vida Mundial. Dir. Francisco Eugénio Martins. Ano 31, n.º 1585 (24 Out. 1969). Lisboa: Francisco Eugénio Martins, 1969.

“Comentário da Semana. Uma Viragem Histórica”, p. 3.

“A Dois Dias das Eleições”, II.

“A Cisão dos Opositoristas e a Responsabilidade do Rompimento. Um conflito insanável para além das eleições”, III.

“Partidário da mais ampla liberdade de imprensa, preconiza Mário Soares”, IV.

“Comentário: evitem-se: evitem-se os equívocos em provações futuras”, V-VI.

“«Como não se trata de uma carta pessoal faça o uso que julgar necessário»”, VI-VIII.

“Comentário. Rompimento com os opositoristas por parte da corrente socialista”, VIII-IX.

“Esclarecer para bom entendimento – carta de Edgar Correia, Raul de Castro e Virgínia Moura”, IX-X.

“Comentário. Confirmada a versão de Armando Bacelar”, X-XI.

“Colóquios – Inovação na campanha”, XI.

“Publicidade. Mais um passo em frente”, XII.

“Cultura e Educação”, XIII-XVI.

“A Abstenção dos Opositoristas”, XVI.

BMCCB/FL-AB

III.V

Braga. Vila Nova de Famalicão

AFONSO, José Maria Barreiros

[Carta], Ribeirão, V. N. de Famalicão, Ao Candidato a Deputado da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Sr. Dr. Lino Lima, V. N. de Famalicão. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado. O autor informa ao destinatário que está disponível para realizar campanha em Ribeirão.

BMCCB/FL-JL – 321.

BRAGA. Polícia de Segurança Pública

Mandado de Notificação. Polícia de Segurança Pública de Braga. Braga: Polícia de Segurança Pública de Braga, 1969. [1 fl.; 1 p.].

O Comandante, Anibal Brito, da PSP de Braga manda a que qualquer agente policial notifique Lino Lima, pela actividade política, devido a uma reunião realizada no Hotel do Parque, já que a CDE não tinha existência legal.

BMCCB/FL-JL – 199.

Relatório Sobre Reuniões Políticas da Oposição, em Braga. Polícia de Segurança Pública de Braga. Braga: Polícia de Segurança Pública de Braga, 1969. [2 fls.; 4 p.].

Texto dactilografado. Papel azul selado.

BMCCB/FL-JL – 236.

CENTRO ACADÉMICO FAMILICENSE

Colóquio Sobre o Ensino pelo Dr. Santos Simões. Centro Académico Famalicense. V. N. de Famalicão: Centro Académico Famalicense, 1969. [1 fl.: color.; 1 p.].

Texto dactilografado. Contém citação do livro de Santos Simões Engrenagens do Ensino.

BMCCB/FL-ASC – 15.

Comunicado aos Sócios. Centro Académico Famalicense. V. N. de Famalicao: Centro Académico Famalicense, 1969. [1 fl.: color.; 1 p.].

Texto dactilografado. Texto com a data de 9 de Abril. O comunicado informa os sócios do colóquio sobre o ensino, sendo o orador Santos Simões.

BMCCB/FL-ASC - 16.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL

À Assembleia Plenária do Episcopado Português [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Documento com a data de 13 de Novembro.

BMCCB/FL-AB - 179.

Amigo: a previdência rural é como [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (Silva Pereira). [1 folheto de propaganda: color.].

BMCCB/FL-JL - 59.

Amigo: o que está em jogo é o nosso futuro [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (Tip. Silva Pereira). [1 folheto de propaganda: color.].

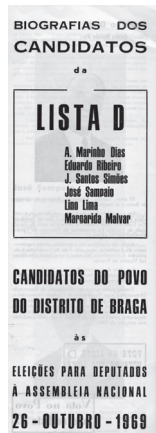
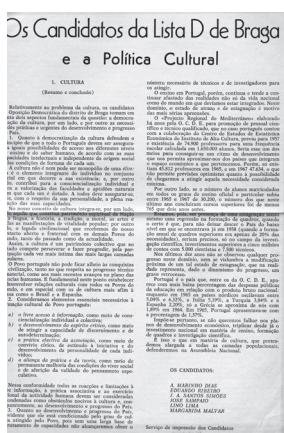
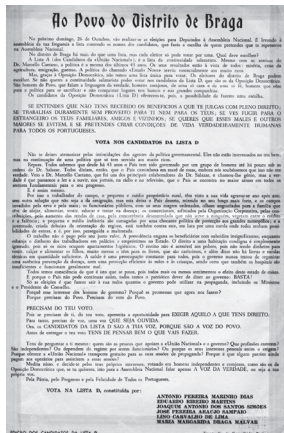
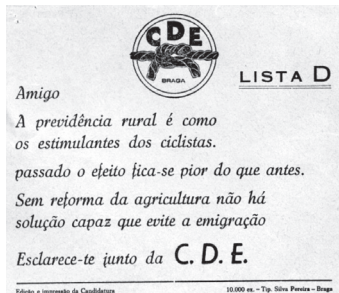
BMCCB/FL-JL - 60.

Ao Povo do Distrito de Braga [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (Porto: Tipografia do Carvalhido). [1 fl.: color.; 1 p.].

BMCCB/FL-JL - 61.

Apelo Ao Bom Senso! [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (Tip. Silva Pereira). [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-AB - 437.



Biografias dos Candidatos da Lista D [material gráfico]. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969. [1 desdobr.: color., II.].

BMCCB/FL-JL - 73.

["Defesa dos Trabalhadores"] [material gráfico]. [Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969?]. [1 fotogr.: p. & b.].

BMCCB/FL-JL – 169.

Inquérito [material gráfico]. [Comissão Democrática Eleitoral]. [Braga: Comissão Democrática Eleitoral], 1969. [4 p.].

Contém, em anexo, um texto dactilografado da CDE, enviando cumprimentos. Este inquérito é destinado às freguesias, não se encontrando preenchido, sobre a actividade económica, ou os aspectos sociais e culturais.

BMCCB/FL-AB – 182.

Liberdade, Vitória, C[omissão] D[emocrática] E[leitoral], Vitória, Pátria: campanha eleitoral da C.[omissão] D. [emocrática] E.[leitoral]. Braga, 1969, Teatro Circo [material gráfico]. [Braga: C. [omissão] D.[emocrática] E.[leitoral], 1969]. [1 fotogr.: p. & b.].

BMCCB/FL-AB – 15.

Lista D [material gráfico]. [Braga: omissão Democrática Eleitoral, 1969?].

[1 lista].

Lista que contém os elementos da CDE: António Dias, Eduardo Martins, Joaquim Santos Simões, José Sampaio, Lino Lima e Maria Margarida Braga Malvar.

BMCCB/FL-AB – 190.

Não votes por quem te explora. Vota por ti próprio, votando nas listas do povo: Lista D [material gráfico]. [Comissão Democrática Eleitoral]. Braga: [Comissão Democrática Eleitoral], 1969.

Contém os elementos da Lista D: António Pereira Marinho Dias, Eduardo Ribeiro Martins, Joaquim António dos Santos Simões, José Araújo Pereira Sampaio, Lino Carvalho de Lima, Maria Margarida Braga Malvar.

BMCCB/FL-JL – 114.

Nova Cartilha do Povo. [Comissão Democrática Eleitoral]. Braga: [Comissão Democrática Eleitoral], 1969. 29 p.

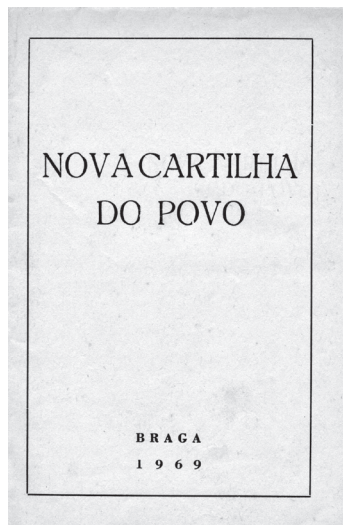
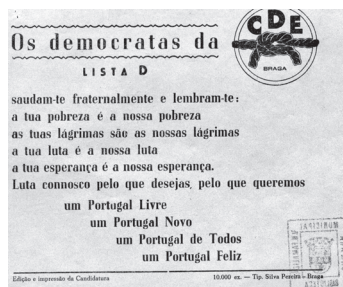
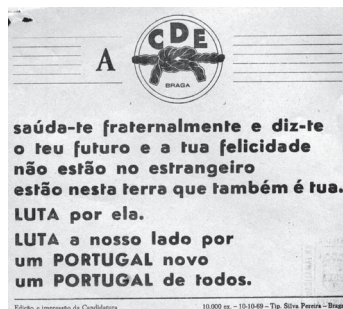
MBM/Espólio particular ASC.

Os Democratas da Lista D saúdam-te fraternalmente e lembram-te: [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral. Braga: Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (Tip. Silva Pereira). [1 folheto de propaganda: color.].

BMCCB/FL-JL – 97.

["Teatro Circo – 1969: Joaquim Loureiro, Humberto Soeiro, Margarida Malvar, Santos Simões, entre outros"] [material gráfico]. [Comissão Democrática Eleitoral]. Braga: [Comissão Democrática Eleitoral], 1969.

BMCCB/FL-JL – 127.



[Telegrama], Braga, 1969 Jan. 17, Ao Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Lisboa. Comissão Democrática Eleitoral. [1 fl.; 2 p.].

Texto dactilografado. Cópia. Os signatários da CDE de Braga pedem ao destinatário a demissão do Governador Civil de Braga, Santos Cunha, por este impedir a convivência política no distrito e a consciencialização cívica dos cidadãos para o recenseamento eleitoral.

BMCCB/FL-AB – 181.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA

Ao Povo do Distrito de Braga. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [2 fs.; 4 p.].

Texto dactilografado. Texto no qual se apela ao voto nas eleições legislativas para a Assembleia Nacional.

BMCCB/FL-AB – 183.

Ao Povo do Distrito de Braga [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 fl.; 2 p.].

BMCCB/FL-JL – 51.

Aos cidadãos do Distrito de Braga [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Texto que, para além de constarem os elementos da CDE, incentiva não só os cidadãos a apoiarem a respectiva comissão, como igualmente a recensearem-se.

BMCCB/FL-AB – 189.

Apelo ao Bom Senso! [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969 (Tip. Silva Pereira). [1 fl.; 1 p.].

BMCCB/FL-AB – 437.

[“Campanha Eleitoral 1969 – Teatro Circo Braga”] [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 fotogr.: p. & b.].

Joaquim Loureiro, Constantino Coelho, entre outros.

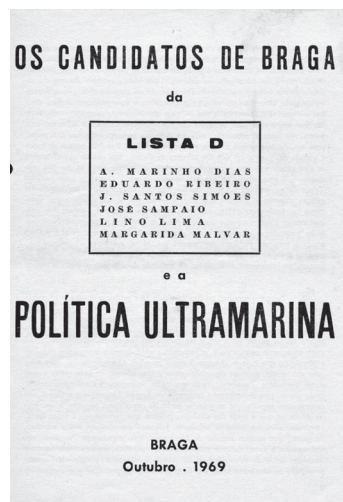
BMCCB/FL-JL – 126.

Os Candidatos da Lista D de Braga e a Política da Segurança Social [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969 (Editora Pax).

BMCCB/FL-AB – 443.

Os Candidatos de Braga da Lista D e a Política Ultramarina [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969 (Porto: Tipografia do Carvalhido). 15 p.

BMCCB/FL-AB – 436.



- Não votes por quem te explora [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 folheto de propaganda: p. & b.].
BMCCB/FL-JL – 115.
- [Ofício], Braga, 1969 Jun. 5, Prezado Correligionário. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. [1 fl.; 1 p.].
Texto dactilografado. A comissão não só informa os correligionários da proibição da conferência de imprensa no Hotel do Parque, como também das actividades que se realizariam naquele encontro, nomeadamente sobre o problema ultramarino e a crise académica.
BMCCB/FL-AB – 185.
- [“Olívia Ferreira, Joaquim Loureiro, Eduardo Ribeiro, José Sampaio, Margarida Malvar, Santos Simões”] [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 fotogr.: p. & b.].
BMCCB/FL-JL – 125.
- [“Outubro 1969 – Teatro Circo Campanha Eleitoral”], Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 fotogr.: p. & b.].
Joaquim Loureiro, Eduardo Ribeiro, José Sampaio, Humberto Soeiro, P. Almeida, Margarida Malvar, entre outros.
BMCCB/FL-JL – 128.
- 1.ª Conferência de Imprensa da Comissão Executiva da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [3 fls.; 5 p.].
Texto dactilografado. Conferência de imprensa na qual se dá a conhecer as actividades de CDE e das perseguições policiais que tem sido alvo.
BMCCB/FL-AB – 186.
- Relatório a Apresentar pelos Concelhos com Base nos Relatórios das Freguesias. [Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga]. [Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga], 1969. [1 fl.; 2 p.].
Texto dactilografado. Documento com a data de 17 de Novembro.
BMCCB/FL-JL – 122.
- Sem liberdade de imprensa [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga. Braga: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, 1969. [1 folheto de propaganda: color..].
BMCCB/FL-JL – 116.
- COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA. Delegação de Riba de Ave.
Convite [material gráfico]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de Riba de Ave. Riba de Ave: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de Riba de Ave. 1969. [1 convite].
A delegação da CDE em Riba de Ave convida a assistir a sessão de propaganda no lugar de S. Roque, com a presença dos oradores Santos Simões, Marinho Dias e José Sampaio.
BMCCB/FL-AB – 438.
- COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA. Comissão de Apoio V. N. de Famalicão
Comissão de Apoio da C. D. E.: Vila Nova de Famalicão. [V. N. de Famalicão: s. n., 1969?]. [1 fl.; 2 p.].
Texto dactilografado, com correcções manuscritas. No verso, apontamentos manuscritos.
BMCCB/FL-JL – 181.

COMISSÃO DEMOCRÁTICA ELEITORAL DO DISTRITO DE BRAGA. Delegação de V. N. de Famalicão [Carta], V. N. de Famalicão, 1969 Fev. 27, Senhor Ministro do Interior, [Lisboa]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão. [1 fl.; 2 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Os signatários, Lino Lima, Joaquim Loureiro, António Cleto Malvar, António Macedo Varela, Manuel Ferreira da Cunha, entre outros, protestam a nomeação do Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Manuel João Garcia Dias Costa, na medida em que é sócio da empresa que fornece a energia eléctrica aos serviços camarários. BMCCB/FL-ASC – 26.

[Carta], Vila Nova de Famalicão, 1969 Mar. 12, Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito de Braga, Braga. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão. [2 fls.; 3 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. Os signatários tecem considerações sobre situações problemáticas do recenseamento. BMCCB/FL-JL – 508.

[Carta], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 5, Exmo. Senhor Presidente da Câmara do Concelho de Vila Nova de Famalicão, V. N. de Famalicão. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão. [1 fl.; 1 p.].

Autografo. Texto dactilografado. Cópia. O autor, Macedo Varela, na qualidade de co-responsável pela CDEDB, participa ao destinatário que a delegação da respectiva Comissão pretende realizar uma homenagem aos republicanos falecidos, nomeadamente, e, em particular, a Bernardino Machado. BMCCB/FL-MV – 11.

Fiscais, Freguesias, Nomes: [Vila Nova de Famalicão]. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão. [S. l.: s. n., 1969?].

Manuscrito. BMCCB/FL-JL – 99.

Proclamação. Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão. V. N. de Famalicão: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão, 1969. [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. Em anexo, texto manuscrito da mesma proclamação. BMCCB/FL-JL – 241.

Zonas. [Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão]. [V. N. de Famalicão: Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, Delegação de V. N. de Famalicão, 1969?]. [8 fls.; 10 p.].

BMCCB/FL- JL – 188.

COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE DEMOCRÁTICA

Ao Povo do Distrito de Braga [material gráfico]. Comissão Eleitoral da Unidade Democrática. Braga: Comissão Eleitoral da Unidade Democrática, 1969. [4 p.].

Os signatários da CEUD: Adelino Andrade, António Braga, Artur Coelho, Francisco Faria, Joaquim Borges, Manuel Costa.

BMCCB/FL-JL – 117.

C.E.U.D.
COMISSÃO ELEITORAL DA UNIDADE DEMOCRÁTICA

Ao POVO do Distrito de Braga

Os signatários desta manifestação, ao notarem ser propostos como candidatos a deputados à Assembleia Nacional pelo Conselho Eleitoral de Braga, não se determinaram por ilusões anexas de efêmera notoriedade pessoal, antes o fizeram, arrojando até à tranqüilidade das suas vidas e a sua própria segurança pessoal, por impulso de uma indomável devoção patriótica e movidos por uma recta consciência do dever cívico. A sua dignidade de Portugueses não admite que o patriotismo cumula currucho e que a situação tenha o exclusivo da Portugalidade. Também se orgulham da Pátria que os seus maiores honras e querensa dignidade, engrandecida e LIVRE. Porque a quem LIVRE, aqui estão prontos a servir:

Figura, no entanto, bem entendido que não estão dispostos a avaliar, com a sua presença, mais uma farsa eleitoral. Que dizem que bem desde o Governo e, por isso mesmo, desde já se reclama uma absoluta igualdade de tratamento e de direitos em relação à chamada «União Nacional» no que se refere a condições de propaganda, de acesso aos meios eleitorais e de fiscalização do acto eleitoral, de modo a que, não obstante as já notadas irregularidades e imperfeições do recenseamento, possa ainda conseguir-se um mínimo de pureza e de verdade no sufrágio. De igual modo se exige que o Governo assegure a completa neutralidade ao menos neste período eleitoral, dessem grandes vestígios de interferência que são a CEN e a CPEV, e que imponha que a autoridade da sua representantes regimem, segundo das Governadores Civis e Presidentes das Câmaras, seja usada em proveito da propaganda da «União Nacional».

Quem os signatários discutir, igualmente, com correção e urbanidade, e até

ao último escrutínio, o direito de estarem presentes na Assembleia Nacional, para aí, em linguagem clara e directa — a linguagem da VERDADE que é aquela que o povo deseja e entende — se fizeram arautos de todas as justas reivindicações que a consciência nacional traz suscitadamente caladas de há já longo anos, e para intervir, com o seu voto e com o seu estado, na solução de todos os graves problemas que afligem o País e têm tornado inabitável o clima em que vive a Nação nos últimos decénios.

El, se forem sêditos, procurarão em primeira análise, restabelecer, em Portugal, a dignidade do Homem, libertando-o do domínio de qualquer passadouro sur humano, o que só é possível pela instauração da Democracia. Pagarão, para isso, pela efectiva restauração das liberdades fundamentais — condição absolutamente necessária à democracia nacional e à abertura de um diálogo construtivo em que possam participar, em pleno, todos os portugueses.

Nesta linha de rumo, defenderão a liberdade de associação das classes em bases sindicais e a liberdade de organização de todos os tendentes políticos que compõem o Agrupado Nacional sem discriminação de qualquer espécie; — exigirão a rígida publicação de uma lei de Imprensa que assegure a liberdade de expressão escrita do recenseamento sem limitações, com a consequente extinção de toda e qualquer censura política ou administrativa.

Restorão-se pela imediata libertação de todos os presos políticos, pela reintegração nos seus cargos de todos os funcionários públicos despedidos ou afastados por motivos políticos, pelo regresso de todos os perseguidos políticos à plenitude da sua actividade, pelo retorno às escolas a qui pertenciam de todos os professores e alunos

"O Momento Político. As Eleições de Amanhã". In Estrela da Manhã. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 500 (25 Out. 1969), pp. 1, 3.
José Casimiro da Silva – "A Grande Lição das Eleições de Domingo". In Estrela da Manhã. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 501 (1 Nov. 1969), pp. 1, 3.

"Resultados Definitivos das Eleições no Distrito de Braga". In Estrela da Manhã. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 501 (1 Nov. 1969), pp. 1, 3.

"Quadro das Eleições". In Estrela da Manhã. V. N. de Famalicão, Ano 10, n.º 501 (1 Nov. 1969), p. 5.
BMCCBFL.

FERRÃO, Rosendo da Costa

[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 26, Exmo Senhor Presidente da Assembleia Eleitoral de Calendário, Calendário. Rosendo da Costa Ferrão. [1 fl.: color.; 1 p.].

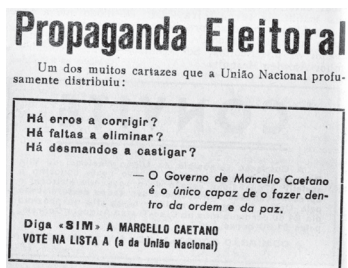
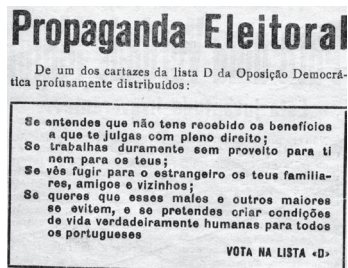
Autografo assinado. Texto dactilografado. Contém assinatura autografa ilegível do Presidente da Assembleia. O autor solicita informações dos componentes da mesa, votos e a lista que obteve o maior número.

BMCCB/FL-JL – 162.

[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 26, Exmo Senhor da Assembleia Eleitoral de Calendário, Calendário. Rosendo da Costa Ferrão. [1 fl.: color.; 1 p.].

Contem assinatura autografa do autor. Texto dactilografado. O autor solicita ao destinatário que seja admitido rubricar as listas a sufrágio, já que admite que as respectivas listas estejam viciadas.

BMCCB/FL-JL – 171.



JORNAL DE FAMILICÃO. V. N. de Famalicão, 1969

"Eleições Para Deputados". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1069 (20 Set. 1969), p. 1.

"O Próximo Acto". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1070 (27 Set. 1969), p. 1.

"O Próximo Acto Eleitoral". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1070 (27 Set. 1969), p. 4.

"O Próximo Acto Eleitoral". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1071 (4 Out. 1969), pp. 1, 4.

"O Próximo Acto Eleitoral". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1072 (11 Out. 1969), pp. 1, 4.

"O Próximo Acto Eleitoral". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1073 (18 Out. 1969), pp. 1, 4.

"Convite". In Jornal de Famalicão. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1073 (18 Out. 1969), p. 1.

"O Acto Eleitoral de Amanhã". In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1074 (25 Out. 1969), p. 1.

"Dia Grande". In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1075 (1 Nov. 1969), p. 1.

"As Eleições de Domingo". In *Jornal de Famalicão*. V. N. de Famalicão, Ano 21, n.º 1075 (1 Nov. 1969), pp. 1, 4.

BMCCB/FL.

LIMA, Lino

["Intervenção no Comício Teatro Circo"] [material gráfico]. [Porto: Império, 1969?]. [5 fotogr.: p. & b.].

BMCCB/FL-JL – 21, 22(22), 23, 34, 35.

[Telegrama, Braga, 1969?], Senhor Presidente do Conselho de Ministros. Lino Lima [1 fl.; 1 p.].

Texto dactilografado. O autor protesta a atitude do Governador Civil de Braga por ter proibido uma conferência de imprensa da CDE no Hotel do Parque.

BMCCB/FL-AB – 187; JL – 205.

LOUREIRO, Joaquim

[Discurso. Joaquim Loureiro. V. N. de Famalicão: JL, 1969. 4 fls.; 7 p.].

Texto manuscrito. Autografo.

BMCCB/FL-JL – 147.

MALVAR, Maria Margarida Braga

[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Out., Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, V. N. de Famalicão. Maria Margarida Braga Malvar. [2 fls.; 3 p.].

Autografo assinado. Texto dactilografado. A autora pretende que sejam passados aos cidadãos que cita no requerimento certidões de eleitores individuais.

BMCCB/FL-JL – 505.

NO CONCELHO DE FAMILIÇÃO

No Concelho de Famalicão: [resultados eleitorais] [material gráfico]. [(1969?)]. [1 recorte de imprensa].

Sem fonte de origem.

BMCCB/FL-JF – 163.

OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Quem são os candidatos apresentados pela Oposição Democrática no Círculo Eleitoral de Braga [material gráfico]. Oposição Democrática, 1969. [4 p.: II.].

Eleições para deputados à Assembleia Nacional – 26 de Outubro 1969.

BMCCB/FL-JL – 120.

PORTUGAL. Polícia Internacional e de Defesa do Estado

[Ofício], Porto, 1969 Mar. 18, [a Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão]. Polícia Internacional e de Defesa do Estado. [3 fls.; 3 p.].

Papel timbrado da PIDE. Assinatura autografa ilegível. O Chefe de brigada da PIDE, do Porto, informa o destinatário das informações que solicitou, nomeadamente sobre Manuel Ferreira da Cunha, Joaquim Loureiro, os quais faziam reuniões lendo e discutindo os textos de Mao Tsé-Tung, tecendo, ao mesmo tempo, informações sobre a fábrica Oliveira Ferreira, cuja administração não tinha o cuidado de saber do credo político do pessoal que admitia.

Espólio particular MFC.

PORTUGAL. Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Delegação do Porto

Relatório n.º 2/69-S.C.: reuniões oposicionistas, ilegais, realizadas em Braga. Porto, 1969 Jan. 16, [a] Governo Civil do Distrito de Braga. Polícia Internacional e de Defesa do Estado. [4 fls.; 4 p.].

Texto dactilografado. Papel timbrado da PIDE, delegação do Porto. Contém assinatura autografa ilegível do subdirector da PIDE da delegação do Porto. Contém dois carimbos: um confidencial e um outro do Governo Civil do Distrito de Braga.

Espólio particular MFC.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Direcção dos Serviços de Censura.

[Informação]. [Lisboa: s, n, 1972?]. [1 fl.; 1 p.].

Os serviços de censura pretendem informações sobre Manuel Ferreira da Cunha e António Macedo Varela, os quais pretendiam formar uma editora, a Livraria Júlio Brandão, em V. N. de Famalicão, considerando a resposta que não ofereciam ambas garantias de cooperação para a "realização dos fins superiores do Estado".

Espólio Particular MFC.

SAMPAIO, José de Araújo Pereira

[Carta], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 21, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, V. N. de Famalicão. [4 fls.; 8 p.]

Texto dactilografado. Autógrafo assinado. O autor, mandatário dos candidatos a deputados à Assembleia Nacional pela Lista D do Círculo Eleitoral de Braga, requer ao destinatário que sejam passados e entregues alvarás de delegados eleitorais aos cidadãos das respectivas freguesias que enumera.

BMCCB/FL-JL – 167.

[Carta], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 22, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, V. N. de Famalicão. José de Araújo Pereira Sampaio. [1 fl.; 2 p.]

Texto manuscrito. Autógrafo assinado. O autor, mandatário dos candidatos a deputados à Assembleia Nacional pela Lista D do Círculo Eleitoral de Braga, requer ao destinatário que sejam passados e entregues alvarás de delegados eleitorais aos cidadãos das respectivas freguesias que enumera.

BMCCB/FL-JL – 167.

SÁ, Victor de; SOEIRO, Humberto

Comentário do Dr. Victor de Sá à Exclusão da sua Candidatura. Comentário do dr. Humberto Soeiro Sobre a Exclusão da sua Candidatura. Victor de Sá, Humberto Soeiro. Braga: [s. n.], 1969. [1 fl.; 2 p.]

Texto dactilografado. Documento com a data de 27 de Setembro.

BMCCB/FL-JL – 166.

VARELA, António Macedo

[Requerimento], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 2, Exmo Senhor presidente da Câmara do Concelho de Vila Nova de Famalicão. António Macedo Varela. [1 fl.; 1 p.]

Papel selado. Texto dactilografado. O autor informa o destinatário da actividade que a CDE pretende realizar em Famalicão numa romagem ao Cemitério desta Vila, em homenagem aos republicanos falecidos, designadamente ao ilustre democrata Dr. Bernardino Machado.

Espólio particular MFC.

[Ofício], V. N. de Famalicão, 1969 Out. 11, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de Famalicão. António Macedo Varela. [1 fl.; 1 p.]

Papel selado. Texto dactilografado. Contém assinatura autografa de António Macedo Varela. O autor, co-responsável da Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga, participa ao destinatário da sessão de propaganda eleitoral à referida lista, a ser realizada em S. Roque/Riba de Ave, com os oradores Santos Simões, José Sampaio e António Dias.

Espólio particular MFC.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

[Ofício], Vila Nova de Famalicão, 1969 Maio 16, Exmo. Senhor Governador Civil do Distrito, Braga. Manuel João Garcia Dias Costa. [3 fls.; 3 p.]

Papel timbrado da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão. Contem autógrafo assinado de Manuel João Garcia Dias Costa. Texto dactilografado. O autor tece informações ao destinatário sobre as várias personalidades que assinaram o manifesto clandestino contra o Regime actual, cumprindo-me informar sobre o valor intelectual, projecção no meio e a idoneidade moral de cada um deles, nomeadamente, António Cleto Malvar, António Macedo Varela, Joaquim Loureiro, José Azevedo, Lino Lima, Manuel Dinis Brandão, Manuel Ferreira da Cunha, Casimiro Ferreira da Silva, José Manuel de Oliveira Ribeiro, Manuel Pereira da Cunha, Joaquim Oliveira Meneses, Maria Margarida Braga Malvar e Telmo Machado Terroso.

Espólio particular MFC.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

[Ofício], Vila Nova de Famalicão, 1969 Maio 20, Exmo. Senhor António Cleto Malvar, Gavião. Manuel João Garcia Dias da Costa. [1 fl.; 1 p.].

Autografo assinado do Presidente da Câmara Municipal. Papel timbrado da Câmara Municipal. A Câmara Municipal informa o destinatário de que foi deferida a reclamação que o destinatário apresentou a propósito da inscrição no recenseamento de dois cidadãos.

BMCCB/FL-JL – 509.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal

Alvará: eleição dos deputados à Assembleia Nacional, V. N. de Famalicão, 1969 Out. 21, Freguesia de Cavalões, Assembleia Eleitoral ou Secção de Voto de Cavalões. [1 fl.; 1 p.].

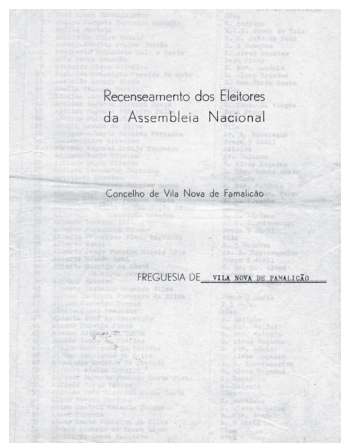
Contém assinatura autografa do Presidente da Câmara e de Germano [ilegível]. O Presidente da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, Manuel João Garcia Dias Costa, com este alvará, faz uma nomeação para a fiscalização das operações de votação e apuramento da assembleia eleitoral de Cavalões.

BMCCB/FL-JL – 178.

VILA NOVA DE FAMALICÃO. Recenseamento de Eleitores da Assembleia Nacional. Concelho de Vila Nova de Famalicão.

Freguesia de Vila Nova de Famalicão: número de eleitores 992. [S. l.: s. n., 1969?]. [17 fls.].

BMCCB/FL-JL – 187.



Siglas

BMCCB/FL – AB

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Armando Bacelar

BMCCB/FL – JL

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Joaquim Loureiro

BMCCB/FL – MV

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Macedo Varela

MBM – Espólio ASC

Museu Bernardino Machado. Artur Sá da Costa

BMCCB/FL – ASC

Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local – Artur Sá da Costa

MBM – Espólio OC

Museu Bernardino Machado– Espólio Orlando Costa

MFC – Manuel Ferreira da Cunha



V
Informação cultural

A CELEBRAÇÃO DA REPÚBLICA – Conferências, debates, exposições, lançamento de obras de investigação e actividades pedagógicas são algumas das iniciativas promovidas pela Câmara Municipal e Museu Bernardino Machado no âmbito das comemorações do Centenário da I República, que Famalicão está a assinalar, desde Janeiro de 2009 até finais de 2010. O Centenário da República celebra-se 5 de Outubro de 2010.

As comemorações evocam a memória de Bernardino Machado, um famalicense que foi por duas vezes Presidente da República. Assim, comemorar o Centenário da I República Portuguesa é, acima de tudo, um imperativo cultural e histórico do Município de Famalicão.

Ao longo de um ano, o Museu Bernardino Machado promove, bimestralmente, o ciclo de conferências “As Grandes Questões da I República”, em que são debatidas as problemáticas deste período histórico nacional. Também, as edições do evento “Encontros de Outono” 2009 e 2010 são dedicadas ao tema da I República, abordando “As Eleições: da I República ao Estado Novo” e “A I República nos Municípios de Portugal”, respectivamente.

De referir ainda o lançamento da colecção “Obras de Bernardino Machado”, dedicadas à Pedagogia, sob a coordenação científica de Norberto Cunha.



FESTA DA POESIA LUSÓFONA NA CASA DE CAMILO – A Casa de Camilo, em S. Miguel de Seide, abriu portas pelo segundo ano consecutivo à Festa da Poesia Lusófona, um projecto linguístico que contou com a presença de mais de trinta poetas do Brasil, Portugal, Guiné-Bissau e Angola. Promovido pelo poeta brasileiro Wilmar Silva, em colaboração com o município de Famalicão, o projecto Portuguesa explora o contraste de vozes poéticas e debate políticas de linguagens no idioma de Camões. No evento, o vereador da Cultura da Câmara Municipal, Paulo Cunha, garantiu a continuidade





da autarquia, Artur Sá da Costa expressou a vontade de a “Portuguesia” se fixar em Seide e disse existirem boas e fundadas razões para ser a Casa de Camilo o centro da Portuguesia, referindo que Camilo é poeta, mestre da novelística, mas também da língua portuguesa.

I ENCONTRO DAS TERRAS CAMILIANAS – No dia 1 de Junho de 2010, data em que se assinalou os 120 anos da morte de Camilo Castelo Branco, onze municípios portugueses reuniram-se na sua Casa-Museu, em



do projecto. De resto, a “Portuguesia”, não só, vai realizar-se anualmente em Seide juntando os poetas e todos os amantes da língua portuguesa, como alargará as suas actividades a outros domínios. Assim, para além do lançamento da revista “Portuguesia” serão promovidas outras actividades com as escolas do município, procurando envolvê-las neste projecto de investigação e de divulgação das expressões poéticas contemporâneas, que se produzem em língua portuguesa pelos cinco continentes.

Por sua vez, o director do Departamento da Cultura

S. Miguel de Seide, para debater e explorar factos da vida e obra de um dos maiores romancistas portugueses de todos os tempos. Coimbra, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Ribeira de Pena, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Viseu e Vila Nova de Famalicão foram os municípios que participaram no primeiro Encontro das Terras Camilianas, unidos pela memória de Camilo. Detentores de acervos camilianos ou estando de algum modo ligados a aspectos da vida e obra do escritor, os onze municípios fundaram, em 2004, a Associação das Terras Camilianas, com o objectivo de contribuir para um melhor aproveitamento e mais qualificado tratamento do património literário e biográfico do escritor.

O encontro que contou com a presença do Presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, Melchior Moreira, ficou marcado pela notícia avançada pelo responsável que anunciou a criação de um roteiro turístico e cultural em torno de Camilo Castelo Branco, que vai juntar os onze municípios que constituem a Associação das Terras Camilianas.

MEMÓRIAS FOTOBIOGRÁFICAS DE CAMILO APRESENTADAS POR VIALE MOUTINHO – O ensaísta e escritor José Viale Moutinho escolheu a Casa de Camilo, em S. Miguel de Seide, para a primeira apresentação pública da obra “Memórias Fotobiográficas de Camilo Castelo Branco (1825-1890)”. Ao todo, o livro é composto por cerca de 600 imagens entre fotografias, retratos, desenhos e documentos que testemunham a vida do grande romancista Camilo Castelo Branco.

Publicado pela Editorial Caminho, com uma tiragem de quatro mil exemplares, o livro, com mais de 400 páginas, inclui algumas fotografias raras, como é o caso da foto tirada a 2 de Junho de 1890, dia seguinte ao suicídio de Camilo, que mostra o grande amigo do escritor Freitas Fortuna junto ao seu caixão na casa de S. Miguel de Seide. Referência também para alguns desenhos da autoria de prestigiados criadores como Júlio Pomar ou o Mestre José Rodrigues. A obra inclui ainda uma cópia do relatório de investigação judicial sobre o suicídio de Camilo.

Acima de tudo, esta obra é a homenagem a um dos maiores escritores portugueses de todos os tempos, autor de romances intemporais como “Amor de Perdição” ou “A Queda de um Anjo”. Na apresentação da obra, Viale Moutinho afirmou ter o “culto camiliano”, sendo possuidor de “raridades bibliográficas”.



CINEMA E LITERATURA NA CASA DE CAMILO

Todas as últimas sextas-feiras de cada mês, o Centro de Estudos Camilianos, em S. Miguel de Seide, transforma-se num palco de cinema e literatura com a iniciativa “Um Livro, Um Filme”.

O evento que já trouxe a Famalicao personalidades como Pacheco Pereira, Luís Filipe Menezes, Maria João Avillez e Júlio Isidro entre muitos outros, desafia o convidado a escolher e comentar um filme, preferencialmente adaptado de uma obra literária, e que se revista para ele de um carácter muito especial. Para além da oportunidade de assistir gratuitamente a uma sessão de cinema, o público ouve ainda da boca dos convidados as razões que o levaram a preferir aquela película, curiosidades sobre o filme ou os actores, e participa num debate que decorre habitualmente num ambiente animado e bastante descontraído. No final, é sorteada a obra literária a que diz respeito o filme.



Projectado pelo arquitecto Siza Vieira, junto à Casa-Museu de Camilo, o Centro de Estudos é uma obra cultural estruturante, que dinamiza e contribui para o estudo e divulgação da obra camiliana.

Para além da iniciativa “Um Livro, Um Filme”, o espaço acolhe muitas e diversificadas actividades, dirigidas tanto aos jovens como a adultos.

VÍTOR AGUIAR E SILVA VENCE I GRANDE PRÉMIO DE ENSAIO EDUARDO PRADO COELHO – O investigador Vítor Aguiar e Silva é o primeiro vencedor do Grande Prémio de Ensaio “Eduardo Prado Coelho” atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores (APE), com o patrocínio da Câmara Municipal de Famalicão.



Vítor Aguiar foi distinguido pela obra “Jorge de Sena e Camões – Trinta Anos de Amor e Melancolia”, editada pela Angelus Novus Editora, que mereceu a unanimidade do júri, constituído por António Pedro Pita, José Cândido Martins e Paula Cristina Costa. Vítor Aguiar recebeu o galardão no âmbito de um colóquio dedicado a Eduardo Prado Coelho sob o tema “Um Pensador Multifacetado”, que decorreu na Biblioteca Municipal.

O prémio que se destina a agraciar anualmente uma obra de ensaio literário em português, de autor português, publicado em primeira edição, tem o valor pecuniário de 7.500 euros.

Refira-se que Eduardo Prado Coelho ficou para sempre ligado a Vila Nova de Famalicão ao ter doado ao município o seu espólio bibliográfico de 12.500 títulos (um total de 10.700 livros e 1.800 revistas que estão disponíveis para consulta na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco). Respondendo a esse gesto da família, após o desaparecimento do crítico e ensaísta, em 2007, a Câmara Municipal de Famalicão, através do seu presidente, Armindo

Costa, anunciou um plano de acção cultural em torno de Eduardo Prado Coelho, do qual o grande prémio de ensaio é o primeiro resultado.

CONFERÊNCIAS DA PRIMAVERA RESSUSCITAM MEMÓRIA TÊXTIL – As Conferências da Primavera, uma organização anual do Museu da Industria Têxtil da Bacia do Ave, decorreram este ano sob o tema “Documentários Industriais”.

Depois da Moda e o Design, debatidos nas edições anteriores, o Cinema reuniu diversos convidados e muito público.

A oportunidade foi aproveitada pelo director do Departamento de Cultura da Câmara Municipal, Sá da Costa, para anunciar a preparação de um protocolo do município com a Cinemateca Nacional para restaurar e adquirir uma cópia do documentário “Famalicão” do realizador/produzidor famalicense Ricardo Malheiro, prevendo-se ainda obter cópias de vários documentários sobre a indústria do norte de Portugal, realizados entre os anos 50 e 70 do século passado, como um documentário sobre a Mabor e outro sobre Cupertino de Miranda.

DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS CELEBRADO SOB O SIGNO DA HARMONIA – Mais de uma dezena de

Museus do concelho de Vila Nova de Famalicão abriram as suas portas e promoveram visitas guiadas, de forma gratuita, no Dia Internacional dos Museus, que se celebra anualmente a 18 de Maio. Proposta pelo ICOM (Conselho Internacional



de Museus da UNESCO), a efeméride celebrou-se sob o tema “Museus e Harmonia Social”.

Em Famalicão, o programa das comemorações destacou o trabalho de parceria desenvolvido entre a autarquia e as várias estruturas museológicas do concelho. O objectivo – que foi largamente alcançado – era atrair aos Museus o maior número de pessoas, nomeadamente famílias e jovens, incentivando o conhecimento pela história e memória colectiva. Para além das visitas guiadas, vários Museus aproveitaram para “sair” à rua, promovendo diversas actividades de animação e divulgação.

De resto, este foi um dos primeiros passos dados para a criação de uma rede de museus, que irá integrar os vários espaços museológicos públicos e privados do concelho, potenciando a coordenação de actividades e a articulação de horários e entre si, explorando, ao mesmo tempo, a sua mais-valia turística e cultural.

ARQUIVO MUNICIPAL ALBERTO SAMPAIO NO CENTRO DA CIDADE – A Câmara Municipal vai avançar com as obras de construção do novo Arquivo Municipal Alberto Sampaio, que será instalado na antiga Casa

Malheiro, um edifício histórico datado do século XIX, localizado no centro da cidade, e que integrou inicialmente o Palacete Barão da Trovisqueira.

O Arquivo Municipal Alberto Sampaio que reúne um valioso espólio está actualmente instalado na cave do edifício dos Paços do Concelho, num espaço exíguo e sem as condições de acondicionamento necessárias. Neste sentido, a criação de um espaço que respeite todos os requisitos e exigências técnicas actuais é um anseio do executivo municipal, que tem o projecto aprovado para a construção desde em Março de 2009.



A construção deste equipamento é, assim, fundamental para assegurar a preservação dos vários documentos à guarda do arquivo, que foram reunidos após o incêndio que atingiu o edifício dos Paços do Concelho, em inícios do século XX.

De acordo com a memória descritiva do projecto, o edifício a interencionar será organizado em quatro áreas distintas: a área de depósitos de documentos; áreas técnicas de trabalho (sala de limpeza e tratamento de documentos, sala de restauro, etc.); área organizativa (sala de digitalização e informática, gabinete arquivista, sala de reuniões...); e área de público (biblioteca e leitura de documentos e outros suportes).

Refira-se que o projecto para a criação do novo arquivo foi aprovado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no âmbito de uma candidatura apresentada pelo município ao Programa Regional ON.2 – o Novo Norte. Para além das obras de adaptação do edifício a candidatura contempla ainda a aquisição e instalação de equipamento e mobiliário adequado ao espaço e respectiva digitalização do acervo.

ARQUEÓLOGOS DESCOBRIRAM FOSSO DE FUNDIÇÃO DE SINOS DO SÉCULO XVIII EM REQUIÃO – Os serviços de arqueologia do município descobriram restos arqueológicos que evidenciaram a presença de uma actividade artesanal relacionada com a fundição de um sino de bronze, nomeadamente um fosso de fundição, datado da segunda metade do século XVIII, no local onde está a ser construído o novo Centro Social e Paroquial de Requião, junto à igreja de S. Silvestre.

O achado arqueológico foi descoberto depois dos serviços municipais terem sido chamados ao local, onde numa primeira fase surgiu um conjunto de muros, que suscitaram a hipótese da existência de um primitivo mosteiro, anexo à igreja.

A existência de um fosso de fundição em Requião representa um aspecto pouco frequente, no qual a feita do sino acontecia fora da oficina. O fundidor tentava assim reduzir o risco de fractura do sino, implicado no transporte do mesmo, desde a oficina até ao local da encomenda. A crise, que por vezes afectava o sector, poderia ser também um dos motivos que obrigavam o fundidor à itinerância, oferecendo os seus préstimos “porta-a-porta”. A descoberta revela-se do ponto de vista histórico e científico, de extrema importância para a freguesia e concelho, por constituir uma fonte valiosa e rica de conhecimento e por serem raras as estruturas deste tipo identificadas e estudadas. Entretanto, depois de retiradas todas as informações do local, será executado um molde do achado arqueológico, que poderá ser utilizado em exposições de arqueologia. No local, o achado será tapado, tendo em conta que é muito difícil proceder à sua conservação, como explicou Felisbela Leite.

MAIS DE 80 MIL PESSOAS PASSARAM PELA CASA DAS ARTES EM 2009 – A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão afirma-se cada vez mais como uma estrutura cultural de excelência na região e no país. Com uma programação diversificada que conjuga a música, com o teatro, a dança, as artes circenses e muitas outras áreas, a Casa das Artes abrange um público cada vez mais numeroso.

De acordo com os dados divulgados, em 2009, a Casa das Artes registou uma afluência de mais de 80 mil espectadores em 119 eventos promovidos.

Entre os vários espectáculos destaque para os concertos de Ana Moura e Sara Tavares. A peça de teatro



“Os Monólogos da Vagina”, o momento de comédia de Pedro Tochas ou ainda o Bailado de D. Quixote. São números que reflectem bem o extraordinário sucesso da política cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que encara a cultura como um factor fundamental ao desenvolvimento do concelho. Inaugurada em Junho de 2001 e colocando-se ao serviço da cultura, das artes e do espectáculo, a Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão é hoje uma das principais referências culturais de Portugal, sendo já apontada como alternativa, fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Gerida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a Casa das Artes dispõe de um Grande Auditório com capacidade para meio milhar de pessoas, um Pequeno Auditório para 120 de pessoas, um Café-Concerto para espectáculos intimistas e um magnífico Foyer para exposições.



